e-DJF2R
Diário Eletrônico
DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

CADERNO JUDICIAL TRF - Data de Disponibilização: segunda-feira, 20 de março de 2017
Data de Publicação: terça-feira, 21 de março de 2017

Assessoria de Recursos

BOLETIM: 175926

IV - APELACAO CIVEL 2008.51.01.013405-8

Nº CNJ	:	0013405-56.2008.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADVOGADO	:	VICTOR HUGO NOGUEIRA MACHADO E OUTROS
APELADO	:	AMPARO FEMININO DE 1912
ADVOGADO	:	DENNYS LOPES ZIMMERMANN PINTA E OUTROS
ORIGEM	:	VIGÉSIMA QUARTA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200851010134058)

DESPACHO
Considerando que o petitório de fls. 506/585 está dirigido ao MM. Juízo da 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro, bem como tendo em vista que o cumprimento provisório da sentença deve ser processado perante o juízo de piso, a teor do disposto no art. 522 do CPC, determino o desentranhamento da petição de fls. 506/585 e a devolução da mesma à parte interessada, que deverá ser intimada para sua retirada, no prazo de 5 (cinco) dias, na Assessoria de Recursos.
Após, remetam-se os presentes autos ao Núcleo de Digitalização para envio dos mesmos ao C. STJ, ante a interposição do Agravo previsto no art. 544 do CPC/1973 às fls. 491/496.
Rio de Janeiro, .
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 175933

IV - APELACAO CIVEL 2002.51.01.015701-9

Nº CNJ	:	0015701-61.2002.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL VICE-PRESIDENTE
APELANTE	:	ARCELORMITTAL BRASIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	:	LEO KRAKOWIAK E OUTROS
APELADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	ALEXANDRE EZECHIELLO E OUTROS
APELANTE	:	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A - ELETROBRAS
ADVOGADO	:	ALEXANDRE EZECHIELLO E OUTROS
APELADO	:	ARCELORMITTAL BRASIL S/A E OUTRO
ADVOGADO	:	ANTONIO FERREIRA DA SILVEIRA E OUTROS
ORIGEM	:	VIGÉSIMA SÉTIMA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (200251010157019)

DESPACHO
Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
Fls. 1.888 e 1.890: Considerando que a decisão de fl. 1.798 refere-se a Recurso Extraordinário interposto por ARCELORMITTAL BRASIL S/A E OUTRO, determino o desentranhamento do recurso de fls. 1.875/1.886, interposto por equívoco pela ELETROBRAS, com a respectiva baixa no sistema, e a devolução do mesmo à

parte interessada, que deverá ser intimada para sua retirada, no prazo de 5 (cinco) dias, na Assessoria de Recursos.
Após, encaminhem-se os autos ao Tribunal Superior competente, na forma do artigo 1.042, §4º, do CPC/2015.
Rio de Janeiro,
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000117

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0015775-95.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015775-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 09/02/2017 12:38
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: A DAL MASO ESTRATEGIA ORGANIZACIONAL
ADVOGADO: SANDRO COUTINHO SCHULZE
Originário: 0015775-95.2014.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0032992-20.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.032992-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 16/01/2017 17:04
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SERGIO ROSA FARIAS
APELADO: ORLANDO CESAR DOS SANTOS SILVA
APELADO: RONALDO ALVES
APELADO: AROLDO JOSE CORREA
APELADO: JUPIARA DUARTE DA ROCHA MEUREN
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
Originário: 0032992-20.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0127522-16.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.127522-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 23/01/2017 15:10
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FLAVIO LOURENCO
APELADO: FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA
APELADO: CARLOS LUIZ JARDIM
APELADO: BERNADETE GODINHO
APELADO: BENEDITO DONIZETE DE ALMEIDA LEITE
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
Originário: 0127522-16.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001805-62.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.001805-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 17:56
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FERNANDO LUIZ SALGADO
REPRESENTANTE: VALERIA GEROLIMICH SALGADO
ADVOGADO: SELESOCRATES MARBACK D OLIVEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0001805-62.2013.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0013851-89.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013851-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 19/12/2016 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
ADVOGADO: HUGHES COELHO DA SILVA
AGRAVADO: EDNA ROSA FARIA
AGRAVADO: EVALDETE RAMOS DE PAULA
AGRAVADO: GERALDO DA SILVA
AGRAVADO: GILMARIA MIRANDA RAMOS SANTANA
AGRAVADO: JURANDIR MONTEIRO

AGRAVADO: MARIA DA GLORIA DE ALMEIDA DA GOMES
AGRAVADO: SEBASTIAO MIRANDA
AGRAVADO: SONIA MARIA RODRIGUES GUIMARAES
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0000138-64.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
ANGELUCIE BARRETO GALENO
ASSISTENTE IV
Matr. nº 11763
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

BOLETIM: 2017000118

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0046751-56.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.046751-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/06/2016 17:37
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DALVAIR B. DE SOUZA & CIA LTDA
ADVOGADO: VINICIUS NUNES FRANCO
ADVOGADO: RAPHAEL PEREIRA PEDRA DE OLIVEIRA
APELADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
ADVOGADO: FABIO GRACA SANT'ANA
ADVOGADO: MARCIO NEY TAVARES
Originário: 0046751-56.2012.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : DALVAIR B. DE SOUZA & CIA LTDA
ADVOGADO : VINICIUS NUNES FRANCO e outro
APDO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A
ADVOGADO : FABIO GRACA SANT'ANA e outro
DESPACHO
Fls. 257/259: O pleito deve ser feito perante o juízo de execução, no momento oportuno, razão pela qual nada a prover.
Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.
Encaminhem-se os autos ao Tribunal Superior competente, na forma do artigo 1.042, §4º, do CPC/2015.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000456-30.2013.4.02.5002 Número antigo: 2013.50.02.000456-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SEBASTIAO PEREIRA MACHADO

ADVOGADO: José Nascimento
Originário: 0000456-30.2013.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : SEBASTIAO PEREIRA MACHADO
ADVOGADO : José Nascimento
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto nestes autos, até pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 870.947/SE (Tema 810: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0101013-91.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.101013-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CARLOS AUGUSTO LIMA GUADARD
ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ALEX SANDRO SALAZAR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0101013-91.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : CARLOS AUGUSTO LIMA GUADARD
ADVOGADO : OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CARLOS AUGUSTO LIMA GUADARD, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STJ no REsp nº 1334488/SC (Tema 563: "Discute-se a possibilidade de renunciar à aposentadoria concedida (desaposentação) no Regime Geral de Previdência Social e necessidade de devolução dos valores recebidos pelo segurado para novo e posterior jubilamento."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : CARLOS AUGUSTO LIMA GUADARD
ADVOGADO : OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por CARLOS AUGUSTO LIMA GUADARD, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 661256/DF (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0139473-41.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.139473-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEBASTIAO TEIXEIRA BITENCOURT
ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0139473-41.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
APTE : SEBASTIAO TEIXEIRA BITENCOURT
ADVOGADO : IDELI MENDES DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por SEBASTIAO TEIXEIRA BITENCOURT, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 130, 330, I e 420 incisos I e II, do CPC.
É o relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0164083-73.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.164083-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO DE PAULO
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0164083-73.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ANTONIO DE PAULO
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por ANTONIO DE PAULO, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 369 e 370, do CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

24 - 0168013-96.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.168013-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MONICA DE FATIMA FRANCA CARVALHO

ADVOGADO: LIANA VIEIRA DA SILVA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0168013-96.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

APTE : MONICA DE FATIMA FRANCA CARVALHO

ADVOGADO : LIANA VIEIRA DA SILVA

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MONICA DE FÁTIMA FRANCA CARVALHO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STJ no REsp nº 1334488/SC (Tema 563: "Discute-se a possibilidade de renunciar à aposentadoria concedida (desaposentação) no Regime Geral de Previdência Social e necessidade de devolução dos valores recebidos pelo segurado para novo e posterior jubilamento."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : MONICA DE FATIMA FRANCA CARVALHO

ADVOGADO : LIANA VIEIRA DA SILVA

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por MONICA DE FÁTIMA FRANCA CARVALHO, com fundamento no art. 102, inciso III, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 661256/DF (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0032866-67.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.032866-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MANOEL MESSIAS DA SILVA
ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0032866-67.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : MANOEL MESSIAS DA SILVA
ADVOGADO : EVANDRO JOSE LAGO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por MANOEL MESSIAS DA SILVA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Extraordinário foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso extraordinário, a teor do enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0104723-70.2015.4.02.5006 Número antigo: 2015.50.06.104723-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: BENEDICTO JANUARIO
ADVOGADO: EVANDRO JOSÉ LAGO
Originário: 0104723-70.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : BENEDICTO JANUARIO
ADVOGADO : EVANDRO JOSÉ LAGO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 564354 / SE, - inclusive com reconhecimento de repercussão geral (Tema 76: "Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003") -, cuja ementa transcrevo a seguir:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA

PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." (RE 564354, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 543-B, §3º, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0113796-81.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.113796-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSE FRANCISCO CEZANI
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0113796-81.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : JOSE FRANCISCO CEZANI
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSE FRANCISCO CEZANI, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 41-A, da Lei 8.213/91, assim como, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC/2015, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0116053-79.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.116053-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 16:54
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEBASTIAO SERGIO SANTOS
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0116053-79.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : SEBASTIAO SERGIO SANTOS
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 181/182: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SEBASTIAO SERGIO SANTOS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SEBASTIÃO SERGIO SANTOS, às fls. 159/168, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0117186-59.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117186-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NILSON MELGACO DELLA FONTE
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0117186-59.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : NILSON MELGACO DELLA FONTE
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 197/198: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : NILSON MELGACO DELLA FONTE
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por NILSON MELGAÇO DELLA FONTE, às fls. 167/176, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0118099-41.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.118099-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 16:54
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EUNICE MARIA CASOTTI DA SILVA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0118099-41.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : EUNICE MARIA CASOTTI DA SILVA
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 191/192: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : EUNICE MARIA CASOTTI DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por EUNICE MARIA CASOTTI DA SILVA, às fls. 165/174, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0118116-62.2015.4.02.5006 Número antigo: 2015.50.06.118116-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUIZ CARLOS WELLS
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0118116-62.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
APTE : LUIZ CARLOS WELLS
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela parte autora, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Cumpre ressaltar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, cabe destacar que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo também a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0119326-66.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.119326-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NEUZA MARIA MONTEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0119326-66.2015.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : NEUZA MARIA MONTEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 228/229: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : NEUZA MARIA MONTEIRO DE ARAUJO
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por NEUZA MARIA MONTEIRO DE ARAUJO, às fls. 201/210, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0119789-08.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.119789-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 16:54
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ORLANDO PASSOS
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0119789-08.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : ORLANDO PASSOS
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 221/222: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ORLANDO PASSOS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ORLANDO PASSOS, às fls. 186/195, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ORLANDO PASSOS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ORLANDO PASSOS, às fls. 196/205, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Considerando que a Parte Recorrente interpôs Recurso Especial em momento anterior, não deve ser conhecido o Recurso Especial interposto às fls. 196/205, diante do princípio da unirrecorribilidade recursal e da ocorrência da preclusão consumativa.

Sobre o tema, confiram-se os seguintes julgados do C. STJ:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM DUPLICIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA OMISSÃO DO ESTADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Quando há interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão, apenas o primeiro poderá ser submetido a análise, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de mais de um recurso contra a mesma decisão judicial.

2. Nos termos da jurisprudência deste STJ, a ausência de particularização das omissões, obscuridades e contradições do acórdão recorrido é deficiência com sede na própria fundamentação da insurgência recursal por ofensa ao art. 535 do CPC, que impede a abertura da instância especial, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, também ao recurso especial.

3. O reconhecimento da responsabilidade objetiva, como requer a agravante, demandaria incursão na seara fática dos autos, inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 836.272/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 22/03/2016 - sem grifos no original)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS ESPECIAIS PELA MESMA PARTE EM FACE DA MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Conforme jurisprudência desta Corte, na hipótese de interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força dos princípios da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. Some-se a tal orientação a de que os embargos de declaração possuem caráter integrativo. Logo, não poderia haver interposição de dois recursos especiais distintos contra os acórdãos proferidos em apelação e em embargos de declaração na origem.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1149904/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 19/10/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, não conheço o recurso de fls. 196/205.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0119805-59.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.119805-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ADELIA DE OLIVEIRA MONTEMOR
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0119805-59.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : ADELIA DE OLIVEIRA MONTEMOR
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO
Fls. 231/232: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ADELIA DE OLIVEIRA MONTEMOR
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ADELIA DE OLIVEIRA MONTEMOR, às fls. 205/214, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0124929-23.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.124929-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSÉ BENEDITO DA COSTA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0124929-23.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : JOSÉ BENEDITO DA COSTA
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 248/249: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : JOSÉ BENEDITO DA COSTA
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSÉ BENEDITO DA COSTA, às fls. 221/230, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0125039-22.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.125039-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: IVO JACOB
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0125039-22.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : IVO JACOB
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 142/143: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : IVO JACOB
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por IVO JACOB, às fls. 115/124, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0125061-80.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.125061-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 13:58
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA LUCIA FAVATO LORENZONI
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0125061-80.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : MARIA LUCIA FAVATO LORENZONI
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 199/200: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : MARIA LUCIA FAVATO LORENZONI
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA LUCIA FAVATO LORENZONI, às fls. 176/185, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0125138-89.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.125138-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: NERCI JOSÉ INACIO
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0125138-89.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : NERCI JOSÉ INACIO
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO
Fls. 178/179: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : NERCI JOSÉ INACIO
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por NERCI JOSÉ INÁCIO, às fls. 157/166, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0126464-84.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.126464-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEBASTIAO CORDEIRO MARTINS
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0126464-84.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : SEBASTIAO CORDEIRO MARTINS
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 163/164: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SEBASTIAO CORDEIRO MARTINS
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SEBASTIÃO CORDEIRO MARTINS, às fls. 138/147, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0127049-24.2015.4.02.5006 Número antigo: 2015.50.06.127049-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CYRO GABRIEL DE MOURA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127049-24.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
APTE : CYRO GABRIEL DE MOURA
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela parte autora, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Cumpre ressaltar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, cabe destacar que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo também a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
108 - 0127505-86.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.127505-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO CARLOS VALADARES
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127505-86.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : ANTONIO CARLOS VALADARES
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 205/208: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ANTONIO CARLOS VALADARES
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ANTONIO CARLOS VALADARES, às fls. 170/179, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ANTONIO CARLOS VALADARES
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ANTONIO CARLOS VALADARES, às fls. 180/189, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Considerando que a Parte Recorrente interpôs Recurso Especial em momento anterior, não deve ser conhecido o Recurso Especial interposto às fls. 180/189, diante do princípio da unirrecorribilidade recursal e da ocorrência da preclusão consumativa.

Sobre o tema, confiram-se os seguintes julgados do C. STJ:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM DUPLICIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA OMISSÃO DO ESTADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Quando há interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão, apenas o primeiro poderá ser submetido a análise, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de mais de um recurso contra a mesma decisão judicial.

2. Nos termos da jurisprudência deste STJ, a ausência de particularização das omissões, obscuridades e contradições do acórdão recorrido é deficiência com sede na própria fundamentação da insurgência recursal por ofensa ao art. 535 do CPC, que impede a abertura da instância especial, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, também ao recurso especial.

3. O reconhecimento da responsabilidade objetiva, como requer a agravante, demandaria incursão na seara fática dos autos, inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 836.272/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 22/03/2016 - sem grifos no original)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS ESPECIAIS PELA MESMA PARTE EM FACE DA MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Conforme jurisprudência desta Corte, na hipótese de interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força dos princípios da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. Some-se a tal orientação a de que os embargos de declaração possuem caráter integrativo. Logo, não poderia haver interposição de dois recursos especiais distintos contra os acórdãos proferidos em apelação e em embargos de declaração na origem.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1149904/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 19/10/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, não conheço o recurso de fls. 180/189.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0127728-39.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.127728-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 13:23
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SUENY DA COSTA PINTO NICOLAU
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127728-39.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : SUENY DA COSTA PINTO NICOLAU
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 183/184: À AREC, para que proceda à alteração da autuação.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SUENY DA COSTA PINTO NICOLAU
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SUENY DA COSTA PINTO NICOLAU, às fls. 158/167, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

De início, cumpre asseverar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, verifica-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

20 - 0127996-78.2015.4.02.5006 Número antigo: 2015.50.06.127996-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: VALDIVINO PORTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA
ADVOGADO: Luciana Possa Machado
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0127996-78.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
APTE : VALDIVINO PORTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela parte autora, com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Cumpre ressaltar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação aos artigos da Constituição Federal supostamente violados.

No tocante à alegada obrigação de se aplicar o IPC-3i no reajuste do benefício previdenciário e não o INPC, cabe destacar que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.CRITÉRIO DE REAJUSTE. ART. 201, § 4º, DA CF E ART. 41-A DA LEI 8.213/91. PORTARIA MPS 142/2007. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Constituição Federal de 1988 assegurou o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei (art. 201, § 4º, da CF). Em atendimento à determinação constitucional, o art. 41-A da Lei 8.213/91, com a redação dada pela Lei 11.430/06, disciplinou o reajustamento dos benefícios previdenciários.

2. A Portaria MPS 142/2007 observou os comandos constitucional e legal ao fixar os critérios de reajustamento dos benefícios previdenciários, quais sejam: a) periodicidade anual do reajustamento; b) utilização da mesma data-base definida para reajuste do salário mínimo; c) proporcionalidade na concessão do reajuste, levando-se em conta a data de início do benefício ou do último reajustamento periódico nele promovido; e d) emprego do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3. Esta Corte já pacificou a orientação de que não é possível a utilização, para fins de reajuste dos benefícios previdenciários, dos mesmos índices previstos para reajuste dos benefícios de valor mínimo, devendo, nesse caso, ser observada a previsão legal insculpida na Lei 8.213/1991.

4. Agravo regimental desprovido."(AgRg no MS 12.806/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo também a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0136049-54.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.136049-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: BERNARDO HARDMAN DE CASTRO

ADVOGADO: JOSE MANUEL SILVA DE BRITO
ADVOGADO: HELIO DE CASTRO ROCHA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0136049-54.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : BERNARDO HARDMAN DE CASTRO
ADVOGADO : JOSE MANUEL SILVA DE BRITO e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por BERNARDO HARDMAN DE CASTRO, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 85 do CPC, assim como, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

42 - 0512699-02.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.512699-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 17:16
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DISTRIBUIDORA DE CARNES BARATEIRO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0512699-02.1900.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : DISTRIBUIDORA DE CARNES BARATEIRO LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 712 do Código de Processo Civil.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0077018-65.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.077018-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DISTRIBUIDORA DE FRUTAS PAPAYA LTDA
APELADO: ALBINO SALLES RIBEIRO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: FERNANDO SALES GOMES
APELADO: MARCOS JOSE CARUSO
ADVOGADO: ROBERTO LUIZ MACHADO
Originário: 0077018-65.1999.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : DISTRIBUIDORA DE FRUTAS PAPAYA LTDA
APDO : ALBINO SALLES RIBEIRO
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
APDO : FERNANDO SALES GOMES
APDO : MARCOS JOSE CARUSO
ADVOGADO : ROBERTO LUIZ MACHADO
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STJ no REsp nº 1340553 / RS (Tema 566: "Discute-se a sistemática para a contagem da prescrição intercorrente (prescrição após a propositura da ação) prevista no art. 40 e parágrafos da Lei da Execução Fiscal (Lei n. 6.830/80): qual o pedido de suspensão por parte da Fazenda Pública que inaugura o prazo de 1 (um) ano previsto no art. 40, § 2º, da LEF."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
41 - 0509408-71.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.509408-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FRANCISCO RECAREY VILAR
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0509408-71.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : FRANCISCO RECAREY VILAR
ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por FRANCISCO RECAREY VILAR, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 135, inciso I do CTN.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

40 - 0504768-54.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.504768-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: PHENIX - IND/ COM/ DE MOBILIARIO LTDA

ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0504768-54.2011.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

APTE : PHENIX - IND/ COM/ DE MOBILIARIO LTDA

ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por PHENIX — INDÚSTRIA E COMÉRCIO MOBILIÁRIO LTDA. com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: artigo 5º, incisos LIV e LV, artigo 150, inciso I e artigo 195, inciso I, "a".

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA À C.F., art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV. I. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. II. - Decisão contrária ao interesse da parte não configura negativa de prestação jurisdicional (C.F., art. 5º, XXXV). III. - A verificação, no caso concreto, da existência, ou não, do direito adquirido, situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LIV e LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. V. - Agravo não provido." (STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

25 - 0001788-09.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.001788-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: RENO FUNDIÇÃO E METALURGICA LTDA

APELADO: JORGE TORRES

APELADO: NILBERTO CARVALHO

ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS COSENTINO

ADVOGADO: LEVI FELISBERTO DA SILVA

ADVOGADO: WINNIE DE MOURA LOMBA

ADVOGADO: CRISTIANE ERCOLE SILVA

Originário: 0001788-09.2012.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : RENO FUNDIÇÃO E METALURGICA LTDA

APDO : JORGE TORRES

APDO : NILBERTO CARVALHO

ADVOGADO : FRANCISCO DE ASSIS COSENTINO e outros

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 219, §1º CPC/73.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

26 - 0005065-84.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.005065-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: VENUS TURISTICA LTDA

APELANTE: TRANSPORTADORA TRIAUTO LTDA

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0005065-84.2012.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : VENUS TURISTICA LTDA
APTE : TRANSPORTADORA TRIAUTO LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por VENUS TURISTICA LTDA E OUTRO com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : VENUS TURISTICA LTDA
APTE : TRANSPORTADORA TRIAUTO LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por VENUS TURISTICA LTDA E OUTRO, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a' da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0012835-94.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.012835-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 12:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALBA MARIA ALVES FERREIRA
APELANTE: JONNY HUCKLEBERRY SIQUEIRA
ADVOGADO: FLAVIO DE ARAUJO WILLEMAN
ADVOGADO: MARCELO VIEIRA PAULO
ADVOGADO: LIVIA CRESPO DE BARROS FERRAIUOLE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0012835-94.2013.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : ALBA MARIA ALVES FERREIRA
APTE : JONNY HUCKLEBERRY SIQUEIRA
ADVOGADO : FLAVIO DE ARAUJO WILLEMAN e outros
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ALBA MARIA ALVES FERREIRA e OUTRO, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O exame dos autos revela o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal, em conformidade com o art. 1.029 do Código de Processo Civil.

Quanto à alegação de violação ao dispositivo legal encartado nas razões do RE, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com a indicação do dispositivo constitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso, na forma do referido art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ALBA MARIA ALVES FERREIRA
APTE : JONNY HUCKLEBERRY SIQUEIRA
ADVOGADO : FLAVIO DE ARAUJO WILLEMAN e outros
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto ALBA MARIA ALVES FERREIRA e JONNY HUCKLEBERRY SIQUEIRA, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal, sendo certo que, em relação ao preparo, a Parte Recorrente formulou pedido de gratuidade de justiça no próprio recurso.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

35 - 0103006-09.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.103006-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ARPON INFORMATICA LTDA
APELANTE: ELIZABETH SAMPAIO DE ARAÚJO
APELANTE: PAULO MEIRELES PONTES
ADVOGADO: LUIZ GUILHERME OUROFINO IRINEU RODRIGUES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0103006-09.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
APTE : ARPON INFORMATICA LTDA
APTE : ELIZABETH SAMPAIO DE ARAÚJO
APTE : PAULO MEIRELES PONTES
ADVOGADO : LUIZ GUILHERME OUROFINO IRINEU RODRIGUES
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ARPON INFORMÁTICA LTDA e OUTROS com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo STJ, no julgamento do REsp nº 999901 / RS (Tema 82), submetido à sistemática dos recursos repetitivos, cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. INTERRUPÇÃO. PRECEDENTES. 1. A prescrição, posto referir-se à ação, quando alterada por novel legislação, tem aplicação imediata, conforme cediço na jurisprudência do Eg. STJ. 2. O artigo 40 da Lei nº 6.830/80, consoante entendimento originário das Turmas de Direito Público, não podia se sobrepor ao CTN, por ser norma de hierarquia inferior, e sua aplicação sofria os limites impostos pelo artigo 174 do referido Código. 3. A mera prolação do despacho ordinatório da citação do executado, sob o enfoque supra, não produzia, por si só, o efeito de interromper a prescrição, impondo-se a interpretação sistemática do art. 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80, em combinação com o art. 219, § 4º, do CPC e com o art. 174 e seu parágrafo único do CTN. 4. O processo, quando paralisado por mais de 5 (cinco) anos, impunha o reconhecimento da prescrição, quando houvesse pedido da parte ou de curador especial, que atuava em juízo como patrono sui generis do réu revel citado por edital. 5. A Lei Complementar 118, de 9 de fevereiro de 2005 (vigência a partir de 09.06.2005), alterou o art. 174 do CTN para atribuir ao despacho do juiz que ordenar a citação o efeito interruptivo da prescrição. (Precedentes: REsp 860128/RS, DJ de 782.867/SP, DJ 20.10.2006; REsp 708.186/SP, DJ 03.04.2006). 6. Destarte, consubstanciando norma processual, a referida Lei Complementar é aplicada imediatamente aos processos em curso, o que tem como consectário lógico que a data da propositura da ação pode ser anterior à sua vigência. Todavia, a data do despacho que ordenar a citação deve ser posterior à sua entrada em vigor, sob pena de retroação da novel legislação. 7. É cediço na Corte que a Lei de Execução Fiscal - LEF - prevê em seu art. 8º, III, que, não se encontrando o devedor, seja feita a citação por edital, que tem o condão de interromper o lapso prescricional. (Precedentes: RESP 1103050/BA, PRIMEIRA SEÇÃO, el. Min. Teori Zavascki, DJ de 06/04/2009; AgRg no REsp 1095316/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 12/03/2009; AgRg no REsp 953.024/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 15/12/2008; REsp 968525/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ. 18.08.2008; REsp 995.155/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ. 24.04.2008; REsp 1059830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJ. 25.08.2008; REsp 1032357/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ. 28.05.2008); 8. In casu, o executivo fiscal foi proposto em 29.08.1995, cujo despacho ordinatório da citação ocorreu anteriormente à vigência da referida Lei Complementar (fls. 80), para a execução dos créditos tributários constituídos em 02/03/1995 (fls. 81), tendo a citação por edital ocorrido em 03.12.1999. 9. Destarte, ressoa inequívoca a inocorrência da prescrição relativamente aos lançamentos efetuados em 02/03/1995 (objeto da insurgência especial), porquanto não ultrapassado o lapso temporal quinquenal entre a constituição do crédito tributário e a citação editalícia, que consubstancia marco interruptivo da prescrição. 10. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008."

Assim, considerando-se que o v. acórdão recorrido, primo ictu oculi, diverge da orientação firmada no julgado acima transcrito, encaminhem-se os autos ao órgão julgador, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Observe-se que, caso seja mantido o v. acórdão recorrido, os autos deverão voltar à conclusão para o juízo de admissibilidade, na forma do artigo 1.030, inciso V, alínea c, do CPC/2015.

Por outro lado, exercido o juízo de retratação, o presente recurso restará automaticamente prejudicado, independentemente de nova decisão desta Vice-Presidência, devendo a Subsecretaria do órgão julgador adotar as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

37 - 0146871-73.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.146871-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: QIED-SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADO: RAFAEL COZER ANTAKI
ADVOGADO: ROBERTA RODRIGUES VIEIRA UTINGA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0146871-73.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : QIED-SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA
ADVOGADO : RAFAEL COZER ANTAKI e outro
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por QIED – SOCIEDADE EDUCACIONAL LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto na sumula 213 do STJ.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

28 - 0015370-59.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015370-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: BARBADOS E BARBUDOS BAR E RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0015370-59.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : BARBADOS E BARBUDOS BAR E RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO : JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por BARBADOS E BARBUDOS BAR E RESTAURANTE LTDA com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
30 - 0028279-36.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.028279-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CIA/ PALMARES HOTEIS E TURISMO
ADVOGADO: SIMONE VOLOCH MAJZELS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0028279-36.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : CIA/ PALMARES HOTEIS E TURISMO
ADVOGADO : SIMONE VOLOCH MAJZELS
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por Cia Palmares Hoteis e Turismo com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas a e c da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 16 § 2 e 3 da Lei 6830/80, 1022 I e II do NCPC/15.
É o breve Relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.
Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.
Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0100011-74.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.100011-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0100011-74.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
APTE : AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO : BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por AERÓLEO TÁXI AÉREO S.A., com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 46, I, 47, I c/c art. 20, II, art. 49, ARTS. 96, 97, e 98 do CTN
É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por AERÓLEO TÁXI AÉREO S.A, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 5º, inciso II e § 2º, 146, III, "a", 150, I e II, 153, §3º, inciso II, e 154, I, da Constituição Federal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação ao dispositivo legal encartado nas razões do RE, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com a indicação do dispositivo constitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso, na forma do referido art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

36 - 0112309-95.2014.4.02.5006 Número antigo: 2014.50.06.112309-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 16:02

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: NATHAN SILVARES

ADVOGADO: MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO BORTOLINI CHAMOUN

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0112309-95.2014.4.02.5006 - 1ª Vara Federal Cível

APTE : NATHAN SILVARES

ADVOGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO SARLO BORTOLINI CHAMOUN

APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por NATHAN SILVARES, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 186 da Lei nº 8.112/90 e o artigo 30 da Lei nº 9.250/95.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
38 - 0181625-53.2014.4.02.5118 Número antigo: 2014.51.18.181625-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: REZENDE S/A ALCOOL E ACUCAR
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0181625-53.2014.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
APTE : REZENDE S/A ALCOOL E ACUCAR
ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por REZENDE S/A ÁLCOOL E AÇÚCAR, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, inciso I, do CPC, uma vez que o recorrente não indicou o dispositivo infraconstitucional violado, restando patente a irregularidade formal do presente recurso e atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.")
Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:
"(...)3. As teses trazidas no especial que não vieram acompanhadas da indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado carecem de delimitação, atraindo a incidência da Súmula 284/STF, por analogia. 4. Ausente o prequestionamento, consistente no debate prévio da questão submetida a esta Corte, carece o recurso especial de pressuposto de admissibilidade. Aplicação, no caso concreto, das Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ. 5. Não feita a impugnação específica, no recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal a quo para afastar a tese por ele apreciada, tem aplicação da Súmula 283/STF, por analogia. 6. Inviável, em recurso especial, a análise das alegações cuja apreciação demanda reexame do acervo fático-probatório. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)" (STJ - REsp: 1095381 PE 2008/0227650-0, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2013)
Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
29 - 0017417-69.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.017417-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: MALORGUE MARJORIE LAHORGUE MAURELL (ESPÓLIO)
TERCEIRO INTERESSADO: MAURO EMILIO MAURELL RECH

ADVOGADO: EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT
ADVOGADO: ERNESTO DUARTE PEREIRA JUNIOR
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0017417-69.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APTE : MALORGUE MARJORIE LAHORGUE MAURELL (ESPÓLIO)
T.INTER. : MAURO EMILIO MAURELL RECH
ADVOGADO : EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT e outro
APDO : OS MESMOS
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela MALORGUE MARJORIE LAHORGUE MAURELL (ESPÓLIO), com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 1.022, I CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
31 - 0062729-68.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.062729-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA
ADVOGADO: LUIZ EUGENIO PORTO SEVERO DA COSTA
ADVOGADO: GABRIEL ROSA DA ROCHA
ADVOGADO: RAPHAEL MARQUES BATISTA DE ALMEIDA BELTRAO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0062729-68.2015.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : TELEMAR NORTE LESTE S A
ADVOGADO : LUIZ GUSTAVO ANTONIO SILVA BICHARA e outros
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 574706/PR (Tema 69), estando pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1144469/PR), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 574706/PR (Tema 69), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por TELEMAR NORTE LESTE S/A, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 574706 RG / PR (Tema 69: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

34 - 0100478-31.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.100478-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: ZARDINI CONSULTORIA LTDA - EPP

ADVOGADO: WALTERLENO MAIFREDE NORONHA

ADVOGADO: BRISA ISABELLA CORREIA PEREIRA NORONHA

ADVOGADO: ROBSON FERREIRA

Originário: 0100478-31.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : ZARDINI CONSULTORIA LTDA - EPP

ADVOGADO : WALTERLENO MAIFREDE NORONHA e outros

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela UNIÃO com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

39 - 0502662-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.502662-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: LEMCON DO BRASIL LTDA
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0502662-80.2015.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : LEMCON DO BRASIL LTDA
ADVOGADO : JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por LEMCON DO BRASIL LTDA., com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 574706/RG (tema 69 – "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
46 - 0010662-05.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.010662-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/05/2015 15:00
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: NARA NÚBIA PEREIRA CUNTO SOUZA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0010662-05.2010.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APTE : NARA NÚBIA PEREIRA CUNTO SOUZA
DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO : OS MESMOS
DESPACHO

Fls. 463/464: Indefiro o pleito, haja vista que não restou comprovada a inconsistência do sistema eletrônico, tendo a União Federal sido devidamente intimada para ciência do acórdão de fl. 424, bem como para contrarrazoar o Agravo de fls. 428/443, constando tais atos processuais na tela reproduzida.

Mantenho as decisões de fls. 359/360 e 361/362 por seus próprios fundamentos.

Encaminhem-se os autos ao Tribunal Superior competente, na forma do artigo 1.042, §4º, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0000914-76.2011.4.02.5112 Número antigo: 2011.51.12.000914-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 18:40
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MUNICIPIO DE MIRACEMA
ADVOGADO: MARLON FERNANDES DE AZEVEDO
ADVOGADO: MAURICIO JOSE XAVIER JACCOUD

APELADO: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
Originário: 0000914-76.2011.4.02.5112 - 01ª Vara Federal de Itaperuna
APTE : MUNICIPIO DE MIRACEMA
ADVOGADO : MARLON FERNANDES DE AZEVEDO e outro
APDO : CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO : MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 24 da Lei 3.820/60.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
47 - 0011686-34.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.011686-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 07/12/2016 16:45
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SUELI JOSE MARIA LOPES BAPTISTA
ADVOGADO: HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
Originário: 0011686-34.2011.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : SUELI JOSE MARIA LOPES BAPTISTA
ADVOGADO : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : ANTONIO EMILIO CAPORALI
DESPACHO

Fl. 437: Á AREC para que proceda a alteração da autuação.

Defiro o pedido de vista formulado pelo Dr. Maurício Coimbra Guilherme Ferreira, OAB/RJ nº 151.056, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SUELI JOSE MARIA LOPES BAPTISTA
ADVOGADO : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SUELI JOSÉ MARIA LOPES BAPTISTA, às fls. 390/411, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente recurso encontra-se deserto, tendo em vista que não foi comprovado, no momento da interposição do recurso, o recolhimento do preparo, nem foi comprovado, após regular intimação da parte recorrente, o seu recolhimento em dobro, nos termos do artigo 1.007, §4º, do CPC/2015.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SUELI JOSE MARIA LOPES BAPTISTA
ADVOGADO : HERBERTH MEDEIROS SAMPAIO
APDO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por SUELI JOSÉ MARIA LOPES BAPTISTA, às fls. 374/389, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal concernente ao preparo, tendo em vista não ter sido comprovado, após regular intimação da parte recorrente, o seu recolhimento em dobro, nos termos do artigo 1.007, §4º, do CPC/2015.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
48 - 0017904-44.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.017904-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 15:06
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SERGIO SILVEIRA DE ARAUJO
APELADO: JOSE IGNACIO MOYSES
APELADO: JUREMA TELLES
APELADO: MARIA JOSE SEIXAS GRALHA
APELADO: MIRZE TAVEIRA PEREIRA
ADVOGADO: JOSE MARIA APOLIANO LIMA
ADVOGADO: LUIZ CARLOS SOUZA
Originário: 0017904-44.2012.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : SERGIO SILVEIRA DE ARAUJO
APDO : JOSE IGNACIO MOYSES
APDO : JUREMA TELLES
APDO : MARIA JOSE SEIXAS GRALHA
APDO : MIRZE TAVEIRA PEREIRA
ADVOGADO : JOSE MARIA APOLIANO LIMA e outro
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Tribunal.

É o relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Por outro lado, revela notar que "para ter cabimento o recurso especial pela letra 'a', é preciso demonstrar de forma inequívoca e frontal a violação ao texto infraconstitucional, e não de forma implícita ou oblíqua" (RSTJ 57/21). Confira-se ainda:

"Não se toma conhecimento de recurso especial em que se alega negativa de vigência de lei federal, porém não se faz a indicação do texto violado." (RSTJ 39/341). "Não se conhece do recurso especial se o recorrente 'não fundamenta a alegada vulneração' de lei federal (RSTJ 16/348), ou não indica os textos de

lei federal infraconstitucional contrariados pelo acórdão recorrido (STJ-4ª Turma, Ag 2.699-SP-AgRg, rel. Min. Barros Monteiro, j. 8.5.90, negaram provimento, v.u., DJU 28.5.90, p. 4.736, 2ª col., em.; STJ-3ª Turma, REsp 4.957-SP, rel. Min. Nilson Naves, j. 2.10.90, não conheceram do recurso, v.u., DJU 29.10.90, p. 12146, 2ª col., em.; STJ-1ª Turma, Ag 9.968-AM-AgRg, rel. Min. Geraldo Sobral, j. 19.6.91, negaram provimento, v.u., DJU 5.8.91, p. 9.982, 2ª col., em.; STJ-6ª Turma, REsp 30.510-3-GO, rel. Min. Pedro Acioli, j. 25.4.94, não conheceram, v.u., DJU 16.5.94, p. 11.789, 1ª col., em.), isto é, não se conhece do recurso se o recorrente não faz 'a particularização dos artigos de lei reputados de violados" (RSTJ 62/294).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

49 - 0031542-13.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.031542-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 24/10/2016 15:58

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JORGE ANTONIO PINTO DE MOURA

ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0031542-13.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : JORGE ANTONIO PINTO DE MOURA

ADVOGADO : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JORGE ANTONIO PINTO DE MOURA com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso com fundamento nas alínea a, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

51 - 0105137-54.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.105137-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 09/11/2016 18:18

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SUPERMERCADOS RIZZO LTDA

ADVOGADO: EDUARDO SANTOS SARLO

ADVOGADO: GUILHERME MACHADO COSTA

ADVOGADO: KAMYLO COSTA LOUREIRO

ADVOGADO: EDUARDO GIVAGO COELHO MACHADO

ADVOGADO: Urano Vieira de Medeiros Filho

ADVOGADO: LEONARDO VIVACQUA AGUIRRE

ADVOGADO: ANA PAULA CARVALHO PIRES
APELADO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0105137-54.2013.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal
APTE : SUPERMERCADOS RIZZO LTDA
ADVOGADO : EDUARDO SANTOS SARLO e outros
APDO : INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SUPERMERCADOS RIZZO LTDA com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando os autos, verifica-se que a guia de recolhimento relativa ao presente Recurso Especial não foi preenchida com o número do processo, o que revela o não atendimento do requisito extrínseco da regularidade formal, atraindo a incidência, mutatis mutandis, do verbete nº 187 da Súmula do STJ ("é deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos").

Neste sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE COBRANÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, DIANTE DA CONFIGURAÇÃO DA DESERÇÃO.

INSURGÊNCIA DO EXECUTADO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é iterativa no sentido de que a regularidade do preparo deve ser demonstrada mediante a juntada de cópia da Guia de Recolhimento da União, com a indicação precisa do número do processo de referência, no âmbito do qual fora interposto o recurso especial, sempre acompanhada do respectivo comprovante de pagamento, sob pena de deserção. Precedentes.

2. Na guia de recolhimento da União (GRU), deve constar, necessariamente, a indicação do número de referência do processo de origem. Não existindo correspondência entre o número de referência contido na guia de recolhimento e o número do processo sob análise, incide a Súmula n. 187/STJ: "É deserto o recurso interposto para o Superior Tribunal de Justiça, quando o recorrente não recolhe, na origem, a importância das despesas de remessa e retorno dos autos" (AgRg no AREsp 613.706/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 08/05/2015).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 918.722/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 22/02/2017 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. PREENCHIMENTO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO - GRU. AUSÊNCIA DO NÚMERO DE REFERÊNCIA. DESERÇÃO. SÚMULA N. 187/STJ. INCIDÊNCIA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - É entendimento consolidado nesta Corte segundo o qual deve constar na Guia de Recolhimento da União (GRU) ou no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) o número correto do processo de origem no campo número de referência, sob pena de não conhecimento do recurso.

III - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Agravo Interno improvido."

(AgInt no AREsp 929.918/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/12/2016, DJe 19/12/2016 – sem grifos no original)

Assim, em não tendo sido, na hipótese, o preparo realizado de forma regular, resta inviabilizado o conhecimento do presente recurso, que se tem como deserto.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
44 - 0001287-38.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.001287-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 16:55
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA ANGELA SA FREIRE DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001287-38.2014.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : MARIA ANGELA SA FREIRE DANTAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça. A respeito, vide, dentre outros:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR DO EX-TERRITÓRIO DO AMAPÁ. EXTENSÃO DE VANTAGEM E GRATIFICAÇÃO PAGAS AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. EXISTÊNCIA. IMUTABILIDADE DO JULGADO.

1. Conforme art. 535 do Código de Processo Civil, é devida a integração na existência de vícios capazes de tornar trecho do acórdão embargado obscuro ou contraditório, os quais, entretanto, sem força bastante para prejudicar ou alterar na hipótese o provimento sobre a tese em discussão.

2. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a extensão de vantagens, de que trata o art. 65 da Lei 10.486/2002, refere-se apenas àquelas previstas na própria Lei. Assim, inviável a concessão, aos impetrantes, de vantagens criadas por legislação superveniente e destinadas, exclusivamente, aos Militares do Distrito Federal, conforme determina a Súmula 339/STF.(MS 13.833/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 03/02/2014)

3. Embargos de declaração acolhidos para sanar a obscuridade e a contradição apontadas, mantendo-se, no entanto, a denegação da segurança.

(EDcl no MS 13.831/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 20/05/2015 – original sem grifos)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente recurso discute questão já enfrentada pelo STF, que não reconheceu a existência de repercussão geral da matéria, no julgamento do ARE 870776 RG/RJ (tema 803: "Paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal."), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL E SEUS PENSIONISTAS. PARIDADE REMUNERATÓRIA COM OS MILITARES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL. LEI 10.486/02 E DECRETO 28.371/07. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à paridade remuneratória entre os militares

do antigo e do atual Distrito Federal, fundada na interpretação da Lei 10.486/02 e do Decreto 28.371/07, é de natureza infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC." (ARE 870776 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 09/04/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-073 DIVULG 17-04-2015 PUBLIC 20-04-2015 – sem grifos no original)

Desta forma, negada a existência de repercussão geral da questão jurídica debatida nesta sede recursal, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea a, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
45 - 0002620-34.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002620-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/02/2017 14:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANDRÉ ARRUDA LOBATO RODRIGUES CARMO
ADVOGADO: RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARÃES
APELADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APELADO: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0002620-34.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
APTE : ANDRÉ ARRUDA LOBATO RODRIGUES CARMO
ADVOGADO : RICARDO BERMUDES MEDINA GUIMARÃES
APDO : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR : PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APDO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Parte Autora, às fls. 579/594, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A Parte Recorrente sustenta, em apertada síntese, que o v. acórdão recorrido conteria ofensa ao artigo 1.022, inciso II, do CPC/2015, bem como teria violado o artigo 330, inciso I, do mesmo diploma legal e, ainda, os artigos 35, §3º, 37 e 41 do Decreto nº 3.298/99, e artigos 5º e 6º do Decreto nº 5.296/2004, que regulamentam a Lei nº 7.853/99.

Contrarrazões apresentadas pelo Estado do Espírito Santo às fls. 783/788.

É o breve relatório. Decido.

O exame dos autos revela o preenchimento dos pressupostos genéricos de admissibilidade, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade, regularidade formal e preparo.

Ademais, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
52 - 0129672-04.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.129672-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15
Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ELIZABETE APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADO: ELAYNE DOS SANTOS CARDOSO COSTA
Originário: 0129672-04.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : ELIZABETE APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADO : ELAYNE DOS SANTOS CARDOSO COSTA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal/88, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos de admissibilidade, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do dispositivo infraconstitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o Recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

A par desse aspecto, observe-se que não houve prequestionamento no que concerne aos dispositivos constitucionais tidos por violados no acórdão recorrido, não se manifestando este Tribunal sobre temas constitucionais, decidindo-se a lide no plano infraconstitucional, não havendo, pois, parâmetros suficientes para conduzir a matéria ao crivo do Supremo.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

53 - 0501946-53.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.501946-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 07/06/2016 15:58

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ

ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA

APELADO: BNI BANCO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

ADVOGADO: CHRISTIANE D'ELIA

ADVOGADO: FELIPE RIBEIRO ALVES

Originário: 0501946-53.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ

ADVOGADO : MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA

APDO : BNI BANCO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

ADVOGADO : CHRISTIANE D'ELIA e outro

DESPACHO

Fls. 224/226: Considerando que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência, em razão de já ter sido exercido o juízo de admissibilidade do Recurso Especial interposto, nada a prover.

Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

Encaminhem-se os autos ao Tribunal Superior competente, na forma do artigo 1.042, §4º, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

50 - 0081591-53.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.081591-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 14:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MARCILIA AYDEA GALLINDO DE ASSIS

ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS

APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0081591-53.2016.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : MARCILIA AYDEA GALLINDO DE ASSIS

ADVOGADO : MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS

APDO : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

A pretensão da Parte Recorrente não merece prosperar.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Inclusive, veja-se o seguinte julgado em caso análogo:

"PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ASDNER. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PREVENÇÃO DO JUÍZO DA AÇÃO COLETIVA. INEXISTÊNCIA. 1. Cinge-se a lide a definir o Juízo competente para a apreciação de execução individual fundamentada em título executivo judicial proveniente do julgamento de ação coletiva. 2. Não se extrai do acórdão vergastado debate quanto à impossibilidade de execuções individuais, decorrentes da Ação Coletiva, serem executadas no domicílio dos beneficiários da sentença, isto é, em outras Seções Judiciárias do território nacional. Portanto, quanto a este aspecto, não falar em coisa julgada. 3. Com efeito, no julgamento do Conflito de Competência 131.123/DF, a Primeira Seção do STJ decidiu que o ajuizamento de execução individual derivada de decisão proferida no julgamento de ação coletiva não segue a regra dos arts. 475-A e 575, II, do CPC, tendo como foro de competência o domicílio do exequente, nos moldes dos arts. 98, § 2°, I, e 101, I, do Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido: AgRg no AgRg no REsp 1.432.389/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19.5.2014; AgRg no REsp 1.432.236/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 23.5.2014. 4. Recurso Especial provido." (Grifos nossos) (REsp 1501670/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2015, DJe 30/06/2015)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

54 - 0000699-58.2010.4.02.5105 Número antigo: 2010.51.05.000699-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição por Prevenção - 06/02/2017 15:11

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MAURICIO SANGLARD SCHUABB

ADVOGADO: ITAMAR SOUZA CARDINOT

REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

Originário: 0000699-58.2010.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : MAURICIO SANGLARD SCHUABB

ADVOGADO : ITAMAR SOUZA CARDINOT

REMETENTE : JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO - RJ

DESPACHO

Fls. 401/402: Considerando a discordância do INSS informada às fls. 379/380, deve o Recurso Extraordinário permanecer sobrestado, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, até o pronunciamento do STF no RE nº 870.947 / SE (Tema 810: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009"), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática da repercussão geral.

Publique-se e intimem-se.

Decorrido in albis o prazo para manifestação, e em cumprimento aos termos do artigo 1º da Resolução nº 16, deste Eg. Tribunal Regional Federal, publicada no DJe de 11/05/2011, dê-se baixa dos autos ao Juízo de origem, com as cautelas de estilo.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

55 - 0001904-23.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.001904-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 25/07/2016 17:53

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: JOSE CELSO TORRES

ADVOGADO: JOSUE COSTA OLIVEIRA

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ

Originário: 0001904-23.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JOSE CELSO TORRES

ADVOGADO : JOSUE COSTA OLIVEIRA

REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA / RJ

DESPACHO

Fl. 427: Considerando que, a teor do artigo 995 do Código de Processo Civil, os Recursos Especial e Extraordinário não possuem efeito suspensivo, deve a parte interessada adotar, perante o Juízo de piso, as providências que entender necessárias ao cumprimento do julgado, na forma do art. 522 do CPC.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

58 - 0101128-15.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.101128-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARIA APARECIDA MENECHINI COSTA

ADVOGADO: JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS

ADVOGADO: ANDRE ARAUJO ALVES DA SILVA

ADVOGADO: CASSIA BERTASSONE DA SILVA

ADVOGADO: David Ramos Vieira

REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES

Originário: 0101128-15.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : MARIA APARECIDA MENECHINI COSTA

ADVOGADO : JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS e outros

REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por MARIA APARECIDA MENECHINI COSTA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 661256/DF (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : MARIA APARECIDA MENECHINI COSTA

ADVOGADO : JOSE EDUARDO SILVERIO RAMOS e outros

REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA APARECIDA MENECHINI COSTA, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STJ no REsp nº 1334488/SC (Tema 563: "Discute-se a possibilidade de renunciar à aposentadoria concedida (desaposentação) no Regime Geral de Previdência Social e necessidade de devolução dos valores recebidos pelo segurado para novo e posterior jubilamento."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

61 - 0114604-23.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.114604-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: LUSIA DOS SANTOS CAIADO

ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES

Originário: 0114604-23.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : LUSIA DOS SANTOS CAIADO

ADVOGADO : MARCUS ELY SOARES DOS REIS

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

No que tange-se à contrariedade ao artigo 1022 do CPC, antigo artigo 535, do Código de Processo Civil de 1973, verifica-se que o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não há ofensa ao mencionado dispositivo legal, "[...] se o Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração - opostos com a finalidade de prequestionamento - demonstra não existir omissão a ser suprida." (STJ, REsp nº 466.627/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/04/2003).

Ressalte-se, ainda, que "[...] não viola o art. 535 do CPC, nem nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou,

entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia.” (STJ, AgRg no Ag nº 723.251/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 24/04/2006).

Quanto a questão referente a interrupção da prescrição por força de Ação Civil Pública, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexatio quaestio em conformidade com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Inclusive, veja-se o seguinte julgado, mutantis mutandis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas.

3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição.

4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB).

5. Recurso Especial não provido." (grifos nossos)

(REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Da mesma forma, no tocante à alegada violação ao art. 103 da Lei nº 8.213/1991, quando da incidência dos tetos constitucionais, destaca-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO IMEDIATA DOS TETOS PREVISTOS NAS ECS 20/98 E 41/2004. NORMAS SUPERVENIENTES. PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A teor do entendimento consignado pelo STF e no STJ, em se tratando de direito oriundo de legislação superveniente ao ato de concessão de aposentadoria, não há falar em decadência.

3. No caso, a aplicação dos novos tetos surgiu somente com as EC's 20/98 e 41/03, motivo pelo qual se revela de rigor o afastamento da decadência.

4. Recurso especial a que se nega provimento."

(REsp 1420036/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 14/05/2015)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO PEDIDO DE IRSM/1994. DECADÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. ESCLARECIMENTO QUANTO À NÃO INCIDÊNCIA DO REFERIDO DISPOSITIVO NAS PRETENSÕES DE APLICAÇÃO DOS TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.

2. Por conseguinte, não incide a decadência prevista no art. 103, caput, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes dos citados marcos legais, pois consubstanciam mera revisão das prestações supervenientes ao ato de concessão.

3. A Instrução Normativa INSS/PRES 45, de 6 de agosto de 2010, corrobora tal entendimento: "art. 436. Não se aplicam às revisões de reajustamento e às estabelecidas em dispositivo legal, os prazos de decadência de que tratam os arts. 103 e 103-A da Lei 8.213, de 1991".

4. Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 564.354/SE, submetido à sistemática da repercussão geral, nos termos art. 543-B, § 3º, do CPC, afirmou que "não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n.

20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a

observar o novo teto constitucional" 5. Embargos de Declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, apenas para prestar esclarecimentos."

(EDcl no AgRg no REsp 1444992/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 04/08/2015)

Por fim, quanto às razões alegadas para a reforma da questão central, aplicação do teto, essa possui contornos constitucionais, afastando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza a admissão do presente Recurso.

Veja-se o julgado prolatado pelo STJ em caso análogo:

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. ECS 20/1998 E 41/2003. REVISÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Não há violação do art. 535 do CPC. Como aventado nos Embargos de Declaração, a Corte Regional dispôs que, "com relação ao presente feito, o beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição foi concedido ao autor em 10.08.92, tendo como renda mensal inicial o valor de R$ 1.616.400,29 (valor em cruzeiros), limitado ao teto da época".

2. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, como ocorreu no presente caso, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e, REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

3. No mérito, o INSS sustenta que "o julgado ora recorrido, ao entender pelo direito à majoração do beneficio, com base apenas no fato de que o salário de beneficio havia sido tetado na origem findou por violar os artigos que determinam os tetos previdenciários, no caso, os arts. 29, § 2º e 33 da lei 8213/9 1, já que os retirou dos cálculos do beneficio" (fl. 169/e-STJ).

4. O Tribunal a quo considerou apenas o fato de a renda mensal inicial ter sido limitada ao teto para fundamentar as diferenças pleiteadas, e em nenhum momento determinou a desconsideração dos tetos do salário de benefício. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

5. Por fim, a questão relativa à aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 possui contornos constitucionais, tanto que é objeto de decisão sob o regime da Repercussão Geral na Corte Suprema (RE 564.354, Rel. Ministra Carmen Lúcia, DJ 15.2.2011).

6. A discussão de matéria constitucional afasta a competência do STJ, já que o exame da violação de dispositivos da Constituição Federal é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (Grifos nossos)

(REsp 1471480/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 05/12/2014)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea “a”, da Constituição Federal em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que, no tocante à incidência dos tetos constitucionais previstos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003 aos benefícios previdenciários concedidos anteriormente às suas vigências, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 564354 / SE, - inclusive com reconhecimento de repercussão geral (Tema 76) já se pronunciou definitivamente sobre esta questão jurídica, cuja ementa transcrevo a seguir:

"DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a

constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." (Grifos nossos)

(RE 564354, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, NEGO SEGUIMENTO ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea a, do Código de Processo Civil de 2015.

No tocante à suposta ocorrência do instituto da decadência, verifica-se que eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636/STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida").

Como já decidiu o Pretório Excelso:

"Agravo regimental no recurso extraordinário. Direito Previdenciário. Revisão de benefício. Decadência. Medida provisória nº 1.523/1997. Aplicação aos benefícios concedidos anteriormente a sua vigência. Repercussão geral reconhecida. Legislação infraconstitucional. Ofensa reflexa. Precedentes. 1. O Plenário da Corte, no exame do RE nº 626.489/SE-RG, Relator o Ministro Roberto Barroso, concluiu que "o prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista[;] tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição". 2. Inviável, em recurso extraordinário, a interpretação da legislação infraconstitucional e a análise de ofensa reflexa à Constituição Federal. 3. Agravo regimental não provido." (grifos nossos)

(RE 909230 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 27/10/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-249 DIVULG 10-12-2015 PUBLIC 11-12-2015)

Ante o exposto:

1 - Nego seguimento ao Recurso Extraordinário no tocante à incidência dos tetos constitucionais previstos nas Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003 aos benefícios previdenciários concedidos anteriormente às suas vigências.

2 - Inadmito o Recurso Extraordinário no tocante à suposta violação ao instituto da decadência.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

62 - 0139433-59.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.139433-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: CLODOMAR DO NASCIMENTO ROCHA

ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Originário: 0139433-59.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : CLODOMAR DO NASCIMENTO ROCHA

ADVOGADO : IDELI MENDES DA SILVA

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto a questão referente a interrupção da prescrição por força de Ação Civil Pública, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexatio quaestio em conformidade com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Inclusive, veja-se o seguinte julgado, mutantis mutandis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas.

3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição.

4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB).

5. Recurso Especial não provido." (grifos nossos)

(REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Da mesma forma, no tocante à alegada violação ao art. 103 da Lei nº 8.213/1991, quando da incidência dos tetos constitucionais, destaca-se que o entendimento esposado no Acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, conforme abaixo transcrito:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. APLICAÇÃO IMEDIATA DOS TETOS PREVISTOS NAS ECS 20/98 E 41/2004. NORMAS SUPERVENIENTES. PRAZO DECADENCIAL PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. NÃO INCIDÊNCIA.

1. Não ocorre ofensa ao art. 535 do CPC, quando o Tribunal de origem dirime, fundamentadamente, as questões que lhe são submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. A teor do entendimento consignado pelo STF e no STJ, em se tratando de direito oriundo de legislação superveniente ao ato de concessão de aposentadoria, não há falar em decadência.

3. No caso, a aplicação dos novos tetos surgiu somente com as EC's 20/98 e 41/03, motivo pelo qual se revela de rigor o afastamento da decadência.

4. Recurso especial a que se nega provimento."

(REsp 1420036/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 14/05/2015)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO PEDIDO DE IRSM/1994. DECADÊNCIA. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. ESCLARECIMENTO QUANTO À NÃO INCIDÊNCIA DO REFERIDO DISPOSITIVO NAS PRETENSÕES DE APLICAÇÃO DOS TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.

2. Por conseguinte, não incide a decadência prevista no art. 103, caput, da Lei 8.213/1991 nas pretensões de aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 a benefícios previdenciários concedidos antes dos citados marcos legais, pois consubstanciam mera revisão das prestações supervenientes ao ato de concessão.

3. A Instrução Normativa INSS/PRES 45, de 6 de agosto de 2010, corrobora tal entendimento: "art. 436. Não se aplicam às revisões de reajustamento e às estabelecidas em dispositivo legal, os prazos de decadência de que tratam os arts. 103 e 103-A da Lei 8.213, de 1991".

4. Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 564.354/SE, submetido à sistemática da repercussão geral, nos termos art. 543-B, § 3º, do CPC, afirmou que "não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n.

20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional" 5. Embargos de Declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, apenas para prestar esclarecimentos."

(EDcl no AgRg no REsp 1444992/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 04/08/2015)

Por fim, quanto às razões alegadas para a reforma da questão central, aplicação do teto, essa possui contornos constitucionais, afastando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza a admissão do presente Recurso.

Veja-se o julgado prolatado pelo STJ em caso análogo:

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. ECS 20/1998 E 41/2003. REVISÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Não há violação do art. 535 do CPC. Como aventado nos Embargos de Declaração, a Corte Regional dispôs que, "com relação ao presente feito, o beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição foi concedido ao autor em 10.08.92, tendo como renda mensal inicial o valor de R$ 1.616.400,29 (valor em cruzeiros), limitado ao teto da época".

2. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, como ocorreu no presente caso, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e, REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

3. No mérito, o INSS sustenta que "o julgado ora recorrido, ao entender pelo direito à majoração do beneficio, com base apenas no fato de que o salário de beneficio havia sido tetado na origem findou por violar os artigos que determinam os tetos previdenciários, no caso, os arts. 29, § 2º e 33 da lei 8213/9 1, já que os retirou dos cálculos do beneficio" (fl. 169/e-STJ).

4. O Tribunal a quo considerou apenas o fato de a renda mensal inicial ter sido limitada ao teto para fundamentar as diferenças pleiteadas, e em nenhum momento determinou a desconsideração dos tetos do salário de benefício. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

5. Por fim, a questão relativa à aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 possui contornos constitucionais, tanto que é objeto de decisão sob o regime da Repercussão Geral na Corte Suprema (RE 564.354, Rel. Ministra Carmen Lúcia, DJ 15.2.2011).

6. A discussão de matéria constitucional afasta a competência do STJ, já que o exame da violação de dispositivos da Constituição Federal é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (Grifos nossos)

(REsp 1471480/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 05/12/2014)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

63 - 0158355-51.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.158355-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 13:42

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: VALTER GOMES FERREIRA

ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0158355-51.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : VALTER GOMES FERREIRA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -- INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 97 e 104 da lei nº 8.078/90, art.21 da lei nº 7.347/85, parágrafo 1º do art.240 do CPC e parágrafo único do art.103 da lei nº 8.213/91.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
64 - 0163377-90.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.163377-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FRANCISCO JOSE DE SOUZA E MELLO
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0163377-90.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : FRANCISCO JOSE DE SOUZA E MELLO
ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Extraordinário foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nas ECs 20/98 E 5° e EC 41/2003.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso extraordinário, a teor do enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 26 da Lei N° 8870/94, art. 5º da Lei Nº 11960/09.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por FRANCISCO JOSE DE SOUZA E MELLO, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 219 parágrafo 1º, e 240 parágrafo 1º do CPC e art. 203 do Código Civil.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

65 - 0170853-82.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.170853-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: GLORIA ANACLETA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: EVANDRO JOSE LAGO

REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0170853-82.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : GLORIA ANACLETA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : EVANDRO JOSE LAGO
REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por GLORIA ANACLETA DE OLIVEIRA, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 564354/SE - sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 76: "Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.") -, cuja ementa transcrevo a seguir:

"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." (RE 564354, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0005583-69.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.005583-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 13:02
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SANDINO FERREIRA SANTIAGO
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0005583-69.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : SANDINO FERREIRA SANTIAGO
ADVOGADO : MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

57 - 0060463-11.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.060463-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 13:02

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: NORMANDO GARCIA DA COSTA

ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0060463-11.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : NORMANDO GARCIA DA COSTA

ADVOGADO : MARCUS ELY SOARES DOS REIS

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

59 - 0103656-85.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.103656-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MARIA LUCIA SIMOES PIMENTEL AVELLAR

ADVOGADO: MURILO JOSÉ BORGONOVO

ADVOGADO: MARCELO MERIZIO

ADVOGADO: IVAN CARLOS ROBERTO REIS
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
ADVOGADO: HENRIQUE EMANOEL DA SILVA ANDRADE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
Originário: 0103656-85.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : MARIA LUCIA SIMOES PIMENTEL AVELLAR
ADVOGADO : MURILO JOSÉ BORGONOVO e outros
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

60 - 0108512-92.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.108512-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA ANTONIETTA SAADE MONTEIRO
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0108512-92.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : MARIA ANTONIETTA SAADE MONTEIRO
ADVOGADO : CARLOS BERKENBROCK e outro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0531346-35.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.531346-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EPL CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO: CRISTIANO GERALDO COSTA DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0531346-35.2003.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : EPL CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO : CRISTIANO GERALDO COSTA DOS SANTOS
REMETENTE : JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no art. 40, §§1º a 4º, da LEI 6.830/80.
É o relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
66 - 0002274-76.2011.4.02.5102 Número antigo: 2011.51.02.002274-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: TAMAST COMPLEXO DE RECREACAO E ESPORT LTDA
ADVOGADO: BRUNO MIGUEL DRUDE
ADVOGADO: IGOR CHAVES DA COSTA
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0002274-76.2011.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APTE : TAMAST COMPLEXO DE RECREACAO E ESPORT LTDA
ADVOGADO : BRUNO MIGUEL DRUDE e outro

APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela UNIÃO FEDERAL, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

72 - 0502510-71.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.502510-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SHELL BRASIL LTDA
ADVOGADO: JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0502510-71.2011.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : SHELL BRASIL LTDA
ADVOGADO : JOAO DACIO DE SOUZA PEREIRA ROLIM
REMETENTE : JUÍZO DA 11ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por A UNIÃO / FAZENDA NACIONAL , com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.120.295 - SP (Tema: 383), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE O FISCO COBRAR JUDICIALMENTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO POR ATO DE FORMALIZAÇÃO PRATICADO PELO CONTRIBUINTE (IN CASU, DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS). PAGAMENTO DO TRIBUTO DECLARADO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADA. PECULIARIDADE: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS QUE NÃO PREVÊ DATA POSTERIOR DE VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, UMA VEZ JÁ DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. 1. O prazo prescricional qüinqüenal para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário conta-se da data estipulada como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada (mediante DCTF, GIA, entre outros), nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que, não obstante cumprido o dever instrumental de declaração da exação devida, não restou adimplida a obrigação principal (pagamento antecipado), nem sobreveio quaisquer das causas suspensivas da exigibilidade do crédito ou interruptivas do prazo prescricional (Precedentes da Primeira Seção: EREsp 658.138/PR, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministra Eliana Calmon, julgado em 14.10.2009, DJe 09.11.2009; REsp 850.423/SP, Rel. Ministro Castro Meira, julgado em 28.11.2007, DJ 07.02.2008; e AgRg nos EREsp 638.069/SC, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 25.05.2005, DJ 13.06.2005). 2. A prescrição, causa extintiva do crédito tributário, resta assim regulada pelo artigo 174, do

Código Tributário Nacional, verbis: "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

(...)

I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005) II - pelo protesto judicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor." 3. A constituição definitiva do crédito tributário, sujeita à decadência, inaugura o decurso do prazo prescricional qüinqüenal para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário. 4. A entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, de Guia de Informação e Apuração do ICMS – GIA, ou de outra declaração dessa natureza prevista em lei (dever instrumental adstrito aos tributos sujeitos a lançamento por homologação), é modo de constituição do crédito tributário, dispensando a Fazenda Pública de qualquer outra providência conducente à formalização do valor declarado (Precedente da Primeira Seção submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC: REsp 962.379/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, julgado em 22.10.2008, DJe 28.10.2008). 5. O aludido entendimento jurisprudencial culminou na edição da Súmula 436/STJ, verbis: "A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco." 6. Conseqüentemente, o dies a quo do prazo prescricional para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário declarado, mas não pago, é a data do vencimento da obrigação tributária expressamente reconhecida. 7. In casu: (i) cuida-se de créditos tributários atinentes a IRPJ (tributo sujeito a lançamento por homologação) do ano-base de 1996, calculado com base no lucro presumido da pessoa jurídica; (ii) o contribuinte apresentou declaração de rendimentos em 30.04.1997, sem proceder aos pagamentos mensais do tributo no ano anterior; e (iii) a ação executiva fiscal foi proposta em 05.03.2002. (...)"RECURSO ESPECIAL Nº 1.120.295 - SP (2009/0113964-5) RELATOR: MINISTRO LUIZ FUX. BRASÍLIA (DF), DATA DO JULGAMENTO: 12 DE MAIO DE 2010.

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

67 - 0003287-79.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.003287-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: BIOXXI SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA
APELANTE: TRUSHER SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA
APELANTE: A ADLER CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0003287-79.2012.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : BIOXXI SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA
APTE : TRUSHER SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA
APTE : A ADLER CONSULTORIA LTDA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por BIOXXI SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA E OUTROS, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por BIOXXI SERVICOS DE ESTERILIZACAO LTDA E OUTROS, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

68 - 0009256-50.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.009256-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG FILHO

APELADO: ANTONIO DE PADUA MOTTA

ADVOGADO: RODRIGO LOUREIRO MARTINS

REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA / ES

Originário: 0009256-50.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal

APTE : COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : CARLOS FERNANDO MONTEIRO LINDENBERG FILHO

APDO : ANTONIO DE PADUA MOTTA

ADVOGADO : RODRIGO LOUREIRO MARTINS

REMETENTE : JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA / ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS - CVM, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 50, artigo 1.033 a 1.038, artigos 1.102 a 1.116, do CC e o artigo 1.022, incisos II e III, do CPC.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0010175-39.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.010175-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 12:52
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA
ADVOGADO: MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA
ADVOGADO: ÁLVARO AUGUSTO LAUFF MACHADO
ADVOGADO: IVON ALCURE DO NASCIMENTO
ADVOGADO: ALEXANDRE PUPPIM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0010175-39.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA
ADVOGADO : MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA e outros
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto por DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA. com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.
Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.
Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.
Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA
ADVOGADO : MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA e outros
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO
Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA. com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA

ADVOGADO : MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA e outros

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por UNIÃO FEDERAL com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : DISTRIBUIDORA NUTRIAL LTDA

ADVOGADO : MARCUS FELIPE BOTELHO PEREIRA e outros

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela UNIÃO FEDERAL com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

70 - 0022674-46.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022674-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 16:55

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: CIPA - ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: PEDRO SOLIA PAMPLONA
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0022674-46.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : CIPA - ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO : PEDRO SOLIA PAMPLONA
REMETENTE : JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela UNIÃO com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral nos Recursos Extraordinários nºs 565.160/SC (Tema 20), 576.967/PR (Tema 72) e 593.068/SC (Tema 163).

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal nos paradigmas acima citados.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

71 - 0129325-43.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.129325-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: GHISOLFI LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO: AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR
ADVOGADO: JOSE ANTONIO NEFFA JUNIOR
ADVOGADO: VICTOR HADDAD NADER FAFÁ
ADVOGADO: LÍGIA KUNZENDORFF
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
Originário: 0129325-43.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : GHISOLFI LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO : AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR e outros
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por GHISOLFI LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 574706/PR (Tema 69: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS".), estando pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1144469/PR), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 574706/PR (Tema 69), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : GHISOLFI LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA
ADVOGADO : AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR e outros
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por GHISOLFI LOGÍSTICA E TRANSPORTE LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 574706/RG (tema 69 – "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
74 - 0008882-93.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.008882-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 01/07/2016 16:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: LUIZ GABRIEL RIBEIRO MARTINS
REPRESENTANTE: NARCILEI RIBEIRO GUIMARÃES MARTINS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0008882-93.2011.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : LUIZ GABRIEL RIBEIRO MARTINS
REPRES. : NARCILEI RIBEIRO GUIMARÃES MARTINS
DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
P.RÉ : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REMETENTE : JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DESPACHO
Fls. 375/376: Dê-se vista à União Federal.
Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : LUIZ GABRIEL RIBEIRO MARTINS
REPRES. : NARCILEI RIBEIRO GUIMARÃES MARTINS
DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
P.RÉ : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REMETENTE : JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela União Federal com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto à análise dos mencionados pressupostos, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015. Neste sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, que editou o Enunciado Administrativo nº 02, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.".

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido, alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC de 1973. A respeito, vide, dentre outros:

"ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. AUSÊNCIA NA LISTA BÁSICA DO SUS. PREVALÊNCIA DA LEI 8.080/90. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Apresentado como único óbice ao fornecimento de medicamento, a ausência do fármaco na lista básica do SUS, embora possua registro na ANVISA, não exime o estado de prestar ao cidadão o necessário atendimento, em enlevo ao direito à vida e à saúde previsto na Lei 8.080/1990, máxime na hipótese dos autos, em que o ente estatal não indicou substituto.

2. "Não se pode admitir, consoante reiterada jurisprudência desta Casa de Justiça, que regras burocráticas, previstas em portarias ou normas de inferior hierarquia, prevaleçam sobre direitos fundamentais como a vida e a saúde" (AgRg no AREsp 817.892/RS, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 12/5/2016).

Recurso especial provido."

(REsp 1585522/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 17/06/2016 – original sem grifos)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. POLO PASSIVO. COMPOSIÇÃO ISOLADA OU CONJUNTA. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA REAFIRMADA NO STF.

1. O Estado - as três esferas de Governo - tem o dever de assegurar a todos os cidadãos, indistintamente, os direitos à dignidade humana, à vida e à saúde, conforme inteligência dos arts. 1º, 5º, caput, 6º, 196 e 198, I, da Constituição da República.

2. Trata-se de obrigação solidária decorrente da própria Constituição Federal, razão pela qual a divisão de atribuições feita pela Lei n. 8.080/1990, que constituiu o Sistema Único de Saúde - SUS -, não afasta a responsabilidade do ora demandado de fornecer medicamentos e/ou tratamentos médicos a quem deles necessite.

3. O fato de o medicamento não integrar a lista básica do SUS não tem o condão de eximir a União do dever imposto pela ordem constitucional, sendo sua a responsabilidade em atender àqueles que, como o ora agravado, não possuem condições financeiras de adquirir o tratamento adequado por meios próprios.

4. Não se pode admitir, consoante reiterada jurisprudência desta Casa de Justiça, que regras burocráticas, previstas em portarias ou normas de inferior hierarquia, prevaleçam sobre direitos fundamentais como a vida e a saúde.

5. "O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente". (RE 855.178/PE, Relator Min. LUIZ FUX, Julgamento: 05/03/2015, Repercussão Geral - mérito, DJe 16/03/2015).

6. No caso, o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, evidenciou a necessidade da medicação prescrita, conforme prova pericial juntada aos autos. A inversão do julgado demandaria o reexame de prova, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

7. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 817.892/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 12/05/2016 – original sem grifos)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : LUIZ GABRIEL RIBEIRO MARTINS
REPRES. : NARCILEI RIBEIRO GUIMARÃES MARTINS
DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
P.RÉ : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : Procurador do Estado do Rio de Janeiro
REMETENTE : JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela União Federal com fundamento no art. 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A Parte Recorrente sustenta, em síntese, a existência de violação ao art. 2º, (princípio da separação dos poderes) e ao art. 5º, I, da Constituição da República (isonomia).

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto à análise dos mencionados pressupostos, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015.

Compulsando os autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Supremo Tribunal Federal:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO À SAÚDE. MEDICAMENTO NÃO PADRONIZADO. FORNECIMENTO PELO PODER PÚBLICO. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que, apesar do caráter meramente programático atribuído ao art. 196 da Constituição Federal, o Estado não pode se eximir do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde dos cidadãos. 2. O Supremo Tribunal Federal tem se orientado no sentido de ser possível ao Judiciário a determinação de fornecimento de medicamento não incluído na lista padronizada fornecida pelo SUS, desde que reste comprovação de que não haja nela opção de tratamento eficaz para a enfermidade. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (ARE 926469 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 07/06/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 20-06-2016 PUBLIC 21-06-2016 – sem grifos no original)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RE 855.178-RG. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO FORA DA LISTA DO SUS. POSSIBILIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO." (ARE 831915 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/04/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-089 DIVULG 03-05-2016 PUBLIC 04-05-2016 – sem grifos no original)

Portanto, revela-se aplicável à presente hipótese o enunciado nº 286 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ("Não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do Supremo Tribunal Federal já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida").

Outrossim, a análise do recurso interposto exigiria, para a formação de qualquer conclusão, que se reexaminasse o contexto fático-probatório dos autos, o que esbarraria no enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF, in verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário".

Dessa forma, tem-se que o pretendido revolvimento do conjunto fático-probatório significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0046738-52.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.046738-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:22

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ANTONIO CARLOS SILVA DA ROCHA
ADVOGADO: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
APELANTE: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0046738-52.2015.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ANTONIO CARLOS SILVA DA ROCHA
ADVOGADO : CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
APTE : CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
76 - 0142957-21.2015.4.02.5104 Número antigo: 2015.51.04.142957-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 15:15
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
PARTE AUTORA: RAIMUNDO ITAMAR MENDES DE FREITAS
ADVOGADO: EDERSON CLEYTON DA COSTA CASTRO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Originário: 0142957-21.2015.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
P.AUTORA : RAIMUNDO ITAMAR MENDES DE FREITAS
ADVOGADO : EDERSON CLEYTON DA COSTA CASTRO
P.RÉ : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE : JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Neste sentido, mutatis mutandi:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REMOÇÃO. ANÁLISE DE EVENTUAL VIOLAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DEPENDENTE DE REELABORAÇÃO DA ESTRUTURA FÁTICA CONSTANTE DO ACÓRDÃO REGIONAL. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 17.8.2012. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos preceitos constitucionais indicados nas razões recursais. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. Desatendida a exigência do art. 102, III, "a", da Lei Maior, nos termos da remansosa jurisprudência desta Suprema Corte. 2. Divergir da conclusão da Corte Regional exigiria a reelaboração da moldura fática delineada no acórdão da origem, procedimento vedado em sede extraordinária. Aplicação da Súmula nº 279/STF: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". 3. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 4. Agravo regimental conhecido e não provido." (RE 910420 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 01/12/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-254 DIVULG 16-12-2015 PUBLIC 17-12-2015)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. REMOÇÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (ARE 915418 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 01/12/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 17-12-2015 PUBLIC 18-12-2015)

Dessa forma, tem-se que o pretendido revolvimento do conjunto fático-probatório significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
77 - 0001587-40.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.001587-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CLARA OLIMPIA DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0774407-60.1900.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
AGVTE : CLARA OLIMPIA DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO : TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
AGVDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CLARA OLIMPIA DE OLIVEIRA COSTA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 236, § 1º, do Código de Processo Civil de 1973.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0002354-78.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.002354-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 12/09/2016 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: RALPH ANTONIO PIMENTEL MONTEIRO
ADVOGADO: LUCIANA FARIA MONTEIRO
AGVTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
AGVDO : RALPH ANTONIO PIMENTEL MONTEIRO
ADVOGADO : LUCIANA FARIA MONTEIRO
DESPACHO

Considerando que a cópia da certidão de óbito acostada à fl. 127 noticia que o de cujus deixou seis filhos(as) maiores, indefiro, por ora, o pleito de habilitação formulado por Sheila Rocha dos Santos, posto que, neste caso, a substituição da parte em Juízo cabe a todos os sucessores, a teor do art. 110 do CPC.

Assim, determino a intimação da requerente para que forneça o endereço dos demais sucessores, de modo a viabilizar a intimação prevista no art. 313, § 2º, II, do CPC de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0103468-94.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103468-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A
ADVOGADO: RICARDO OLIVEIRA GODOI
ADVOGADO: ALEXANDER GUSTAVO LOPES DE FRANÇA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0009914-11.2012.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
AGVTE : CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A
ADVOGADO : RICARDO OLIVEIRA GODOI e outro
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 313, V, "a" do CPC.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

103 - 0105135-18.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105135-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: GIUSEPPE MANTUANO
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0542981-08.2006.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : GIUSEPPE MANTUANO
ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por GIUSEPPE MANTUANO, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1371128 / RS (Tema 630), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA EM VIRTUDE DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DE PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. ART. 10, DO DECRETO N. 3.078/19 E ART. 158, DA LEI N. 6.404/78 - LSA C/C ART. 4º, V, DA LEI N. 6.830/80 - LEF. 1. A mera afirmação da Defensoria Pública da União - DPU de atuar em vários processos que tratam do mesmo tema versado no recurso representativo da controvérsia a ser julgado não é suficiente para caracterizar-lhe a condição de amicus curiae . Precedente: REsp. 1.333.977/MT, Segunda Seção, Rel. Min. Isabel Gallotti, julgado em 26.02.2014. 2. Consoante a Súmula n. 435/STJ: "Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente ". 3. É obrigação dos gestores das empresas manter atualizados os respectivos cadastros, incluindo os atos relativos à mudança de endereço dos estabelecimentos e, especialmente, referentes à dissolução da sociedade. A regularidade desses

registros é exigida para que se demonstre que a sociedade dissolveu-se de forma regular, em obediência aos ritos e formalidades previstas nos arts. 1.033 à 1.038 e arts. 1.102 a 1.112, todos do Código Civil de 2002 - onde é prevista a liquidação da sociedade com o pagamento dos credores em sua ordem de preferência - ou na forma da Lei n. 11.101/2005, no caso de falência. A desobediência a tais ritos caracteriza infração à lei. 4. Não há como compreender que o mesmo fato jurídico "dissolução irregular" seja considerado ilícito suficiente ao redirecionamento da execução fiscal de débito tributário e não o seja para a execução fiscal de débito não-tributário. "Ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio ". O suporte dado pelo art. 135, III, do CTN, no âmbito tributário é dado pelo art. 10, do Decreto n. 3.078/19 e art. 158, da Lei n. 6.404/78 - LSA no âmbito não-tributário, não havendo, em nenhum dos casos, a exigência de dolo. 5. Precedentes: REsp. n. 697108 / MG, Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 28.04.2009; REsp. n. 657935 / RS , Primeira Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 12.09.2006; AgRg no AREsp 8.509/SC, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 4.10.2011; REsp 1272021 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 07.02.2012; REsp 1259066/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe28/06/2012; REsp.n. º 1.348.449 - RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 11.04.2013; AgRg no AG nº 668.190 - SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 13.09.2011; REsp. n.º 586.222 - SP, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 23.11.2010; REsp 140564 / SP, Quarta Turma, Rel. Min. Barros Monteiro, julgado em 21.10.2004. 6. Caso em que, conforme o certificado pelo oficial de justiça, a pessoa jurídica executada está desativada desde 2004, não restando bens a serem penhorados. Ou seja, além do encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, não houve a reserva de bens suficientes para o pagamento dos credores. 7. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008." BRASÍLIA (DF), 10 DE SETEMBRO DE 2014. , RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES.

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

83 - 0001762-34.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.001762-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 12:52

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: LAB TOSTES ANALISES CLINICA E ANATOMIA PATOLO

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0002539-59.2003.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

AGVTE : LAB TOSTES ANALISES CLINICA E ANATOMIA PATOLO

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS e outro

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por LAB. TOSTES ANÁLISES CLÍNICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, inciso I, do CPC, uma vez que o recorrente não indicou o dispositivo infraconstitucional violado, restando patente a irregularidade formal do presente recurso e atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.")

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"(...)3. As teses trazidas no especial que não vieram acompanhadas da indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado carecem de delimitação, atraindo a incidência da Súmula 284/STF, por analogia. 4. Ausente o prequestionamento, consistente no debate prévio da questão submetida a esta Corte, carece o recurso especial de pressuposto de admissibilidade. Aplicação, no caso concreto, das Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ. 5. Não feita a impugnação específica, no recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal a quo para afastar a tese por ele apreciada, tem aplicação da Súmula 283/STF, por analogia. 6. Inviável, em recurso especial, a análise das alegações cuja apreciação demanda reexame do acervo fático-probatório. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)" (STJ - REsp: 1095381 PE 2008/0227650-0, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2013)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por LAB. TOSTES ANÁLISES CLÍNICAS E ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: art. 5°, inciso II.

É o breve Relatório. Decido.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE RISCO DE VIDA. DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 02.6.2014. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos arts. 150, I, 154, I, e 195, I, "a", da Constituição Federal. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. 3. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Magna Carta. 4. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 5. Agravo regimental conhecido e não provido." (RE 869633 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 18/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 31-08-2015 PUBLIC 01-09-2015).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

87 - 0003537-84.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.003537-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: OLAM BRASIL LTDA
ADVOGADO: WALDEMAR DECCACHE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
Originário: 0102877-24.1992.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
AGVTE : OLAM BRASIL LTDA
ADVOGADO : WALDEMAR DECCACHE
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por OLAM BRASIL LTDA., com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 489, § 1°, inciso IV, e §3°, e artigo 1.022, incisos I e II, e parágrafo único, inciso I, do CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0004582-26.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.004582-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 16/11/2016 13:50
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A
ADVOGADO: RICARDO OLIVEIRA GODOI
ADVOGADO: ALEXANDER GUSTAVO LOPES DE FRANÇA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0012532-02.2007.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
AGVTE : CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A
ADVOGADO : RICARDO OLIVEIRA GODOI e outro
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CAPUABA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA S/A com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC de 1973. A respeito, vide, dentre outros:

"PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. BEM IMÓVEL. TÍTULO TRANSLATIVO NÃO AVERBADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. PROPRIEDADE NÃO COMPROVADA. DIREITO DE RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA AO BEM OFERECIDO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA NECESSIDADE DE FLEXIBILIZAÇÃO DA ORDEM LEGAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO.

1. Não se configura a alegada negativa de prestação jurisdicional, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Registre-se que não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram.

Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

2. A mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja Embargos de Declaração. Esse não é o objetivo dos Aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que foram trazidos à tutela jurisdicional no momento processual oportuno.

3. Consoante se extrai dos arts. 1.227 e 1.245 do Código Civil, a comprovação da propriedade de imóvel somente se faz através da apresentação da escritura devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente.

4. In casu, o Tribunal de origem consignou expressamente que a escritura pública de compra e venda do imóvel dado em garantia não foi averbada no Registro de Imóveis, razão pela qual não merece prosperar a irresignação

5. Ademais, a jurisprudência da Primeira Seção do STJ, ratificada em julgamento submetido ao regime do art. 543-C do CPC, é no sentido de que a Fazenda Pública pode recusar o bem oferecido à penhora, se não observada a ordem legal dos bem penhoráveis, pois inexiste preponderância, em abstrato, do princípio da menor onerosidade para o devedor sobre o da efetividade da tutela executiva. Exige-se, para a superação da ordem prevista nos arts. 655 do CPC/1973 e 11 da LEF, argumentação baseada em elementos do caso concreto (REsp 1.337.790/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 7.1.2013).

6. Desse modo, não se verifica a existência de direito subjetivo da parte executada à aceitação do bem oferecido à penhora.

7. Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.

8. Recurso Especial não provido."

(REsp 1635909/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016 - sem grifos no original)

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM DUPLICIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. BEM IMÓVEL. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. ORDEM DE INDICAÇÃO NÃO OBSERVADA. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. Quando há interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão, apenas o primeiro poderá ser submetido a análise, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de mais de um recurso contra a mesma decisão judicial.

2. As teses apresentadas no agravo regimental não foram enfrentadas pelo acórdão recorrido, o que determina a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

3. "Para que se configure o prequestionamento da matéria, deve-se extrair do acórdão recorrido manifestação direta sobre as questões jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, única forma de se abstrair a tese jurídica a ser examinada e decidida (EDcl no AREsp 395.497/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 21/11/2013, DJe 29/11/2013.).

4. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que é legítima a recusa da Fazenda Pública de bem oferecido à penhora quando não observada a ordem prevista nos arts. 655 do CPC e 11 da Lei 6.830/80, inclusive em sede de recurso repetitivo (art. 543-C do CPC), no julgamento do REsp 1.090.898/SP, Rel. Min. Castro Meira.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1497617/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 30/05/2016 – original sem grifos)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o

entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA DE BEM IMÓVEL. SUBSTITUIÇÃO. BEM SITUADO EM COMARCA DISTANTE DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E GRAVADO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. RECUSA DO CREDOR. ACÓRDÃO QUE ATESTOU JUSTA A RECUSA DO CREDOR COM BASE EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVERSÃO DO JULGADO.

IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. DECISÃO MANTIDA.

1. A corte local indeferiu o pedido de substituição de penhora efetuado pelos executados por ter sido ela recusada pelo credor, bem como pelo fato de o imóvel estar situado em comarca distante da capital e gravado com cláusula de alienação fiduciária, entendendo que tais situações dificultariam ou causariam atraso na entrega da prestação jurisdicional.

2. A revisão das circunstâncias fáticas que levaram as instâncias de cognição plena a não admitir a substituição da garantia é medida que encontra intransponível óbice na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Inaplicabilidade do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, ao caso concreto, ante os termos do Enunciado nº 1 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 816.718/GO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

92 - 0005303-75.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.005303-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 16/11/2016 13:49

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: PHILIP MURRAY PENN

ADVOGADO: NEY MOREIRA DA FONSECA

ADVOGADO: NEIDI GONCALVES DE AGUIAR

ADVOGADO: MAIRA BARROS DE SOUZA DOS SANTOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0537213-09.2003.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : PHILIP MURRAY PENN

ADVOGADO : NEY MOREIRA DA FONSECA e outros

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por PHILIP MURRAY PENN, às fls. 228/238, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido, alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça. A respeito, vide, dentre outros:

"TRIBUTÁRIO. CITAÇÃO POR EDITAL. SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DA NOMEAÇÃO DE CURADOR. MOMENTO DA TRIANGULAÇÃO PROCESSUAL. NULIDADE AFASTADA. EMPRESA QUE DEIXA DE FUNCIONAR NO DOMICÍLIO FISCAL SEM COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. PRESUNÇÃO. SÚMULA 435/STJ.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO. MATÉRIAS CONHECÍVEIS DE OFÍCIO.

1. "O Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp 999.901/RS, processado e julgado sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento no sentido de que a citação, mesmo que realizada por edital, tem o condão de interromper o curso da prescrição na execução fiscal" (AgRg nos EDcl no Ag 1.358.012/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 8/5/2014).

Assim, resta afastada a prescrição.

2. "Ausência de curador especial ao executado revel não tem o condão de tornar nula a citação por edital efetivada, visto que sua nomeação somente ocorrerá em momento posterior à triangulação processual, quando verificado que, mesmo após a efetivação do ato citatório, o réu se manteve revel. Exegese da Súmula 196/STJ: 'Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanecer revel, sera nomeado curador especial, com legitimidade para apresentação de embargos.'" (AgRg nos EDcl no AREsp 459.256/MG, Rel.

Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2/4/2014).

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior firmou a compreensão, consubstanciada na Súmula 435, no sentido de que se presume dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

4. A teor do que dispõe a Súmula 393/STJ, na execução fiscal é admissível a exceção de pré-executividade relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. Na hipótese dos autos, não cabe nenhuma análise que ultrapasse o conhecimento sumário das informações postas nos autos.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no REsp 1504808/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2015, DJe 20/08/2015 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO POR EDITAL. INTERRUPÇÃO. PRECEDENTES.

1. A prescrição, posto referir-se à ação, quando alterada por novel legislação, tem aplicação imediata, conforme cediço na jurisprudência do Eg. STJ.

2. O artigo 40 da Lei nº 6.830/80, consoante entendimento originário das Turmas de Direito Público, não podia se sobrepor ao CTN, por ser norma de hierarquia inferior, e sua aplicação sofria os limites impostos pelo artigo 174 do referido Código.

3. A mera prolação do despacho ordinatório da citação do executado, sob o enfoque supra, não produzia, por si só, o efeito de interromper a prescrição, impondo-se a interpretação sistemática do art. 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80, em combinação com o art. 219, § 4º, do CPC e com o art. 174 e seu parágrafo único do CTN.

4. O processo, quando paralisado por mais de 5 (cinco) anos, impunha o reconhecimento da prescrição, quando houvesse pedido da parte ou de curador especial, que atuava em juízo como patrono sui generis do réu revel citado por edital.

5. A Lei Complementar 118, de 9 de fevereiro de 2005 (vigência a partir de 09.06.2005), alterou o art. 174 do CTN para atribuir ao despacho do juiz que ordenar a citação o efeito interruptivo da prescrição. (Precedentes: REsp 860128/RS, DJ de 782.867/SP, DJ 20.10.2006; REsp 708.186/SP, DJ 03.04.2006).

6. Destarte, consubstanciando norma processual, a referida Lei Complementar é aplicada imediatamente aos processos em curso, o que tem como consectário lógico que a data da propositura da ação pode ser anterior à sua vigência. Todavia, a data do despacho que ordenar a citação deve ser posterior à sua entrada em vigor, sob pena de retroação da novel legislação.

7. É cediço na Corte que a Lei de Execução Fiscal - LEF - prevê em seu art. 8º, III, que, não se encontrando o devedor, seja feita a citação por edital, que tem o condão de interromper o lapso prescricional. (Precedentes: RESP 1103050/BA, PRIMEIRA SEÇÃO, el. Min. Teori Zavascki, DJ de 06/04/2009; AgRg no REsp 1095316/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJe 12/03/2009; AgRg no REsp 953.024/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 15/12/2008; REsp 968525/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJ. 18.08.2008; REsp 995.155/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, DJ. 24.04.2008; REsp 1059830/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJ. 25.08.2008; REsp 1032357/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJ. 28.05.2008);

8. In casu, o executivo fiscal foi proposto em 29.08.1995, cujo despacho ordinatório da citação ocorreu anteriormente à vigência da referida Lei Complementar (fls. 80), para a execução dos créditos tributários constituídos em 02/03/1995 (fls. 81), tendo a citação por edital ocorrido em 03.12.1999.

9. Destarte, ressoa inequívoca a inocorrência da prescrição relativamente aos lançamentos efetuados em 02/03/1995 (objeto da insurgência especial), porquanto não ultrapassado o lapso temporal quinquenal entre a constituição do crédito tributário e a citação editalícia, que consubstancia marco interruptivo da prescrição.

10. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à instância de origem para prosseguimento do executivo fiscal, nos termos da fundamentação expendida. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008."

(REsp 999.901/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 10/06/2009 – sem grifos no original)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL AFASTADA, POR MOROSIDADE DO PODER JUDICIÁRIO. REEXAME DE PROVAS DOS AUTOS. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 106 E 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 999.901/RS (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 10/06/2009), sob o rito do art. 543-C do CPC, adotou as seguintes premissas a respeito da interrupção da prescrição, para cobrança de créditos tributários: (a) na vigência da redação original do inciso I do parágrafo único do art. 174 do CTN, o despacho judicial ordenador da citação, por si só, não possuía o efeito de interromper a prescrição, pois se impunha a interpretação sistemática do art. 8º, § 2º, da Lei 6.830/80, em combinação com o art. 219, § 4º, do CPC e com o parágrafo único do mencionado art. 174 do CTN; (b) a Lei Complementar 118/2005, que alterou o art. 174 do CTN, o fez para atribuir, ao despacho do juiz que ordenar a citação, o efeito interruptivo da prescrição, porém, a data desse despacho deve ser posterior à entrada em vigor da mencionada Lei Complementar, sob pena de indevida retroação da novel legislação; (c) a Lei de Execução Fiscal, em seu art. 8º, III, prevê que, não se encontrando o devedor, seja feita a citação por edital, que tem o condão de interromper o lapso prescricional.

II. Nos presentes autos, o Tribunal de origem fez consignar, no acórdão recorrido, que afastou a prescrição quinquenal, por entender que se aplicava a Súmula 106 do STJ ao caso, tendo em vista que a culpa pela demora na citação do executado deu-se pela morosidade do Poder Judiciário.

III. A Primeira Seção do STJ, sob o rito do art. 543-C do CPC, firmou orientação no sentido de que "a verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado a esta Corte Superior, na estreita via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7/STJ" (STJ, REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 01/02/2010).

IV. Agravo Regimental improvido."

(AgRg no AREsp 569.803/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 25/09/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

94 - 0007674-12.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.007674-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: JOSE HENRIQUE MARTINS LEAO TEIXEIRA

ADVOGADO: JAYME SOARES DA ROCHA
ADVOGADO: LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: VANGUARDA RIO GRAFICA S/A
ADVOGADO: JOSE MARCO TAYAH
PARTE RÉ: EDIR RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0038705-74.1995.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : JOSE HENRIQUE MARTINS LEAO TEIXEIRA
ADVOGADO : JAYME SOARES DA ROCHA e outro
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ : VANGUARDA RIO GRAFICA S/A
ADVOGADO : JOSE MARCO TAYAH
P.RÉ : EDIR RODRIGUES PEREIRA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSÉ HENRIQUE MARTINS LEÃO TEIXEIRA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 134 e 135 do CTN.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0010252-45.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010252-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: HELIOVAL CONSTRUCAO LTDA
AGRAVADO: HÉLIO RODRIGUES ALVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0540721-26.2004.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : HELIOVAL CONSTRUCAO LTDA
AGVDO : HÉLIO RODRIGUES ALVES
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por

violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

96 - 0010603-18.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010603-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: MECANOTUBO ESTRUTURAS INDUSTRIAIS LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0023921-96.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

AGVDO : MECANOTUBO ESTRUTURAS INDUSTRIAIS LTDA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 489, 854 e 926, do Código de Processo Civil.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

97 - 0010607-55.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010607-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: SANOLE COM/ DE ROUPAS LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0006321-28.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

AGVDO : SANOLE COM/ DE ROUPAS LTDA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

98 - 0010614-47.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.010614-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: CATARINA OLIVEIRA SABOYA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0119921-27.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

AGVDO : CATARINA OLIVEIRA SABOYA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 489, §1º, V, 854, e 926, do CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

99 - 0012919-04.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012919-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: CIA. USINA DO OUTEIRO

ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: ESPÓLIO DE ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
PARTE RÉ: GASTAO WAGNER
PARTE RÉ: MARIA ÂNGELA CAMPELO INOJOSA DE ANDRADE
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
Originário: 0037208-53.1994.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
AGVTE : CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ : ESPÓLIO DE ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
P.RÉ : GASTAO WAGNER
P.RÉ : MARIA ÂNGELA CAMPELO INOJOSA DE ANDRADE
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CIA. USINA DO OUTEIRO, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 174 do CTN.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
100 - 0013562-59.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013562-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001229-32.2014.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
AGVTE : LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por LABORATORIO TOSTES - ANALISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 1.209, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por LABORATORIO TOSTES - ANÁLISES CLINICAS E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Extraordinário foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 5°, II e art. 37, caput, ambos da Constituição Federal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso extraordinário, a teor do enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
101 - 0013876-05.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013876-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: COLEGIO SENHORA DA PENA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001018-33.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : COLEGIO SENHORA DA PENA
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS e outro
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por COLEGIO SENHORA DA PENA LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, inciso I, do CPC, uma vez que o recorrente não indicou o dispositivo infraconstitucional violado, restando patente a irregularidade formal do presente recurso e atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.")

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"(...)3. As teses trazidas no especial que não vieram acompanhadas da indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado carecem de delimitação, atraindo a incidência da Súmula 284/STF, por analogia. 4. Ausente o prequestionamento, consistente no debate prévio da questão submetida a esta Corte, carece o recurso especial de pressuposto de admissibilidade. Aplicação, no caso concreto, das Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ. 5. Não feita a impugnação específica, no recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal a quo para afastar a tese por ele apreciada, tem aplicação da Súmula 283/STF, por analogia. 6. Inviável, em recurso especial, a análise das alegações cuja apreciação demanda reexame do acervo fático-probatório. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)" (STJ - REsp: 1095381 PE 2008/0227650-0, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2013)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por COLEGIO SENHORA DA PENA LTDA com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: artigo 5º, inciso II, e artigo 37.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA À C.F., art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV. I. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. II. - Decisão contrária ao interesse da parte não configura negativa de prestação jurisdicional (C.F., art. 5º, XXXV). III. - A verificação, no caso concreto, da existência, ou não, do direito adquirido, situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação

de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LIV e LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. V. - Agravo não provido." (STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

79 - 0000066-26.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000066-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNICA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA - ME

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0094582-95.2015.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : UNICA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA - ME

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ÚNICA ADMINISTRADOÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA – ME com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: artigo 5º, inciso II, e artigo 37.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA À C.F., art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV. I. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. II. - Decisão contrária ao interesse da parte não configura negativa de prestação jurisdicional (C.F., art. 5º, XXXV). III. - A verificação, no caso concreto, da existência, ou não, do direito adquirido, situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LIV e LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. V. - Agravo não provido." (STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ÚNICA ADMINISTRAÇÃO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA - ME, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, inciso I, do CPC, uma vez que o recorrente não indicou o dispositivo infraconstitucional violado, restando patente a irregularidade formal do presente recurso e atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.")

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"(...)3. As teses trazidas no especial que não vieram acompanhadas da indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado carecem de delimitação, atraindo a incidência da Súmula 284/STF, por analogia. 4. Ausente o prequestionamento, consistente no debate prévio da questão submetida a esta Corte, carece o recurso especial de pressuposto de admissibilidade. Aplicação, no caso concreto, das Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ. 5. Não feita a impugnação específica, no recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal a quo para afastar a tese por ele apreciada, tem aplicação da Súmula 283/STF, por analogia. 6. Inviável, em recurso especial, a análise das alegações cuja apreciação demanda reexame do acervo fático-probatório. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)" (STJ - REsp: 1095381 PE 2008/0227650-0, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2013)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

80 - 0000653-48.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000653-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: ROLAND FEIERTAG
AGRAVANTE: ROGÉRIO JOSÉ MORAES FEIERTAG
AGRAVANTE: BRAMINEX BRASILEIRA DE MARMORE EXPORTADORA SA
ADVOGADO: JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: BRAMINEX MINERACAO LTDA
PARTE RÉ: BRAMINEX MINERAÇAO DE CALCARIO S/A
PARTE RÉ: GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S/A
PARTE RÉ: TRIANON ADMINISTRAÇAO E COMERCIO LTDA
PARTE RÉ: ROMA ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0033372-11.1999.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
AGVTE : ROLAND FEIERTAG
AGVTE : ROGÉRIO JOSÉ MORAES FEIERTAG
AGVTE : BRAMINEX BRASILEIRA DE MARMORE EXPORTADORA SA
ADVOGADO : JOSÉ ARILDO VALADÃO DE ANDRADE
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ : BRAMINEX MINERACAO LTDA
P.RÉ : BRAMINEX MINERAÇAO DE CALCARIO S/A
P.RÉ : GRANBRASIL GRANITOS DO BRASIL S/A
P.RÉ : TRIANON ADMINISTRAÇAO E COMERCIO LTDA

P.RÉ : ROMA ADMINISTRAÇÃO E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ROLAND FEIERTAG E OUTROS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 124 e 135, inciso III do CTN.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

81 - 0000718-43.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000718-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000241-53.2006.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé
AGVTE : INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA., com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, inciso I, do CPC, uma vez que o recorrente não indicou o dispositivo infraconstitucional violado, restando patente a irregularidade formal do presente recurso e atraindo a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.")

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"(...)3. As teses trazidas no especial que não vieram acompanhadas da indicação do dispositivo de lei federal que se considera violado carecem de delimitação, atraindo a incidência da Súmula 284/STF, por analogia. 4. Ausente o prequestionamento, consistente no debate prévio da questão submetida a esta Corte, carece o recurso especial de pressuposto de admissibilidade. Aplicação, no caso concreto, das Súmulas 282 e 356/STF e 211/STJ. 5. Não feita a impugnação específica, no recurso especial, do fundamento utilizado pelo Tribunal a quo para afastar a tese por ele apreciada, tem aplicação da Súmula 283/STF, por analogia. 6. Inviável, em recurso especial, a análise das alegações cuja apreciação demanda reexame do acervo fático-probatório. Aplicação da Súmula 7/STJ. (...)" (STJ - REsp: 1095381 PE 2008/0227650-0, Relator:

Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 01/10/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2013)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: art. 5°, II e 37, caput.

É o breve Relatório. Decido.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE RISCO DE VIDA. DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 02.6.2014. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos arts. 150, I, 154, I, e 195, I, "a", da Constituição Federal. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. 3. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Magna Carta. 4. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 5. Agravo regimental conhecido e não provido." (RE 869633 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 18/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 31-08-2015 PUBLIC 01-09-2015).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

82 - 0001529-03.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.001529-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: CIA. USINA DO OUTEIRO

ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA

Originário: 0062689-23.1991.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos

AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

AGVDO : CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 6º, §§ 2º e 4º do Decreto-Lei 308/1967 e artigo 1º, inciso II, e artigo 2º, do Decreto-Lei 2471/1988.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
84 - 0002766-72.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002766-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CIA. USINA DO OUTEIRO
AGRAVANTE: RICARDO GOMES DE MENDONCA
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0061251-59.1991.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
AGVTE : CIA. USINA DO OUTEIRO
AGVTE : RICARDO GOMES DE MENDONCA
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CIA. USINA DO OUTEIRO, nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 14, 85, §§ 1º a 3º, I e II, e 4º a 6º, 489, 493, 933, 1.022, I e II, do CPC e ART. 6º da LINDB.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Neste sentido já decidiu o eg. STJ:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE SUA MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Em princípio, descabe ao STJ revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ. II. Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado, pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF). III. Porém, "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos

a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto" (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014). IV. Na hipótese, os honorários de advogado foram fixados, pela sentença, em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). O Tribunal a quo, por sua vez, atento às circunstâncias a que se refere o § 4º do art. 20 do CPC, manteve a verba honorária, considerando, principalmente, que "a atuação dos procuradores do executado se resumiu a apresentação de exceção de pré-executividade que versa apenas sobre a decadência dos créditos tributários, a qual foi imediatamente acolhida pelo Município exequente, o que confirma que a lide não possui natureza complexa". Dadas as peculiaridades da causa, delineadas no acórdão recorrido, não se mostra irrisória a quantia fixada, em juízo de equidade, a título de honorários advocatícios. Assim, deve ser mantida a decisão agravada, visto que, efetivamente, incide, na espécie, a Súmula 7 do STJ. V. Agravo Regimental improvido." (AgRg no REsp 1509084/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

85 - 0003248-20.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003248-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: Marmoraria Tugapan LTDA

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0110342-84.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : Marmoraria Tugapan LTDA

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS e outro

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por MARMORARIA TUGAPAN LTDA com fundamento no artigo 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº RE 683099 RG / MG - sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 631: "Desnecessidade de comprovação do prévio exaurimento das vias extrajudiciais de busca de bens para o deferimento de penhora eletrônica pelo denominado sistema Bacen Jud, requerida após a Lei11.382/2006.") -, cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENHORA DE DINHEIRO OU DE ATIVOS FINANCEIROS. SISTEMA BACEN-JUD. DILIGÊNCIAS PRÉVIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS PENHORÁVEIS PASSÍVEIS DE CONSTRIÇÃO. NECESSIDADE. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL (ART. 543-A DO CPC). 1. A controvérsia a respeito da legitimidade de penhora de dinheiro ou outros ativos financeiros pelo sistema eletrônico do denominado Bacen-Jud independentemente do prévio esgotamento das vias extrajudiciais para localização de outros bens penhoráveis é de natureza infraconstitucional, não havendo, portanto, matéria constitucional a ser analisada (AI 830805 AgR, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 23/05/2012; ARE 642119 AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, DJe de 15/03/2012; AI 807715 AgR, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, DJe de 25/11/2010; AI 789312 AgR, Rel. Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, DJe de 25/10/2010). 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Constituição Federal se dê de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, Pleno, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC. (ARE 683099 RG,

Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 14/02/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-053 DIVULG 19-03-2013 PUBLIC 20-03-2013).

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARMOARARIA TUGAPAN LTDA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.112.943 - MA (Tema: 219), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CIVIL. PENHORA. ART. 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. ADVENTO DA LEI N.º 11.382/2006. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO – PENHORA ON LINE. a) A penhora on line, antes da entrada em vigor da Lei n.º 11.382/2006, configura-se como medida excepcional, cuja efetivação está condicionada à comprovação de que o credor tenha tomado todas as diligências no sentido de localizar bens livres e desembaraçados de titularidade do devedor. b) Após o advento da Lei n.º 11.382/2006, o Juiz, ao decidir acerca da realização da penhora on line, não pode mais exigir a prova, por parte do credor, de exaurimento de vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Trata-se de ação monitória, ajuizada pela recorrente, alegando, para tanto, titularizar determinado crédito documentado por contrato de adesão ao "Crédito Direto Caixa", produto oferecido pela instituição bancária para concessão de empréstimos. A recorrida, citada por meio de edital, não apresentou embargos, nem ofereceu bens à penhora, de modo que o Juiz de Direito determinou a conversão do mandado inicial em título executivo, diante do que dispõe o art. 1.102-C do CPC. - O Juiz de Direito da 6ª Vara Federal de São Luiz indeferiu o pedido de penhora on line, decisão que foi mantida pelo TJ/MA ao julgar o agravo regimental em agravo de instrumento, sob o fundamento de que, para a efetivação da penhora eletrônica, deve o credor comprovar que esgotou as tentativas para localização de outros bens do devedor. - Na espécie, a decisão interlocutória de primeira instância que indeferiu a medida constritiva pelo sistema Bacen-Jud, deu-se em 29.05.2007 (fl. 57), ou seja, depois do advento da Lei n.º 11.382/06, de 06 de dezembro de 2006, que alterou o CPC quando incluiu os depósitos e aplicações em instituições financeiras como bens preferenciais na ordem da penhora como se fossem dinheiro em espécie (art. 655, I) e admitiu que a constrição se realizasse preferencialmente por meio eletrônico (art. 655-a). RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RECURSO ESPECIAL Nº 1.112.943 - MA (2009/0057117-0) RELATORA: MINISTRA NANCY ANDRIGHI. Brasília (DF), 15 de setembro de 2010 (Data do Julgamento).

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

86 - 0003440-50.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.003440-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: PJCR CALÇADOS LTDA-ME

ADVOGADO: NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0178471-78.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : PJCR CALÇADOS LTDA-ME

ADVOGADO : NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por PJCR CALÇADOS LTDA-ME, com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

88 - 0004072-76.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.004072-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
PARTE RÉ: ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
PARTE RÉ: MARIA ÂNGELA CAMPELO INOJOSA DE ANDRADE
PARTE RÉ: GASTÃO WAGNER
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0102900-67.1992.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
P.RÉ : ANTÔNIO EVALDO INOJOSA DE ANDRADE
P.RÉ : MARIA ÂNGELA CAMPELO INOJOSA DE ANDRADE
P.RÉ : GASTÃO WAGNER
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 6º, §§ 2º e 4º do Decreto-Lei 308/1967 e artigo 1º, inciso II, e artigo 2º, do Decreto-Lei 2471/1988.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

89 - 0004170-61.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.004170-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: JOSÉ RAMOS GONÇALVES DA SILVA
AGRAVANTE: MARIA INÊS VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: PITATTU´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
Originário: 0000167-47.2011.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
AGVTE : JOSÉ RAMOS GONÇALVES DA SILVA
AGVTE : MARIA INÊS VIEIRA DA SILVA
ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
P.RÉ : PITATTU´S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA
ADVOGADO : JOSE OSWALDO CORREA
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOSÉ RAMOS GONÇALVES DA SILVA E OUTRO, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 135, inciso I do CTN.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

91 - 0005182-13.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005182-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0091998-55.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a",da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A

deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

AGVTE : A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por A2G CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a",da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega

provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

93 - 0007025-13.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007025-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: CRL GLOBAL LTDA

ADVOGADO: NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0064485-12.2015.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói

AGVTE : CRL GLOBAL LTDA

ADVOGADO : NILTON STERCHELE NUNES PEREIRA JUNIOR

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CRL GLOBAL LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a",da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO

FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

105 - 0104358-33.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104358-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 16/02/2017 14:11

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: GRANIEX COMERCIAL LTDA

ADVOGADO: JOAO CARLOS ASSAD

ADVOGADO: VICTOR CERQUEIRA ASSAD

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

PARTE RÉ: GRAMARCIL GRANITOS, MARMORES, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

PARTE RÉ: ANETE ALVES FARDIM

ADVOGADO: JOSE PACHECO DE LIRA

PARTE RÉ: GILBERTO GABRIEL GAVA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0031141-11.1999.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal

AGVTE : GRANIEX COMERCIAL LTDA

ADVOGADO : JOAO CARLOS ASSAD e outro

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

P.RÉ : GRAMARCIL GRANITOS, MARMORES, COMERCIO E INDUSTRIA LTDA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

P.RÉ : ANETE ALVES FARDIM

ADVOGADO : JOSE PACHECO DE LIRA

P.RÉ : GILBERTO GABRIEL GAVA

ADVOGADO : SEM ADVOGADO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por GRANIEX COMERCIAL LTDA. com fundamento no art. 105, III, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

106 - 0104987-07.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104987-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/11/2016 13:35

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: CENECT – CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA

ADVOGADO: SHEKYING RAMOS LING

AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0003668-60.2012.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti

AGVTE : CENECT – CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA

ADVOGADO : SHEKYING RAMOS LING

AGVDO : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCDOR : Procurador Regional da República

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por CENECT – CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situações análogas à do presente processo, confiram-se, mutatis mutandi, os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA DE URGÊNCIA. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. COGNIÇÃO SUMÁRIA. JUÍZO DE VALOR NÃO DEFINITIVO INIDÔNEO À VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. SÚMULA 735/STF. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA APLICADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE VALORES EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. A iterativa jurisprudência desta Corte é no sentido de que, para análise dos critérios adotados pela instância ordinária que ensejaram a concessão ou não da liminar ou da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios a fim de aferir a "prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação", nos termos do art. 273 do CPC, o que não é possível em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. É sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo,

mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal.

Incidência, por analogia, da Súmula 735/STF: "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".

3. [...]

4. Rever o conteúdo dos autos, a fim de que se chegue à conclusão diversa da instância de origem é, nesta via recursal, impossível, pois demanda apreciação de matéria fática, defeso em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 490.601/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 22/05/2014 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EMPRESARIAL ÀS MARGENS DO RIO COCÓ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

(...] no que se refere à alegada violação do artigo 273 do CPC, frisa-se que é entendimento já pacificado nesta Corte Superior o de que analisar os requisitos necessários para a concessão de tutela antecipada - os quais não foram reconhecidos pelas instâncias ordinárias -, com a conseqüente reversão do entendimento exposto pelo Tribunal de origem, exigiria, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

5. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 270.720/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 17/06/2013 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

104 - 0006312-38.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006312-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 14:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: LUIZ ANTONIO NUNES DE SOUZA

ADVOGADO: LORESTIM PEREIRA CARDOSO BISNETO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0069271-20.2016.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo

AGVTE : LUIZ ANTONIO NUNES DE SOUZA

ADVOGADO : LORESTIM PEREIRA CARDOSO BISNETO

AGVDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Inicialmente, registre-se que não é pressuposto suficiente para a interposição do Recurso Especial o mero inconformismo da Parte Recorrente, sendo necessário que o acórdão recorrido tenha contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal; ou tenha julgado válido ato de governo local contestado em face de lei federal; ou, ainda, tenha dado à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (CRFB/88, artigo 105, inciso III).

Por conseguinte, é possível afirmar que a via especial se destina, precipuamente, à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se prestando à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação ao artigo da Constituição da República supostamente violado (art. 5º, inciso XXXV, da CRFB/88).

In casu, da análise dos autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após ampla análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo que, para se chegar à conclusão diversa acerca do preenchimento, ou não, dos requisitos necessários à concessão do benefício da gratuidade de

justiça, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do Egrégio STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.".

Ademais, o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à orientação firmada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, atraindo incidência da Súmula nº 83, verbis: "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.".

A respeito, vide, dentre outros:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA N. 7/STJ. REVOGAÇÃO DA BENESSE DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. EFEITO RETROATIVO. AUSÊNCIA. DECISÃO MANTIDA. 1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. 2. No caso, o Tribunal de origem, com base nas provas coligidas aos autos, concluiu pela inexistência dos requisitos necessários à manutenção do benefício da justiça gratuita. Alterar tal conclusão demandaria o reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na mencionada súmula. 3. 'Conforme prevê a norma (art. 8º da Lei n. 1.060/50) o magistrado pode, de ofício, revogar ou inadmitir o benefício, aferindo a miserabilidade do postulante, até porque se trata de presunção juris tantum' (AgRg no AREsp 641.996/RO, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 1º/10/2015, DJe 6/10/2015). 4. A concessão da referida benesse não opera efeito retroativo, motivo pelo qual o superveniente deferimento pelo juízo de primeiro grau não dispensa o pagamento das custas anteriormente devidas. 5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AgRg no REsp 1518054/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 11/03/2016 - sem grifos no original)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO RESCISÓRIA. IMPUGNAÇÃO AO BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA AO ART. 485 DO CPC. INCABÍVEL A AÇÃO RESCISÓRIA QUE SE PRENDE À IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO DECISUM RESCINDENDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Conquanto para concessão da gratuidade da justiça baste mera declaração do interessado acerca de sua hipossuficiência, é certo que referido documento reveste-se de presunção relativa de veracidade, suscetível de ser elidida pelo julgador que entenda haver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. 2. No caso dos autos, o Tribunal local, ao indeferir a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça aos agravantes, o faz com base nos elementos de convicção da demanda; por conseguinte, sua reforma exige o reexame das provas constantes dos autos. Dest'arte, note-se que o pressuposto lógico da concessão (ou não) do benefício, ou seja, a demonstração do estado de necessidade da assistência judiciária, porque tem raízes em aspectos de índole fático-probatória, não se submete ao crivo desta Corte, ante o veto da Súmula 7/STJ. 3. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no AREsp 330.007/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 23/04/2015 - sem grifos no original)

Ressalte-se que o entendimento pacificado no âmbito do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de admitir a aplicação da Súmula nº 83 mesmo aos recursos especiais interpostos com fundamento na alínea a do permissivo constitucional (cf. AgRg no REsp 1571993/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 25/02/2016).

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000119

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0061948-04.1996.4.02.5104 Número antigo: 1996.51.04.061948-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MARIA DAS GRACAS SILVA NOGUEIRA

ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0061948-04.1996.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

APTE : MARIA DAS GRACAS SILVA NOGUEIRA
ADVOGADO : TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA DAS GRACAS SILVA NOGUEIRA, TERESA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARÃES DOS SANTOS e Outro, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos arts. 467, 535, CPC e art. 6º, § 3º, LINDB.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000798-31.2010.4.02.5104 Número antigo: 2010.51.04.000798-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA DA GLORIA FREITAS DRUMOND
APELANTE: LUIZ ROGERIO MULLER DE FREITAS
APELANTE: DIMAS ANTONIO DE FREITAS
APELANTE: PAULO CEZAR DE FREITAS
APELANTE: JOSE TADEU DE FREITAS
APELANTE: CELINA MULLER DE FREITAS
ADVOGADO: SERGIO DO CARMO SILVA
ADVOGADO: TERESA CRISTINA C DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS
ADVOGADO: DENISE MOTTA DE AQUINO E SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000798-31.2010.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
APTE : MARIA DA GLORIA FREITAS DRUMOND
APTE : LUIZ ROGERIO MULLER DE FREITAS
APTE : DIMAS ANTONIO DE FREITAS
APTE : PAULO CEZAR DE FREITAS
APTE : JOSE TADEU DE FREITAS
APTE : CELINA MULLER DE FREITAS
ADVOGADO : SERGIO DO CARMO SILVA e outros
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA DA GLORIA FREITAS DRUMOND, LUIZ ROGERIO MULLER DE FREITAS, DIMAS ANTONIO DE FREITAS, PAULO CEZAR DE FREITAS, JOSE TADEU DE FREITAS, CELINA MULLER DE FREITAS, TERESA CRISTINA CARNEIRO DA SILVA GUIMARAES DOS SANTOS e Outros, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por

violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0003379-64.2011.4.02.5110 Número antigo: 2011.51.10.003379-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:29

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: SEVERINO JOSE COSMO

ADVOGADO: VAGNER GOMES CRUZ

Originário: 0003379-64.2011.4.02.5110 - 04ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : SEVERINO JOSE COSMO

ADVOGADO : VAGNER GOMES CRUZ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1029, § 1º, do CPC/2015, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, que analogicamente é aplicada também na vigência do CPC/2015, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ainda, cabe ressaltar que o órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).

Por fim, note-se que o Acórdão vergastado encontra-se em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que assim decidiu no julgamento do REsp 1.423.027, em 06/02/2014:

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. IRSM INTEGRAL DE FEVEREIRO DE 1994. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. INCLUSÃO DOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. Não ha violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso. 2. A inclusão de expurgos inflacionários, na fase de liquidação de sentença, embora não discutidos na fase de conhecimento, não implica violação da coisa julgada. Precedentes. Recurso especial improvido." (RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.027 - PR RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS, ÓRGÃO JULGADOR: 2T; DATA DO JULGAMENTO 06.02.2014; PUBLICAÇÃO: DJe 17/02/2014.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001074-94.2012.4.02.5006 Número antigo: 2012.50.06.001074-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DANIEL HERMINIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ARIELLA DUTRA LIMA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001074-94.2012.4.02.5006 - 1ª VF Serra
APTE : DANIEL HERMINIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por DANIEL HERMINIO DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos arts.68, §1? e 12, do Decreto 3048/99.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0000860-66.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.000860-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: IVANIR SANTANA MARTINS
ADVOGADO: MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000860-66.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
APTE : IVANIR SANTANA MARTINS
ADVOGADO : MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AGUIAR
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por IVANIR SANTANA MARTINS, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Extraordinário foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 5º, caput 201, I, da CF.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso extraordinário, a teor do enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

18 - 0113466-46.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.113466-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: HELIO DA FONSECA E SILVA BITTENCOURT

ADVOGADO: LEONARDO BRANCO DE OLIVEIRA

APELADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0113466-46.2013.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : HELIO DA FONSECA E SILVA BITTENCOURT

ADVOGADO : LEONARDO BRANCO DE OLIVEIRA

APDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Especial, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto a matéria referida no REsp nº 1.334.488/SC (Tema 563: "A pretensão do segurado consiste em renunciar à aposentadoria concedida para computar período contributivo utilizado, conjuntamente com os salários de contribuição da atividade em que permaneceu trabalhando, para a concessão de posterior e nova aposentação. Os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis de desistência pelos seus titulares, prescindindo-se da devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja preterir para a concessão de novo e posterior jubilamento. A nova aposentadoria, a ser concedida a contar do ajuizamento da ação, há de computar os salários de contribuição subsequentes à aposentadoria a que se renunciou.").

Registre-se que ainda não houve o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo STJ, no aludido leading case, encontrando-se aquele feito sobrestado por força de Recurso Extraordinário, com repercussão geral reconhecida, cujo mérito já foi julgado, mas pendente de publicação pelo STF (RE nº 661.256/SC - Tema 503).

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0130898-69.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.130898-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JOAO DE SOUZA LIMA

ADVOGADO: JOSUE ISAAC VARGAS FARIA

ADVOGADO: LILIANE SILVA DE OLIVEIRA VARGAS FARIA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0130898-69.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
APTE : JOAO DE SOUZA LIMA
ADVOGADO : JOSUE ISAAC VARGAS FARIA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOÃO DE SOUZA LIIMA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1309529/PR, pelo rito previsto no então vigente art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997, AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. AGRAVO REGIMENTAL. INDEFERIMENTO DE INTERVENÇÃO COMO AMICUS CURIAE E DE SUSTENTAÇÃO ORAL. AGRAVO REGIMENTAL DA CFOAB 1. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) opôs Agravo Regimental contra decisão que não o admitiu como amicus curiae. 2. O CFOAB possui, no caso, interesse jurídico abstrato, e a pretensão de defesa da segurança jurídica não se coaduna com o instituto do amicus curiae , que exige a representatividade de uma das partes interessadas ou a relação direta entre a finalidade institucional e o objeto jurídico controvertido. Precedentes do STJ. 3. Agravo Regimental da CFOAB não provido. AGRAVO REGIMENTAL DA COBAP 4. A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), admitida no feito na condição de amicus curiae , apresentou Agravo Regimental contra o indeferimento de sustentação oral. 5. A Corte Especial definiu, em Questão de Ordem examinada no REsp 1.205.946/SP (Rel. Min. Benedito Gonçalves, sessão de 17.8.2011), que o amicus curiae não tem direito à sustentação oral. 6. De acordo com os arts. 543-C, § 4º, do CPC e 3º, I, da Resolução STJ 8/2008, antes do julgamento do Recurso Especial admitido como representativo da controvérsia, o Relator poderá autorizar a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse no debate. 7. Agravo Regimental da Cobap não provido. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC 8. Trata-se de pretensão recursal do INSS com o objetivo de declarar a decadência do direito do recorrido de revisar benefícios previdenciários anteriores ao prazo do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997 (D.O.U 28.6.1997), posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, por ter transcorrido o decênio entre a publicação da citada norma e o ajuizamento da ação. 9. Dispõe a redação supracitada do art. 103: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo." SITUAÇÃO ANÁLOGA – ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL 10. Em situação análoga, em que o direito de revisão é da Administração, a Corte Especial estabeleceu que "o prazo previsto na Lei nº 9.784/99 somente poderia ser contado a partir de janeiro de 1999, sob pena de se conceder efeito retroativo à referida Lei" (MS 9.122/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 3.3.2008). No mesmo sentido: MS 9.092/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Corte Especial, DJ 25.9.2006; e MS 9.112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14.11.2005. O OBJETO DO PRAZO DECADENCIAL 11. O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário. 12. O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, e não é possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção. 13. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico. 14. Por conseguinte, não viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito a aplicação do regime jurídico da citada norma sobre o exercício, na vigência desta, do direito de revisão das prestações previdenciárias concedidas antes da instituição do prazo decadencial. RESOLUÇÃO DA TESE CONTROVERTIDA 15. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997). 16. No mesmo sentido, a Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento, com relação ao

direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios, de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)" (RESP 1.303.988/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 21.3.2012). CASO CONCRETO 17. Concedido, no caso específico, o benefício antes da Medida Provisória 1.523-9/1997 e havendo decorrido o prazo decadencial decenal entre a publicação dessa norma e o ajuizamento da ação com o intuito de revisão de ato concessório ou indeferitório, deve ser extinto o processo, com resolução de mérito, por força do art. 269, IV, do CPC. 18. Agravos Regimentais não providos e Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ."

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001223-37.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.001223-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FERNANDO ANTÔNIO POSSATO ALMEIDA
ADVOGADO: FAUSTO ANTONIO POSSATO ALMEIDA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001223-37.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : FERNANDO ANTÔNIO POSSATO ALMEIDA
ADVOGADO : FAUSTO ANTONIO POSSATO ALMEIDA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso especial

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0003556-59.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.003556-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HELENA MARIA HUNEIDA ALBANI
ADVOGADO: DENILZA TEREZA FERREIRA
ADVOGADO: VALDERENE CORRÊA VASCONCELLOS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0003556-59.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : HELENA MARIA HUNEIDA ALBANI
ADVOGADO : DENILZA TEREZA FERREIRA e outro

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Especial, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto a matéria referida no REsp nº 1.334.488/SC (Tema 563: "A pretensão do segurado consiste em renunciar à aposentadoria concedida para computar período contributivo utilizado, conjuntamente com os salários de contribuição da atividade em que permaneceu trabalhando, para a concessão de posterior e nova aposentação. Os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, portanto, suscetíveis de desistência pelos seus titulares, prescindindo-se da devolução dos valores recebidos da aposentadoria a que o segurado deseja preterir para a concessão de novo e posterior jubilamento. A nova aposentadoria, a ser concedida a contar do ajuizamento da ação, há de computar os salários de contribuição subsequentes à aposentadoria a que se renunciou.").

Registre-se que ainda não houve o trânsito em julgado do acórdão proferido pelo STJ, no aludido leading case, encontrando-se aquele feito sobrestado por força de Recurso Extraordinário, com repercussão geral reconhecida, cujo mérito já foi julgado, mas pendente de publicação pelo STF (RE nº 661.256/SC - Tema 503).

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : HELENA MARIA HUNEIDA ALBANI
ADVOGADO : DENILZA TEREZA FERREIRA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fulcro no art. 102, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto nestes autos, até a publicação do pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 661.256/SC (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0004473-66.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.004473-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GETULIO JOSE DE MELO CESAR
ADVOGADO: LEANDRO CALVERT MACHADO
ADVOGADO: GABRIEL SIQUEIRA CORREA DE MELLO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0004473-66.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói

APTE : GETULIO JOSE DE MELO CESAR
ADVOGADO : LEANDRO CALVERT MACHADO e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fulcro no art. 102, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto nestes autos, até a publicação do pronunciamento

definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 661.256/SC (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0004900-66.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.004900-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 14:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEVERINO JOAO DE BRITO
ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0004900-66.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : SEVERINO JOAO DE BRITO
ADVOGADO : NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: 5º, incisos XXXVI.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ADICIONAL DE RISCO DE VIDA. DISCUSSÃO ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. DEBATE DE ÂMBITO INFRACONSTITUCIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 5º, II, XXXVI, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. LEGALIDADE. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DEVIDO PROCESSO LEGAL. EVENTUAL OFENSA REFLEXA NÃO VIABILIZA O MANEJO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102 DA LEI MAIOR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. RAZÕES DE DECIDIR EXPLICITADAS PELO ÓRGÃO JURISDICIONAL. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 02.6.2014. 1. A controvérsia, a teor do já asseverado na decisão guerreada, não alcança estatura constitucional. Não há falar em afronta aos arts. 150, I, 154, I, e 195, I, "a", da Constituição Federal. Compreender de modo diverso exigiria a análise da legislação infraconstitucional encampada na decisão da Corte de origem, a tornar oblíqua e reflexa eventual ofensa, insuscetível, como tal, de viabilizar o conhecimento do recurso extraordinário. 2. Inexiste violação do artigo 93, IX, da Lei Maior. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o referido dispositivo constitucional exige a explicitação, pelo órgão jurisdicional, das razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pelas partes. 3. O exame da alegada ofensa ao art. 5º, II, XXXVI, LIV e LV, da Constituição Federal, observada a estreita moldura com que devolvida a matéria à apreciação desta Suprema Corte, dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Magna Carta. 4. As razões do agravo regimental não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada. 5. Agravo regimental conhecido e não provido." (RE 869633 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 18/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-171 DIVULG 31-08-2015 PUBLIC 01-09-2015).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : SEVERINO JOAO DE BRITO
ADVOGADO : NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº1326114/SC (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. DECADÊNCIA. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 8/2008 EM CONJUNTO COM O RESP 1.309.529/PR. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DESTA. DIREITO INTERTEMPORAL. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 626.489/SE. RECURSO JULGADO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. 1. Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão proferida em Recurso Especial, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008) em conjunto com o RESP 1.309.529/PR, que estabeleceu que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)". 2. Esta Seção desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado quanto à aplicação de direito intertemporal. 3. Os argumentos do embargante sobre o ponto denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a divergência, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 4. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional (arts. 5º, XXXVI) em Recurso Especial, mesmo que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário. 5. O Supremo Tribunal Federal, conforme noticiado em seu site oficial, julgou, em 16.10.2013, o RE 626.489/SE, em que se reconheceu a Repercussão Geral sobre a mesma matéria, no mesmo sentido da decisão ora embargada. 6. Embargos de Declaração rejeitados". EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.114 - SC (2012/0112840-8) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN EMBARGANTE : NELSON WILL

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0005949-45.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.005949-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:29
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HERMES WENCESLAU DE OLIVEIRA VALLIM FILHO
ADVOGADO: HERMES WENCESLAU DE OLIVEIRA VALLIM FILHO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0005949-45.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : HERMES WENCESLAU DE OLIVEIRA VALLIM FILHO
ADVOGADO : HERMES WENCESLAU DE OLIVEIRA VALLIM FILHO
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, "b" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

De plano, apenas para deixar claro, saliento que o ponto em discussão no recurso especial não se relaciona à aplicabilidade do art. 5º da Lei n° 11.960/2009 às ações ajuizadas antes do advento da referida norma, mas sim à incidência de juros entre a realização dos cálculos e a data da expedição do RPV/precatório. Em outras palavras, não se questiona a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros da caderneta de poupança, mas, sim, a expressão "uma única vez", presente na redação do artigo 1º-F da Lei n° 9.494/1997 dada pela mencionada Lei n° 11.960/2009.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, DETERMINO O SOBRESTAMENTO do recurso extraordinário, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 579.431/RS – Tema 096 (Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0112136-86.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.112136-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: PAULO ROBERTO DE SOUZA

ADVOGADO: OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA

ADVOGADO: LÍVIA NOGUEIRA ALMEIDA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0112136-86.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : PAULO ROBERTO DE SOUZA

ADVOGADO : OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA e outro

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

24 - 0161308-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.161308-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JOSINO ANDRADE FILHO

ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0161308-85.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : JOSINO ANDRADE FILHO
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 240 do Código de Processo Civil e no artigo 3° do Decreto Lei 4.597/42.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0164789-56.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.164789-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: RAUL GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0164789-56.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : RAUL GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 104 da Lei nº 8.078/90, no artigo 240, § 1° do Código de Processo Civil e no 103 da Lei n° 8.213/91.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : RAUL GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no art. 102, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 870947/RG (810 – "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0167748-97.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.167748-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SERGIO MIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0167748-97.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : SERGIO MIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : RENATO PEREIRA GOMES e outro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 240, no artigo 489, § 1º, IV, no artigo 492, no artigo 1022, todos do CPC/15 e no artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor.

É o breve Relatório. Decido.

Em primeiro lugar, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015. Neste sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, que editou o Enunciado Administrativo nº 02, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

O exame dos autos revela o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal, em conformidade com o art. 541 do Código de Processo Civil.

Quanto à alegação de divergência jurisprudencial, verifica-se que foi atendido o disposto no art. 541, Parágrafo Único, do CPC, havendo suficiente demonstração analítica do confronto jurisprudencial.

Quanto à alegação de violação ao dispositivo legal encartado nas razões do REsp, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da

controvérsia, com a indicação do dispositivo constitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso, na forma do referido art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

27 - 0182745-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.182745-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 14:27

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: JOMAR DOS REIS QUINTAS

ADVOGADO: MARION SILVEIRA

Originário: 0182745-85.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JOMAR DOS REIS QUINTAS

ADVOGADO : MARION SILVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOMAR DOS REIS QUINTAS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JOMAR DOS REIS QUINTAS

ADVOGADO : MARION SILVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no art. 102, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 870947/RG (810 – "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JOMAR DOS REIS QUINTAS

ADVOGADO : MARION SILVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS –, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 3° e no artigo 1022, ambos do Código de Processo Civil, no artigo 26 da Lei n° 8870/94, artigo 103 da Lei n° 8213/91 e no artigo 5° da Lei n° 11.960/09.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0026989-49.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.026989-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 11:22

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JORGE XIMENEZ

ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0026989-49.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : JORGE XIMENEZ

ADVOGADO : CARLOS BERKENBROCK

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

Registre-se, neste particular, que a tese defendida pela Parte Recorrente não encontra amparo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois esta, considera como causa interruptiva da prescrição, a citação válida realizada na Ação Civil Pública nº 0004911-28.2011.4.03.6183, ajuizada em 05.05.2011 (cf. REsp nº 1.488.362/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 08/10/2015; e REsp nº 1.549.663/PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 02/09/2015).

Nesse sentido, mutatis mutandis, confira-se:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria

por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas. 3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição. 4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB). 5. Recurso Especial não provido." (REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Ademais, cabe ressaltar que, quanto à questão de fundo, o órgão julgador decidiu a vexato quaestio após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : JORGE XIMENEZ

ADVOGADO : CARLOS BERKENBROCK

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, "b" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

De plano, apenas para deixar claro, saliento que o ponto em discussão no recurso especial não se relaciona à aplicabilidade do art. 5º da Lei n° 11.960/2009 às ações ajuizadas antes do advento da referida norma, mas sim à incidência de juros entre a realização dos cálculos e a data da expedição do RPV/precatório. Em outras palavras, não se questiona a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros da caderneta de poupança, mas, sim, a expressão "uma única vez", presente na redação do artigo 1º-F da Lei n° 9.494/1997 dada pela mencionada Lei n° 11.960/2009.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, DETERMINO O SOBRESTAMENTO do recurso extraordinário, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 579.431/RS – Tema 096 (Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0034765-03.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.034765-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: CARLOS CEZAR MONTALVAO MELO

ADVOGADO: THIAGO FURTADO DE MELO OLIVEIRA

Originário: 0034765-03.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : CARLOS CEZAR MONTALVAO MELO

ADVOGADO : THIAGO FURTADO DE MELO OLIVEIRA

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivos infraconstitucionalis tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

15 - 0078186-43.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.078186-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JAIME GUIMARAES DE SOUZA

ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0078186-43.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : JAIME GUIMARAES DE SOUZA

ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0088103-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.088103-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 17:16

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: LUZIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0088103-86.2015.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : LUZIA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

ADVOGADO : RENATO PEREIRA GOMES

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1326114/SC (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. DECADÊNCIA. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 8/2008 EM CONJUNTO COM O RESP 1.309.529/PR. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DESTA. DIREITO INTERTEMPORAL. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 626.489/SE. RECURSO JULGADO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. 1. Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão proferida em Recurso Especial, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008) em conjunto com o RESP 1.309.529/PR, que estabeleceu que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)". 2. Esta Seção desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado quanto à aplicação de direito intertemporal. 3. Os argumentos do embargante sobre o ponto denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a divergência, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 4. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional (arts. 5º, XXXVI) em Recurso Especial, mesmo que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário. 5. O Supremo Tribunal Federal, conforme noticiado em seu site oficial, julgou, em 16.10.2013, o RE 626.489/SE, em que se reconheceu a Repercussão Geral sobre a mesma matéria, no mesmo sentido da decisão ora embargada. 6. Embargos de Declaração rejeitados". EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.114 - SC (2012/0112840-8) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN EMBARGANTE : NELSON WILL

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0117876-88.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117876-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 23/02/2017 13:28

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ORALDA GOMES DE CAMPOS COSTA

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0117876-88.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : ORALDA GOMES DE CAMPOS COSTA

ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ORALDA GOMES DE CAMPOS COSTA com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

20 - 0121533-38.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.121533-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 13:42

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ANTONIO RIBEIRO DA COSTA

ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0121533-38.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : ANTONIO RIBEIRO DA COSTA

ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

P.RÉ : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ANTONIO RIBEIRO DA COSTA, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 41-A, da Lei 8.213/91, e a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC/2015, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da

alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0122873-17.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.122873-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 13:42

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MARIA DAS GRAÇAS SOUZA

ADVOGADO: MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0122873-17.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : MARIA DAS GRAÇAS SOUZA

ADVOGADO : MARCELI APARECIDA DE JESUS DA SILVA

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

P.RÉ : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA DAS GRAÇAS SOUZA, com fundamento no art. 105, III, alíneas “a” e “c”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 41-A, da Lei 8.213/91, e a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC/2015, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

23 - 0134627-93.2015.4.02.5117 Número antigo: 2015.51.17.134627-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 11/01/2017 12:49

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: LUIZ ALBERTO PESSANHA GONDINHO

ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA

ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0134627-93.2015.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : LUIZ ALBERTO PESSANHA GONDINHO
ADVOGADO : SANDRA REGINA DA COSTA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fulcro no art. 102, III da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto nestes autos, até a publicação do pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 661.256/SC (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001160-41.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.001160-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARIA DAS DORES DE ASSIS
ADVOGADO: JOSE ALCIDES BORGES DA SILVA
ADVOGADO: VANESSA DE FREITAS LOPES
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001160-41.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : MARIA DAS DORES DE ASSIS
ADVOGADO : JOSE ALCIDES BORGES DA SILVA e outro
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARIA DAS DORES DE ASSIS, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 369, 442 e 443, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0007418-58.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.007418-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MIGUEL MARTINS ABRAHÃO
ADVOGADO: DIOGO DE MEDEIROS BARBOSA

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0007418-58.2016.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : MIGUEL MARTINS ABRAHÃO
ADVOGADO : DIOGO DE MEDEIROS BARBOSA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1029, § 1º, do CPC/2015, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, que analogicamente é aplicada também na vigência do CPC/2015, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0000344-36.2010.4.02.5109 Número antigo: 2010.51.09.000344-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MUNICIPIO DE RESENDE
ADVOGADO: GIOVANA TOGNOLO OLIVIER VILELA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000344-36.2010.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
APTE : MUNICIPIO DE RESENDE
ADVOGADO : GIOVANA TOGNOLO OLIVIER VILELA
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0101882-07.2012.4.02.5104.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente recurso discute questão já enfrentada pelo STF, que não reconheceu a existência de repercussão geral da matéria, no julgamento do RE 959489 RG/SP (Tema 909), cuja ementa transcrevo a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A (RFFSA). PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS AO GOZO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, VI, A, DA CF/88). MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1.

Possui natureza infraconstitucional a controvérsia relativa ao preenchimento, pela Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), dos pressupostos necessários ao gozo da imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, a, da CF/88). 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608-RG, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/3/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 1.035 do CPC/2015 (RE 959489 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 12/08/2016, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-174 DIVULG 17-08-2016 PUBLIC 18-08-2016)

Dessa forma, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea a, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0003555-09.2012.4.02.5110 Número antigo: 2012.51.10.003555-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JOELSON GUILHERME DE ALMEIDA

ADVOGADO: GILBERTO RODRIGUES FERREIRA

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0003555-09.2012.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

APTE : JOELSON GUILHERME DE ALMEIDA

ADVOGADO : GILBERTO RODRIGUES FERREIRA

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por JOELSON GUILHERME DE ALMEIDA com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo nº 0003555-09.2012.4.02.5110.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

No caso dos autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo que a alteração do entendimento firmado demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Por fim, ressalvadas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo na fixação dos honorários, depende da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ A revisão dos critérios de justiça e equidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba honorária

Ademais, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do C. STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO EXTINTO SEM SOLUÇÃO DE MÉRITO. INÚMERAS CAUSAS SOBRE O MESMO ASSUNTO. ART. 267, VI, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20 DO CPC. EQUIDADE. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nas causas em que não haja condenação, como se dá no caso dos autos, em que o feito foi extinto sem resolução do mérito, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º, mas aos critérios nele previstos.

2. O Superior Tribunal de Justiça pode rever o valor estabelecido a título de honorários advocatícios pelas instâncias ordinárias nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade.

3. No caso, o valor de R$ 1.000,00 não se mostra inadequado ou desproporcional ao valor dos honorários advocatícios fixados, especialmente porque, conforme esclarecido pelo acórdão recorrido, a causa não demandou maiores esforços para a companhia de energia elétrica na elaboração da peça contestatória, por se tratar de uma petição-padrão, dada a existência de inúmeras causas que versam sobre o mesmo assunto tramitando naquele Tribunal, qual seja, restituição de valores desembolsados a título de edificação de rede elétrica rural.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 450.856/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 23/03/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

31 - 0028704-34.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.028704-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 07/12/2015 16:59

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: CARLOS HILBERTO BOMFIM LEITE

ADVOGADO: FRANCISCO DE PAULA DA SILVA ARAUJO

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0028704-34.2012.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

APTE : CARLOS HILBERTO BOMFIM LEITE

ADVOGADO : FRANCISCO DE PAULA DA SILVA ARAUJO

APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DESPACHO

Fls. 314/315: Consoante o disposto no art. 1.029, § 5º, III, do CPC de 2015, a pretensão de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulada por requerimento dirigido ao vice-presidente do tribunal recorrido, no período compreendido entre a interposição do recurso e a publicação da decisão de admissão do mesmo.

Desta forma, tendo em vista que a decisão de fls. 240/242, negando seguimento ao Recurso Especial com fundamento na sistemática dos recursos repetitivos, bem como o acórdão de fls. 304/305, desprovendo o Agravo Interno interposto, já foram publicados, verifica-se que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência, razão pela qual, não conheço do pedido de efeito suspensivo.

Em que pese o descabimento do Agravo de fls. 349/381 – interposto em face de decisão que aplicou a sistemática dos recursos repetitivos –, bem como a patente intempestividade do Agravo interposto às fls. 316/348, e a fim de se evitar indevida usurpação de competência, remetam-se os presentes autos ao C. Superior Tribunal de Justiça, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

29 - 0000697-92.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000697-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A

ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0000697-92.2013.4.02.5102 - 04ª Vara Federal de Niterói

APTE : AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A

ADVOGADO : BRUNO ZARONI DE FRANCISCO

APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 000697-92.2013.4.02.5102.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

Quanto à análise dos mencionados pressupostos, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015. Neste sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, que editou o Enunciado Administrativo nº 02, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.".

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0000697-92.2013.4.02.5102.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. 1. A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROFISSIONAL DE SAÚDE. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. CARGA HORÁRIA. INCOMPATIBILIDADE. TCU. ACÓRDÃO Nº 2.133/2005. ENTENDIMENTO". 3. Agravo regimental DESPROVIDO."

(ARE 812147 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Por fim, violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente de necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional torna inadmissível o recurso extraordinário, nos termos da Súmula 636 do STF.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0044519-37.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.044519-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INFRA-ENG EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: PEDRO SOLIA PAMPLONA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0044519-37.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
APTE : INFRA-ENG EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : PEDRO SOLIA PAMPLONA
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Extraordinário refere-se à discussão envolvendo a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, em relação a qual houve o reconhecimento da repercussão geral no RE nº 574.706 (Tema 69).
Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal no paradigma acima citado.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : INFRA-ENG EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : PEDRO SOLIA PAMPLONA
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.
É o breve Relatório. Decido.
Considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Especial, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto a matéria referida no REsp nº 1144469/PR (Tema 313: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS").
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0154624-44.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.154624-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO: BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0154624-44.2014.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
APTE : AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO : BRUNO ZARONI DE FRANCISCO

APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por AERÓLEO TÁXI AÉREO S.A com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto no artigo 20, artigo 46, inciso I, artigo 47, inciso I, artigo 49, artigo 96, artigo 97 e artigo 98, todos do Código Tributário Nacional.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Verifica-se também que restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) indicado(s) na peça recursal, autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso, na forma do artigo 105, inciso III, alínea "c", da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : AERÓLEO TÁXI AÉREO S/A
ADVOGADO : BRUNO ZARONI DE FRANCISCO
APDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por AERÓLEO TÁXI AÉREO S.A., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispositivos no artigo 5°, inciso II e §2°, no artigo 146, inciso III, alínea "a", no artigo 150, inciso I, no artigo 153, caput, § 1° e § 3º, inciso II, no artigo 154, inciso I, todos da Constituição Federal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação ao dispositivo legal encartado nas razões do RE, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com a indicação do dispositivo constitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso, na forma do referido art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
61 - 0510102-16.2004.4.02.5101 Número antigo: 2004.51.01.510102-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 15:09
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: RESTAURANTE E BAR RANCHO DAS FANTAS LTDA

ADVOGADO: MARISTELA DE FREITAS ANDRADE BARROS
ADVOGADO: EDISON ANDRADE BARROS FILHO
Originário: 0510102-16.2004.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : RESTAURANTE E BAR RANCHO DAS FANTAS LTDA
ADVOGADO : MARISTELA DE FREITAS ANDRADE BARROS e outro
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO FEDERAL com fundamento no artigo 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 1022, inciso II, e no artigo 1018 do Código de Processo Civil.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto à análise dos mencionados pressupostos, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015. Neste sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, que editou o Enunciado Administrativo nº 02, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
39 - 0001004-33.2010.4.02.5108 Número antigo: 2010.51.08.001004-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ISIS CERQUEIRA E SILVA
ADVOGADO: ADILZA DE CARVALHO NUNES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001004-33.2010.4.02.5108 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
APTE : ISIS CERQUEIRA E SILVA
ADVOGADO : ADILZA DE CARVALHO NUNES
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

No que concerne à apontada existência de dissídio jurisprudencial, restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is)

indicado(s) na peça recursal, autorizando, assim, a admissão do recurso, com apoio no aludido artigo 105, III, alínea "c", da Carta Política.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

47 - 0010073-13.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.010073-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 16:55

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF

APELANTE: EDSON RODRIGUES BARRETO

APELANTE: JOSE CARLOS RODRIGUES PESSOA

APELANTE: MARIA DAS GRACAS PEREIRA DE SAO PEDRO

APELANTE: MARIA DE LOURDES VIEIRA

APELANTE: MARIA DO CARMO DE SOUZA GURGEL

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0010073-13.2010.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF

APTE : EDSON RODRIGUES BARRETO

APTE : JOSE CARLOS RODRIGUES PESSOA

APTE : MARIA DAS GRACAS PEREIRA DE SAO PEDRO

APTE : MARIA DE LOURDES VIEIRA

APTE : MARIA DO CARMO DE SOUZA GURGEL

ADVOGADO : ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : OS MESMOS

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Parte Autora com fundamento no art. 105, III, alínea "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

No que concerne à apontada existência de dissídio jurisprudencial, restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) indicado(s) na peça recursal, autorizando, assim, a admissão do recurso, com apoio no aludido artigo 105, III, alínea "c", da Carta Política.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto pela União Federal com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal, em face de Acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é

vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

A respeito, vide, dentre outros:

"ADMINISTRATIVO. GDATA. GDPGTAS. GDPGPE. EXTENSÃO A SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. ACÓRDÃO COM CONTEÚDO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. ANÁLISE DE PORTARIA. AUSÊNCIA DE NATUREZA DE LEI FEDERAL. PRETENSÃO DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. O Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com base na discussão constitucional sobre a paridade entre ativos e inativos, circunstância que afasta a competência do STJ para a apreciação da controvérsia, sob pena de adentrar a competência exclusiva do STF. 2. O recurso especial não se presta à interpretação de portarias, as quais não se enquadram no conceito de lei federal, a teor do art. 105, inc. III, da CF/1988. 3. O entendimento formado nas instâncias ordinárias com base no conjunto fático-probatório dos autos não pode ser revisto pelo STJ, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte. Agravo regimental improvido." (AgRg nos EDcl no REsp 1397096/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 21/11/2014)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela União Federal com fundamento no artigo 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão relativa à extensão da GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - aos inativos/pensionistas já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 631.389/CE, - inclusive com reconhecimento de repercussão geral (Tema 351: "Extensão a inativos e pensionistas da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE.") -, cuja ementa transcrevo a seguir:

"GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO – GDPGPE – LEI Nº 11.357/06. Homenageia o tratamento igualitário decisão que, até a avaliação dos servidores em atividade, implica a observância da mesma pontuação – 80 – no tocante a inativos e pensionistas."

(RE 631389, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 25/09/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-106 DIVULG 02-06-2014 PUBLIC 03-06-2014)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, julgo prejudicado o Recurso Extraordinário interposto, na forma do disposto no artigo 543-B, §3º, do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

48 - 0013398-93.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.013398-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ANTONIO LUIZ NOVAES SARAIVA

APELANTE: MARIA INES BARBOSA DO AMARAL

APELANTE: NELSON EDY CASTRO E SILVA

ADVOGADO: ADILZA DE CARVALHO NUNES

APELADO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0013398-93.2010.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : ANTONIO LUIZ NOVAES SARAIVA

APTE : MARIA INES BARBOSA DO AMARAL
APTE : NELSON EDY CASTRO E SILVA
ADVOGADO : ADILZA DE CARVALHO NUNES
APDO : FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0000433-46.2011.4.02.5102 Número antigo: 2011.51.02.000433-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: KATIA REGINA CAMPOS DOS SANTOS
ADVOGADO: BRUNO ROBERTO TEODORO BARCIA
APELADO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000433-46.2011.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
APTE : KATIA REGINA CAMPOS DOS SANTOS
ADVOGADO : BRUNO ROBERTO TEODORO BARCIA
APDO : UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

44 - 0007968-29.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.007968-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF

APELADO: REGINA THEREZA BRITTO CUNHA LOPES

ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS MACEDO SILVA

ADVOGADO: JOAQUIM AUGUSTO OLIVEIRA DE LIMA

Originário: 0007968-29.2011.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES DO SERVICO PUBLICO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTRASEF

APDO : REGINA THEREZA BRITTO CUNHA LOPES

ADVOGADO : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ e outros

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

A respeito, vide, dentre outros:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS (ADIANTAMENTO PECUNIÁRIO). EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PRAZO QUINQUENAL (SÚMULA 150/STF). TERMO INICIAL: TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DISCUSSÃO SOBRE A LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO DA CATEGORIA PARA PROMOVER A DEMANDA EXECUTIVA. INTERRUPÇÃO/SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA DOS INTERESSADOS. AÇÃO INDIVIDUAL PROPOSTA NO PRAZO. EXEGESE DA SÚMULA 383/STF. 1. A prescrição da ação executiva conta-se a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, devendo ser considerado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos em demandas contra a Fazenda Pública. Isso porque, consoante o enunciado da Súmula nº 150 do STF, "prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". 2. Nos termos do enunciado da Súmula nº 383 do STF, o lapso prescricional em favor da Fazenda Pública somente poderá ser interrompido uma única vez, recomeçando a correr pela metade (dois anos e meio) a partir do ato interruptivo. Entretanto, a prescrição não fica reduzida aquém de cinco anos, caso o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo. 3. Se houve lide acerca da legitimidade ativa da entidade de classe para a propositura da demanda executiva (hipótese de substituição processual), não teve curso, no período, o prazo prescricional, pois, não caracterizada a inércia dos interessados em executar o título, seja coletiva ou individualmente. 4. No caso dos autos, como a execução iniciada pelo Sindicato foi deflagrada na primeira metade do prazo de cinco anos, interrompeu-se a prescrição, que começara a fluir na data do trânsito em julgado do título judicial. Como essa execução não foi adiante, a decisão que lhe pôs termo constitui marco inicial para a retomada da contagem do prazo prescricional, que deve ser computado pelo período remanescente, nos termos da Súmula 383/STF. Portanto, se a demanda individual foi ajuizada pelo servidor antes do termo final, não há falar em ocorrência da prescrição da pretensão executória. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

..EMEN:" (AGRESP 200901268973, MARCO AURÉLIO BELLIZZE, STJ - QUINTA TURMA, DJE DATA:02/04/2013 ..DTPB:.)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

45 - 0009309-56.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.009309-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MARIA LUCIA BARBOSA TEIXEIRA

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL

APELADO: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0009309-56.2012.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : MARIA LUCIA BARBOSA TEIXEIRA

ADVOGADO : CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL

APDO : UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme pode ser constatado no julgado abaixo:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. SENTENÇA TRABALHISTA. ÍNDICES DE 26,05% (URP DE FEVEREIRO DE 1989) E DE 26,06% (IPC DE JUNHO DE 1987). EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. LEI 8.112/1990. ALTERAÇÃO DE SITUAÇÃO JURÍDICA. 1. A jurisprudência deste Corte é pacífica no sentido de que, a partir da transposição da parte autora do regime celetista de trabalho para o estatutário, não há mais falar em respeito à sentença trabalhista com trânsito em julgado, pois os efeitos da referida sentença têm por limite temporal a Lei 8.112/1990. Dentre outros precedentes: AgRg no REsp 1325165/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 27/09/2013. 2. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1321357/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/06/2014, DJe 20/06/2014)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso é medida que se impõe.

Compulsando os autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA. PODERES DO RELATOR. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. TERMO INICIAL DO PRAZO PREVISTO NO ART. 54 DA LEI 9.784/1999. RELAÇÃO JURÍDICA CONTINUATIVA. MODIFICAÇÃO DO ESTADO DE FATO OU DE DIREITO. EXAURIMENTO DA EFICÁCIA DE SENTENÇA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. 1. O art. 205 do Regimento Interno desta Suprema Corte, na redação conferida pela Emenda Regimental nº 28/2009, autoriza o Relator a julgar monocraticamente o mandado de segurança quando a matéria em debate for objeto de jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal. 2. O ato de concessão de aposentadoria é complexo, de modo que só se aperfeiçoa com o exame de sua legalidade e subsequente registro pelo Tribunal de Contas da União. Assim, enquanto não aperfeiçoado o ato concessivo de aposentadoria, com o respectivo registro perante a Corte de Contas da União, não há falar na fluência do prazo do art. 54 da 9.784/99, referente ao lapso de tempo de que dispõe a administração pública para promover a anulação de atos de que resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Precedentes: MS 25561, Rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJe de 21.11.2014; MS 27296, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe de 18.6.2014; e MS 28576, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 11.6.2014. 3. Ao julgamento do RE 596.663, esta Suprema Corte decidiu o tema nº 494 da Repercussão Geral, assentando a seguinte tese: "A sentença que reconhece ao trabalhador ou a servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos." 4. Na espécie, o TCU registrou que a parcela atinente à URP de fevereiro/1989, objeto de decisão judicial transitada em julgado, foi ulteriormente absorvida por reestruturações remuneratórias ocorridas na carreira dos inativos e instituidores de pensão. 5. Balizada na compreensão de que não há direito adquirido a regime jurídico, a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, reafirmada ao julgamento, sob a sistemática da repercussão geral, do RE 563.965, reputa revestida de legitimidade constitucional a alteração na estrutura dos vencimentos de servidores públicos, desde que com eficácia ex nunc e sem redução nominal de estipêndios. Agravo regimental conhecido e não provido." (MS 27628 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 20/10/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-221 DIVULG 05-11-2015 PUBLIC 06-11-2015– original sem grifos)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. TCU. VANTAGEM RECONHECIDA POR DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO. POSSÍVEL PERDA DE EFICÁCIA DA SENTENÇA. 1. Afastamento da alegada violação ao princípio do contraditório, nos termos da jurisprudência consolidada deste Tribunal. 2. A Corte de Contas não desconsiderou decisão judicial com trânsito em julgado, mas apenas determinou que o pagamento da parcela observasse a metodologia de cálculo estabelecida no acórdão TCU nº 2.161/2005, segundo a qual as rubricas referentes às sentenças judiciais devem ser absorvidas por reajustes e reestruturações posteriormente concedidos aos servidores. Determinação que se encontra em harmonia com a jurisprudência do STF. 3. O Pleno da Corte, em repercussão geral, decidiu que "a sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos" (RE 596.663, Rel. p/ acórdão Min. Teori Zavascki). 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (MS 32332 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 09/06/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-128 DIVULG 30-06-2015 PUBLIC 01-07-2015)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o enunciado nº 286 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ("Não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do Supremo Tribunal Federal já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

51 - 0023000-84.2012.4.02.5151 Número antigo: 2012.51.51.023000-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: CLAUDIO DOS SANTOS MONTEIRO
ADVOGADO: GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR
Originário: 0023000-84.2012.4.02.5151 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : CLAUDIO DOS SANTOS MONTEIRO
ADVOGADO : GILBERTO DOS SANTOS PEREIRA JUNIOR
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que restaram preenchidos os pressupostos genéricos de admissibilidade, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal, em conformidade com o artigo 541 do Código de Processo Civil.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do dispositivo infraconstitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
53 - 0044431-33.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.044431-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 16/02/2017 15:10
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AUTOR: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APELADO: RONALTO ANTONIO DA SILVA
APELADO: NEIDE FRANCISCA PIMENTA BARBOSA SOARES
APELADO: PAULO CESAR RODRIGUES DA SILVA
APELADO: ROSANA SALDANHA DA GAMA FARIA REIS
APELADO: ROSENI CAVALCANTI DA SILVA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
Originário: 0044431-33.2012.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AUTOR : UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APDO : RONALTO ANTONIO DA SILVA
APDO : NEIDE FRANCISCA PIMENTA BARBOSA SOARES
APDO : PAULO CESAR RODRIGUES DA SILVA
APDO : ROSANA SALDANHA DA GAMA FARIA REIS
APDO : ROSENI CAVALCANTI DA SILVA
ADVOGADO : ANDRE ANDRADE VIZ
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Segundo o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no AgRg no REsp 1142587/PR, o entendimento firmado no julgamento do Recurso Especial nº 1.235.513/AL (Temas 475 e 476), pelo rito previsto no art. 543-C do Código de Processo Civil, relativo à compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores, é aplicado integralmente às causas que tratam o índice de 3,17%.

Segue a ementa do referido julgado:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ N.º 08/2008.SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE

ALAGOAS-UFAL. DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. ÍNDICE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO COM REAJUSTE ESPECÍFICO DA CATEGORIA. LEIS 8.622/93 E 8.627/93. ALEGAÇÃO POR MEIO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO QUE NÃO PREVÊ QUALQUER LIMITAÇÃO AO ÍNDICE. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. ARTS. 474 E 741, VI, DO CPC.

1. As Leis 8.622/93 e 8.627/93 instituíram uma revisão geral de remuneração, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição da República, no patamar médio de 28,86%, razão pela qual o Supremo Tribunal Federal, com base no princípio da isonomia, decidiu que este índice deveria ser estendido a todos os servidores públicos federais, tanto civis como militares.

2. Algumas categorias de servidores públicos federais também foram contempladas com reajustes específicos nesses diplomas legais, como ocorreu com os docentes do ensino superior. Em razão disso, a Suprema Corte decidiu que esses aumentos deveriam ser compensados, no âmbito de execução, com o índice de 28,86%.

3. Tratando-se de processo de conhecimento, é devida a compensação do índice de 28,86% com os reajustes concedidos por essas leis. Entretanto, transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral do índice de 28,86%, não cabe à União e às autarquias federais alegar, por meio de embargos, a compensação com tais reajustes, sob pena de ofender-se a coisa julgada. Precedentes das duas Turmas do Supremo Tribunal Federal.

4. Não ofende a coisa julgada, todavia, a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso.

5. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: "Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre (...) qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença".

6. No caso em exame, tanto o reajuste geral de 28,86% como o aumento específico da categoria do magistério superior originaram-se das mesmas Leis 8.622/93 e 8.627/93, portanto, anteriores à sentença exequenda. Desse modo, a compensação poderia ter sido alegada pela autarquia recorrida no processo de conhecimento.

7. Não arguida, oportunamente, a matéria de defesa, incide o disposto no art. 474 do CPC, reputando-se "deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor tanto ao acolhimento como à rejeição do pedido".

8. Portanto, deve ser reformado o aresto recorrido por violação da coisa julgada, vedando-se a compensação do índice de 28,86% com reajuste específico da categoria previsto nas Leis 8.622/93 e 8.627/93, por absoluta ausência de previsão no título judicial exequendo.

9. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ n.º 08/2008." (Grifos nossos)

(REsp 1235513/AL, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2012, DJe 20/08/2012)

Assim, considerando-se que o v. acórdão recorrido se apresenta, primo ictu oculi, em divergência com a orientação firmada no referido julgado, determino o retorno dos autos ao órgão julgador originário, na forma do disposto no artigo 543-C, §7º, inciso II, do Código de Processo Civil.

Observe-se que, caso seja mantido o acórdão recorrido, os autos deverão voltar à conclusão para o exame de admissibilidade, na forma do §8º, do aludido art. 543-C, do CPC.

Por outro lado, exercido o juízo de retratação, o Recurso Especial interposto restará automaticamente prejudicado, independentemente de nova decisão desta Vice-Presidência, devendo a Subsecretaria do Órgão Julgador tomar as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso é medida que se impõe.

Compulsando-se os autos, verifica-se que eventual violação à Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, o enunciado nº 636 da Súmula de Jurisprudência do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Neste sentido, confiram-se os seguintes arestos:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. REAJUSTE DE 3,17%. LIMITAÇÃO. LEI Nº 9.654/1998. LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE QUESTÃO CONSTITUCIONAL. 1. Hipótese em que o Tribunal de origem assentou a inexistência de afronta ao constante do título executivo judicial. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento de recurso extraordinário para o questionamento de violação aos limites objetivos da coisa julgada, uma vez que se trata de tema cujo âmbito é estritamente infraconstitucional, além de demandar o reexame de fatos e de provas constantes dos autos. Precedentes. 2. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AI 767994 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 26/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-121 DIVULG 22-06-2015 PUBLIC 23-06-2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

36 - 0000436-24.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.000436-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 13/02/2017 13:01

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: AURIMEIA MARIA DO CARMO

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELADO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO

APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0000436-24.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

APTE : AURIMEIA MARIA DO CARMO

DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APDO : ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

ADVOGADO : MARIO DE CASTRO REIS NETO

APDO : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM DE QUE A AGRAVANTE DEU CAUSA À INSTAURAÇÃO DA AÇÃO, EM QUE PESE A NÃO RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INICIAL. INVERSÃO DO JULGADO. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, em decorrência do princípio da causalidade, "os ônus sucumbenciais devem ser imputados àquele que deu causa à propositura da demanda" (REsp 1435585/MG, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 25/8/2015, DJe 14/9/2015). Na espécie, entendeu a Corte de origem, motivadamente e após minuciosa análise do caso concreto e das provas contidas nos autos, que a agravante foi quem deu causa à propositura da demanda, o que atrai o princípio da causalidade e impõe a ela o dever de arcar com as despesas do processo e com os honorários advocatícios. Ademais, inverter a conclusão fática alcançada pelo Tribunal de origem

no sentido de que a agravante provocou o ajuizamento da ação encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Corte.

2. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 917.238/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/09/2016, DJe 13/10/2016 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

37 - 0000454-12.2013.4.02.5115 Número antigo: 2013.51.15.000454-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: PEDRO SERPA

ADVOGADO: EDUARDO MENDES DA SILVEIRA

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO DA SILVA SOARES

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0000454-12.2013.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis

APTE : PEDRO SERPA

ADVOGADO : EDUARDO MENDES DA SILVEIRA e outro

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

"ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PERÍCIA MÉDICA PREVIDENCIÁRIA - GDAPMP. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS. CARÁTER GERAL DA GRATIFICAÇÃO. EQUIPARAÇÃO AOS ATIVOS. CABIMENTO. 1. Não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. 2. No mérito, verifica-se que a decisão recorrida está em consonância com o entendimento do STJ no sentido de que as gratificações de desempenho, ainda que possuam caráter pro labore faciendo, se forem pagas indistintamente a todos os servidores da ativa, no mesmo percentual, convertem-se em gratificação de natureza genérica, extensíveis, desta maneira, a todos os aposentados e pensionistas. 3. No caso dos autos, o Tribunal a quo consignou que a GDAPMP está sendo paga indistintamente a todos os servidores da ativa, e não com base em avaliações individuais, razão pela qual se deve reconhecer o caráter genérico da gratificação, o que possibilita sua extensão ao servidores inativos. 4. Ademais, observa-se que o TRF da 4ª Região, ao analisar a questão referente ao pagamento da GDAPMP na mesma pontuação dos servidores ativos, adotou fundamento eminentemente constitucional, porquanto o deslinde da controvérsia deu-se à luz do princípio constitucional da isonomia. Vale ressaltar que o Recurso Especial possui fundamentação vinculada, destinando-se a garantir a autoridade da lei federal e a sua aplicação uniforme, não constituindo, portanto, instrumento processual destinado a examinar a questão constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Carta Magna. 5. Recurso Especial não provido. (REsp n. 1.619.394/SC, relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/11/2016).

Ante o exposto, inadmito o recurso.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com base no art. 102, III, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O presente recurso não reúne as condições de admissibilidade, uma vez que o Supremo Tribunal Federal tem estendido o entendimento firmado no julgamento da GDATA a outros casos em que se discutem gratificações similares, no sentido de que a falta de regulamentação do processo de avaliação de desempenho confere às gratificações uma natureza de generalidade, situação que atrai a incidência da orientação contida no verbete da súmula nº 286 desse Tribunal ("não se conhece do recurso extraordinário fundado em divergência jurisprudencial, quando a orientação do plenário do Supremo Tribunal Federal já se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida").

É o seguinte o posicionamento do STF acerca do tema ora em análise:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE MÉDICO-PERICIAL – GDAMP. MANUTENÇÃO DA PONTUAÇÃO APÓS A ADOÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. ALEGAÇÃO DE FUTURA OFENSA À CONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS SERVIDORES ATIVOS E DE DECRÉSCIMO NOS PROVENTOS. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Esta Corte firmou a orientação no sentido de que o recurso extraordinário não pode ter por objeto eventual futura ofensa à Constituição Federal. Precedentes. II - A verificação da ocorrência de regulamentação e realização de avaliação do desempenho individual dos servidores em atividade e de decréscimo na remuneração do ora agravante demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 279 do STF. III - Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 782248/PR-AgR, Relator o Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 7/3/2014)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

38 - 0000778-41.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000778-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: ITAU UNIBANCO S.A

ADVOGADO: TIAGO FRANCISCO DA SILVA

ADVOGADO: RAFAEL BARROSO FONTELLES

ADVOGADO: NINA DA CONCEICAO PENCAK

Originário: 0000778-41.2013.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : ITAU UNIBANCO S.A

ADVOGADO : TIAGO FRANCISCO DA SILVA e outros

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSS, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Inicialmente, registre-se que não é pressuposto suficiente para a interposição do Recurso Extraordinário o mero inconformismo da Parte Recorrente, sendo necessário que o acórdão recorrido tenha contrariado dispositivo da Constituição; ou declarado a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal; ou tenha julgado válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição; ou, ainda, tenha julgado válida lei local contestada em face de lei federal (CRFB/88, artigo 102, inciso III).

In casu, compulsando-se os autos, verifica-se que, no tocante à alegada violação aos dispositivos constitucionais apontados pelo Recorrente, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme em afastar a viabilidade do Recurso Extraordinário, com fulcro no entendimento de que o exame da controvérsia exigiria a análise da legislação infraconstitucional, tornando oblíqua e reflexa eventual ofensa à Constituição.

Nesse sentido, mutatis mutandis, confira-se:

"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO REGRESSIVA. PRAZO PRESCRICIONAL. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL (DECRETO N. 20.910/1932). AUSÊNCIA DE OFENSA CONSTITUCIONAL DIRETA.

AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO." (RE 897418 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 25/08/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-177 DIVULG 08-09-2015 PUBLIC 09-09-2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal/88, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando os autos, observou-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

A matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, admito o Recurso especial.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

46 - 0010035-05.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.010035-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ISIDORO BORGES RODRIGUES

REPRESENTANTE: JANE BORGES

ADVOGADO: LEONARDO PIZZOL VINHA

ADVOGADO: MARCELO MATEDI ALVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0010035-05.2013.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : ISIDORO BORGES RODRIGUES

REPRES. : JANE BORGES

ADVOGADO : LEONARDO PIZZOL VINHA e outro

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situações análogas à do presente processo, confiram-se, mutatis mutandi, os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO POR MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA TUTELA DE URGÊNCIA. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. COGNIÇÃO SUMÁRIA. JUÍZO DE VALOR NÃO DEFINITIVO INIDÔNEO À VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. SÚMULA 735/STF. INFRAÇÃO AMBIENTAL. MULTA APLICADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DE VALORES EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.1. A iterativa jurisprudência desta Corte é no sentido de que, para análise dos critérios adotados pela instância

ordinária que ensejaram a concessão ou não da liminar ou da antecipação dos efeitos da tutela, é necessário o reexame dos elementos probatórios a fim de aferir a "prova inequívoca que convença da verossimilhança da alegação", nos termos do art. 273 do CPC, o que não é possível em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.2. É sabido que as medidas liminares de natureza cautelar ou antecipatória são conferidas à base de cognição sumária e de juízo de mera verossimilhança. Por não representarem pronunciamento definitivo, mas provisório, a respeito do direito afirmado na demanda, são medidas, nesse aspecto, sujeitas à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmadas ou revogadas pela sentença final. Em razão da natureza precária da decisão, em regra, não possuem o condão de ensejar a violação da legislação federal. Incidência, por analogia, da Súmula 735/STF: "não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar".3. [...] 4. Rever o conteúdo dos autos, a fim de que se chegue à conclusão diversa da instância de origem é, nesta via recursal, impossível, pois demanda apreciação de matéria fática, defeso em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 490.601/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 22/05/2014 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO EMPRESARIAL ÀS MARGENS DO RIO COCÓ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. (...] no que se refere à alegada violação do artigo 273 do CPC, frisa-se que é entendimento já pacificado nesta Corte Superior o de que analisar os requisitos necessários para a concessão de tutela antecipada - os quais não foram reconhecidos pelas instâncias ordinárias -, com a conseqüente reversão do entendimento exposto pelo Tribunal de origem, exigiria, necessariamente, o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido."(AgRg no AREsp 270.720/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 17/06/2013 – sem grifos no original)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO ART. 2o.-B DA LEI 9.494/97. SÚMULA 729/STF. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido não implica ofensa ao art. 535 do CPC. 2. A jurisprudência desta Corte está consolidada quanto à inexistência de vedação legal à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública nas causas de natureza previdenciária, como ocorre na espécie. 3. Ressalte-se que a Corte a quo, ainda que em juízo perfunctório, constatou que os documentos carreados aos autos confirmam a dependência econômica da autora (fls. 82). A inversão do julgado quanto ao ponto demandaria a análise do contexto fático-probatório dos autos, medida vedada ante o óbice contido na Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental desprovido. ..EMEN:" (AGRESP 201100253305, NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:04/03/2016 ..DTPB:.)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PENSÃO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE NÃO-PREVISTA NO ART. 1º DA LEI 9.494/1997. REQUISITOS AUTORIZADORES. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. O STJ firmou a orientação de que é possível a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, nos casos não vedados pelo art. 1º da Lei 9.494/1997. Precedentes do STJ. 2. Ressalta-se que, por analogia, incide na espécie o entendimento da Súmula 729/STF: "A decisão na ADC-4 não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária." 3. A análise dos requisitos para a concessão da medida, previstos no art. 273 do CPC, implica, como regra, reexame da matéria fático-probatória. Aplicação da Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido. ..EMEN:" (AGA 201001073358, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:02/02/2011 ..DTPB:.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

49 - 0015572-70.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.015572-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/10/2015 17:14

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE - SIAS
ADVOGADO: STELLA RAMOS CORREA DE OLIVEIRA
Originário: 0015572-70.2013.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : SOCIEDADE IBGEANA DE ASSISTENCIA E SEGURIDADE - SIAS
ADVOGADO : STELLA RAMOS CORREA DE OLIVEIRA
DESPACHO

Fls. 208/209: O pleito não deve ser apreciado por este órgão julgador, sob pena de usurpação de competência, considerando que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência em razão de já ter sido exercido o juízo de admissibilidade do Recurso Especial interposto.

Oportunamente, remetam-se os presentes autos ao Núcleo de Digitalização para envio dos mesmos, com as cautelas de praxe, ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
50 - 0022751-55.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022751-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALICE FRANCISCO
ADVOGADO: ANDREA CRISTINA ZANETTI CARDOSO LIMA
ADVOGADO: CINTIA DE ANDRADE MELLO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0022751-55.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ALICE FRANCISCO
ADVOGADO : ANDREA CRISTINA ZANETTI CARDOSO LIMA e outro
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

No que concerne à apontada existência de dissídio jurisprudencial, restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) indicado(s) na peça recursal, autorizando, assim, a admissão do recurso, com apoio no aludido artigo 105, III, alínea “c”, da Carta Política.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

52 - 0023393-28.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023393-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 23/06/2015 13:50

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ

APELANTE: REGINA BARBOSA MOREIRA

APELANTE: BERNADETE TEIXEIRA FERREIRA CARVALHO

APELANTE: ARMANDO ALVES BORGES NETO

APELANTE: CARLOS JOSE RIBAS D'AVILA

APELANTE: JOANA ANGELICA BARBOSA GARCIA

ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ

ADVOGADO: LUCIMAR DO ROSARIO SOARES

APELADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0023393-28.2013.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO-SINTUFRJ

APTE : REGINA BARBOSA MOREIRA

APTE : BERNADETE TEIXEIRA FERREIRA CARVALHO

APTE : ARMANDO ALVES BORGES NETO

APTE : CARLOS JOSE RIBAS D'AVILA

APTE : JOANA ANGELICA BARBOSA GARCIA

ADVOGADO : ANDRE ANDRADE VIZ e outro

APDO : UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DESPACHO

Considerando que a cópia da certidão de óbito acostada à fl. 763 noticia que o de cujus deixou três filhos(as) maiores, indefiro, por ora, o pleito de habilitação formulado por Selma Prado Alves Borges, posto que, neste caso, a substituição da parte em Juízo cabe a todos os sucessores, a teor do art. 110 do CPC.

Assim, determino a suspensão do processo, na forma do artigo 313, I e § 1º, c/c art. 689 do CPC, bem como a intimação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo de 60 (sessenta dias), na forma do artigo 313, § 2º, I, do CPC.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

34 - 0000093-64.2014.4.02.5113 Número antigo: 2014.51.13.000093-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ANTONIO GABRIEL DE OLIVEIRA ALVAREZ
ADVOGADO: CAMILA DE ALBUQUERQUE GARCIA REDONDO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0000093-64.2014.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
APTE : ANTONIO GABRIEL DE OLIVEIRA ALVAREZ
ADVOGADO : CAMILA DE ALBUQUERQUE GARCIA REDONDO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO

Intime-se a Parte Recorrente para os fins do artigo 1.007, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de deserção do Recurso Especial interposto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
40 - 0002091-15.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.002091-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA
ADVOGADO: CHRISTIANE DE MATTOS WOODROW RODRIGUES
ADVOGADO: JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: NUBIA LEMOS GUASTI
ADVOGADO: MATHEUS GUERINE RIEGERT
APELADO: VITORIA HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO: ALAOR DE QUEIROZ ARAÚJO NETO
Originário: 0002091-15.2014.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
APTE : ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO : MARCELO RODRIGUES LANZANA FERREIRA e outros
APDO : VITORIA HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO : ALAOR DE QUEIROZ ARAÚJO NETO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo do Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Inicialmente, registre-se que não é pressuposto suficiente para a interposição do Recurso Especial a mera inconformidade da Parte Recorrente, sendo necessário que o acórdão recorrido tenha contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, tenha dado à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Pode-se afirmar, portanto, que, em sede de Recurso Especial, a Parte Recorrente deve indicar a alínea correta em que se fundamenta, bem como deve apontar, de forma expressa, o dispositivo de lei federal supostamente violado ou fazer prova da divergência jurisprudencial, demonstrando a similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas.

A deficiência na fundamentação do Recurso Especial enseja a caracterização da sua irregularidade formal, culminando na não admissão do mesmo.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não houve indicação da alínea do permissivo constitucional em que se funda o Recurso Especial em tela, restando desatendido o pressuposto de admissibilidade recursal concernente à regularidade formal.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, verbis:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o

tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (AgRg no ARESP 647464, Relator Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJE DATA:23/03/2015.)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AGARESP 201303122274, Relator Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJE DATA:03/02/2014.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

41 - 0003608-55.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.003608-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 14:31

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: AILTON DOMINGOS DE SOUZA

ADVOGADO: DARCY DALLAPICULA

ADVOGADO: ÉRICA DA SILVA SANTOS SPAGNOL

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0003608-55.2014.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal

APTE : AILTON DOMINGOS DE SOUZA

ADVOGADO : DARCY DALLAPICULA e outro

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

APDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo nº 0003608-55.2014.4.02.5001.

É o breve Relatório. Decido.

Do cotejo dos autos, constata-se que o acórdão impugnado fundamentou-se na análise da legislação infraconstitucional aplicável à espécie, de modo que a constatação de eventual ofensa à Constituição Federal seria, quando muito, indireta, reflexa, circunstância que inviabiliza o cabimento do Recurso Extraordinário.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO. ANISTIA. LEI Nº 8.878/1994. AÇÃO RESCISÓRIA. SÚMULA 279/STF. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. Não há questão constitucional a ser decidida neste processo, tendo em vista que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com base na Lei nº 8.787/1994 e no acervo probatório constante dos autos. A alegação de ofensa ao art. 7º, I, da Constituição não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF. Agravo regimental a que se nega provimento" (AI 624.127-AgR, Relator o Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 25.11.2013). (Grifos nossos)

Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
42 - 0003974-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.003974-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FABIO HENRIQUE PICONEZ
ADVOGADO: MARCELO JORGE DA LUZ COSTA
APELADO: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - CENTRO DE SELECAO E PROMOCAO DE EVENTOS (CESPE/UNB)
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO: CRISTIANE SOUZA MONTEIRO FRACALANZZA
Originário: 0003974-85.2014.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : FABIO HENRIQUE PICONEZ
ADVOGADO : MARCELO JORGE DA LUZ COSTA
APDO : FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - CENTRO DE SELECAO E PROMOCAO DE EVENTOS (CESPE/UNB)
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S/A
ADVOGADO : CRISTIANE SOUZA MONTEIRO FRACALANZZA
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
Do exame dos autos verifica-se o inatendimento ao pressuposto extrínseco da regularidade formal, na medida em que, embora tenha sido juntado aos autos comprovante de pagamento de custas referente a REsp e cópia de jurisprudências, a petição de REsp não se encontra nos autos, conforme certificado.
Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
56 - 0120762-85.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.120762-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 16/02/2017 15:10
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: HEROS VALERIANO MOYSES
ADVOGADO: SHAIANE MONIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO: ALEXANDRO DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0120762-85.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : HEROS VALERIANO MOYSES
ADVOGADO : SHAIANE MONIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA e outro
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
59 - 0158319-09.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.158319-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 16:54
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARMEM LUIZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
Originário: 0158319-09.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : CARMEM LUIZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : GERSON LUCCHESI BRITO DE OLIVEIRA
D E C I S Ã O
Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve relatório. Decido.
Considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Especial, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto à matéria referida no REsp nº 1.205.946/SP [Tema 491: "Os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente."], submetido a julgamento pelo rito dos recursos repetitivos.
Registre-se que o aludido leading case encontra-se sobrestado até o julgamento do RE nº 870.947/SE pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 810 da sistemática da repercussão geral: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.").
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
D E C I S Ã O
Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve relatório. Decido.
Do exame dos autos, verifica-se que a matéria deduzida no presente recurso, encontra-se pendente de apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral reconhecida nos autos do RE nº 870.947 (Tema 810: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.").
Dessa forma, considerando-se o disposto no art. 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do STF quanto ao mérito do RE nº 870.947, face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da matéria constitucional debatida nesta sede recursal.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
43 - 0005734-11.2015.4.02.5109 Número antigo: 2015.51.09.005734-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 10/02/2017 17:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APELADO: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO: FABIO HENRIQUE ANDRADE DOS SANTOS
Originário: 0005734-11.2015.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
APTE : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO : MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APDO : PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO : FABIO HENRIQUE ANDRADE DOS SANTOS
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO DE JANEIRO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC de 1973. A respeito, vide, dentre outros:

"ADMINISTRATIVO. CREA/SC. INSCRIÇÃO. ADMISSÃO DE PROFISSIONAL. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA NÃO AFETA A ÁREA DE ENGENHARIA. DESNECESSIDADE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DE ENTENDIMENTO COM BASE EM PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte, no sentido no sentido de que a obrigatoriedade de inscrição no Conselho profissional é a atividade básica da empresa ou a natureza dos serviços prestados. Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Nesse contexto, entendeu que a agravada, por se tratar de empresa que presta serviços de comunicação multimídia e de telecomunicações, não desenvolve atividade afeta à área de engenharia, e por isso não tem o CREA/SC autoridade para aplicação de multa por ausência de responsável técnico, tampouco por falta de registro.

2. Insuscetível de revisão o entendimento da Corte de origem no sentido de que a atividade básica da empresa não é afeta à medicina veterinária, pois demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 366.125/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 10/12/2013 – original sem grifos)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO EM CONSELHO PROFISSIONAL. CREA. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. BENEFICIAMENTO DE MADEIRA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Conforme jurisprudência deste Tribunal Superior, "o critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa." (AgRg no REsp 1242318/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 19/12/2011)

2. O Tribunal Regional, com base nos elementos probatórios da demanda, concluiu que as atividades descritas no contrato social da empresa não se enquadram nas atribuições relacionadas aos profissionais de engenharia, arquitetura e agronomia. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, reexame de matéria fática, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

3. Não se mostra possível discutir em agravo regimental matéria que não foi decidida pelo Tribunal de origem, tampouco objeto das razões do recurso especial, por se tratar de inovação recursal, sobre a qual ocorreu preclusão consumativa.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 360.288/SC, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 27/09/2013 – original sem grifos)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, do detido exame dos autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. INSCRIÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. PRETENSÃO QUE ENCONTRA ÓBICE NA SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que o critério legal de obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais é determinado pela atividade preponderante da empresa. Nesse contexto, a revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem, de que a atividade básica desenvolvida pela recorrente está relacionada àquelas sujeitas ao controle e à fiscalização do recorrido, demanda o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Precedentes: AgRg no AREsp 255.901/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; AgRg no AREsp 202.218/PR, Rel.

Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/10/2012; AgRg no AREsp 8.354/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 14/5/12.

2. Não se conhece do recurso especial interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional quando a divergência não é demonstrada nos termos em que exigido pela legislação processual de regência (art. 541, parágrafo único, do CPC, c/c art. 255 do RISTJ).

No caso, o recorrente não realizou o devido cotejo analítico, nem demonstrou a existência de similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 669.543/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 14/05/2015 – original sem grifos)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

55 - 0047661-78.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.047661-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 16/02/2017 15:10

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SERGIO DA COSTA CHAVES

ADVOGADO: FELIPE SOLE VERNIN

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: OS MESMOS

Originário: 0047661-78.2015.4.02.5101 - 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : SERGIO DA COSTA CHAVES

ADVOGADO : FELIPE SOLE VERNIN

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : OS MESMOS

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, no entanto, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação a dispositivos infraconstitucionais, objeto do presente recurso, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
57 - 0120934-90.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.120934-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 10/10/2016 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALEXSANDRE PRADO BEZERRA
ADVOGADO: JOSEFA DAS GRACAS OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0120934-90.2015.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ALEXSANDRE PRADO BEZERRA
ADVOGADO : JOSEFA DAS GRACAS OLIVEIRA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DESPACHO
Fls. 424/429: O pleito não deve ser apreciado por este órgão julgador, sob pena de usurpação de competência, considerando que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência em razão de já ter sido exercido o juízo de admissibilidade do Recurso Especial interposto.
Oportunamente, remetam-se os presentes autos ao Núcleo de Digitalização para envio dos mesmos, com as cautelas de praxe, ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
58 - 0131763-33.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.131763-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LUIZ OTAVIO DIAS DE CASTRO
ADVOGADO: FLAVIO FERNANDES TAVARES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0131763-33.2015.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : LUIZ OTAVIO DIAS DE CASTRO
ADVOGADO : FLAVIO FERNANDES TAVARES
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
D E C I S Ã O
Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Inicialmente, cumpre ressaltar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação a artigos da Constituição Federal supostamente violados.
Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, qual seja a redução do valor arbitrado a título de compensação por danos morais, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. POLICIAL MILITAR. PROCESSO ADMINISTRATIVO.

ALEGADA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

APLICAÇÃO DA SANÇÃO. REVISÃO DE ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULA 7 DO STJ.

1. Caso em que o Tribunal de origem, competente na análise da situação fático-probatória, concluiu que o processo administrativo "transcorreu dentro dos parâmetros legais, houve instauração de advogado constituído, após citação válida", com motivação explícita na penalidade exclusória.

2. Assim, rever as conclusões firmadas pelo acórdão recorrido demanda o reexame de provas dos autos, obstado pela incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 598.029/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 04/03/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 2016.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

60 - 0501136-78.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.501136-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 26/12/2016 12:50

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ

ADVOGADO: ANDRE GUSKOW CARDOSO

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

TERCEIRO INTERESSADO: EDUARDO DE SOUZA CRUZ

TERCEIRO INTERESSADO: RAFAEL DANILO ROCHA

ADVOGADO: WERNER BRAUN RIZK

Originário: 0501136-78.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ

ADVOGADO : ANDRE GUSKOW CARDOSO

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

T.INTER. : EDUARDO DE SOUZA CRUZ

T.INTER. : RAFAEL DANILO ROCHA

ADVOGADO : WERNER BRAUN RIZK

DESPACHO

Fls. 1.167/1.177 e 1.230/1.234: Os pleitos formulados restam prejudicados, haja vista que o acórdão de fls. 942/944 teve seus efeitos suspensos por decisão proferida nos autos nº 0012905-83.2016.4.02.0000, razão pela qual nada a prover.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : ANDRE GUSKOW CARDOSO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
T.INTER. : EDUARDO DE SOUZA CRUZ
T.INTER. : RAFAEL DANILO ROCHA
ADVOGADO : WERNER BRAUN RIZK
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por EDUARDO DE SOUZA CRUZ E RAFAEL DANILO ROCHA, às fls. 1067/1093, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), bem como verifica-se que restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) indicado(s) na peça recursal, autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso com fundamento nas alíneas a e c, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : ANDRE GUSKOW CARDOSO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
T.INTER. : EDUARDO DE SOUZA CRUZ
T.INTER. : RAFAEL DANILO ROCHA
ADVOGADO : WERNER BRAUN RIZK
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por EDUARDO DE SOUZA CRUZ E RAFAEL DANILO ROCHA, às fls. 1148/1160, com base no art. 102, III, "a", da CF/88, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Tribunal.

Relatei. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) constitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 102, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : SINDICATO DOS PRÁTICOS DOS PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADO : ANDRE GUSKOW CARDOSO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
T.INTER. : EDUARDO DE SOUZA CRUZ
T.INTER. : RAFAEL DANILO ROCHA
ADVOGADO : WERNER BRAUN RIZK
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIÃO, às fls. 1179/1202, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), bem como verifica-se que restou demonstrada a existência de divergência jurisprudencial acerca da interpretação conferida ao(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) indicado(s) na peça recursal, autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso com fundamento nas alíneas a e c, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
54 - 0044706-89.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.044706-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARCOS AURELIO DE SOUZA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0044706-89.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : MARCOS AURELIO DE SOUZA SILVA
DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. MILITAR LICENCIADO. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual incide a prescrição do fundo do direito nas ações em que se pleiteia a reintegração de militar licenciado.

III - O recurso especial, interposto pelas alíneas a e/ou c do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte, a teor da Súmula n. 83/STJ.

IV - É entendimento pacífico dessa Corte que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados e transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

V - O Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

VI - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1377050/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 19/04/2016)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ademais, observa-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

64 - 0000812-97.2010.4.02.5109 Número antigo: 2010.51.09.000812-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: PAULO ROBERTO ALVES SANTOS

ADVOGADO: MARIA DE FATIMA FERREIRA DE VASCONCELLOS DE PAULA

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE RESENDE/RJ

Originário: 0000812-97.2010.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : PAULO ROBERTO ALVES SANTOS

ADVOGADO : MARIA DE FATIMA FERREIRA DE VASCONCELLOS DE PAULA

REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE RESENDE/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por PAULO ROBERTO ALVES SANTOS, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos arts. 122 e 58 da Lei 8.213/91 e Lei 9.528/97 e art. 493 do CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”).

Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
95 - 0808409-11.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.808409-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: VANDERLEI PONTES TATAGIBA
ADVOGADO: FERNANDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
Originário: 0808409-11.2010.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : VANDERLEI PONTES TATAGIBA
ADVOGADO : FERNANDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea "c",da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega

provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : VANDERLEI PONTES TATAGIBA

ADVOGADO : FERNANDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR

REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 9A VARA-RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Extraordinário é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos constitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso

extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

66 - 0003197-96.2011.4.02.5104 Número antigo: 2011.51.04.003197-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 02/02/2016 15:33

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARCOS ABDALLA RAMOS

ADVOGADO: AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA

ADVOGADO: ALINE CRISTINA BRANDAO

ADVOGADO: JOAO NERY CAMPANARIO

ADVOGADO: THALITA DE OLIVEIRA

REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ

Originário: 0003197-96.2011.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : MARCOS ABDALLA RAMOS

ADVOGADO : AUREA MARTINS SANTOS DA SILVA e outros

REMETENTE : JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ

DESPACHO

Fls. 360/361: Em homenagem ao escopo da Lei n. 13.140/2015 e do Novo Código de Processo Civil, no sentido de consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, em qualquer grau de jurisdição, remetam-se os autos ao Núcleo Permanente de Solução Consensual de Conflitos desta Corte.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

63 - 0000269-23.2012.4.02.5110 Número antigo: 2012.51.10.000269-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:29

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: VICENTE SINESIO DA FONSECA

ADVOGADO: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA

REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ

Originário: 0000269-23.2012.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : VICENTE SINESIO DA FONSECA

ADVOGADO : JOSE CARLOS DE OLIVEIRA E SILVA

REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, "b" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

De plano, apenas para deixar claro, saliento que o ponto em discussão no recurso especial não se relaciona à aplicabilidade do art. 5º da Lei n° 11.960/2009 às ações ajuizadas antes do advento da referida norma, mas sim à incidência de juros entre a realização dos cálculos e a data da expedição do RPV/precatório. Em outras palavras, não se questiona a aplicação dos índices oficiais de remuneração básica e juros da caderneta de poupança, mas, sim, a expressão "uma única vez", presente na redação do artigo 1º-F da Lei n° 9.494/1997 dada pela mencionada Lei n° 11.960/2009.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, DETERMINO O SOBRESTAMENTO do recurso extraordinário, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 579.431/RS – Tema 096 (Incidência de juros de mora no período compreendido entre a data da conta de liquidação e a expedição do requisitório.), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
71 - 0013324-68.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.013324-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/02/2017 14:38
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARCIA CRISTINA PIMENTA PEREIRA LEITE
ADVOGADO: ANDRE GERMANO DA SILVA AZEVEDO
REMETENTE: JUIZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0013324-68.2012.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : MARCIA CRISTINA PIMENTA PEREIRA LEITE
ADVOGADO : ANDRE GERMANO DA SILVA AZEVEDO
REMETENTE : JUIZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

In casu, constata-se que, da detida análise das razões recursais, embora o recorrente tenha invocado como fundamento de recurso a alínea "c" inciso III do art. 105 da Constituição da República, deixou de exprimir, com clareza e objetividade, de qual forma o v. acórdão recorrido teria violado qualquer disposição legal ou divergência jurisprudencial, tornando a irresignação incompreensível.

Com efeito, evidencia-se deficiência de fundamentação do recurso, a atrair a incidência da orientação contida no Enunciado nº 284, da Súmula do STF, adotada analogicamente pelo STJ, assim transcrita: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Por fim, cabe ressaltar que o órgão julgador decidiu a questão após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

62 - 0000263-94.2013.4.02.5105 Número antigo: 2013.51.05.000263-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LEVI SCARAMUSSA
ADVOGADO: OLIVIO VIEIRA FILHO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1º VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
Originário: 0000263-94.2013.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
APTE : LEVI SCARAMUSSA
ADVOGADO : OLIVIO VIEIRA FILHO
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 1º VARA FEDERAL DE NOVA FRIBURGO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
67 - 0004702-63.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.004702-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 25/06/2015 13:39
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ADALBERTO BARRETO TINOCO
ADVOGADO: MARION SILVEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0004702-63.2013.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ADALBERTO BARRETO TINOCO
ADVOGADO : MARION SILVEIRA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Primeiramente, recebo os Embargos de Declaração protocolado às fls. 202/203 como Pedido de Reconsideração.

Trata-se de Pedido de Reconsideração da Decisão de fls. 196/197, que inadmitiu o Recurso Especial interposto com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, assim fundamentado:

"Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.326.114/SC, pelo rito previsto no art. 543-C do antigo Código de Processo Civil (Tema 544: "O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos

benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)."), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC 1. Trata-se de pretensão recursal do INSS com o objetivo de declarar a decadência do direito do recorrido de revisar benefícios previdenciários anteriores ao prazo do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997 (D.O.U 28.6.1997), posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, por ter transcorrido o decênio entre a publicação da citada norma e o ajuizamento da ação. 2. Dispõe a redação supracitada do art. 103: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo." SITUAÇÃO ANÁLOGA - ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL 3. Em situação análoga, em que o direito de revisão é da Administração, a Corte Especial estabeleceu que "o prazo previsto na Lei nº 9.784/99 somente poderia ser contado a partir de janeiro de 1999, sob pena de se conceder efeito retroativo à referida Lei" (MS 9.122/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 3.3.2008). No mesmo sentido: MS 9.092/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Corte Especial, DJ 25.9.2006; e MS 9.112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14.11.2005. O OBJETO DO PRAZO DECADENCIAL 4. O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário. 5. O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, não sendo possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção. 6. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico. 7. Por conseguinte, não viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito a aplicação do regime jurídico da citada norma sobre o exercício, na vigência desta, do direito de revisão das prestações previdenciárias concedidas antes da instituição do prazo decadencial. RESOLUÇÃO DA TESE CONTROVERTIDA 8. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997). 9. No mesmo sentido, a Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)" (RESP 1.303.988/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 21.3.2012). CASO CONCRETO 10. Concedido, in casu, o benefício antes da Medida Provisória 1.523-9/1997 e havendo decorrido o prazo decadencial decenal entre a publicação dessa norma e o ajuizamento da ação com o intuito de rever ato concessório ou indeferitório, deve ser extinto o processo, com resolução de mérito, por força do art. 269, IV, do CPC. 11. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ." (REsp 1326114/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013) (Grifos nossos)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, inadmito o presente recurso."

A Parte Recorrente requer a reconsideração da decisão transcrita acima, sustentando, em apertada síntese, que o Recurso Especial interposto versa sobre matéria distinta àquela analisada na Decisão supra.

Compulsando-se os presentes autos, verifica-se que assiste razão à Parte Recorrente, visto que o Recurso Especial tem por objetivo a análise do não "enquadramento do benefício autoral à tese dos novos tetos constitucionais" e a Decisão de fls. 196/197 versa sobre a incidência do instituto da decadência aos benefícios previdenciários concedidos em momento anterior à vigência da MP nº 1.523-9/1997.

Dessa forma, necessária se faz a reconsideração da retrocitada Decisão de fls. 196/197.

Ante o exposto, defiro o pedido de reconsideração e torno sem efeito a Decisão de fls. 196/197.

Passo à análise da admissibilidade recursal.

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

No tocante à aplicação dos tetos constitucionais previstos nas ECs 20/1998 e 41/2003, verifica-se que a questão central possui contornos constitucionais, afastando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza a admissão do presente Recurso.

A respeito, vide a seguinte jurisprudência:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. TETO. ECs 20/98 E 41/03. ADEQUAÇÃO AO JULGADO PROFERIDO PELO STF. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXISTÊNCIA DE LIMITAÇÃO QUANDO DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REEXAME DE PROVAS. S. 7/STJ.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. A questão referente à correta aplicação dos tetos constitucionais, previstos nas ECs 20/98 e 41/03, com a utilização dos parâmetros estabelecidos no RE 564.354/SE pelo Supremo Tribunal Federal, exige o exame de matéria constitucional, que não é passível de apreciação na via estreita do recurso especial 3. Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, a fim de se verificar se o benefício previdenciário alcançou o teto legal quando da entrada em vigor das ECs 20/98 e 41/03, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento." (Grifos nossos)

(AgRg no AREsp 554.901/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

74 - 0023018-27.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.023018-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: EDENILSON DE SOUZA LIMA

ADVOGADO: JULIANA DOS SANTOS NASCIMENTO

REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0023018-27.2013.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : EDENILSON DE SOUZA LIMA

ADVOGADO : JULIANA DOS SANTOS NASCIMENTO

REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 1.013 do CPC.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Neste sentido já decidiu o eg. STJ:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, § 4º, DO CPC. PEDIDO DE SUA MAJORAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Em princípio, descabe ao STJ revisar valores de sucumbência fixados nas instâncias ordinárias, pois eles são arbitrados em consideração àquilo que se desenvolveu no processo e

mediante juízo de equidade, circunstâncias que não podem ser reavaliadas nesta Corte, nos termos da Súmula 7/STJ. II. Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado, pela Corte de origem, por eqüidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ. No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: "Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa, não dando lugar a recurso extraordinário" (Súmula 389/STF). III. Porém, "a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto" (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014). IV. Na hipótese, os honorários de advogado foram fixados, pela sentença, em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). O Tribunal a quo, por sua vez, atento às circunstâncias a que se refere o § 4º do art. 20 do CPC, manteve a verba honorária, considerando, principalmente, que "a atuação dos procuradores do executado se resumiu a apresentação de exceção de pré-executividade que versa apenas sobre a decadência dos créditos tributários, a qual foi imediatamente acolhida pelo Município exequente, o que confirma que a lide não possui natureza complexa". Dadas as peculiaridades da causa, delineadas no acórdão recorrido, não se mostra irrisória a quantia fixada, em juízo de equidade, a título de honorários advocatícios. Assim, deve ser mantida a decisão agravada, visto que, efetivamente, incide, na espécie, a Súmula 7 do STJ. V. Agravo Regimental improvido." (AgRg no REsp 1509084/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 24/04/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

77 - 0103185-40.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.103185-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JOVELINA CANDIDA DA SILVA

ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

Originário: 0103185-40.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : JOVELINA CANDIDA DA SILVA

ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
78 - 0104111-21.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.104111-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:29
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TEREZA NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0104111-21.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : TEREZA NASCIMENTO MARTINS
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1326114 / SC, pelo rito previsto no então vigente art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC 1. Trata-se de pretensão recursal do INSS com o objetivo de declarar a decadência do direito do recorrido de revisar benefícios previdenciários anteriores ao prazo do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997 (D.O.U 28.6.1997), posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, por ter transcorrido o decênio entre a publicação da citada norma e o ajuizamento da ação.

2. Dispõe a redação supracitada do art. 103: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo." SITUAÇÃO ANÁLOGA - ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL 3. Em situação análoga, em que o direito de revisão é da Administração, a Corte Especial estabeleceu que "o prazo previsto na Lei nº 9.784/99 somente poderia ser contado a partir de janeiro de 1999, sob pena de se conceder efeito retroativo à referida Lei" (MS 9.122/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 3.3.2008).

No mesmo sentido: MS 9.092/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Corte Especial, DJ 25.9.2006; e MS 9.112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14.11.2005.

O OBJETO DO PRAZO DECADENCIAL 4. O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário.

5. O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, não sendo possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção.

6. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico.

7. Por conseguinte, não viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito a aplicação do regime jurídico da citada norma sobre o exercício, na vigência desta, do direito de revisão das prestações previdenciárias concedidas antes da instituição do prazo decadencial.

RESOLUÇÃO DA TESE CONTROVERTIDA 8. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).

9. No mesmo sentido, a Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)" (RESP 1.303.988/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 21.3.2012).

CASO CONCRETO 10. Concedido, in casu, o benefício antes da Medida Provisória 1.523-9/1997 e havendo decorrido o prazo decadencial decenal entre a publicação dessa norma e o ajuizamento da ação com o intuito de rever ato concessório ou indeferitório, deve ser extinto o processo, com resolução de mérito, por força do art. 269, IV, do CPC.

11. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)"

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
81 - 0105790-56.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.105790-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: DEOLINDA COMETTI LADISLAU
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0105790-56.2013.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : DEOLINDA COMETTI LADISLAU
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

In casu, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (antigo 535, do Código de Processo Civil de 1973), o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal

de Justiça é no sentido de que não há ofensa ao mencionado dispositivo legal, "[...] se o Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração - opostos com a finalidade de prequestionamento - demonstra não existir omissão a ser suprida." (STJ, REsp nº 466.627/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/04/2003).

Ressalte-se, ainda, que "[...] não viola o art. 535 do CPC, nem nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia." (STJ, AgRg no Ag nº 723.251/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 24/04/2006).

Neste mesmo sentido, confira-se:

"[...] I. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, pois os Embargos de Declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, com fundamentos suficientes para a solução da controvérsia. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]" (STJ, AgRg no REsp 1.500.610/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015).

Ademais, se registra, neste particular, que a tese defendida pela Parte Recorrente não encontra amparo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pois esta, considera como causa interruptiva da prescrição, a citação válida realizada na Ação Civil Pública nº 0004911-28.2011.4.03.6183, ajuizada em 05.05.2011 (cf. REsp nº 1.488.362/PR, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 08/10/2015; e REsp nº 1.549.663/PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 02/09/2015).

Nesse sentido, mutatis mutandis, confira-se:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas. 3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição. 4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB). 5. Recurso Especial não provido." (REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Por fim, cabe ressaltar que, quanto à questão de fundo, o órgão julgador decidiu a vexato quaestio após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

87 - 0129448-52.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.129448-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: PAULO SERGIO PEREIRA DA CUNHA

ADVOGADO: MONIQUE CRISTINE VIEIRA DE SOUZA

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE SAO GONCALO-RJ

Originário: 0129448-52.2013.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : PAULO SERGIO PEREIRA DA CUNHA
ADVOGADO : MONIQUE CRISTINE VIEIRA DE SOUZA
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE SAO GONCALO-RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por PAULO SERGIO PEREIRA DA CUNHA, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 661256/DF (Tema 503), estando pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1334488/SC), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 661256/DF (Tema 503), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
89 - 0136838-73.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.136838-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: SEBASTIAO DA HORA FILHO
ADVOGADO: UTHANT PIMENTEL
ADVOGADO: SANDRA REGINA DA COSTA
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ
Originário: 0136838-73.2013.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APTE : SEBASTIAO DA HORA FILHO
ADVOGADO : UTHANT PIMENTEL e outro
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por SEBASTIAO DA HORA FILHO, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 661256/DF (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
91 - 0143741-75.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.143741-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 16:47
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OSWALDO VIEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO: DIEGO FRANCO GONCALVES
ADVOGADO: MARCOS ANDRE DE ALMEIDA
REMETENTE: JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0143741-75.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OSWALDO VIEIRA DE AZEVEDO
ADVOGADO : DIEGO FRANCO GONCALVES e outro
REMETENTE : JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, às fls. 221/231, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Decisão, às fls. 262/263, homologando o acordo celebrado, para determinar que os juros e a correção monetária, após a vigência da Lei nº 11.960/2009, incidam na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/97.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

São pressupostos genéricos de admissibilidade o cabimento, a legitimidade, o interesse para recorrer, a tempestividade e a regularidade formal, em conformidade com o artigo 1.029 do novo Código de Processo Civil de 2015.

Como bem analisa Araken de Assis, na sua obra "Manual dos Recursos", 5ª edição, São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2013:

"(...) O interesse em impugnar os atos decisórios acudirá ao recorrente quando visar à obtenção de situação mais favorável do que a plasmada no ato sujeito ao recurso e, para atingir-se semelhante finalidade, a via recursal se mostrar caminho necessário.

À luz dessa noção básica, o interesse em recorrer resulta da conjugação de dois fatores autônomos, mas complementares: a utilidade e a necessidade do recurso."

A decisão de fls. 262/263 homologou o acordo celebrado entre as partes acerca dos juros e da correção monetária, o que, in casu, acarreta a perda superveniente do interesse recursal e, consequentemente, o não preenchimento de um dos pressupostos intrínsecos de admissibilidade.

Neste sentido:

"PROCESSO CIVIL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA NA SENTENÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO JULGADO. SUSPENSÃO DEFERIDA PELO STJ (LEI N. 8.437/92). DESNECESSIDADE DE RECURSO VOLTADO AO MESMO FIM. PERDA DE OBJETO.

1. O interesse recursal deve ser demonstrado pela utilidade da irresignação para alcançar a providência desejada, bem como a necessidade do recurso para conquistá-la.

2. Não é mais necessário o recurso que tem por objeto apenas a suspensão da execução provisória da sentença, já deferida mediante suspensão da antecipação de tutela pelo STJ, nos termos da Lei n. 8.437/92, cujos efeitos subsistirão até o trânsito em julgado do processo principal (art. 4º, § 9º).

3. A superveniente perda do interesse, no caso pela ausência de necessidade, configura a perda de objeto, ensejando, inexoravelmente, a extinção do recurso. Precedentes.

4. Recurso não conhecido."

(REsp 831.454/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 30/06/2010 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. AÇÃO POPULAR. LOTEAMENTO TIPO RESIDENCIAL. TRANSFORMAÇÃO EM TIPO MISTO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO CELEBRADO ENTRE AS PARTES. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. ART. 34, RISTJ.

1. O interesse em recorrer é instituto ontologicamente semelhante ao interesse de agir como condição da ação e é mensurado à luz do benefício prático que o recurso pode proporcionar ao recorrente. Amaral Santos, in "Primeiras Linhas de Direito Processual Civil", 4.ª ed., v. IV, n.º 697, verbis: "O que justifica o recurso é o prejuízo, ou gravame, que a parte sofreu com a sentença".

2. A Prefeitura Municipal de Bady Bassit e outros e o Município de São José do Rio Preto, terceiro interessado, em cumprimento ao despacho de fl. 967, trouxeram aos autos a cópia do acordo celebrado pelos Municípios de São José do Rio Preto e de Bady Bassit, para fins de transferência da área denominada "Parque dos Pássaros" (fls. 982/985), bem como da sentença que o homologou (fls. 975/976).

3. De fato, a realização de acordo pelos Municípios de São José do Rio Preto e de Bady Bassitt, ora Recorrentes, para fins de transferência da área denominada "Parque dos Pássaros" para o primeiro município, mediante petição assinada em 04.09.2007 e protocolizada nos autos da Ação Demarcatória nº 592/2007 em 06.09.2007 (fls. 982/985), o qual foi homologado pelo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São José do Rio Preto em 12.09.2007 (fls. 975/976), coadjuvada pela informação de que o Município de São José do Rio Preto já emitiu Alvará e Licença de Funcionamento ao motel construído naquela área, conduz à indubitável conclusão da superveniente ausência de pressuposto recursal genérico, qual seja, interesse recursal.

4. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver no acórdão ou sentença, omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 535, I e II, do CPC, ou para sanar erro material.

5. Embargos de Declaração acolhidos, para sanar a omissão, e julgar prejudicado o recurso especial, em razão da superveniente perda de seu objeto, com supedâneo no art. 34, XI, do RISTJ."

(EDcl nos EDcl nos EDcl no REsp 474.475/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/05/2010, DJe 24/05/2010 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

65 - 0002330-98.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.002330-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SEBASTIAO RAIMUNDO DA SILVA

ADVOGADO: GISELE RAIMUNDO DOS SANTOS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

REMETENTE: Juízo da 02ª Vara Federal de Volta Redonda - 02VF-VR/RJ

Originário: 0002330-98.2014.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

APTE : SEBASTIAO RAIMUNDO DA SILVA

ADVOGADO : GISELE RAIMUNDO DOS SANTOS

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

REMETENTE : Juízo da 02ª Vara Federal de Volta Redonda - 02VF-VR/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

In casu, cabe ressaltar que, quanto à questão de fundo, o órgão julgador decidiu a vexato quaestio após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o

que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante todo o exposto, INADMITO o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

68 - 0006999-09.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.006999-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: JORGE LUIZ GONCALVES

ADVOGADO: FATIMA SOUZA ANTUNES

REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Originário: 0006999-09.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JORGE LUIZ GONCALVES

ADVOGADO : FATIMA SOUZA ANTUNES

REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 870947 RG / SE (Tema 810), estando pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1205946 / SP), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 870947 RG / SE (Tema 810), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JORGE LUIZ GONCALVES

ADVOGADO : FATIMA SOUZA ANTUNES

REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pela INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 870947 RG / SE (Tema 810: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
79 - 0105270-62.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.105270-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: EURIDES ESTEVAN DA SILVA
ADVOGADO: VINICIUS BRAGA HAMACEK
ADVOGADO: ISAAC FERREIRA MACHADO
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0105270-62.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : EURIDES ESTEVAN DA SILVA
ADVOGADO : VINICIUS BRAGA HAMACEK e outro
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

In casu, cabe ressaltar que, quanto à questão de fundo, o órgão julgador decidiu a vexato quaestio após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ainda a respeito, vide, dentre outros:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE EXERCIDA EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Inexiste a alegada violação do art. 535 do CPC, visto que o Tribunal de origem se manifestou sobre a possibilidade de reconhecimento de tempo de serviço especial, por trabalhar sob o impacto de agentes nocivos e insalubres. 2. O Tribunal de origem expressamente mencionou que a especialidade da atividade exercida pela recorrida foi comprovada. E mais, consignou que o uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI não afasta, por si só, o direito ao benefício de aposentadoria com a contagem de tempo especial, como no caso, em que não descaracterizou a especialidade do trabalho. 3. O TRF da 4ª Região delineou a controvérsia dentro do universo fático-comprobatório, caso em que não há como aferir eventual violação dos dispositivos infraconstitucionais alegados sem que sejam abertas as provas ao reexame, o que é obstado pela Súmula 7 do STJ, cuja incidência é induvidosa no caso sob exame. Recurso especial improvido." (STJ, REsp 1.510.705/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 03/03/2015)

Ante todo o exposto, INADMITO o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

80 - 0105365-83.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.105365-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO: MARCELLO MOREIRA DA SILVA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0105365-83.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : SEBASTIAO MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO : MARCELLO MOREIRA DA SILVA
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente violação aos seguintes dispositivos Constitucionais: artigos 2°; 5°, inciso XXXVI; 195, § 5º; e 201, caput e §1º.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

A ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é a ofensa direta, frontal.

A propósito, assim já decidiu o STF:

"CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: ALEGAÇÃO DE OFENSA À C.F., art. 5º, II, XXXV, XXXVI, LIV e LV. I. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. II. - Decisão contrária ao interesse da parte não configura negativa de prestação jurisdicional (C.F., art. 5º, XXXV). III. - A verificação, no caso concreto, da existência, ou não, do direito adquirido, situa-se no campo infraconstitucional. IV. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: C.F., art. 5º, LIV e LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. V. - Agravo não provido." (STF-RE-AgR-154.158/SP, Relator Ministro Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ 20.9.2002).

Na espécie, o exame da matéria questionada encontra-se restrita ao âmbito infraconstitucional, atraindo, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula 636 do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.").

Não se revela o presente RE, portanto, cabível, já que a ofensa aos dispositivos constitucionais apontados pelo recorrente foi somente reflexa, indireta.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
82 - 0110159-59.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.110159-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: RENATO AUGUSTO SOUZA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0110159-59.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
APTE : RENATO AUGUSTO SOUZA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 870947/SE (Tema 810), estando pendente de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.205.946/SP), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento do paradigma citado.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 870947/SE (Tema 810), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : RENATO AUGUSTO SOUZA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 870947/SE (Tema 810: "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
83 - 0110160-44.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.110160-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SANDRA SIMOES BASILIO
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0110160-44.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : SANDRA SIMOES BASILIO
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

In casu, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (antigo 535, do Código de Processo Civil de 1973), o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não há ofensa ao mencionado dispositivo legal, "[...] se o Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração - opostos com a finalidade de prequestionamento - demonstra não existir omissão a ser suprida." (STJ, REsp nº 466.627/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/04/2003).

Ressalte-se, ainda, que "[...] não viola o art. 535 do CPC, nem nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia." (STJ, AgRg no Ag nº 723.251/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 24/04/2006).

Neste mesmo sentido, confira-se:

"[...] I. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, pois os Embargos de Declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, com fundamentos suficientes para a solução da controvérsia. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]" (STJ, AgRg no REsp 1.500.610/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015).

Por sua vez, no tocante à questão de fundo, para se chegar a conclusão diversa torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ (A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial).

Ante todo o exposto, INADMITO o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
85 - 0116128-55.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.116128-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: SEBASTIAO MEDEIROS BRAGA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA - ES

Originário: 0116128-55.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : SEBASTIAO MEDEIROS BRAGA
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA - ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
86 - 0118146-25.2014.4.02.5106 Número antigo: 2014.51.06.118146-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: NILTON PEREIRA CAMILO
PARTE RÉ: JORGE ANTONIO DE SOUZA BARROS
ADVOGADO: MARCELO TORRES MOTTA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS/RJ
Originário: 0118146-25.2014.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ : NILTON PEREIRA CAMILO
P.RÉ : JORGE ANTONIO DE SOUZA BARROS
ADVOGADO : MARCELO TORRES MOTTA
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE PETRÓPOLIS/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fulcro no art. 102, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto nestes autos, até a publicação do pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal no RE nº 661.256/SC (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
88 - 0135903-47.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.135903-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 03/02/2017 17:40

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CLOVIS CORREIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: BERNARDO RUCKER
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0135903-47.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : CLOVIS CORREIA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : BERNARDO RUCKER
REMETENTE : JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fulcro no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Não é pressuposto suficiente para a interposição do recurso especial a mera inconformidade do recorrente, ou seja, o recurso somente será admitido se a decisão recorrida efetivamente houver contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, se o acórdão tiver conferido a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrentes na espécie.

In casu, cabe ressaltar que, quanto à questão de fundo, o órgão julgador decidiu a vexato quaestio após percuciente análise das controvérsias relacionadas à causa, sendo certo que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante todo o exposto, INADMITO o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
90 - 0138189-95.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.138189-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: EVANDRO DE SOUZA SPINOLA
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0138189-95.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : EVANDRO DE SOUZA SPINOLA
ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 104 da Lei nº 8.078/90, no artigo 240, § 1° do Código de Processo Civil e no 103 da Lei n° 8.213/91.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : EVANDRO DE SOUZA SPINOLA

ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS –, com fundamento no art. 102, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 870947/RG (810 – "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

92 - 0157093-66.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.157093-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JADYR DE CARVALHO MOURAO

ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 31° VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0157093-66.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : JADYR DE CARVALHO MOURAO

ADVOGADO : EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 31° VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto às razões alegadas para a reforma da questão central, aplicação do teto, essa possui contornos constitucionais, afastando a competência do Superior Tribunal de Justiça, o que inviabiliza a admissão do presente Recurso.

Veja-se o julgado prolatado pelo STJ em caso análogo:

"PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO. ECS 20/1998 E 41/2003. REVISÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

1. Não há violação do art. 535 do CPC. Como aventado nos Embargos de Declaração, a Corte Regional dispôs que, "com relação ao presente feito, o beneficio de aposentadoria por tempo de contribuição foi concedido ao autor em 10.08.92, tendo como renda mensal inicial o valor de R$ 1.616.400,29 (valor em cruzeiros), limitado ao teto da época".

2. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, como ocorreu no presente caso, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e, REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

3. No mérito, o INSS sustenta que "o julgado ora recorrido, ao entender pelo direito à majoração do beneficio, com base apenas no fato de que o salário de beneficio havia sido tetado na origem findou por violar os artigos que determinam os tetos previdenciários, no caso, os arts. 29, § 2º e 33 da lei 8213/9 1, já que os retirou dos cálculos do beneficio" (fl. 169/e-STJ).

4. O Tribunal a quo considerou apenas o fato de a renda mensal inicial ter sido limitada ao teto para fundamentar as diferenças pleiteadas, e em nenhum momento determinou a desconsideração dos tetos do salário de benefício. Incide, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF, segundo a qual "é inadmissível o Recurso Extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

5. Por fim, a questão relativa à aplicação dos tetos das Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003 possui contornos constitucionais, tanto que é objeto de decisão sob o regime da Repercussão Geral na Corte Suprema (RE 564.354, Rel. Ministra Carmen Lúcia, DJ 15.2.2011).

6. A discussão de matéria constitucional afasta a competência do STJ, já que o exame da violação de dispositivos da Constituição Federal é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.

7. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido." (Grifos nossos)

(REsp 1471480/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 05/12/2014)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por Jadyr de Carvalho Mourão, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal/88, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando os autos, observou-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal, em conformidade com o artigo 541 do Código de Processo Civil.

A matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia.

Inclusive, veja-se o seguinte julgado, mutantis mutandis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas.

3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição.

4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB).

5. Recurso Especial não provido." (grifos nossos)

(REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Ante o exposto, admito o Recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

93 - 0157902-56.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.157902-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: JOEL DE OLIVEIRA

ADVOGADO: IDELI MENDES DA SILVA

REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Originário: 0157902-56.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : JOEL DE OLIVEIRA

ADVOGADO : IDELI MENDES DA SILVA

REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou os dispostos no artigo 1022, incisos I e II, do Código de Processo Civil e no artigo 97 e no artigo 104 da Lei n° 8078/90.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

94 - 0160256-54.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.160256-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:25

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: MADALENA MATHEUS DOS REIS

ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0160256-54.2014.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : MADALENA MATHEUS DOS REIS
ADVOGADO : FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto a questão referente a interrupção da prescrição por força de Ação Civil Pública, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexatio quaestio em conformidade com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Inclusive, veja-se o seguinte julgado, mutantis mutandis:

"PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. REVISÃO. TEMPO RURAL. TEMPO ESPECIAL. INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

2. Devidamente comprovado, nos termos da legislação aplicável, o tempo de serviço rural, procede o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição, com o consequente recebimento das prestações vencidas.

3. O STJ consolidou o entendimento de que a citação válida, excepcionando-se as causas do art. 267, II e III, do Código de Processo Civil, interrompe a prescrição.

4. De acordo com a jurisprudência do STJ, a Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público objetivando a nulidade dos atos normativos expedidos no sentido de não admitir prova de tempo de serviço rural em nome de terceiros interrompeu a prescrição quinquenal das ações individuais propostas com a mesma finalidade (art. 219, caput e § 1º do CPC e art. 203 do CCB).

5. Recurso Especial não provido." (grifos nossos)

(REsp 1449964/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 13/10/2014)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"),

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
69 - 0008131-67.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008131-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/02/2017 12:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JANDIRA DA LUZ NASCIMENTO

ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0008131-67.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : JANDIRA DA LUZ NASCIMENTO
ADVOGADO : RENATO PEREIRA GOMES e outro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1326114 / SC, pelo rito previsto no então vigente art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC 1. Trata-se de pretensão recursal do INSS com o objetivo de declarar a decadência do direito do recorrido de revisar benefícios previdenciários anteriores ao prazo do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997 (D.O.U 28.6.1997), posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, por ter transcorrido o decênio entre a publicação da citada norma e o ajuizamento da ação.

2. Dispõe a redação supracitada do art. 103: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo." SITUAÇÃO ANÁLOGA - ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL 3. Em situação análoga, em que o direito de revisão é da Administração, a Corte Especial estabeleceu que "o prazo previsto na Lei nº 9.784/99 somente poderia ser contado a partir de janeiro de 1999, sob pena de se conceder efeito retroativo à referida Lei" (MS 9.122/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 3.3.2008).

No mesmo sentido: MS 9.092/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Corte Especial, DJ 25.9.2006; e MS 9.112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14.11.2005.

O OBJETO DO PRAZO DECADENCIAL 4. O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário.

5. O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, não sendo possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção.

6. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico.

7. Por conseguinte, não viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito a aplicação do regime jurídico da citada norma sobre o exercício, na vigência desta, do direito de revisão das prestações previdenciárias concedidas antes da instituição do prazo decadencial.

RESOLUÇÃO DA TESE CONTROVERTIDA 8. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).

9. No mesmo sentido, a Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)" (RESP 1.303.988/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 21.3.2012).

CASO CONCRETO 10. Concedido, in casu, o benefício antes da Medida Provisória 1.523-9/1997 e havendo decorrido o prazo decadencial decenal entre a publicação dessa norma e o ajuizamento da ação com o intuito de rever ato concessório ou indeferitório, deve ser extinto o processo, com resolução de mérito, por força do art. 269, IV, do CPC.

11. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)"

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
70 - 0008788-58.2015.4.02.5117 Número antigo: 2015.51.17.008788-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: ALCYR GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ
Originário: 0008788-58.2015.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : ALCYR GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO : CARLOS BERKENBROCK
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
72 - 0020789-76.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.020789-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 17:25
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: ROSANGELA BARBOSA CARDOSO
ADVOGADO: JOSE GERALDO MARIANO
REMETENTE: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VALENÇA/RJ
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : ROSANGELA BARBOSA CARDOSO
ADVOGADO : JOSE GERALDO MARIANO
REMETENTE : JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VALENÇA/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), com fundamento no art. 102, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº RE 870947/SE (Tema 810: - "Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
73 - 0021248-78.2015.4.02.9999 Número antigo: 2015.99.99.021248-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PAULO SERGIO FERNANDES BORGES
ADVOGADO: LYGIA OLIVEIRA TARDIN ROZEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOM JESUS DE ITABAPOANA/RJ
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : PAULO SERGIO FERNANDES BORGES
ADVOGADO : LYGIA OLIVEIRA TARDIN ROZEIRA
REMETENTE : JUIZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BOM JESUS DE ITABAPOANA/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 1.013 e 1.021, § 3º, do Código de Processo Civil.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
75 - 0042589-13.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.042589-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 17:16
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: THEO COSTA RANGEL
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0042589-13.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : THEO COSTA RANGEL
ADVOGADO : RENATO PEREIRA GOMES
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº1326114/SC (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. DECADÊNCIA. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 8/2008 EM CONJUNTO COM O RESP 1.309.529/PR. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DESTA. DIREITO INTERTEMPORAL. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 626.489/SE. RECURSO JULGADO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. 1. Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão proferida em Recurso Especial, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008) em conjunto com o RESP 1.309.529/PR, que estabeleceu que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)". 2. Esta Seção desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado quanto à aplicação de direito intertemporal. 3. Os argumentos do embargante sobre o ponto denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a divergência, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 4. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional (arts. 5º, XXXVI) em Recurso Especial, mesmo que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário. 5. O Supremo Tribunal Federal, conforme noticiado em seu site oficial, julgou, em 16.10.2013, o RE 626.489/SE, em que se reconheceu a Repercussão Geral sobre a mesma matéria, no mesmo sentido da decisão ora embargada. 6. Embargos de Declaração rejeitados". EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.114 - SC (2012/0112840-8) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN EMBARGANTE : NELSON WILL

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : THEO COSTA RANGEL
ADVOGADO : RENATO PEREIRA GOMES
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 102, III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Extraordinário foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo caput do art. 100 e seu § 1º da Constituição Federal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso extraordinário, a teor do enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

76 - 0100214-61.2015.4.02.5050 Número antigo: 2015.50.50.100214-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 11/01/2017 12:49

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: DECIO DE OLIVEIRA FOLLA

ADVOGADO: EVANDRO JOSÉ LAGO

REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0100214-61.2015.4.02.5050 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : DECIO DE OLIVEIRA FOLLA

ADVOGADO : EVANDRO JOSÉ LAGO

REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto de com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1326114 / SC, pelo rito previsto no então vigente art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PREVIDENCIÁRIO. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA (RESPS 1.309.529/PR e 1.326.114/SC). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

MATÉRIA SUBMETIDA AO REGIME DO ART. 543-C DO CPC 1. Trata-se de pretensão recursal do INSS com o objetivo de declarar a decadência do direito do recorrido de revisar benefícios previdenciários anteriores ao prazo do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997 (D.O.U 28.6.1997), posteriormente convertida na Lei 9.528/1997, por ter transcorrido o decênio entre a publicação da citada norma e o ajuizamento da ação.

2. Dispõe a redação supracitada do art. 103: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo." SITUAÇÃO ANÁLOGA - ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL 3. Em situação análoga, em que o direito de revisão é da Administração, a Corte Especial estabeleceu que "o prazo previsto na Lei nº 9.784/99 somente poderia ser contado a partir de janeiro de 1999, sob pena de se conceder efeito retroativo à referida Lei" (MS 9.122/DF, Rel. Ministro Gilson Dipp, Corte Especial, DJe 3.3.2008).

No mesmo sentido: MS 9.092/DF, Rel. Ministro Paulo Gallotti, Corte Especial, DJ 25.9.2006; e MS 9.112/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Corte Especial, DJ 14.11.2005.

O OBJETO DO PRAZO DECADENCIAL 4. O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário.

5. O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, não sendo possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção.

6. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico.

7. Por conseguinte, não viola o direito adquirido e o ato jurídico perfeito a aplicação do regime jurídico da citada norma sobre o exercício, na vigência desta, do direito de revisão das prestações previdenciárias concedidas antes da instituição do prazo decadencial.

RESOLUÇÃO DA TESE CONTROVERTIDA 8. Incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).

9. No mesmo sentido, a Primeira Seção, alinhando-se à jurisprudência da Corte Especial e revisando a orientação adotada pela Terceira Seção antes da mudança de competência instituída pela Emenda Regimental STJ 14/2011, firmou o entendimento - com relação ao direito de revisão dos benefícios concedidos antes da Medida Provisória 1.523-9/1997, que alterou o caput do art. 103 da Lei de Benefícios - de que "o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28.6.1997)" (RESP 1.303.988/PE, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, DJ 21.3.2012).

CASO CONCRETO 10. Concedido, in casu, o benefício antes da Medida Provisória 1.523-9/1997 e havendo decorrido o prazo decadencial decenal entre a publicação dessa norma e o ajuizamento da ação com o intuito de rever ato concessório ou indeferitório, deve ser extinto o processo, com resolução de mérito, por força do art. 269, IV, do CPC.

11. Recurso Especial provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1326114/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/11/2012, DJe 13/05/2013)"

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988 e em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo no RE 564.354-RG/SE, em acórdão assim ementado:

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada.

2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional.

3. Negado provimento ao recurso extraordinário.

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

84 - 0115472-55.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.115472-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: JOSE DA FONSECA SARAIVA

ADVOGADO: MARION SILVEIRA

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 09ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0115472-55.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : JOSE DA FONSECA SARAIVA

ADVOGADO : MARION SILVEIRA

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 09ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

103 - 0522701-55.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.522701-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA DHAEC

ADVOGADO: PEDRO DE CASTRO ROCHA

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUIZO DA 11ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0522701-55.2002.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

APTE : ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA DHAEC

ADVOGADO : PEDRO DE CASTRO ROCHA

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 11ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto nos artigos 5º, 6º da Lei Nº 11.941/09, e arts. 389 394 e 395 CPC.

É o relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ORGANIZACAO HELIO ALONSO DE EDUCACAO E CULTURA DHAEC
ADVOGADO : PEDRO DE CASTRO ROCHA
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO DA 11ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por UNIÃO FEDERAL, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o art. art. 195, § 7º da Constituição Federal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Quanto à alegação de violação ao dispositivo legal encartado nas razões do RE, observa-se que a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com a indicação do dispositivo constitucional tido por violado, autorizando a admissão do recurso, na forma do referido art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

98 - 0045473-20.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.045473-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 13:02
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELANTE: OCEANO AZUL COMERCIO E INDUSTRIA DE ROUPAS
ADVOGADO: NERIVALDO LIRA ALVES
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ

Originário: 0045473-20.2012.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APTE : OCEANO AZUL COMERCIO E INDUSTRIA DE ROUPAS
ADVOGADO : NERIVALDO LIRA ALVES
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 30A VARA-RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea a da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

96 - 0000126-30.2013.4.02.5003 Número antigo: 2013.50.03.000126-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA
ADVOGADO: MARIA ERMELINDA A. A. DIAS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SÃO MATEUS/ES
Originário: 0000126-30.2013.4.02.5003 - 1ª VF Sao Mateus
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : MUNICÍPIO DE NOVA VENÉCIA
ADVOGADO : MARIA ERMELINDA A. A. DIAS
REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SÃO MATEUS/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea a da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O compulsar dos autos revela que o objeto do presente Recurso Especial refere-se à contribuição social incidente sobre a folha de salários.

Tal questão teve a repercussão geral reconhecida no RE nº 565.160/SC (Tema 20) e no RE nº 593.068/SC (Tema 163), estando ambos pendentes de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.

Importante ressaltar, outrossim, a existência de determinação, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (REsp nº 1.230.957/RS e AREsp nº 654.263/ES), no sentido de sobrestamento dos recursos especiais que versem sobre a referida matéria até o julgamento dos paradigmas citados.

Dessa forma, considerando-se o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso até o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria objeto do RE nº 565.160/SC (Tema 20) e do RE nº 593.068/SC (Tema 163), consoante determinado pelo E. Superior Tribunal de Justiça.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
99 - 0106296-69.2013.4.02.5118 Número antigo: 2013.51.18.106296-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TUBOLIT IND/ E COM/ LTDA
ADVOGADO: ALESSANDRA KRAWCZUK CRAVEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS / RJ
Originário: 0106296-69.2013.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
APTE : TUBOLIT IND/ E COM/ LTDA
ADVOGADO : ALESSANDRA KRAWCZUK CRAVEIRO
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0106296-69.2013.4.02.5118.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
97 - 0012344-53.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.012344-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA.
ADVOGADO: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0012344-53.2014.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA.
ADVOGADO : JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO
REMETENTE : JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por ELOGROUP DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 574706 RG / PR (Tema 69: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

101 - 0113957-28.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.113957-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: OBA SUPER ATACADO LTDA.

ADVOGADO: JOSE MARIA QUEIROZ

ADVOGADO: NATHALIA RIBEIRO LOPES DE FARIA

REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0113957-28.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OBA SUPER ATACADO LTDA.

ADVOGADO : JOSE MARIA QUEIROZ e outro

REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal no processo nº 0124613-10.2015.4.02.5001.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Extraordinário, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria referida no RE nº 574706 (Tema 69: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nestes autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

100 - 0108064-22.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.108064-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:13

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: DANZA ESTRATÉGIA & COMUNICAÇÃO LTDA - EPP

ADVOGADO: AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR

REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITORIA/ES

Originário: 0108064-22.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : DANZA ESTRATÉGIA & COMUNICAÇÃO LTDA - EPP

ADVOGADO : AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITORIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por DANZA ESTRATÉGIA & COMUNICAÇÃO LTDA - EPP, com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Nos termos do artigo 1.003, §5º do Código de Processo Civil de 2015, o prazo para interposição de recurso especial é de 15 (quinze) dias, contando-se em dobro nas hipóteses previstas nos artigos 180, 183, 186 e 229, todos do CPC/2015.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o recurso sub examen foi protocolado após o término do prazo legal para a sua interposição, restando patente a sua intempestividade.

Cumpre consignar que o artigo 223 do Código de Processo Civil de 2015 dispõe que, decorrido in albis o prazo legal, extingue-se o direito de praticar o ato, operando-se a preclusão temporal.

Registre-se, ainda, que é dever do peticionário a informação correta dos dados processuais.

Neste sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NOS PRÓPRIOS AUTOS. PROCESSO ELETRÔNICO.

PROTOCOLO FORA DO PRAZO. ENDEREÇAMENTO DO RECURSO A PROCESSO DIVERSO. ERRO DE SISTEMA ALEGADO MAS NÃO COMPROVADO. ÔNUS DA PARTE.

1. É intempestivo recurso juntado aos autos fora do prazo legal, quando equivocadamente dirigido pela parte a processo conexo antes de seu termo.

2. Recorrente que deixa de cumprir com o ônus de comprovar, por meio de certidão do Tribunal de origem, o alegado erro de sistema que teria ensejado a juntada do recurso a processo diverso.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 500.977/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 20/10/2015 – sem grifos no original)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IDENTIFICAÇÃO ERRÔNEA DO NÚMERO DO PROCESSO. JUNTADA EM OUTRO PROCESSO. ZELO DO PETICIONÁRIO. ART. 12, I, DA RESOLUÇÃO STJ 14/2013. RECURSO INTEMPESTIVO.

1. De acordo com o art. 12, I, da Resolução 14/2013, é dever do peticionário a informação correta dos dados processuais para a correspondente juntada dos requerimentos formulados no processo eletrônico.

2. No presente caso, a parte agravante apresentou Agravo Regimental identificando número de processo diverso do presente, sendo juntado o recurso neste processo somente após o prazo legal, o que denota a sua intempestividade.

3. Agravo Regimental não conhecido."

(AgRg no AREsp 557.118/MS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 19/03/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : DANZA ESTRATÉGIA & COMUNICAÇÃO LTDA - EPP
ADVOGADO : AUGUSTO DE ANDRADE MANSUR
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITORIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por DANZA ESTRATÉGIA & COMUNICAÇÃO LTDA - EPP, com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Nos termos do artigo 1.003, §5º do Código de Processo Civil de 2015, o prazo para interposição de recurso extraordinário é de 15 (quinze) dias, contando-se em dobro nas hipóteses previstas nos artigos 180, 183, 186 e 229, todos do CPC/2015.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o recurso sub examen foi protocolado após o término do prazo legal para a sua interposição, restando patente a sua intempestividade.

Cumpre consignar que o artigo 223 do Código de Processo Civil de 2015 dispõe que, decorrido in albis o prazo legal, extingue-se o direito de praticar o ato, operando-se a preclusão temporal.

Registre-se, ainda, que é dever do peticionário a informação correta dos dados processuais.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
102 - 0124613-10.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.124613-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
ADVOGADO: SILVANA BUSSAB ENDRES
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ ES
Originário: 0124613-10.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
ADVOGADO : SILVANA BUSSAB ENDRES
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ ES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal no processo nº 0124613-10.2015.4.02.5001.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Especial, até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça quanto a matéria referida nos REsp nº 1144469/PR (Tema 313: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS").

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : W2W E-COMMERCE DE VINHOS S/A
ADVOGADO : SILVANA BUSSAB ENDRES
REMETENTE : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ ES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal no processo nº 0124613-10.2015.4.02.5001.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando o disposto no artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente Recurso Extraordinário, até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal quanto à matéria referida no RE nº 574706 (Tema 69: "Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS."), face ao reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nestes autos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

104 - 0002702-27.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.002702-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 13/01/2016 18:30

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: CHRISTIAN ROBERTO PINTO GUIMARAES ASSIST/ P/ WASHINGTON LUIZ DE CASTRO PINTO

ADVOGADO: DALVA DELGADO MOREIRA

REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ

Originário: 0002702-27.2012.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : CHRISTIAN ROBERTO PINTO GUIMARAES ASSIST/ P/ WASHINGTON LUIZ DE CASTRO PINTO

ADVOGADO : DALVA DELGADO MOREIRA

REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 20A VARA-RJ

DESPACHO

Fls. 432/444: Considerando que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência em razão de já ter sido exercido o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos, nada a prover.

Mantenho as decisões agravadas por seus próprios fundamentos.

Encaminhem-se os autos ao Tribunal Superior competente, na forma do artigo 1.042, §4º, do CPC/2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

109 - 0138942-86.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.138942-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: WANDER MONTEIRO DA COSTA

ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA

PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0138942-86.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : WANDER MONTEIRO DA COSTA
ADVOGADO : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
P.RÉ : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE : JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de RECURSO ESPECIAL interposto com fundamento no artigo 105, III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Tribunal.

É o relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa regularmente ter seu mérito analisado. Ausente algum desses requisitos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum vergastado, não poderá ser analisada.

Não é pressuposto suficiente à interposição do recurso especial, a mera inconformidade da parte recorrente, que só será admitido, se houver a decisão impugnada contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal, e ainda, se o Acórdão tiver dado à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (mutatis STJ, AgRMC 4972/RS, DJ 01/07/02; mutatis STJ, Edcl no AgRg nos EDcl no RESP 1263612/PR, DJe 14/08/2013), inocorrente na espécie.

Noutro eito, o órgão julgador concluiu pelo desprovimento do recurso, após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado da Súmula 7/STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, não admito o Recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : WANDER MONTEIRO DA COSTA
ADVOGADO : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
P.RÉ : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE : JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA LEGALIDADE. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. 1. A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. A decisão devidamente fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido, ARE 740.877-AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 4/6/2013. 3. O princípio constitucional da legalidade, quando debatido sob a ótica infraconstitucional, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula 636 do STF. 4. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - CARGA HORÁRIA SUPERIOR

AO LIMITE DE SESSENTA HORAS SEMANAIS – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA". 5. Agravo regimental DESPROVIDO." (grifos nossos)

(ARE 803835 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Ante o exposto, não admito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

105 - 0007702-46.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.007702-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 16/11/2016 13:50

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ANA MARIA DA SILVA BINDES

APELANTE: KAIO ALMEIDA BINDES

ADVOGADO: HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

Originário: 0007702-46.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : ANA MARIA DA SILVA BINDES

APTE : KAIO ALMEIDA BINDES

ADVOGADO : HÉLIO JOÃO PEPE DE MORAES

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto pela União Federal em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Tribunal.

É o relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Por outro lado, revela notar que "para ter cabimento o recurso especial pela letra 'a', é preciso demonstrar de forma inequívoca e frontal a violação ao texto infraconstitucional, e não de forma implícita ou oblíqua" (RSTJ 57/21). Confira-se ainda:

"Não se toma conhecimento de recurso especial em que se alega negativa de vigência de lei federal, porém não se faz a indicação do texto violado." (RSTJ 39/341). "Não se conhece do recurso especial se o recorrente 'não fundamenta a alegada vulneração' de lei federal (RSTJ 16/348), ou não indica os textos de lei federal infraconstitucional contrariados pelo acórdão recorrido (STJ-4ª Turma, Ag 2.699-SP-AgRg, rel. Min. Barros Monteiro, j. 8.5.90, negaram provimento, v.u., DJU 28.5.90, p. 4.736, 2ª col., em.; STJ-3ª Turma, REsp 4.957-SP, rel. Min. Nilson Naves, j. 2.10.90, não conheceram do recurso, v.u., DJU 29.10.90, p. 12146, 2ª col., em.; STJ-1ª Turma, Ag 9.968-AM-AgRg, rel. Min. Geraldo Sobral, j. 19.6.91, negaram provimento, v.u., DJU 5.8.91, p. 9.982, 2ª col., em.; STJ-6ª Turma, REsp 30.510-3-GO, rel. Min. Pedro Acioli, j. 25.4.94, não conheceram, v.u., DJU 16.5.94, p. 11.789, 1ª col., em.), isto é, não se conhece do recurso se o recorrente não faz 'a particularização dos artigos de lei reputados de violados" (RSTJ 62/294).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

110 - 0184093-41.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.184093-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 17/02/2017 12:19
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: CRISTIANE TABACH OLIVEIRA DUARTE
ADVOGADO: ANA LUISA DE SOUZA CORREIA DE MELO PALMISCIANO
REMETENTE: JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0184093-41.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : CRISTIANE TABACH OLIVEIRA DUARTE
ADVOGADO : ANA LUISA DE SOUZA CORREIA DE MELO PALMISCIANO
REMETENTE : JUÍZO DA 12ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada somente é possível se não tiver sido contada em dobro, de acordo com o aresto ora colacionado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO GOZADA. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL 8.112/1990 POR FORÇA DE NORMA DISTRITAL. CARACTERÍSTICA DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. 1. O insurgente sustenta que o art. 535 do CPC foi violado, mas deixa de apontar, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Assevera apenas ter oposto Embargos de Declaração no Tribunal a quo, sem indicar as matérias sobre as quais deveria pronunciar-se a instância ordinária, nem demonstrar a relevância delas para o julgamento do feito. Assim, é inviável o conhecimento do Recurso Especial nesse ponto, ante o óbice da Súmula 284/STF. 2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser devida a conversão em pecúnia da licença-prêmio não gozada e não contada em dobro, quando da aposentadoria do servidor, sob pena de indevido locupletamento por parte da Administração Pública. 3. Convém esclarecer que a Lei Federal 8.112/1990 é aplicável aos servidores públicos do Distrito Federal por força da Lei Distrital 197/1991, o que a caracteriza como norma materialmente local. Inviável, portanto, a análise de alegação de violação embasada na Lei Federal 8.112/1990 na espécie, por força do óbice da incidência, por analogia, da Súmula 280/STF. Nesse sentido: AgRg no AREsp 236.769/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 7.5.2013; AgRg no AREsp 80.172/DF, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8.3.2012; AgRg no Ag 1.344.004/DF, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 20.5.2011. 4. Agravo Regimental não provido." (Grifos nossos) (AgRg no AREsp 707.027/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/11/2015)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

106 - 0011767-41.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.011767-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 14:31

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: POSTO FLEX DE MONTE AZUL PAULISTA EIRELI

ADVOGADO: JAEME LUCIO GEMZA BRUGNOROTTO

REMETENTE: JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Originário: 0011767-41.2015.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : POSTO FLEX DE MONTE AZUL PAULISTA EIRELI

ADVOGADO : JAEME LUCIO GEMZA BRUGNOROTTO

REMETENTE : JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMUSTÍVEIS – ANP, às fls. 213/230, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Inicialmente, registre-se que não é pressuposto suficiente para a interposição do Recurso Especial a mera inconformidade da Parte Recorrente, sendo necessário que o acórdão recorrido tenha contrariado ou negado vigência a tratado ou lei federal ou, ainda, tenha dado à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

Assim, cumpre ressaltar que o apelo nobre não constitui via adequada para análise da Portaria nº 116/2000 e da Resolução nº 41/2013, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, tendo em vista que não se enquadram na expressão "lei federal" contida no dispositivo constitucional mencionado. Nesse sentido, merece destaque o seguinte precedente:

Nesse sentido, merece destaque o seguinte precedente, verbis:

"ADMINISTRATIVO. POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEL. AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO. SUCESSÃO EMPRESARIAL. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NA PORTARIA 116/2000 DA ANP. ANÁLISE. INVIABILIDADE.

1. No caso, o acórdão recorrido consignou que "inexiste sucessão empresarial/societária entre a pessoa jurídica que ora pretende exercer a empresa e aquela detentora de 'dívidas resultantes de penalidades impostas' (Araçatuba Auto Posto Ltda., CNPJ nº 82.693.466/0001-84)".

2. Desse modo, a verificação acerca da existência, ou não, de provas capazes de ensejar a sucessão empresarial implica, por lógico, incursão no acervo fático-probatório, o que, em Recurso Especial, é impossível, à luz da orientação sedimentada na Súmula 7/STJ.

3. A suposta ofensa aos arts. 133, I, do CTN; 1.146 do CC; e 1º, § 1º, da Lei 9.478/1997 seria meramente reflexa, e não direta, porque no deslinde da controvérsia seria imprescindível a interpretação da Portaria 116/2000 da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

4. No entanto, o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

5. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no REsp 1393104/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 20/03/2015 – sem grifos no original)

No tocante aos dispositivos legais tidos por violados, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar

que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEL. AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO. SUCESSÃO EMPRESARIAL. FRAUDE. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO NA PORTARIA 116/2000 DA ANP. ANÁLISE. INVIABILIDADE.

1. No caso, o acórdão recorrido consignou que "do exame dos autos, não se extrai constatação ou comprovação de que a Parte Autora se trate de sucessora da empresa Comercial de Combustíveis Perez Ltda.", isto é, não houve comprovação da sucessão empresarial.

2. Desse modo, a verificação acerca da existência, ou não, de provas capazes de ensejar a sucessão empresarial implica, por lógico, incursão no acervo fático-probatório, o que, em Recurso Especial, é impossível, à luz da orientação sedimentada na Súmula 7/STJ.

3. A suposta ofensa aos arts. 8º, VII e XV, 9º da Lei 9.478/1997; 1.142 e 1.146. do Código Civil seria meramente reflexa, e não direta, porque no deslinde da controvérsia seria imprescindível a interpretação da Portaria 116/2000 da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

4. No entanto, o apelo nobre não constitui via adequada para análise de ofensa a resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos normativos compreendidos na expressão "lei federal", constante da alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal.

5. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no REsp 1400636/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 15/04/2014 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : POSTO FLEX DE MONTE AZUL PAULISTA EIRELI
ADVOGADO : JAEME LUCIO GEMZA BRUGNOROTTO
REMETENTE : JUÍZO DA 15ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMUSTÍVEIS – ANP, às fls. 231/248, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando que a Parte Recorrente interpôs Recurso Especial em momento anterior, não deve ser conhecido o Recurso Especial interposto às fls. 231/248, diante do princípio da unirrecorribilidade recursal e da ocorrência da preclusão consumativa.

Sobre o tema, confiram-se os seguintes julgados do C. STJ:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO EM DUPLICIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA OMISSÃO DO ESTADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Quando há interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão, apenas o primeiro poderá ser submetido a análise, em face da preclusão consumativa e do princípio da unicidade recursal, que proíbe a interposição simultânea de mais de um recurso contra a mesma decisão judicial.

2. Nos termos da jurisprudência deste STJ, a ausência de particularização das omissões, obscuridades e contradições do acórdão recorrido é deficiência com sede na própria fundamentação da insurgência recursal por ofensa ao art. 535 do CPC, que impede a abertura da instância especial, a teor do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, também ao recurso especial.

3. O reconhecimento da responsabilidade objetiva, como requer a agravante, demandaria incursão na seara fática dos autos, inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 836.272/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 22/03/2016 - sem grifos no original)

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS ESPECIAIS PELA MESMA PARTE EM FACE DA MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE E DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Conforme jurisprudência desta Corte, na hipótese de interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão, não se conhece daquele apresentado em segundo lugar, por força dos princípios da unirrecorribilidade e da preclusão consumativa.

2. Some-se a tal orientação a de que os embargos de declaração possuem caráter integrativo. Logo, não poderia haver interposição de dois recursos especiais distintos contra os acórdãos proferidos em apelação e em embargos de declaração na origem.

3. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1149904/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 19/10/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, não conheço o recurso de fls. 231/248.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
107 - 0044315-22.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.044315-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 08/02/2017 13:35
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ASSOCIACAO ESPIRITA OBREIROS DO BEM
ADVOGADO: ANDRE LUIZ ANDRADE DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL-RJ

Originário: 0044315-22.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : ASSOCIACAO ESPIRITA OBREIROS DO BEM
ADVOGADO : ANDRE LUIZ ANDRADE DOS SANTOS
REMETENTE : JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL-RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Inicialmente, quanto ao artigo 1022 do novo CPC, de 2015 (antigo art. 535), o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não há ofensa ao mencionado dispositivo legal, "[...] se o Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração - opostos com a finalidade de prequestionamento - demonstra não existir omissão a ser suprida." (STJ, REsp nº 466.627/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/04/2003).

Ressalte-se, ainda, que "[...] não viola o art. 535 do CPC, nem nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia." (STJ, AgRg no Ag nº 723.251/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 24/04/2006).

Neste mesmo sentido, confira-se:

"[...] I. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, pois os Embargos de Declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, com fundamentos suficientes para a solução da controvérsia. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]" (STJ, AgRg no REsp 1.500.610/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015).

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

108 - 0104646-76.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.104646-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 17/11/2016 13:35
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: Guilherme Pinho Machado
ADVOGADO: FABIANO NOGUEIRA ZIMMER
ADVOGADO: ANA PAULA MELLA VICARI
ADVOGADO: ALOISIO ZIMMER JUNIOR
APELANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APELANTE: Sophie Helene Rodrigues Porto
APELANTE: Rodrigo Maia Bachour
APELANTE: Paula Castello Miguel
APELANTE: Fabiana Aurich
APELANTE: Clara de Souza Martins Boechat
APELANTE: Letícia Mello da Rocha
APELANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
ADVOGADO: LETÍCIA MELLO DA ROCHA
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0104646-76.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
APTE : Guilherme Pinho Machado
ADVOGADO : FABIANO NOGUEIRA ZIMMER e outros
APTE : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCDOR : PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APTE : Sophie Helene Rodrigues Porto
APTE : Rodrigo Maia Bachour
APTE : Paula Castello Miguel
APTE : Fabiana Aurich
APTE : Clara de Souza Martins Boechat
APTE : Letícia Mello da Rocha
APTE : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
ADVOGADO : LETÍCIA MELLO DA ROCHA
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
DECISÃO

Trata-se de Pedido de Reconsideração formulado às fls. 956/960 e reiterado às fls. 962/963, por GUILHERME PINHO MACHADO, contra decisão proferida pela Vice-Presidência deste Egrégio Tribunal Regional Federal, à fl. 952, que admitiu o Recurso Extraordinário interposto pelo ESTADO DO ESPÍRITO SANTO nestes autos (fls. 821/838).

Sustenta a Parte Agravante, em síntese, que a decisão agravada deve ser objeto de retratação, haja vista que, em ação idêntica à presente, teria sido negado seguimento ao recurso extraordinário.

É o breve Relatório.

Não merece trânsito o presente inconformismo, tendo em vista ser irrecorrível e irretratável a decisão que admite Recurso Extraordinário.

Neste sentido, o entendimento do Eg. STJ, quando do julgamento do AgRg no RE nos EDcl no AgRg no REsp 949.703/SP, Rel. Ministro Ari Pargendler, Corte Especial, julgado em 02/08/2010, DJe 19/10/2010:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE ADMITE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. A decisão que admite o recurso extraordinário não está sujeita a agravo regimental. Proferido o juízo de admissibilidade do recurso extraordinário, encerra-se a prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça. Agravo regimental não conhecido."

No mesmo sentido, confira-se:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CABIMENTO. DECISÃO QUE ADMITE RECURSO ESPECIAL. ART. 544 DO CPC. PRECEDENTE. I - Nos termos do art. 544 do Código de Processo Civil, o agravo de instrumento somente é cabível nas hipóteses de não admissão de recurso especial ou extraordinário pelo Tribunal a quo. Precedente. II - Agravo interno desprovido." (AgRg no Ag 464.065/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2002, DJ 02/12/2002, p. 365)

Ante o exposto, indefiro o pleito, mantendo a decisão de fl. 952 por seus próprios fundamentos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

114 - 0100925-21.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.100925-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 13:44
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: LABORATÓRIOS MEDICOS DR ELIEL FIGUEIREDO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001073-24.2013.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
AGVTE : LABORATÓRIOS MEDICOS DR ELIEL FIGUEIREDO LTDA
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS e outro
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por LABOPRATÓRIOS MÉDICOS DR. ELIEL FIGUEIREDO LTDA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea “a”, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.112.943 - MA (Tema 219), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CIVIL. PENHORA. ART. 655-A DO CPC. SISTEMA BACEN-JUD. ADVENTO DA LEI N.º 11.382/2006. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO – PENHORA ON LINE. a) A penhora on line, antes da entrada em vigor da Lei n.º 11.382/2006, configura-se como medida excepcional, cuja efetivação está condicionada à comprovação de que o credor tenha tomado todas as diligências no sentido de localizar bens livres e desembaraçados de titularidade do devedor. b) Após o advento da Lei n.º 11.382/2006, o Juiz, ao decidir acerca da realização da penhora on line, não pode mais exigir a prova, por parte do credor, de exaurimento de vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Trata-se de ação monitória, ajuizada pela recorrente, alegando, para tanto, titularizar determinado crédito documentado por contrato de adesão ao "Crédito Direto Caixa", produto oferecido pela instituição bancária para concessão de empréstimos. A recorrida, citada por meio de edital, não apresentou embargos, nem ofereceu bens à penhora, de modo que o Juiz de Direito determinou a conversão do mandado inicial em título executivo, diante do que dispõe o art. 1.102-C do CPC. - O Juiz de Direito da 6ª Vara Federal de São Luiz indeferiu o pedido de penhora on line, decisão que foi mantida pelo TJ/MA ao julgar o agravo regimental em agravo de instrumento, sob o fundamento de que, para a efetivação da penhora eletrônica, deve o credor comprovar que esgotou as tentativas para localização de outros bens do devedor. - Na espécie, a decisão interlocutória de primeira instância que indeferiu a medida constritiva pelo sistema Bacen-Jud, deu-se em 29.05.2007 (fl. 57), ou seja, depois do advento da Lei n.º 11.382/06, de 06 de dezembro de 2006, que alterou o CPC quando incluiu os depósitos e aplicações em instituições financeiras como bens preferenciais na ordem da penhora como se fossem dinheiro em espécie (art. 655, I) e admitiu que a constrição se realizasse preferencialmente por meio eletrônico (art. 655-A). RECURSO ESPECIAL PROVIDO Documento: 12055782 - Brasília (DF), 15 de setembro de 2010 (Data do Julgamento). MINISTRO ARI PARGENDLER Presidente MINISTRA NANCY ANDRIGHI Relatora

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

AGVTE : LABORATÓRIOS MEDICOS DR ELIEL FIGUEIREDO LTDA

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS e outro

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por LABORATÓRIOS MÉDICOS DR. ELIEL FIGUEIREDO LTDA, com fundamento no art. 102, III, alínea "a",da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O RE e o REsp são recursos de fundamentação vinculada, sendo necessário, inclusive, indicar a alínea correta e dizer expressamente o dispositivo da CF ou de lei federal supostamente violado, sob pena de irregularidade formal, ensejando a não admissão do recurso. Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA ALÍNEA DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. SÚMULA 284 DO STF. ART. 335 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ÔNUS DA PROVA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. 1. O recorrente não indicou a alínea do dispositivo constitucional em que se fundamenta o recurso especial, circunstância que impede o seu conhecimento, segundo o disposto na Súmula 284/STF. Precedentes. 2. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação dos preceitos evocados pelo recorrente. 3. Verifica-se que o Tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, o art. 335 do Código de Processo Civil. Desse modo, impõe-se o não conhecimento do recurso especial por ausência de prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. 4. Aferir se as provas são suficientes ou se o recorrido desincumbiu-se de seu ônus probatório, para análise de eventual violação do art. 333 do CPC, demandaria o reexame de todo o contexto fático-

probatório dos autos, o que é defeso a esta Corte ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos. Agravo regimental improvido." (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/03/2015, T2 - SEGUNDA TURMA)

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. SÚMULA N. 284/STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A deficiência na fundamentação do recurso especial em decorrência da falta de indicação dos dispositivos legais tidos por violados atrai a incidência da Súmula n. 284/STF. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. No caso concreto, a análise das razões apresentadas pela recorrente quanto à necessidade de redução do valor fixado a título de indenização por danos materiais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 17/12/2013, T4 - QUARTA TURMA)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a fundamentação do presente Recurso Especial é deficiente, haja vista que o recorrente não indicou expressamente em sua peça recursal os dispositivos infraconstitucionais violados, atraindo, portanto, a aplicação da Súmula 284 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Não preenchido o requisito de regularidade formal preconizado no art. 541, inciso III, do CPC, forçoso inadmitir o recurso.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

115 - 0102975-20.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.102975-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: ADILSON MARTINS XAVIER

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0600711-03.1999.4.02.5107 - 01ª Vara Federal de Itaboraí

AGVTE : ADILSON MARTINS XAVIER

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0102975-20.2014.4.02.0000.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0102975-20.2014.4.02.0000.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. 1. A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROFISSIONAL DE SAÚDE. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. CARGA HORÁRIA. INCOMPATIBILIDADE. TCU. ACÓRDÃO Nº 2.133/2005. ENTENDIMENTO". 3. Agravo regimental DESPROVIDO."

(ARE 812147 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Por fim, violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente de necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional torna inadmissível o recurso extraordinário, nos termos da Súmula 636 do STF.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

116 - 0104059-56.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104059-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: TECMIL DO BRASIL SERVICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0032699-55.2012.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : TECMIL DO BRASIL SERVICOS TECNICOS LTDA
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0104059-56.2014.4.02.0000.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. 1. A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROFISSIONAL DE SAÚDE. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. CARGA HORÁRIA. INCOMPATIBILIDADE. TCU. ACÓRDÃO Nº 2.133/2005. ENTENDIMENTO". 3. Agravo regimental DESPROVIDO."

(ARE 812147 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Por fim, violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente de necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional torna inadmissível o recurso extraordinário, nos termos da Súmula 636 do STF.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0104059-56.2014.4.02.0000.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

117 - 0108691-28.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108691-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: CASA DE REPOUSO DR. NELSON RISSE LTDA ME

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0003464-09.2013.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGVTE : CASA DE REPOUSO DR. NELSON RISSE LTDA ME

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0108691-28.2014.4.02.0000.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. 1. A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROFISSIONAL DE SAÚDE. CUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. CARGA HORÁRIA. INCOMPATIBILIDADE. TCU. ACÓRDÃO Nº 2.133/2005. ENTENDIMENTO". 3. Agravo regimental DESPROVIDO."

(ARE 812147 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Por fim, violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente de necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional torna inadmissível o recurso extraordinário, nos termos da Súmula 636 do STF.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0108691-28.2014.4.02.0000.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

112 - 0012718-12.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012718-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA

ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0000125-03.2013.4.02.5114 - 01ª Vara Federal de Magé

AGVTE : INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA

ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DESPACHO

Tendo em vista que CLICHEBLU SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI não figura como parte no presente feito e, ainda, considerando-se que o correto direcionamento do recurso ao respectivo processo é ônus que recai sobre a parte recorrente, determino o desentranhamento do Recurso Extraordinário de fls. 89/95.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

AGVTE : INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INDÚSTRIA DE MASSAS BONNA LTDA. com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Pode-se afirmar, portanto, que, em sede de Recurso Especial, a Parte Recorrente deve apontar, de forma expressa, o dispositivo de lei federal supostamente violado ou fazer prova da divergência jurisprudencial, demonstrando a similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas.

Tem-se, dessa forma, que a deficiência na fundamentação do Recurso Especial enseja a caracterização da sua irregularidade formal, culminando na não admissão do mesmo.

Compulsando-se os autos, verifica-se que, nas razões recursais, não houve indicação dos dispositivos legais supostamente infringidos pelo acórdão recorrido, o que atrai, por analogia, a incidência do enunciado nº 284 da Súmula de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Sobre o tema, confiram-se:

"PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO INFRACONSTITUCIONAL. NÃO-INDICAÇÃO.

SÚMULA 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CÁLCULOS DE LIQÜIDAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. EXECUÇÃO. INCLUSÃO DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A peça recursal carece de fundamentação ao não indicar expressamente os dispositivos legais tidos por violados pelo acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284/STF.

2. O agravante não procedeu ao cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas, conforme exigência dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RI/STJ.

3. É firme o entendimento da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é vedada a aplicação, na fase de execução, de expurgos inflacionários não adotados pela sentença, quando já transitada em julgado a decisão homologatória dos cálculos de liqüidação, sob pena de violação da coisa julgada. Precedentes.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 585.107/BA, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 07/12/2006, DJ 05/02/2007, p. 328 – original sem grifos)

Cumpre consignar, outrossim, que a via especial destina-se à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se prestando à análise de matérias de índole constitucional, razão pela qual deve ser inadmitido o recurso em relação à matéria constitucional tida por violada.

Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. DECRETO REGULAMENTAR. EXAME, EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO LEI FEDERAL.

1. Apresenta-se inviável, nesta sede, a apreciação de suposta ofensa a dispositivo constitucional, sob pena de invasão da competência reservada ao STF pelo disposto no art. 102, III, da Constituição de 1988.

2. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o decreto regulamentar não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza sua discussão na via excepcional.

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 566.614/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015 – original sem grifos)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

113 - 0012855-91.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012855-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0100973-66.1992.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
AGVTE : CIA. USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.
O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").
A revisão dos critérios de justiça e equidade utilizados pelas instâncias ordinárias para fixação da verba honorária, ressalvadas as hipóteses excepcionais de valor irrisório ou excessivo, depende da reapreciação dos elementos fático-probatórios do caso concreto, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ
Ademais, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do C. STJ:
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO EXTINTO SEM SOLUÇÃO DE MÉRITO. INÚMERAS CAUSAS SOBRE O MESMO ASSUNTO. ART. 267, VI, DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. APLICAÇÃO DO § 4º DO ART. 20 DO CPC. EQUIDADE. PEDIDO DE MAJORAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. Nas causas em que não haja condenação, como se dá no caso dos autos, em que o feito foi extinto sem resolução do mérito, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo juiz, nos termos do § 4º do artigo 20 do CPC, não ficando adstrito o juiz aos limites percentuais estabelecidos no § 3º, mas aos critérios nele previstos.
2. O Superior Tribunal de Justiça pode rever o valor estabelecido a título de honorários advocatícios pelas instâncias ordinárias nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade.
3. No caso, o valor de R$ 1.000,00 não se mostra inadequado ou desproporcional ao valor dos honorários advocatícios fixados, especialmente porque, conforme esclarecido pelo acórdão recorrido, a causa não demandou maiores esforços para a companhia de energia elétrica na elaboração da peça contestatória, por se tratar de uma petição-padrão, dada a existência de inúmeras causas que versam sobre o mesmo assunto tramitando naquele Tribunal, qual seja, restituição de valores desembolsados a título de edificação de rede elétrica rural.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no AREsp 450.856/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 23/03/2015)
Ante o exposto, inadmito o recurso.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
111 - 0005129-32.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005129-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: CLICHEBLU SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0093032-65.2015.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : CLICHEBLU SERVICOS ADMINISTRATIVOS EIRELI
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
AGVDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
DESPACHO

Tendo em vista a certidão de fl. 110, proceda a Parte Recorrente à correta comprovação do recolhimento do preparo relativo aos Recursos Especial e Extraordinário interpostos, no prazo de cinco dias, na forma do art. 1.007, § 7º, do CPC de 2015, sob pena de deserção.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

122 - 0108024-42.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.108024-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 10/02/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: ELISA DE SOUZA E OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO
Originário: 0101608-77.1997.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGVTE : ELISA DE SOUZA E OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO
AGVDO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : TUTECIO GOMES DE MELLO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO, às fls. 206/214, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Quanto à análise dos mencionados pressupostos, é importante registrar que, na presente hipótese, devem ser observadas as disposições legais contidas no CPC de 1973, tendo em vista que a decisão ora recorrida foi publicada anteriormente à entrada em vigor do novo CPC de 2015. Neste sentido é a orientação do Superior Tribunal de Justiça, que editou o Enunciado Administrativo nº 02, in verbis: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.".

Inicialmente, no tocante à alegação de contrariedade ao artigo 535, do Código de Processo Civil de 1973, o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC de 1973, é no sentido de que não há ofensa ao mencionado dispositivo legal, "[...] se o Tribunal de origem, sem que haja recusa à apreciação da matéria, embora rejeitando os embargos de declaração - opostos com a finalidade de prequestionamento - demonstra não existir omissão a ser suprida." (STJ, REsp nº 466.627/DF, Rel. Min. FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/04/2003).

Ressalte-se, ainda, que "[...] não viola o art. 535 do CPC, nem nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adotou, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia." (STJ, AgRg no Ag nº 723.251/RS, Rel. Min. DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJ 24/04/2006).

Neste mesmo sentido, confira-se:

"[...] I. Não procede a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC, pois os Embargos de Declaração têm como objetivo sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, com

fundamentos suficientes para a solução da controvérsia. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. Nesse sentido: STJ, REsp 739.711/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJU de 14/12/2006. Além disso, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 23/04/2008. [...]" (STJ, AgRg no REsp 1.500.610/RS, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 26/03/2015).

Outrossim, o compulsar dos autos revela que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. RESERVA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 784.231/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2015, DJe 13/11/2015)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

118 - 0001456-65.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.001456-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/01/2016 17:16

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: DIRCE CAETANO DE ALMEIDA DANTAS

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Originário: 0168748-35.2014.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGVTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

AGVDO : DIRCE CAETANO DE ALMEIDA DANTAS

DEF.PUB. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de Pedido de Reconsideração formulado pela Parte Recorrente, às fls. 202/203, em face da decisão proferida pela Vice-Presidência deste Egrégio Tribunal Regional Federal (fls. 183/184), que determinou o sobrestamento do Recurso Extraordinário interposto às fls. 145/156, até o pronunciamento do STF quanto à matéria referida no RE nº 566.471 (tema 6).

A Requerente sustenta, em síntese, que a r. decisão de sobrestamento não teria observado que a única matéria debatida no acórdão recorrido teria sido a responsabilidade solidária entre os entes federados no âmbito do SUS.

Manifestação da UNIÃO, à fl. 211, quanto ao pleito de reconsideração.

É o breve relatório. Decido.

De início, cumpre assinalar que assiste razão à Requerente quanto ao equívoco no sobrestamento do Recurso Extraordinário de fls. 145/156, posto que a controvérsia debatida na via excepcional não se refere à matéria constitucional objeto da repercussão geral tratada no tema 6, mas sim, única e exclusivamente, à questão do reconhecimento da solidariedade entre os entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.

Diante deste panorama, reconsidero a decisão de fls. 183/184, tornando-a sem efeito, e passo ao exame da admissibilidade do Recurso Extraordinário interposto às fls. 145/156.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 855.178 RG/PE (Tema 793 :

"Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde."), submetido à sistemática da repercussão geral, cuja ementa transcrevo a seguir:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. O polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente." (RE 855178 RG, Relator(a): Min. LUIZ FUX, julgado em 05/03/2015, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-050 DIVULG 13-03-2015 PUBLIC 16-03-2015)"

Assim, considerando-se que o v. acórdão recorrido, primo ictu oculi, diverge da orientação firmada no julgado acima transcrito, encaminhem-se os autos ao órgão julgador, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

119 - 0002459-21.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002459-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: COOPERATIVA DE CONSUMO DOS MOTORISTAS DE NOVA FRIBURGO LTDA
AGRAVADO: ASSIS CORDEIRO GONÇALVES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: JORGE ROBERTO CORREA BARBOSA
ADVOGADO: ANDRE LUIZ PENA FURTADO
Originário: 0000366-04.2013.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
AGVTE : AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
AGVDO : COOPERATIVA DE CONSUMO DOS MOTORISTAS DE NOVA FRIBURGO LTDA
AGVDO : ASSIS CORDEIRO GONÇALVES
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
AGVDO : JORGE ROBERTO CORREA BARBOSA
ADVOGADO : ANDRE LUIZ PENA FURTADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1371128/RS, pelo rito dos recursos repetitivos (Tema 630), cuja ementa transcrevo a seguir:

"EMENTA PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA EM VIRTUDE DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DE PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. ART. 10, DO DECRETO N. 3.078/19 E ART. 158, DA LEI N. 6.404/78 - LSA C/C ART. 4º, V, DA LEI N. 6.830/80 - LEF."

Percebe-se que o órgão julgador adotou o entendimento firmado em sede de recurso representativo de controvérsia, contudo, por não ter sido demonstrada a dissolução irregular da empresa, o recurso foi rejeitado. Para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
120 - 0006291-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006291-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 13:42
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0126695-73.2013.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGVTE : TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO : ANA TEREZA BASILIO
AGVDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal nos autos do processo 0006291-62.2016.4.02.0000.

Foram opostos Embargos de Declaração pela parte ora recorrente, que restaram desprovidos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada. Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, II, do CPC, restando patente a inadmissibilidade do recurso.

O órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
121 - 0008673-28.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008673-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: AD ASSESSORIA E FOMENTO DE VENDAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001554-61.2011.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
AGVTE : AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
AGVDO : AD ASSESSORIA E FOMENTO DE VENDAS LTDA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1371128/RS, pelo rito dos recursos repetitivos (Tema 630), cuja ementa transcrevo a seguir:

"EMENTA PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA EM VIRTUDE DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR DE PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. ART. 10, DO DECRETO N. 3.078/19 E ART. 158, DA LEI N. 6.404/78 - LSA C/C ART. 4º, V, DA LEI N. 6.830/80 - LEF."

Percebe-se que o órgão julgador adotou o entendimento firmado em sede de recurso representativo de controvérsia, contudo, por não ter sido demonstrada a dissolução irregular da empresa, o recurso foi rejeitado. Para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Embargos Infringentes (AC) - Seção Espec. III - Administrativo e Cível

Embargos Infringentes - Embargos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

123 - 0031629-66.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.031629-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 17:16

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

EMBARGADO: JOSE CARLOS PIRES DANTAS JUNIOR

ADVOGADO: JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO: GUSTAVO AFONSO MELLO BERNER

EMBARGADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

Originário: 0031629-66.2013.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMBTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

EMBDO : JOSE CARLOS PIRES DANTAS JUNIOR

ADVOGADO : JOSE CARLOS NUNES DOS SANTOS e outro

EMBDO : ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR : Procurador do Estado do Rio de Janeiro

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Neste sentido, veja-se o julgado do Superior Tribunal de Justiça em caso análogo:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. 12ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. ENFERMAGEM. CARGA HORÁRIA MÁXIMA SEMANAL. PARECER AGU GQ-145/1998. JORNADA SEMANAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA HORAS). IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA QUE DISCIPLINA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. PRESERVAÇÃO DA HIGIDEZ FÍSICA E MENTAL DO TRABALHADOR. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENTENDE PELA INCOMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS TIDOS POR VIOLADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A 1ª Seção do STJ, no julgamento do MS 19.336/DF, julg. em 26/02/2014, Dje 14/10/2014, decidiu que o Parecer GQ-145/98 da AGU, que trata da limitação da carga horária semanal nas hipóteses de acumulação de cargos públicos, não esvazia a garantia prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal - "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI" -, isto porque a acumulação de cargos constitui exceção, devendo ser interpretada de forma restritiva, de

forma a atender ao princípio constitucional da eficiência, na medida em que o profissional da área de saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Desse modo, revela-se coerente o limite de 60 (sessenta) horas semanais, fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizarem os serviços públicos, que dependem de adequado descanso dos servidores públicos. É limitação que atende ao princípio da eficiência sem esvaziar o conteúdo do art. 37, XVI, da Constituição Federal. 2. In casu, tendo o Tribunal de origem reconhecido a inexistência de compatibilidade de horários, porquanto "a impetrante é enfermeira no Hospital Central do Exército, admitida em 30.08.1984, com uma carga horária semanal de 33 horas (fl. 25), e tem o mesmo cargo no Hospital Municipal da Piedade, conforme se verifica do documento de fl. 26, no qual consta informação no sentido de que sua carga horária é de 30 horas semanais, o que comprova, efetivamente, uma carga horária total de 63 (sessenta e três) horas. [...] No caso sob análise, além de a carga horária de trabalho semanal ser superior a 60 horas, considerada cumulativamente, como bem evidenciado na sentença recorrida, se considera o cumprimento da jornada de trabalho em plantão noturno com entrada às 18:00 h e saída às 06:00 h, referente ao cargo ocupado pela impetrante junto ao Hospital Municipal da Piedade, em escala de 12 x 60, e o cumprimento da carga horária diuturna de 7 às 14:00 h no Hospital Central do Exército, de segunda à quinta-feira e de 7 às 12:00 h apenas na sexta-feira, 'a impossibilidade de acumulação torna-se ainda mais evidente, por ser humanamente impossível que, depois de 12 horas de trabalho, alguém consiga desempenhar, com a necessária eficiência, vale dizer, sem comprometimento da atenção, concentração e qualidade do trabalho, as atribuições próprias de enfermeira', no cumprimento da jornada de 7 (sete) horas em outro idêntico cargo", rever tal entendimento, a fim de reconhecer a compatibilidade de carga horária entre os cargos públicos que se pretende acumular, como pretende a agravante, demanda o necessário reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ. Precedentes. 3. O STJ possui entendimento no sentido de que não lhe cabe, na via especial, a análise de violação aos dispositivos constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, sob pena de haver usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal. 4. Agravo regimental não provido." (Grifos nossos) (AgRg no AREsp 635.757/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 13/05/2015)

Embora a impugnação recursal também tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Medida Cautelar Inominada - Vice-Presidência

Cautelar Inominada - Processo Cautelar - Processo Cível e do Trabalho

124 - 0104783-60.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104783-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2014 16:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

REQUERENTE: SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A

ADVOGADO: CRISTIANO ZECCHETO SAEZ RAMIREZ

ADVOGADO: LUIS HENRIQUE SOARES DA SILVA

REQUERIDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0400600-12.1999.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

REQUERENTE : SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A

ADVOGADO : CRISTIANO ZECCHETO SAEZ RAMIREZ e outro

REQUERIDO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

D E C I S Ã O

Fl. 286: Intime-se a peticionária, para requerer o que for de seu interesse, no prazo de 5 (cinco) dias.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000120

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0137410-77.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.137410-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 23/02/2017 13:28
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: JOSÉ MARIA DORLIPS
ADVOGADO: ERALDO LACERDA JUNIOR
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0137410-77.2013.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : JOSÉ MARIA DORLIPS
ADVOGADO : ERALDO LACERDA JUNIOR
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

O Recurso Especial foi interposto sob o fundamento de que o acórdão recorrido teria violado o disposto no artigo 1º, §§1º e 2º, artigo 2º, artigo 3º, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I e II, artigo 4º e artigo 4º-A, todos da Lei nº 7.070/82 e os artigos 1º ao 4º da Lei nº 12.190/2010.

É o relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0117503-57.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.117503-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:39
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: VANTUIR BOGIO
ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0117503-57.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
APTE : VANTUIR BOGIO
ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS
APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por VANTUIR BOGIO com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0119801-22.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.119801-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 23/02/2017 13:28

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: FRANCISCO HENRIQUE BLANK

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0119801-22.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : FRANCISCO HENRIQUE BLANK

ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por FRANCISCO HENRIQUE BLANK com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0127544-83.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.127544-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:39

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: DORILDO FRANCISCO DA PENHA

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO ELIAS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0127544-83.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

APTE : DORILDO FRANCISCO DA PENHA

ADVOGADO : CARLOS ROBERTO ELIAS

APDO : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por DORILDO FRANCISCO DA PENHA com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

Sustenta a parte recorrente, em síntese, a existência de divergência jurisprudencial em relação à matéria debatida nestes autos.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que não foi atendido o disposto no art. 1.029, §1º, do CPC, restando patente a irregularidade formal do presente recurso.

Nesse sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, na vigência do CPC/1973, in verbis:

"[...] 3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea 'c' do permissivo constitucional. 4. Recurso especial não conhecido." (STJ, RESP 1.218.747/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe Data:13/06/2013.)

"[...] 2. No tocante à alegação de prática do anatocismo, nos termos dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea 'c' do permissivo constitucional requisita comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações, como no caso dos autos. [...]" (STJ, AgRg no AREsp 166856/GO, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, Dje Data:31/08/2012.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0000630-52.2012.4.02.5106 Número antigo: 2012.51.06.000630-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 13:53
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: MARA LUCIA GUERGHE THIMOTEO
APELANTE: MARIA CELIA GUERGHE DE CARVALHO
APELANTE: MARISE GUERGHE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: CARMEN GUERGHE THIMOTEO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000630-52.2012.4.02.5106 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : MARA LUCIA GUERGHE THIMOTEO
APTE : MARIA CELIA GUERGHE DE CARVALHO
APTE : MARISE GUERGHE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APDO : CARMEN GUERGHE THIMOTEO
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a via especial, destinada à uniformização do direito federal infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos constitucionais, razão pela qual, impõe-se o não conhecimento do presente recurso em relação a artigos da Constituição Federal supostamente violados.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, inter plures, nos julgados a seguir colacionados, mutatis mutandis:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EX-COMBATENTE. PENSÃO POR MORTE.

RESERVA DE COTA-PARTE. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DA UNIÃO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A teor do disposto no art. 7o. da Lei n. 3.765/60, não há previsão legal de reserva de cota-parte para beneficiar eventual pensionista, porquanto o direito é garantido apenas a quem legalmente se habilita (AgRg no REsp. 1.399.605/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe 16.12.2013).

2. Diante da ausência de habilitação do pensionista em momento oportuno, não deve a União ser apenada com o pagamento retroativo da pensão tardiamente requerida, quando realizado o pagamento integral aos pensionistas já habilitados. Precedente: AgRg no REsp.

1.369.903/PE, Rel. Min. OLINDO MENEZES, DJe 4.2.2016.

3. Agravo Interno da União parcialmente provido."

(AgInt no REsp 1352562/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 22/02/2017)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. MILITAR. AFRONTA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OFENSA AO ART. 535, I E II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PENSÃO.

TERMO INICIAL. DATA EM QUE A ADMINISTRAÇÃO REUNIA CONDIÇÕES DE IDENTIFICAR OS BENEFICIÁRIOS. ART. 28 DA LEI 3.765/60 C.C. 71, § 3º, DA LEI 6.880/80. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. O Recurso Especial não se presta ao exame de suposta ofensa a dispositivo constitucional - matéria reservada à competência da Suprema Corte, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República.

2. Tendo o Tribunal de origem se pronunciado de forma clara e precisa sobre as questões postas nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não há falar em afronta ao arts.

535, I e II, do CPC, não se devendo confundir "fundamentação sucinta com ausência de fundamentação" (REsp 763.983/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ 28/11/05).

3. "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia" (Súmula 284/STF).

4. A pensão militar, embora possa ser requerida a qualquer tempo, terá seu pagamento retroativo à data em que a Administração reunia condições de efetivamente identificar seus beneficiários.

Inteligência do art. 28 da Lei 3.765/60 c.c. 71, § 3º, da Lei 6.880/80.

5. Hipótese em que anos após o falecimento do militar (ocorrido em 27/7/01) a autora, ora recorrente, tomou conhecimento de que ele a havia reconhecido como filha por meio de escritura pública lavrada em 26/6/89, sendo certo que tal documento somente foi averbado junto à certidão de nascimento da recorrente em 8/3/06.

6. Considerando-se que a Administração Militar somente foi informada da existência da autora - e, por conseguinte, de sua condição de dependente do falecido militar - quando ela requereu sua habilitação para o recebimento da pensão militar, determinar o pagamento das parcelas referentes ao período que antecedeu ao requerimento administrativo importaria em enriquecimento sem causa da autora, o que é vedado pelo art. 884 do Código Civil. Ademais, à Administração não pode ser imposto o dever de pagar novamente as parcelas pagas aos dependentes do de cujus oportunamente habilitados.

7. Pelas mesmas razões, sobre as parcelas devidas não é cabível a imposição de juros moratórios, haja vista que não há nenhum ato ilícito imputável à Administração que pudesse caracterizar sua mora no pagamento do referido benefício.

8. Recurso especial conhecido e improvido.”

(REsp 1197701/RJ, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 23/10/2013)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, não admito o Recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos de admissibilidade, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos constitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 102, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2016.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0004045-55.2012.4.02.5102 Número antigo: 2012.51.02.004045-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: SUELY MARTINS BONFIM

ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0004045-55.2012.4.02.5102 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : SUELY MARTINS BONFIM

ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal, em face de Acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

O Acórdão ora impugnado decidiu a controvérsia em conformidade com o posicionamento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme depreende-se do julgado abaixo transcrito:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DEMISSÃO DURANTE O GOVERNO COLLOR. ANISTIA CONCEDIDA PELA LEI 8.878/1994. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INVIABILIDADE.

1. De acordo com o art. 6º da Lei n. 8.878/94, "a anistia a que se refere esta Lei só gerará efeitos financeiros a partir do efetivo retorno à atividade, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo". Dessa forma, se a própria lei de regência veda a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo, não há prejuízo a ser reparado a título de danos morais ou materiais em decorrência de eventual retardo da União na concessão da anistia. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento." (Grifos nossos)

(AgRg no REsp 1452718/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 26/08/2014)

Embora a impugnação recursal tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A eventual violação da Constituição Federal, se ocorrente, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento de recurso extraordinário, devendo incidir, na espécie, mutatis mutandis, o enunciado da Súmula nº 636 do STF, segundo o qual "não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida".

Ademais, a análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

10 - 0032787-40.2012.4.02.5151 Número antigo: 2012.51.51.032787-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: MARIA DA GLORIA RODRIGUES

ADVOGADO: JESSE RAMALHO

Originário: 0032787-40.2012.4.02.5151 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

APDO : MARIA DA GLORIA RODRIGUES

ADVOGADO : JESSE RAMALHO

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal/1988, em face de acórdão emanado da Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

A questão jurídica em debate nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento definitivo pelo STJ, no julgamento do REsp nº 1.244.182-PB, DJe de 02/02/2015, indicado como paradigma de recursos repetitivos, em acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC. 1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei. 2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé. 3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público. 4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ. 5. Recurso especial não provido. (RESP 1.244.182 – PB, 2011.0059104-1, Ministro Benedito Gonçalves, julgado em 10/10/2012.)

Dessa forma, considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, primo ictu oculi, contrariou a decisão proferida pelo STJ no referido leading case, encaminhem-se os autos ao órgão de origem, na forma do disposto no art. 543-C, §7º, II do CPC.

Caso seja mantido o acórdão recorrido, voltem os autos conclusos para exame de admissibilidade, na forma do §8º do aludido art. 543-C do CPC.

Sendo, no entanto, exercido o juízo de retratação, o Recurso Especial interposto restará automaticamente prejudicado, independentemente de nova decisão desta Vice-Presidência, devendo a Subsecretaria do órgão julgador tomar as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto às fls. 288/291 com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

O presente recurso não merece ser conhecido.

Isto porque o sistema processual vigente prevê a possibilidade de interposição de apenas um recurso para atacar cada decisão, sob pena de se ferir o princípio da unirrecorribilidade ou da unicidade recursal.

In casu, contra a mesma decisão ora vergastada o Recorrente já interpôs Recurso Especial, conforme fls. 280/283.

Assim, considerando que o Recorrente interpôs 2 (dois) Recursos Especiais atacando a mesma decisão, bem como que o Recurso Especial de fls. 280/283 foi protocolado antes, não há como se conhecer do presente, diante igualmente do fenômeno da preclusão consumativa.

Ante o exposto deixo de conhecer o Recurso Especial de fls. 288/291.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0000237-72.2013.4.02.5113 Número antigo: 2013.51.13.000237-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 15:06

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO

ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: SÍTIO ÁLAMO

ADVOGADO: SIMONE DE SOUZA BADARO

ADVOGADO: RENATA PALHARES RODRIGUES

Originário: 0000237-72.2013.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios

APTE : ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A

ADVOGADO : MARIO DE CASTRO REIS NETO

ASS.LITIS. : AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : SÍTIO ÁLAMO

ADVOGADO : SIMONE DE SOUZA BADARO e outro

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso com fundamento nas alínea a, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001395-53.2013.4.02.5117 Número antigo: 2013.51.17.001395-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 14:27
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: APARECIDO JESUS DA SILVA
ADVOGADO: RENATO DA SILVA SOARES
ADVOGADO: SALOMAO TRIANON CORTES DO NASCIMENTO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001395-53.2013.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
APTE : APARECIDO JESUS DA SILVA
ADVOGADO : RENATO DA SILVA SOARES e outro
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos observa-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Neste sentido, veja-se o julgado do Superior Tribunal de Justiça em caso análogo:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. 12ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. ENFERMAGEM. CARGA HORÁRIA MÁXIMA SEMANAL. PARECER AGU GQ-145/1998. JORNADA SEMANAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA HORAS). IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA QUE DISCIPLINA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO. PRESERVAÇÃO DA HIGIDEZ FÍSICA E MENTAL DO TRABALHADOR. PRECEDENTES. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENTENDE PELA INCOMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS TIDOS POR VIOLADOS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A 1ª Seção do STJ, no julgamento do MS 19.336/DF, julg. em 26/02/2014, Dje 14/10/2014, decidiu que o Parecer GQ-145/98 da AGU, que trata da limitação da carga horária semanal nas hipóteses de acumulação de cargos públicos, não esvazia a garantia prevista no art. 37, XVI, da Constituição Federal - "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI" -, isto porque a acumulação de cargos constitui exceção, devendo ser interpretada de forma restritiva, de forma a atender ao princípio constitucional da eficiência, na medida em que o profissional da área de saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Desse modo, revela-se coerente o limite de 60 (sessenta) horas semanais, fato que certamente não decorre de coincidência, mas da preocupação em se otimizarem os serviços públicos, que dependem de adequado descanso dos servidores públicos. É limitação que atende ao princípio da eficiência sem esvaziar o conteúdo do art. 37, XVI, da Constituição Federal. 2. In casu, tendo o Tribunal de origem reconhecido a inexistência de compatibilidade de horários, porquanto "a impetrante é enfermeira no Hospital Central do Exército, admitida em 30.08.1984, com uma carga horária semanal de 33 horas (fl. 25), e tem o mesmo cargo no Hospital Municipal da Piedade, conforme se verifica do documento de fl. 26, no qual consta informação no sentido de que sua carga horária é de 30 horas semanais, o que comprova, efetivamente, uma carga horária total de 63 (sessenta e três) horas. [...] No caso sob análise, além de a carga horária de trabalho semanal ser superior a 60 horas, considerada cumulativamente, como bem evidenciado na sentença recorrida, se considera o cumprimento da jornada de trabalho em plantão noturno com entrada às 18:00 h e saída às 06:00 h, referente ao cargo ocupado pela impetrante junto ao Hospital Municipal da Piedade, em escala de 12 x 60, e o cumprimento da carga horária diuturna de 7 às 14:00 h no Hospital Central do Exército, de segunda à quinta-feira e de 7 às 12:00 h apenas na sexta-feira, 'a impossibilidade de acumulação torna-se ainda mais evidente, por ser humanamente impossível que, depois de 12 horas de trabalho, alguém consiga desempenhar, com a necessária eficiência, vale dizer, sem comprometimento da atenção, concentração e qualidade do trabalho, as atribuições próprias de enfermeira', no cumprimento da jornada de 7 (sete) horas em outro idêntico

cargo", rever tal entendimento, a fim de reconhecer a compatibilidade de carga horária entre os cargos públicos que se pretende acumular, como pretende a agravante, demanda o necessário reexame do conjunto fático-probatório, o que é vedado na via estreita do recurso especial, por força da Súmula 7/STJ. Precedentes. 3. O STJ possui entendimento no sentido de que não lhe cabe, na via especial, a análise de violação aos dispositivos constitucionais, ainda que com o objetivo de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, sob pena de haver usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal. 4. Agravo regimental não provido." (Grifos nossos) (AgRg no AREsp 635.757/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 13/05/2015)

Embora a impugnação recursal também tenha tido por escopo a suposta violação à legislação federal, a jurisprudência do STJ entende que a Súmula 83 não se restringe aos Recursos Especiais interpostos com fundamento na alínea c do permissivo constitucional, sendo também aplicável nos recursos fundados na alínea a. (AgRg no Ag 1151950/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 7/4/2011, DJe 29/4/2011.)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA LEGALIDADE. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. 1.A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. A decisão devidamente fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido, ARE 740.877-AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 4/6/2013. 3. O princípio constitucional da legalidade, quando debatido sob a ótica infraconstitucional, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula 636 do STF. 4. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - CARGA HORÁRIA SUPERIOR AO LIMITE DE SESSENTA HORAS SEMANAIS – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA". 5. Agravo regimental DESPROVIDO." (grifos nossos) (ARE 803835 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0033125-33.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.033125-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 23/02/2017 15:26

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ELIZABETH DOS SANTOS LUNA

ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0033125-33.2013.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : ELIZABETH DOS SANTOS LUNA
ADVOGADO : WELINGTON DUTRA SANTOS
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido, tanto em relação ao pedido de suspensão da ação, quanto ao de isonomia remuneratória com os militares do atual Distrito Federal, alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, inter plures, no julgado a seguir colacionado, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EXTENSÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL E DA GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GCET. LEIS 10.486/2002, 11.134/2005 E 11.663/2008. VANTAGENS DEFERIDAS APENAS AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO. FALTA DE AMPARO LEGAL. SÚMULA 339/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É entendimento firme da 2ª Turma do STJ no sentido de que os militares do antigo Distrito Federal não fazem jus às vantagens asseguradas aos militares do atual Distrito Federal, porquanto o art. 65 da Lei 10.486/2002 garante apenas a extensão dos benefícios ali previstos, não alcançando as Lei 11.134/2005 e 11.663/2008, as quais deferiram vantagens apenas aos militares do Distrito Federal.

Precedentes.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1422942/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. SUSPENSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CONTEXTO FÁTICO DIFERENTE.

1. Não se pode conhecer de Recurso interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao recorrente demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal discordante.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não haver divergência jurisprudencial se o contexto fático dos acórdãos confrontados mostrar disparidade.

3. O art. 104 do CDC é inaplicável ao caso dos autos, porquanto a Ação Coletiva foi proposta em 2007, enquanto a Ação Individual foi ajuizada em 2012, portanto, a hipótese trazida aos autos é diferente da que dispõe o dispositivo legal.

4. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no REsp 1457033/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 10/10/2014)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0042487-59.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042487-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 12:51
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TITO DO AMARAL SANTOS
ADVOGADO: NUBIA MARINHO DE SOUZA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0042487-59.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : TITO DO AMARAL SANTOS
ADVOGADO : NUBIA MARINHO DE SOUZA
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a da Constituição Federal de 1988, em face de Acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da parte recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

O compulsar dos autos revela ter o órgão julgador decidido a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça, mutatis mutandis:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MILITAR. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. PRETERIÇÃO. DIREITO AO RESSARCIMENTO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. O tema relativo ao art. 15, parágrafo único, V da Lei nº 12.086/09 não foi debatido pela instância ordinária, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Ante a falta do necessário prequestionamento, incide, no ponto o óbice da Súmula 282/STF.

2. O Tribunal de origem afastou o pedido autoral ao constatar que para que haja direito à promoção por preterição, além da conclusão de curso de formação, é imprescindível, ademais, a prova de que, excluídos os candidatos mais modernos, e considerada a antiguidade na graduação, os requerentes, com a retrocitada exclusão, estariam classificados dentro do número de vagas estipuladas para o certame da época. Os apelantes-autores, ao contrário, não comprovaram que, em 2005, com a exclusão dos candidatos paradigmas, estariam classificados a contento; por conseguinte, não há como verificar se nos anos de 2009 e 2011 deveriam ser promovidos, respectivamente, a 2º e 1º Sargentos, conforme sustentam. Destaque-se, também, que não há prova nos autos de que a alegada ausência de inclusão dos apelantes-autores na lista inicial de convocados foi impugnada à época oportuna, objetivando preservar a possibilidade de participação no certame.

3. A desconstituição das premissas lançadas pela Corte Distrital, tal como colocada a questão nas razões recursais, ensejaria inevitável incursão no acervo fático-probatório, procedimento que em sede especial, encontra empeço na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 467.927/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 15/08/2014)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0143818-84.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.143818-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:32
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: STAR ONE S/A
ADVOGADO: MATTHEUS REIS E MONTENEGRO

ADVOGADO: ANA CAROLINA GANDRA PIA DE ANDRADE
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0143818-84.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
APTE : STAR ONE S/A
ADVOGADO : MATTHEUS REIS E MONTENEGRO e outro
APDO : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por STAR ONE S/A com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. CONTRIBUIÇÕES AO FUST E FUNTTEL.

QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ.

1. A conclusão do Tribunal de origem foi no sentido de que diante da insuficiência de documentos, não se pode concluir que a empresa não tenha efetivamente auferido receita com a prestação de telecomunicações.

2. O argumento utilizado para fundamentar a pretensão trazida no recurso especial, no sentido de que a recorrente não teria auferido qualquer receita proveniente da prestação de serviços de telecomunicações no período, somente poderia ter sua procedência verificada mediante o reexame de matéria fática, o que é vedado ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1511517/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 23/04/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0015551-60.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.015551-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:22
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA
ADVOGADO: KATIA GONCALVES KLESCOSKI
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0015551-60.2014.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA
ADVOGADO : KATIA GONCALVES KLESCOSKI
APDO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Inicialmente, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022, do Código de Processo Civil, cumpre asseverar que o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[...] inexiste violação do art. 1.022 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso [...]", sendo cediço que "[...]o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu." (EDcl no AgRg no AREsp 851.451/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016).

Ressalte-se, ainda, que "[...] o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/2015." (EDcl no AgRg no AREsp 816.695/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016).

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

18 - 0150547-65.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.150547-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 17:27

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: VERA LUCIA DE OLIVEIRA

ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0150547-65.2014.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : VERA LUCIA DE OLIVEIRA

ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a matéria debatida no presente Recurso Extraordinário já foi objeto de julgamento pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, que pacificou seu entendimento no sentido da inexistência de repercussão geral do tema em análise (ARE 870776/RG, Relator Min. Teori Zavascki, DJe 20/04/2015), conforme Decisão abaixo transcrita:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL E SEUS PENSIONISTAS. PARIDADE REMUNERATÓRIA COM OS MILITARES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL. LEI 10.486/02 E DECRETO 28.371/07. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal, fundada na interpretação da Lei 10.486/02 e do Decreto 28.371/07, é de natureza infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC."

(ARE 870776 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 09/04/2015, PROCESSO ELETRONICO DJe-073 DIVULG 17-04-2015 PUBLIC 20-04-2015)

Portanto, eventual violação dos dispositivos constitucionais apontados, se ocorrente na presente hipótese, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento do Recurso Extraordinário, conforme

entendimento consolidado no julgado acima transcrito e, em sentido semelhante, no verbete nº 636 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida").

Assim, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, inter plures, no julgado a seguir colacionado, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EXTENSÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL E DA GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GCET. LEIS 10.486/2002, 11.134/2005 E 11.663/2008. VANTAGENS DEFERIDAS APENAS AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO. FALTA DE AMPARO LEGAL. SÚMULA 339/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É entendimento firme da 2ª Turma do STJ no sentido de que os militares do antigo Distrito Federal não fazem jus às vantagens asseguradas aos militares do atual Distrito Federal, porquanto o art. 65 da Lei 10.486/2002 garante apenas a extensão dos benefícios ali previstos, não alcançando as Lei 11.134/2005 e 11.663/2008, as quais deferiram vantagens apenas aos militares do Distrito Federal.

Precedentes.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1422942/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0166323-08.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.166323-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 23/02/2017 15:26

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: EMILIA SAMPAIO DE OLIVEIRA

ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0166323-08.2014.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : EMILIA SAMPAIO DE OLIVEIRA

ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido, tanto em relação ao pedido de suspensão da ação, quanto ao de isonomia remuneratória com os militares do atual Distrito Federal, alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, inter plures, no julgado a seguir colacionado, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EXTENSÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL E DA GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GCET. LEIS 10.486/2002, 11.134/2005 E 11.663/2008. VANTAGENS DEFERIDAS

APENAS AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO. FALTA DE AMPARO LEGAL. SÚMULA 339/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É entendimento firme da 2ª Turma do STJ no sentido de que os militares do antigo Distrito Federal não fazem jus às vantagens asseguradas aos militares do atual Distrito Federal, porquanto o art. 65 da Lei 10.486/2002 garante apenas a extensão dos benefícios ali previstos, não alcançando as Lei 11.134/2005 e 11.663/2008, as quais deferiram vantagens apenas aos militares do Distrito Federal.

Precedentes.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1422942/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014)

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA. SUSPENSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CONTEXTO FÁTICO DIFERENTE.

1. Não se pode conhecer de Recurso interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo ao recorrente demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal discordante.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende não haver divergência jurisprudencial se o contexto fático dos acórdãos confrontados mostrar disparidade.

3. O art. 104 do CDC é inaplicável ao caso dos autos, porquanto a Ação Coletiva foi proposta em 2007, enquanto a Ação Individual foi ajuizada em 2012, portanto, a hipótese trazida aos autos é diferente da que dispõe o dispositivo legal.

4. Agravo Regimental não provido."

(AgRg no REsp 1457033/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 10/10/2014)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a matéria debatida no presente Recurso Extraordinário já foi objeto de julgamento pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, que pacificou seu entendimento no sentido da inexistência de repercussão geral do tema em análise (ARE 870776/RG, Relator Min. Teori Zavascki, DJe 20/04/2015), conforme Decisão abaixo transcrita:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL E SEUS PENSIONISTAS. PARIDADE REMUNERATÓRIA COM OS MILITARES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL. LEI 10.486/02 E DECRETO 28.371/07. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal, fundada na interpretação da Lei 10.486/02 e do Decreto 28.371/07, é de natureza infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC."

(ARE 870776 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 09/04/2015, PROCESSO ELETRONICO DJe-073 DIVULG 17-04-2015 PUBLIC 20-04-2015)

Portanto, eventual violação dos dispositivos constitucionais apontados, se ocorrente na presente hipótese, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento do Recurso Extraordinário, conforme entendimento consolidado no julgado acima transcrito e, em sentido semelhante, no verbete nº 636 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida").

Assim, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0103932-80.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.103932-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 12:15

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: ITAMAR DE SOUZA MELLO

ADVOGADO: NUBIA MARINHO DE SOUZA

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0103932-80.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : ITAMAR DE SOUZA MELLO

ADVOGADO : NUBIA MARINHO DE SOUZA

APDO : UNIAO FEDERAL

PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados, autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0106142-22.2015.4.02.5105 Número antigo: 2015.51.05.106142-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: TUNNEY RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO: ANDRE LUCENA DE ARAUJO
ADVOGADO: WANDERLEY DA SILVA COSTA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
Originário: 0106142-22.2015.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
APTE : TUNNEY RESTAURANTE LTDA
ADVOGADO : ANDRE LUCENA DE ARAUJO e outro
APDO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : LARISSA MARIA SILVA TAVARES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por TUNNEY RESTAURANTE LTDA com fundamento no art. 105, III, alínea "a" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. PEDIDO GENÉRICO. PECULIARIDADES DO CASO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. VERIFICAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. REALIZAÇÃO DE OBRAS. SÚMULA 7/STJ.

1. No caso dos autos, os argumentos do acórdão recorrido não enfrentados são suficientes para manter o decisum recorrido, o que atrai na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.".

2. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, ao negar provimento às apelações, entendeu por manter a sentença de extinção do feito tendo em vista que o pedido constante da inicial é genérico, o que conduz à inépcia da inicial. Modificar o acórdão recorrido demandaria a incursão na seara fático-probatória constante dos autos, o que é vedado a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

3. Por fim, quanto à alegação da parte recorrente de que foi "constatado - com demonstram os documentos de fls. 13/29 - que a UFRJ não tem realizado qualquer obra de conservação no referido imóvel, tendo em vista o estado de conservação em que se constatou estar o imóvel", a Corte de origem asseverou que tais obras ocorreram. Dessa forma, averiguar se de fato foi realizada alguma obra demandaria a análise dos fatos e provas trazidas aos autos, o que novamente encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1376352/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2015, DJe 13/05/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0114194-89.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.114194-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 02/03/2017 11:52

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GISELLE TARDIT DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO: MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0114194-89.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
APTE : GISELLE TARDIT DA SILVA RIBEIRO
ADVOGADO : MARIA REGINA DE SOUSA JANUARIO
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste E. Tribunal.

É o breve relatório. Decido.

Da análise dos autos, observa-se que o órgão julgador decidiu a controvérsia após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar à conclusão diversa, tornar-se-ia imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de Recurso Especial, a teor do verbete nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ, verbis: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no seguinte sentido:

"ADMINISTRATIVO. MILITAR. TEMPORÁRIO. AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE DEFINITIVA PARA TODA E QUALQUER ATIVIDADE OU DE NEXO DE CAUSALIDADE COM O SERVIÇO MILITAR. INEXISTÊNCIA DO DIREITO À REFORMA. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. PREJUDICIALIDADE.

1. O Tribunal a quo embasou-se nas provas dos autos para concluir que a doença que acomete o agravante não guarda relação de causa e efeito com a atividade militar e que não há invalidez ou incapacidade definitiva a justificar a reforma. Dessarte, para infirmar as conclusões a que chegou instância de origem quanto ao descabimento da reforma, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos por esta Corte, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. Ademais, ainda que ultrapassado o conhecimento do recurso, a pretensão do agravante não encontra acolhida nesta Corte, que sedimentou o entendimento no sentido de que o militar temporário somente será reformado nos casos de impossibilidade total e permanente para qualquer trabalho, nos termos do art. 111, II, da Lei n. 6.880/80. Precedentes: REsp 1.328.915/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/04/2013, DJe 10/04/2013; AgRg no REsp 1.510.095/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/04/2015, DJe 14/04/2015; AgRg no AREsp 581.764/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 14/11/2014; AgRg no AREsp 504.942/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 16/09/2014.

3. Além do agravante não ter apresentado o dissídio jurisprudencial, nos moldes do parágrafo único do art. 541 do Código de Processo Civil, combinado com o art. 255, e seus §§, do Regimento Interno do STJ, o conhecimento da divergência jurisprudencial está prejudicado, porquanto esta Corte tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 833.930/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0116740-47.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.116740-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 06/03/2017 19:07
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: LEIA CARVALHO DE SOUSA
REPRESENTANTE: FERNANDO CESAR CARVALHO DE SOUSA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE

APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0116740-47.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : LEIA CARVALHO DE SOUSA
REPRES. : FERNANDO CESAR CARVALHO DE SOUSA
ADVOGADO : MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO : UNIAO FEDERAL
PROCDOR : ADVOGADO DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto com fundamento no art. 105, III, da Constituição da República, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Da análise dos autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça, como se observa, inter plures, no julgado a seguir colacionado, mutatis mutandis:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL. EXTENSÃO DA VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL E DA GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GCET. LEIS 10.486/2002, 11.134/2005 E 11.663/2008. VANTAGENS DEFERIDAS APENAS AOS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO. FALTA DE AMPARO LEGAL. SÚMULA 339/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É entendimento firme da 2ª Turma do STJ no sentido de que os militares do antigo Distrito Federal não fazem jus às vantagens asseguradas aos militares do atual Distrito Federal, porquanto o art. 65 da Lei 10.486/2002 garante apenas a extensão dos benefícios ali previstos, não alcançando as Lei 11.134/2005 e 11.663/2008, as quais deferiram vantagens apenas aos militares do Distrito Federal.

Precedentes.

2. Agravo regimental não provido."

(AgRg no REsp 1422942/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014)

Dessa forma, é aplicável ao presente caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"). Registre-se que o recurso especial, interposto pelas alíneas "a" e/ou "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, não merece prosperar quando o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ, a teor da Súmula nº 83. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no AREsp 628948 / MG (Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, STJ - PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

Ante o exposto, inadmito o Recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no art. 102, III, alínea "a", da Constituição Federal em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a matéria debatida no presente Recurso Extraordinário já foi objeto de julgamento pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal, que pacificou seu entendimento no sentido da inexistência de repercussão geral do tema em análise (ARE 870776/RG, Relator Min. Teori Zavascki, DJe 20/04/2015), conforme Decisão abaixo transcrita:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL E SEUS PENSIONISTAS. PARIDADE REMUNERATÓRIA COM OS MILITARES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL. LEI 10.486/02 E DECRETO 28.371/07. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. A controvérsia relativa à paridade remuneratória entre os militares do antigo e do atual Distrito Federal, fundada na interpretação da Lei 10.486/02 e do Decreto 28.371/07, é de natureza infraconstitucional. 2. É cabível a atribuição dos efeitos da declaração de ausência de repercussão geral quando não há matéria constitucional a ser apreciada ou quando eventual ofensa à Carta Magna ocorra de forma indireta ou reflexa (RE 584.608 RG, Min. ELLEN GRACIE, DJe de 13/03/2009). 3. Ausência de repercussão geral da questão suscitada, nos termos do art. 543-A do CPC."

(ARE 870776 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 09/04/2015, PROCESSO ELETRONICO DJe-073 DIVULG 17-04-2015 PUBLIC 20-04-2015)

Portanto, eventual violação dos dispositivos constitucionais apontados, se ocorrente na presente hipótese, seria indireta ou reflexa, o que não autoriza o cabimento do Recurso Extraordinário, conforme entendimento consolidado no julgado acima transcrito e, em sentido semelhante, no verbete nº 636 da Súmula de Jurisprudência do STF ("Não cabe recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida").

Assim, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

20 - 0003959-31.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.003959-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 13:12

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: WALTAIR PAULO

ADVOGADO: LUIZ MARCELO DE FREITAS ALMEIDA

REMETENTE: JUIZO DA 6A VARA FEDERAL DE SÃO JOAO DE MERITI-RJ

Originário: 0003959-31.2010.4.02.5110 - 06ª Vara Federal de São João de Meriti

APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : WALTAIR PAULO

ADVOGADO : LUIZ MARCELO DE FREITAS ALMEIDA

REMETENTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL DE SÃO JOAO DE MERITI-RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.151.363 - MG (Tema: 422), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RITO DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC E RESOLUÇÃO N. 8/2008 - STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICA. DESCABIMENTO. COMPROVAÇÃO DE EXPOSIÇÃO PERMANENTE AOS AGENTES AGRESSIVOS. PRETENSÃO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. 1. Para a comprovação da divergência jurisprudencial é essencial a demonstração de identidade das situações

fáticas postas nos julgados recorrido e paradigma. 2. Segundo asseverado pelo acórdão objurgado, o segurado esteva "exposto de modo habitual e permanente, não ocasional nem intermitente", ao frio e a níveis médios de ruído superiores ao limite regulamentar (e-STJ fl. 254). A modificação dessa conclusão importaria em revolvimento de matéria fática, não condizente com a natureza do recurso especial. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula n. 7/STJ. PREVIDENCIÁRIO. RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL APÓS 1998. MP N. 1.663-14, CONVERTIDA NA LEI N. 9.711/1998 SEM REVOGAÇÃO DA REGRA DE CONVERSÃO. 1. Permanece a possibilidade de conversão do tempo de serviço exercido em atividades especiais para comum após 1998, pois a partir da última reedição da MP n. 1.663, parcialmente convertida na Lei 9.711/1998, a norma tornou-se definitiva sem a parte do texto que revogava o referido § 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/1991. 2. Precedentes do STF e do STJ. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. OBSERVÂNCIA DA LEI EM VIGOR POR OCASIÃO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. DECRETO N. 3.048/1999, ARTIGO 70, §§ 1º E 2º. FATOR DE CONVERSÃO. EXTENSÃO DA REGRA AO TRABALHO DESEMPENHADO EM QUALQUER ÉPOCA. 1. A teor do § 1º do art. 70 do Decreto n. 3.048/99, a legislação em vigor na ocasião da prestação do serviço regula a caracterização e a comprovação do tempo de atividade sob condições especiais. Ou seja, observa-se o regramento da época do trabalho para a prova da exposição aos agentes agressivos à saúde: se pelo mero enquadramento da atividade nos anexos dos Regulamentos da Previdência, se mediante as anotações de formulários do INSS ou, ainda, pela existência de laudo assinado por médico do trabalho. 2. O Decreto n. 4.827/2003, ao incluir o § 2º no art. 70 do Decreto n. 3.048/99, estendeu ao trabalho desempenhado em qualquer período a mesma regra de conversão. Assim, no tocante aos efeitos da prestação laboral vinculada ao Sistema Previdenciário, a obtenção de benefício fica submetida às regras da legislação em vigor na data do requerimento. 3. A adoção deste ou daquele fator de conversão depende, tão somente, do tempo de contribuição total exigido em lei para a aposentadoria integral, ou seja, deve corresponder ao valor tomado como parâmetro, numa relação de proporcionalidade, o que corresponde a um mero cálculo matemático e não de regra previdenciária. 4. Com a alteração dada pelo Decreto n. 4.827/2003 ao Decreto n. 3.048/1999, a Previdência Social, na via administrativa, passou a converter os períodos de tempo especial desenvolvidos em qualquer época pela regra da tabela definida no artigo 70 (art. 173 da Instrução Normativa n. 20/2007). 5. Descabe à autarquia utilizar da via judicial para impugnar orientação determinada em seu próprio regulamento, ao qual está vinculada. Nesse compasso, a Terceira Seção desta Corte já decidiu no sentido de dar tratamento isonômico às situações análogas, como na espécie (EREsp n. 412.351/RS). 6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido. RECURSO ESPECIAL Nº 1.151.363 - MG (2009/0145685-8) RELATOR: MINISTRO JORGE MUSSI.

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

APTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : WALTAIR PAULO

ADVOGADO : LUIZ MARCELO DE FREITAS ALMEIDA

REMETENTE : JUIZO DA 6A VARA FEDERAL DE SÃO JOAO DE MERITI-RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento no art. 102, III, alínea “b”,da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 870947/SE (Tema 810: “Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.”), em razão da afetação do mencionado recurso à sistemática dos recursos repetitivos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0017704-03.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.017704-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 17:16

Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: CAIO ALVES MIRANDA
ADVOGADO: MARCOS ANDRE DE ALMEIDA
ADVOGADO: DIEGO FRANCO GONCALVES
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0017704-03.2013.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : CAIO ALVES MIRANDA
ADVOGADO : MARCOS ANDRE DE ALMEIDA e outro
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº (Tema 544), cuja ementa transcrevo a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 DO CPC. VÍCIO INEXISTENTE. DECADÊNCIA. RECURSO ESPECIAL ADMITIDO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 8/2008 EM CONJUNTO COM O RESP 1.309.529/PR. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/91, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997 AOS BENEFÍCIOS ANTERIORES À PUBLICAÇÃO DESTA. DIREITO INTERTEMPORAL. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 626.489/SE. RECURSO JULGADO NO MESMO SENTIDO DA DECISÃO EMBARGADA. 1. Trata-se de Embargos de Declaração contra decisão proferida em Recurso Especial, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC e Resolução STJ 8/2008) em conjunto com o RESP 1.309.529/PR, que estabeleceu que "incide o prazo de decadência do art. 103 da Lei 8.213/1991, instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, no direito de revisão dos benefícios concedidos ou indeferidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997)". 2. Esta Seção desproveu o recurso com fundamento claro e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado quanto à aplicação de direito intertemporal. 3. Os argumentos do embargante sobre o ponto denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a divergência, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 4. Sob pena de invasão da competência do STF, descabe analisar questão constitucional (arts. 5º, XXXVI) em Recurso Especial, mesmo que para viabilizar a interposição de Recurso Extraordinário. 5. O Supremo Tribunal Federal, conforme noticiado em seu site oficial, julgou, em 16.10.2013, o RE 626.489/SE, em que se reconheceu a Repercussão Geral sobre a mesma matéria, no mesmo sentido da decisão ora embargada. 6. Embargos de Declaração rejeitados". EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.114 - SC (2012/0112840-8) RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN EMBARGANTE : NELSON WILL

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Especial, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 564354/SE - sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 76: "Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.") -, cuja ementa transcrevo a seguir:

"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." (RE 564354, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0156352-26.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.156352-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:40

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELANTE: ANTONIO DE ALMEIDA

ADVOGADO: MARION SILVEIRA

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0156352-26.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APTE : ANTONIO DE ALMEIDA

ADVOGADO : MARION SILVEIRA

APDO : OS MESMOS

REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A parte recorrente sustenta, em síntese, que o acórdão violou o disposto nos artigos 1022, incisos I e II do Código de Processo Civil e nos artigos 97 e 104 da Lei n° 8.078/90.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea "a", do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0182578-68.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.182578-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 20/02/2017 15:09
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: GILSON CARVALHO DE ALMEIDA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
Originário: 0182578-68.2014.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : GILSON CARVALHO DE ALMEIDA
ADVOGADO : MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/ RJ
DECISÃO
Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.
Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando a admissão do recurso com fundamento na alínea a, do inciso III, do artigo 105, da Constituição da República.
Ante o exposto, admito o recurso.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE
DECISÃO
Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, com fundamento no artigo 102, III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.
É o breve Relatório. Decido.
Compulsando-se os autos, verifica-se que a questão jurídica debatida nesta sede recursal já foi objeto de pronunciamento pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE nº 564.354/SE - sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 76: "Teto da renda mensal dos benefícios previdenciários concedidos anteriormente à vigência das Emendas Constitucionais nos 20/98 e 41/2003.") -, cuja ementa transcrevo a seguir:
"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. ALTERAÇÃO NO TETO DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA. REFLEXOS NOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DA ALTERAÇÃO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS N. 20/1998 E 41/2003. DIREITO INTERTEMPORAL: ATO JURÍDICO PERFEITO. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DA LEI INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Há pelo menos duas situações jurídicas em que a atuação do Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição da República demanda interpretação da legislação infraconstitucional: a primeira respeita ao exercício do controle de constitucionalidade das normas, pois não se declara a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei sem antes entendê-la; a segunda, que se dá na espécie, decorre da garantia constitucional da proteção ao ato jurídico perfeito contra lei superveniente, pois a solução de controvérsia sob essa perspectiva pressupõe sejam interpretadas as leis postas em conflito e determinados os seus alcances para se dizer da existência ou ausência da retroatividade

constitucionalmente vedada. 2. Não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional n. 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional n. 41/2003 aos benefícios previdenciários limitados a teto do regime geral de previdência estabelecido antes da vigência dessas normas, de modo a que passem a observar o novo teto constitucional. 3. Negado provimento ao recurso extraordinário." (RE 564354, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-03 PP-00487)

Diante deste panorama e considerando que o entendimento encampado no v. acórdão impugnado, relativamente ao tema afeto, encontra-se de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no referido leading case, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

24 - 0019123-63.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.019123-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 21/02/2017 14:27

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

APELANTE: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARIA LUCIA DE PAULA OLIVEIRA

ADVOGADO: MANOEL MESSIAS PEIXINHO

ADVOGADO: VIVIAN CRISTINA PEREIRA LIMA

REMETENTE: JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0019123-63.2010.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

APTE : UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

APDO : MARIA LUCIA DE PAULA OLIVEIRA

ADVOGADO : MANOEL MESSIAS PEIXINHO e outro

REMETENTE : JUÍZO DA 14ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

D E C I S Ã O

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Em que pese o inconformismo da Parte Recorrente, a inadmissibilidade do recurso se impõe.

A análise do recurso interposto exige, para a formação de qualquer conclusão, que se reexamine a prova dos autos, o que esbarra no enunciado da Súmula nº 279 do STF ("para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário"), por implicar no revolvimento do conjunto fático-probatório, o que significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS NA ÁREA DE SAÚDE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. INCURSIONAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279 DO STF. INCIDÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E DA LEGALIDADE. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. 1.A acumulação remunerada de cargos públicos, quando sub judice a controvérsia sobre a compatibilidade de horários, demanda o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que atrai a incidência da Súmula 279 desta Corte, a qual dispõe, verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário". Precedentes: AI 730.343-AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Dje 14/12/2012, RE 633.298-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 14/2/2012, e ARE 773.327-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, Dje 20/11/2013. 2. A decisão devidamente fundamentada, embora contrária aos interesses da parte, não configura negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido, ARE 740.877-AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 4/6/2013. 3. O princípio constitucional da legalidade, quando debatido sob a ótica infraconstitucional, revela uma violação reflexa e oblíqua da Constituição Federal decorrente da necessidade de análise de malferimento de dispositivo infraconstitucional, o que torna inadmissível o recurso extraordinário, a teor da Súmula 636 do STF. 4. In casu, o acórdão extraordinariamente recorrido assentou: "CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO – CUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE - CARGA HORÁRIA SUPERIOR AO LIMITE DE SESSENTA HORAS SEMANAIS – IMPOSSIBILIDADE – SENTENÇA REFORMADA". 5. Agravo

regimental DESPROVIDO." (grifos nossos) (ARE 803835 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-156 DIVULG 13-08-2014 PUBLIC 14-08-2014)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

25 - 0002197-71.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.002197-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 14:11

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: SAFRA SUPERMERCADOS LTDA

ADVOGADO: EDUARDO DE FREITAS ALVARENGA

ADVOGADO: CRISTIANE ANGÉLICA LONGO E ALVARENGA

AGRAVADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: SPARWOOD INTERNATIONAL HOLDING LIMITED

ADVOGADO: ELISABETH EDITH GLORITA KASZNAR FEKETE

ADVOGADO: EDUARDO COLONNA ROSMAN

ADVOGADO: CLAUDIO ROBERTO BARBOSA

Originário: 0084452-46.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGVTE : SAFRA SUPERMERCADOS LTDA

ADVOGADO : EDUARDO DE FREITAS ALVARENGA e outro

AGVDO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

AGVDO : SPARWOOD INTERNATIONAL HOLDING LIMITED

ADVOGADO : ELISABETH EDITH GLORITA KASZNAR FEKETE e outros

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SAFRA SUPERMERCADOS LTDA., com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça. A respeito, vide, dentre outros:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INVIÁVEL ANALISAR O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO ESPECIAL QUANDO PLEITEADO NAS RAZÕES DO APELO NOBRE. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. REVISÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. É inviável analisar o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial quando pleiteado nas razões do apelo nobre. Conforme determina o art. 288 do RISTJ, a medida cautelar é a via adequada para o pedido de tutela antecipada com o objetivo de conferir efeito suspensivo ao recurso especial, devendo ser ajuizada de forma apartada, desde que satisfeitos os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora.

2. Não há que se falar em violação do art. 535, II, do Código de Processo Civil, pois o tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes. Além disso, basta ao órgão julgador que decline as razões jurídicas que embasaram a decisão, não sendo exigível que se reporte de modo específico a determinados preceitos legais.

3. No sistema de persuasão racional adotado pelo Código de Processo Civil nos arts. 130 e 131, em regra, não cabe compelir o magistrado a autorizar a produção desta ou daquela prova, se por outros meios estiver convencido da verdade dos fatos, tendo em vista que o juiz é o destinatário final da prova, a quem cabe a análise da conveniência e necessidade da sua produção (REsp 1175616/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 04/03/2011).

4. O exame acerca da necessidade da realização da prova pretendida pelo recorrente demandaria revolvimento das circunstâncias fáticas dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ (REsp

1216020/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 04/02/2011).

5. Rever os fundamentos do acórdão recorrido exigiria reapreciação do conjunto probatório e de cláusulas contratuais, o que é vedado em recurso especial, ante o teor das Súmulas 5 e 7 do STJ.

6. A parte agravante não trouxe, nas razões do agravo regimental, argumentos aptos a modificar a decisão agravada, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

7. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 847.741/RO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 30/03/2016 – sem grifos no original)

"TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRELIMINAR DE NULIDADE, POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. ART. 130 DO CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM QUE CONCLUIU PELA DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Quanto à alegada violação ao art. 535 do CPC, a parte agravante não evidencia qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar, no Recurso Especial, no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 316.882/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/08/2015; AgRg no AREsp 393.501/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 13/08/2015; AgRg no AREsp 201.016/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/03/2014.

II. O art. 131 do CPC consagra o princípio do livre convencimento motivado, segundo o qual o juiz é livre para apreciar as provas produzidas, bem como a necessidade de produção das que forem requeridas pelas partes, sendo-lhe lícito indeferir, fundamentadamente, na forma do art. 130 do CPC, as que reputar inúteis ou protelatórias.

III. Não há falar em cerceamento de defesa quando o julgador, motivadamente, em face do art. 130 do CPC, considera desnecessária a produção de prova pericial, mediante o entendimento de que a análise da argumentação das agravantes, qual seja, o exaurimento da finalidade da contribuição social instituída pela Lei Complementar 110/2001, como óbice à sua cobrança, demandaria o prévio exame de questão eminentemente de direito, consistente na perda de eficácia da legislação fiscal, pela mera arrecadação de recursos suficientes para a quitação dos expurgos inflacionários.

IV. Assim, a alteração do entendimento do Tribunal de origem ensejaria, inevitavelmente, o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado, pela Súmula 7 desta Corte. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 545.925/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 10/12/2015; AgRg no AREsp 343.580/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 26/11/2015; AgRg no AREsp 350.178/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 16/11/2015.

V. Agravo Regimental improvido."

(AgRg no AREsp 711.839/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 29/03/2016 - sem grifos no original)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, os seguinte julgado do C. Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. OCUPAÇÃO IRREGULAR. DEMOLIÇÃO. DILAÇÃO PROBATÓRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA E ANÁLISE DE PROVAS. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há a alegada violação do art. 535 do CPC, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, como se depreende da leitura do acórdão recorrido, que enfrentou, motivadamente, os temas abordados no recurso de apelação, ora tidos por omitidos, quais sejam: se houve ofensa aos artigos 330 e 332 do CPC em razão do indeferimento da produção de provas testemunhal e pericial.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que não há cerceamento de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova, mediante a existência nos autos de elementos suficientes para a formação de seu convencimento. Ademais, aferir eventual necessidade de produção de prova demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, dado o óbice Da Súmula 7 do STJ.

3. No sistema de persuasão racional adotado pelos arts. 130 e 131 do CPC, cabe ao magistrado determinar a conveniência e a necessidade da produção probatória, mormente quando, por outros meios, já esteja persuadido acerca da verdade dos fatos.

4. O Tribunal a quo analisou os elementos fáticos para concluir que a verba honorária foi estimada com equilíbrio, situação que impede a revisão no Superior Tribunal de Justiça, em razão do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido."

(AgRg no AREsp 573.926/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 21/11/2014 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

AGVTE : SAFRA SUPERMERCADOS LTDA
ADVOGADO : EDUARDO DE FREITAS ALVARENGA e outro
AGVDO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
AGVDO : SPARWOOD INTERNATIONAL HOLDING LIMITED
ADVOGADO : ELISABETH EDITH GLORITA KASZNAR FEKETE e outros
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por SAFRA SUPERMERCADOS LTDA., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A Parte Recorrente sustenta, em síntese, a existência de violação ao artigo 5º, inciso LV, da Constituição da República.

É o breve Relatório. Decido.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o presente recurso discute questão já enfrentada pelo STF, que não reconheceu a existência de repercussão geral da matéria, no julgamento do ARE nº 639.228 RG/RJ (tema 424: "Indeferimento de produção de provas no âmbito de processo judicial."), cuja ementa transcrevo a seguir:

"RECURSO. Agravo convertido em Extraordinário. Inadmissibilidade deste. Produção de provas. Processo judicial. Indeferimento. Contraditório e ampla defesa. Tema infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido. Não apresenta repercussão geral recurso extraordinário que, tendo por objeto a obrigatoriedade de observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, nos casos de indeferimento de pedido de produção de provas em processo judicial, versa sobre tema infraconstitucional." (ARE 639228 RG, Relator(a): Min. MINISTRO PRESIDENTE, julgado em 16/06/2011, DJe-167 DIVULG 30-08-2011 PUBLIC 31-08-2011 EMENT VOL-02577-02 PP-00222)

Desta forma, negada a existência de repercussão geral da questão jurídica debatida nesta sede recursal, nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea a, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
27 - 0008760-18.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.008760-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 13:42
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: HELIO SIQUEIRA JUNIOR
Originário: 0048812-79.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGVTE : AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
AGVDO : PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO : HELIO SIQUEIRA JUNIOR
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP com fundamento no art. 105, III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Inicialmente, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022, do Código de Processo Civil, cumpre asseverar que o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[...] inexiste violação do art. 1.022 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso [...]", sendo cediço que "[...]o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo

suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu." (EDcl no AgRg no AREsp 851.451/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016).

Ressalte-se, ainda, que "[...] o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/2015." (EDcl no AgRg no AREsp 816.695/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016).

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, de acordo com os arestos ora colacionados:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. EXECUÇÃO FISCAL. OFERECIMENTO DE SEGURO GARANTIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 9º, II, E 16, II, DA LEI N. 6.830/80, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 13.043/14. NORMA DE CUNHO PROCESSUAL. APLICAÇÃO AOS FEITOS EM CURSO. CONEXÃO DO EXECUTIVO FISCAL COM AÇÃO ANULATÓRIA EM TRÂMITE. INVIABILIDADE. VERBETE SUMULAR N. 235/STJ.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

II - O Tribunal de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III - A Lei n. 13.043/14, vigente desde 13.11.2014, conferiu nova redação aos arts. 9º, II, e 16, II, da Lei de Execuções Fiscais, para incluir o seguro garantia como meio idôneo para assegurar a satisfação do crédito no executivo fiscal e viabilizar a oposição de embargos à execução.

IV - A mencionada norma alteradora ostenta natureza processual, alcançando os feitos em curso, inclusive aqueles cujo indeferimento da oferta deu-se antes da sua vigência. Precedentes.

V - O julgamento de uma das ações obsta a reunião por conexão, a teor do disposto no enunciado sumular n. 235/STJ.

VI - Recurso Especial parcialmente provido."

(REsp 1537513/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 26/04/2016 – original sem grifos)

"PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SEGURO-GARANTIA. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE. LEI 13.043/2014. MODALIDADE EXPRESSAMENTE INSERIDA NA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL. ART. 9°, II, DA LEF. NORMA PROCESSUAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. CABIMENTO.

1. Cinge-se a controvérsia a definir se o seguro garantia judicial pode ser utilizado, em Execução Fiscal, como modalidade de garantia da dívida.

2. A jurisprudência do STJ, em atenção ao princípio da especialidade, era no sentido do não cabimento, uma vez que o art. 9° da LEF não contemplava o seguro-garantia como meio adequado a assegurar a Execução Fiscal.

3. Sucede que a Lei 13.043/2014 deu nova redação ao art. 9°, II, da LEF para facultar expressamente ao executado a possibilidade de "oferecer fiança bancária ou seguro garantia". A norma é de cunho processual, de modo que possui aplicabilidade imediata aos processos em curso.

4. Não merece acolhida, portanto, a pretensão da Fazenda Pública do Estado de São Paulo de impedir que a dívida seja garantida mediante oferecimento de seguro-garantia.

5. Recurso Especial não provido."

(REsp 1508171/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 06/04/2015 – original sem grifos)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, o compulsar dos autos revela que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
28 - 0012851-54.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012851-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 23/01/2017 15:11
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: ADRIANA NEDER DE FARO FREIRE
AGRAVADO: EXPOENT-K TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO: JACQUES MALKA Y NEGRI
Originário: 0010082-19.2003.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGVTE : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO : ADRIANA NEDER DE FARO FREIRE
AGVDO : EXPOENT-K TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
ADVOGADO : JACQUES MALKA Y NEGRI
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

O exame dos autos revela que o entendimento perfilhado no acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência dominante no seio do Superior Tribunal de Justiça, na vigência do CPC de 1973. A respeito, vide, dentre outros:

"ADMINISTRATIVO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES OU DISSOLUÇÃO IRREGULARES DA SOCIEDADE. INSUFICIÊNCIA. DESVIO DE FINALIDADE OU CONFUSÃO PATRIMONIAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

1. A jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que a desconsideração da personalidade jurídica prevista no artigo 50 do Código Civil trata-se de regra de exceção, de restrição ao princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica. Assim, a interpretação que melhor se coaduna com esse dispositivo legal é a que relega sua aplicação a casos extremos, em que a pessoa jurídica tenha sido instrumento para fins fraudulentos, configurado mediante o desvio da finalidade institucional ou a confusão patrimonial.

2. Dessa forma, o encerramento das atividades ou dissolução, ainda que irregulares, da sociedade não são causas, por si só, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do artigo 50 do Código Civil. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 794.237/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 22/03/2016 – sem grifos no original)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INVIABILIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 50 DO CC/2002. APLICAÇÃO DA TEORIA MAIOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DESVIO DE FINALIDADE OU DE CONFUSÃO PATRIMONIAL. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. No caso, em que se trata de relações jurídicas de natureza civil-empresarial, o legislador pátrio, no art. 50 do CC de 2002, adotou a teoria maior da desconsideração, que exige a demonstração da ocorrência de elemento objetivo relativo a qualquer um dos requisitos previstos na norma, caracterizadores de abuso da personalidade jurídica, como excesso de mandato, demonstração do desvio de finalidade (ato intencional dos sócios em fraudar terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica) ou a demonstração de confusão patrimonial (caracterizada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação patrimonial entre o patrimônio da pessoa jurídica e dos sócios ou, ainda, dos haveres de diversas pessoas jurídicas).

2. A mera demonstração de inexistência de patrimônio da pessoa jurídica ou de mudança de endereço da empresa sem a devida baixa na junta comercial, por si sós, não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 831.748/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 07/03/2016 - sem grifos no original)

Dessa forma, aplicável ao caso o enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido

da decisão recorrida"), muito embora tenha sido o recurso em tela fundamentado na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no âmbito do Eg. STJ, podendo-se citar, inter plures, o acórdão proferido no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC (Relator Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, STJ - QUARTA TURMA, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009).

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Acerca da incidência da referida Súmula nº 7 em situação análoga à do presente processo, confira-se, mutatis mutandi, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÚMULA N. 83. REQUISITOS DO ART. 50 DO CC.

SÚMULA N. 7/STJ.

1. O encerramento das atividades ou dissolução da sociedade, ainda que irregulares, não são causas, por si sós, para a desconsideração da personalidade jurídica, nos termos do Código Civil.

2. Não cabe rever o entendimento da Corte de origem acerca da inexistência dos requisitos do art. 50 do CC por demandar o necessário revolvimento da matéria fático-probatória.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 711.452/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/10/2015, DJe 09/10/2015 – sem grifos no original)

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

29 - 0013139-02.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013139-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 15/02/2017 16:17

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

AGRAVANTE: BANCO FIBRA S/A

ADVOGADO: PEDRO LUIZ CHAGAS COSTA

ADVOGADO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO

ADVOGADO: JOAO GUILHERME DE MORAES SAUER

ADVOGADO: VITOR CARVALHO LOPES

AGRAVADO: EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - EGESA

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DE ASSIS

AGRAVADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0016672-90.1995.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGVTE : BANCO FIBRA S/A

ADVOGADO : VITOR CARVALHO LOPES e outros

AGVDO : EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - EGESA

ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DE ASSIS

AGVDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por BANCO FIBRA S/A com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Inicialmente, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022, do Código de Processo Civil, cumpre asseverar que o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[...] inexiste violação do art. 1.022 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso [...]", sendo cediço que "[...]o

juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu." (EDcl no AgRg no AREsp 851.451/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016).

Ressalte-se, ainda, que "[...] o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/2015." (EDcl no AgRg no AREsp 816.695/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016).

Compulsando-se os autos, verifica-se que o órgão julgador decidiu a vexata quaestio após percuciente análise dos fatos e das provas relacionados à causa, sendo certo asseverar que, para se chegar a conclusão diversa, torna-se imprescindível reexaminar o conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula de Jurisprudência do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial").

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

AGVTE : BANCO FIBRA S/A
ADVOGADO : VITOR CARVALHO LOPES e outros
AGVDO : EMPREENDIMENTOS GERAIS DE ENGENHARIA S/A - EGESA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DE ASSIS
AGVDO : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por BANCO FIBRA S/A, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

A Parte Recorrente sustenta, em síntese, a existência de violação ao artigo 1º, IV; artigo 5º, incisos II, XXII, XXIII, XXXV e XXXVI; ao artigo 93, IX; e ao artigo 170, da Constituição da República.

É o breve Relatório. Decido.

No tocante à alegada violação do artigo 93, inciso IX, da CRFB/88, observa-se que a questão jurídica também já foi objeto de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do AI 791.292 QO-RG/PE (Tema 339), cuja ementa segue transcrita:

"Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3° e 4°). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral." (AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, p. 113-118 - sem grifos no original)

Assim, considerando-se que o v. acórdão recorrido, relativamente à observância ao disposto no artigo 93, inciso IX, da CRFB/88, encontra-se em consonância com a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no mencionado leading case - haja vista conter fundamentação suficiente à solução da controvérsia -, deve ser negado negado seguimento, neste ponto, ao Recurso Extraordinário, na forma do disposto no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015.

Outrossim, compulsando-se os autos, verifica-se que a análise do recurso interposto exigiria, para a formação de qualquer conclusão, que se reexaminasse o contexto fático-probatório dos autos, o que esbarraria no enunciado nº 279 da Súmula de Jurisprudência do STF, in verbis: "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário".

Dessa forma, tem-se que o pretendido revolvimento do conjunto fático-probatório significaria exceder o âmbito de cognição conferido ao Recurso Extraordinário pela Constituição Federal.

Ante o exposto:

1. Nego seguimento ao presente Recurso Extraordinário relativamente à alegação de ofensa ao artigo 93, inciso IX, da CRFB/88, com fulcro no artigo 1.030, inciso I, alínea b, do Código de Processo Civil de 2015; e

2. Inadmito o presente Recurso Extraordinário quanto às demais alegações com fulcro no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0005037-54.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005037-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 18:21
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: DANIEL AYRES KALUME REIS
ADVOGADO: LORENA DE CASTRO ABREU E SILVA
AGRAVADO: VALMIR TERTULIANO DA SILVA
ADVOGADO: CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
Originário: 0003661-10.2008.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
AGVTE : FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO : DANIEL AYRES KALUME REIS e outro

AGVDO : VALMIR TERTULIANO DA SILVA
ADVOGADO : CRISTIANE DE ALBUQUERQUE
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE com fundamento no art. 105, III, alíneas a e c, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Inicialmente, quanto à alegação de contrariedade ao artigo 1.022, do Código de Processo Civil, cumpre asseverar que o entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[...] inexiste violação do art. 1.022 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso [...]", sendo cediço que "[...]o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu." (EDcl no AgRg no AREsp 851.451/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 16/05/2016).

Ressalte-se, ainda, que "[...] o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 1.022 do CPC/2015." (EDcl no AgRg no AREsp 816.695/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016).

Compulsando-se os autos, verifica-se que o entendimento perfilhado no v. acórdão recorrido alinha-se à jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça na vigência do então CPC de 1973, de acordo com os arestos ora colacionados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO DIRIGIDO CONTRA O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PENHORA DOS VENCIMENTOS DA DEVEDORA DE CHEQUE PRESCRITO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Pedido de penhora de 30% (trinta por cento) dos vencimentos da executada. 1.1. Consoante cediço nesta Corte, à luz do disposto no inciso IV do artigo 649 do CPC, sobressai a impenhorabilidade dos proventos salariais do devedor/executado, ainda quando depositados em conta corrente bancária. 1.2. Ressalva-se, contudo, que "a remuneração a que se refere o inciso IV do art. 649 do CPC é a última percebida, no limite do teto constitucional de remuneração (CF, art. 37, XI e XII), perdendo esta natureza a sobra respectiva, após o recebimento do salário ou vencimento seguinte" (REsp 1.230.060/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 13.08.2014, DJe 29.08.2014). 1.3. Caso concreto. Acórdão estadual rejeitando a pretensão do exequente voltada à penhora de 30% (trinta por cento) dos vencimentos da executada diretamente na fonte pagadora. Consonância com a jurisprudência desta Corte.

Incidência da Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 663.315/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015 – original sem grifos)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. REVISÃO DO JULGADO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PENHORA SOBRE VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. ART. 649, IV, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Corte estadual, analisando o contexto fático-probatório dos autos, julgou parcialmente procedente a pretensão da parte recorrente. Assim, a alteração desse entendimento, tal como pretendida, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, é vedada a penhora das verbas de natureza alimentar apontadas no art. 649, IV, do CPC, tais como os vencimentos, subsídios, soldos, salários, remunerações, proventos de aposentadoria e pensões, entre outras. Precedentes. No caso dos autos, não ficou comprovado a que título foram depositados os demais valores indicados no extrato de conta corrente do executado.

3. Se a parte agravante não apresenta argumentos hábeis a infirmar os fundamentos da decisão regimentalmente agravada, deve ela ser mantida por seus próprios fundamentos.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg no AREsp 679.928/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 26/06/2015 – original sem grifos)

"RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO. SÚMULA 267 DO STF NÃO APLICÁVEL. TERATOLOGIA. RECURSO PROVIDO.

1. Não tendo sido a impetrante intimada da decisão judicial que ordenara a penhora mensal de 30% de seus vencimentos, não obsta à impetração - meses após a prolação do ato impugnado, quando do início dos descontos em folha de pagamento - do mandado de segurança a Súmula 267 do STF.

2. Hipótese, ademais, em que a teratologia da decisão impugnada justifica o abrandamento da regra restritiva ao cabimento do mandado de segurança. A impenhorabilidade de vencimentos é regra legal expressa no art. 649, IV, do CPC. Penhora, ato de constrição patrimonial forçado, não se confunde com o ato voluntário de contrair empréstimo, com taxa de juros mais favorecida, mediante a consignação em folha de pagamento de desconto no limite admitido em lei. No caso, o ato impugnado, em frontal ofensa à lei, determinou a penhora mensal de 30% do salário diretamente na folha pagadora.

Sequer foi levado em consideração que a margem consignável já estava comprometida com o desconto de empréstimos contratados pela impetrante.

3. Recurso ordinário provido."

(RMS 37.990/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013, DJe 03/02/2014 – original sem grifos)

Dessa forma, revela-se aplicável à presente hipótese o Enunciado nº 83 da Súmula de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ("Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida"), inclusive em relação ao capítulo das razões recursais que se fundamenta na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal. Neste sentido é o entendimento pacificado no julgamento do AgRg no Ag 1.071.248/SC, de Relatoria do MM. Juiz Federal convocado Carlos Fernando Mathias, julgado em 10/02/2009, DJ de 26/02/2009.

Ante o exposto, inadmito o recurso.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Embargos Infringentes (AC) - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Embargos Infringentes - Embargos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0033575-73.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.033575-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 22/02/2017 18:39

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

EMBARGANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

EMBARGADO: LEO CARLOS DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO: NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO

Originário: 0033575-73.2013.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro

EMBTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL

EMBDO : LEO CARLOS DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO : NATHALIE DINIZ LESCANO DE ARAUJO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto por LEO CARLOS DA SILVA JUNIOR com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Considerando-se o disposto do artigo 1.030, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, determino o sobrestamento do presente recurso, até o pronunciamento do STF no RE nº 661256 RG / DF (Tema 503: "Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação."), em razão do reconhecimento da existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017

REIS FRIEDE

DES. FED. VICE-PRESIDENTE

Embargos Infringentes (AC) - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Embargos Infringentes - Embargos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

31 - 0132356-33.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.132356-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Atribuição por Competência Exclusiva - 14/02/2017 12:26

Gabinete da Vice-Presidência

Magistrado(a) REIS FRIEDE

EMBARGANTE: THE WELLCOME FOUNDATION LIMITED

ADVOGADO: GABRIEL FRANCISCO LEONARDOS

ADVOGADO: ALINE FERREIRA DE CARVALHO DA SILVA
ADVOGADO: PAULO RODRIGO BIANCO DOS SANTOS
EMBARGADO: INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: THE SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE
PARTE RÉ: THERATECHNOLOGIES INC.
PARTE RÉ: UNITED STATES GOVERMMENT AS REPRESENTED BY THE SECRETARY OF HE ARMY
PARTE RÉ: UNIVERSITE DE MONTREAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AMICUS CURIAE: ABIFINA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA, BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES
ADVOGADO: PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA
AMICUS CURIAE: INTERFARMA - ASSOCIACAO DA INDSUTRIA FARMACEUTICA DE PESQUISA
ADVOGADO: RONALDO LUIZ PIRES
Originário: 0132356-33.2013.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMBTE : THE WELLCOME FOUNDATION LIMITED
ADVOGADO : GABRIEL FRANCISCO LEONARDOS e outros
EMBDO : INPI-INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
P.RÉ : THE SECRETARY OF STATE FOR DEFENCE
P.RÉ : THERATECHNOLOGIES INC.
P.RÉ : UNITED STATES GOVERMMENT AS REPRESENTED BY THE SECRETARY OF HE ARMY
P.RÉ : UNIVERSITE DE MONTREAL
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
AMICUS CURIAE : ABIFINA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE QUÍMICA FINA, BIOTECNOLOGIA E SUAS ESPECIALIDADES
ADVOGADO : PEDRO MARCOS NUNES BARBOSA
AMICUS CURIAE : INTERFARMA - ASSOCIACAO DA INDSUTRIA FARMACEUTICA DE PESQUISA
ADVOGADO : RONALDO LUIZ PIRES
DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por THE WELLCOME FOUNDATION LIMITED, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal de 1988, em face de acórdão emanado de Turma Especializada deste Egrégio Tribunal.

É o breve Relatório. Decido.

Os pressupostos recursais de admissibilidade são condições formais impostas por lei para que o recurso possa ter seu mérito regularmente analisado. Ausente algum destes pressupostos, a pretensão de reforma, invalidação ou integração do decisum recorrido não poderá ser apreciada.

Compulsando-se os autos, observa-se o preenchimento dos pressupostos genéricos, tais como cabimento, legitimidade, interesse para recorrer, tempestividade e regularidade formal.

Ademais, a matéria encontra-se devidamente prequestionada e a fundamentação permite a exata compreensão da controvérsia, com indicação do(s) dispositivo(s) infraconstitucional(is) tido(s) por violado(s), autorizando-se, desta feita, a admissão do recurso com fundamento nas alínea a, do inciso III, do art. 105, da Constituição da República.

Ante o exposto, admito o recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000121

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0145838-14.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.145838-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 28/07/2016 18:10
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: LUCAS LAUPMAN FERRAZ LIMA
APELADO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0145838-14.2014.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
APTE : PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A

ADVOGADO : LUCAS LAUPMAN FERRAZ LIMA
APDO : ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR : PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO
Fl. 2.400: O pleito não deve ser apreciado por este órgão julgador, sob pena de usurpação de competência, considerando que se encontra esgotado o ofício jurisdicional desta Vice-Presidência, em razão de já ter sido exercido o juízo (negativo, neste caso) de admissibilidade do Recurso Especial interposto.
Remetam-se os presentes autos, com as cautelas de praxe, ao Colendo Superior Tribunal de Justiça.
Rio de Janeiro, 8 de março de 2017
REIS FRIEDE
DES. FED. VICE-PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000122

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0102212-42.2014.4.02.5004 Número antigo: 2014.50.04.102212-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Atribuição por Competência Exclusiva - 30/09/2016 12:45
Gabinete da Vice-Presidência
Magistrado(a) REIS FRIEDE
APELANTE: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB/UNB
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: rodrigo reis cyrino
ADVOGADO: WINICIUS MASOTTI
ADVOGADO: BRUNO BITTENCOURT BITTENCOURT
Originário: 0102212-42.2014.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
ATO ORDINATÓRIO
Ato ordinatório para intimação do(s) agravado(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) agravo(s) interposto(s).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
FABIANO MENDONÇA FURTADO
ANALISTA JUDICIÁRIO
Matr. nº 11859
Assessoria de Recursos
Vice-Presidência

SUBSECRETARIA DA 1a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175930

V - APELACAO CRIMINAL 12597 2009.51.01.810550-7

Nº CNJ	**: 0810550-37.2009.4.02.5101**
RELATOR	**: JF CONV. EM SUBSTITUIÇÃO AO DES. FED. ABEL GOMES**
APELANTE	**: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL**
APELANTE	**: LINDINALVA BATISTA DA SILVA**
ADVOGADO	**: ATILA CARDOSO DE LIMA (RJ103750) E OUTROS**
APELADO	**: OS MESMOS**
ORIGEM	**: TERCEIRA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (200951018105507)**

EMENTA
PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÃO. ART. 313-A DO CP. DOSIMETRIA MANTIDA.

I- Apelações limitadas a impugnar a fixação da pena e o pedido de gratuidade de justiça. Materialidade e autoria incontroversas.
II- Dosimetria. Vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base (Súmula 444). Mantida a pena-base fixada na sentença.
III- Custas processuais mantida (art. 804 do CPP e art. 12 da Lei n. 1.060/50).
IV- Recursos não providos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Relator.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
VIGDOR TEITEL
Juiz Federal Convocado
Relator

V - Embargos de Declaração em ACR 12096 2005.50.02.001146-0

Nº CNJ	:	**0001146-40.2005.4.02.5002**
RELATOR	:	**DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ**
RELATOR P/ ACÓRDÃO	:	**JUIZ FEDERAL CONVOCADO VIGDOR TEITEL EM SUBSTITUIÇÃO AO DESEMBARGADOR FEDERAL ABEL GOMES**
APELANTE	:	**MARCELO SILVA SOUZA**
ADVOGADO	:	**JEFFERSON BARBOSA PEREIRA (ES005215) E OUTROS**
APELADO	:	**MINISTERIO PUBLICO FEDERAL**
ORIGEM	:	**3A. VARA FEDERAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES (200550020011460)**

EMENTA
PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA.
I - Não há omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade a ser suprimida.
II – Os embargos de declaração não se prestam ao reexame do mérito.
III - Embargos de declaração não providos.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
VIGDOR TEITEL
Juiz Federal Convocado
Em substituição ao Desembargador Federal
ABEL GOMES

BOLETIM: 2017000264

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0000892-18.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000892-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/02/2017 18:34
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
IMPETRANTE: LUCIANA EGITO DE OLIVEIRA
PACIENTE: PAULO ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO: LUCIANA EGITO DE OLIVEIRA
IMPETRADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0008378-16.2013.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
IMPETRANTE: LUCIANA EGITO DE OLIVEIRA
PACIENTE : PAULO ROBERTO DE SOUZA
ADVOGADO : LUCIANA EGITO DE OLIVEIRA
IMPETRADO : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
D E C I S Ã O

Conforme, anteriormente relatado, trata-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO ROBERTO DE SOUZA, objetivando o trancamento de ação penal pelo reconhecimento da incidência da prescrição da pretensão punitiva com base na pena cominada em abstrato, na forma do artigo 648, VII, do Código de Processo Penal.

Aduz a impetrante que fora imputado ao paciente a pratica do delito previsto no art. 90, da Lei nº 8.666/93, o qual, contudo, foi desclassificado na sentença para o delito previsto no art. 93, da Lei nº 8.666/93, que possui pena máxima a ser cominada em 02 (dois) anos, o qual estaria prescrito.

Para tanto, afirma que os fatos delituosos foram praticados em 20/09/2010, 15/10/2010 e 30/08/2011 e que a denuncia foi recebida em 13/11/2015, tendo, portanto, decorrido mais de 04 anos entre as datas dos fatos e o recebimento da denuncia, nos termos dos artigos 109, V, 111, I e 117, I, todos do Código Penal.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 07/29.

Liminar indeferida às fls. 33/37.

Informações prestadas pelo juízo às fls. 42/70.

Parecer do Ministério Público Federal ás fls. 73/75, oficiando para que seja julgado prejudicado o pedido, diante da perda do objeto.

Brevemente relatados. Decido.

Conforme se verifica das informações prestadas pelo juízo, houve a prolação de nova sentença na qual foi reconhecida a extinção da punibilidade do paciente em razão da prescrição da pretensão punitiva, com base na pena em abstrato, quanto à prática do delito previsto no art. 93, da Lei nº 8.666/93.

Assim, considerando que o paciente já teve a extinção da punibilidade declarada, urge reconhecer a perda superveniente do objeto deste writ.

DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PREJUDICADO o presente Habeas Corpus, em razão da perda superveniente de seu objeto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000265

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0118905-59.2014.4.02.5115 Número antigo: 2014.51.15.118905-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/08/2016 14:45
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELANTE: NELSON CORREIA LOUREIRO
ADVOGADO: DANIELLE DA MOTTA AZEVEDO
APELADO: OS MESMOS

Originário: 0118905-59.2014.4.02.5115 - 01ª Vara Federal de Teresópolis
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PERÍODOS LABORADOS SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. RUÍDO. PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM SEDE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE.

- O autor pretende que sejam reconhecidos períodos laborados como em condições especiais (24/02/1990 a 03/12/2013), a fim de obter a Aposentadoria por Tempo de Contribuição (NB 162.275.980-7) desde a DER (10/06/2013).

- Correto o reconhecimento da especialidade referente ao lapso compreendido de 24/02/1990 a 31/08/1994, no qual o obreiro esteve exposto ao agente ruído, em intensidade de 88,3 dB, bem como dos lapsos temporais de 01.09.1994 a 14.12.1998 (90,4 dB) e de 18.11.2003 a 03.12.2013 (89,7 dB), como demonstram as cópias dos Perfis Profissiográficos Previdenciários ¿ PPP's juntados aos autos.

- O fator de conversão 1,2, previsto em legislações pretéritas (como o Decreto nº 83.080/79, art. 60, §2º), tomava por base a conversão de uma atividade especial de 25 anos para uma atividade comum de 30 anos (30 / 25 = 1,2). Isso se justificava porque, à época, a aposentadoria por tempo de serviço era concedida ao segurado que contava com 30 anos de contribuição.

¿ A legislação atual, contudo, prevê a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição aos 35 anos de serviço para os homens. Daí a utilização correta do fator 1,4 (35 / 25 = 1,4), previsto no Decreto nº 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), cujo art. 70, §2º assevera que ¿as regras de conversão de tempo de atividade sob condições especiais em tempo de atividade comum constantes deste artigo aplicam-se ao trabalho prestado em qualquer período.

- Na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual (EPI), não descaracteriza o tempo de serviço especial para a aposentadoria.

- Não se mostra possível o reconhecimento do caráter especial do intervalo correspondente de 15/12/1998 a 18/11/2003, como pretende o demandante, eis que, à época, o tempo de trabalho laborado com exposição a ruído era considerado especial, para fins de conversão em tempo comum, em patamar superior a 90 dB

- Apelações improvidas.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0057134-52.2015.4.02.5113 Número antigo: 2015.51.13.057134-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.098946-6
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2016 14:12
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: SERGIO LUIZ BARBOZA DAS CHAGAS
ADVOGADO: GABRIEL DINIZ DA COSTA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057134-52.2015.4.02.5113 - 01ª Vara Federal de Três Rios
EMENTA
PREVIDENCIÁRIO. DUPLOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DO DEMANDANTE. DADO PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS OPOSTOS PELO INSS.

- Embargos de Declaração opostos pelo demandante, que pretende a conversão em especial dos períodos laborados anteriormente à Lei n. 9.032, de 28-04-1995, bem como o reconhecimento da especialidade dos períodos de 15/10/2007 a 03/10/2008, uma vez que juntou aos autos vários laudos similares à sua atividade, elaborados em outros processos judiciais com idêntico pedido, que comprovam a

especialidade da atividade de "aeronauta", e pela Autarquia Previdenciária, que requer a descaracterização da especialidade de intervalos considerados na decisão ora guerreada.

- Impossibilidade de conversão em especial dos períodos de 03/08/78 a 08/09/81; 20/04/83 a 30/12/85; e 06/01/86 a 06/01/87, eis que uniformizado o entendimento de que o tempo de serviço comum exercido antes de 29/04/1995 não pode ser convertido em tempo de serviço especial para fins de concessão de aposentadoria cujos requisitos tenham sido completados após 29/04/1995, sendo esta a hipótese dos autos.

- A prova emprestada é admitida tão somente quando produzida em processo no qual figurem as mesmas partes, com observância do devido processo legal e do contraditório, e não constitua o único elemento de convicção a respaldar o convencimento do julgador, não sendo possível o reconhecimento, como especiais, os períodos de 15/10/2007 a 03/10/2008.

- Analisando-se detidamente o referido PPP juntado aos autos, não se observa que o segurado tenha laborado submisso a quaisquer agentes insalubres de 29/04/1995 a 02/08/2006, sendo pertinente a caracterização do labor especial somente em relação ao intervalo de 01/06/1987 a 28/04/1995, em razão do enquadramento por categoria profissional.

- Negado provimento aos Embargos de Declaração opostos pelo demandante. Dado provimento parcial aos Embargos opostos pelo INSS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração opostos pelo demandante e dar provimento parcial aos embargos opostos pelo INSS, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0117525-52.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.117525-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/04/2016 13:36
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: LUIZ CARLOS ADAO
ADVOGADO: WANESSA ALDRIGUES CANDIDO
REMETENTE: Juízo da 6ª Vara Federal Cível - 6VFCI-VIT/ES
Originário: 0117525-52.2014.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO RECONHECIMENTO DE PERÍODOS LABORADOS SOB EXPOSIÇÃO PERMANENTE A ELETRICIDADE EM TENSÃO SUPERIOR A 250 VOLTS.

- O autor objetiva a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, desde a DER (19/08/2011), mediante o enquadramento e conversão dos períodos de 01/01/1983 a 31/12/1983, 06/01/1987 a 22/04/1987 e de 22/05/1989 a 01/03/2010, bem como mediante o enquadramento, como especial, dos períodos de 06/04/1984 a 15/08/2008, para fins de conversão em comum.

- Consoante as informações contidas no Perfil Profissiográfico Previdenciário e no Laudo Pericial Judicial juntados aos autos, verifica-se que o demandante esteve exposto a tensão elétrica superior a 250 volts, nos períodos de 01/01/1983 a 31/12/1983 e de 06/03/1997 a 01/03/2010.

- É possível a conversão em comum do tempo de serviço especial prestado com exposição ao agente nocivo eletricidade, mesmo que em momento posterior a 5.5.1997, ainda que tal agente não conste do rol de atividades do Decreto nº 2.172/97, pois citadas listas têm caráter exemplificativo. STJ. Precedentes.

- Em relação ao intervalo de 06/04/1984 a 05/01/1987, o autor não apresentou qualquer documento, e não há causa de pedir na petição inicial relacionada a referido período, razão pela qual se conclui que o mesmo foi inserido no pedido por erro material, não havendo qualquer análise a ser efetuada sobre tal interregno.

- À época do requerimento administrativo, a Autarquia Previdenciária não tinha como ter ciência das condições insalubres a que se sujeitou o autor no intervalo de 06/03/1997 a 01/03/2010, até porque o PPP juntado aos autos se revelou omisso quanto à exposição do obreiro, por todo o referido intervalo, à eletricidade acima de 250 Volts, tendo havido a necessidade de realização de perícia judicial para

averiguação da alegada especialidade, razão pela qual o termo inicial da aposentadoria por tempo de contribuição a que faz jus o demandante deve ser fixado na data da juntada do laudo da perícia judicial, em 14/07/2015, quando o INSS pode tomar ciência das condições especiais do labor desenvolvido por LUIZ CARLOS ADÃO, à época.

- Apelação improvida e Remessa provida parcialmente.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e dar provimento parcial à remessa, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0043794-77.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.043794-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2015.6000.092713-5
Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2015 18:27
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: ANTONIO RODRIGUES ALVES
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 13ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0043794-77.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A
PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ¿ AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CONTRADIÇÃO.
- Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (art. 535 do CPC), tal não é a hipótese.
- Inexistência de qualquer vício que justifique o acolhimento recursal.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, negar provimento aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000266

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002613-15.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002613-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2016 10:30
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: VALDEIR NONATO FERREIRA
ADVOGADO: AMANDA MACEDO TORRES MOULIN OLMO
ADVOGADO: GABRIEL MOSKEN TAMANHAO
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Decisão

Encaminhem-se os autos ao Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, com nossas homenagens, eis que trata-se de ação envolvendo acidente de trabalho (art. 109, I, C.F.).

P. I.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal

(T211562)

BOLETIM: 2017000267

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Criminal

1 - 0490220-53.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.490220-9 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 02/09/2016 16:46

Gabinete 02

Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO

APELADO: PATRICIA GRANGEIRO DONADON

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0490220-53.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Niterói

EMENTA

PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO QUALIFICADO E ESTELIONATO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. CRIME IMPOSSÍVEL NÃO VERIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO DE FURTO QUALIFICADO PARA FURTO SIMPLES. PRINCIPIO DA CONSUNÇÃO. NÃO APLICABILIDADE. AGRAVANTE ART. 61, INC. II, ALÍNEA "H" MANTIDA. CAUSA DE AUMENTO - § 3º DO ART. 171. IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO. TENTATIVA. FRAÇÃO APLICADA MANTIDA.

1. Comprovam a materialidade o auto de apreensão o auto de apreensão que se encontra nos autos, demonstrando que a ré foi presa em flagrante nas dependências da agência da Caixa Econômica Federal na posse de documentos pessoais da vítima; o boletim de ocorrência; a procuração utilizada para as operações bancárias; as imagens de circuito interno do Banco Bradesco; o material audiovisual oriundo do circuito interno de monitoramento do 1 º ofício de Maricá/RJ; o laudo pericial produzido nos autos, além das declarações da vítima do furto e dos depoimentos prestados por funcionários tanto do referido ofício quanto dos bancos mencionados, confirmando ser a ré a autora dos delitos a ela imputados.

2. Autoria igualmente comprovada. A versão defensiva apresentada pela ré não merece credibilidade, tratando-se, em verdade, de mera tentativa de afastar a reprimenda penal. Além de contraditória e isolada nos autos, sem qualquer elemento de convicção a lhe corroborar, a versão urdida pela ré é contrariada tanto pelo relato da vítima quanto pelo teor das assertivas proferidas tanto na fase investigativa quanto judicial pelas testemunhas ouvidas. Inexistência de elementos que infirmem a ilicitude e afastem a autoria e o conhecimento da acusada dos fatos criminosos.

3. Não há prova cabal do furto de valores em espécie, mas somente de documentos da vítima, que inclusive foram encontrados na posse da acusada quando de sua prisão em flagrante, no interior da agência da CEF.

4. Desclassificação do crime de furto qualificado para furto simples. Não se estabeleceu qualquer vínculo de confiança entre a vítima e a apelante, pois é sabido que, para caracterização da qualificadora, se pressupõe relação especial de fidelidade, não a configurando o fato de a acusada e a vítima do furto residirem no mesmo bairro ou se conhecerem de vista.

5. Descabe invocar a aplicação do disposto no art. 17 do CP (crime impossível) em relação ao crime de estelionato contra a CEF. No caso, não foi verificada a inaptidão absoluta, total ou completa do meio, conforme exige a lei penal para fins de caracterização do crime impossível.

6. Embora não tenha havido prova cabal do crime de furto de dinheiro em espécie e tendo havido a desclassificação do crime de furto qualificado para furto simples, não é caso da aplicação do princípio da consunção. O que se extrai dos autos é que a apelante vislumbrou a oportunidade de execução dos estelionatos como consequência da prática do próprio furto.

7. Permanência da aplicação da agravante prevista no art. 61, inc. II, "h", do CP. A idade da vítima ao tempo dos fatos, quase 90 anos, está suficientemente demonstrada nos autos. Ademais, o ressarcimento do dano sofrido não elimina a consumação do delito, consubstanciando-se apenas em sua reparação, ressalte-se realizada por terceiros (as instituições bancárias).

8. Impossibilidade de afastamento do 3º do art. 171 do CP. As condutas delituosas atingem diretamente bens e interesses da Caixa Econômica Federal, entidade pública Federal, cuja finalidade é a prestação de serviços essenciais à sociedade, a qual se restará obrigada a ressarcir seus correntistas lesionados pela fraude perpetrada, o que faz atrair a referida qualificadora.

9. Inaplicável a redução da fração relativa ao reconhecimento da tentativa de estelionato, pois a apelante se aproximou da consumação do delito.

10. Recurso da ré parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, dar provimento parcial ao recurso da ré, nos termos do Voto do relator, vencido o Exmo. Sr. Juiz Federal Convocado Vigdor Teitel.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000268

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001916-81.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001916-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 13:08
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

AGRAVANTE: JORGE LUIZ DA SILVA
ADVOGADO: JANDERSON TRANNIN DO REGO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento interposto por JORGE LUIZ DA SILVA contra a decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Cachoeiras de Macacu/RJ (fl. 34) que, nos autos de ação proposta em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, determinou a suspensão do processo nº 0003608-09.2016.8.19.0012, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para que o autor requeira administrativamente o benefício e traga aos autos, se for o caso, o indeferimento do pedido que contenha a análise de mérito realizada pelo INSS.

Sustenta o agravante que seu documento de identidade sempre esteve nos autos do processo administrativo, especificamente na fl.19, estando cumprida, portanto, a exigência de prévio requerimento administrativo. Alega, ainda, que não há a necessidade de esgotamento da via administrativa e que o simples fato de o INSS manter-se inerte por mais de 45 dias, sem prover o requerimento, já configura justa causa. Requer, pois, o provimento do recurso para que seja anulada a decisão que determinou a suspensão do processo.

É o relato do necessário. Decido.

A decisão ora agravada apresenta a seguinte fundamentação (fl. 34):

1. Defiro JG. Anote-se.

2. Compulsando os documentos acostados à inicial, verifico que a parte autora não cumpriu com a solicitação feita pela Autarquia ré no procedimento administrativo, conforme se verifica às fls. 71 e 75.

Nesse passo, deve-se ressaltar a falta da condição da ação, qual seja, a ausência de análise meritória da ré no procedimento administrativo, vez que o indeferiu sob o argumento de "falta de apresentação de documentação identificatória do requerente."

Por outro lado, deve-se levar em consideração o princípio do aproveitamento dos atos praticados, posto que é de facílima obtenção, por parte do autor, o cumprimento das exigências administrativas.

Assim, com base no mencionado princípio, SUSPENDO O FEITO pelo prazo de 90 dias para que o autor requeira administrativamente o benefício e traga aos autos, se for o caso, o indeferimento do pedido que contenha a análise de mérito realizada pelo INSS. Anote-se.

Decorrido o prazo sem manifestação, venham conclusos para extinção.

De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, o recurso de agravo de instrumento é cabível nas hipóteses previstas no artigo 1.015, in verbis:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:
I - tutelas provisórias;
II - mérito do processo;
III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
VI - exibição ou posse de documento ou coisa;
VII - exclusão de litisconsorte;
VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;
XII - (VETADO);
XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

Deve ser ressaltado que as hipóteses relacionadas no artigo 1.015 do CPC/2015 são taxativas. Assim, somente caberá agravo de instrumento em tais hipóteses ou quando alguma outra regra, no próprio CPC/2015 ou na legislação especial, previr expressamente o agravo.

No caso em tela, a decisão impugnada versa sobre suspensão do processo para apresentação de requerimento administrativo, hipótese esta que não está prevista no CPC/2015 nem tampouco em legislação especial. Apesar de a interpretação extensiva ser possível em situações específicas do artigo 1.015, não se deve criar hipóteses de recorribilidade de decisão interlocutória não previstas expressamente na lei, não sendo correto reconhecer o cabimento do agravo de instrumento contra decisão que determina a suspensão do processo, para comprovação do prévio requerimento administrativo, ante a clara opção legislativa em não admitir o recurso em tais situações.

Por esclarecedor, transcrevo trecho do livro O Novo Processo Civil Brasileiro, de Alexandre Freitas Câmara, que assim trata do tema:

Agravo de instrumento é o recurso adequado para impugnar algumas decisões interlocutórias, expressamente indicadas em lei como sendo recorríveis em separado. O artigo 1.015 estabelece um rol taxativo (mas não exaustivo, já que há uma claúsula de encerramento no inciso XIII que prevê a possibilidade de outras disposições legais preverem outros casos de cabimento de agravo de instrumento). Assim, só é impugnável por agravo de instrumento a decisão interlocutória que, proferida por juízo de primeira instância, venha a se enquadrar em alguma das hipóteses previstas nos incisos do artigo 1.015 ou que seja agravável por alguma outra disposição legal. Registre-se, porém, que a existência de um rol taxativo não implica dizer que todas as hipóteses nele previstas devam ser interpretadas de forma literal ou estrita. É perfeitamente possível realizar-se, aqui — ao menos em alguns incisos, que se valem de fórmulas redacionais mais "abertas" —, interpretação extensiva ou analógica.

As decisões interlocutórias que não se enquadram no rol taxativo, porém, sendo não agraváveis, são irrecorríveis em separado, só podendo ser objeto de impugnação em apelação ou em contrarrazões de apelação. E este é um ponto que precisa ser destacado: a afirmação de que certa decisão interlocutória não é agravável não implica dizer que é ela irrecorrível. Contra as decisões interlocutórias não agraváveis será admissível a interposição de apelação (autônoma ou inserida na mesma peça que as contrarrazões). [grifei]

In: Câmara, Alexandre Freitas. O Novo Processo Civil Brasileiro. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 522.

Cito, ainda, passagem do livro Novo Código de Processo Civil Comentado, de Daniel Amorim Assumpção Neves, que assim trata do tema:

Por não estar previsto no rol do art. 1.015 do Novo CPC e nem haver qualquer previsão expressa nesse sentido, a decisão interlocutória de suspensão do processo não é recorrível por agravo de instrumento, salvo se proferida no inventário, cumprimento de sentença, processo de execução e liquidação de sentença (art. 1.015, parágrafo único, do Novo CPC).

(In: Neves, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016, p. 517).

Do exposto, não conheço do agravo de instrumento, ante a sua inadmissibilidade, nos termos do artigo 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015.

Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal

(T211734)

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Criminal

2 - 0510926-86.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.510926-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 03/02/2017 19:39

Gabinete 01

Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ

APELANTE: JOSÉ ANTUNES SOBRINHO

ADVOGADO: ANTONIO AUGUSTO FIGUEIREDO BASTO

ADVOGADO: RODOLFO HEROLD MARTINS

ADVOGADO: TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS

ADVOGADO: ADRIANO SERGIO NUNES BRETAS

APELANTE: ANA CRISTINA DA SILVA TONIOLO

ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO FERNANDES

ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES

ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES

APELANTE: GERALDO TOLEDO ARRUDA JUNIOR

ADVOGADO: THEODORO BALDUCCI DE OLIVEIRA

ADVOGADO: CLARISSA DE FARO T HOFLING

APELANTE: CARLOS ALBERTO MONTENEGRO GALLO

ADVOGADO: FELIPE FERREIRA DE ALMEIDA TOLEDO

ADVOGADO: RAFAEL MAZITELI TRINDADE TEODORO

ADVOGADO: CLAUDIO GAMA PIMENTEL

ADVOGADO: LILIAN CESCON

ADVOGADO: MARIA EDUARDA GAMA DE OLIVEIRA PIMENTEL

APELANTE: JOSUÉ AUGUSTO NOBRE

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

APELANTE: OLAVINHO FERREIRA MENDES

ADVOGADO: LUISA GUEDES BARBOSA DA SILVA

ADVOGADO: JESSICA SEABRA FERNANDES
ADVOGADO: EDSON DOS SANTOS FONTES
ADVOGADO: DANIEL FELIPPE DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO FRIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ILCELENE VALENTE BOTTARI
ADVOGADO: LUIZ CARLOS HUMBERT DE ALBUQUERQUE MARANHAO
ADVOGADO: BERNARDO BRAGA E SILVA
APELANTE: OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA
ADVOGADO: FERNANDO AUGUSTO FERNANDES
ADVOGADO: ANDERSON BEZERRA LOPES
ADVOGADO: ANDRE LUIZ HESPANHOL TAVARES
APELANTE: VICTOR SERGIO COLAVITTI
ADVOGADO: SYLAS KOK RIBEIRO
ADVOGADO: ALEXANDRE DAIUTO LEÃO NOAL
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE MENEZES QUEIROZ
ADVOGADO: MARTA BARBOSA LEAO
ADVOGADO: PALOMA DE OLIVEIRA MACHADO
ADVOGADO: MARY LIVINGSTON
ADVOGADO: EDUARDO AUGUSTO MUYLAERTH ANTUNES
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
ADVOGADO: DIOGO RUDGE MALAN
ADVOGADO: FLAVIO MIRZA MADURO
ADVOGADO: ANDRE MIRZA MADURO
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELANTE: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
ADVOGADO: DIOGO RUDGE MALAN
ADVOGADO: FLAVIO MIRZA MADURO
ADVOGADO: ANDRE MIRZA MADURO
APELADO: CRISTIANO KOK
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADO: ANTONIO RUIZ FILHO
ADVOGADO: MARIANA MOTTA DA COSTA E SOUZA
PARTE RÉ: CLÓVIS RENATO NUMA PEIXOTO PRIMO
ADVOGADO: ILCELENE VALENTE BOTTARI
ADVOGADO: EDSON DOS SANTOS FONTES
ADVOGADO: LUIZ CARLOS HUMBERT DE ALBUQUERQUE MARANHAO
ADVOGADO: BERNARDO BRAGA E SILVA
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO FRIAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DANIEL FELIPPE DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADO: LUISA GUEDES BARBOSA DA SILVA
ADVOGADO: JESSICA SEABRA FERNANDES
PARTE RÉ: FLÁVIO DAVID BARRA
ADVOGADO: ROBERTO LOPES TELHADA
ADVOGADO: JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO
ADVOGADO: BRUNA ARAUJO AMATUZZI BREUS
ADVOGADO: JULIANO BREDA
ADVOGADO: EDWARD ROCHA DE CARVALHO
ADVOGADO: ANTONIO ACIR BREDA
ADVOGADO: FLAVIA CRISTINA TREVIZAN
ADVOGADO: JOSE GUILHERME BREDA
ADVOGADO: ANA LUIZA HORN
ADVOGADO: HELOISA FERNANDA FIGUEIREDO GUEDES DO AMARAL
ADVOGADO: FLAVIA PENNA GUEDES PEREIRA
PARTE RÉ: GUSTAVO RIBEIRO DE ANDRADE BOTELHO
ADVOGADO: MARCOS THOMPSON BANDEIRA
ADVOGADO: FREDERICO JORGE KIEFFER
ADVOGADO: TATIANA ASSAIFE DE MELLO
ADVOGADO: MICHELLE CARDOSO DE MORAIS
ADVOGADO: ISADORA LIMA MENDES
ADVOGADO: MARCELO ANDRE PEIXOTO DE MORAES

ADVOGADO: FERNANDO THOMPSON BANDEIRA
PARTE RÉ: OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO
ADVOGADO: ROBERTO LOPES TELHADA
ADVOGADO: JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO
ADVOGADO: EDWARD ROCHA DE CARVALHO
ADVOGADO: ANTONIO ACIR BREDA
ADVOGADO: FLAVIA CRISTINA TREVIZAN
ADVOGADO: JOSE GUILHERME BREDA
ADVOGADO: BRUNA ARAUJO AMATUZZI BREUS
ADVOGADO: ANA LUIZA HORN
ADVOGADO: HELOISA FERNANDA FIGUEIREDO GUEDES DO AMARAL
ADVOGADO: FLAVIA PENNA GUEDES PEREIRA
PARTE RÉ: ROGÉRIO NORA DE SÁ
ADVOGADO: JOSE CARLOS CAL GARCIA FILHO
ADVOGADO: DANIEL MULLER MARTINS
ADVOGADO: ANDRE SZESZ
ADVOGADO: EDUARDO EMANOEL DALL AGNOL DE SOUZA
TERCEIRO INTERESSADO: ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S/A - ELETRONUCLEAR
ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO DE MORAES
ADVOGADO: RENATO RIBEIRO DE MORAES
ADVOGADO: ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RENATO SIMOES HALLAK
ADVOGADO: PEDRO MAURITY SANTOS
ADVOGADO: JOAO BALTHAZAR DE MATOS
ADVOGADO: JANAINA REZENDE MOREIRA
Originário: 0510926-86.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
Despacho

1) Fls. 13.431/13.432: Tendo sido revogadas as procurações que anteriormente outorgaram a seus advogados, intimem-se, pessoalmente, Ana Cristina da Silva Toniolo e Othon Luiz Pinheiro da Silva para, em 10 (dez) dias, regularizarem sua representação processual, cientes de que se não o fizerem, os autos serão remetidos à Defensoria Pública da União;

2) À Turma para retificar a autuação com relação aos advogados de José Antunes Sobrinho, conforme peticionado às fls. 13.201/13.207.

3) Regularizadas as representações processuais, intimem-se as defesas de Ana Cristina da Silva Toniolo, Othon Luiz Pinheiro da Silva e José Antunes Sobrinho, bem como as defesas de Geraldo Toledo Arruda Junior, Carlos Alberto Montenegro Gallo, Olavinho Ferreira Mendes e Vitor Sérgio Colavitti para apresentarem, no prazo legal, suas razões de apelação, abrindo-se vista, em seguida, ao Ministério Público Federal para contrarrazões e parecer.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal
(T215392)

BOLETIM: 2017000269

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0169256-78.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169256-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 14:34
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: EVANIR JOSE SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
ADVOGADO: ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0169256-78.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
E M E N T A

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS NºS. 20/1998 E 41/2003.

- Ação proposta em face do INSS, pretendendo seja condenada a Autarquia à revisão do benefício previdenciário, mediante a aplicação do novo teto estabelecido nas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e 41/2003, com o pagamento das diferenças encontradas.

- O aposentado que teve seu benefício limitado ao teto vigente à época de sua concessão, com o advento das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/03, que elevou o teto dos benefícios previdenciários para R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) e R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), respectivamente, teria direito à aplicação do novo teto e reajuste do valor percebido.

- Embora limitado o benefício ao teto constitucional, tal fato não assegura que o benefício foi prejudicado quando da modificação do teto previdenciário pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, razão por que a apuração de eventuais diferenças devidas deverão ocorrer quando da LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.

- O marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da ACP Nº 0004911-28.2011.4.03.6183, na qual o INSS foi validamente citado

- Devem ser aplicados juros e correção monetária na forma da Lei nº 11.960/09.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, dar parcial provimento à apelação do INSS; e dar provimento à apelação da parte Autora.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2016 (data do julgamento).

ANTONIO HENRIQUE CORREA DA SILVA
Juiz Federal Convocado - Relator

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0169256-78.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.169256-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/08/2016 14:34
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: EVANIR JOSE SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
ADVOGADO: ROGÉRIO AUGUSTO MARTINS DE OLIVEIRA
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0169256-78.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
QUESTÃO DE ORDEM

Trata-se de Questão de Ordem que submeto à Turma, a fim de que seja corrigida a certidão de julgamento de fls. 179.

Versa a hipótese sobre apelações interpostas pelo INSS e pela parte Autora, em ação na qual o Autor objetiva a revisão de seu benefício previdenciário, observando os tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03.

Muito embora tenha havido julgamento no sentido de se dar parcial provimento à apelação do INSS e provimento à apelação do Autor, constata-se que, por equívoco, na certidão de julgamento do Colegiado, constou que se teria dado provimento parcial à apelação do Autor.

Diante do exposto, chamo o feito à ordem para retificar a certidão de julgamento, a fim de que conste que foi DADO PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO DO INSS E PROVIMENTO À APELAÇÃO DO AUTOR.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000287-03.2014.4.02.5004 Número antigo: 2014.50.04.000287-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.097573-2
Distribuição-Sorteio Automático - 02/05/2016 13:34
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: RONILDO NILO DA ROCHA
ADVOGADO: JADER NOGUEIRA
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: Juízo da 1ª VF Linhares - 1VF-LIN/ES
Originário: 0000287-03.2014.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO VERIFICADA. JUROS DE MORA. LEI Nº 11.960/09.

Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (artigo 1.022 do CPC).

Quanto aos juros, bem como quanto à correção monetária das parcelas devidas, estes devem obedecer ao determinado pela Lei nº 11.960/09, a qual continua em vigor, como salientado pelo Exmo. Ministro Luiz Fux, quando do julgamento da Questão de Ordem nas Ações de Inconstitucionalidade nºs 4357 e 4425.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, dar provimento aos embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000270

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0013328-43.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013328-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/12/2016 13:22
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
IMPETRANTE: JORGE DECCACHE
PACIENTE: JORGE DECCACHE
ADVOGADO: JORGE DECCACHE
IMPETRADO: JUIZO DA 1ª VARA FEDERAL DE ANGRA DOS REIS/RJ
Originário: 0500014-63.2016.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis
EMENTA

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL PROPOSTA PARA APURAR SUPOSTO CRIME DE DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA. A ELUCIDAÇÃO DOS FATOS NÃO TEM LUGAR NESTA VIA ESTREITA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO CONFIRMADA. ORDEM DENEGADA.

I- O paciente foi denunciado por ter dado causa à instauração de investigação administrativa junto ao Ministério Público do Estado em Paraty/RJ contra José Hélio Marcelo, Celso Valente Silva, Thiago Rabello e Francisco Fernando Livino, ao afirmar que os mesmos estavam perseguindo habitantes humildes de Trindade de forma covarde, em especial a Sra Judith Moreira, e, sem ordem judicial ou prova contundente de crime ambiental, demoliram pequena construção rústica e se apropriaram de ferramentas da vítima que se encontravam no local.

II- A comprovação da veracidade das declarações feitas junto o Ministério Público não tem lugar nesta via estreita. Apenas após a análise de documentos, depoimentos e demais provas produzidas durante o curso da instrução será possível aferir se os agentes públicos cometeram crime ou se o paciente deu causa a procedimento administrativo em desfavor daqueles, mesmo sabendo que eram inocentes.

III- A elucidação dos fatos depende da análise do acervo probatório, inexistindo ilegalidade flagrante que autorize o abreviamento da persecução.

IV- Denegação da ordem.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, julgar prejudicado o agravo interno e denegar a ordem de Habeas Corpus, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000271

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0509314-16.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.509314-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/01/2016 16:36
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
APELANTE: YASSIR YUSSIF
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0509314-16.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PENAL. USO DE PASSAPORTE FALSO. TIPICIDADE MATERIAL. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA NÃO VERIFICADA.

1. Materialidade do crime de uso de passaporte falso configurada por laudo pericial. Autoria delitiva comprovada por meio da prisão em flagrante, bem como da confissão do réu.
2. Potencialidade lesiva do falso configurada na medida em que o réu conseguiu ludibriar as autoridades alfandegárias brasileiras e sair do território nacional utilizando o passaporte contrafeito.
3. Atestado pelos peritos a boa qualidade da falsificação, não há que se falar em crime impossível absoluta impropriedade do meio utilizado.
4. Tendo em vista que a opção pela utilização de passaporte falsificado nada teve a ver com a saída do território nacional em busca de melhores condições de vida, mas sim pela dificuldade de obtenção de visto para férias, incabível o reconhecimento da causa supralegal de excludente de culpabilidade de inexigibilidade de conduta diversa.
5. Apelação criminal desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 / 03 / 2017 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ

Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000272

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0008670-33.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.008670-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.059436-4
Distribuição-Sorteio Automático - 22/02/2016 10:58
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: VICENTE JOSE DO CARMO
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 31ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0008670-33.2015.4.02.5101 - 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ¿ AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CONTRADIÇÃO.
- Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (art. 535 do CPC), tal não é a hipótese.
- Inexistência de qualquer vício que justifique o acolhimento recursal.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, negar provimento aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal ¿ Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0045570-15.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.045570-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.072359-8
Distribuição-Sorteio Automático - 24/07/2015 18:45
Gabinete 02
Magistrado(a) PAULO ESPIRITO SANTO
APELANTE: JOSE DO PATROCINIO
ADVOGADO: MARCUS ELY SOARES DOS REIS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 9ª VARA FEDEREAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0045570-15.2015.4.02.5101 - 09ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL ¿ EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ¿ AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CONTRADIÇÃO.
- Os Embargos de Declaração somente são cabíveis quando interpostos para suprir eventual omissão, contradição ou obscuridade existente no julgado (art. 535 do CPC), tal não é a hipótese.
- Inexistência de qualquer vício que justifique o acolhimento recursal.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos, acordam os Desembargadores Federais da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, na forma do voto do Relator, negar provimento aos embargos de declaração.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000273

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0000622-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000622-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/02/2017 13:11
Gabinete 01
Magistrado(a) ANTONIO IVAN ATHIÉ
IMPETRANTE: FELIPE CHAGAS DA COSTA SAMPAIO
PACIENTE: MEIRE LUCY DE LIMA BARBOSA
ADVOGADO: FELIPE CHAGAS DA COSTA SAMPAIO
IMPETRADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
Originário: 0000987-73.2014.4.02.5102 - 02ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

HABEAS CORPUS. DELAÇÃO ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. DILIGÊNCIAS. ARTS. 5, § 3º E 6º DO CPP. ALEGAÇÃO DE INVASÃO DE DOMICÍLIO. AUSÊNCIA DE PROVAS. ORDEM DENEGADA.

Conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal, nada impede que o Poder Público, provocado por delação anônima, adote medidas informais destinadas a apurar, previamente, a possível ocorrência de eventual situação de ilicitude penal, desde que o faça com o objetivo de conferir a verossimilhança dos fatos nela denunciados, em ordem a promover, então, em caso positivo, a formal instauração da ¿persecutio criminis¿, artigo 5º, § 3º, do C.P.P..

Tratando-se o suposto contrabando de crime permanente, é dispensável o mandado de busca e apreensão eis que houve situação de flagrante delito, conforme inteligência do art. 6º do CPP.

A questão de como os policiais conseguiram adentrar no imóvel em que funcionava o referido "bingo", sem ferimento de garantias constitucionais, é de ser deslindada na via própria, não o sendo o habeas corpus.

Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Primeira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, denegar a ordem de habeas corpus, nos termos do Voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 / 03 / 2017 (data do julgamento).

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal ¿ Relator

BOLETIM: 2017000274

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001639-65.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001639-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 18:45
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: ANA PAULA ROSARIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: BRUNO QUEIROZ OLIVEIRA
DESPACHO

Neste momento em que tomo o primeiro contato com a matéria, verifico que não está evidente a plausibilidade do direito invocado, cabendo, ao menos, um contraponto às teses indicadas na inicial.

Ante o exposto, indefiro, por ora, a liminar.
À parte agravada de acordo com o art. 1019, II do Novo CPC
Após, ao Ministério Público Federal.
Intimem-se.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2a REGIÃO
SUBSECRETARIA DA 2a.TURMA ESPECIALIZADA

Data do Expediente: 15/03/2017 CR-09

ATO ORDINATÓRIO (ART. 542, CPC) . Os autos dos processos abaixo relacionados encontram-se nesta E.Subsecretaria da Segunda Turma Especializada, 6º andar, com vista ao(s) Recorrido(s) para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s). (Res. TRF2-RSP-2013/00030 de 31-05-2013 - eDJF2R de 06-06-2013).

PROC.	:	2014.50.04.000186-1 ACR
CNJ	:	0000186-63.2014.4.02.5004
ORIG	:	201450040001861/ES
REG	:	26.02.2015
APTE	:	ELIO BAHIA SOUZA
ADV	:	FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO HERKENHOFF E OUTROS
APDO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
RELATOR	:	DES.FED. MESSOD AZULAY NETO - 2A.TURMA ESPECIALIZADA
RESP	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

BOLETIM: 175924

V - APELACAO CRIMINAL 2014.51.01.018436-0

Nº CNJ	:	0018436-47.2014.4.02.5101
RELATOR	:	ANDRÉ FONTES
APELANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APELANTE	:	JOAO CEZAR RODRIGUES
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
APELADO	:	OS MESMOS
ORIGEM	:	SETIMA VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO (201451010184360)

E M E N T A
DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONTRABANDO. MÁQUINAS ELETRÔNICAS PROGRAMÁVEIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E DOLO. MODIFICAÇÃO DA DOSIMETRIA. EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE POR MAUS ANTECEDENTES E VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. EXCLUSÃO DA PENA DE MULTA POR AUSÊNCIA DE COMINAÇÃO LEGAL. EFEITO DEVOLUTIVO AMPLO. APELAÇÕES DA ACUSAÇÃO E DA DEFESA PARCIALMENTE PROVIDAS.
1. Consta da denúncia descrição de todas as elementares do delito de contrabando. Competência da Justiça Federal. Precedente deste Tribunal.
2. Materialidade comprovada. Procedência estrangeira das peças integrantes das máquinas eletrônicas programáveis apreendidas. Prova pericial.

3. Autoria e dolo comprovados. Prova documental e testemunhal. Interrogatório. Notoriedade da ilegalidade de exploração de máquinas caça-níquel.
4. Dosimetria modificada. Exacerbação da pena-base em razão da existência de maus antecedentes e da valoração negativa das circunstâncias do crime. Possibilidade de consideração como maus antecedentes de condenações pretéritas transitadas em julgado que não se prestem à configuração de reincidência. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Apreensão de número expressivo de MEP's, configurando organização empresarial. Precedente deste Tribunal. Exclusão da pena de multa, por ausência de cominação legal. Efeito devolutivo amplo da apelação da defesa. Substituição da pena privativa de liberdade por uma de multa e uma restritiva de direitos, em razão da nova pena fixada.
5. Apelações da acusação e da defesa parcialmente providas.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas: Acordam os membros da 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em dar parcial provimento às apelações do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e de JOÃO CEZAR RODRIGUES, nos termos do voto médio da Redatora do acórdão.
Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2016. (data do julgamento)
HELENA ELIAS PINTO
JUÍZA FEDERAL CONVOCADA
REDATORA DO ACÓRDÃO

V - APELACAO CRIMINAL 2014.50.04.000186-1

Nº CNJ	:	0000186-63.2014.4.02.5004
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MESSOD AZULAY NETO
APELANTE	:	ELIO BAHIA SOUZA
ADVOGADO	:	FRANCISCO DE ASSIS ARAUJO HERKENHOFF E OUTROS
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:	1 VARA JUSTIÇA FEDERAL LINHARES/ES (201450040001861)

EMENTA
PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELA PARTE RÉ. HOMICÍDIO CULPOSO COMISSIVO POR OMISSÃO (ART. 121, § 3º DO CP). INTELIGÊNCIA DO ART. 13 § 2º DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINARES AFASTADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. REDIMENSIONAMENTO DA REPRIMENDA APLICADA. EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO À PERDA DO CARGO (ART. 92, I, "A", DO CP). LIBERAÇÃO DE VALORES APREENDIDOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
I - Hipótese em que o ora apelante foi condenado por homicídio culposo por omissão imprópria porque, no dia 19/01/2009, por volta das 06h40min, Devani Farias de Souza morreu (asfixia por afogamento) em decorrência do desabamento dos vãos 04 e 05 da ponte Presidente Getúlio Vargas, localizada em Linhares/ES, sobre o Rio Doce.
II - Afastadas as preliminares aventadas, no mérito, o conjunto probatório carreado aos autos é apto a demonstrar a autoria e a materialidade, revelando que o ora apelante, na qualidade de Superintendente Regional do DNIT no Espírito Santo, foi negligente na operacionalização da citada ponte, eis que deixou de realizar manutenção periódica na estrutura da mesma, bem assim de fiscalizar o desempenho do Supervisor da Unidade Local do DNIT em Linhares/ES, Sr. Ezir Gomes de Souza, sendo certo que as atribuições do cargo são previstas no Regimento Interno do DNIT, de onde decorre o seu dever de impedir o resultado danoso e a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância, sendo, pois, penalmente relevante sua omissão.
III - Malgrado a existência de controvérsia doutrinária e jurisprudencial, comungo do entendimento daqueles que entendem serem inaplicáveis, em crime culposo, as agravantes previstas no inciso II, do art. 61, do Código Penal, por absoluta incompatibilidade com tais delitos cujo resultado é involuntário, devendo, portanto, ser decotado da pena imposta o aumento de 1/3.
IV - Também não deve incidir, no cálculo da pena, a causa de aumento de pena relativa à violação de regra técnica de ofício ou profissão, prevista na 1ª parte do § 4º do art. 121 do CP, pois, embora o ora apelante possua formação na área de engenharia civil, tendo, portanto, conhecimentos técnicos relacionados à segurança de estrutura de obras, o que por óbvio propiciou-lhe a ocupação do cargo, não exercia a profissão de engenheiro do DNIT à época do fato, pois ocupava o cargo de Superintendente Regional da referida autarquia.
V - Redimensionada a pena privativa de liberdade aplicada na sentença, para fixá-la em 02 (dois) anos de detenção, mantendo-se a substituição procedida pelo magistrado de piso por duas penas restritivas de direito e o valor da pena pecuniária.
VI - Não tratando a hipótese versada nestes autos de crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, incabível a condenação à pena de perda do cargo público (art. 92, I, "a", do CP), devendo, pois, ser excluída.

VII - Não há motivo que autorize a manutenção das medidas cautelares decretadas às fls. 68/69, relativas ao bloqueio de ativos financeiros do réu, já que as mesmas tiveram por escopo resguardar numerário suficiente para cobrir eventual ressarcimento à família da vítima, eis que, conforme sentença acostada por cópia às fls. 483/488, proferida pela Vara Federal de Linhares/ES, os familiares da vítima já ajuizaram ação indenizatória por danos materiais e morais em face do DNIT e do Município de Linhares/ES, que resultou na procedência parcial dos pleitos deduzidos, cabendo, portanto ao DNIT, se assim entender, intentar ação regressiva em face de seu funcionário (o ora apelante).
VIII - Recurso a que se DÁ PARCIAL PROVIMENTO.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, DAR PARCIAL PROVIMENTO ao recurso, nos termos do Relatório e Voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento)
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

V - APELACAO CRIMINAL 2012.50.01.002306-7

Nº CNJ	:	0002306-59.2012.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES
APELANTE	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
APELANTE	:	ALFREDO DOMINGOS TOMAZELLI FILHO
ADVOGADO	:	RAFAEL FREITAS DE LIMA E OUTRO
APELADO	:	OS MESMOS
APELANTE	:	JAMIL ALMEIDA
ADVOGADO	:	PAULO LUIZ PACHECO E OUTROS
APELADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITÓRIA/ES (201250010023067)

E M E N T A
PENAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO NO ACÓRDÃO ATACADO
1. A petição invocada pelo embargante para apontar omissão no julgado fora juntada aos autos extemporaneamente à interposição da apelação criminal, operando-se, portanto, a preclusão consumativa. Quanto à tese de contradição, a comparação com o resultado do julgamento do corréu revela-se descabida, eis que diversos os fundamentos utilizados pelo magistrado a *quo* para fixar a pena base do embargante.
2. A matéria atinente à causa de aumento da continuidade delitiva fora enfrentada de forma clara e isenta de contradições no voto médio.
3. Embargos de declaração não providos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).
SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL

BOLETIM: 2017000312

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002358-57.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002358-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2016 08:13
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: SEBASTIÃO LOURENÇO DE SOUZA

ADVOGADO: Liete Volponi Fortuna
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR
:
MESSOD AZULAY NETO
APELANTE
:
SEBASTIÃO LOURENÇO DE SOUZA
ADVOGADO
:
Liete Volponi Fortuna
APELADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
()
DECISÃO

Trata-se de apelação interposta por SEBASTIÃO LOURENÇO DE SOUZA contra sentença que julgou improcedente o pedido inicial, que objetiva condenar o INSS ao pagamento das parcelas retroativas do benefício assistencial concernentes ao período entre a data do primeiro requerimento administrativo formulado em 10/09/2009 a 28/05/2012 (data da implementação administrativa) (fls. 163).

Em razões recursais de fls. 164/173, o apelante alega que "é portador de diabetes, tipo 1 há mais de 20 anos, sendo que com o passar do tempo e a gravidade de tal mazela sua capacidade laborativa foi extinta"; que "apresentou a Autarquia Ré ao tempo de seu requerimento administrativo inúmeros laudos e receituários médicos atestando sua grave doença, com necessidade de tratamento contínuo em ambulatório, uso diário de insulina e diversas outras medicações, destacando sua limitada condição física" que "a condição física incapacitante do apelante que não foi reconhecida em 10/09/2009 pelo apelado só veio a agravar com o tempo, o que infelizmente resultou em uma amputação de membro inferior direito (perna) do autor devido ao pé diabético infectado no dia 18/01/2012"; que "só porque o laudo foi emitido em março de 2013, não significa que a doença do paceiente teve início nesta data" e que o laudo é bem claro que "o paciente foi submetido a uma cirurgia de amputação infra-patelar do membro inferior em decorrência de complicações da diabete em janeiro de 2012, ou seja, a data de emissão do laudo não corresponde ao início da doença". Assim, pugna pelo pagamento das parcelas entre 10/09/2009 a 28/05/2012 e, alternativamente, pela realização de perícia com médico especialista em endocrinologia.

Contrarrazões às fls. 174/175.

O Ministério Público Federal se manifestou no sentido do não provimento do recurso (fls. 180/187).

É o relatório. Decido

O benefício assistencial, previsto no artigo 203, V, da Constituição Federal de 1988, objetivou garantir a subsistência e a dignidade da pessoa humana àqueles que, em razão de uma deficiência incapacitante para o trabalho, ou em razão da idade, não podem, por si próprios, ou por meio de sua família, manter seu sustento. Confira-se:

"Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(omissis)

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei."

Dispõe acerca do benefício de assistência social a Lei nº 8.742/93, com redação dada pelas Leis 12.435/11 e 13.146/15, em seu artigo 20:

"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 1o Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 2o Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

§ 3o Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 4o O benefício de que trata este artigo não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 5o A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011)

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento de que trata o § 2o, composta por avaliação médica e avaliação social realizadas por médicos peritos e por assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. (Redação dada pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 7o Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura. (Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 8o A renda familiar mensal a que se refere o § 3o deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o deferimento do pedido.(Incluído pela Lei nº 9.720, de 30.11.1998)

§ 9o Os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem não serão computados para os fins de cálculo da renda familiar per capita a que se refere o § 3o deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

§ 10. Considera-se impedimento de longo prazo, para os fins do § 2o deste artigo, aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos. (Inclído pela Lei nº 12.470, de 2011)

§ 11. Para concessão do benefício de que trata o caput deste artigo, poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)"

Tal benefício requer a conjugação de dois requisitos básicos previstos no caput do art. 20: deficiência ou idade avançada de 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e comprovação de não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

No caso em apreço, o cerne da questão reside em definir o início da incapacidade laborativa do autor, já que pretende perceber os atrasados relativos à data do primeiro requerimento administrativo formulado em 10/09/2009 (fl. 34), considerando a concessão administrativa do benefício em 28/05/2012 (fl. 52).

Constam nos autos inúmeros prontuários médicos correspondentes aos anos de 2008 a 2011 que fazem referência às medicações utilizadas pelo recorrente (fls. 23/32); laudo médico emitido em 27/09/2010, atestando que o autor é portador de diabetes mellitus insulino-dependente e que o mesmo se encontra em atendimento ambulatorial (fl. 25); receituários datados de 2012, que fazem referência à cirurgia de amputação a que se submeteu o autor (fls. 105/106), tendo sido internado em 08/12/2011 (fl. 106).

A análise conjugada de tais documentos permite concluir que o autor desde 2008 sofre de diabetes, a qual foi se agravando ao longo do tempo, tanto que sofreu a amputação do membro inferior direito em 2012. Entendo que a causa determinante da sua incapacidade não foi a amputação sofrida, sendo esta, em verdade, apenas consequência de uma incapacidade preexistente e, pelas provas dos autos, é razoável concluir que, em 10/09/2009 (data do primeiro requerimento administrativo), o autor já estivesse incapacitado para o trabalho. De fato, a evolução do quadro do autor acarretando a necrose em região distal de membro inferior denota que havia um descontrole da doença, o que não se dá instantaneamente, mas ao longo do tempo. Aliás, o próprio perito afirmou que a doença é progressiva.

Assim, entendo estar comprovado o conceito de deficiência conforme a Lei nº 8.742/93 desde a data do primeiro requerimento administrativo, razão pela qual faz jus o autor às parcelas retroativas a 10/09/2009.

Inclusive, porque a própria miserabilidade social já foi reconhecida pelo INSS posteriormente, em 28/05/2012.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso para, reformando a sentença, julgar procedente o pedido inicial, condenando o INSS ao pagamento dos valores referentes ao benefício de prestação continuada (LOAS) desde 10/09/2009 e até 28/05/2012, tudo acrescido juros de mora, a partir da citação, e de correção monetária, incidente desde quando devida cada parcela, conforme o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009. Condeno o INSS em honorários advocatícios que deverão ser fixados quando da liquidação do julgado, nos termos do art. 85, §4º, II, do novo Código de Processo Civil.

Decorrido o prazo legal, in albis, remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de praxe.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
jsf

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001888-26.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001888-0 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição Livre - 09/11/2016 17:33
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ANA RITA BARBOSA
ADVOGADO: ROGERIO TORRES
REMETENTE: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE MIMOSO DO SUL - ES
RELATOR
:
MESSOD AZULAY NETO
APELANTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
APELADO
:
ANA RITA BARBOSA
ADVOGADO
:
ROGERIO TORRES
ORIGEM
:
()
DECISÃO

Trata-se de remessa e de apelação interposta pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra sentença que julgou procedente o pedido inicial, condenando-o a conceder a autora o benefício de auxílio-doença desde a data do requerimento administrativo, bem como ao pagamento das parcelas em atraso, tudo acrescido de juros de mora, a partir da citação, na base de 1% ao mês, e correção monetária, observando-se os termos da Lei 11.960/09 a partir da sua vigência. Condenou-o ainda ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, observada a Súmula 111 do STJ (fls. 169/172).

Em razões recursais, o INSS alega a autora perdeu a qualidade de segurada na data de início da incapacidade (em 2011), já que sua última contribuição como doméstica ocorreu eu 30/09/2000; que não restou comprovada a qualidade de segurada especial na data do primeiro requerimento administrativo formulado em 13/10/2011; que o contrato de parceria agrícola registrado em 06/01/2009, embora possa ser considerado início de prova material, teria que ser corroborado por prova testemunhal, o que não se verifica no presente caso e que a qualidade de segurada especial apenas restou reconhecida pelo INSS em 22/09/2014, quando foi concedido o benefício de auxílio-doença, razão pela qual a sentença deve ser modificada para determinar o restabelecimento do benefício cessado em 31/10/2014, com o pagamento das parcelas vencidas a partir do dia seguinte à cessação. Alega ainda que, considerando que o perito judicial estimou prazo para recuperação da parte autora, pugna pela fixação da data da cessação do benefício, com a ressalva de que, não sendo o interregno suficiente, poderá o segurado requisitar a prorrogação diretamente no INSS (fls. 177/180).

Contrarrazões às fls. 204/207.

O Ministério Público Federal se manifestou no sentido da sua não intervenção no feito (fls. 221).

É o relatório. Decido.

O art. 59 do mesmo estatuto legal prevê ser devido o auxílio-doença ao segurado que, tendo cumprido, quando for o caso, o período de carência, ficar incapacitado para o trabalho ou para atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, devendo ser concedido por motivo de incapacidade provisória.

Compulsando os autos, verifica-se que a autora formulou requerimento administrativo de auxílio-doença em 13/10/2011 (fl. 191), tendo sido o benefício indeferido sob o fundamento de que não teria sido constatada a incapacidade laborativa.

O laudo do perito judicial atesta que a autora é portadora de doença degenerativa crônica em coluna lombar e lesões degenerativas e traumáticas nos joelhos desde 2011. A ressonância magnética de 19/10/2012 em joelho direito evidenciou ruptura de menisco medial e lateral e condropatia de patela grau II e, no joelho esquerdo, há alterações osteo-degenerativas em todos os compartimentos; condropatia grau II e ruptura de menisco medial. Além disso, a autora é portadora de hipertensão arterial, estando, no momento, aguardando cirurgia para tratamento para ruptura de meniscos. Concluiu que a mesma está incapacitada de forma parcial e temporária, fazendo jus ao auxílio-doença por um período de 6 meses para seu tratamento cirúrgico e fisioterápico (fls. 164/166).

Assim, estando comprovada a incapacidade parcial e temporária da parte autora à época do requerimento administrativo formulado em 13/10/2011, resta aferir a sua qualidade de segurada especial.

Como relatado, o INSS, a partir de 22/09/2014 reconheceu a qualidade de segurada especial da autora, quando concedeu o NB 6078320460 e cessado em 31/10/2014 (fl. 198). Inclusive, requer, em apelação, que o benefício seja restabelecido a partir desta data.

Ocorre que os demais documentos constantes nos autos comprovam que, já em 2011, a autora era segurada especial.

Para efeito de comprovação do tempo de serviço exercido, cabe salientar a norma disposta no §3º, do art. 55, da mesma lei, in verbis:

§3º. A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no artigo 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento." (grifei)

Nessa linha é a Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça: "a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícula, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário".

No caso, a autora acostou aos autos carteira de inscrição no Sindicato Rural com data de admissão em 2011 (fl. 38) e três contratos de parceria agrícola celebrados em 2003, 2008 e 2011 com firmas reconhecidas na mesma época (fls. 39/43).

A prova testemunhal, de fato, seria necessária, caso houvesse necessidade de ampliação da eficácia probatória da prova material coligida, o que não ocorre na espécie, em que os documentos acostados já cobrem o período de carência necessário para a concessão do benefício.

Reforça ainda o fato de o INSS, posteriormente, ter reconhecido a qualidade de rural da autora.

Assim, configurada a qualidade de segurada especial da autora e a sua incapacidade laborativa parcial e temporária desde a data do primeiro requerimento administrativo (13/10/2011), correta a sentença que concedeu o benefício de auxílio-doença.

Por fim, requer o INSS que seja estipulada data da cessação do benefício, considerando que o perito judicial estimou prazo para recuperação da parte autora.

De acordo com o artigo 71 da Lei 8.212/91, o INSS tem o poder-dever de rever os benefícios, ainda que concedidos judicialmente, para reavaliar as causas que ensejaram a concessão do benefício. Assim, devido ao caráter temporário e fático do auxílio-doença, faz-se mister a avaliação periódica do segurado e a participação do mesmo em programas de reabilitação profissional, conforme dispõe o artigo 101 da Lei 8.213/91.

No caso, em que pese o perito ter mencionado o prazo de 6 meses para tratamento cirúrgico e fisioterápico, certo é que, na época da perícia, a autora ainda estava aguardando a realização da cirurgia, não se tendo notícias do fato. Ademais, a fixação de prazo final pelo Judiciário contraria os artigos acima mencionados, devendo as datas das reavalições ser estipuladas administrativamente. Isto porque, verificando a Autarquia a cessação da incapacidade ou mesmo a conclusão do processo de reabilitação, é permitida a suspensão do benefício.

Assim, é cabível a concessão do benefício até a reabilitação profissional ou cessação da incapacidade, a ser aferida administrativamente nas reavaliações periódicas pelo INSS.

Os juros de mora e correção monetária foram devidamente fixados na forma Lei 11.960/09.

Os honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o montante dos atrasados e das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, devem ser mantidos, ante a ausência de recurso autoral neste tocante. Isto porque a adequação do julgado às determinações do artigo 85 novo CPC quanto a tal verba implicará, invariavelmente, na sua majoração, sendo vedada a reformatio in pejus em sede de remessa necessária e recurso exclusivo da Autarquia.

No que se refere aos honorários recursais, a orientação do STJ em seu Enunciado Administrativo nº 7 é de que: "Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC". Assim, os honorários recursais apenas devem ser aplicados nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir da vigência do novo CPC.

O Superior Tribunal de Justiça, em julgados recentes, tem consignado que o § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015 (que versa sobre os honorários em grau de recurso) possui dupla funcionalidade, devendo atender à justa remuneração do patrono pelo trabalho adicional na fase recursal e inibir recursos cuja matéria já tenha sido exaustivamente tratada. (AgInt no AREsp 370.579/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 30/06/2016).

Com base em tais premissas, majoro em 1% o valor dos honorários fixados na origem a título de honorários recursais, nos termos do art. 85, § 11, do CPC de 2015, considerando os parâmetros do §2º do mesmo artigo.

Por fim, o INSS não goza de isenção de custas na forma da Lei 9.974/2013, que revogou a Lei nº 9.900, de 30.8.2012, no que diz respeito à cobrança de taxa e custas judiciais no Estado do Espírito Santo.

Pelo exposto, nego provimento ao recurso do INSS e à remessa. Por fim, majoro em 1% o valor dos honorários fixados na origem a título de honorários recursais.

Decorrido o prazo legal, in albis, remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO

Relator

jsf

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0002044-14.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.002044-7 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição por Prevenção - 14/10/2016 14:19

Gabinete 04

Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO

APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: MARIA IZABEL SOARES GUIMARÃES

ADVOGADO: ANTONIO EDUARDO DAHER NASCIMENTO FILHO

REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAMBUCI - RJ

RELATOR

:

MESSOD AZULAY NETO

APELANTE

:

INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO

:

PROCURADOR FEDERAL

APELADO

:

MARIA IZABEL SOARES GUIMARÃES

ADVOGADO

:

ANTONIO EDUARDO DAHER NASCIMENTO FILHO

ORIGEM

:

()

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS contra sentença que julgou procedente em parte o pedido inicial, condenando-o a implementar o benefício de aposentadoria por invalidez desde a data do requerimento administrativo, tudo acrescido dos consectários legais (fls. 166/169).

Em razões recursais, o INSS requer que o termo inicial dos atrasados e da DIB seja fixado na data do laudo pericial, uma vez que este não precisou a data de início da incapacidade e que seja excluída da condenação o pagamento das custas, taxa judiciária e emolumentos (fls. 172/179).

Contrarrazões às fls. 183/187.

O Ministério Público Federal se manifestou no sentido da sua não intervenção no feito (fl. 200).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, verifica-se que a sentença anteriormente proferida às fls. 109 foi anulada pela decisão monocrática de fls. 128/130, tendo sido determinado o prosseguimento do feito a fim de que fosse realizada a audiência de instrução e julgamento para produção de prova testemunhal, oportunidade em que a parte autora poderia ratificar a outorga de mandato do seu patrono.

Contudo, o MM. Juízo a quo não cumpriu as determinações constantes no referido decisum, tendo apenas determinado a realização da prova pericial (fl. 135), intimando as partes e, em seguida, proferindo nova sentença de fls. 166/169.

Ressalte-se que é imprescindível determinar a representação processual da autora. Isto porque, ao que se infere, desde a inicial, a advogada Soraya Costa de Miranda, a quem foi outorgada a procuração de fl. 14, já havia substabelecido sem reservas de poderes ao advogado Rodrigo Rodrigues Duarte (fl. 13) quem, inclusive, subscreveu a petição inicial (fl. 12). E, posteriormente, em fevereiro de 2011, a mencionada advogada, que já havia realizado o substabelecimento sem reservas, substabeleceu, novamente, sem reservas de poderes, ao patrono Antônio Eduardo Daher Nascimento Filho (fl. 99/100), que vem atuando no feito desde então. Ora, se já havia nos autos um substabelecimento sem reservas de poderes, não poderia a referida advogada, substabelecer novamente. Tais questões devem, de fato, serem resolvidas, para que o feito possa tramitar regularmente.

Outra questão diz respeito à realização da prova testemunhal. Isto porque, a parte autora, afirma que exercia atividade rural, sendo que, para a concessão do benefício almejado, mister a comprovação da sua qualidade de segurada especial, o que se dá mediante o início de prova material do labor rural aliado à prova testemunhal. Por outro lado, alega também a autora que passou a recolher na qualidade de contribuinte individual. Ocorre que apenas consta nos autos uma contribuição referente à fevereiro/2009 (fl. 56), sendo mister perquirir acerca da preexistência da doença ou não, bem como sobre a qualidade de segurada e carência.

Ademais, ainda que a Autarquia não tenha contestado especificamente tais questões, de certo, que a concessão do benefício pelo Judiciário perpassa pela análise de todos os requisitos, até mesmo porque o efeito material da revelia não é aplicado à Fazenda Pública, de modo que cabe à parte autora a prova do preenchimento dos requisitos do benefício.

Pelo exposto, de ofício, anulo a sentença e determino o retorno dos autos à Vara de origem para que sejam cumpridas as determinações constantes no presente decisum e o de fls. 128/130 e julgo prejudicada a apelação do INSS.

Decorrido o prazo legal, in albis, remetam-se os autos à Vara de origem, com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO

Relator

jsf

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial

Apelação - Recursos - Processo Criminal

4 - 0000381-39.2005.4.02.5109 Número antigo: 2005.51.09.000381-7 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/02/2017 12:34

Gabinete 05

Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER

APELANTE: JOSE PEDRO SOUZA ROCHA

ADVOGADO: IZAEL BERNARDES FILHO

APELANTE: RODRIGO MARCONDES REZENDE

ADVOGADO: VALDECI GUIMARAES RODRIGUES

APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0000381-39.2005.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende

CNJ Nº : 0000381-39.2005.4.02.5109 (2005.51.09.000381-7)

RELATOR(A): SIMONE SCHREIBER

APELANTE: JOSE PEDRO SOUZA ROCHA E OUTRO

ADVOGADO(S): IZAEL BERNARDES FILHO, VALDECI GUIMARAES RODRIGUES

APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

ADVOGADO(S): Procurador Regional da República

ORIGEM : 01ª Vara Federal de Resende (00003813920054025109)

DECISÃO

Trata-se de apelações criminais interpostas por JOSÉ PEDRO SOUZA ROCHA E RODRIGO MARCONDES REZENDE contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido contido na denúncia, condenando os réus pela prática do crime previsto no art. 171, caput e §1º, combinado com o art. 14, II, todos do Código Penal.

Razões recursais às fls. 788/791 e 805/809.

Contrarrazões às fls. 812/822.

Parecer ministerial às fls. 829/832.

Inicialmente, narra a denúncia que, "Em 05/02/2002, o denunciado JOSÉ PEDRO DE SOUZA ROCHA requereu junto a Agência da Previdência Social de Resende/RJ, aposentadoria por tempo de contribuição,

instruindo seu pedido com documentos e informações sobre vínculos empregatícios e laudos técnicos periciais individuais, cuja falsidade, posteriormente, foi constatada. (...) Conforme ressalta a auditoria do INSS, no relatório constante a fls. 132/133 do Processo Concessório NB 42/120.141.672-5 – anexo, a apresentaçãoo de laudo técnico ideologicamente falso subscrito pelo denunciado RODRIGO MARCONDES RESENDE, foi constatada em diversos processos levantados pelo Grupo da Força tarefa do INSS."

Todavia, ao compulsar os autos, verifica-se que o recebimento da denúncia se deu em 16/04/2009. O magistrado a quo, em sua sentença, fixou para o réu Rodrigo a pena de 01 (um) ano e 01 (um) mês de reclusão e 24 (vinte e quatro) dias-multa, enquanto José Pedro teve a pena cominada em 10 (dez) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa.

Vejamos.

No caso dos autos, conforme certidão de fl. 770, não houve recurso de apelação por parte do Ministério Público. Assim, considerada a impossibilidade de reformatio in pejus, são definitivas as penas acima mencionadas, nos termos do art. 110 do Código Penal.

Em relação ao réu José Pedro, levando-se em consideração a pena em concreto de 10 (dez) meses de reclusão fixada em sentença, o crime prescreveria em 03 anos, conforme dispõe o art. 109, VI, do Código Penal.

Não obstante, a pena de 01 (um) ano e 01 (um) mês fixada para o réu Rodrigo prescreveria em 04 (quatro) anos, nos termos do artigo 109, V, do Código Penal.

Ocorre que, entre a data do recebimento da denúncia (16/04/2009) e da prolação da sentença (22/03/2016), transcorreu lapso temporal de aproximadamente sete anos, período superior aos prazos prescricionais relativos às penas de ambos os apelantes.

Diante do exposto, reconhece-se a prescrição, com base no art. 109, V e VI, CP, e, consequentemente, declara-se extinta a punibilidade, nos termos do art. 107, IV, do CP, uma vez que a prescrição da pretensão punitiva é matéria de ordem pública, que pode inclusive ser declarada de ofício, nos termos do art. 61 do CPP, e precede ao julgamento do próprio mérito das apelações criminais.

Isto posto, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos réus, com base no previsto no art. 107, IV, c/c art. 109, V e VI, todos do Código Penal, e DECLARO PREJUDICADO o julgamento das apelações criminais, nos termos da fundamentação supra.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal. Publique-se.

Preclusa a decisão, remetam-se os autos à Vara de Origem para as providências cabíveis.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
T256343

BOLETIM: 2017000314

Conflito de jurisdição - Turma Espec. I -Penal, Prev. e Prop. Ind.
Conflito de Jurisdição - Incidentes - Questões e Processos Incidentes - Processo Criminal
3 - 0100558-26.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100558-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/09/2016 21:41
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
RÉU: APURAR RESPONSABILIDADE
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0866240-71.1900.4.02.5101 - 01ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL PENAL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - RESTAURAÇÃO DE AUTOS

1. Sendo a distribuição originária do presente feito da 2ª Vara Federal Criminal, permanece competente o juízo suscitado para a adoção das medidas pertinentes à restauração dos autos.

2. Conflito de competência em que se declara competente o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
2 - 0490179-62.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.490179-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 16/06/2015 21:42
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ELIABE FERREIRA DA COSTA
ADVOGADO: AILTON DOS SANTOS FERREIRA
ADVOGADO: VINICIUS SOARES SALDANHA MARINHO
APELANTE: COSME COSTA DA SILVA JUNIOR
APELANTE: LEANDRO DE SOUSA DIAS
ADVOGADO: ERIC DE SA TROTTE
APELANTE: ANDRÉ LUIZ ANDRADE DA SILVA
ADVOGADO: JORGE BAPTISTA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0490179-62.2008.4.02.5101 - 05ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
EMENTA
PENAL ¿ PROCESSUAL PENAL - APELAÇÕES CRIMINAIS DOS RÉUS - ART. 288, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO, CP - ART. 171, § 3º, CP E ART. 19, CAPUT E PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 7.492/86, N/F ART. 71, CP - ART. 1º, VI, DA LEI 9.613/98 - QUADRILHA - OBTENÇÃO FRAUDULENTA DE CRÉDITOS JUNTO À CEF - LAVAGEM DE DINHEIRO - REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES ¿ NÃO CONFIGURADO O CRIME DE LAVAGEM - ART. 59, CP - REDUÇÃO DA PENA-BASE - NÃO CONFIGURADA A CAUSA DE AUMENTO DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 288, CP (QUADRILHA ARMADA) ¿AFASTAMENTO DA AGRAVANTE DO ART. 62, IV, CP - REDUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE E DE MULTA - PARCIAL PROVIMENTO DAS APELAÇÕES DOS RÉUS.

I- Rejeito as preliminares; inexiste inépcia da inicial; a sentença fundamentou a condenação e individualizou as penas de cada acusado; legalidade das interceptações telefônicas que foram, todas, devidamente autorizadas pelo juízo.

II- Comprovada a materialidade e a autoria delitivas dos crimes de quadrilha e de obtenção fraudulenta de créditos, através dos documentos da CEF, dos documentos apreendidos nas residências dos réus, do depoimento de funcionário da CEF, das contradições nos interrogatórios e da ausência de provas das alegações da defesa.

III- Não vislumbro crime de lavagem dinheiro: a uma, pela inexistência do crime antecedente de organização criminosa e sim, do delito de quadrilha e mesmo que as circunstâncias levassem a crer na existência de um esquema mais sofisticado, o STJ, decidiu, por unanimidade, que a organização criminosa não pode ser usada como crime antecedente da lavagem de dinheiro antes das leis de 2012 e 2013, que incluíram o conceito no CP; a duas, pela suposta prática do crime de "lavagem", apenas, em relação aos empréstimos fraudulentos, previstos no art. 171, § 3º, e não em relação ao financiamento fraudulento (Lei 7.492/86) que, apesar de concedido com base em documentos falsos, foi utilizado para os fins devidos; a três, porque obter fraudulentamente os empréstimos, através de uma empresa, e desviar estes valores são condutas de execução e exaurimento dos tipos penais previstos nos art. 171, §3º, do CP e art. 19, da Lei 7.492/86.

IV- Entendo que os crimes de falso foram absorvidos pelo crime de obtenção de créditos, junto à CEF; considero que não restou comprovado que ANDRÉ tivesse se utilizado de arma de fogo nos crimes descritos nesta denúncia (nas ligações há, apenas, menções à possibilidade de ANDRÉ dar um "susto" em um pessoa não identificada, em uma ação ilícita não identificada).

V- Quanto à dosimetria, considero que: as ¿circunstâncias¿ apontadas, na sentença, são inerentes ao tipo; apenas, 1 vetor do art. 59, do CP, seria desfavorável, as ¿consequências¿, em razão do alto prejuízo; incabível a causa de aumento do parágrafo único do art. 288, do CP (quadrilha armada); incabível a agravante do art. 62, IV (praticar o crime mediante promessa de pagamento), vez que a vantagem financeira integra o tipo penal. Mantenho as agravantes do art. 62, I, CP, para ANDRÉ (mentor da quadrilha) e a do art. 61, II, "g", CP, para ELIABE (violar dever de contador), além da causa de aumento do art. 19, da Lei 7.492/86 (crime contra instituição oficial, a CEF).

VI- Assim, reduzo as penas para cada réu, fixando para ANDRÉ e ELIABE, a pena de 6 anos, 3 meses e 18 dias de reclusão, em regime semiaberto; para COSME e LEANDRO, a pena de 5 anos e 3 meses de reclusão, em regime semiaberto.

VII- Apelações dos réus, parcialmente providas, para afastar a condenação pelo crime da Lei 9.613/698, mantendo as demais condenações, porém reduzindo as penas privativas de liberdade e de multa, impostas na sentença.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Membros da Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, DAR PARCIAL PROVIMENTO às Apelações dos réus, nos termos do Relatório e Voto, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada
mta

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
1 - 0000450-85.2011.4.02.5004 Número antigo: 2011.50.04.000450-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/09/2016 06:31
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: MAMEDES DA PENHA
ADVOGADO: MIGUEL SABAINI DOS SANTOS
Originário: 0000450-85.2011.4.02.5004 - 1ª VF Linhares
E M E N T A

DIREITO PENAL. ESTELIONATO MAJORADO. NÃO COMPROVAÇÃO DO DOLO. ABSOLVIÇÃO. APELAÇÃO DO MPF NÃO PROVIDA.

1. Não se pode presumir o dolo do réu em fraudar a autarquia previdenciária, bem como não há certeza de que ele não estaria mais acometido da doença que deu causa a concessão de sua aposentadoria por invalidez.

2. O Ministério Público Federal não se desincumbiu de seu ônus de provar que o réu agiu dolosamente, de forma a fraudar a Previdência Social, nos momentos esporádicos em que laborou, e que tenha, durante esses períodos, recuperado sua plena aptidão, o que gera como consequência a aplicação do princípio do in dubio pro reo.

3. Ademais, o Ministério Público Federal manifestou-se, atuando como custus iuris,pela absolvição do réu. No sistema acusatório, o juiz não deve proferir condenação mais gravosa do que a postulada pelo Ministério Público.

4. Apelação a que se nega provimento.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas: Acordam os membros da 2ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, na forma do voto da Relatora.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017. (data do julgamento)

SIMONE SCHREIBER
RELATORA

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
4 - 0490286-67.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.490286-2 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.005103-9
Distribuição-Sorteio Automático - 30/09/2015 07:54
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ROGERIO DE OLIVEIRA RAMOS DA COSTA
ADVOGADO: SAULO ALEXANDRE MORAIS E SA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
Originário: 0490286-67.2012.4.02.5101 - 03ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS ENUMERADOS NO ART. 619 DO CPP. RECURSO DESPROVIDO.

I - No acórdão embargado, inexistem quaisquer dos vícios enumerados no art. 619 do CPP, cujas hipóteses ensejariam a oposição de embargos declaratórios, recurso este que não se presta à rediscussão da matéria já decidida, ainda que para prequestioná-la com escopo de viabilizar as vias especial e extraordinária.

II - Embargos declaratórios a que se NEGA PROVIMENTO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2a Turma Especializada

BOLETIM: 2017000316

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0128451-58.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.128451-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/06/2016 14:13
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARINHO CASSIMIRO DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS

Originário: 0128451-58.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Nº CNJ
:
0128451-58.2015.4.02.5001 (2015.50.01.128451-0)
RELATORA
:
Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER
APELANTE
:
APELANTE: MARINHO CASSIMIRO DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO
:
CARLOS BERKENBROCK, SAYLES RODRIGO SCHUTZ, PROCURADOR FEDERAL
APELADO
:
APELADO: OS MESMOS
ADVOGADO
:

ORIGEM
:
6ª Vara Federal Cível (01284515820154025001)
DESPACHO
Intime-se o embargado, para contrarrazões.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA
(T211778)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0109060-20.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.109060-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/06/2016 17:09
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MARIA DA PENHA SILVA GOUVEA
ADVOGADO: EVANDRO JOSÉ LAGO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0109060-20.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Nº CNJ
:
0109060-20.2015.4.02.5001 (2015.50.01.109060-0)
RELATORA
:
Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER
APELANTE
:
APELANTE: MARIA DA PENHA SILVA GOUVEA E OUTRO
ADVOGADO
:
EVANDRO JOSÉ LAGO, PROCURADOR FEDERAL
APELADO
:
APELADO: OS MESMOS

ADVOGADO
:

ORIGEM
:
6ª Vara Federal Cível (01090602020154025001)
DESPACHO
Intime-se a embargada, para o oferecimento de contrarrazões.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL
RELATORA
(T211778)

BOLETIM: 2017000318

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0132174-13.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.132174-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/08/2015 07:09
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: JORGE LUIZ FERREIRA GOMES
ADVOGADO: DANIELLE DA MOTTA AZEVEDO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0132174-13.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial - 0132174-13.2014.4.02.5101 (2014.51.01.132174-7)
RELATOR : MESSOD AZULAY NETO
APELANTE : JORGE LUIZ FERREIRA GOMES E OUTRO
ADVOGADO : DANIELLE DA MOTTA AZEVEDO, PROCURADOR
FEDERAL
APELADO : OS MESMOS
ADVOGADO :
ORIGEM : 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01321741320144025101)
DESPACHO
Dê-se vista às partes sobre as informações prestadas às fls. 266/269, pelo prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se pela parte autora.
Atendido, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
2ª Turma Especializada

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0048174-46.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.048174-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 31/08/2016 13:37
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: JOSE ALONSO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0048174-46.2015.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro

0048174-46.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.048174-7
APELANTE: JOSE ALONSO E OUTRO
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI E OUTRO
APELADO : OS MESMOS
ÓRGÃO RESP : 2a.TURMA ESPECIALIZADA
DESPACHO
Abra-se vista à parte embargada para o oferecimento de contrarrazões aos embargos de declaração, no prazo legal.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000244-91.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.000244-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/02/2014 20:59
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIANA CANDIDA DE JESUS SILVA
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO MARQUES
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/RJ
Originário: 0000244-91.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
Nº : 0000244-91.2013.4.02.5104 (2013.51.04.000244-9)
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR FEDERAL
APELADO: MARIANA CANDIDA DE JESUS SILVA
LUIZ FERNANDO MARQUES
ORIGEM : 01ª Vara Federal de Volta Redonda (00002449120134025104)
DESPACHO
Tendo em vista a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, dê-se vista à parte embargada.
Após, venham-me conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017
SIMONE SCHREIBER,
RELATORA.
lft

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0082914-03.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.082914-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/10/2016 14:46
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: PAULO ALBERTO CANADAS
ADVOGADO: RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ
Originário: 0082914-03.2015.4.02.5110 - 05ª Vara Federal de São João de Meriti
0082914-03.2015.4.02.5110 Número antigo: 2015.51.10.082914-5
APELANTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO : PAULO ALBERTO CANADAS
ADVOGADO : RODOLFO NASCIMENTO FIOREZI
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI - RJ
ÓRGÃO RESP : 2a.TURMA ESPECIALIZADA
DESPACHO

Abra-se vista à parte embargada para o oferecimento de contrarrazões aos embargos de declaração, no prazo legal.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001645-72.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001645-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2017 13:18
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: EDIVANALDO COSTA
ADVOGADO: EISENHOWER DIAS MARIANO
RELATOR(A): SIMONE SCHREIBER
AGRAVANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S): PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: EDIVANALDO COSTA
ADVOGADO(S): EISENHOWER DIAS MARIANO
ORIGEM : ()
Despacho
Examinando os autos do processo nº 0001645-72.2017.4.02.0000, objeto do encaminhamento da DIDRA, verifico que se trata de agravo de instrumento vinculado ao agravo interno nº 0009348-69.2008.4.02.0000.
Tendo em vista que o referido agravo é de relatoria da Excelentíssima Desembargadora Federal Nizete Lobato Carmo que então ocupava este Gabinete e que tem o mesmo processo de origem, e considerando-se também a deliberação da 1ª Seção Especializada na Questão de Ordem apreciada no dia 29 de maio de 2014, que determinou a prevenção do Gabinete para julgar os feitos conexos previstos no art. 77, caput, do Regimento Interno, reconheço a prevenção.
Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal.
Com a vinda da manifestação ou certificada sua ausência, dê-se vista ao Ministério Público Federal.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
(T215855)

Medida Cautelar Inominada - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Cautelar Inominada - Processo Cautelar - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0100342-65.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100342-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/03/2016 22:15
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
REQUERENTE: ANA DALVA GIORI RAMOS
ADVOGADO: LUIZ MARIA BORGES DOS REIS
REQUERIDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0002086-19.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
RELATOR
:
SIMONE SCHREIBER
PARTE
:
ANA DALVA GIORI RAMOS
ADVOGADO
:
LUIZ MARIA BORGES DOS REIS

PARTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal (00020861920164025002)
Despacho

Tendo em vista que os autos do processo nº 0001467-31.2012.4.02.9999 estão em vias de serem devolvidos à vara de origem e que os presentes autos foram autuados perante este Tribunal, reconsidero o despacho de fls. 47 e determino a baixa e arquivamento desta cautelar.

Certifique-se.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
(T215843)

BOLETIM: 2017000319

Conflito de jurisdição - Turma Espec. I -Penal, Prev. e Prop. Ind.
Conflito de Jurisdição - Incidentes - Questões e Processos Incidentes - Processo Criminal
1 - 0100410-15.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100410-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/06/2016 19:35
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
RÉU: PARA APURAR RESPONSABILIDADE
SUSCITANTE: Juízo da 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - 08VFCR/RJ
SUSCITADO: Juízo da 07ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro - 07VFCR/RJ
Originário: 0009424-55.2009.4.02.5110 - 08ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro
E M E N T A

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PENAL E PROCESSUAL PENAL. INVESTIGAÇÃO EM CURSO DE CRIME DE LAVAGEM. COMPETÊNCIA DE UMA DAS VARAS ESPECIALIZADAS. ART. 21 DA RESOLUÇÃO Nº 42 DO TRF2. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1 ¿ De acordo com as diligências realizadas no inquérito, é incontroverso que a prática do crime previsto no art. 1º da Lei nº 9.613/98 já é investigada pela Polícia Federal.

2 ¿ Para fins de processamento do feito durante a fase investigatória devem ser considerados os indícios coletados. Não se exige prova concreta ou contundente da prática do delito, bastando que as diligências realizadas até aquele momento permitam à autoridade policial e ao órgão acusatório extrair delas a necessidade de apuração de determinado crime, sob pena de nulidade das provas colhidas por juízo incompetente. Precedente STF.

3 ¿ A Resolução Nº 42 do Tribunal Regional Federal da 2ª Região[1], de 23 de agosto de 2011, estabelece, em seu art. 21, §9º, que, caso haja apuração de crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores por organização criminosa, prevalece a competência de uma das Varas Especializadas para processar e julgar o delito do art. 1º da Lei nº 9.613/98 .

4 ¿ Conflito de competência em que se declara competente o Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, DECIDE a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DECLARAR COMPETENTE O

JUÍZO DA 7ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL

[1] Art. 21. As 2ª, 3ª, 5ª e 7ª Varas Criminais da sede da Seção Judiciária detêm competência para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.
§ 9º. Na hipótese de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, a competência será das Varas Especializadas para processar e julgar tais delitos, na forma estabelecida pelo art. 21, ainda que praticados por organizações criminosas.

Apelação Criminal - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Criminal
2 - 0004855-71.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.004855-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/10/2015 06:39
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
APELADO: JOÃO BATISTA NERY DA CUNHA
ADVOGADO: MARCOS GIOVANI CORREA FELIX
Originário: 0004855-71.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Criminal
E M E N T A

PENAL. PROCESSO PENAL. USO DE DOCUMENTO PÚBLICO FALSO. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO. CONSULTA AO SISTEMA SERPRO. CRIME IMPOSSÍVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO.
1. A caracterização de crime impossível pressupõe a utilização, pelo agente, de meio absolutamente inábil a ludibriar o homem médio.
2. Sendo necessária a realização de consulta ao banco de dados do sistema SERPRO para aferir a autenticidade do documento apresentado, não se pode concluir, de forma categórica, que o comportamento do agente é inapto à consumação do delito, quer em razão dos meios empregados, quer por falta do objeto material. Na hipótese, os policiais rodoviários federais só tiveram certeza da falsificação após constatarem, através de consulta ao sistema SERPRO, a inexistência do número da CNH ou de qualquer habilitação em nome do réu, concluindo-se, assim, não restar configurada hipótese de crime impossível.
3. Apelação criminal provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas. DECIDE a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO, nos termos do Relatório e Voto, constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2017. (data do julgamento).

SIMONE SCHREIBER
DESEMBARGADORA FEDERAL

BOLETIM: 2017000320

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0001279-43.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001279-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 11/07/2016 15:28
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: JAIRO BERRIEL DE CARVALHO
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
0001279-43.2016.4.02.9999 Número antigo: 2016.99.99.001279-7 PROCESSO FÍSICO
1 - Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
LOCALIZAÇÃO INTERNA: NÃO INFORMADA.
Autuado em 05/07/2016 - Consulta Realizada em 15/03/2017 às 14:48
APELANTE : INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL
APELADO : JAIRO BERRIEL DE CARVALHO
DEFENSOR PUBLICO: Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro
ÓRGÃO RESP : 2a.TURMA ESPECIALIZADA
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
Distribuição por Prevenção em 11/07/2016 para Gabinete 04
DESPACHO
Abra-se vista à parte embargada, para apresentação de contrarrazões.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO

BOLETIM: 2017000321

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0100536-66.2013.4.02.5110 Número antigo: 2013.51.10.100536-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/10/2014 17:05
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: ELIAS GUIMARAES
ADVOGADO: BERNARDO RUCKER
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0100536-66.2013.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti
Processo nº 0100536-66.2013.4.02.5110 (2013.51.10.100536-6)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0103126-52.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.103126-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/08/2014 22:00
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: JOSEMAR DE ARAUJO FERNANDES
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0103126-52.2013.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
Processo nº 0103126-52.2013.4.02.5001 (2013.50.01.103126-0)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0104266-24.2013.4.02.5001 Número antigo: 2013.50.01.104266-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/07/2014 15:06
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
APELANTE: LAURIDES TEIXEIRA
ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA/ES
Originário: 0104266-24.2013.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
Processo nº 0104266-24.2013.4.02.5001 (2013.50.01.104266-9)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ GILBERTO DA SILVA
SUPERVISOR
Matrícula (11714)

BOLETIM: 2017000322

Agravo de Instrumento - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0007961-38.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007961-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 27/07/2016 18:10
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE: MARA NADJA PEREIRA
AGRAVANTE: ANDREA PEREIRA CALDAS ALBUQUERQUE
AGRAVANTE: RUY EDSON PEREIRA
AGRAVANTE: ARNALDO PEREIRA FILHO
ARNALDO PEREIRA FILHO
ADVOGADO: EISENHOWER DIAS MARIANO
AGRAVADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR
:

MESSOD AZULAY NETO
AGRAVANTE
:
MARA NADJA PEREIRA E OUTROS
ADVOGADO
:
EISENHOWER DIAS MARIANO
AGRAVADO
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR
:
PROCURADOR FEDERAL
DESPACHO

Tendo em vista a alegação do INSS de ocorrência de preclusão lógica, contida nas contrarrazões do agravo, e-fl. 201, intime-se a parte agravante, para que proceda à juntada das cópias das folhas 133 e 150 do Processo nº 0000284-88.1991.8.19.0011 (folhas mencionadas na sentença que julgou extinta a execução, e-fl. 60), para a análise da questão, bem como de quaisquer outros documentos que entenda necessário para tanto.

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO
Relator
/hea

BOLETIM: 2017000323

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001811-17.2009.4.02.5002 Número antigo: 2009.50.02.001811-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/03/2016 12:19
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
APELANTE: ISAIAS MARVILA
ADVOGADO: Valber Cruz Cereza
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001811-17.2009.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
Processo nº 0001811-17.2009.4.02.5002 (2009.50.02.001811-2)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)

Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
WAGNER DA COSTA GOMES
ASSISTENTE IV
Matrícula (11563)

BOLETIM: 2017000324

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0136063-72.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.136063-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2014 14:14
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: LEVI MACHADO COSTA
ADVOGADO: CARLOS BERKENBROCK
ADVOGADO: SAYLES RODRIGO SCHUTZ

APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0136063-72.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0136063-72.2014.4.02.5101 (2014.51.01.136063-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
TANIA RODRIGUES GONÇALVES
ASSISTENTE II
Matrícula (10501)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0175583-39.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.175583-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 17/06/2015 14:20
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: ANTONIO DANTAS
ADVOGADO: RENATO PEREIRA GOMES
ADVOGADO: VIDAL AUGUSTO CORDOVA NETO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0175583-39.2014.4.02.5101 - 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0175583-39.2014.4.02.5101 (2014.51.01.175583-8)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente
(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
TANIA RODRIGUES GONÇALVES
ASSISTENTE II
Matrícula (10501)

Apelação Cível - Turma Especialidade I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0182573-46.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.182573-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/03/2015 17:40
Gabinete 06
Magistrado(a) MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO
APELANTE: ANTONIO DE MELLO DIAS
ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0182573-46.2014.4.02.5101 - 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0182573-46.2014.4.02.5101 (2014.51.01.182573-7)
ATO ORDINATÓRIO
(Art. 1.030, do CPC)
Ficam os presentes autos disponibilizados, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030, de 31/05/2013 (e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente

(Art. 1º, § 2º, III, "a", da Lei nº 11.419/2006)
TANIA RODRIGUES GONÇALVES
ASSISTENTE II
Matrícula (10501)

BOLETIM: 2017000325

Remessa Ex Offício - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0138659-14.2014.4.02.5106 Número antigo: 2014.51.06.138659-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/04/2016 14:12
Gabinete 05
Magistrado(a) SIMONE SCHREIBER
PARTE AUTORA: RENATO JORGE DE OLIVEIRA BULL
ADVOGADO: VENILSON JACINTO BELIGOLLI
ADVOGADO: SIDNEY DAVID PILDERVASSER
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE PRETRÓPOLIS/RJ
Originário: 0138659-14.2014.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
RELATOR
:
SIMONE SCHREIBER
PARTE
:
RENATO JORGE DE OLIVEIRA BULL
ADVOGADO
:
VENILSON JACINTO BELIGOLLI, SIDNEY DAVID PILDERVASSER
PARTE
:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Petrópolis (01386591420144025106)
Despacho
Em face da possibilidade de atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração, dê-se vista à parte embargada.
Após, voltem conclusos.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
SIMONE SCHREIBER
Desembargadora Federal
(T211146)

BOLETIM: 2017000326

Habeas Corpus Criminal - Turma Espec. I - Penal, Previdenciário e Propriedade Industrial
Habeas Corpus - Medidas Garantidoras - Processo Criminal
1 - 0100866-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.100866-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 23/12/2016 16:03
Gabinete 04
Magistrado(a) MESSOD AZULAY NETO
IMPETRANTE: DOUGLAS OLIVEIRA DA SILVA
PACIENTE: CRISTINA MARIS MEINICK RIBEIRO
ADVOGADO: DOUGLAS OLIVEIRA DA SILVA
IMPETRADO: JUÍZO DA 9ª VARA FEDERAL CRIMINAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0507701-24.2016.4.02.5101 - 09ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro

EMENTA

EXECUÇÃO PENAL - AUDIÊNCIA ESPECIAL - AUSÊNCIA DEFENSOR PÚBLICO - NOMEAÇÃO DEFENSOR DATIVO - AUSÊNCIA PREJUÍZO - INOCORRÊNCIA DE NULIDADE - PENA RESTRITIVA DE DIREITOS - INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO CONCOMITANTEMENTE COM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE - CONVERSÃO - ART. 111 DA LEP - CONDENAÇÃO ANTERIOR À PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE - UNIFICAÇÃO DE PENA - COMPETENCIA DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS .

I - Não padece de nulidade a realização de audiência sem a presença do defensor público, se um defensor dativo foi devidamente nomeado para acompanhar o ato, não se tendo notícia de qualquer prejuízo para a defesa;

II - Diante da impossibilidade de cumprimento da pena restritiva de direitos, em razão da presença de diversas outras condenações anteriores à pena privativa de liberdade, deve a pena ser convertida, nos termos do art. 66, V, "b" e 111 da LEP e encaminhados os autos à VEP, a fim de que se proceda à unificação das penas;

III - Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Segunda Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade DENEGAR A ORDEM, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017. (data de julgamento)

Des. Fed. MESSOD AZULAY NETO

Relator

2ª Turma Especializada

SUBSECRETARIA DA 3a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175925

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.17.000598-0

Nº CNJ	:	0000598-87.2007.4.02.5117
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	PAPELARIA MONTREAL LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
APELADO	:	ROGERIO SILVA DE SOUZA
ADVOGADO	:	TANIA MARIA DA SILVA SOL
ORIGEM	:	1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO GONCALO (200751170005980)

EMENTA

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. FALÊNCIA DECRETADA. ADMINISTRADOR JUDICIAL NÃO CITADO. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 135 DO CTN. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Apelação interposta pela União Federal / Fazenda Nacional em face da sentença que reconheceu a ilegitimidade passiva dos sócios da empresa executada e declarou prescrita a pretensão fazendária.

2. A execução fiscal foi ajuizada em face de PAPELARIA MONTREAL LIMITADA e distribuída ao Juízo de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Gonçalo em 21/01/1997, objetivando a cobrança de crédito inscrito em dívida ativa, no valor de R$ 4.747,61 (quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos). O crédito tributário em cobrança foi constituído definitivamente com a entrega da declaração do contribuinte, em 28/04/1992. Deste modo, à luz do disposto no Art. 174, *caput*, do CTN, e tendo em vista a data do ajuizamento da ação executiva, em 21/01/1997, não há que se falar em prescrição da ação.

3. A empresa Executada teve a sua falência decretada em 29/05/1992. Com a decretação da falência, a representação da massa falida se dá exclusivamente na pessoa do administrador judicial nomeado, na forma do Art. 75, V, do novo CPC/2015 (correspondente ao Art. 12, III, do CPC/1973, que previa a representação da massa falida pelo síndico). A decretação da falência não obsta o ajuizamento e tampouco o prosseguimento da execução fiscal, uma vez que o crédito tributário cobrado pela Fazenda Nacional não

se sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento, nos termos do Art. 187 do CTN. O ajuizamento da execução fiscal em face da pessoa jurídica no lugar da massa falida configura mero erro material e, portanto, sanável, conforme já assentado pela jurisprudência do STJ.
4. Na presente hipótese, a despeito da falência noticiada nos autos, a Exequente nada fez no sentido de providenciar a retificação do polo passivo, tampouco requereu para a citação do síndico (administrador judicial) da massa falida, deixando evidente a sua inércia em proceder no caso concreto. Ao contrário, requereu a inclusão dos sócios à época do fato gerador.
5. O redirecionamento para os sócios da pessoa jurídica falida somente seria admitida com a comprovação dos requisitos do Art. 135 do CTN. *In casu*, não há nos autos sequer indícios da responsabilidade dos sócios, o que por si só já obstaria a requerida medida. Na contramão do requerido pela Exequente, à fl. 158, foi juntada a consulta à JUCERJA, em que consta a situação atual da empresa como "falida", o que indica que o encerramento da Executada se deu de forma regular, com o devido registro na Junta Comercial. Do mesmo modo, o encerramento do processo falimentar com o exaurimento do ativo da massa falida não é motivo suficiente para redirecionar o pleito aos sócios.
6. Precedentes: STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010; REsp nº 1372243/SE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Rel. p/ Acórdão: Min. Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 21/03/2014; STJ, AgRg no AREsp 524.935/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 27/05/2016; TRF3, APELREEX 00195737320064036182, Rel. Des. Fed. Antonio Cedenho, Terceira Turma, e-DJF3: 20/10/2016; TRF2, AC 01614741619974025101, Rel. Des. Fed. Luiz Antonio Soares, Quarta Turma Especializada, E-DJF2R: 13/10/2016.
7. Apelação desprovida.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2007.51.01.512039-2

Nº CNJ	:	0512039-56.2007.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	PEDRO OCTAVIO BARBOSA DA SILVA DE SA LESSA E OUTRO
ADVOGADO	:	RENATO BRITO NETO E OUTROS
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200751015120392)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO. PRESCRIÇÃO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AJUIZAMENTO APÓS A CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.
1. Apelação interposta pela União Federal / Fazenda Nacional em face da sentença que acolheu a exceção de pré-executividade oposta pela parte Executada e declarou prescrita a pretensão da Exequente e extinta a execução fiscal, na forma do Art. 269, IV, do CPC/1973, então vigente, e do Art. 156, V, do CTN, condenando a Fazenda Nacional ao pagamento de verba sucumbencial, fixada em R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada um dos Excipientes, na forma do Art. 20, § 4º, do CPC/1973, então vigente.
2. Em que pese as argumentações da Apelante, sobre o descabimento da alegação de prescrição em sede de exceção de pré-executividade, analisando-se a sentença proferida, verifica-se que o Juízo *a quo*, a despeito de ter conhecido da incidente oferecido pelos Executados, baseou-se na prova já acostada aos autos, especialmente a CDA que embasa a execução fiscal.
3. Os fatos geradores do crédito tributário em cobrança referem-se a competências compreendidas entre 1994 e 1996 e que a NFDL foi constituída definitivamente com o lançamento em 30/07/1997. Entretanto, a presente execução fiscal somente veio a ser ajuizada em 25/05/2007.
4. Embora os Arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 fixassem o prazo de 10 (dez) anos para extinguir-se o direito da Previdência Social de apurar, constituir e cobrar tais créditos, o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se pela inconstitucionalidade destes dispositivos, sendo resultado de tal entendimento o enunciado da Súmula Vinculante nº 8: "*São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.569/1977 e os artigos 45e 46 da Lei nº 8.212/1991, que tratam da prescrição e decadência do crédito tributário*".

5. Na hipótese dos autos, as CDA's que lastreiam a execução fiscal embargada referem-se a contribuições previdenciárias relativas aos períodos compreendidos entre 05/1994 e 11/1996, posteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988, estando, portanto, sujeitas à prescrição quinquenal, eis que as disposições contidas nos Arts. 45 e 46 da Lei nº 8.212/91 tiveram sua inconstitucionalidade declarada pelo Colendo STF. Precedente: TRF2, AC 0000065-43.2007.4.02.5113, Rel. Des. Fed. Ferreira Neves, Quarta Turma Especializada, E-DJF2R: 10/07/2014.
6. Ante o transcurso de mais de 9 (nove) anos desde a constituição definitiva do crédito tributário em 30/07/1997 até o ajuizamento da execução fiscal em 25/05/2007, resta evidente a consumação da prescrição quinquenal para a Fazenda Nacional cobrar o crédito inscrito na CDA que embasa a presente execução fiscal, razão pela qual, a manutenção da sentença quanto a este ponto é de rigor.
7. A sentença fixou o pagamento de honorários em R$ 3.000,00 (três mil reais) *per capita*, representando quase 50% (cinquenta por cento) do valor da dívida à época da interposição do recurso. Levando-se em consideração a natureza da causa, sua complexidade e atuação do advogado, quanto a este ponto, a sentença merece parcial reforma, razão pela qual fixo os honorários advocatícios em R$ 3.000,00 (três mil reais), *pro rata*.
8. Apelação parcialmente provida, tão somente para reduzir o montante fixado a título de honorários advocatícios.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175937

IV - APELAÇÃO 1997.51.06.081577-0

Nº CNJ	:	0081577-21.1997.4.02.5106
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	A L G DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
APELADO	:	JOSE CARLOS GALLUCCI
ADVOGADO	:	VERA LUCIA NOGUEIRA CARLOS
REMETENTE	:	JUIZO DA 2A VARA FEDERAL DE PETROPOLIS-RJ
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL PETROPOLIS/RJ (9700815773)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. DEMANDA AJUIZADA ANTES DA VIGÊNCIA DA LC Nº 118/2005. AÇÃO PROPOSTA TEMPESTIVAMENTE. DEMORA NA CITAÇÃO DO DEVEDOR. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA FAZENDA NACIONAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 106/STJ. CITAÇÃO EFETUADA. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO AFASTADA. RECURSO PROVIDO.
1. Trata-se de apelação em face de sentença que extinguiu a presente execução fiscal ante o reconhecimento da prescrição direta da ação, na forma do art. 269, IV, c/c 219, §5º do CPC.
2. Até a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que alterou o inciso I, do Art. 174, do CTN, apenas a citação pessoal feita ao devedor era causa de interrupção da prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário. Somente após a vigência da referida lei complementar, o despacho que ordena a citação passou a ter efeito interruptivo para a prescrição. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1561351/SP, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2015; STJ, AgRg no REsp 1499417/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2015; TRF2, AC 0005688-38.2011.4.02.9999, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, Dje 22/02/2016; TRF2, AC 0002005-57.2004.4.02.5110, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal LANA REGUEIRA, Dje 22/02/2016.
3. Ajuizada a execução fiscal tempestivamente, a citação da Executada, bem como a de seu responsável legal ocorreu após diversas diligências promovidas pela Exequente no sentido de localizá-los ou a seus bens. Portanto, ocorrida a citação, a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação, nos termos do Art. 219, § 1º, do CPC/1973, então vigente, visto que a Fazenda Nacional se manteve diligente durante todo o curso do processo, realizando diversas providências em busca do crédito exequendo, afastando o reconhecimento da prescrição e atraindo a aplicação da Súmula nº 106 do STJ. Precedentes: STJ, AgRg no

REsp 1373799/MT, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/02/2016; TRF2, AC 1997.51.06.080524-6, Rel. Des. Fed. Claudia Neiva, Terceira Turma Especializada, E-DJF2R: 17/10/2016.
4. Apelação provida.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)

MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 2006.51.01.515789-1

Nº CNJ	:	0515789-03.2006.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	CARLOS LOPRESTI IMOVEIS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SÉTIMA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015157891)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA APÓS A VIGÊNCIA DA LC Nº 118/2005. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO DEVEDOR APÓS A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO PELO DESPACHO DE CITAÇÃO. PROCESSO PARALIZADO POR MAIS DE SEIS ANOS, COM PEDIDO DE SUSPENSÃO FORMULADO PELA EXEQUENTE. AUSÊNCIA DE CAUSAS INTERRUPTIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO. POSTERIOR PAGAMENTO ADMINISTRATIVO PARCIAL NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO DO DÉBITO REMANESCENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIRMADA.
1. Trata-se de recurso de apelação em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal quanto às inscrições de número 70.2.03.010958-36, 70.02.05.005778-30 e 70.06.04.027469-55, em razão do cancelamento administrativo e reconheceu a prescrição intercorrente, em relação às inscrições de nº 70.6.06.002530-50 e 70.6.06.002531-30. Razões de recurso argumentam que não foi seguido o rito do art. 40 da LEF, pela ausência de despacho determinando o arquivamento, bem como, pela presença de causa interruptiva, qual seja, a existência de pagamento parcial posterior.
2. Até a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que alterou o inciso I, do Art. 174, do CTN, apenas a citação pessoal feita ao devedor era causa de interrupção da prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário. Somente após a vigência da referida lei complementar, o despacho que ordena a citação passou a ter efeito interruptivo para a prescrição. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1561351/SP, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2015; STJ, AgRg no REsp 1499417/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2015; TRF2, AC 0005688-38.2011.4.02.9999, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, Dje 22/02/2016; TRF2, AC 0002005-57.2004.4.02.5110, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal LANA REGUEIRA, Dje 22/02/2016.
3. O despacho que ordenou a citação foi proferido em 08/06/2006 (fl. 02), após a vigência da LC nº 118/2005, sendo assim, o fluxo do prazo prescricional foi interrompido, o que acaba por afastar a prescrição pela não citação válida do devedor no curso do prazo de 5 cinco anos, conforme redação original do art. 174, I do CTN.
4. Ajuizada a execução fiscal tempestivamente, a tentativa de citação da Executada restou frustrada (fl. 80v), após ter ciência da diligência negativa a Exequente, em 11/12/2007 requereu prazo de suspensão de 180 dias com a finalidade de realização de medidas administrativas na busca pelo devedor e se manteve inerte até ser intimada pelo juízo a apresentar causas interruptivas ou suspensivas da prescrição no ano de 2013 (fl. 85).
5. Não há que se falar em descumprimento do rito da LEF. A própria exequente requereu a suspensão da execução, o que foi deferido, com a sua ciência, de forma que a posterior fluência do prazo é de sua exclusiva responsabilidade e interesse, sendo desnecessária a intimação do posterior arquivamento dos autos, Mesmo porque, antes da prolação da sentença, foi intimada a apresentar eventuais causas de interrupção e suspensão da prescrição. Precedentes: AgRg no AREsp nº 184.273/SP - Rel. Min. HUMBERTO MARTINS - DJe de 14-08-2012; AC 200451015109255, Desembargador Federal MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO, TRF2 - TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R: 01/10/2014.
6. Passados mais de 6 anso de suspensão e arquivamento, não há como não reconhecer que houve o curso do prazo previsto em lei, concomitante com a inércia da Exequente, o que implica a ocorrência da prescrição intercorrente.

7. Documentos trazidos pela autora (fl. 86/90v) demonstram que as inscrições de nº 70.2.0301958-36, 70.2.05.005778-30 e 70.6.04.027469-55 foram extintas administrativamente por cancelamento. Os débitos constantes das CDAs 70.6.06.002530-50 e 70.6.06.002531-30 foram inscritos em 03/02/2006. Ciente da inscrição, o contribuinte em 09/02/2006 requereu a concessão de parcelamento dos débitos, o que foi indeferido em 11/03/2006, tendo sido, em seguida, ajuizada a presente demanda executiva. Ausente o parcelamento, a existência de posterior pagamento administrativo parcial só tem o condão de quitar parte do débito, não importando em reconhecimento do restante do débito pelo contribuinte, de forma que a execução deveria ter seu andamento regular, o que não ocorreu.
8. Inscrita a dívida, notificado o contribuinte e já proposta a demanda executiva, eventual pagamento administrativo parcial não tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional, afastando-se a aplicação do art. 174, parágrafo único, IV, do CTN. Precedentes: RESP 201001955584, MAURO CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:09/12/2011; AI 00315232520114030000, DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRE NABARRETE, TRF3 - QUARTA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:21/06/2013.
9. Recurso de Apelação desprovido.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1999.51.01.074273-0

Nº CNJ	:	0074273-15.1999.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	FENITE RECUPERADORA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9900742737)

EMENTA
TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DESPACHO DE CITAÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LC Nº 118/2005. PRECRIÇÃO NÃO INTERROMPIDA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. APLICAÇÃO DO ART. 40 DA LEF. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA EXEQUENTE. FALTA DE CIÊNCIA DO RESULTADO NEGATIVO DE DILIGÊNCIA REQUERIDA TEMPESTIVAMENTE, PREJUÍZO COMPROVADO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 106/STJ.
1. Trata-se de recurso de apelação em face de sentença que extinguiu a execução fiscal pelo curso do prazo legal, o que autoriza o reconhecimento da prescrição intercorrente, na forma do art. 269, IV, c/c 219, §5º do CPC e art. 40 § 4º da LEF.
2. Até a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que alterou o inciso I, do Art. 174, do CTN, apenas a citação pessoal feita ao devedor era causa de interrupção da prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário. Somente após a vigência da referida lei complementar, o despacho que ordena a citação passou a ter efeito interruptivo para a prescrição. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1561351/SP, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2015; STJ, AgRg no REsp 1499417/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2015; TRF2, AC 0005688-38.2011.4.02.9999, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, Dje 22/02/2016; TRF2, AC 0002005-57.2004.4.02.5110, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal LANA REGUEIRA, Dje 22/02/2016.
3. No caso concreto, o despacho que ordenou a citação foi proferido em 09/12/1999, antes da vigência da LC nº 118/2005, de forma que não teve o condão de interromper a prescrição.
4. É pacífico o entendimento, no âmbito do E. STJ, de que, nos casos anteriores à LC nº 118/2005, a aplicação da suspensão prevista no Art. 40, da LEF, está condicionada à citação válida do devedor, caso em que a prescrição estaria interrompida. Precedentes: STJ, REsp 999.901/RS, Relator: Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/06/2009; TRF - 2ª Região, AC 00892577219974025101, Relatora: Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R: 19/02/2016.
5. A execução foi proposta tempestivamente e a União manteve-se diligente na persecução de seu crédito. A última diligência requerida foi para a citação da devedor na pessoa de seus sócios, e ocorreu tempestivamente. No entanto, além de não ter sido promovida na pessoa de todos os sócios, como requerido e deferido, a Exequente não foi intimada de seu resultado, resultando na paralisação indevida do feito.

6. A falta de intimação do resultado da diligência caracteriza evidente prejuízo, pois impediu a Fazenda Nacional de requerer novas medidas para a persecução de seu crédito, como a citação por edital ou o redirecionamento aos sócios. Não se pode falar em inércia da Exequente, mas em demora em razão dos mecanismos do Judiciário, o que faz incidir a Súmula nº 106 do STJ. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1373799/MT, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/02/2016; TRF2, AC 1997.51.06.080524-6, Rel. Des. Fed. Claudia Neiva, Terceira Turma Especializada, E-DJF2R: 17/10/2016.
7. Recurso de Apelação provido para anular a sentença fazendo retornar os autos à Vara de origem para o prosseguimento da execução.
ACÓRDÃO
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso de apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000124

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0065801-25.1999.4.02.5101 Número antigo: 1999.51.01.065801-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/06/2015 13:05
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PRONAN SERVICOS TEMPORARIOS E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA
APELADO: JOSE RONAN SOUZA SERRA
APELADO: RAYMUNDA JOAQUINA DE OLIVEIRA SERRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0065801-25.1999.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Nº CNJ
:
0065801-25.1999.4.02.5101
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO
:
PRONAN SERVICOS TEMPORARIOS E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA
CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA

Trata-se de apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL (fls. 222/226), contra sentença (fl. 211/214) proferida pela 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, que julgou extinta a execução fiscal, nos termos do art. 267, VI c/c art. 598, ambos do CPC, haja vista descumprimento reiterado das decisões judiciais, configurando falta de interesse e ausência de liquidez no título executivo.

Em suas razões, alega a Apelante, em síntese, que não houve inércia da Exequente e que aguardava nova abertura de vista no executivo fiscal para promover a juntada da CDA retificada.

No caso, pela decisão proferida em 18/07/2013 (fls.181), o Exequente foi intimado para substituição da Certidão de Dívida Ativa, sob pena de extinção do feito, tendo em vista ter sido declarada a decadência de parte dos débitos cobrados na ação. Contudo, não houve manifestação acerca da determinação, embora a União tenha apresentado a petição em 10/12/2013 (fls.197). Nova intimação da Exequente para cumprimento do despacho de fls. 181, em 19/05/2014, havendo requerido prazo de 90 dias, não havendo, contudo, apresentado a nova CDA. Em 05/09/2014, nova intimação da Fazenda para retificar o valor da dívida, substituindo a Certidão de Dívida Ativa (CDA), sob pena de extinção (fl. 207).

Em considerando que se trata de dívida de contribuições previdenciárias, cujo valor é de R$ 1.431.935,37, em 09/10/2014, ademais, que, aparentemente, a inércia da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL deu causa à extinção, com amparo em precedente do STJ (AGARESP 201201372433, MAURO

CAMPBELL MARQUES, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:14/09/2012), encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0502895-87.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.502895-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2015 07:49
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LAPIS DE COR PLANEJAMENTO E CRIACAO PUBLICITARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0502895-87.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Nº CNJ
:
0502895-87.2009.4.02.5101
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO
:
LAPIS DE COR PLANEJAMENTO E CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA
CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA

Trata-se de apelação (fls. 352-357) interposta pela UNIÃO FEDERAL contra sentença (fls. 349-350) proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal de Execuções Fiscais.

O Juízo a quo pronunciou a prescrição intercorrente, com fulcro no art. 269, IV do CPC, nos termos dos parágrafos 4º e/ou 5º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80.

Em suas razões, a Apelante sustenta, em síntese, a inaplicabilidade da prescrição intercorrente ante a ausência de intimação da exequente acerca do arquivamento provisório do feito.

Em considerando que o valor da dívida inscrita é de R$ 465.415,74, em 20/11/2008, e, aparentemente, a inércia da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL deu causa à prescrição intercorrente, haja vista que foi devidamente intimada, em 12/07/2009, da decisão que determinou a suspensão e posterior arquivamento do feito nos termos do artigo 40, da Lei nº 6.830/80 (fl. 344/345), ademais, considerando o enunciado da Súmula 314 do STJ, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0136002-80.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.136002-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/11/2016 14:17
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: NORSKAN OFFSHORE LTDA
ADVOGADO: BRUNNO RIBEIRO LORENZONI
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0136002-80.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
CLASSE : Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

PROCESSO : 0136002-80.2015.4.02.5101 (2015.51.01.136002-2)
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCUS ABRAHAM
ÓRGÃO : 3a.TURMA ESPECIALIZADA
APELANTE : NORSKAN OFFSHORE LTDA
ADVOGADO : BRUNNO RIBEIRO LORENZONI
APELADO : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM : 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01360028020154025101)
Despacho

Considerando que na última quinta-feira, 09/03/2017, o Plenário do STF iniciou o julgamento do RE 574.706, leading case que definirá o conceito constitucional de faturamento para fins da não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS;

Considerando que o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello na próxima assentada, que será no próximo dia 15/03/201 e que a matéria em debate afeta ao julgamento do recurso nestes autos, determino a retirada de pauta do presente recurso, para aguardar a finalização do julgamento do paradigma em repercussão geral, em respeito aos princípios da economicidade e eficiência do Poder Judiciário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002202-30.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.002202-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2015 17:04
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BRAGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0016124-98.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
Juiz Federal Convocado THEOPHILO MIGUEL
RECORRENTE(S)
:
BRAGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
ADVOGADO(S)
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS, MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00161249820144025101)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por BRAGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, onde a Agravante requer a reforma da decisão interlocutória que rejeitou a exceção de pré-executividade, nos autos da execução fiscal (processo originário n. 00161249820144025101) proposta pela UNIÃO FEDERAL para a cobrança de crédito tributário no valor originário de R$ 283.998,24, com lastro nas CDA's, títulos executivos extrajudiciais que aparelham a execução.

Como razões recursais, a Agravante aduz os fundamentos de fato e de direito ora apontados. Narra que a União Federal propôs a execução fiscal supracitada, contra a qual se insurgiu por intermédio de exceção de pré-executividade. A defesa da executada foi oferecida sob o fundamento de que as inscrições

em Dívida A tiva e, como consectário lógico, as CDA's que as consubstancias, seriam eivadas de nulidade, diante de vícios presentes na constituição do crédito, bem como em razão do desconhecimento das bases de cálculo utilizadas pela Agravada na apuração das supostas obrigações principais e acessórias, sustentando, ainda, que a execução deveria ser instruída com processo administrativo que deu origem aos créditos tributários. Aduz, enfim, irregularidade no próprio valor do débito cobrado, sobretudo no que diz respeito à incidência da taxa Selic e na multa aplicada. Não tendo sido acolhida a exceção de pré-executividade, a Agravante busca, pelo manejo do presente recurso, a reforma da decisão.

O agravo de instrumento foi instruído com as peças obrigatórias e facultativas, encontrando-se devidamente instruído.

A decisão interlocutória, ora impugnada, rejeitou a exceção de pré-executividade sob o fundamento de que restariam presentes todos os requisitos legais exigidos para a CDA, bem como que as demais questões suscitadas pela excipiente ensejariam dilação probatória, não sendo a via escolhida como defesa para tal finalidade a correta.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Decido.

Estão presentes os requisitos de admissibilidade intrínsecos e extrínsecos do agravo de instrumento, o que autoriza a realização do juízo de mérito recursal.

Passo a apreciar o recurso, monocraticamente, conforme autoriza o comando normativo do art. 932, IV, alínea "b", do CPC/2015.

Da alegação de nulidade das inscrições em Dívida Ativa e da CDA

Os requisitos de validade da inscrição em Dívida Ativa e da CDA, no que tange aos créditos de natureza tributária encontram-se delineados, de forma taxativa, no art. 202 do CTN, que assim dispõe:

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I – o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II – a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III – a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV – a data em que foi inscrita;

V – sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Tais requisitos de validade também estão previstos no art. 2º, § 5º e 6º, da Lei n. 6.830/80, para fins de regularidade no ajuizamento da ação de cobrança, no rito da execução fiscal.

Como a CDA é o título executivo extrajudicial (cf. o art. 585, VII, do revogado CPC/1973, e atual art. 784, IX, do CPC/2015) que dá lastro à propositura à execução fiscal, os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80, na cobrança do crédito tributário, devem ser obervados, de forma a garantir ao executado o exercício do direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa no processo judicial, sob pena de nulidade não somente da inscrição em Dívida Ativa e da CDA como da própria execução, ressalvando-se, certamente, situações em que não houver prejuízo para o executado, em reverência ao princípio da instrumentalidade das formas, consagrado na expressão pas de nullité sans grief.

Nesse aspecto, frise-se que jurisprudência esposa entendimento consolidado no sentido de que a nulidade da CDA não deve ser declarada à vista de meras irregularidades formais que não têm potencial para causar prejuízos à defesa do executado, visto que é o sistema processual brasileiro informado pelo princípio da instrumentalidade das formas (pas des nullités sans grief). Precedentes: REsp nº 660.623/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 16/05/2005; REsp nº 840.353/RS, Rel. Minª ELIANA CALMON, DJe 07/11/2008.

No caso vertente, o Agravante arguiu, genericamente, irregularidades nas inscrições e na CDA, sem apontar e demonstrar, categoricamente, o não preenchimento dos requisitos preconizados no art. 202 do CTN e no art. 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/80 e, sobretudo, prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

Alegações genéricas são insuficientes a infirmar a presunção relativa de liquidez e certeza das inscrições em Dívida Ativa e da CDA, a teor do disposto no art. 3º e p.u., da Lei 6.830/80 e do art. 204, p.u. do CTN (no que tange aos créditos tributários), sendo essencial, para afastar a sua higidez, prova inequívoca daquele que alega irregularidade.

Da alegação da necessidade de a execução fiscal ser instruída com processo administrativo

A petição inicial da execução fiscal apresenta seus requisitos essenciais próprios e especiais que não podem ser exacerbados a pretexto da aplicação do Código de Processo Civil, o qual, por conviver com a lex specialis, somente se aplica subsidiariamente.

Os referidos requisitos encontram-se enumerados no art. 6º, da Lei 6.830/80, in verbis:

Art. 6º A petição inicial indicará apenas:

I – o juiz a quem é dirigida;

II – o pedido; e

III – o requerimento para a citação.

§ 1º A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2º A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa poderão constituir um único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

Consequentemente, é desnecessária a apresentação do demonstrativo de cálculo, em execução fiscal, uma vez que a Lei n.º 6.830/80 dispõe, expressamente, sobre os requisitos essenciais para a instrução da petição inicial e não elenca o demonstrativo de débito entre eles. Precedentes: AgRg no REsp 1049622/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2009, DJe 31/08/2009; REsp 1065622/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 23/04/2009; REsp 781.487/SC, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2008, DJe 11/09/2008; REsp 762748 / SC, PRIMEIRA TURMA, Relator Min. LUIZ FUX, DJ 12.04.2007; REsp n.º 384.324/RS, SEGUNDA TURMA, Rel. Min JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJU de 29/03/2006; REsp n.º 693.649/PR, Segunda Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 21/11/2005).

A própria Certidão da Dívida Ativa, que embasa a execução, já discrimina a composição do débito, porquanto todos os elementos que compõem a dívida estão arrolados no título executivo - que goza de presunção de liquidez e certeza -, consoante se infere dos comandos normativos dos §§ 5º e 6º, do art. 2º e art. 3º, da Lei nº 6830/80, bem como dos arts. 202 e 204 do CTN, em se tratando de crédito tributário:

Lei 6.830/80

Art. 2º - Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública aquela definida como tributária ou não tributária na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com as alterações posteriores, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

(...)

§ 5º - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 6º - A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos elementos do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.

Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

CTN:

Art. 202. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

I - o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;

II - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos;

III - a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado;

IV - a data em que foi inscrita;

V - sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

Parágrafo único. A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha da inscrição.

Art. 204. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

A ausência da necessidade de instrução de demonstrativo débito com a inicial da execução fiscal, justamente por conter a inscrição em dívida ativa, e a respectiva CDA, todos os elementos necessários à defesa do executado, é entendimento consolidado no STJ, em sede de julgamento na sistemática de recursos repetitivos, quando da apreciação do REsp n. 1138202, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Seção; Dje de 01/02/2010.

Como consta o número do processo administrativo na inscrição da Dívida Ativa, e na respectiva CDA, que embasa a execução fiscal, não se revela essencial requisitar aquele, salvo se demonstrada a

inviabilidade do exercício do contraditório e da ampla defesa, não sendo esse o caso, porquanto os elementos que instruíram a inicial, na espécie, possibilitam a defesa do contribuinte/responsável tributário tanto em relação ao tributo cobrado em questão e seus encargos, como também os períodos de competência de que tratam, forma de constituição, a respectiva fundamentação legal e o modo como foram quantificados.

Ademais, o art. 41 da Lei n. 6.830/80 permite ao contribuinte/responsável tributário requerer a extração de cópias do processo administrativo na repartição competente, não tendo o Agravante sequer demonstrado que tal providência tenha sido tomada.

A propósito, a jurisprudência consolidou-se no sentido de que "as cópias do processo administrativo fiscal não são imprescindíveis para a formação da certidão de dívida ativa e, consequentemente, para o ajuizamento da execução fiscal. Assim, o art. 41 da Lei n. 6.830/80 apenas possibilita, a requerimento da parte ou a requisição do juiz, a juntada aos autos de documentos ou certidões correspondentes ao processo administrativo, caso necessário para solução da controvérsia. Contudo, o ônus de tal juntada é da parte embargante, haja vista a presunção de certeza e liquidez de que goza a CDA, a qual somente pode ser ilidida por prova em contrário a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite, nos termos do art. 204 do CTN." (REsp 1.239.257/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/3/2011, DJe31/3/2011).

Do descabimento da exceção de pré-executividade para questões que ensejam dilação probatória

A exceção de pré-executividade é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva, desde que não demandem dilação probatória (exceção secundum eventus probationis) (REsp 1.110.925/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Seção, julgado em 22.04.2009, DJe 04.05.2009). O espectro das matérias suscitáveis através da exceção tem sido ampliado por força da exegese jurisprudencial mais recente, admitindo-se a arguição de prescrição e de ilegitimidade passiva do executado, que prescindam de dilação probatória, entendimento que se encontra consolidado na sistemática de julgamento de recursos repetitivos, quando da apreciação do REsp 1136144 / RJ; Rel. Min. Luiz Fux; Primeira Seção; Dje de 01/02/2010.

Dessa feita, como a alegação de excesso de execução por errônea base de cálculo do tributo e demais encargos cobrados de forma incorreta requer dilação probatória, a via da exceção de pré-executividade revela-se via inadequada para tal discussão.

Da alegação de descabimento da incidência da Taxa Selic na cobrança do crédito tributário a título de correção monetária e juros de mora

Consoante tese esposada em sede de julgamento de recursos repetitivos, "A Taxa SELIC é legítima como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização dos débitos tributários pagos em atraso, ex vi do disposto no artigo 13 da Lei 9.065/95" (REsp 1.073.846/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 18/12/2009, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/73), ficando também rechaçada a alegação do agravante em tal ponto.

Da alegação de que a multa ex officio prevista no art. 35, II, da Lei 8.212/91 seria desproporcional

A aplicação da multa moratória tem o objetivo de sancionar o contribuinte que não cumpre suas obrigações tributárias, prestigiando a conduta daqueles que pagam em dia seus tributos aos cofres públicos. Assim, para que a multa moratória cumpra sua função de desencorajar a elisão fiscal, de um lado não pode ser pífia, mas, de outro, não pode ter um importe que lhe confira característica confiscatória, inviabilizando inclusive o recolhimento de futuros tributos.

A Corte Constitucional posiciona-se no sentido de que o valor da obrigação principal deve funcionar como limitador da norma sancionatória, de modo que a abusividade revela-se nas multas arbitradas acima do montante de 100% no atraso de pagamento do tributo. Abaixo de tal patamar não resta violado o princípio que veda a utilização do tributo como efeito de confisco, o que também abrange as multas decorrentes no atraso do pagamento do tributo, à luz do art. 150, IV, da Constituição Federal. O entendimento encontra-se consolidado nos julgados da Corte Suprema: RE 777.574-AgR/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJE de 22.5.2015; RE 765.393-AgR/SC, de minha lavra, Primeira Turma, DJE de 24.10.2014; e RE 582.461, Rel. Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, DJE de 18-08-2011.

A multa decorrente da mora do contribuinte, apontada como desproporcional pelo agravante, com fundamento na então vigente redação do art. 35, II, da Lei 8.212/91, não supera o patamar de 100%, não podendo ser afastada sob o argumento de não ser proporcional.

Conclusão

Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento, nos termos do art. 932, IV, alínea “b”, do CPC/2015.

Decorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017

THEOPHILO MIGUEL

Juiz Federal convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0002414-51.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.002414-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 11/03/2015 18:49
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: BRAGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
ADVOGADO: MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0016124-98.2014.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO MIGUEL
RECORRENTE(S)
:
BRAGIL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
ADVOGADO(S)
:
RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS, MARCOS SILVERIO DE CARVALHO
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
01ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00161249820144025101)
DECISÃO

O agravo de instrumento ora interposto não se encontra hígido para fins de apreciação do mérito recursal, não sendo possível conhecê-lo em razão do fenômeno processual da preclusão consumativa.

Com efeito, como bem leciona Daniel Amorim Assumpção Neves (in Manual de Direito Processual Civil, Editora jusPODIVM, 8ª. Ed, p. 651): "A preclusão consumativa se verifica sempre que realizado o ato processual. Dessa forma, somente haverá oportunidade para realização do ato uma vez no processo e, sendo esse consumado, não poderá o interessado realizá-lo novamente e tampouco complementá-lo ou emendá-lo. Essa espécie de preclusão não se preocupa com a qualidade do ato processual, limitando-se a impedir a prática de ato já praticado, ainda que de forma incompleta ou viciada.

O ora recorrente já interpôs agravo de instrumento (n. 0002202-30.2015.4.02.0000) contra a mesma decisão recorrida (fls. 55), o que obsta a sua admissibilidade em razão do instituto da preclusão consumativa.

Ante o exposto, não conheço do agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, vez que inadmissível.

Transitada em julgada a presente decisão, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.

P.I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

THEOPHILO MIGUEL
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0005491-34.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005491-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 25/05/2016 14:05
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AGRAVANTE: CASA MASSON S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
ADVOGADO: RAFAEL LUIZ DA SILVA ALVARENGA
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

Originário: 0018750-91.1994.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR(A)
:
JUIZ FEDERAL CONVOCADO THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
RECORRENTE(S)
:
CASA MASSON S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA
ADVOGADO(S)
:
RAFAEL LUIZ DA SILVA ALVARENGA
RECORRIDO(S)
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO(S)
:
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
ORIGEM
:
06ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO (00187509119944025101)
DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu a conversão em renda de valores em favor da União Federal/Fazenda Nacional.

A agravada, União Federal/Fazenda Nacional, em suas contrarrazões informa que o juiz a quo reconsiderou a decisão agravada.

Em consulta ao sítio da Justiça Federal do Rio de Janeiro verifica-se que a decisão foi reconsiderada, colacionando para tanto despacho exarado nos seguintes termos:

"Fls. 617/624 – Com razão o Executado, por rematura a r. decisão de fl. 615, eis que ainda não ocorreu o julgamento definitivo do agravo de instrumento interposto com o fito de atacar a r. decisão que indeferiu a prescrição do crédito tributário, cuja cobrança consubstancia o objeto da presente execução. Desse modo, e considerando o grau de liquidez da garantia e a forma de constrição, que asseguram realização imediata, e considerando, por outro lado, as dificuldades do retorno de tal verba se desde logo transformada em pagamento, na eventualidade de afinal prosperar o agravo de instrumento interposto no qual ainda não há decisão transitada em julgado, reconsidero a r. decisão de fl. 615."

Por tais razões julgo prejudicado o Agravo de Instrumento pela perda de objeto, com base no artigo 1018, § 1º do CPC/15.

P.I. Decorrido o prazo recursal baixem os autos à Vara de Origem com as cautelas de praxe.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

BOLETIM: 2017000125

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0591249-11.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.591249-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/06/2016 14:46
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: HERM STOLTZ S/A IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁQUINAS
APELADO: KURT RODOLF ULRICH MIRROW
APELADO: GERMANO INGO SCHEELE
APELADO: HANS ULRICH HERMANN STOLTZ
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0591249-11.1900.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FALÊNCIA. ART. 5º DA LEF. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DA EXEQUENTE CONFIGURADA.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL contra sentença que pronunciou a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF). No caso concreto, o despacho de citação ocorreu em 13/12/1983 (fl. 02), sem, contudo, haver penhora eficaz, diante da desativação da pessoa jurídica constatada em 1992 (fls.33), havendo suspensão do feito em 01/04/1996 (fl. 55), em 22/08/2005 (fls. 82/83) e em 25/06/2008 (fl. 93), sendo o Exequente intimado em 19/05/2009 (fl. 94). Em 19/06/2015 (fl. 119), a União foi intimada para falar sobre possíveis causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional (fl. 118), havendo alegado, tão somente, que a empresa executada encontra-se sujeita a processo falimentar (fls. 120/121), sem comprovação. Intimada a esclarecer sobre a alegação de falência, permaneceu inerte (fls.128/129).

2. A simples decretação da falência da empresa executada não suspende o curso do processo executivo fiscal, por força do artigo 5º da Lei nº 6830/80, correndo de forma independente o prazo prescricional com relação a cada demanda, salvo se a Exequente obtém, na ação executiva, a penhora no rosto dos autos da ação de falência ou nesta última procede à habilitação de seu crédito, o que não restou demonstrado nos autos. Precedentes: STJ, REsp 1263552/SE, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamim, DJe 08/09/2011; TRF2 ¿ AC nº 2005.51.04.001004-8 ¿ 3ª Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. CLÁUDIA NEIVA ¿ DJe 04-09-2015.

3. Impende mencionar que: "Os requerimentos para realização de diligências que se mostraram infrutíferas em localizar o devedor ou seus bens não têm o condão de suspender ou interromper a prescrição intercorrente." (STJ, 1ª T., AGA 1372530, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 19/05/14). Conforme reconhecido em julgado deste E. Tribunal (AC 05098698220054025101 ¿ Rel. Juíza Federal Convocada MARIA ALICE PAIM LYARD), ¿apenas a efetiva localização de bens do devedor é capaz de fazer a execução retomar seu curso regular. Ainda que haja diversas diligências da Fazenda no curso da suspensão ou mesmo do arquivamento do processo, se, ao final dos 6 anos (1 de suspensão + 5 de arquivamento) todas elas se mostrarem infrutíferas, a prescrição intercorrente deverá ser reconhecida.¿

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0738073-36.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.738073-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 04/05/2015 18:37
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CIA/ FEDERAL DE FUNDICAO
ADVOGADO: DEBORAH BARRETO MENDES
Originário: 0738073-36.1900.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO PARA ANULAR A COBRANÇA. AUSÊNCIA DE RECURSO CONTRA DECISÃO QUE ACOLHEU OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA A QUAL FOI NEGADO PROVIMENTO. DESCABIDA A ALEGAÇÃO DA FAZENDA DE MERO SOBRESTAMENTO DO DÉBITO.

1. Apelação (fls. 44/46) interposta pela UNIÃO FEDERAL em face da sentença (fls. 01/02) que julgou extinto processo, com base no art.267, VI do CPC, em razão de ter sido proferida decisão de anulação do débito nos autos dos Embargos à Execução opostos pelo Executado, transitada em julgado (fl. 27).
2. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0523492-92.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.523492-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/06/2015 09:01
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MAGNATA DOS TECIDOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0523492-92.2000.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO RESCINDIDO (ART. 174, IV, DO CTN). COMPROVAÇÃO APÓS A SENTENÇA. INÉRCIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.
1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL contra sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF). Da análise dos autos, observa-se que o parcelamento foi formalizado em 2003, rescindido no ano 2009, a partir de quando reiniciou a contagem do prazo prescricional, e novamente parcelado em 2010, permanecendo regular o parcelamento até a data da interposição do recurso de apelação (fls.60/62).
2. É cediço que a adesão a programas de parcelamento constitui reconhecimento inequívoco da dívida fiscal e causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, estabelecendo novo marco de interrupção da prescrição, que reinicia sua contagem, nos exatos termos previstos no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN. Precedentes do STJ: AgRg no REsp nº 1.548.096/RS ¿ Segunda Turma - Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS - DJe 26-10-2015; AgRg no REsp nº 1.470.204/RS ¿ Segunda Turma - Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN - DJe 28-11-2014.
3. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada

Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0007975-79.2001.4.02.5001 Número antigo: 2001.50.01.007975-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2016 16:54
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TAMAR ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO: ANDRESA COELHO PESSINI
Originário: 0007975-79.2001.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. COMPENSAÇÃO DE OFICIO (ART. 6º, DECRETO Nº 2138/97). RECONHECIMENTO DA DÍVIDA (ART. 174, PARAGRAFO ÚNICO, IV, DO CTN). INOCORRÊNCIA.

1. Apelação da UNIÃO FEDERAL contra sentença que pronunciou a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF), considerando que a Exequente foi intimada do arquivamento da execução fiscal em 22/06/2007 (fls.90), e, em 15/05/2015, foi intimada para informar sobre a ocorrência de causa obstativa da prescrição (fls.141/142), ocasião na qual noticia a ocorrência de pagamento em virtude de compensação do débito (SIEF Malha DEB) realizada nos anos de 2005 a 2008, 2010, 2011 e 2013. Em razão disso, sustenta a exequente que se trata de reconhecimento de débito e, por consequência, causa de interrupção do prazo prescricional.

2. Embora a compensação de ofício prevista no art. 6º, do Decreto nº 2.138/1997 preveja a prévia notificação do sujeito passivo, e, em caso de ausência de manifestação, considere seu silêncio como aquiescência com a compensação da restituição ou ressarcimento com débito vencido relativo a qualquer tributo ou contribuição sob a administração da Receita Federal, por outro lado, é tranquilo o entendimento jurisprudencial no sentido de que tal ausência de manifestação do contribuinte, considerada concordância tácita do sujeito passivo com a compensação de ofício, não se traduz em reconhecimento da dívida para fins de caracterizar causa interruptiva da prescrição prevista no art. 174, parágrafo único, IV, do CTN. Precedentes deste E. TRF2: AC 00010455920124025001, TRF2, Quarta Turma Especializada, data da publicação da decisão: 31/05/2016; AGRAVO 00180688320124020000, TRF2, data da decisão 13/10/2015.

3. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0523590-43.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.523590-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/05/2016 18:03
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: VIGIL SERVICOS DE GUARDA E VIGILANCIA LTDA
APELADO: HELIS FERNANDES LAGOA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0523590-43.2001.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA CONFIGURADA. CONTROLE DE ACERVO PELA FAZENDA NACIONAL. INTIMAÇÃO DA EXEQUENTE. DESNECESSIDADE. (SUMULA 314 DO STJ). SUMULA 106 DO STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF).

2. No caso, a diligência de citação da pessoa jurídica foi negativa e, embora citado o representante legal, foi certificado pelo Oficial de Justiça que ¿a residência é muito humilde, com mobiliário simples, não tendo encontrado nenhum objeto suntuoso.¿ Diante de tal contexto, a própria Exequente requereu a suspensão do feito para promover diligências (fls. 55), em 06/02/2002. O pedido de suspensão foi deferido (fls.56), e os autos foram encaminhados ao Exequente, que, em 02/04/2003, os devolveu sem qualquer manifestação útil ao andamento do feito, protestando por nova vista (fls.57). Em razão do longo tempo de permanência dos autos com a Exequente, sem qualquer providência ou requerimento, foi determinado arquivamento com baixa, em 09/04/2003 (fls.58). Em 06/07/2015 (fls.59), intimada para informar sobre causas obstativas da prescrição, a Exequente alega ausência de intimação acerca do arquivamento do feito.

3. É desnecessária a renovação da intimação da Exequente acerca do arquivamento (Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não sendo localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.¿). O STJ pacificou entendimento de que é desnecessária a intimação da exequente nas seguintes hipóteses: 1) do despacho determinando a suspensão da execução fiscal que tenha sido requerida pela própria Exequente; 2) do despacho que determina o arquivamento dos autos por 5 (cinco) anos, após transcorrido 1 (um) ano desde a suspensão (art. 40 da LEF). Conclui-se que, uma vez acolhido o pedido de suspensão formulado pela Exequente ou determinada, de ofício, a suspensão do feito, ao final do prazo de 1 ano, ocorre o arquivamento e se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.

4. Caberia à Exequente apresentar os resultados da pesquisa em razão da qual pediu a suspensão do feito, pois, por certo, a FAZENDA NACIONAL necessita de ter controle do seu acervo e dos pedidos que formula nos autos, como o pedido de suspensão por prazo dentro do qual deveria ter apresentado o resultado da diligência que motivou seu pedido. Entretanto, permaneceu inerte. A jurisprudência de ambas as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que ¿a falta de impulso oficial do processo, por si só, não exime a responsabilidade da exequente pela condução do feito executivo, mormente quando o transcurso de prazo superior a cinco anos ocorre após a citação¿ (AgRg no AREsp 60.819/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, DJe 10/12/2012). Portanto, não é caso de aplicação da Sumula 106 do STJ.

5. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0006909-57.2003.4.02.5110 Número antigo: 2003.51.10.006909-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/02/2014 17:46
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LANCHONETE BILLY LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0006909-57.2003.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CREDITO TRIBUTÁRIO. SUMULA 436 DO STJ. INERCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART. 174, DO CTN).

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX), submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se na data do vencimento do crédito tributário declarado, mas não pago, ou na data da entrega da declaração, o que for posterior. A partir de tal entendimento, foi editada a Súmula nº 436 do STJ ("A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.").

2. Com o fito de esclarecer a data da constituição definitiva do crédito tributário, a Exequente foi intimada a informar a data da entrega da declaração que originou a presente inscrição em dívida ativa (fls.59), havendo permanecido inerte (fls.62).

3. A sentença que pronunciou a denominada prescrição direta não merece qualquer reparo, haja vista que não restou demonstrada a existência de causa obstativa da prescrição ou de que seu termo inicial, a partir da constituição definitiva do crédito tributário, tenha ocorrido em momento diverso daquele considerado na sentença. Portanto, ausentes elementos que infirmem a constituição definitiva do credito na data do vencimento, sendo o mais próximo em 10/01/1997, conclui-se que estava consumado o prazo prescricional previsto no art. 174, caput, do CTN, quando do ajuizamento da ação, em 10/06/2003.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0511055-14.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.511055-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/07/2016 17:00
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: START RIO ESTUDIO DE ARTE ELETRONICA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0511055-14.2003.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 40 DA LEI 6.830/80). SUMULA 314 DO STJ. INÉRCIA DA EXEQUENTE CARACTERIZADA.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF). Em 19/12/2008, pela terceira vez, foi determinada a suspensão do feito nos termos do artigo 40, da LEF (fl. 85), sendo manifestada a ciência da Fazenda Nacional à fl. 88. Em 26/02/2016, intimada a falar acerca da existência de alguma causa obstativa do prazo prescricional a exequente sustenta que processo ¿sequer estava suspenso na forma do art. 40,

nem, tampouco, foi arquivado¿ (fls. 102/103). Registre-se que a única a movimentação que consta entre a data da suspensão (fls.85) e as intimações da Exequente (fls.88 e 102/103), consiste na juntada do agravo de instrumento interposto pela Exequente, ao qual foi negado provimento.

2. Nos termos do art. 40, § 4º, da LEF, após o transcurso de 1 ano da suspensão do trâmite execução, ocorre o arquivamento e tem início a contagem do prazo quinquenal, findo o qual o Juiz poderá reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Vê-se, pela leitura do preceito citado, que é desnecessária a renovação da intimação da Exequente acerca do arquivamento, nos exatos termos da Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não sendo localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.¿ Precedente desta 3ª Turma Especializada: TRF2, AC 190051017009511, 3ª Turma Esp., Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, DJe 19/02/2016.

3. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0515997-55.2004.4.02.5101 Número antigo: 2004.51.01.515997-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/04/2016 15:03
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ORWEC QUIMICA S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0515997-55.2004.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DESPACHO CITATÓRIO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LC Nº 118/2005. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO (ART. 40 LEF). IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE FORA DAS HIPÓTESES DO ART. 40 DA LEF. POSSIBILIDADE. SÚMULA 106 DO STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Até a vigência da Lei Complementar nº 118/2005, que alterou o inciso I, do art. 174, do CTN, a interrupção da prescrição para a cobrança do crédito tributário ocorria mediante citação pessoal feita ao devedor. Somente após a vigência da referida lei complementar é que o despacho que ordena a citação passou a ter efeito interruptivo para a prescrição. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1561351/SP, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2015. ; STJ, AgRg no REsp 1499417/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2015; TRF2, AC 0005688-38.2011.4.02.9999, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal Claudia Neiva, Dje 22/02/2016; TRF2, AC 0002005-57.2004.4.02.5110, 3ª Turma Esp., Rel. Desembargadora Federal Lana Regueira, Dje 22/02/2016.

2. No caso concreto, o despacho que ordenou a citação foi proferido em 12/08/2004, portanto, por ter sido proferido antes da vigência da LC nº 118/2005, não teve o condão de interromper a prescrição. Deste modo, após a constituição definitiva do crédito tributário, ainda que considerada a data da inscrição em dívida ativa, ocorrida em 27/10/2003, a citação pessoal ao devedor deveria ter ocorrido no prazo de cinco anos, o que não se verificou.

3. É tranquilo o entendimento no sentido de que, antes de 09/06/2005, data a partir da qual passou a vigorar a LC nº 118/2005, somente a citação pessoal teria o efeito de interromper a prescrição. Nesse

sentido: TRF - 2ª Região, AC 2000.51.10.006000-4, Relatora: Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R: 29/02/2016; STJ, AgRg no REsp 1561351/SP, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 10/12/2015.

4. Por outro lado, é pacífico o entendimento, no âmbito do E. STJ, de que, nos casos anteriores à LC nº 118/2005, a aplicação da suspensão prevista no art. 40, da LEF, está condicionada à citação válida do devedor, caso em que a prescrição estaria interrompida. Nesse sentido: TRF - 2ª Região, AC 00892577219974025101, Relatora: Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R: 19/02/2016.

5. Conclui-se que a prescrição intercorrente pode ser decretada em hipótese distinta daquela prevista no art. 40 da Lei nº 6.830/80. Precedentes do STJ e desta Corte: AgRg no REsp nº 1.284.357/SC ¿ Segunda Turma - Rel. Ministro CASTRO MEIRA - DJe 04-09-2012; AC nº 0515752-78.2003.4.02.5101 - Terceira Turma Especializada - Rel. Des. Fed. CLAUDIA NEIVA, e-DJF2R 18-11-2015; AC nº 0073039-95.1999.4.02.5101 ¿ Quarta Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. LUIZ ANTONIO SOARES ¿ e-DJF2R 16-10-2015; AC nº 0078203-41.1999.4.02.5101 ¿ Terceira Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO ¿ e-DJF2R 13-10-2015.

6. Ademais, impende mencionar que: "Os requerimentos para realização de diligências que se mostraram infrutíferas em localizar o devedor ou seus bens não têm o condão de suspender ou interromper a prescrição intercorrente." (STJ, 1ª T., AGA 1372530, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 19/05/14).

7. Não é caso de aplicação da Súmula nº 106 do STJ, pois a demora na citação não ocorreu por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, eis que atendidos todos os requerimentos que formulou. Precedente: STJ, AgRg no AREsp 357.368/DF, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 06/03/2014.

8. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0003903-95.2005.4.02.5102 Número antigo: 2005.51.02.003903-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 04/10/2016 15:50
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: MUNICIPIO DE NITEROI
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ
APELADO: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: ENIO VALLE PAIXAO
Originário: 0003903-95.2005.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DA EXEQUENTE CONFIGURADA.

1. Apelação do Município de Niterói contra sentença que julgou pronunciou a prescrição intercorrente, nos termos do art.269, IV do CPC c/c art.40, §4º, da LEF. No caso concreto, após proferida sentença de improcedência dos Embargos à Execução opostos pela ECT (fls. 15/25), o Exequente foi intimado para formular requerimentos em 09/06/2009 (fls. 31/32), não obstante, quedou-se inerte (fl. 33). Posteriormente, em 06/09/2010, o Juízo determina nova intimação do exequente para que dê andamento ao feito, explicitando em seu despacho que o silêncio da Exequente implicaria imediato arquivamento provisório, com as consequências da consumação da prescrição intercorrente no prazo legal, independente de nova intimação (fl. 35). Intimação do Município de Niterói, certificado o decurso do prazo sem

manifestação (fl. 37). Instado a se manifestar sobre possível ocorrência de prescrição (fl. 39), o Exequente, novamente, deixou o prazo transcorrer in albis sem manifestação (fl. 42).

2. Nos termos do art. 40, § 4º, da LEF, o prazo prescricional quinquenal tem início a partir do arquivamento dos autos, findo o qual o Juiz poderá reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Por outro lado, é cediço que a prescrição intercorrente também pode ser decretada em hipótese distinta daquela prevista no art. 40 da Lei nº 6.830/80. Precedentes do STJ e desta Corte: AgRg no REsp nº 1.284.357/SC ¿ Segunda Turma - Rel. Ministro CASTRO MEIRA - DJe 04-09-2012; AC nº 0515752-78.2003.4.02.5101 - Terceira Turma Especializada - Rel. Des. Fed. CLAUDIA NEIVA, e-DJF2R 18-11-2015; AC nº 0073039-95.1999.4.02.5101 ¿ Quarta Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. LUIZ ANTONIO SOARES ¿ e-DJF2R 16-10-2015; AC nº 0078203-41.1999.4.02.5101 ¿ Terceira Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO ¿ e-DJF2R 13-10-2015; TRF2 ¿ AC 02523493219004025101 - Terceira Turma ¿ Relator Juiz Federal Convocado GULHERME BOLLORINI PEREIRA ¿ publicação 26/07/2016).

3. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0514403-35.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.514403-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 30/09/2016 18:32
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: GRUPO AQUAPLAY DE SERVIÇOS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0514403-35.2006.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 40 DA LEI 6.830/80). SUMULA 314 DO STJ. INÉRCIA DA EXEQUENTE CARACTERIZADA. CONTROLE DE ACERVO E PEDIDOS.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF). Em 02/08/2006 (fls.61) foi determinado o arquivamento do feito nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.830/80. Intimada, a Exequente requereu citação da pessoa jurídica executada em nome do seu representante legal, em 17/01/2007 (fl. 63), que foi indeferido e mantida a suspensão (fls.68/69). Houve realização de diligências, como BACENJUD com resultado negativo (fls.80). Registre-se que em 02/10/2010, a própria Exequente requereu a suspensão do feito para diligências (fls. 83), não havendo mais comparecido aos autos. Em 01/03/2016, a Exequente informa a inexistência de causas obstativas da prescrição (fls. 86-87).

2. Nos termos do art. 40, § 4º, da LEF, após o transcurso de 1 ano da suspensão do trâmite execução, ocorre o arquivamento e tem início a contagem do prazo quinquenal, findo o qual o Juiz poderá reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Vê-se, pela leitura do preceito citado, que é desnecessária a renovação da intimação da Exequente acerca do arquivamento, nos exatos termos da Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não sendo localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.¿

3. Mesmo a ausência de ato formal determinando o arquivamento dos autos não impede o reconhecimento da prescrição intercorrente, quando transcorridos mais de cinco anos ininterruptos, sem que a exequente tenha promovido os atos necessários ao prosseguimento da execução fiscal. Precedentes

do STJ: AgRg no AREsp 241.170/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 24/10/2013; EDcl nos EDcl no AgRg no Resp 1.122.356/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/03/2014, DJe 18/03/2014.

4. Registre-se que caberia à Exequente apresentar os resultados da pesquisa em razão da qual pediu a suspensão do feito (fls.83), pois, por certo, a FAZENDA NACIONAL necessita de ter controle do seu acervo e dos pedidos que formula nos autos, como o pedido de suspensão por prazo dentro do qual deveria ter apresentado o resultado da diligência que motivou seu pedido. Entretanto, permaneceu inerte.

5. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0503466-58.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.503466-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/03/2016 12:35
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TRANSNAVE ESTALEIRO DE REPAROS E CONTRUCAO NAVAL S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0503466-58.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO AO FGTS . NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. SÚMULA 210 DO STJ. ART. 40 DA LEI 6.830/80. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL CONFORME MODULAÇÃO EFEITOS NO ARE 709212.

1. Cuida-se de execução fiscal para cobrança de contribuição ao FGTS, cuja natureza não tributária faz incidir, para fins de contagem do prazo prescricional, a Lei 6.830/80 (e não o CTN).

2. A jurisprudência havia fixado o entendimento de que o prazo para cobrança das contribuições ao FGTS era trintenário, nos termos da Súmula 210 do STJ: "A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta anos".

3. No entanto, o STF, por ocasião do julgamento do ARE 709212, em 13/11/2014, modificou o referido entendimento, adotando o prazo quinquenal para a cobrança das contribuições ao FGTS, e declarando a inconstitucionalidade incidenter tantum dos dispositivos legais que fixavam o prazo prescricional em trinta anos, ou seja, do art.23, §5º, da Lei nº 8.036/1990 e do art.55, do Decreto nº 99.684/1990, na parte em que ressalvam o ¿privilégio do FGTS à prescrição trintenária¿, haja vista violarem o disposto no art.7º, XXIX, da Constituição, atribuindo efeitos ex nunc à decisão.

4. Relativamente à modulação de efeitos da referida decisão (ARE 709212), restou explicitado que seriam meramente prospectivos, em homenagem à segurança jurídica que recomenda a mitigação dos efeitos da declaração de nulidade da lei, ademais, em atenção à interpretação que vinha recebendo dos Tribunais. Portanto, tem-se que, nos casos cujo termo inicial da prescrição ocorrer após a publicação do acórdão (19/02/2015), incide, desde logo, o prazo quinquenal. E, nos casos nos quais o prazo de prescrição já estiver em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial da prescrição, ou 5 anos, contados da data do julgamento do ARE 709212 (13/11/2014).

5. No caso concreto, a cobrança é relativa às competências 10/2005 a 8/2006, e o despacho que ordenou a citação foi proferido em 04/05/2009. Portanto, vê-se que não houve arquivamento pelo prazo de 30 anos e, por ora, ainda não decorridos cinco anos do julgamento do ARE 709212.

6. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0504898-15.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.504898-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/11/2015 09:56
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PRISMA ENGENHARIA LOCADORA E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0504898-15.2009.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (art. 40, §4º, DA LEF). SUMULA 314 DO STJ. INÉRCIA DA EXEQUENTE CONFIGURADA. SUMULA 106 DO STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Apelação da UNIÃO FEDERAL contra sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF). A Fazenda Nacional foi intimada da decisão de suspensão e arquivamento em 13/07/2009 (fl. 32), sem formular qualquer requerimento. Em 12/08/2015 foi determinada a intimação da exequente para informar a ocorrência de causas obstativas do prazo prescricional (fl. 33). Intimada, não se manifesta (fls.34).

2. Nos termos do art. 40, § 4º, da LEF, o prazo prescricional quinquenal tem início a partir do arquivamento dos autos, findo o qual o Juiz poderá reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. É desnecessária a renovação da intimação da Exequente acerca do arquivamento, nos exatos termos da Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não sendo localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.¿ (Precedente desta 3ª Turma Especializada: TRF2, AC 190051017009511, 3ª Turma Esp., Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, DJe 19/02/2016).

3. Ressalte-se que não é o caso de aplicação da Súmula 106 do STJ, pois a demora na citação, bem como localização de bens do executado, não decorreu de qualquer circunstância provocada pelo Judiciário, eis que atendidos todos os requerimentos que formulou de forma tempestiva. Precedentes: (STJ, REsp n. 1102431 / RJ, DJe 1.2.10 ¿ submetido à sistemática do art. 543-C, do CPC; STJ, AgRg no AREsp 366.914/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 06/03/2014; STJ, REsp 1222444/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 25/04/2012.

4. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0504542-49.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.504542-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 12:31
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: RADIO MPB LTDA
ADVOGADO: GILBERTO FRAGA
Originário: 0504542-49.2011.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. FATOS GERADORES ANTERIORES À CONSTITUIÇÃO DE 1988. REPETITIVO RESP 1.138.159/SP. NATUREZA JURÍDICA NÃO-TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. PRESCRIÇAO INTERCORRENTE NÃO CARACTERIZADA. SUMULA 106 DO STJ.

1. O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do repetitivo REsp 1.138.159/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, consolidou o entendimento no sentido de que: a) antes da vigência da EC nº 08/77, as contribuições previdenciárias possuíam natureza jurídica de tributo, razão pela qual o prazo prescricional a que estavam sujeitas era o quinquenal, nos termos disciplinados pelo CTN; b) a partir da EC nº 08/77, as contribuições previdenciárias perderam a natureza jurídica de tributo, aplicando-lhes o prazo prescricional trintenário, a teor da Lei nº 3.807/60; c) com o advento da nova ordem constitucional, em 1988, as contribuições previdenciárias voltaram a ter natureza jurídica de tributo, cuja cobrança se submete ao prazo prescricional de 5 (cinco) anos previsto pelo CTN.

2. Por outro lado, é pacífico o entendimento que, para fins de contagem da prescrição intercorrente, aplica-se a legislação tributária em vigor ao tempo do arquivamento da execução fiscal, sendo irrelevante tratar-se de crédito decorrente de fato gerador posterior à EC nº 8/77 e anterior à Constituição Federal de 1988. Precedentes: STJ, AgRg no REsp 1324297/PE, Rel. Desembargadora Convocada TRF3 DIVA MALERBI, Segunda Turma, DJe 17/05/2016; TRF2, AC nº 1997.51.01.080583-4, Relator JFC GUILHERME BOLLORINI PEREIRA, Terceira Turma Especializada, DJE: 26/08/2016; TRF2, AC nº 1988.51.01.012001-0, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, Terceira Turma Especializada, DJE 12/07/2016.

3. No caso, cuida-se de execução de dívida de contribuição previdenciária relativa ao período de 02 a 05/1985, portanto, anterior à Constituição de 1988, a inscrição em dívida ocorreu em 17/12/1985, e a presente ação foi ajuizada em 13/02/1986, perante a Justiça Estadual no desempenho da competência delegada. Os autos não tiveram andamento no período que vai de 03/1986 a 31/05/1995 (fls.10). Despacho citatório proferido à fl.16, sendo negativo o resultado da diligência (fl. 18), ocorrida em 24/10/1996. No ano 2000, foi requerido pela Exequente o redirecionamento da execução aos sócios (fls.20) e expedição de ofício à Receita Federal para encaminhamento da declaração de rendimentos dos sócios indicados, cujas informações foram anexadas aos autos. Em 2012, houve declínio para a Justiça Federal, onde, de pronto, foi proferida a sentença ora recorrida.

4. Conclui-se que, considerada a natureza não¿tributária e o prazo trintenário ao qual sujeitas as contribuições previdenciárias anteriores à Constituição de 1988, não ocorreu a denominada prescrição direta, haja vista que o despacho de citação foi lançado dentro do prazo trintenário (art.8º, §2º, da LEF). Tampouco estão presentes os pressupostos para decretação da prescrição intercorrente, haja vista que não ocorreu arquivamento do feito, sequer sua suspensão. O caso é de aplicação da Súmula 106 do STJ, diante da tramitação anormal perante a Justiça Estadual no desempenho da competência delegada.

5. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001863-48.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.001863-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/07/2014 18:18
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ACESSORIOS E EQUIPAMENTOS DE INCENDIO RUNDOLPH LTDA
APELADO: DULCINEA JESUS DE GUSMAO
ADVOGADO: RICARDO BRAGA FRANCA
Originário: 0001863-48.2012.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART.174, CAPUT, DO CTN). DISSOLUÇÃO IRREGULAR E REDIRECIONAMENTO. PRAZO. INÉRCIA DA EXEQUENTE. SUMULA 106 DO STJ. INAPLICABILIDADE.

1. Apelação da UNIÃO FEDERAL contra sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição.

2. No caso, a constituição definitiva do crédito ocorreu em 30/04/1992, e o resultado da diligência citatória foi negativo, havendo o oficial de justiça certificado que, conforme informação de vizinhos, a pessoa jurídica havia deixado de funcionar no local há aproximadamente 6 meses. A Exequente teve vista dos autos logo a seguir, em 11/07/1997 (fls.9), e não requereu o redirecionamento.

3. Conforme orientação que tem prevalecido neste Colegiado, ¿O marco inicial do prazo prescricional, na hipótese de redirecionamento da execução fiscal para o sócio, é a data em que a exequente toma ciência da dissolução irregular da sociedade. A partir de então está autorizado o redirecionamento, consoante precedentes do STJ.¿(TRF2, AC 2014.02.01.009306-6, Rel. Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA). Portanto, vê-se que o marco inicial do prazo prescricional para o pedido de redirecionamento, no caso, foi 11/07/1997, data na qual a Exequente foi intimada da existência de indícios de dissolução irregular. No entanto, decorreram mais de cinco anos desde então, e o redirecionamento somente foi requerido em 2003 (fls.15/16), quando já consumada a prescrição.

4. Embora os autos tenham permanecidos parados em cartório no período de 1997 a 2003 (fls.10/12), perante a Justiça Estadual, no desempenho da competência delegada, não é caso de aplicação da Súmula 106 do STJ. Isso porque a ausência de impulso oficial não exime a Exequente de adotar providências para evitar a consumação do prazo prescricional, sendo certo que a jurisprudência de ambas as Turmas da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que ¿a falta de impulso oficial do processo, por si só, não exime a responsabilidade da exequente pela condução do feito executivo, mormente quando o transcurso de prazo superior a cinco anos ocorre após a citação¿ (AgRg no AREsp 60.819/MS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, DJe 10/12/2012). No caso, repetindo, houve intimação, em 1997, da diligência negativa com indícios de dissolução irregular, de modo que o pedido de redirecionamento deveria ter sido formulado nos cinco anos seguintes, o que não ocorreu.

5. Ademais, aberta vista ao Exequente, em 31/07/2008 (fls.31), os autos foram retidos e somente devolvidos em 27/04/2010, sem qualquer manifestação sobre a exceção de pré-executividade (fls.32). Declinada a competência para a Justiça Federal, houve necessidade de duas intimações para que a Exequente se manifestasse sobre a exceção de pré-executividade, pois, na primeira, ficou inerte (fls.41/55). Diante de tal histórico, inafastável o reconhecimento da prescrição.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0003329-94.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.003329-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/09/2016 16:26
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NIKKON EQUIPAMENTOS TECNICOS E MATERIAIS LTDA
APELADO: FRANCISCO ARRAIS DE LIMA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0003329-94.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO .EXECUÇÃO FISCAL. DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 151, III, DO CTN). PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Apelação contra sentença que pronunciou a prescrição de crédito tributário, cuja notificação da lavratura do auto de infração ocorreu em 28/12/2001 e 28/03/2002, e o ajuizamento ocorreu somente em 20/02/2013. Intimada a esclarecer sobre causas obstativas da prescrição (fls.89), a Exequente apresentou petição com argumentos dissociados dos esclarecimentos pertinentes (fls.91/93), entretanto, juntou documento que registra a tramitação de recurso administrativo (fls. 94). Foi, então, proferida a sentença ora recorrida. Posteriormente, em recurso de apelação, a UNIÃO FEDERAL apresenta as informações pertinentes, esclarecendo que o contribuinte recorreu administrativamente contra o crédito notificado, sendo que as decisões finais, foram proferidas em 07/08/2012 (fls. 126) e 15/08/2012 (fl. 133).

2. É cediço que o recurso administrativo, desde que formulado nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário, constitui causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, nos exatos termos do art. 151, III, do CTN. Nesse sentido: ¿EXECUÇÃO FISCAL. AUTO DE INFRAÇÃO. INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL. TÉRMINO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. PRECEDENTES. É pacífico no âmbito desta Corte Superior que a interposição de recurso administrativo tem o efeito de suspender a exigibilidade do crédito tributário, obstando o início do prazo da prescrição, o qual passa a fluir somente após o respectivo julgamento. Precedentes. Agravo regimental improvido.¿ (STJ, Agravo Regimental no Recurso Especial 108811 SP 2008/024851-3, DJ 24/03/2009)

3. Logo, considerada a data a partir da qual se torna definitivo o julgamento do recurso na esfera administrativa, bem como a data do ajuizamento da presente ação, conclui-se que não ocorreu prescrição.

4. Apelação a qual se dá provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento)

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0122396-53.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.122396-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/09/2014 13:47
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: GMZ ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0122396-53.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART.174, CAPUT, DO CTN). REPETITIVO RESP 1.120.295/SP. SUMULA 436 DO STJ.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX), submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se na data do vencimento do crédito tributário declarado, mas não pago, ou na data da entrega da declaração, o que for posterior. A partir de tal entendimento, foi editada a Súmula nº 436 do STJ ("A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.")

2. No caso concreto, segundo informações constantes na CDA (fls.50), cuida¿se de tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja constituição definitiva do crédito, considerado o vencimento mais recente (Sumula 436 do STJ) ocorreu em 15/01/2007, haja vista que não restou demonstrado pela Exequente que houve entrega da declaração posterior ao vencimento do tributo declarado, mas não pago. A presente execução fiscal foi proposta em 19/07/2013, portanto após ultrapassado o quinquênio legal.

3. É cediço que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos contados da data da sua constituição definitiva, nos exatos termos do art. 174, do Código Tributário Nacional. Precedentes: TRF2 - APELREEX 05216166320044025101 ¿ Quarta Turma Especializada ¿ Rel. JFC Mauro Luis Rocha Lopes ¿ DJ 31/05/2016.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001696-96.2014.4.02.5106 Número antigo: 2014.51.06.001696-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/01/2016 19:46
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001696-96.2014.4.02.5106 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. VALOR DE ALÇADA PARA APELAÇÃO (ART. 34 DA LEF). REPETITIVO RESP Nº 1.168.625/MG. REPERCUSSÃO GERAL ARE Nº637.975/MG. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA.

1. O E. Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do repetitivo REsp nº1.168.625/MG, Primeira Turma, firmou entendimento no sentido de que ¿adota-se como valor de alçada para cabimento de apelação em sede de execução fiscal o valor de R$ 328,27 (trezentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), corrigido pelo IPCA-E a partir de janeiro de 2001, valor esse que deve ser observado à data da propositura da execução.¿

2. O E. Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE nº 637.975/MG, com repercussão geral, entendeu que o art. 34 da LEF é compatível com a Constituição Federal.

3. Apelação não conhecida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0003762-37.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.003762-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/12/2015 13:17
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: FORNECEDORA CHATUBA DE NILOPOLIS LTDA
ADVOGADO: GRACILIA HERMINIA AMORIM PORTELA
Originário: 0003762-37.2014.4.02.5110 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. NATUREZA TRIBUTÁRIA. ART. 2º, § 3º, DA LEF E ART. 202, II, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART.174, CAPUT, DO CTN).

1. Apelação do IBAMA contra sentença pronunciou a denominada prescrição direta. O caso versa sobre dívida oriunda de Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental, portanto, de natureza tributária, cuja constituição definitiva do crédito ocorreu em 27/08/2009 (fls.53), e a ação de execução fiscal somente foi ajuizada em 10/10/2014, portanto, após ultrapassado o quinquênio legal.

2. A regra do art. 2º, § 3º, da Lei 6.830/80, segundo a qual a inscrição em dívida ativa suspende o prazo prescricional por 180 dias ou até a distribuição da execução fiscal, se anterior àquele prazo, aplica-se tão somente à dívida de natureza não¿tributária, porque a prescrição da dívida tributária regula-se por lei complementar (art. 146, III, b, da Constituição), no caso, art. 174 do CTN. Precedente: STJ, RESP 200902176924, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJE 01/09/2010.

3. Quanto à alegação de protesto da certidão da dívida ativa, previsto na Lei nº 9492/97, na redação dada pela Lei 1.767/2012, com o efeito interruptivo da prescrição, conforme previsto no art. 202, II, do Código Civil, , repetindo, em se tratando de crédito de natureza tributária, a prescrição e as causas obstativas do seu fluxo apenas podem ser disciplinadas por lei complementar, nos termos do art. 146, III, alínea b, da Constituição de 1988, de modo que o protesto previsto no Código Civil não opera os efeitos pretendidos pela Exequente.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)

FABÍOLA UTZIG HASELOF

Juíza Federal Convocada

Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0134554-09.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.134554-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 31/10/2014 16:37

Gabinete 08

Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: IND/ DE ALIMENTOS OURO VERDE DE CASIMIRO LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0134554-09.2014.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART.174, CAPUT, DO CTN). REPETITIVO RESP 1.120.295/SP. SUMULA 436 DO STJ. INÉRCIA DA EXEQUENTE.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX), submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se na data do vencimento do crédito tributário declarado, mas não pago, ou na data da entrega da declaração, o que for posterior. A partir de tal entendimento, foi editada a Súmula nº 436 do STJ ("A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.")

2. No caso concreto, segundo informações constantes na CDA (fls.03/05), cuida¿se de tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja constituição definitiva do crédito, considerados os vencimentos (Sumula 436 do STJ), ocorreu em 29/04/2005 e 29/07/2005, haja vista que não restou demonstrado pela Exequente que houve entrega da declaração posterior ao vencimento do tributo declarado, mas não pago. A presente execução fiscal foi proposta em 03/07/2013, portanto após ultrapassado o quinquênio legal. Intimada a apresentar esclarecimentos, a UNIÃO FEDERAL ficou inerte (fls.13). Na apelação, não comprova qualquer informação que infirme a sentença.

3. É cediço que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos contados da data da sua constituição definitiva, nos exatos termos do art. 174, do Código Tributário Nacional. Precedentes: TRF2 - APELREEX 05216166320044025101 ¿ Quarta Turma Especializada ¿ Rel. JFC Mauro Luis Rocha Lopes ¿ DJ 31/05/2016.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)

FABÍOLA UTZIG HASELOF

Juíza Federal Convocada

Relatora

BOLETIM: 2017000126

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0595662-67.1900.4.02.5101 Número antigo: 1900.51.01.595662-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/02/2016 09:59
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MDM INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICACAO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0595662-67.1900.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO AO FGTS. NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA. SÚMULA 210 DO STJ. ART. 40 DA LEI 6.830/80. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. PRAZO PRESCRICIONAL CONFORME MODULAÇÃO EFEITOS NO ARE 709212.

1. Cuida-se de execução fiscal para cobrança de contribuição ao FGTS, cuja natureza não tributária faz incidir, para fins de contagem do prazo prescricional, a Lei 6.830/80 (e não o CTN).

2. A jurisprudência havia fixado o entendimento de que o prazo para cobrança das contribuições ao FGTS era trintenário, nos termos da Súmula 210 do STJ: "A ação de cobrança das contribuições para o FGTS prescreve em trinta anos".

3. No entanto, o STF, por ocasião do julgamento do ARE 709212, em 13/11/2014, modificou o referido entendimento, adotando o prazo quinquenal para a cobrança das contribuições ao FGTS, e declarando a inconstitucionalidade incidenter tantum dos dispositivos legais que fixavam o prazo prescricional em trinta anos, ou seja, do art.23, §5º, da Lei nº 8.036/1990 e do art.55, do Decreto nº 99.684/1990, na parte em que ressalvam o ¿privilégio do FGTS à prescrição trintenária¿, haja vista violarem o disposto no art.7º, XXIX, da Constituição, atribuindo efeitos ex nunc à decisão.

4. Relativamente à modulação de efeitos da referida decisão (ARE 709212), restou explicitado que seriam meramente prospectivos, em homenagem à segurança jurídica que recomenda a mitigação dos efeitos da declaração de nulidade da lei, ademais, em atenção à interpretação que vinha recebendo dos Tribunais. Portanto, tem-se que, nos casos cujo termo inicial da prescrição ocorrer após a publicação do acórdão (19/02/2015), incide, desde logo, o prazo quinquenal. E, nos casos nos quais o prazo de prescrição já estiver em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial da prescrição, ou 5 anos, contados da data do julgamento do ARE 709212 (13/11/2014).

5. No caso concreto, o despacho que ordenou a citação foi proferido em 22/03/1985 (fl. 07). Em 16/06/1992 foi determinado o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição (fl. 40). Vê-se que não houve arquivamento pelo prazo de 30 anos e, por ora, ainda não decorridos cinco anos do julgamento do ARE 709212.

6. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0056545-92.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.056545-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 05/10/2016 13:07
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FARROCO SUPER ATACADO DE ORNAMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0056545-92.1998.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ARQUIVAMENTO. PEQUENO VALOR (ART. 10, LEI 10.522/2002). AUSENCIA DE PREVIA INTMAÇÃO DA EXEQUENTE (§5º, ART. 40, DA LEF). REPETITIVO RESP 1.120.554.

1. Apelação da UNIÃO FEDERAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §§4º e 5º, da LEF).

2. Em 03/07/2008 foi deferido o requerimento da Exequente de arquivamento, com base no art. 20, da Lei 10.522/2002, em razão de o valor consolidado ser inferior a R$ 10.000,00. E, em 29/04/2016, foi proferida a sentença ora recorrida, sem prévia intimação da UNIÃO FEDERAL, com amparo no disposto no §5º do art. 40, da LEF, que estabelece que ¿a manifestação prévia da Fazenda Pública prevista no §4º desse artigo será dispensada no caso de cobranças judiciais cujo valor seja inferior ao mínimo fixado por ato do Ministro de Estado da Fazenda.¿

3. Os fundamentos da sentença recorrida estão alinhados ao precedente do repetitivo REsp nº 1.102.554, no qual firmada a seguinte tese: ¿Ainda que a execução fiscal tenha sido arquivada em razão do pequeno valor do débito executado, sem baixa na distribuição, nos termos do art. 20 da Lei 10.522/2002, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de cinco anos a contar da decisão que determina o arquivamento, pois essa norma não constitui causa de suspensão do prazo prescricional.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0402846-78.1999.4.02.5104 Número antigo: 1999.51.04.402846-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 16:33
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FERRO ENGENHARIA E COM/ LTDA
ADVOGADO: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DE PAULA
Originário: 0402846-78.1999.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA POR ABANDONO DA CAUSA. PRÉVIA INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA.

1. Apelação contra sentença que extinguiu a execução fiscal, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa pela exequente.

2. ¿Havendo intimação pessoal do representante da Fazenda Pública para dar prosseguimento ao feito e permanecendo ele inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa¿(AgRg no REsp 1320219/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o art. 267, III, do CPC/1973 (atual art. 485, III, do CPC/2015) é aplicável ao processo de execução fiscal, diante do disposto no art. 1º da Lei 6.830/80, que expressamente prevê a incidência subsidiária das normas do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp 56.800/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 27.11.2000, p. 150; REsp 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214; AgRg no REsp 885.565/PB, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 12/11/2008.

4. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser afastada a aplicação da Súmula nº 240 (¿A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu¿) às execuções fiscais não embargadas, revelando-se prescindível o requerimento do réu.

5. No caso em tela, restou caracterizado o abandono da causa, visto que, após a intimação da exequente para ciência das alienações judiciais infrutíferas, bem como para que promovesse o prosseguimento do feito (fl. 129), e diante de sua inércia por prazo superior a 30 dias (fls. 130/131), foi determinada nova intimação da exequente (fl. 132) para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar andamento ao processo, sob pena de extinção (art. 485, III c/c §1º do CPC), sem, contudo, atender à determinação judicial, devendo ser ressaltada a regularidade da última intimação pessoal, nos termos do art. 5º, caput e § 3º, da Lei nº 11.419/2006.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0518603-95.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.518603-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2015 19:19
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MEYER ROSENBLATT
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0518603-95.2000.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. FALECIMENTO DO EXECUTADO. SUCESSÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. ART. 40 DA LEF. INAPLICABILIDADE.

1. Sobrevindo o falecimento de qualquer das partes, o processo deve ser suspenso para que seja promovida a sucessão processual (artigos 265 e 1056 do CPC/1973 e artigos 313 e 688 do CPC/2015), que tem por finalidade sanar a ausência de pressuposto processual, em razão da falta de capacidade de fato do falecido.

2. Noticiado o falecimento da parte executada, foi determinada a suspensão do feito por 90 dias (fls. 89), para que a Exequente promovesse as diligências que conduzissem à sucessão processual, sendo a mesma intimada em 30/03/2015 (fls.90). Em 26/08/2015, foi proferida a sentença ora recorrida (fls. 95/96), com extinção do feito, com fundamento no art. 267, inciso VI, do CPC/1973.

3. Embora o Código de Processo Civil de 1973 não fixasse prazo para suspensão motivada por óbito da parte, o Código de Processo Civil de 2015 fixou que em tal hipótese a suspensão deve ter prazo mínimo de 2 meses e máximo de 6 meses (art. 313, §2º, I), donde se conclui que, no caso, houve prazo razoável antes da prolação da sentença para que a Exequente promovesse a sucessão processual.

4. Não se aplica à hipótese o art. 40 da Lei de Execução Fiscal, pois não é caso de falta de localização do devedor ou dos seus bens, mas, repetindo, ausência de capacidade de fato no polo passivo, em razão do falecimento do Executado. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 623.375/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 23/03/2015; TRF4, AG 0001670-02.2015.404.0000, SEGUNDA TURMA, Relator CLÁUDIA MARIA DADICO, D.E. 26/06/2015; TRF4, AC 5065379-68.2012.404.7100, QUARTA TURMA, Relator CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 17/12/2014; TRF5, AC nº 0006099202011405831/PE, Desembargadora Federal MARGARIDA CANTARELLI, Quarta Turma, DJE 22/08/2013.

5. Apelação a qual se nega provimento. Sentença mantida por fundamento diverso, qual seja, extinção por ausência de pressuposto processual (art. 267, IV, do CPC/1973).

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0521969-11.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.521969-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.118348-1
Distribuição-Sorteio Automático - 11/12/2015 09:04
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: FAUSTINO PUERTAS VIDAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0521969-11.2001.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DA NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE. ART. 174 DO CTN. AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1- Em sede de embargos de declaração, descabe a rediscussão das matérias apreciadas no julgado, posto que não se coaduna com a sua natureza integrativa. A possibilidade de se atribuir, em caráter excepcional, efeitos infringentes ao recurso de embargos de declaração, deve se limitar às hipóteses de equívoco manifesto no julgado recorrido e àquelas em que a supressão do vício apontado obrigue a alteração do julgado. Precedentes: STJ - EDcl no REsp 830.577/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 03.08.2010 e EDcl no AgRg no REsp 242.037/PR, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 16.11.2009.

2- A jurisprudência firmou-se no sentido de que, em regra, descabe a atribuição de efeitos infringentes aos embargos declaratórios, em cujo contexto é vedada rediscussão da controvérsia. Precedentes: STJ: EDcl no AgRg no REsp 1482730/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016; EDcl no REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016 e incontáveis outros precedentes.

3- Mesmo no tocante ao requisito do prequestionamento - indispensável à admissão dos recursos especial e extraordinário -, a Corte Superior de Justiça tem entendido ser suficiente o prequestionamento implícito, presente quando se discute a matéria litigiosa de maneira clara e objetiva, ainda que sem alusão expressa aos dispositivos legais questionados. Assim - vale frisar -, apresenta-se desnecessária expressa declaração no acórdão recorrido dos dispositivos legais enumerados pelas partes, bastando que a matéria tenha sido objeto de efetiva apreciação pelo órgão julgador. Precedentes: EDcl no AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF 3ª REGIÃO), Segunda Turma, julgado em 01/03/2016, DJe 10/03/2016; REsp 1493161/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 02/02/2016.

4- As funções dos embargos de declaração são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. Precedente: STJ - EDcl no REsp 1325756 ¿ Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES ¿ Decisão de 01/08/2012 ¿ Data da Publicação: 07/08/2012.

5- Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil (artigo 535 do antigo CPC).

6- Inexistência de vício no acórdão, eis que o seu o voto, parte integrante do julgado, abordou, com clareza e sem omissão, contradição ou obscuridade, todas as questões postas em juízo, reconhecendo, nos moldes da jurisprudência do STJ, a prescrição da pretensão executória, uma vez que, entre o lançamento do débito e o ajuizamento da ação, decorreram mais de cinco anos, não havendo notícia nos autos acerca da interposição de recurso administrativo pelo devedor.

7- Se a parte não se conforma com a decisão colegiada, a hipótese desafia novo recurso, porque perante este Tribunal todas as questões restaram exauridas, e o debate está encerrado.

8- Embargos de Declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, . (data do julgamento)

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, `a¿, da Lei nº 11.419/06)

MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0505296-06.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.505296-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/05/2015 17:30
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ICARO CONSTRUÇÕES LTDA
APELADO: RITA DE CASSIA TORTURA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0505296-06.2002.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FALÊNCIA ENCERRADA. INEXISTÊNCIA DE BENS. IMPOSSIBILIDADE DE QUITAÇÃO DO DÉBITO FISCAL QUE IMPLICA PERDA DO INTERESSE NO PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. REDIRECIONAMENTO EXIGE COMPROVAÇÃO DE GESTÃO DOLOSA OU CULPOSA (ART. 134 E 135, DO CTN).

1. A massa falida responde pelas obrigações a cargo da pessoa jurídica até o encerramento da falência, só estando autorizado o redirecionamento da execução fiscal caso fique demonstrada a prática pelo sócio de ato ou fato eivado de excesso de poderes ou de infração a lei, contrato social ou estatutos.

2. Encerrado o processo falimentar sem a constatação de bens da sociedade empresarial suficientes à satisfação do crédito tributário, extingue-se a execução fiscal, cabendo o redirecionamento tão somente quando constatada uma das hipóteses dos arts. 134 e 135 do CTN. Precedentes do E. STJ e deste E. TRF2.

3. Inexiste nos autos qualquer indício que possa evidenciar a ocorrência das circunstâncias previstas no art. 135, III, do CTN, aptas a ensejar o redirecionamento da execução aos sócios, tal como a dissolução irregular da sociedade, devendo ser ressaltado que a falência é hipótese legal e regular de dissolução.

4. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 613.934/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 24/04/2015; AgRg no AREsp 509.605/RS, Rel. Ministra MARGA TESSLER (Juíza Federal Convocada do TRF 4ª REGIÃO), Primeira Turma, julgado em 21/05/2015, DJe 28/05/2015; TRF2, AgRg no Ag 1396937/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Primeira Turma, julgado em 06/05/2014, DJe 13/05/2014; AC nº 2000.51.01.522791-0, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, DJE: 18/11/2015, Terceira Turma Especializada; AC nº 1999.51.01.066069-5, Relatora Desembargadora Federal LANA REGUEIRA, DJE: 08/01/2016, Terceira Turma Especializada.

5. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0534825-65.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.534825-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/04/2014 16:31
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CLIPER CLINICAS PEDIATRICAS REUNIDAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0534825-65.2005.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INÉRCIA DA EXEQUENTE. SUMULA 314 DO STJ.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a prescrição intercorrente (art.40, §4º, da LEF).

2. A Exequente foi devidamente intimada da decisão que determinou a suspensão do feito pelo prazo de 1 ano, ao final do qual, constatada a ausência de indicação de elementos novos, foi determinado o arquivamento sem baixa. É desnecessária a renovação da intimação da Exequente acerca do arquivamento (Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não sendo localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo de prescrição quinquenal intercorrente.¿). Precedente desta 3ª Turma Especializada: TRF2, AC 190051017009511, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, DJe 19/02/2016.

3. No caso, o despacho citatório, posterior ao advento da Lei Complementar nº 118/2005, interrompeu a prescrição, entretanto, a diligência teve resultado negativo (fl. 16). A partir de tal notícia, foi proferida decisão determinando a suspensão do feito pelo prazo de um ano, ao final do qual, em não sendo indicados elementos novos, foi determinado o arquivamento sem baixa (fl. 17). A UNIÃO FEDERAL foi intimada em 18/05/2007 (fl. 19). Em 14/11/2013, a UNIÃO FEDERAL foi provocada a manifestar¿se sobre eventual causa obstativa da prescrição, havendo permanecido inerte (fls. 21/23).

4. Ressalte-se que não é o caso de aplicação da Súmula 106 do STJ, pois a demora na citação, bem como localização de bens do executado, não decorreu de qualquer circunstância provocada pelo Judiciário, eis que atendidos todos os requerimentos que formulou de forma tempestiva. Precedentes: (STJ, REsp n. 1102431 / RJ, DJe 1.2.10 ¿ submetido à sistemática do art. 543-C, do CPC; STJ, AgRg no AREsp

366.914/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 06/03/2014; STJ, REsp 1222444/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 25/04/2012.

5. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0514417-19.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.514417-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2016 16:18
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SCHIN BAR RESTAURANTE LTDA
APELADO: REGINALDO BARROS NUNES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0514417-19.2006.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DIRETA (ART.174, CAPUT, DO CTN). REPETITIVO RESP 1.120.295/SP. SUMULA 436 DO STJ.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL em face de sentença que julgou extinta a execução fiscal, pronunciado a denominada prescrição direta.

2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX), submetido ao rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, o crédito tributário constitui-se na data do vencimento do crédito tributário declarado, mas não pago, ou na data da entrega da declaração, o que for posterior. A partir de tal entendimento, foi editada a Súmula nº 436 do STJ ("A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.")

3. No caso concreto, segundo informações constantes na CDA (fls.64, 124 e 153), cuida¿se de tributo sujeito a lançamento por homologação, cuja constituição definitiva do crédito, considerado o vencimento mais recente, ocorreu em 03/2000, haja vista que não restou demonstrado pela Exequente que houve entrega da declaração posterior ao vencimento do tributo declarado, mas não pago. A presente execução fiscal foi proposta em 14/07/2006, portanto após ultrapassado o quinquênio legal.

4. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.

Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF

Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0528328-98.2006.4.02.5101 Número antigo: 2006.51.01.528328-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/11/2015 18:55
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CID CARDOSO COELHO
ADVOGADO: ANTONIO ROGERIO CARDOSO COELHO
Originário: 0528328-98.2006.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. FALECIMENTO DO EXECUTADO. SUCESSÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO DOS HERDEIROS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POSSIBILIDADE. ART. 40 DA LEF. INAPLICABILIDADE.

1. Sobrevindo o falecimento de qualquer das partes, o processo deve ser suspenso para que seja promovida a sucessão processual (artigos 265 e 1056 do CPC/1973 e artigos 313 e 688 do CPC/2015), que tem por finalidade sanar a ausência de pressuposto processual, em razão da falta de capacidade de fato do falecido.

2. No caso, noticiado o falecimento do executado, o magistrado a quo suspendeu o processo por 6 (seis) meses, para a exequente providenciar a habilitação dos herdeiros/espólio do falecido. Em decorrência da manifestação da UNIÃO FEDERAL, no sentido da ausência de bens registrada na certidão de óbito e ausência de localização de inventário (fls.80), a ação executiva foi extinta, nos moldes do art. 267, incisos IV e VI, do CPC/73.

3. Não se aplica à hipótese o art. 40 da Lei de Execução Fiscal, pois não é caso de falta de localização do devedor ou dos seus bens, mas, repetindo, ausência de capacidade de fato no polo passivo, em razão do falecimento do Executado. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 623.375/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/03/2015, DJe 23/03/2015; TRF4, AG 0001670-02.2015.404.0000, SEGUNDA TURMA, Relator CLÁUDIA MARIA DADICO, D.E. 26/06/2015; TRF4, AC 5065379-68.2012.404.7100, QUARTA TURMA, Relator CANDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 17/12/2014; TRF5, AC nº 0006099202011405831/PE, Desembargadora Federal MARGARIDA CANTARELLI, Quarta Turma, DJE 22/08/2013.

4. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002637-17.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.002637-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/10/2016 18:19
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LABORATÓRIO LANDSTEINER SS LTDA.
ADVOGADO: FABIO SIQUEIRA MACHADO

Originário: 0002637-17.2007.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. PRÉVIA INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA.

1. Apelação contra sentença que extinguiu a execução fiscal, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa pela exequente.

2. ¿Havendo intimação pessoal do representante da Fazenda Pública para dar prosseguimento ao feito e permanecendo ele inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa¿(AgRg no REsp 1320219/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o art. 267, III, do CPC/1973 (atual art. 485, III, do CPC/2015) é aplicável ao processo de execução fiscal, diante do disposto no art. 1º da Lei 6.830/80, que expressamente prevê a incidência subsidiária das normas do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp 56.800/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 27.11.2000, p. 150; REsp 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214; AgRg no REsp 885.565/PB, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 12/11/2008.

4. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP, de relatoria do Ministro Luiz Fux, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser afastada a aplicação da Súmula nº 240 (¿A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu¿) às execuções fiscais não embargadas, revelando-se prescindível o requerimento do réu.

5. No caso, restou caracterizado o abandono da causa, visto que, após a intimação da exequente por 3 (três) vezes para que se manifestasse acerca de suposto parcelamento do débito (fls. 82/91), e diante de sua inércia por prazo superior a 30 dias, foi determinada nova intimação para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestasse acerca do suposto parcelamento do valor exequendo, sob pena de extinção na forma do art. 267, III, do CPC (fls. 92/94), sem, contudo, atender à determinação judicial, devendo ser ressaltada a regularidade da última intimação pessoal, nos termos do art. 5º, caput e § 3º, da Lei nº 11.419/2006.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000727-63.2009.4.02.5104 Número antigo: 2009.51.04.000727-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/08/2016 14:13
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MARMORETI COM/ IND/ DE MARMORES LTDA ME
ADVOGADO: JACIELLE DA SILVA PEREIRA FERRARI SOARES
Originário: 0000727-63.2009.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. PRÉVIA INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA.

1. Apelação contra sentença que extinguiu a execução fiscal, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa pela exequente.

2. ¿Havendo intimação pessoal do representante da Fazenda Pública para dar prosseguimento ao feito e permanecendo ele inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa¿(AgRg no REsp 1320219/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o art. 267, III, do CPC/1973 (atual art. 485, III, do CPC/2015) é aplicável ao processo de execução fiscal, diante do disposto no art. 1º da Lei 6.830/80, que expressamente prevê a incidência subsidiária das normas do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp 56.800/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 27.11.2000, p. 150; REsp 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214; AgRg no REsp 885.565/PB, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 12/11/2008.

4. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser afastada a aplicação da Súmula nº 240 (A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu) às execuções fiscais não embargadas, revelando-se prescindível o requerimento do réu.

5. No caso em tela, restou caracterizado o abandono da causa, visto que, após a intimação da exequente para ciência das alienações judiciais infrutíferas, bem como para que promovesse o prosseguimento do feito (fl. 148), e diante de sua inércia por prazo superior a 30 dias (fls. 149/150), foi determinada nova intimação da exequente (fl. 151) para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar andamento ao processo, sob pena de extinção (art. 485, III c/c §1º do CPC), sem, contudo, atender à determinação judicial, devendo ser ressaltada a regularidade da última intimação pessoal, conforme fls. 152/153, nos termos do art. 5º, caput e § 3º, da Lei nº 11.419/2006.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0002972-28.2011.4.02.5120 Número antigo: 2011.51.20.002972-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 02/01/2015 16:26
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ANPEFIL MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA ME
APELADO: ANTONIO PENA FILHO
APELADO: ANTONIO PASSOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO DO NASCIMENTO LOYOLA
Originário: 0002972-28.2011.4.02.5120 - 01ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. TRAMITAÇÃO ANORMAL PERANTE A JUSTIÇA ESTADUAL NA COMPETÊNCIA DELEGADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 106 DO STJ. INÉRCIA E PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Apelação interposta pela UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL em face de sentença que pronunciou a prescrição.

2. Houve tramitação anormal do feito perante a Justiça Estadual, no exercício de sua competência delegada (art. 109, §3º, da Constituição c/c art.15, I, da Lei 5010/66, na redação anterior ao advento da Lei 13.043/2014), sendo caso de incidência da orientação constante na Súmula 106 do STJ, que estabelece que ¿Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.¿, de modo que não estão presentes os pressupostos caracterizadores da prescrição pronunciada na sentença recorrida.

3. No caso, embora a ação tenha sido ajuizada em 1º/11/1997, os autos permaneceram parados em cartório no período de 09/1998 a 06/2003 (fls.17), sendo que o próximo andamento somente ocorreu em 02/2009, com manifestação da UNIÃO FEDERAL em 2011, requerendo declínio dos autos para Justiça Federal (fls.28). Distribuído o feito na Justiça Federal, houve atuação diligente parte da Exequente (fls.38/48, 51/52, 82/103).
4. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente.
Rio de Janeiro, (data do julgamento)

(assinado eletronicamente, cf. Lei nº 11.419/2006)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0523323-22.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.523323-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 01/06/2016 15:29
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CARLOS ROBERTO SAMPAIO ANDRADE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0523323-22.2011.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA FUNDADA EM ERRO DE FATO.
1. A sentença anota que a presente execução fiscal foi ajuizada em 18/11/2011 e o óbito ocorreu em 03/06/2013 (fl. 24), e afirma que não teria havido citação da parte executada, o que inviabilizaria o redirecionamento pretendido pela apelante, conforme orientação assentada pelo E.STJ (AgRg no REsp nº 1345801/PR ¿ Primeira Turma - Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES - DJe 15-04-2013; Ag no AREsp 201401259716 ¿ Primeira Turma ¿ Rel. Min. Napoleão Maia Filho ¿ DJe 17/10/2014).
2. Não obstante, a sentença incorreu em erro de fato, pois houve citação pessoal do Executado em 12/12/2012 (fls.21).
3. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0002993-73.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.002993-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/02/2014 16:36
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: APOLO PRODUTOS PLASTICOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002993-73.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO DA CAUSA. PRÉVIA INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA.

1. Apelação contra sentença que extinguiu a execução fiscal, com fulcro no artigo 267, inciso III e §1º do CPC/73, por abandono da causa pela Exequente.

2. ¿Havendo intimação pessoal do representante da Fazenda Pública para dar prosseguimento ao feito e permanecendo ele inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa¿(AgRg no REsp 1320219/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o art. 267, III, do CPC/73 (atual art. 485, III, do CPC/2015) é aplicável ao processo de execução fiscal, diante do disposto no art.1º da Lei 6.830/80, que expressamente prevê a incidência subsidiária das normas do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp 56.800/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 27.11.2000, p. 150; REsp 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214; AgRg no REsp 885.565/PB, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 12/11/2008.

4. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser afastada a aplicação da Súmula nº 240 (¿A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu¿) às execuções fiscais não embargadas, revelando-se prescindível o requerimento do réu.

5. No caso, restou caracterizado o abandono da causa, visto que, após a intimação da exequente para manifestar¿se acerca da suposta quitação da dívida (fls. 130/132), e diante de sua inércia por prazo superior a 30 dias, foi determinada nova intimação para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, se manifestasse acerca da quitação do valor exequendo, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 267, III, do CPC/1973 (fls. 133/135), sem, contudo, cumprir a ordem judicial.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001087-22.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.001087-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 18/10/2016 18:18
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONMEDH - CONVENIOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0001087-22.2014.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL EXTINTA POR ABANDONO DA CAUSA. PRÉVIA INTIMAÇÃO. INÉRCIA DA FAZENDA PÚBLICA.

1. Apelação contra sentença que extinguiu a execução fiscal, com fulcro no artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa pela exequente.

2. ¿Havendo intimação pessoal do representante da Fazenda Pública para dar prosseguimento ao feito e permanecendo ele inerte, cabe ao juiz determinar a extinção do processo, sem julgamento de mérito, por abandono de causa¿(AgRg no REsp 1320219/PB, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 04/09/2013).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o art. 267, III, do CPC/1973 (atual art. 485, III, do CPC/2015) é aplicável ao processo de execução fiscal, diante do disposto no art. 1º da Lei 6.830/80, que expressamente prevê a incidência subsidiária das normas do Código de Processo Civil. Precedentes: REsp 56.800/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 27.11.2000, p. 150; REsp 662.385/PB, Rel. Min. José Delgado, DJ de 16.11.2004, p. 214; AgRg no REsp 885.565/PB, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 12/11/2008.

4. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.120.097/SP, de relatoria do Ministro LUIZ FUX, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento no sentido de que deve ser afastada a aplicação da Súmula nº 240 (¿A extinção do processo, por abandono da causa pelo autor, depende de requerimento do réu¿) às execuções fiscais não embargadas, revelando-se prescindível o requerimento do réu.

5. No caso em tela, restou caracterizado o abandono da causa, visto que, após a intimação da exequente para que prestasse informações requisitadas (fl. 45), e diante de sua inércia por prazo superior a 30 dias (fls. 46/47), foi determinada nova intimação da exequente (fl. 48) para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar andamento ao processo, sob pena de extinção (art. 485, III c/c §1º do CPC), sem, contudo, atender à determinação judicial, devendo ser ressaltada a regularidade da última intimação pessoal (fls.49), nos termos do art. 5º, caput e § 3º, da Lei nº 11.419/2006.

6. Apelação a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0502859-60.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.502859-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.117039-8
Distribuição-Sorteio Automático - 31/08/2016 14:45
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: TS VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: JEAN DANIEL GERAISSATI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: JOSE PEIXOTO DE SIQUEIRA FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APELADO: ANTONIO CARLOS GERAISSATI
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0502859-60.2000.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA QUE PRONUNCIOU A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO NOS TERMOS DO ART. 174, CAPUT, DO CTN - SÚMULA Nº 106/STJ. INAPLICABILIDADE - AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1- Em sede de embargos de declaração, descabe a rediscussão das matérias apreciadas no julgado, posto que não se coaduna com a sua natureza integrativa. A possibilidade de se atribuir, em caráter excepcional, efeitos infringentes ao recurso de embargos de declaração, deve se limitar às hipóteses de equívoco manifesto no julgado recorrido e àquelas em que a supressão do vício apontado obrigue a alteração do julgado. Precedentes: STJ - EDcl no REsp 830.577/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 03.08.2010 e EDcl no AgRg no REsp 242.037/PR, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 16.11.2009.

2- A jurisprudência firmou-se no sentido de que, em regra, descabe a atribuição de efeitos infringentes aos embargos declaratórios, em cujo contexto é vedada rediscussão da controvérsia. Precedentes: STJ: EDcl no AgRg no REsp 1482730/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016; EDcl no REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016 e incontáveis outros precedentes.

3- Mesmo no tocante ao requisito do prequestionamento - indispensável à admissão dos recursos especial e extraordinário -, a Corte Superior de Justiça tem entendido ser suficiente o prequestionamento implícito, presente quando se discute a matéria litigiosa de maneira clara e objetiva, ainda que sem alusão expressa aos dispositivos legais questionados. Assim - vale frisar -, apresenta-se desnecessária expressa declaração no acórdão recorrido dos dispositivos legais enumerados pelas partes, bastando que a matéria tenha sido objeto de efetiva apreciação pelo órgão julgador. Precedentes: EDcl no AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF 3ª REGIÃO), Segunda Turma, julgado em 01/03/2016, DJe 10/03/2016; REsp 1493161/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 02/02/2016.

4- As funções dos embargos de declaração são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. Precedente: STJ - EDcl no REsp 1325756 ¿ Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES ¿ Decisão de 01/08/2012 ¿ Data da Publicação: 07/08/2012.

5- Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil (artigo 535 do antigo CPC).

6- Inexistência de vício no acórdão, eis que o seu o voto, parte integrante do julgado, abordou, com clareza e sem omissão, contradição ou obscuridade, todas as questões postas em juízo, reconhecendo a inaplicabilidade da Súmula 106 do STJ na hipótese dos autos.

7- Se a parte não se conforma com a decisão colegiada, a hipótese desafia novo recurso, porque perante este Tribunal todas as questões restaram exauridas, e o debate está encerrado.

8- Embargos de Declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, . (data do julgamento)

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, `a¿, da Lei nº 11.419/06)
MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0519114-25.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.519114-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.114386-2

Distribuição-Sorteio Automático - 30/09/2016 18:34

Gabinete 08

Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: IRAIDE NUNES DE LIMA RODRIGUES

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0519114-25.2002.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - EXECUÇÃO FISCAL - PARCELAMENTO ¿ POSTERIOR RESCISÃO ¿ REINÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO ¿ INAPLICABILIDADE DO ART. 40 DA LEF - PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR PRAZO SUPERIOR A CINCO ANOS CONTADO DA RESCISÃO DO PARCELAMENTO ¿ INÉRCIA DA EXEQUENTE ¿ PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE ¿ ART. 174 DO CTN - AUSÊNCIA DE OMISSÃO.

1- Em sede de embargos de declaração, descabe a rediscussão das matérias apreciadas no julgado, posto que não se coaduna com a sua natureza integrativa. A possibilidade de se atribuir, em caráter excepcional, efeitos infringentes ao recurso de embargos de declaração, deve se limitar às hipóteses de equívoco manifesto no julgado recorrido e àquelas em que a supressão do vício apontado obrigue a alteração do julgado. Precedentes: STJ - EDcl no REsp 830.577/RJ, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 03.08.2010 e EDcl no AgRg no REsp 242.037/PR, Rel. Min. FERNANDO GONÇALVES, Quarta Turma, DJ de 16.11.2009.

2- A jurisprudência firmou-se no sentido de que, em regra, descabe a atribuição de efeitos infringentes aos embargos declaratórios, em cujo contexto é vedada rediscussão da controvérsia. Precedentes: STJ: EDcl no AgRg no REsp 1482730/TO, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, julgado em 19/04/2016, DJe 25/04/2016; EDcl no REsp 1519777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Terceira Seção, julgado em 27/04/2016, DJe 02/05/2016 e incontáveis outros precedentes.

3- Mesmo no tocante ao requisito do prequestionamento - indispensável à admissão dos recursos especial e extraordinário -, a Corte Superior de Justiça tem entendido ser suficiente o prequestionamento implícito, presente quando se discute a matéria litigiosa de maneira clara e objetiva, ainda que sem alusão expressa aos dispositivos legais questionados. Assim - vale frisar -, apresenta-se desnecessária expressa declaração no acórdão recorrido dos dispositivos legais enumerados pelas partes, bastando que a matéria tenha sido objeto de efetiva apreciação pelo órgão julgador. Precedentes: EDcl no AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Convocada TRF 3ª REGIÃO), Segunda Turma, julgado em 01/03/2016, DJe 10/03/2016; REsp 1493161/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Terceira Turma, julgado em 01/12/2015, DJe 02/02/2016.

4- As funções dos embargos de declaração são, somente, afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e conclusão. Precedente: STJ - EDcl no REsp 1325756 ¿ Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES ¿ Decisão de 01/08/2012 ¿ Data da Publicação: 07/08/2012.

5- Mesmo para fins de prequestionamento, os embargos de declaração só poderão ser acolhidos se presentes qualquer um dos vícios elencados no art. 1.022 do novo Código de Processo Civil (artigo 535 do antigo CPC).

6- Inexistência de vício no acórdão, eis que o seu o voto, parte integrante do julgado, abordou, com clareza e sem omissão, contradição ou obscuridade, todas as questões postas em juízo, reconhecendo a inaplicabilidade do art. 40 da LEF na hipótese dos autos, uma vez que a suspensão do feito, conforme requerida pela Exequente, decorreu do parcelamento do débito, sendo certo que a Fazenda não informou ao Juízo a rescisão do acordo, para retomada da execução, deixando transcorrer o prazo prescricional, na forma do art. 174 do CTN.

7- Se a parte não se conforma com a decisão colegiada, a hipótese desafia novo recurso, porque perante este Tribunal todas as questões restaram exauridas, e o debate está encerrado.

8- Embargos de Declaração desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, . (data do julgamento)

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, `a¿, da Lei nº 11.419/06)

MARCUS ABRAHAM
Desembargador Federal
Relator

Remessa Ex Offício - Turma Espec. II - Tributário
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0510411-32.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.510411-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/04/2016 16:06
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
PARTE AUTORA: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
PARTE RÉ: ALEX MARCO PORTO FONSECA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0510411-32.2007.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. SUMULA 314 DO STJ.
1. Em 09-09-2008 foi suspensa a execução, na forma do art. 40 da LEF, sendo dada ciência à Fazenda em 31-05-2009, e, posteriormente, em 23/07/2015 (fls.23), informou a inocorrência de causas obstativas da prescrição.
2. É cediço que o arquivamento da execução ocorre automaticamente após o transcurso do prazo de um ano da suspensão. Inteligência da Súmula 314 do STJ: ¿Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição quinquenal intercorrente.¿
3. Na hipótese, constata-se o lapso temporal de mais de 5 anos sem movimentação regular do processo pela Fazenda, restando caracterizada a prescrição. Precedente: TRF2 ¿ AC nº 199451010161929 ¿ 3ª Turma Especializada ¿ Rel. Des. Fed. CLÁUDIA NEIVA ¿ DJe 05-03-2015.
4. Remessa necessária a qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Terceira Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária, na forma do Relatório e do Voto, que ficam fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, III, a, da Lei nº 11.419/06)
FABÍOLA UTZIG HASELOF
Juíza Federal Convocada
Relatora

BOLETIM: 2017000127

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0005404-09.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.005404-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/04/2014 15:48
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: LETICIA DE CHIARA MOCO
ADVOGADO: NELSON EDSON LAVRA MOCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0005404-09.2013.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADORA FEDERAL CLAUDIA NEIVA
APELANTE
:

LETICIA DE CHIARA MOCO
ADVOGADO
:
NELSON EDSON LAVRA MOCO
APELADO
:
UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00054040920134025101)
Despacho

Oficie-se à RECEITA FEDERAL DO BRASIL (DRJ 2 do Rio de Janeiro) para que encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF, do ano-calendário de 2007, e posteriores declarações retificadoras, da fonte pagadora UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RJ LTDA, CNPJ nº 42.163.881/0001-01, referente à pessoa física beneficiária dos rendimentos LETÍCIA DE CHIARA MOCO, CPF nº 070.656.277-13, bem como do auto de infração relativo à inscrição nº 70111013810-70, processo administrativo nº 18470602389/2011-12, diante das alegações de que houve erro no preenchimento da DIRF pela fonte pagadora, concernente à competência de fevereiro de 2007, o que poderia ter ocasionado o lançamento suplementar de IRPF em face da cooperativada e ora executada, devendo indicar, outrossim, se ainda há alguma pendência no âmbito administrativo quanto à inscrição ou processo administrativo citados.

Com a resposta, dê-se vista à apelante e à União Federal, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

Após, voltem-me conclusos.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2016.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

CLAUDIA NEIVA
Desembargadora Federal

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0003260-57.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.003260-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/09/2016 14:25
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: FABIO DE OLIVEIRA ALVAREZ
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: OS MESMOS
Originário: 0003260-57.2016.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
2 - Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0003260-57.2016.4.02.5101 (2016.51.01.003260-0) ()
APTE : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO : FABIO DE OLIVEIRA ALVAREZ
APTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR : PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO : OS MESMOS
ATO ORDINATÓRIO

Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0518953-83.2000.4.02.5101 Número antigo: 2000.51.01.518953-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/11/2015 16:03
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MANOEL MONTEIRO PINTO SALES
ADVOGADO: RICARDO TADEU LINDENBERG DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0518953-83.2000.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0518953-83.2000.4.02.5101 (2000.51.01.518953-1) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : MANOEL MONTEIRO PINTO SALES
ADVOGADO : RICARDO TADEU LINDENBERG DA SILVA
REMETENTE : JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0533261-22.2003.4.02.5101 Número antigo: 2003.51.01.533261-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/01/2016 11:13
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PALCO ALIMENTOS E COM/ LTDA
ADVOGADO: ROMINA MONTANO VIDAL
REMETENTE: JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0533261-22.2003.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0533261-22.2003.4.02.5101 (2003.51.01.533261-4) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : PALCO ALIMENTOS E COM/ LTDA
ADVOGADO : ROMINA MONTANO VIDAL
REMETENTE : JUÍZO DA 8ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503

Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0003301-34.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.003301-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 29/01/2015 16:16
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA
ADVOGADO: JOAO CARLOS GONCALVES DA SILVEIRA
ADVOGADO: BIANCA KALLER ROTHSTEIN SUKMAN
ADVOGADO: RENATO DE OLIVEIRA DA SILVA
REMETENTE: JUÍZO DA 32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0003301-34.2010.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0003301-34.2010.4.02.5101 (2010.51.01.003301-7) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO : NILTON ANTONIO DE ALMEIDA MAIA e outros
REMETENTE : JUÍZO DA 32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 09 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0009707-71.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.009707-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/05/2016 17:59
Gabinete 09
Magistrado(a) CLAUDIA NEIVA
APELANTE: ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
APELANTE: ICATU HARTFORD CAPITALIZACAO S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0009707-71.2010.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0009707-71.2010.4.02.5101 (2010.51.01.009707-0) ()
APTE : ICATU HARTFORD SEGUROS S/A
APTE : ICATU HARTFORD CAPITALIZACAO S/A
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional

APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0012100-07.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.012100-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 23/11/2015 16:37
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: MOCAL MOAGEIRA DE MINERIOS CACHOEIRO LTDA
ADVOGADO: HENRIQUE ROCHA FRAGA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM / ES
Originário: 0012100-07.2012.4.02.5001 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0012100-07.2012.4.02.5001 (2012.50.01.012100-4) ()
APTE : MOCAL MOAGEIRA DE MINERIOS CACHOEIRO LTDA
ADVOGADO : HENRIQUE ROCHA FRAGA
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : OS MESMOS
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM / ES
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0105169-25.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.105169-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/11/2014 14:07
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ELMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E AMBIENTAIS LTDA
ADVOGADO: MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA
ADVOGADO: RICARDO FERREIRA PINTO
ADVOGADO: JORGE JOSÉ ROQUE PIRES FILHO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BASTON
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0105169-25.2014.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0105169-25.2014.4.02.5001 (2014.50.01.105169-9) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : ELMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E AMBIENTAIS LTDA
ADVOGADO : MARCOS CEZAR NAJJARIAN BATISTA e outros
REMETENTE : JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0104643-15.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.104643-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/01/2016 11:43
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: VEGA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E FACÇÕES LTDA
ADVOGADO: MARIA FERNANDA J BARBOSA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0104643-15.2015.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
12 - Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0104643-15.2015.4.02.5101 (2015.51.01.104643-1) ()
APTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
APDO : VEGA INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E FACÇÕES LTDA
ADVOGADO : MARIA FERNANDA J BARBOSA
REMETENTE : JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0012626-34.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.012626-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 16/11/2015 13:49
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: INTER-CONTINENTAL DE CAFE S/A
AGRAVADO: CERVEJARIAS KAISER NORDESTE S/A
ADVOGADO: HUGO MAURICIO SIGELMANN
Originário: 0026908-77.1990.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
42 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0012626-34.2015.4.02.0000 (2015.00.00.012626-9) ()
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : INTER-CONTINENTAL DE CAFE S/A
AGVDO : CERVEJARIAS KAISER NORDESTE S/A
ADVOGADO : HUGO MAURICIO SIGELMANN
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0013339-09.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013339-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 02/12/2015 18:48
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
Originário: 0062512-59.1991.4.02.5103 - 02ª Vara Federal de Campos
Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
42 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0013339-09.2015.4.02.0000 (2015.00.00.013339-0) ()
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0013345-16.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013345-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 02/12/2015 17:36
Gabinete 08
Magistrado(a) MARCUS ABRAHAM
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO: RICARDO GOMES DE MENDONCA
Originário: 0102902-37.1992.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos

Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
3a.TURMA ESPECIALIZADA
42 - Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Processo nº 0013345-16.2015.4.02.0000 (2015.00.00.013345-6) ()
AGVTE : UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR : Procurador da Fazenda Nacional
AGVDO : COMPANHIA USINA DO OUTEIRO
ADVOGADO : RICARDO GOMES DE MENDONCA
ATO ORDINATÓRIO
Fica(m) disponibilizado(s) o(s) processo(s) constante(s) deste expediente para oferecimento de CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração, nos termos do artigo 1023 § 2º CPC/2015.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017
UBIRATAN FERREIRA DA SILVA SANTOS
MATRÍCULA 10503
Diretor da Subsecretaria da 3ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Conflito de Competência - Turma Espec. II - Tributário
Conflito de Competência - Incidentes - Outros Procedimentos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000120-55.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000120-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/01/2017 16:42
Gabinete 07
Magistrado(a) LANA REGUEIRA
AUTOR: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
RÉU: ULTRA DEEP WATER - ASSISTENCIA TECNICA MANUTENÇÃO E CON.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
SUSCITANTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ
SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE SAQUAREMA/RJ
Originário: 0001309-46.2012.4.02.5108 - 01ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
DECISÃO
O Órgão Especial desta Corte Regional Federal, em sessão realizada em 06.10.2016, entendeu por admitir Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, cuja instauração foi requerida pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de uniformizar o entendimento quanto ao Juízo competente para apreciar as execuções fiscais ajuizadas pela União, suas Autarquias e Fundações Públicas em Municípios que não sejam sede de Juízo Federal, diante da Revogação do inciso I do artigo 15 da Lei n° 5.010/1966 pela Lei n° 13.043/2014. O Relator do aludido incidente, em seu voto, determinou a suspensão de todos os feitos da espécie em tramitação nesta Corte.
O caso presente envolve exatamente o tema objeto do incidente processual uniformizador aludido. Em consequência, em atendimento à determinação do Relator do incidente, na forma do art. 982, I do CPC, o julgamento do presente conflito de competência deve ser suspenso.
Comunique-se aos juízos Suscitante e Suscitado.
Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017.
THEOPHILO ANTONIO MIGUEL FILHO
Juiz Federal Convocado

SUBSECRETARIA DA 4a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 175931

AGRAVO INTERNO EM APELACAO CIVEL 1900.51.01.517219-4

Nº CNJ	:	0517219-05.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MARIA DO SOCORRO VIEIRA CABELEREIRA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005172195)

AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : MARIA DO SOCORRO VIEIRA CABELEREIRA
DECISÃO AGRAVADA : DECISÃO DE FLS. 38-40

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. TRANSCURSO DE MAIS DE TRINTA ANOS ININTERRUPTOS ENTRE O DESPACHO CITATÓRIO E A SENTENÇA. NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. Trata-se de agravo interno, oposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão de fls. 38-40, proferida com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil/1973, que negou seguimento à apelação da União, mantendo a prescrição do crédito exequendo.
2. A recorrente alega, em síntese, que, a decisão vergastada deve ser reformada, tendo em vista, que se trata de contribuições referentes ao FGTS, submetidas, portanto, ao prazo prescricional trintenário, e que não houve tal decurso de tempo, necessário à configuração da prescrição intercorrente reconhecida. Aduz, que "*tratando-se de prescrição trintenária e tendo o despacho, que determinou o arquivamento dos autos sem baixa na distribuição, sido exarado em 05/11/2007, é evidente que na data da prolação da sentença (26/04/2013), esta ainda não havia ocorrido.*"
3. Na hipótese, a decisão ora agravada manteve a prescrição, sob o fundamento de que, entre a data do despacho citatório (28/11/1983), que interrompeu o prazo prescricional, e a data da prolação da sentença (26/04/2013), transcorreram mais de 30 (trinta) anos.
4. Não custa ressaltar, que, conforme previsto na Lei nº 6.830/80, tratando-se de crédito não tributário, a inscrição em dívida ativa suspende o curso da prescrição por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal (art. 2º, § 3º), e o despacho do juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição (art. 8º, § 2º). *In casu,* conforme se infere, a ação foi ajuizada no prazo legal, e o despacho citatório interrompeu o fluxo do prazo prescricional.
5. No que tange à prescrição no curso do processo, o Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe (Precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 775.087/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 21/06/2016; EDcl no AgRg no AREsp 594.062/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 25/03/2015).
6. No presente caso, ainda não transcorreu o prazo de 05 (cinco) anos, contados da citada decisão, no entanto, verifico que, após o despacho citatório, em 07/04/1983 (fl. 02), transcorreram mais de 30 (trinta) anos ininterruptos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Dessa forma, indiscutível a ocorrência da prescrição intercorrente.
7. Agravo interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

AGRAVO INTERNO EM APELACAO CIVEL 619744 1900.51.01.517299-6
Nº CNJ : 0517299-66.1900.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : ARLINDO SANTOS ALFAIATE
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005172993)

AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ARLINDO SANTOS ALFAIATE
DECISÃO AGRAVADA : DECISÃO DE FLS. 67-69

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. TRANSCURSO DE MAIS DE TRINTA ANOS ININTERRUPTOS ENTRE O DESPACHO CITATÓRIO E A SENTENÇA. NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS DO EXECUTADO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA. PRECEDENTES DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
1. Trata-se de agravo interno, oposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão de fls. 67-69, proferida com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil/1973, que negou seguimento à apelação da União, mantendo a prescrição do crédito exequendo.
2. A recorrente alega, em síntese, que, a decisão vergastada deve ser reformada, tendo em vista, que não foi omissa na tentativa de localizar o executado e seus respectivos bens, motivo pelo qual, entende, deva ser aplicada à hipótese, o teor da Súmula 106/STJ, afastando-se a prescrição reconhecida.
3. Na hipótese, a decisão ora agravada manteve a prescrição, sob o fundamento de que, entre a data do despacho citatório (06/04/1983), que interrompeu o prazo prescricional, e a data da prolação da sentença (26/04/2013), transcorreram mais de 30 (trinta) anos.
4. Não custa ressaltar, que, conforme previsto na Lei nº 6.830/80, tratando-se de crédito não tributário, a inscrição em dívida ativa suspende o curso da prescrição por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal (art. 2º, § 3º), e o despacho do juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição (art. 8º, § 2º). *In casu,* conforme se infere, a ação foi ajuizada no prazo legal, e o despacho citatório interrompeu o fluxo do prazo prescricional.
5. No que tange à prescrição no curso do processo, o Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe (Precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 775.087/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 21/06/2016; EDcl no AgRg no AREsp 594.062/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 25/03/2015).
6. No presente caso, ainda não transcorreu o prazo de 05 (cinco) anos, contados da citada decisão, no entanto, verifico que, após o despacho citatório, em 06/04/1983 (fl. 02), transcorreram mais de 30 (trinta) anos ininterruptos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Dessa forma, indiscutível a ocorrência da prescrição intercorrente.
7. Agravo interno desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

AGRAVO INTERNO EM APELACAO CIVEL 1900.51.01.588941-6

Nº CNJ	:	0588941-02.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	PROMOPHOTO FOTOGRAFIA PROMOCIONAL PROPAGANDA LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	DECIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL-RJ (0005889413)
AGRAVO INTERNO		
AGRAVANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO	:	PROMOPHOTO FOTOGRAFIA PROMOCIONAL PROPAGANDA LTDA
DECISÃO AGRAVADA	:	DECISÃO DE FLS. 54-56

E M E N T A
AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. FGTS. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. NÃO TRANSCORRERAM MAIS DE TRINTA ANOS ININTERRUPTOS DO DESPACHO CITATÓRIO ATÉ A SENTENÇA. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. PRECEDENTES DO STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO.
1. Trata-se de agravo interno, oposto pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da decisão de fls. 54-56, proferida com base no artigo 557, *caput*, do Código de Processo Civil/1973, que negou provimento à apelação da União, mantendo a prescrição do crédito exequendo.

2. A recorrente alega, em síntese, que, a decisão vergastada deve ser reformada, tendo em vista, que se trata de contribuições referentes ao FGTS, submetidas, portanto, ao prazo prescricional trintenário, e que não houve tal decurso de tempo, necessário à configuração da prescrição intercorrente reconhecida.
3. Na hipótese, trata-se de ação proposta para fins de cobrança de contribuições para o FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS, referentes às competências de 12/70 a 04/71 (fl. 05); a ação foi ajuizada em 13/09/1983, e o despacho citatório proferido em 29/11/1983 (fl. 06). A sentença foi prolatada em 15/03/2013 (fls. 24-27).
4. Inicialmente, cumpre ressaltar que o Egrégio Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso de repercussão geral (art. 543-B do CPC/73 - correspondente ao art. 1.036 do Novo Código de Processo Civil), sedimentou orientação no sentido de que, tratando-se o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS de um direito de índole social e trabalhista, após a promulgação da Carta de 1988 não mais subsistem as razões anteriormente invocadas para a adoção do prazo de prescrição trintenário. Precedente.
5. No entanto, tendo em vista a alteração de jurisprudência consolidada há mais de vinte anos pela Corte, no sentido de que o prazo prescricional aplicável ao FGTS seria o trintenário, entendimento sustentado mesmo após o advento da CRFB/88, houve a necessidade de se modular os efeitos do novo entendimento. Dessa forma, restou consignado no mencionado julgado, que "*diante da mudança que se opera, neste momento em antiga jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e com base em razões de segurança jurídica, entendo que os efeitos dessa decisão devam ser modulados no tempo, a fim de que se concedam apenas efeitos prospectivos à decisão e à mudança de orientação que ora se propõe.*" A fundamentação foi finalizada assinalando que, "*Dessa forma, para aqueles julgados cujo termo inicial da prescrição ocorra após a data do presente julgamento, aplica-se, desde logo, o prazo de cinco anos. Por outro lado, para os casos em que o prazo prescricional já esteja em curso, aplica-se o que ocorrer primeiro: 30 anos, contados do termo inicial, ou 5 anos, a partir desta decisão*."
6. Como se sabe, qualquer que seja o prazo de prescrição aplicado, há de se observar que, conforme previsto na Lei nº 6.830/80, tratando-se de crédito não tributário, a inscrição em dívida ativa suspende o curso da prescrição por 180 dias, ou até a distribuição da execução fiscal (art. 2º, § 3º), e o despacho do juiz que ordenar a citação interrompe a prescrição (art. 8º, § 2º).
7. *In casu,* conforme se infere, a ação foi ajuizada no prazo legal, e o despacho citatório interrompeu o fluxo do prazo prescricional.
8. No que tange à prescrição no curso do processo, o Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe (Precedentes: AgRg nos EDcl no AREsp 775.087/PR, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/06/2016, DJe 21/06/2016; EDcl no AgRg no AREsp 594.062/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 25/03/2015).
9. No presente caso, não transcorreu o prazo de trinta anos ininterruptos, entre a data do fato gerador da contribuição e a do despacho citatório, tampouco, entre esta data e a da prolação da sentença, portanto, não se consumou a prescrição do crédito em cobrança.
10. Agravo interno provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao agravo interno, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 1998.51.01.059999-0

Nº CNJ	:	0059999-80.1998.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	INTERTRONICA ENGENHARIA LTDA E OUTRO
ADVOGADO	:	OSWALDO MONTEIRO RAMOS E OUTROS
APELADO	:	EUCILEA VIEIRA SERPA DA SILVA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUINTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9800599991)

E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face INTERTRONICA ENGENHARIA LTDA E OUTRO, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC/1973, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.

2. A exequente/apelante alega, em síntese, que não houve a prescrição intercorrente, bem como argumenta que o feito não se encontrava arquivado com base no art. 40 da Lei nº 6.830/80, portanto configura erro material a eivar de nulidade a sentença ora recorrida que extinguiu o feito. Aduz, outrossim, que incide na hipótese a Súmula 106, do STJ, uma vez que o feito foi extinto sem prévia oitiva da União sobre a ocorrência da prescrição intercorrente (fls.101-103).

3. A executada, em contrarrazões, alega que houve inércia da exequente durante a demanda executiva, restando, pois, estagnado o processo sem demonstração de tentativas de localizar os bens passíveis de saldar o crédito constituído. (fls.112-118)

4. Verifica-se que se trata de crédito exequendo, com vencimento entre 13/93 e 13/96 (fls.4 e 10) A ação foi ajuizada em 30/10/1998, e o despacho citatório foi proferido em 26/11/1998 (fl.18). Após duas tentativas frustradas de localizar o devedor (fls.21; 29-verso), a citação foi positivada em 29/05/2000 (fl. 42-v.), interrompendo o fluxo do prazo prescricional, que retroagiu à data da propositura da ação. Diante das diligências negativas (fls. 48, 70, 83), o D.Juízo *a quo* determinou o arquivamento dos autos em 12/04/2004 (fl.96).

5. Da data da citação, em 05/06/2000 (fl.31), até a data da prolação da sentença, em 23/10/2013 (fls.97-100), transcorreram mais de 13 (treze) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora.

6. Em que pese tenha havido vários requerimentos da exequente (fls. 23; 50-51; 64; 72; 90), nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.

7. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.

8. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.

9. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais.

10. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

11. Valor da Execução Fiscal em 30/10/98: R$ 629.018,67 (fls.02-03).

12. Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL 2000.51.10.007610-3

Nº CNJ : 0007610-23.2000.4.02.5110

RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MEDI REPRESENTACOES E COM/ LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200051100076103)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	MEDI REPRESENTACOES E COM/ LTDA E OUTROS
DECISÃO EMBARGADA	:	FLS. 111-112

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. CITAÇÃO EFETIVADA APÓS O QUINQUÊNIO LEGAL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. Trata-se de embargos de declaração, opostos pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, com fundamento no artigo 1022, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, em face do acórdão de fls. 111-112.

2. A embargante/exequente aduz, em síntese, que o acórdão embargado deve ser reformado para que seja afastada a prescrição, tendo em vista que "*ao analisar o feito, entretanto, distanciou-se a Turma da interpretação do art. 219, § 9º do CPC, que foi recentemente consagrada no RESp nº 1.120.295/SP, já sob a modalidade do art. 543-C. Da mesma forma, atribuiu à ausência de efetividade das diligências efetivadas pela Fazenda Nacional o efeito de inércia, flagrantemente equivocado.*" Alega, outrossim, que se a Exequente não pode ser responsabilizada pela demora inerente aos mecanismos do próprio Judiciário e nem aos expedientes de ocultação das partes, devendo, assim, ser aplicada à hipótese, a inteligência da Súmula 106/STJ.

3. Como é cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do Novo CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se também a sua utilização para a correção de inexatidões materiais e, ainda com um pouco mais de liberalidade, para reconsideração ou reforma de decisões manifestamente equivocadas.

4. Nessa extensão, não encontro no acórdão recorrido nenhum dos vícios que justificam o acolhimento dos embargos de declaração, tendo sido debatida e decidida de forma clara, coerente e fundamentada toda a matéria trazida, concluindo no sentido da ocorrência da prescrição, uma vez que *"o Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, em execução fiscal, a citação válida interrompe a prescrição e essa interrupção retroage à data da propositura da ação, salvo, segunda a Corte, se houver a inércia da exeqüente entre a data do ajuizamento e a efetiva citação."* Como dito na decisão embargada, "*em se tratando de créditos que ostentam natureza tributária, somente o despacho citatório proferido em execução fiscal após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 118, em 09 de junho de 2005, é que tem o condão de interromper o curso do prazo prescricional; antes dessa data, deve ser aplicado o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 174 do Código Tributário Nacional, na sua redação original, ou seja, era necessária a "citação pessoal feita ao devedor" para interromper a prescrição, e não apenas o despacho do juiz determinando a realização do ato citatório*."

5. Como visto, na hipótese, o crédito foi constituído por auto de infração, com notificação do contribuinte em 14/06/1999 (fls. 04-20). A demanda foi ajuizada em 30/08/2000, e o despacho citatório foi proferido em 15/10/2000 (fl. 21). Diante da tentativa frustrada de citação (fl. 24), a União requereu o redirecionamento do feito em desfavor dos sócios da executada, em 08/01/2003 (fl. 37), que, deferida (fl. 42), resultou em diligências infrutíferas (fls. 46; 49; 52).

6. Em 21/06/2006, foi determinada, em razão da reunião do presente feito ao de número 2000.51.10.007376-0, a suspensão deste junto ao sistema, bem como a extensão dos efeitos dos atos processuais praticados na Execução Fiscal principal (fl. 53 dos autos principais - processo número 2000.51.10.007376-0). Sendo assim, os atos seguintes, ocorridos nos autos principais acima referido, consideram-se ocorridos no presente feito.

7. Intimada em 05/10/2006 (fl. 54 - autos principais - processo número 2000.51.10.007376-0), a Fazenda Nacional devolveu os autos sem manifestação em 23/10/2006 (fl. 54 - autos principais). Somente em 1º/09/2008, quando já transcorridos mais 05 anos da constituição definitiva do crédito, a recorrente voltou a atuar positivamente no feito, requerendo a citação editalícia de um dos sócios (fl. 57 - autos principais). A citação foi positivada, com a publicação no DOERJ, em 05/03/2009 (fl. 74 - autos principais), e, em 04/05/2011, os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença (fls. 60-61).

8. Tendo sido o despacho citatório proferido antes da LC nº 118/05, o prazo prescricional não se deu por interrompido, uma vez que houve inércia da União e a citação somente se positivou após transcorridos mais de 5 anos da constituição do crédito, considerando-se, assim, irrelevante a sua ocorrência.

9. Na verdade, a embargante pretende atribuir efeitos infringentes aos embargos interpostos. Efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.
10. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELACAO CIVEL 2000.51.10.007936-0

Nº CNJ	:	0007936-80.2000.4.02.5110
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	MEDI REPRESENTACOES E COM/ LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	1A VARA FEDERAL DE EXECUCAO FISCAL DE SAO JOAO DE (200051100079360)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	:	UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO	:	MEDI REPRESENTACOES E COM/ LTDA E OUTROS
DECISÃO EMBARGADA	:	FLS. 119-120

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. DESPACHO CITATÓRIO ANTERIOR À LC 118/2005. INOCORRÊNCIA DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA EXCLUSIVA DA EXEQUENTE. ATRASOS DECORRENTES DOS MECANISMOS DO JUDICIÁRIO. SÚMULA 106/STJ. PRESCRIÇÃO NÃO CONFIGURADA. ERRO MATERIAL CORRIGIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS COM ATRIBUIÇÃO DE FEITOS INFRINGENTES.
1. Trata-se de embargos de declaração, opostos pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, com fundamento no artigo 1022, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, em face do acórdão de fls. 119-120.
2. A embargante/exequente aduz, em síntese, que o acórdão embargado deve ser reformado para que seja afastada a prescrição, tendo em vista que "*ao analisar o feito, entretanto, distanciou-se a Turma da interpretação do art. 219, § 9º do CPC, que foi recentemente consagrada no RESp nº 1.120.295/SP, já sob a modalidade do art. 543-C. Da mesma forma, atribuiu à ausência de efetividade das diligências efetivadas pela Fazenda Nacional o efeito de inércia, flagrantemente equivocado.*" Alega, outrossim, que se a Exequente não pode ser responsabilizada pela demora inerente aos mecanismos do próprio Judiciário e nem aos expedientes de ocultação das partes, devendo, assim, ser aplicada à hipótese, a inteligência da Súmula 106/STJ.
3. Realmente, a demora na citação não decorreu de exclusiva inércia da exequente. Como visto, na hipótese, o crédito foi constituído por auto de infração, com notificação do contribuinte em 14/06/1999 (fls. 04-20). A demanda foi ajuizada em 30/08/2000, e o despacho citatório foi proferido em 11/10/2000 (fl. 21). Diante da tentativa frustrada de citação (fl. 24), a União requereu o redirecionamento do feito em desfavor dos sócios da executada, em 23/10/2002 (fl. 43). O d. Juízo *a quo,* determinou em 14/11/2002 (fl. 49), que a exequente comprovasse a condição de sócio-gerente do indicado na petição de fl. 43, sob pena de indeferimento do referido pleito, o que foi cumprido em 15/06/2004 (fls. 51- 59). Em 29/04/2004, a exequente reiterou o pedido de redirecionamento do feito, protocolado em 15/06/2002 (fl. 60-v.).
4. Nota-se que, em 24/10/2007, após o processo permanecer paralisado em cartório por mais de 03 anos ininterruptos, e, ainda sem que houvesse manifestação judicial acerca do pleito de fls. 43, foi determinada a extensão dos efeitos dos atos processuais praticados na Execução Fiscal principal, de número 2000.51.10.007376-0, aos presentes autos (fl. 61). Sendo assim, os atos ocorridos nos autos principais acima referidos, consideram-se ocorridos também no presente feito.
5. Em 1º/09/2008, a recorrente requereu a citação editalícia de um dos sócios (fl. 57 - autos principais)., que foi positivada, com a publicação no DOERJ, em 05/03/2009 (fl. 74 - autos principais), e, em 04/05/2011, os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença, reconhecendo a prescrição do crédito em cobrança (fls. 62-63).

6. No entanto, conforme se verifica, o atraso no processamento do feito não se deu por culpa exclusiva da exeqüente, que não pode ser prejudicada por motivos inerentes aos mecanismos da Justiça. Nesse sentido, o teor da Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça.
7. O Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso representativo de controvérsia (CPC, art. 543-C, e STJ, Res. nº 8/2008), reiterou o entendimento de que *"a perda da pretensão executiva tributária pelo decurso do tempo é consequência da inércia do credor, que não se verifica quando a demora na citação do executado decorre unicamente do aparelho judiciário".*
8. Embargos de Declaração providos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELACAO CIVEL 513456 2006.51.01.510977-0

Nº CNJ	: 0510977-15.2006.4.02.5101
RELATOR	: DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	: EURO-CENTER LTDA
ADVOGADO	: PAULO RENATO DE OLIVEIRA DOMINGUES E OUTRO
ORIGEM	: SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015109770)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	: EURO-CENTER LTDA
EMBARGADA	: UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DECISÃO EMBARGADA	: ACÓRDÃO DE FLS. 95-96

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO EFETIVADA APÓS O QUINQUÊNIO LEGAL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. Trata-se de embargos de declaração, opostos por EURO CENTER LTDA, com fundamento no artigo 1022, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, objetivando suprir omissão que entende existente no acórdão de fls. 95-96.
2. A executada/embargante alega, em síntese, que a sentença encontra-se fulcrada na inexistência de certeza quanto à exigibilidade do crédito tributário, e que a decisão guerreada incidiu em omissão, tendo em vista que não se manifestou acerca dos documentos carreados pela executada a fim de comprovar o pagamento do débito tributário, limitando-se a dizer que tal matéria não é passível de discussão pela via da exceção de pré-executividade.
3. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do Novo CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se também a sua utilização para a correção de inexatidões materiais e, ainda com um pouco mais de liberalidade, para reconsideração ou reforma de decisões manifestamente equivocadas.
4. Nessa extensão, não encontro no acórdão recorrido nenhum dos vícios que justificam o acolhimento dos embargos de declaração, tendo sido debatida e decidida de forma clara, coerente e fundamentada toda a matéria trazida, concluindo no sentido de que, "*a alegação de quitação do débito em cobrança, formulada pela empresa executada, esta a demandar dilação probatória, eis que não se pode afirmar, tão somente com base nos documentos de arrecadação carreados aos autos, que os pagamentos realizados se referem ao débito exigido neste processo fiscal, e se foram eles suficientes para adimplir todo o valor cobrado*", motivo pelo qual, não poderia tal discussão ocorrer pela via da exceção de pré-executividade.
5. Na verdade, a embargante pretende atribuir efeitos infringentes aos embargos interpostos. Efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá lançar mão do recurso próprio.
6. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CIVEL 1983.51.01.590352-5

Nº CNJ	:	0590352-71.1983.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FERROVIARIOS DA E F C DO BRASIL LTDA
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	QUARTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (0005903521)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADA	:	COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FERROVIARIOS DA E F C DO BRASIL LTDA
DECISÃO EMBARGADA	:	ACÓRDÃO DE FLS. 91-93

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO EFETIVADA APÓS O QUINQUÊNIO LEGAL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. Trata-se de embargos de declaração, opostos pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, com fundamento no artigo 1022 do Novo Código de Processo Civil, em face do acórdão de fls. 91-93.
2. A exequente/embargante alega, em síntese, que a decisão recorrida deve ser reformada, tendo em vista que desconsiderou o fato de que não há prescrição sem inércia, e que, na hipótese, o processo jamais ficou paralisado por culpa da União, motivo pelo qual deve ser afastada a prescrição reconhecida, com base na inteligência da Súmula 106 do STJ Aduz, outrossim, que não foram observados os requisitos estabelecidos no art. 40 da Lei nº 6.830/1980, necessários à correta aplicação da prescrição em comento.
3. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do Novo CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se também a sua utilização para a correção de inexatidões materiais e, ainda com um pouco mais de liberalidade, para reconsideração ou reforma de decisões manifestamente equivocadas.
4. Nessa extensão, não encontro no acórdão recorrido nenhum dos vícios que justificam o acolhimento dos embargos de declaração, tendo sido debatida e decidida de forma clara, coerente e fundamentada toda a matéria trazida, concluindo no sentido de que, "*Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de qualquer causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença",* motivo pelo qual*, "para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução."*
5. Sendo assim, não há que se cogitar, na hipótese, a aplicação do teor da Súmula 106 do STJ.
6. Na verdade, a embargante pretende atribuir efeitos infringentes aos embargos interpostos. Efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá lançar mão do recurso próprio.
7. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL 2002.51.01.532172-7
Nº CNJ : 0532172-95.2002.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : MR MOUTAIN BOUTIQUE LTDA ME
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO MAYA FERREIRA E OUTROS
APELADO : CARLA AQUINO CALARGE WOLLNER
ADVOGADO : ANTONIO CESAR TAVEIRA CORREA
ORIGEM : NONA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200251015321727)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
EMBARGADA : COOPERATIVA DE CONSUMO DOS FERROVIARIOS DA E F C DO BRASIL LTDA
DECISÃO EMBARGADA : ACÓRDÃO DE FLS. 119-120

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO EFETIVADA APÓS O QUINQUÊNIO LEGAL. INÉRCIA DA EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. ADESÃO AO PARCELAMENTO APÓS O DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO RESTAURALÇÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO. PAGAMENTO INTEGRAL EFETUADO APÓS A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. Trata-se de embargos de declaração, opostos pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, com fundamento no artigo 1022 do Novo Código de Processo Civil, em face do acórdão de fls. 119-120.
2. A exequente/embargante alega, em síntese, que a decisão recorrida deve ser reformada, tendo em vista que incorreu em omissão quanto ao fato de que, quando da prolação da sentença, o processo encontrava-se suspenso em razão da adesão ao parcelamento do crédito pelo contribuinte. Aduz, outrossim, que também houve omissão quanto à alegação da União, quanto à ausência de abertura de vista para que se manifestasse acerca da existência de causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional Por fim, informa que o crédito foi extinto por pagamento em 12/01/2014, motivo pelo qual, a sentença deveria ter sido de extinção do processo com base no art. 794, inciso I, do CPC/1973.
3. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do Novo CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se também a sua utilização para a correção de inexatidões materiais e, ainda com um pouco mais de liberalidade, para reconsideração ou reforma de decisões manifestamente equivocadas.
4. Nessa extensão, não encontro no acórdão recorrido nenhum dos vícios que justificam o acolhimento dos embargos de declaração, tendo sido debatida e decidida de forma clara, coerente e fundamentada toda a matéria trazida, concluindo no sentido de que, "*A cobrança trata de tributo sujeito ao lançamento por homologação e, à míngua de qualquer documento que faça prova em contrário, verifica-se que a ação foi ajuizada fora do prazo prescricional, eis que a data de vencimento mais recente é 10/04/1997 (fls. 05) e o protocolo da ação é de 26/09/2002 (fls. 02*)."
5. Conforme se verifica, a sentença prolatada pelo d. Juízo *a quo,* bem como o acórdão ora vergastado, fundamentaram-se na prescrição do crédito quando do ajuizamento da demanda, e não na prescrição intercorrente. Dessa forma, em que pese tenha havido o parcelamento do débito pelo contribuinte, o mesmo somente foi concedido em 27/07/2007, quando já configurada a prescrição do crédito em cobrança. Dessa forma, no momento da adesão (27/07/2007), já havia transcorrido o prazo prescricional e, por conseguinte, já havia sido extinto o crédito tributário, por força do disposto no artigo 156, inciso V, c/c artigo 174 do Código Tributário Nacional. Como cediço, o parcelamento firmado após a ocorrência da prescrição, não tem o condão de restaurar a exigibilidade do crédito tributário.Precedentes.
6. Na verdade, a embargante pretende atribuir efeitos infringentes aos embargos interpostos. Efeitos modificativos aos embargos de declaração são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o equívoco, o que não é o caso. Persistindo o inconformismo, deverá lançar mão do recurso próprio.
7. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO 2014.02.01.004505-9

Nº CNJ	:	0004505-51.2014.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
EMBARGANTE	:	SOCIEDADE UNIFICADA DE ENSINO SUPERIOR AUGUSTO MOTTA - SUAM
ADVOGADO	:	MARCELO APARECIDO BATISTA SEBA E OUTROS
EMBARGADA	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DEC. EMBARGADA	:	ACÓRDÃO DE FLS. 457-458

E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ARTIGO 17 DO CPC/73. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. A embargante alega, em resumo, que o acórdão embargado "limitou-se a examinar que a ora embargante supostamente opôs resistência injustificada ao andamento do processo, com o único objetivo de protelar o feito e retardar a satisfação do crédito tributário em cobrança no feito originário"; e que "para a caracterização da litigância de má-fé exigem-se no mínimo dois requisitos: I) o enquadramento específico da conduta em uma das hipóteses taxativamente elencadas nos incisos do artigo 17; e II) o dolo específico da parte à efetividade do processo." Aduz, ainda que o v. acórdão ora embargado partiu de premissa equivocada ao se omitir que a propositura de ação anulatória se dera posteriormente à formalização do pedido de reabertura de prazo perante o d. Juízo de primeira instância, motivado pela morosidade daquele em apreciar o requerimento protocolado no feito de origem"; e que o ajuizamento da ação anulatória de competência da Justiça Federal é plenamente cabível e não configura atitude dolosa ao ponto de ensejar condenação por litigância de má-fé. Outrossim, afirma a necessidade dos presentes embargos para fins de prequestionamento.

2. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do NCPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se, por construção jurisprudencial, sua utilização também para correção de inexatidões materiais, bem como, segundo alguns precedentes do E. STJ, para o fim de obter-se reconsideração, ou reforma, de decisão manifestamente equivocada.

3. À luz desse entendimento, não vislumbro no acórdão recorrido, nenhum dos vícios a cuja correção servem os embargos declaratórios, tendo sido apreciada e decidida a questão em foco de forma clara e fundamentada, em observância ao art. 489, do NCPC, concluindo pela caracterização da litigância de má-fé pois, *"mesmo após ter parcelado o débito no REFIS, o que constitui reconhecimento irretratável da dívida, ajuizou em Brasília-DF uma ação anulatória do débito em cobrança"* e, que mesmo após o pedido ter sido julgado improcedente na referida ação, requereu, no feito originário, a reabertura de prazo para opor embargos à execução, a fim de rediscutir a matéria julgada, demonstrando um comportamento que viola o dever de lealdade entre os sujeitos processo.

4. Ressalte-se, por oportuno, que o recurso interposto, ainda que com o fim de prequestionamento, deve observância ao artigo 535, do CPC, o que não se verificou, *in casu*.

5. Na verdade, a embargante visa à reforma da decisão embargada. Efeitos modificativos aos embargos de declaração - como se sabe - são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o *error in judicando*, o que, evidentemente, não é o caso dos autos. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.

6. Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 175936

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO 2012.02.01.017146-9
Nº CNJ : 0017146-42.2012.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA
ADVOGADO : LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200950010008420)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE : ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S/A - ESCELSA
EMBARGADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DEC. EMBARGADA : ACÓRDÃO DE FLS. 414-415

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE FIANÇA BANCÁRIA POR SEGURO-GARANTIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA (NCPC, ART. 1022). PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. A embargante alega, em resumo, que a decisão embargada incorreu em omissão pois se limitou a acolher a recusa da União Federal sem mencionar os seus motivos e os fundamentos pelos quais a recusa seria válida; deixou de apreciar as alegações sobre: 1) os prejuízos que o contribuinte vem sofrendo e a urgência na substituição da fiança bancária pelo seguro-garantia face ao maior custo financeiro da primeira; 2) a existência de expressa previsão legal que equiparou qualquer preferência entre essas duas modalidades de garantia (art. 9, II, da LEF); e 3) o cumprimento de todos os requisitos estipulados pela própria Fazenda para aceitação do seguro-garantia (Portaria PGFN 164/2014). Alega, também, erro material nas jurisprudências citadas no acórdão embargado, pois não aplicáveis ao caso concreto. Por fim, requer o prequestionamento dos artigos 805 e 835, §2º do NCPC; artigos 1º, 9º, incisos I, II e §3º e 15, da Lei nº 6.830/80; artigo 206 do CTN; artigo 5º, incisos XXXIV, alínea "a", XXXV, LIV e LV, da CF/88; da Portaria 164/14 da PGFN; e da da Circular SUSEP nº 232/03.
2. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do NCPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se, por construção jurisprudencial, sua utilização também para correção de inexatidões materiais, bem como, segundo alguns precedentes do E. STJ, para o fim de obter-se reconsideração, ou reforma, de decisão manifestamente equivocada.
3. À luz desse entendimento, não vislumbro no acórdão recorrido, nenhum dos vícios a cuja correção servem os embargos declaratórios, tendo sido apreciada e decidida a questão em foco de forma clara e fundamentada , em observância ao art. 489, do NCPC, concluindo no sentido de que o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, visto que a execução fiscal tem regime jurídico próprio, e que a substituição entre o dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia somente se admite em prol do devedor, excepcionalmente, caso comprovada de forma irrefutável a necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade, o que não restou comprovado nos autos, limitando-se a agravante, ora embargante a alegar que o seguro-garantia é menos gravoso.
4. Ademais, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão..
5. Ressalte-se, por oportuno, que o recurso interposto, ainda que com o fim de prequestionamento, deve observância ao artigo 1022, do NCPC, o que não se verifica, *in casu*. Precedente do STJ.
6. Ora, efeitos modificativos aos embargos de declaração - como se sabe - são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o *error in judicando*, o que, evidentemente, não é o caso dos autos. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.
7. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 228638 2013.02.01.005888-8

Nº CNJ	:	0005888-98.2013.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE	:	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ
ADVOGADO	:	CAROLINA CARVALHO EFFGEN E OUTROS
AGRAVADO	:	ELAINE MARIA ALVES LOPES
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (201151015164568)

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *ON LINE*, VIA BACEN JUD. DESNECESSIDADE DO ESGOTAMENTO DE TODAS AS DILIGÊNCIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.

1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando a reforma da decisão por meio da qual o douto Juízo *a quo* indeferiu o requerimento, formulado pela exequente, de bloqueio *online*, mediante o Sistema Bacen jud, das contas bancárias do ora agravado, tendo em vista a profissão da executada, e por presumir que a conta, sobre a qual incidirá a restrição, seja destinada ao recebimento de valores decorrentes de sua atividade profissional.

2. A agravante alega, em síntese, que referido entendimento não tem respaldo legal; que ao prevalecer tal entendimento, restaria inviabilizada em todas as execuções fiscais movidas pelo Conselho, pois a maior parte dos profissionais de enfermagem são autônomos ou servidores públicos, o que certamente estimularia o inadimplemento da contribuição devida; que a jurisprudência firmou o entendimento no sentido da desnecessidade do esgotamento das diligências administrativas para o deferimento da penhora on line.3. O egrégio Superior Tribunal de justiça firmou entendimento, em recurso representativo de controvérsia (REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/11/2010, DJe 03/12/2010), julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC/1973, atual artigo1.036 do NCPC e da Resolução nº 8/STJ, de que o bloqueio de dinheiro ou aplicações financeiras, prescinde da comprovação, por parte do exequente, do esgotamento de todas as diligências possíveis para a localização de outros bens, antes do bloqueio *online*, porquanto os depósitos e as aplicações em instituições financeiras passaram a ser considerados bens preferenciais na ordem da penhora, equiparando-se a dinheiro em espécie (artigo 835, inciso I, do NCPC, e artigo 11 da LEF).

4. Ainda que o devedor possua outros bens suficientes para garantia da execução, é facultado à exequente optar pela penhora, mediante o sistema Bacen jud, sobre valores depositados em contas bancárias, em observância à precedência dessa modalidade de constrição, nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.830/80, artigo 185-A do CTN e artigo 854 do NCPC e, ainda, Resolução 524/2006 do Conselho da Justiça Federal. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 306.417/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 14/08/2013; AgRg no REsp 1.297.249/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 22/08/2012.

5. Ademais, não cabe ao intérprete restringir o que a lei não restringe, de modo que não deve o magistrado indeferir a medida em razão da profissão do executado ou de não haver nos autos indícios de que possua condição financeira privilegiada e, ainda, por presumir que a conta sobre a qual incidirá a restrição seria destinada ao recebimento de valores provenientes apenas de sua atividade profissional.

6. Com efeito, a legislação não faz qualquer restrição, não havendo óbice para que a penhora *online*, pelo Sistema Bacen jud, recaia sobre os ativos financeiros da executada, pois a execução é feita no interesse do credor, nos termos do art. 797 do NCPC.

7. Agravo de instrumento provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, de de 2017 (data do julgamento).

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 228630 2013.02.01.005878-5

Nº CNJ	:	0005878-54.2013.4.02.0000

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ
ADVOGADO : CAROLINA CARVALHO EFFGEN
AGRAVADO : SERGIO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (201051015245722)

E M E N T A
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *ON LINE*, VIA BACEN JUD. DESNECESSIDADE DO ESGOTAMENTO DE TODAS AS DILIGÊNCIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.
1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando a reforma da decisão por meio da qual o douto Juízo *a quo* indeferiu o requerimento, formulado pela exequente, de bloqueio *online*, mediante o Sistema Bacen jud, das contas bancárias do ora agravado, tendo em vista a profissão da executada, e por presumir que a conta, sobre a qual incidirá a restrição, seja destinada ao recebimento de valores decorrentes de sua atividade profissional.
2. A agravante alega, em síntese, que referido entendimento não tem respaldo legal; que ao prevalecer tal entendimento, restaria inviabilizada em todas as execuções fiscais movidas pelo Conselho, pois a maior parte dos profissionais de enfermagem são autônomos ou servidores públicos, o que certamente estimularia o inadimplemento da contribuição devida; que a jurisprudência firmou o entendimento no sentido da desnecessidade do esgotamento das diligências administrativas para o deferimento da penhora on line.
3. O egrégio Superior Tribunal de justiça firmou entendimento, em recurso representativo de controvérsia (REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/11/2010, DJe 03/12/2010), julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC/1973, atual artigo1.036 do NCPC e da Resolução nº 8/STJ, de que o bloqueio de dinheiro ou aplicações financeiras, prescinde da comprovação, por parte do exequente, do esgotamento de todas as diligências possíveis para a localização de outros bens, antes do bloqueio *online*, porquanto os depósitos e as aplicações em instituições financeiras passaram a ser considerados bens preferenciais na ordem da penhora, equiparando-se a dinheiro em espécie (artigo 835, inciso I, do NCPC, e artigo 11 da LEF).
4. Ainda que o devedor possua outros bens suficientes para garantia da execução, é facultado à exequente optar pela penhora, mediante o sistema Bacen jud, sobre valores depositados em contas bancárias, em observância à precedência dessa modalidade de constrição, nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.830/80, artigo 185-A do CTN e artigo 854 do NCPC e, ainda, Resolução 524/2006 do Conselho da Justiça Federal. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 306.417/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 14/08/2013; AgRg no REsp 1.297.249/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 22/08/2012.
5. Ademais, não cabe ao intérprete restringir o que a lei não restringe, de modo que não deve o magistrado indeferir a medida em razão da profissão do executado ou de não haver nos autos indícios de que possua condição financeira privilegiada e, ainda, por presumir que a conta sobre a qual incidirá a restrição seria destinada ao recebimento de valores provenientes apenas de sua atividade profissional.
6. Com efeito, a legislação não faz qualquer restrição, não havendo óbice para que a penhora *online*, pelo Sistema Bacen jud, recaia sobre os ativos financeiros da executada, pois a execução é feita no interesse do credor, nos termos do art. 797 do NCPC.
7. Agravo de instrumento provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 228631 2013.02.01.005879-7
Nº CNJ : 0005879-39.2013.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO DE JANEIRO - COREN/RJ
ADVOGADO : CAROLINA CARVALHO EFFGEN E OUTROS
AGRAVADO : VERA LUCIA NUNES DOS SANTOS

ADVOGADO : SEM ADVOGADO
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (201251010384960)

E M E N T A
AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA *ON LINE*, VIA BACEN JUD. DESNECESSIDADE DO ESGOTAMENTO DE TODAS AS DILIGÊNCIAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.
1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando a reforma da decisão por meio da qual o douto Juízo *a quo* indeferiu o requerimento, formulado pela exequente, de bloqueio *online*, mediante o Sistema Bacen jud, das contas bancárias da ora agravada, tendo em vista a profissão da executada, e por presumir que a conta, sobre a qual incidirá a restrição, seja destinada ao recebimento de valores decorrentes de sua atividade profissional.
2. A agravante alega, em síntese, que referido entendimento não tem respaldo legal; que ao prevalecer tal entendimento, restaria inviabilizada em todas as execuções fiscais movidas pelo Conselho, pois a maior parte dos profissionais de enfermagem são autônomos ou servidores públicos, o que certamente estimularia o inadimplemento da contribuição devida; que a jurisprudência firmou o entendimento no sentido da desnecessidade do esgotamento das diligências administrativas para o deferimento da penhora *on line*.
3. O egrégio Superior Tribunal de justiça firmou entendimento, em recurso representativo de controvérsia (REsp 1.184.765/PA, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/11/2010, DJe 03/12/2010), julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC/1973, atual artigo1.036 do NCPC e da Resolução nº 8/STJ, de que o bloqueio de dinheiro ou aplicações financeiras, prescinde da comprovação, por parte do exequente, do esgotamento de todas as diligências possíveis para a localização de outros bens, antes do bloqueio *online*, porquanto os depósitos e as aplicações em instituições financeiras passaram a ser considerados bens preferenciais na ordem da penhora, equiparando-se a dinheiro em espécie (artigo 835, inciso I, do NCPC, e artigo 11 da LEF).
4. Ainda que o devedor possua outros bens suficientes para garantia da execução, é facultado à exequente optar pela penhora, mediante o sistema Bacen jud, sobre valores depositados em contas bancárias, em observância à precedência dessa modalidade de constrição, nos termos do artigo 11 da Lei nº 6.830/80, artigo 185-A do CTN e artigo 854 do NCPC e, ainda, Resolução 524/2006 do Conselho da Justiça Federal. Precedentes do STJ: AgRg no AREsp 306.417/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 14/08/2013; AgRg no REsp 1.297.249/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 22/08/2012.
5. Ademais, não cabe ao intérprete restringir o que a lei não restringe, de modo que não deve o magistrado indeferir a medida em razão da profissão do executado ou de não haver nos autos indícios de que possua condição financeira privilegiada e, ainda, por presumir que a conta sobre a qual incidirá a restrição seria destinada ao recebimento de valores provenientes apenas de sua atividade profissional.
6. Com efeito, a legislação não faz qualquer restrição, não havendo óbice para que a penhora *online*, pelo Sistema Bacen jud, recaia sobre os ativos financeiros da executada, pois a execução é feita no interesse do credor, nos termos do art. 797 do NCPC.
7. Agravo de instrumento provido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO CÍVEL 619591 1994.51.01.017547-3
Nº CNJ : 0017547-94.1994.4.02.5101
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE : UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO : COOPER DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
APELADO : MÁRIO DA COSTA PINHEIRO
ADVOGADO : RODRIGO DIAS DE PINHO GOMES
ORIGEM : PRIMEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9400175477)

E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SUSPENSÃO ART. 40 LEI Nº 6.830/1980. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. REMESSA E APELAÇÃO DESPROVIDAS.

1. Trata-se de remessa necessária, que entendo existente, e de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face de COOPERATIVA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL NO RJ LTDA., com fundamento no art. 40, §4º da Lei 6830/80, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança (fl. 56).

2. A exequente/apelante alega (fl.57/60), em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada, tendo em vista que não houve inércia da Fazenda Nacional por lapso superior a 5 anos, a justificar o reconhecimento da prescrição. Aduz, outrossim, a incidência na hipótese da Súmula 106, do STJ, *"segundo a qual a parte não pode sofrer as consequências da decretação de prescrição/decadência quando a culpa pelo transcurso do tempo se deve ao mecanismo judiciário".*

3. Trata-se de execução de crédito proveniente de dívidas de contribuições previdenciárias. Como cediço, o prazo prescricional dessas contribuições sofreu várias modificações em razão de sua natureza jurídica. Com o advento da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, as contribuições previdenciárias perderam a natureza de tributo, mas, somente com a edição da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, é que o prazo prescricional trintenário foi restabelecido (artigo 2º, § 9º).

4. Conforme se verifica da glosa acima, o crédito tributário advém de dívidas previdenciárias referentes ao período de apuração ano base/exercício de 1992/1993 (fls. 04/07), tendo a demanda sido ajuizada em 08/06/1994 (fl. 01), portanto, dentro do prazo legal. A citação da executada foi positivada em 09/02/1995 e 16/02/1995 (fl. 22), interrompendo o fluxo do prazo prescricional, retroagindo à data do ajuizamento da demanda.

5. No que tange à análise do prazo referente à prescrição intercorrente, em se tratando de execuções fiscais, a jurisprudência já firmou entendimento no sentido de que, será aplicada ao caso, a norma vigente à época do suspensão/arquivamento do feito executivo. Precedentes.

6. *In casu,* após a interrupção do prazo prescricional pelo despacho citatório (fl. 16), nenhum bem da executada foi encontrado para dar prosseguimento ao feito executivo. Diante disso, a exequente requereu, em 20/06/1996, a suspensão do processo, nos termos do art. 40 da Lei n. 6.830/1980 (fl. 30), o que foi deferido em 10/07/1996 (fl. 32). Dessa forma, à época da suspensão do feito executivo, a prescrição referente às contribuições previdenciárias já era regida pelo atual Sistema Tributário, submetendo-se ao prazo quinquenal.

7. Da data em que a Fazenda Nacional requereu a suspensão (20/06/1996 - fl. 30), até a data da prolação da sentença, em 09/09/2013 (fl. 56), transcorreram mais de 17 (dezessete) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora.

8. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo prescricional intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da prescrição intercorrente é medida que se impõe. Precedentes.

9. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.

10. Nos termos do art. 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu pronunciamento *ex officio*, a qualquer tempo e grau de jurisdição. como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes.

11. Valor da Execução Fiscal em 20/04/2005: R$454.265,30 (fl.71).

12. Remessa necessária e apelação desprovidas.

A C Ó R D Ã O

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa necessária e à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)

FERREIRA NEVES

Desembargador Federal

Relator

IV - APELACAO CIVEL 1995.51.01.037651-3

Nº CNJ	:	0037651-73.1995.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRAFICAS E OUTROS
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	NONA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9500376512)

E M E N T A

EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. SUSPENSÃO ART. 40 LEI Nº 6.830/1980. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDAS.

1. Trata-se de remessa oficial, que entendo existente, e de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face de COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRAFICAS E OUTROS, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC, c/c art. 40, §4º da Lei n. 6.830/1980, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança.

2. A exequente/apelante alega, em síntese, que o processo só permaneceu suspenso devido à impossibilidade de localização do devedor. Sustenta, ainda, que a ordem judicial para a citação da executada não foi cumprida em sua totalidade, conforme o art.7 da Lei nº 6.830/80, pois a lei prevê a citação por edital. Aduz, portanto, que, não deve ser imputado ao credor o fato de não ter ocorrido a citação, haja vista incessantes iniciativas da Fazenda Nacional durante o curso executivo.

3. Trata-se de crédito exequendo referente ao período de apuração ano base/exercício de 1991/1993, cuja notificação referente ao auto de infração se deu em 01/12/1993 (fl.04), com vencimento entre 07/91 e 07/93 (fl.04). A ação foi ajuizada em 03/04/1995 (fl.1ª), e o despacho citatório proferido em 16/05/1995 (fl.02).

4. A citação foi efetivada em 19/02/1997 (fl.14), na pessoa do sócio da executada, interrompendo o fluxo do prazo prescricional, que retroagiu à data da propositura da ação (Precedentes: REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 21/05/2010; AgRg no REsp 1237730/PR, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 01/03/2013). Verifica-se que a penhora resultou positiva (24/02/1997 - fl.19), no entanto, o co-responsável, cujo depósito lhe foi confiado, não foi localizado para saldar o débito executivo (28/08/2002 - fl.44). Em 24/10/2002 (fl.47), a Fazenda Nacional requereu a suspensão do processo, que foi deferida em 05/11/2002 (fl.48), nos termos do art.40 da Lei nº 6.830/80.

5. Após a oitiva fazendária (fls.52-53), conforme determinação do D.Juízo *a quo* (fl.51), para manifestação acerca da suspensão, os autos foram conclusos e foi prolatada a sentença, em 30/08/2013 (fl.58). Conforme se verifica, da data do pedido de suspensão, a saber, 24/10/2002 (fl.47), até a data da sentença, 30/08/2013 (fl.58), transcorreram mais de 06 (seis) anos ininterruptos.

6. Sendo assim, apesar dos vários requerimentos da Fazenda Nacional (fls. 22, 35, 47, 49, 52-53), inclusive, alguns deles, ocorridos após o feito executivo ter sido suspenso, a requerimento da Fazenda Nacional, em 24/10/2002 (fl.47), nenhum deles resultou em diligência com resultado prático e objetivo, no sentido de se localizar, efetivamente, algum bem da executada, que permitisse o prosseguimento do feito executivo.

7. Como cediço, é ônus do exequente informar corretamente o local onde possam ser localizados bens passíveis de penhora, o que não ocorreu antes de esgotado o prazo legal. A suspensão do curso da execução fiscal, enquanto não encontrados bens sobre os quais possa recair penhora, não pode se dar indefinidamente em prejuízo dos princípios orientadores do processo, aqui sintetizados na ideia de celeridade, efetividade processual e segurança jurídica.

8. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.

9. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.

10. Nos termos do artigo 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu reconhecimento *ex officio*, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

11. Valor da Execução Fiscal em 03/04/1995: 328.533,06 UFIR´s (fl.02)

12. Valor atualizado em 26/08/2013: 732.958,54 UFIR´s (fl.54)

13. Apelação e Remessa Necessária desprovidas.
A C Ó R D Ã O
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à remessa oficial e à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

IV - APELAÇÃO CÍVEL 626432 1900.51.01.708226-3

Nº CNJ	:	0708226-86.1900.4.02.5101
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
APELANTE	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
APELADO	:	S/A GAZETA DE NOTÍCIAS
ADVOGADO	:	RUY DE CARVALHO PINHO
APELADO	:	AGIS MENDONÇA PEREIRA E OUTRO
ADVOGADO	:	SEM ADVOGADO
ORIGEM	:	DÉCIMA SEGUNDA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL-RJ (0007082266)

E M E N T A
EXECUÇÃO FISCAL. TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. SUSPENSÃO ART. 40 LEI Nº 6.830/1980. TRANSCURSO DE MAIS DE SEIS ANOS SEM LOCALIZAÇÃO DE BENS. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de apelação cível, interposta pela UNIÃO/FAZENDA NACIONAL, objetivando a reforma da r. sentença que julgou extinta a presente Execução Fiscal, proposta em face de S/A GAZETA DE NOTÍCIAS E OUTROS, com fundamento no art. 219, §5º, do CPC/1973, c/c art. 1º da Lei n. 6.830/1980, por reconhecer a prescrição do crédito em cobrança (fls. 56/60).
2. A exequente/apelante alega (fls. 61/64), em síntese, que a sentença recorrida deve ser reformada, tendo em vista que, *"em momento algum, os autos judiciais ficaram paralisados, em decorrência de inércia da Apelante, conforme se observa pelo exame dos autos judiciais".*
3. Trata-se de execução de crédito proveniente de dívidas de contribuições previdenciárias. Como cediço, o prazo prescricional dessas contribuições sofreu várias modificações em razão de sua natureza jurídica. Com o advento da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, as contribuições previdenciárias perderam a natureza de tributo, mas, somente com a edição da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, é que o prazo prescricional trintenário foi restabelecido (artigo 2º, § 9º).
4. Conforme se verifica da glosa acima, o crédito em execução foi constituído em 01/11/1984 (fl. 04), época em que não possuía natureza jurídica de tributo, e submetia-se ao prazo prescricional de 30 (trinta) anos. Dessa forma, depreende-se que a presente demanda foi ajuizada no prazo legal, em 02/05/1985 (fl. 02), e que o prazo prescricional foi interrompido pelo despacho citatório (Lei n. 6.830/1980, §2º do art. 8º), proferido em 03/05/1985 (fl. 02).
5. No que tange à análise do prazo referente à prescrição intercorrente, em se tratando de execuções fiscais, a jurisprudência já firmou entendimento no sentido de que, será aplicada ao caso, a norma vigente à época do suspensão/arquivamento do feito executivo. Precedentes.
5. *In casu,* após a interrupção do prazo prescricional pelo despacho citatório (fl. 02), foi realizado o auto de penhora e depósito do bem da executada, requerendo a exequente o prosseguimento do feito com o leilão dos bens penhorados e avaliados às fls. 09/10. No entanto, a alienação restou frustrada, face ao pedido da executada de suspensão da publicação do edital do Leilão e consolidação da dívida para fins de parcelamento do débito (fls. 14 e 17). Diante disso, o feito executivo foi suspenso em 08/07/2002, nos termos do art. 40 da Lei n. 6.830/1980 (fl. 42). Dessa forma, à época da suspensão do feito executivo, a prescrição referente às contribuições previdenciárias já era regida pelo atual Sistema Tributário, submetendo-se ao prazo quinquenal.
6. Da data em que a execução foi suspensa (08/07/2002 – fl. 42), até a data da prolação da sentença, em 31/01/2014 (fls. 56/60), transcorreram mais de 11 (onze) anos, sem que houvessem sido localizados bens sobre os quais pudesse recair a penhora.
7. O Superior Tribunal de Justiça tem o consolidado entendimento de que as diligências sem resultados práticos não possuem o condão de obstar o transcurso do prazo da prescrição intercorrente, pelo que, não encontrados bens penhoráveis para a satisfação do crédito, após o decurso do referido *iter*, o pronunciamento da mencionada prescrição, é medida que se impõe.

8. Meras alegações de inobservância dos parágrafos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, sem comprovação de nenhuma causa interruptiva ou suspensiva do prazo prescricional, não são suficientes para invalidar a sentença. Dessa forma, para que a prescrição intercorrente seja corretamente reconhecida, basta, tão somente, que seja observado o transcurso do prazo legal de 06 (seis) anos (referentes a um ano de suspensão mais cinco de arquivamento), sem que tenham sido localizados bens capazes de saldar o crédito em execução, o que se configurou na hipótese.
9. Nos termos do art. 156, V, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e, consequentemente, a própria obrigação tributária, o que possibilita o seu pronunciamento *ex officio*, a qualquer tempo e grau de jurisdição, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade, ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.
10. Valor da Execução Fiscal em 22/03/1985: Cr$ 317.379,23 (fl. 02).
11. Apelação desprovida.
A C Ó R D Ã O
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que é parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

EMBARGOS DE DELARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO 2012.02.01.019615-6

Nº CNJ	:	0019615-61.2012.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE	:	ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A - ESCELSA
ADVOGADO	:	LUIZ ROBERTO PEROBA BARBOSA E OUTROS
AGRAVADO	:	UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DE VITÓRIA/ES (200950010086390)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE	:	ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELETRICAS S/A - ESCELSA
EMBARGADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
DEC. EMBARGADA	:	ACÓRDÃO DE FLS. 476-477

E M E N T A
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE FIANÇA BANCÁRIA POR SEGURO-GARANTIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA (NCPC, ART. 1022). PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.
1. A embargante alega, em resumo, que a decisão embargada incorreu em omissão pois se limitou a acolher a recusa da União Federal sem mencionar os seus motivos e os fundamentos pelos quais a recusa seria válida; deixou de apreciar as alegações sobre: 1) os prejuízos que o contribuinte vem sofrendo e a urgência na substituição da fiança bancária pelo seguro-garantia face ao maior custo financeiro da primeira; 2) a existência de expressa previsão legal que equiparou qualquer preferência entre essas duas modalidades de garantia (art. 9, II, da LEF); e 3) o cumprimento de todos os requisitos estipulados pela própria Fazenda para aceitação do seguro-garantia (Portaria PGFN 164/2014). Alega, também, erro material nas jurisprudências citadas no acórdão embargado, pois não aplicáveis ao caso concreto. Por fim, requer o prequestionamento dos artigos 805 e 835, §2º do NCPC; artigos 1º, 9º, incisos I, II e §3º e 15, da Lei nº 6.830/80; artigo 206 do CTN; artigo 5º, incisos XXXIV, alínea "a", XXXV, LIV e LV, da CF/88; da Portaria 164/14 da PGFN; e da da Circular SUSEP nº 232/03.
2. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do NCPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se, por construção jurisprudencial, sua utilização também para correção de inexatidões materiais, bem como, segundo alguns precedentes do E. STJ, para o fim de obter-se reconsideração, ou reforma, de decisão manifestamente equivocada.
3. À luz desse entendimento, não vislumbro no acórdão recorrido, nenhum dos vícios a cuja correção servem os embargos declaratórios, tendo sido apreciada e decidida a questão em foco de forma clara e fundamentada , em observância ao art. 489, do NCPC, concluindo no sentido de que o princípio da economicidade não pode superar o da maior utilidade da execução para o credor, visto que a execução fiscal

tem regime jurídico próprio, e que a substituição entre o dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia somente se admite em prol do devedor, excepcionalmente, caso comprovada de forma irrefutável a necessidade de aplicação do princípio da menor onerosidade, o que não restou comprovado nos autos, limitando-se a agravante, ora embargante a alegar que o seguro-garantia é menos gravoso.
4. Ademais, é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão..
5. Ressalte-se, por oportuno, que o recurso interposto, ainda que com o fim de prequestionamento, deve observância ao artigo 1022, do NCPC, o que não se verifica, *in casu*. Precedente do STJ.
6. Ora, efeitos modificativos aos embargos de declaração - como se sabe - são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o *error in judicando*, o que, evidentemente, não é o caso dos autos. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.
7. Embargos de declaração desprovidos.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO 223119 2012.02.01.019480-9

Nº CNJ	:	0019480-49.2012.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE	:	ANTONIO CARLOS ALVES COUTINHO E OUTROS
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	SEXTA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200651015159152)

E M E N T A
PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO POR EDITAL, NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO E NA FORMAÇÃO DO TÍTULO. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ DA CDA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
1. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto em face da decisão proferida nos autos da Execução Fiscal, por meio da qual o douto Juízo *a quo* acolheu, em parte a exceção de pré-executividade oposta pela executada, ora agravante, apenas para reconhecer a nulidade da citação por edital promovida contra Posto de Gasolina Bango Ltda e Joaquim Barros Coutinho.
2. A agravante alega, em síntese, a nulidade da citação ficta, tendo em vista que não foram esgotados todos os meios de localização dos agravantes; e a nulidade da CDA por ausência de indicação do cálculo dos juros moratórios e do próprio imposto, em violação ao disposto no art. 2º, inciso II, §5º e §6º da Lei n. 6.830/80, art. 202 do CTN.
3. A Primeira Seção do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp. 1.103.050/BA, sob o regime do art. 543-C do CPC e da Res. nº 8/2008 do STJ, concluiu que, na execução fiscal, é cabível a citação por edital quando não obtiver êxito nas outras modalidades de citação previstas no artigo 8º da Lei nº 6.830/1980.
4. No mesmo sentido, é o verbete nº. 414 da Súmula do Eg. STJ, *verbis: "A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades".*
5. Registre-se, por oportuno, que é obrigação do contribuinte manter suas informações cadastrais atualizadas perante o Fisco. Uma vez demonstrado pela Fazenda Pública que o endereço da citação é o mesmo constante de seu cadastro, cujas informações foram fornecidas pelo próprio contribuinte, é desnecessário prévio exaurimento dos meios extrajudiciais disponíveis para a localização do devedor em outro endereço.
6. Assim sendo, quando frustrada a citação do executado por oficial de justiça, e certificado que o mesmo não foi localizado em seu endereço fiscal, é cabível, desde logo, a citação por edital.
7. No caso dos autos, as diligências do oficial de justiça foram infrutíferas porque um dos executados deixou de atualizar seu endereço junto ao fisco, conforme se infere da certidão juntada por cópia à fl. 73, ou pelo fato do local ser inacessível (fl. 79), fatos que autorizam a citação editalícia.
8. Quanto ao título executivo, diferente do alegado, o crédito em cobrança foi regularmente constituído e a Certidão de Dívida Ativa preenche todos os requisitos legais (art. 2º, § 5º, da Lei nº. 6.830/1980 e art. 202

do CTN). Não é possível inferir, de plano, nenhuma irregularidade capaz de afastar a liquidez, certeza e exigibilidade dos títulos.
9. Ressalte-se que a forma de cálculo dos juros moratórios encontra-se na fundamentação legal do título executivo, de acordo com a legislação aplicável à hipótese.
10. Quanto ao aos títulos executivos, diferente do alegado, os créditos em cobrança foram regularmente constituídos e as Certidões de Dívida Ativa preenchem todos os requisitos legais (art. 2º, § 5º, da Lei nº. 6.830/1980 e art. 202 do CTN). Não é possível inferir, de plano, nenhuma irregularidade capaz de afastar a liquidez, certeza e exigibilidade dos títulos.
11. Agravo de instrumento desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 243309 2014.02.01.006881-3

Nº CNJ	:	0006881-10.2014.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE	:	GABIMA DO BRASIL IMP EXP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
ADVOGADO	:	FERNANDO VALLE AYRES
AGRAVADO	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM	:	2 VARA JUSTIÇA FEDERAL DUQUE DE CAXIAS/RJ (200251100024690)

E M E N T A
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS ÀEXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO RECEBIDO NO EFEITO DEVOLUTIVO. ARTIGO 520, INCISO V, DO CPC/73. EFEITO SUSPENSIVO. EXCEPCIONALIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento, objetivando reformar a decisão proferida nos autos dos embargos à execução fiscal, por meio da qual o douto Juízo *a quo* recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, inciso V, do CPC/1973.
2. A agravante alega, em síntese, que se não for concedido efeito suspensivo à apelação, ficará sujeita a realização de atos executórios que importam em liberação de depósitos ou alienação de bens, o que traz o risco da irreversibilidade, tornando inútil eventual êxito no julgamento final da apelação.
3. Nos termos do art. 520, inciso V, do CPC/1973, vigente à época da publicação da decisão agravada, a apelação da sentença que julga improcedentes os embargos à execução deve ser recebida no efeito devolutivo.
4. Tratando-se de título executivo extrajudicial, a execução será sempre definitiva, mesmo na pendência do julgamento de recurso de apelação, sem efeito suspensivo, interposto contra a sentença de improcedência dos embargos.
5. No caso, a definitividade da execução ocorre em razão da presunção de certeza, liquidez e exigibilidade de que goza a Certidão de Dívida Ativa, não tendo a embargante, ora agravante, se desincumbido do ônus de demonstrar o contrário.
6. Nesse sentido, a Súmula 317 do STJ: *"é definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos."*
7. Contudo, em situações excepcionais, permite-se a atribuição de efeito suspensivo à apelação quando relevantes os fundamentos apresentados e desde que a ausência da medida possa causar grave lesão à parte, o que não restou comprovado nos autos.
8. Agravo de instrumento desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 236306 2013.02.01.015941-3
Nº CNJ : 0015941-41.2013.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : MANUFATURA ZONA OESTE S/A
ADVOGADO : FLAVIO PEREIRA DA COSTA BARROS E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (9700655083)

E M E N T A
PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo *a quo* rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pela agravante por entender que o caso demanda dilação probatória.
2. A recorrente sustenta, em resumo, que nunca teve participação na constituição do fato gerador da obrigação tributária; que não foi apontado fato capaz de demonstrar a participação com as demais empresas do grupo econômico; que não pode ser incluída no polo passivo da execução fiscal nos termos do art. 124, I e II do CTN; que as empresas nunca desvirtuaram a relação jurídica tributária a fim de consolidar possíveis hipóteses de incidência em apenas um único fato gerador; que industrializa anéis de pistão, enquanto que a Santa Cruz Melting S/A fabrica "camisas", que são tubos cilíndricos colocados no bloco do motor; que a Ecoparts e Schlauder Metal Indústria e Comércio S/A, apontadas como integrantes do grupo econômico, não tinham qualquer relação jurídica a título de participação societária, mas apenas uma relação comercial através de contratos de industrialização por encomenda; que a solidariedade não se presume, nos termos do art. 265 do Código Civil; que a Schlauder interpôs medida cautelar de sequestro em face da agravante, o que demonstra não haver interesse na situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária entre as empresas; que até julho de 2008, a agravante possuía os mesmos acionistas da Santa Cruz Melting S/A, a partir de quando deixou de ter qualquer tipo de participação na sociedade; e vice-versa; e que não há que se falar em confusão patrimonial pois não existe um único patrimônio em nome da agravante.
3. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1136144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva.
4. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula nº 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, *verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."*
5. No caso, a agravante faz alegações genéricas e desprovidas de elementos suficientes para sua verificação, razão pela qual estou em que o caso está, de fato, a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado.
6. Agravo de instrumento desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 236308 2013.02.01.015940-1
Nº CNJ : 0015940-56.2013.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : MANUFATURA ZONA OESTE S/A
ADVOGADO : FLAVIO PEREIRA DA COSTA BARROS E OUTROS

AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : TERCEIRA VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL - RJ (200251015094954)

E M E N T A
PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 393 DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.
1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento objetivando reformar a decisão por meio da qual o douto Juízo *a quo* rejeitou a exceção de pré-executividade apresentada pela agravante por entender que o caso demanda dilação probatória.
2. A recorrente sustenta, em resumo, que nunca teve participação na constituição do fato gerador da obrigação tributária; que não foi apontado fato capaz de demonstrar a participação com as demais empresas do grupo econômico; que não pode ser incluída no polo passivo da execução fiscal nos termos do art. 124, I e II do CTN; que as empresas nunca desvirtuaram a relação jurídica tributária a fim de consolidar possíveis hipóteses de incidência em apenas um único fato gerador; que industrializa anéis de pistão, enquanto que a Santa Cruz Melting S/A fabrica "camisas", que são tubos cilíndricos colocados no bloco do motor; que a Ecoparts e Schlauder Metal Indústria e Comércio S/A, apontadas como integrantes do grupo econômico, não tinham qualquer relação jurídica a título de participação societária, mas apenas uma relação comercial através de contratos de industrialização por encomenda; que a solidariedade não se presume, nos termos do art. 265 do Código Civil; que a Schlauder interpôs medida cautelar de sequestro em face da agravante, o que demonstra não haver interesse na situação que constitui o fato gerador da obrigação tributária entre as empresas; que até julho de 2008, a agravante possuía os mesmos acionistas da Santa Cruz Melting S/A, a partir de quando deixou de ter qualquer tipo de participação na sociedade; e vice-versa; e que não há que se falar em confusão patrimonial pois não existe um único patrimônio em nome da agravante.
3. Com relação ao cabimento da exceção de pré-executividade, a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.136.144/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal nas situações em que não se faz necessária dilação probatória e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as atinentes à liquidez do título executivo, aos pressupostos processuais e às condições da ação executiva.
4. Esse entendimento encontra-se consolidado no verbete da Súmula nº 393 do STJ, cujo enunciado dispõe, *verbis: "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória."*
5. No caso, a agravante faz alegações genéricas e desprovidas de elementos suficientes para sua verificação, razão pela qual estou em que o caso está, de fato, a demandar dilação probatória, devendo ser resolvido em sede de embargos do devedor, na medida em que os documentos acostados se me afiguram insuficientes à verificação do alegado.
6. Agravo de instrumento desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 07 de março de 2017 (data do julgamento).
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

III - AGRAVO DE INSTRUMENTO 238590 2014.02.01.000057-0
Nº CNJ : 0000057-35.2014.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL FERREIRA NEVES
AGRAVANTE : LAB TOSTES ANALISES CLINICA E ANATOMIA PATOLOGICA LTDA - EPP
ADVOGADO : RENATA PASSOS BERFORD GUARANA E OUTROS
AGRAVADO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
ORIGEM : QUINTA VARA FEDERAL DE NITERÓI (201151020040412)

E M E N T A
AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS ÀEXECUÇÃO FISCAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DE APELAÇÃO RECEBIDO NO EFEITO DEVOLUTIVO. ARTIGO 520, INCISO V, DO CPC/73. EFEITO SUSPENSIVO. EXCEPCIONALIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

1. Cuida-se, como visto, de agravo de instrumento, objetivando reformar a decisão proferida nos autos dos embargos à execução fiscal, por meio da qual o douto Juízo *a quo* recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, inciso V, do CPC/1973.
2. A agravante alega, em síntese, que se não for concedido efeito suspensivo à apelação, ficará sujeita a realização de atos executórios que importam na alienação de seus bens (leilão), o que traz o risco da empresa ficar incapacitada de exercer suas atividades, em ofensa ao princípio da preservação da empresa.
3. Nos termos do art. 520, inciso V, do CPC/1973, vigente à época da publicação da decisão agravada, a apelação da sentença que rejeitar liminarmente os embargos à execução deve ser recebida apenas no efeito devolutivo.
4. Tratando-se de título executivo extrajudicial, a execução será sempre definitiva, mesmo na pendência do julgamento de recurso de apelação, sem efeito suspensivo, interposto contra a sentença de improcedência dos embargos.
5. No caso, a definitividade da execução ocorre em razão da presunção de certeza, liquidez e exigibilidade de que goza a Certidão de Dívida Ativa, não tendo a embargante, ora agravante, se desincumbido do ônus de demonstrar o contrário.
6. Nesse sentido, a Súmula 317 do STJ: *"é definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos."*
7. Contudo, em situações excepcionais, permite-se a atribuição de efeito suspensivo à apelação quando relevantes os fundamentos apresentados e desde que a ausência da medida possa causar grave lesão à parte, o que não é o caso, tendo sido, inclusive, suspensa a execução fiscal originária em razão da adesão da agravante ao parcelamento da Lei n. 11.941/09.
8. Agravo de instrumento desprovido.
A C Ó R D Ã O
Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo de instrumento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 7 de março de 2017(data do julgamento)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

BOLETIM: 2017000094

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0043172-62.1996.4.02.5101 Número antigo: 1996.51.01.043172-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/10/2015 08:56
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MIRASOL JARDIM ESCOLA LTDA
APELADO: SEUZIDA SOARES BARBOSA
APELADO: JACKELINE SORAYA SOARES BARBOSA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0043172-62.1996.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0043172-62.1996.4.02.5101 (1996.51.01.043172-3)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: MIRASOL JARDIM ESCOLA LTDA E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0053049-55.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.053049-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 17/06/2016 13:05
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CLÍNICA DE REPOUSO CAMPO BELO LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0053049-55.1998.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0053049-55.1998.4.02.5101 (1998.51.01.053049-7)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: CLÍNICA DE REPOUSO CAMPO BELO LTDA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0054716-76.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.054716-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Prevenção - 12/05/2015 18:30
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EMBRASA EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A
APELADO: DOMINGOS MARQUES DA SILVA
APELADO: ROBERTO DIAS DE MACEDO
APELADO: EDELMO JERONIMO DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0054716-76.1998.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0054716-76.1998.4.02.5101 (1998.51.01.054716-3)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: EMBRASA EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES
Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0509211-97.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.509211-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/10/2015 06:49
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: AJN CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA
APELADO: ABILIO JORGE NASSARALLA
APELADO: LUIZ DA SILVA PIMENTEL FILHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0509211-97.2001.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0509211-97.2001.4.02.5101 (2001.51.01.509211-4)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: AJN CONSTRUCOES E PROJETOS LTDA E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0512948-11.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.512948-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/11/2015 08:29
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NOMARSEL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0512948-11.2001.4.02.5101 - 12ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0512948-11.2001.4.02.5101 (2001.51.01.512948-4)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: NOMARSEL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0520218-52.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.520218-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/10/2016 06:53
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CENTRO MÉDICO PROPÍCIA LTDA
APELADO: LILIAN THEREZINHA CARVALHO SOUTO ALEVATO
APELADO: MARCO AURÉLIO MENDES ALEVATO
ADVOGADO: ELENICY MENDES ALEVATO
Originário: 0520218-52.2002.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0520218-52.2002.4.02.5101 (2002.51.01.520218-0)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: CENTRO MÉDICO PROPÍCIA LTDA E OUTROS
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ELIANE LIMA CAVALCANTI

Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

8 - 0533043-23.2005.4.02.5101 Número antigo: 2005.51.01.533043-2 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/07/2016 09:06

Gabinete 10

Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: MERCADO DE CARNES BIFÃO DA TAQUARA LTDA

ADVOGADO: ABILIO AUGUSTO BARATA

ADVOGADO: MARIA DA CONCEICAO DE SOUSA CORREIA

Originário: 0533043-23.2005.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

0533043-23.2005.4.02.5101 (2005.51.01.533043-2)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

APELADO: MERCADO DE CARNES BIFÃO DA TAQUARA LTDA

ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ELIANE LIMA CAVALCANTI

Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0535928-39.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.535928-5 (PROCESSO FÍSICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2016 09:42

Gabinete 10

Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: ROSA VIVA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0535928-39.2007.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

0535928-39.2007.4.02.5101 (2007.51.01.535928-5)

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

APELADO: ROSA VIVA PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

ELIANE LIMA CAVALCANTI

Matr. 10277

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

6 - 0514358-60.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.514358-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/01/2016 09:33
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ATRI NYLOX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0514358-60.2008.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0514358-60.2008.4.02.5101 (2008.51.01.514358-0)
Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: ATRI NYLOX DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0024039-44.1990.4.02.5101 Número antigo: 1990.51.01.024039-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/11/2015 08:53
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ADLER EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0024039-44.1990.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
0024039-44.1990.4.02.5101 (1990.51.01.024039-3)
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
APELADO: ADLER EMPREENDIMENTOS LTDA
ATO ORDINATÓRIO PARA CONTRARRAZÕES

Certifico que, estes autos, encontram-se nesta E. Subsecretaria da Quarta Turma Especializada, localizada no 4º andar, com vista ao Recorrido (os) para querendo, dentro do prazo legal, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Recurso Extraordinário interposto (s) nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 DE 31/05/2013 (E-DJF2R de 06.06.2013).

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ELIANE LIMA CAVALCANTI
Matr. 10277

BOLETIM: 2017000100

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001372-06.2000.4.02.5104 Número antigo: 2000.51.04.001372-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/07/2016 18:29
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: NOVAERO PECAS E REPARACOES DE VEICULOS LTDA
APELADO: GILSON BAIRRAL FRANCA
ADVOGADO: JEFFERSON ARGEMIRO DOS SANTOS COUTINHO

ADVOGADO: ANDREIA ALVES PEDROSA
Originário: 0001372-06.2000.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). INTIMAÇÃO PARA DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO NA FORMA DO ARTIGO 485, III, DO NCPC. EXECUÇÃO EMBARGADA. SÚMULA 240 DO STJ.

1. A ação acima referenciada foi ajuizada em 10/05/2000 (fls. 01) para cobrança de contribuição. A executada e o responsável legal foram citados por edital (fls. 52). Deferida a penhora via BACEN-JUD, com resultado positivo (fls. 93/98), foram opostos embargos à execução, conforme se vê de fls. 114 (processo n° 201151040004218 - fls. 101). A Fazenda Nacional requereu a suspensão do feito até o julgamento da apelação nos embargos à execução (fls. 115), a qual foi negado provimento, de acordo com as fls. 117/129, em 22/04/2015. Por consequência, a exequente pediu, então, a conversão do valor apurado na penhora on line (fls. 137), o que foi realizado às fls. 143/144. Como mais nada foi requerido, a Fazenda Nacional foi intimada a dar prosseguimento ao feito em 2 (duas) oportunidades, sendo a última na forma do artigo 485, III, c/c § 1º, do NCPC (fls. 145 e 147). No entanto, não houve manifestação (fls. 149), o que levou o magistrado a extinguir o processo nos termos da sentença de fls. 150.

2. Ao contrário do que entende a Fazenda Nacional é possível sim o abandono de causa nas execuções fiscais em face da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao executivo fiscal (artigo 1º da LEF). Entretanto, na hipótese, houve oposição de embargos de devedor como se viu acima. Dessa forma, aplicável a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, impondo-se o requerimento do réu. A questão já foi, inclusive, objeto de recurso repetitivo no Superior Tribunal de Justiça (REsp 1352882, S1, Rel. Herman Benjamin, Dje de 28/06/2013).

3. O valor da execução é R$ 6.997,30 (em 10/05/2000).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0001343-04.2006.4.02.5117 Número antigo: 2006.51.17.001343-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/10/2016 12:56
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: MARLI MARIA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0001343-04.2006.4.02.5117 - 01ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA LC N° 118/05. CITAÇÃO SEM BENS ENCONTRADOS. INÉRCIA. SENTENÇA DE PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE COMPENSAÇÃO DE OFÍCIO COMO CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. RECONHECIMENTO INEQUÍVOCO DA DÍVIDA. INOCORRÊNCIA.

1. O crédito tributário em questão (imposto de renda) foi constituído por Auto de Infração em 13/01/2005 (fls. 05), sendo a ação de cobrança ajuizada em 18/02/2006 (fls. 03). Ordenada a citação em 05/06/2006 (fls. 10), interrompendo o prazo prescricional (LC n° 118/05), a primeira diligência não obteve êxito (fls. 16). Foi deferida citação por edital, publicada em 28/03/2007 (fls. 25). A exequente requereu, então, a expedição de mandado no novo endereço apontado às fls. 28 e lá a executada foi citada pessoalmente, mas não foi encontrado nenhum bem para penhora, conforme certidão datada de

27/06/2008 (fls. 37). Aberta vista à Fazenda Nacional, esta nada diligenciou e o magistrado suspendeu o feito em 20/08/2009 com a ciência da exequente (fls. 44/45). Um ano após, a exequente voltou aos autos e teve ciência do decurso do prazo da suspensão (fls. 56). Transcorridos mais de 6 (seis) anos, em 02/03/2016, o magistrado determinou a manifestação sobre causas interruptivas/suspensivas da prescrição. Na petição de fls. 64, a Fazenda Nacional alegou não ter ocorrido a prescrição em virtude da inclusão de pagamento de compensação de ofício SIEF-MALHA DÉBITO. No entanto, o MM. Juiz a quo reconheceu a prescrição do crédito tributário, nos termos da sentença de fls. 72.

2. De fato, vê-se às fls. 86 a compensação de ofício realizada pela Receita Federal ¿ SIEF-MALHA-DÉBITO ¿ em 20/08/2007, 05/12/2008, 10/11/2010 e 07/08/2011. Entretanto, ao contrário do que entende a exequente/apelante, esse procedimento não importa em reconhecimento inequívoco da dívida para fins de interrupção do prazo prescricional. A própria exequente ressalta em seu recurso que a compensação de ofício não pode ocorrer sem a anuência do contribuinte em razão das normas insculpidas nos artigos 73 da Lei n° 9430/96, 7º do DL n° 2287/87 e 6º do Decreto n° 2138/97.

3. Como se sabe, a Receita Federal deve fazer uma comunicação ao devedor, garantindo-lhe a oportunidade de defesa (artigo 5º, LV, da CF/88). Não consta nos autos nenhuma comprovação de que a contribuinte/executada tenha sido notificada. Também não se pode presumir que o silêncio da devedora é ato inequívoco de reconhecimento da dívida. Desse modo, não há que se acatar a alegação da exequente/apelante no sentido de que o prazo prescricional foi interrompido pelo procedimento de compensação de ofício. Esse entendimento está em consonância com a jurisprudência desta Egrégia Corte.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inc. V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 117.010,64 (em 18/05/2006).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0000099-63.2007.4.02.5001 Número antigo: 2007.50.01.000099-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 02/01/2015 12:13
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AUTO POSTO PEDRA POLIDA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000099-63.2007.4.02.5001 - 4ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). TAXA DE SERVIÇO METROLÓGICO. PRAZO PRESCRICIONAL PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO (ARTIGO 174 DO CTN). ALEGAÇÃO DE SUSPENSÃO DO PRAZO COM FULCRO NO ARTIGO 2º, § 3º, DA LEF. INAPLICABILIDADE À HIPÓTESE.

1.O crédito tributário em questão (taxa), com data de vencimento em 28/02/2000 (fls. 09), teve a ação de cobrança ajuizada em 09/01/2007 (fls. 06).

2. Como se vê de fls. 09/10, o vencimento da taxa em cobrança ocorreu em 28/02/2000. Na própria Certidão de Dívida Ativa, às fls. 09, a data citada consta como termo inicial. Portanto, ao contrário do que entende a exequente, a constituição do crédito, segundo a Certidão de Dívida Ativa, ocorreu em 28/02/2000 e não na data de inscrição da dívida (07/04/2005).

3. Por outro lado, é sabido que a suspensão prevista no artigo 2º, da LEF não se aplica aos créditos tributários. Assim decidiu o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do AI no AG 1037765 e também o Plenário desta Egrégia Corte, na seção do dia 08 de novembro de 2012, em conclusão ao julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade dos artigos 2º, § 3º, e 8º, § 2º, da Lei nº. 6.830/80, suscitado nos autos da Execução Fiscal nº 2007.51.17.006636-1. Naquela ocasião, o Plenário não acolheu a arguição de inconstitucionalidade da norma, concluindo, porém, pela inaplicabilidade da mesma aos créditos tributários.

3. Dessa forma, conforme a regra insculpida no artigo 174 do CTN, conclui-se que, na hipótese, à época do ajuizamento, o crédito já estava prescrito. Some-se a isso o fato de que, instada a se manifestar, tanto antes da sentença quanto em seu recurso, a Fazenda Nacional nada trouxe comprovando a ocorrência de causas interruptivas/suspensivas no período em que ficou inerte.

4. Certo é que, nos termos dos artigos 156, inciso V, e 113, § 1º, do CTN, a prescrição extingue o crédito tributário e a própria obrigação tributária, e não apenas o direito de ação, o que possibilita o seu reconhecimento ex officio, como ocorre com a decadência. O legislador reconheceu expressamente essa possibilidade ao introduzir o parágrafo 4º no artigo 40 da Lei de Execuções Fiscais. Trata-se de norma de natureza processual, de aplicação imediata, alcançando inclusive os processos em curso. Precedentes do STJ.

5. O valor da execução fiscal é R$ 934,48 (em 09/01/2007).

6. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0511973-42.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.511973-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/01/2015 13:53
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: SINDICATO DOS EMP EM COM E DIST DE VEIC AUTOMOTORES LTDA
APELANTE: MAURY VIEIRA DE BRITO
APELANTE: WILSON LUIZ JORDAO
APELANTE: DALMO MALHEIROS RAMOS
ADVOGADO: RIBAMAR CAMPOS LEITE
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0511973-42.2008.4.02.5101 - 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO. VERBA HONORÁRIA. NÃO CABIMENTO. APELAÇÃO PROVIDA.

Tratando-se de desistência de Embargos à Execução Fiscal de créditos da Fazenda Nacional, mercê da adesão do contribuinte a programa de parcelamento fiscal, descabe a condenação em honorários advocatícios, uma vez já incluído, no débito consolidado, o encargo de 20% (vinte por cento) previsto no Decreto-Lei 1.025/69, no qual se encontra compreendida a verba honorária, consoante interpretação consagrada na Súmula 168 do extinto TFR e pela jurisprudência do STJ (REsp 1.143.320/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21/05/2010,submetido ao rito do art. 543-C do CPC).

Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0511975-12.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.511975-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/11/2014 15:35
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0511975-12.2008.4.02.5101 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUJEIÇÃO PASSIVA. PROMITENTE VENDEDOR. AUSÊNCIA DE REGISTRO. TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO. CONSTITUCIONALIDADE. SÚMULA VINCULANTE Nº 19 DO STF. ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS. APELAÇÃO PROVIDA.

1. O promitente comprador (possuidor a qualquer título) do imóvel e o proprietário/promitente vendedor (aquele que tem a propriedade registrada no Registro de Imóveis) são contribuintes responsáveis pelo pagamento do tributo. (STJ, Recursos Especiais 1.110.551/SP e 1.111.202/SP (submetidos ao rito do artigo 543-C, do CPC). Assim, cabe ao administrador público eleger o sujeito passivo do tributo, contemplando qualquer das situações previstas no CTN.

2. É que, nas hipóteses em que se verifica a "contemporaneidade" do exercício da posse direta e da propriedade (e não a efetiva sucessão do direito real de propriedade, tendo em vista a inexistência de registro do compromisso de compra e venda no cartório competente), o imposto sobre o patrimônio poderá ser exigido de qualquer um dos sujeitos passivos "coexistentes", exegese aplicável à espécie, por força do princípio de hermenêutica ubi eadem ratio ibi eadem legis dispositio.

3. O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que a cobrança da taxa de coleta domiciliar de lixo (TCLD), instituída pela Lei Municipal nº 2.687/98 e cobrada em substituição a Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública (TCLLP), é constitucional (Súmula Vinculante nº 19/STF).

4. Apelação provida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0015437-09.2009.4.02.5001 Número antigo: 2009.50.01.015437-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.055515-6
Distribuição por Prevenção - 20/08/2014 15:09
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: LUCIMAR MARIA SILVA PADILHA
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO TEIXEIRA NETO
Originário: 0015437-09.2009.4.02.5001 - 3ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS. INAPLICABILIDADE DO NCPC. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. RECURSO DESPROVIDO

Os embargos de declaração, nos termos do art. 535 do CPC (art. 1022, NCPC), têm efeito limitado, porquanto se destinam apenas à correção de omissão, obscuridade ou contradição no decisum, sendo, ainda, admitidos para a retificação de erro material.

Trata-se de instrumento processual que visa remediar pontos que não estejam devidamente claros, seja em razão da falta de análise de um determinado aspecto considerado fundamental, seja por haver contradição ou obscuridade nos pontos já decididos, de tal sorte que o antecedente do desfecho decisório não se harmoniza com a própria decisão, que, com efeito, torna-se ilógica.

Admite-se, ainda, a interposição dos embargos declaratórios para fins de prequestionamento da matéria impugnada, visando ao acesso às instâncias superiores. Entretanto, mesmo com esta finalidade, os embargos devem observância aos requisitos previstos no artigo 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão), não sendo recurso hábil ao reexame da causa, conforme pretende o embargante. Precedentes do STJ.

embargante apontou a existência de omissão no acórdão que deixou de condenar a apelante em honorários advocatícios recursais, nos termos do § 11 do art. 85 do NCPC, visto que a sentença foi integralmente mantida.

A norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada (Art. 14, NCPC).

Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC (EA n.º 07/STJ).

A sentença foi publicada na vigência do CPC/73, hipótese em que não incidem as disposições acerca dos honorários recursais, previstas no NCPC.

Embargos conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0002863-48.2010.4.02.5120 Número antigo: 2010.51.20.002863-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 22:29
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: CIPLA IND/ DE TINTAS E VERNIZES S/A
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002863-48.2010.4.02.5120 - 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA SOB A ÉGIDE DA REDAÇÃO ORIGINAL DO ARTIGO 174 DO CTN NO ÃMBITO DA JUSTIÇA ESTADUAL. PARALISAÇÃO PELOS MECANISMOS DO JUDICIÁRIO. SÚMULA 106 DO STJ.

1. O crédito tributário em cobrança (imposto), constituído em 19/05/1995 (fls. 04), teve ação de cobrança ajuizada em 15/01/1996 (fls. 01), na Justiça Estadual. Ordenada a citação em 07/02/1996 (fls. 02), a diligência não obteve resultado nem por carta nem por citação pessoal (fls. 12 e 21). Aberta vista à Fazenda Nacional, a exequente pediu a inclusão do sócio e sua citação. Deferida em 15/10/1999, a carta precatória foi expedida em 17/09/2009 (fls. 32). Em 29/11/2010, o MM. Juiz de Direito declinou da competência para a Justiça Federal onde o processo foi autuado em 19/07/2011 (fls. 36). Intimada, a Fazenda Nacional trouxe a informação da falência da executada e pediu a penhora no rosto dos autos. No entanto, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo, nos termos do artigo 269, IV, do CPC/73 (fls. 79).

2. Como se vê acima, a ação foi ajuizada dentro do prazo prescricional (artigo 174 do CTN), mas ficou longo tempo paralisada no âmbito da Justiça Estadual. Na hipótese, não se pode imputar a demora na tramitação dos autos à Fazenda Nacional. Não restam dúvidas sobre a aplicação da Súmula 106 do STJ.

3. O valor da execução fiscal é R$ 176.208,82 (em 15/01/1996).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
23 - 0020140-03.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.020140-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 20/08/2014 17:13
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: STATUS SERVSISTEM LTDA
APELANTE: MGI MICROGRAFICA NO GERENCIAMENTO DA INFORMACAO LTDA
APELANTE: TECNOGIN TECNOLOGIA NO GERENCIAMENTO DA INFORMA.ÇO LTDA
APELANTE: MONTEIRO E CATROLI LANCHES LTDA
APELANTE: ALFASEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA
APELANTE: INDUSTRIA DE BEBIDAS JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO FILHO S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0020140-03.2011.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. PRESCRIÇÃO. RE 566.621. NÃO INCIDÊNCIA: AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCIDÊNCIA: DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO PROPORCIONAL AO AVISO PRÉVIO INCENIZADO, ADICIONAL DE HORA EXTRA, ADICIONAL NOTURNO, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. RE 566.621. O operou-se a prescrição quinquenal da pretensão à compensação dos valores recolhidos antes de 16.12.2006.

2. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.

3. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, sobre a importância paga a título de aviso prévio indenizado.

4. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, pela Primeira Seção, no julgamento do REsp nº 1.066.682, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73 e da Resolução STJ 08/2008, firmou orientação no sentido da incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário. O Egrégio STJ se pronunciou no sentido de que o décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado não é acessório do aviso prévio indenizado, mas, que a gratificação natalina é indivisível. Portanto, deve incidir contribuição previdenciária sobre o 13º pago proporcional ao aviso prévio indenizado.

5. Quanto ao adicional de horas extras, no julgamento do REsp nº 1.358.281, o STJ deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

6. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.358.281/SP, deliberou pela aplicação do art. 543-C do CPC, e firmou orientação no sentido de que incide contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de periculosidade, por possuir natureza remuneratória.

7. Em relação ao adicional de periculosidade a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, em razão de sua natureza remuneratória.

8. Quanto ao adicional de transferência, há previsão no art. 469, §3º da CLT. Tal valor não é eventual. É pago com periodicidade. Somente se esta rubrica fosse paga eventualmente e desvinculada do salário é que estaria excluída da base de cálculo da contribuição previdenciária. Em face de sua natureza salarial, deve incidir a contribuição previdenciária.

9. A Lei nº 11.457/07 veda, em seu art. 26, parágrafo único, a compensação entre as contribuições previdenciárias previstas no art. 11, § único, ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿ da Lei nº 8.212/91 (contribuições patronais, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores) com outros tributos federais, por conseguinte, permaneceu a proibição de realizar compensação entre contribuições previdenciárias com outros tributos.

10. A compensação deve ser efetivamente realizada na esfera administrativa, cabendo ao Poder Judiciário, apenas, reconhecer esse direito, ou não. As impetrantes terão que se submeterem aos procedimentos administrativos da Receita Federal do Brasil ¿ SRFB, onde será verificada a eventualidade, ou não, de tais pagamentos.

11. Em relação à necessidade do trânsito em julgado da decisão que declarar o direito à compensação, o Colendo STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que o art. 170-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar 104/2001, tem aplicação apenas quanto aos pedidos de compensação formulados a partir de sua vigência (10 de janeiro de 2001), caso dos autos.

12. No que tange à atualização monetária e aos juros, aplica-se, tão somente, a taxa SELIC, nos termos do art. 89, § 4º da Lei nº 8.212/91.

13. Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0523570-03.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.523570-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 20/09/2016 20:06

Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ALDEMIRA MARINHO COELHO
CURADOR ESPECIAL: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0523570-03.2011.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXCUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. EQUÍVOCO. ERRO MATERIAL SANÁVEL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PARA COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE. POSSIBILIDADE. APELO PROVIDO.

1. A ação foi ajuizada em 18/11/2011 (fls. 01) para cobrança de imposto constituído por Auto de Infração em 06/12/2008 (fls. 03). Ordenada a citação em 09/01/2012, interrompendo o lapso temporal (LC n° 118/05), houve citação por edital em 30/09/2014 e constrição via BACEN JUD em 28/10/2013 com resultado parcialmente positivo. A executada compareceu aos autos para informar que não havia causa para oposição à execução, conforme se vê de fls. 55, acarretando a transferência do numerário apurado para a exequente (fls. 54). Intimada, a Fazenda Nacional pediu o prazo de 60 (sessenta) dias para prosseguir com o feito e como não houve manifestação, o MM. Juiz a quo extinguiu o processo nos termos da sentença de fls. 80 (artigo 924, II, do NCPC).

2. De fato, o que se vê dos autos é que, ante a ausência de manifestação no prazo requerido pela Fazenda Nacional, entendeu o magistrado pela extinção, acreditando estar quitado o débito. Porém, a exequente afirma a existência de saldo remanescente, o que se pode constatar de fls. 34 e 54. A questão se assemelha a tantas outras julgadas pelos Tribunais Regionais Federais no sentido de se reconhecer o erro na extinção do processo seja provocado pela parte ou pelo próprio juiz. Precedentes desta Egrégia Turma.

3. O valor da execução fiscal é R$ 46.612,99 (em 18/11/2011).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0000274-60.2012.4.02.5105 Número antigo: 2012.51.05.000274-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 27/08/2014 17:11
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: KITCHEN ALIMENTACAO IND. LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0000274-60.2012.4.02.5105 - 01ª Vara Federal de Nova Friburgo
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). EXECUTADA FALIDA. AÇÃO AJUIZADA CONTRA A PESSOA JURÍDICA. CORREÇÃO DA CDA. POSSIBILIDADE. REPETITIVO (RESP 1372243).

1. Vê-se dos autos que o tributo em questão (contribuição), inscrito sob os n°s 36636503-7 e 36636502-9, foi constituído em 13/12/2009 (fls. 07 e 13), sendo ajuizada a ação de cobrança em 28/02/2012 (fls. 01). Ordenada a citação em 06/06/2012, depois de uma tentativa frustrada (fls. 24), a

exequente trouxe a informação da falência da executada e pediu nova diligência no endereço da síndica apontada às fls. 27.

2. Ocorre que, em 06/06/2014, o MM. Juiz a quo julgou extinto o processo, conforme fls. 45. Entendeu o magistrado que, sendo a data da falência muito anterior ao ajuizamento da ação, a sociedade executada era parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação.

3. Conforme entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1372243, julgado pelo rito dos repetitivos, a decretação da falência não implica extinção da personalidade jurídica e o ajuizamento contra a sociedade, nessas condições, constitui mera irregularidade sanável (artigo 321 do NCPC e artigo 2º, § 8º, da LEF).

4. O valor da execução fiscal é R$ 137.997,72 (em 28/02/2012).

5. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0001126-93.2012.4.02.5102 Número antigo: 2012.51.02.001126-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 18/08/2014 16:15
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: ESTALEIRO MAUÁ S/A
APELANTE: BRASITEST LTDA
ADVOGADO: DANIEL ROCHA MAIA RODRIGUES SILVA
ADVOGADO: THIAGO FRANCISCO AYRES DA MOTTA
ADVOGADO: FERNANDO RAPOSO FRANCO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001126-93.2012.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS A TERCEIROS E AO SAT. INCIDÊNCIA: ADICIONAL DE HORA EXTRA, ADICIONAL NOTURNO, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Caso a verba paga ao empregado possua natureza indenizatória, por configurar mera reparação de ato ilícito ou ressarcimento de algum prejuízo por este sofrido, não deve compor a base de cálculo da contribuição previdenciária.

2. As mesmas conclusões em relação à contribuição previdenciária devem ser aplicadas em face das contribuições destinadas a terceiros e ao SAT.

3. Quanto ao adicional de horas extras, no julgamento do REsp nº 1.358.281, o STJ deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

4. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.358.281/SP, deliberou pela aplicação do art. 543-C do CPC, e firmou orientação no sentido de que incide contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de periculosidade, por possuir natureza remuneratória.

5. Em relação ao adicional de periculosidade a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, em razão de sua natureza remuneratória.

6. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

17 - 0001141-56.2012.4.02.5104 Número antigo: 2012.51.04.001141-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 13/09/2016 15:30

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ

Originário: 0001141-56.2012.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda

EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). AÇÃO AJUIZADA NA JUSTIÇA ESTADUAL. DEMORA NOS MECANISMOS DO JUDICIÁRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106 DO STJ. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DO TÍTULO. AUSENÇÃO DE COMPROVAÇÃO. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA QUE NÃO ALCANÇA OS IMÓVEIS SOBRE OS QUAIS RECAI O TRIBUTO (RE 599176).

1. O crédito tributário em questão (IPTU), inscrito sob os n°s 00484694-0, 00452457-8, 00484695-8 e 00452458-6 (fls. 03/09), tem data de vencimento em 01/01/1999. A ação foi ajuizada em 08/11/2002, na Justiça Estadual, e lá ficou paralisada até 26/08/2009, quando foi proferido o despacho de cite-se. Intimado do resultado negativo da diligência de citação, o Município/exequente informou a mudança da titularidade da propriedade dos imóveis sobre os quais recai o tributo. As Certidões de Dívida Ativa foram substituídas (fls. 18) e o processo foi remetido para Justiça Federal em razão do novo proprietário ser a RFFSA (fls. 22). Na Justiça Federal, o processo foi autuado em 10/05/2012 (fls. 29) e, citada, a UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL ofereceu a exceção de pré-executividade de fls. 42. Intimado, o Município/exequente impugnou às fls. 71. Em 22/07/2016, o MM. Juiz a quo acatou a exceção oferecida e decretou a prescrição do crédito tributário.

2. Inicialmente, cabe ressaltar que, ao contrário do que entendeu o MM. Juiz a quo, não se pode imputar ao exequente a demora do processamento do feito no âmbito da Justiça Estadual. A hipótese é de aplicação da Súmula 106 do STJ, em razão da culpa exclusiva dos mecanismos do Judiciário. Dessa forma, o lapso temporal foi interrompido em 26/08/2009, retroagindo à data de propositura da ação. Esse entendimento está alinhado com o REsp n° 1120295, DJe de 21/05/2010, julgado sob o rito do artigo 543-C do CPC/73.

3. Em relação à Certidão de Dívida Ativa, como se sabe, o título goza de presunção de certeza e liquidez (artigo 204 do CTN). Da referida certidão extrai-se que a data de vencimento do tributo é 01/01/1999. Por outro lado, apesar de ter arguído a data de constituição do tributo, a UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL não trouxe nenhum documento que comprovasse a notificação ou o vencimento do tributo em data diferente daquela inscrita na Certidão de Dívida Ativa. Como é sabido, cabe ao devedor a prova, nesses casos. Vê-se dos autos que, contrariando a regra, o MM. Juiz a quo ainda determinou que o Município/exequente trouxesse outros documentos com a data de constituição do crédito, o que foi juntado às fls. 91, constatando-se a mesma data. Dessa forma, não restou afastada a presunção de liquidez e certeza do título em relação à data de vencimento, pelo o que não se pode acatar a arguição de nulidade do título.

4. Quanto à imunidade tributária arguída, cabe lembrar que a questão, em 05/06/2014, foi submetida ao julgamento do Supremo Tribunal Federal com repercussão. Naquela ocasião, decidiu a Corte Constitucional que a imunidade tributária recíproca insculpida no artigo 150, VI, a, da CF/88 não afasta a responsabilidade tributária por sucessão na hipótese em que o fato gerador do tributo é anterior à própria sucessão. Desse modo, sendo o tributo relativo ao ano de 1999, segundo o entendimento adotado pelo

Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 599176 (publicado em 30/10/2014), a União Federal como sucessora da RFFSA é responsável pelo pagamento do tributo. Certo é que, somente com a edição da Lei nº 11483/2007, a União Federal sucedeu a extinta RFFSA nos direitos, obrigações e ações judiciais com a transferência dos bens para o patrimônio da mesma. Forçosa a reforma da sentença para adequar a questão ao julgamento do RE 599176.

5. O valor da execução é R$ 1.302,04 (em 08/11/2002).

6. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0001724-96.2012.4.02.5118 Número antigo: 2012.51.18.001724-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 17/06/2014 10:21
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: HELIO LEAL GOMES
ADVOGADO: FERNANDO VALLE AYRES
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0001724-96.2012.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. INSTRUÇÃO FINDA. FALTA DE INTIMAÇÃO ACERCA DA REDISTRIBUIÇÃO DO PROCESSO. ANULAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUIZO. LANÇAMENTO DE OFICIO. NOTIFICAÇÃO VIA POSTAL. RECEBIMENTO POR TERCEIRO. VALIDADE. PRESCRIÇÃO. NÃO VERIFICADA.PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. APELAÇÃO DESPROVIDA

Na ocasião do declínio de competência pela Justiça Estadual a instrução processual já estava finda, inclusive, com manifestação das partes pelo julgamento antecipado da lide. Nesse contexto, não houve qualquer prejuízo à defesa do apelante, sendo, portanto, incogitável a nulidade dos atos processuais pelo motivo aventado.

Não é exigível que a efetivação da intimação postal seja feita com a ciência do contribuinte, desde que a correspondência tenha sido entregue no endereço do respectivo domicílio fiscal.

Tem-se como válida a notificação via postal que, supostamente entregue a pessoa diversa do representante legal do executado, foi corretamente endereçada ao respectivo domicílio fiscal.

A sociedade executada foi notificada em mais duas oportunidades para apresentação de recurso. A primeira, quando proferida decisão que julgou procedente o Auto de Infração embasador do débito; e, a segunda, após a revisão de ofício que alterou o valor devido, momento em que restou definitivamente constituído o crédito tributário (fls. 58-62). Ressalte-se que a executada quedou inerte em ambas as oportunidades.

A constituição definitiva do crédito marca o termo inicial do prazo de 05 (cinco) anos para o ajuizamento da cobrança pelo Fisco.

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (REsp nº 1120295/SP) pacificou a jurisprudência no sentido de que, em execução fiscal, o despacho citatório ou a citação válida, dependendo do caso, interrompe a prescrição, retroagindo à data da propositura da ação, salvo quando a demora na citação for imputada exclusivamente à exequente (REsp n.º 1237730/PR).

A constituição definitiva do crédito tributário se deu com a notificação do executado acerca da decisão administrativa que retificou de ofício o débito, a qual se deu em 15/06/1994. Se a citação da sociedade executada se deu em 03/02/1995, não se operou a prescrição na espécie.

Os embargos do devedor constituem ação autônoma, logo, devem ser instruídos com a documentação que comprove as alegações das partes. Meras alegações não são suficientes para infirmar os fundamentos da sentença.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do voto do Relator, que doravante passa a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0002105-49.2012.4.02.5104 Número antigo: 2012.51.04.002105-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 12/07/2016 12:51
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: CONSERVADORA ALMEIDA & FREITAS LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0002105-49.2012.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830). ABANDONO DE CAUSA. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NO RESP 1120097, JULGADO SOB O RITO DO ARTIGO 533-C.

1. A ação acima referenciada foi ajuizada em 15/10/2012 (fls. 01) para cobrança de contribuição. Ordenada a citação em 17/10/2012, não houve êxito. Intimada a Fazenda Nacional pediu a penhora on line, que não teve resultado e depois a penhora do faturamento. Todas as tentativas de localização de bens foram frustradas, conforme se vê de fls. 46 e 60. O MM. Juiz a quo determinou a intimação da Fazenda Nacional para dar prosseguimento ao feito, em 18/03/2016 e a exequente não compareceu aos autos, levando o magistrado a derradeira intimação, nos termos do artigo 485, III, c/c § 1º, do NCPC. Não atendida a determinação, o processo foi extinto em 14/06/2016 (fls. 62, 64 e 67).

2. Ao contrário do que entende a Fazenda Nacional é possível sim o abandono de causa nas execuções fiscais em face da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao executivo fiscal (artigo 1º da LEF). A inércia da Fazenda exequente e regularmente intimada para promover o prosseguimento do feito, impõe a extinção de ofício, afastando-se, inclusive, a aplicação da Súmula 240 do STJ. Isto ocorre porque o não aperfeiçoamento da relação processual impede a presunção de eventual interesse do réu na continuidade do feito. Vários são os julgados do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

3. Ressalte-se, ainda, que, a argumentação expendida pela exequente acerca do excesso de processos também não tem o condão de reformar a sentença objurgada em face dos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da isonomia. Frise-se, por oportuno que à exequente cabe dar andamento ao feito executivo fiscal e não ao juiz.

4. O valor da execução é R$ 59.520,39 (em 15/10/2012).

6. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0002598-28.2012.4.02.5168 Número antigo: 2012.51.68.002598-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/10/2014 14:50
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: ANTONIO CLAUDIO CARDOSO BAPTISTA
ADVOGADO: TARCISIO ADAUTO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARCELO CATALDO
Originário: 0002598-28.2012.4.02.5168 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830/80). EXECUTADO CITADO COM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. ABANDONO DE CAUSA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DO RÉU. SÚMULA 240 DO STJ.

1. A ação acima referenciada foi ajuizada em 17/05/2012 (fls. 01) para cobrança de imposto constituído em 23/02/2008 (fls. 03). Ordenada a citação em 04/06/2012, a primeira tentativa restou frustrada. Intimada, a Fazenda Nacional pediu citação por edital, que foi publicada em 23/11/2012 (fls. 28). O executado veio às fls. 29 informar que impugnou o lançamento na via administrativa em 14/07/2011. O MM. Juiz determinou a manifestação da Fazenda Nacional, que foi intimada 3 (três) vezes (fls. 50, 53 e 56) e, somente em 03/12/2013, veio aos autos pedir a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias (fls. 57). Transcorrido o prazo requerido, a exequente foi novamente intimada por 2 (duas) vezes (fls. 62 e 65), na forma do artigo 267, III, § 1º, do CPC/73, sem resultado, levando o MM. Juiz a quo a extinguir o processo.

2. Ao contrário do que entende a Fazenda Nacional é possível sim o abandono de causa nas execuções fiscais em face da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao executivo fiscal (artigo 1º da LEF). Entretanto, na hipótese, houve citação válida e o executado compareceu aos autos com advogado constituído (fls. 48), oportunidade em que impugnou a execução e pediu seu sobrestamento. Dessa forma, aplicável a Súmula 240 do Superior Tribunal de Justiça, impondo-se o requerimento do réu.

3. O valor da execução fiscal é R$ 37.446,20 (em 07/05/2012).

4. Recurso provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
35 - 0007249-22.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.007249-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.078074-5
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 23/12/2014 13:37
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: EMBALI S/A INDÚSTRIAS PLÁSTICAS
ADVOGADO: FABIANO CARVALHO DE BRITO

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0007249-22.2012.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
E M E N T A

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. ICMS. ISS. BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. PREVALECE ENTENDIMENTO DO STJ. SÚMULAS 68 E 94. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se, exclusivamente, para sanar omissão, obscuridade ou contradição, de modo a integrar o decisum recorrido, ex vi do disposto no art. 1.022, do NCPC e, ainda, para a correção de inexatidões materiais.

2. No caso, da leitura do v. acórdão atacado e do respectivo voto condutor, verifica-se que as questões pertinentes ao exame da controvérsia foram devidamente analisadas, de acordo com os elementos existentes nos autos, não se vislumbrando, na espécie, omissão ou qualquer outro vício no decisum recorrido que justifique o acolhimento dos aclaratórios.

3. O v. decisum impugnado concluiu de forma clara, coerente e fundamentada que, encontrando-se a ADC nº 18/DF e o e no RE nº 574.706/PR, submetido ao regime de repercussão geral, pendentes de julgamento, e não havendo decisão definitiva do C. STF, prevalece o entendimento pacificado pelo E. STJ, segundo o qual, o ICMS incide na base de cálculo da COFINS e do PIS; que a Lei nº 9.718/98 não autoriza a exclusão do ICMS e do ISS referente às operações da própria empresa; que não há ofensa aos arts. 145, §1º, e 195, inciso I, da CF/88, posto que o ICMS, assim como o ISS, são repassados no preço final do produto/serviço ao consumidor, de modo que a empresa tem, efetivamente, capacidade contributiva para o pagamento do PIS e da COFINS sobre aquele valor, que acaba integrando o seu faturamento.

4. Consoante entendimento do E. STJ, manifestado sob a égide do Novo Código de Processo Civil, o julgador não está obrigado a responder todas as questões suscitadas pela parte, quando encontre motivo suficiente para proferir sua decisão, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. Precedente: EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 15/06/2016.

5. Os embargos de declaração opostos com o fim de prequestionamento da matéria devem observância aos requisitos previstos do art. 1.022 do NCPC (obscuridade, contradição, omissão).

6. Segundo o Novo Código de Processo Civil (art. 1.025), um dos efeitos do julgamento dos embargos de declaração é o prequestionamento ficto, segundo o qual, serão considerados "incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existente erro, omissão, contradição ou obscuridade". Sendo assim, pela sistemática do art. 1.025 do NCPC, a simples oposição de embargos de declaração é suficiente ao prequestionamento da matéria constitucional e legal suscitada pela embargante, possibilitando o acesso aos vias recursais superiores. (Precedente desta E. Quarta Turma Especializada: TRF da 2ª Região. EF nº 201402010023519. Decisão de 25/10/2016, disponibilizada em 07/11/2016. Relatora Desembargadora Federal Leticia Mello).

7. Embargos declaratórios conhecidos e desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, em quorum ampliado, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, na forma do Voto do Relator, que fica fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0057799-12.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.057799-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2015 11:43
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMATICA S/A - IPLANRIO
ADVOGADO: PRISCILA PEREIRA DA COSTA
Originário: 0057799-12.2012.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ERRO NO PREENCHIMENTO DARF. VÍCIO SANÁVEL NA ESFERA ADMINISTRATIVA. APELAÇÃO DESPROVIDA.

A embargante/apelada preencheu o DARF, de modo equivocado, fato que ensejou a inscrição da dívida.

valor consignado no DARF realmente coincide com o débito que está sendo cobrado na CDA.

O erro no preenchimento do DARF pelo contribuinte, desde que não implique atraso ou diferença no recolhimento do tributo, não deve ensejar a aplicação de penalidade pelo Fisco, por se tratar de vício sanável na própria esfera administrativa.

Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
DESEMBARGADOR FEDERAL
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0000249-25.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.000249-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 20:26
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: LABORATÓRIOS MEDICOS DR ELIEL FIGUEIREDO LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000249-25.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE DA CDA. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ NÃO ELIDIDAS. SELIC. LEGITIMIDADE. JUROS E MULTA DE MORA. POSSIBILIDADE. MULTA CONFISCATÓRIA. NÃO VERIFICADO. RECURSO DESPROVIDO.

Se a CDA indicar perfeitamente o devedor e especificar a exigência fiscal, indicando os dispositivos legais pertinentes, eventual omissão incapaz de causar prejuízo ao executado não macula o processo (STJ ¿ AgRg no REsp 134907/PR ¿ Relator Ministro HERMAN BENJAMIN ¿ Segunda Turma ¿ Julgado em 20/11/2012 ¿ DJe 18/12/2012; STJ ¿ AgRg no AREsp 64755/MG ¿ Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO ¿ Primeira Turma ¿ Julgado em 20/03/2012 ¿ DJe 30/03/2012).

A nulidade da CDA em razão de irregularidade formal só ocorre se a parte comprovar a ocorrência de prejuízo. A falta de indicação clara e compreensível da origem e natureza da dívida, conforme entendimento do Colendo STF, é suprida pela indicação do número da notificação, ou do processo administrativo fiscal, na Certidão da Dívida Ativa, prevalecendo o aspecto substancial sobre o aspecto formal do título (STF ¿ AI no AgR 81681/MG, Relator Ministro RAFAEL MAYER, Primeira Turma, Julgado em 24/02/1981, DJ 27.03.1981).

A dívida ativa goza de presunção de certeza e liquidez, nos termos do art. 204, do CTN e do art. 3o, da Lei nº 6.830/80. A presunção de certeza diz respeito à existência regular do débito, e a de liquidez relaciona-se com o quantum exigido do devedor, pressupondo que o título executivo contenha elementos que permitam, a qualquer tempo, o cálculo do montante integral do débito, incluído o principal, juros, multa e demais encargos.

A recorrente aventou genericamente a existência de vício formal da CDA, sem apresentar qualquer elemento capaz de suscitar dúvida quanto à legalidade do título executivo, sendo sua validade inquestionável.

O c. Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o uso da Taxa SELIC como índice de correção do débito tributário não reflete qualquer irregularidade, e a utilização do percentual de 1%, previsto no art. 161, §1º do CTN, somente é aplicável na hipótese de a lei não indicar outra taxa.

A taxa SELIC é a conjugação das perdas inflacionárias com os juros reais, sendo, portanto, indevida sua cumulação com qualquer outro indexador monetário e juros de mora, a partir do período previsto em lei para sua aplicação (1º/01/1996). Entretanto, a ocorrência de tal situação não restou demonstrada nos autos.

A cobrança de juros de mora simultaneamente à multa fiscal moratória é legítima e não configura bis in idem, como pretende a embargante, porquanto, esta deflui da desobediência ao prazo fixado em lei, revestindo-se de nítido caráter punitivo, enquanto que aqueles visam à compensação do credor pelo atraso no recolhimento do tributo (STJ - REsp: 665320 PR 2004/0084022-2, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ 03.03.2008).

A Suprema Corte Constitucional já consolidou entendimento de que não se afigura confiscatório o valor da multa no patamar de 20%, como no presente caso.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0000694-40.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.000694-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/01/2015 12:55
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: Churrascaria Santos Anjos Ltda
ADVOGADO: JOSE OSWALDO CORREA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0000694-40.2013.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. GARANTIA DO JUÍZO. AUSÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. ARTIGO 16 DA LEI 6.830/80. APELAÇÃO DESPROVIDA.

O Código de Processo Civil, por ser lei geral, somente deverá ser aplicado tão somente quando a LEF - lei especial - for omissa (Lei 6.830, art. 1º).

A dispensa da garantia, como condicionante dos embargos executivos, previsto no art. 736 do CPC, não se aplica às execuções fiscais, diante da presença de dispositivo específico, qual seja, o art. 16, § 1º da Lei nº 6.830/80, que exige expressamente a garantia para a apresentação dos Embargos à Execução Fiscal.

A vedação quanto ao recebimento dos embargos sem prévia garantia do Juízo não constitui violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório, porquanto nada impede que a matéria de defesa do executado seja veiculada em outra via, a exemplo da anulatória de débito tributário.

Sendo a garantia do juízo condição de procedibilidade dos embargos do devedor, a sua ausência inviabiliza conhecer das matérias nele veiculadas, ainda que de ordem pública.

Apelação desprovida.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação, nos termos do Voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
22 - 0010958-22.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.010958-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/10/2016 16:28
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA
ADVOGADO: GUSTAVO DAMAZIO DE NORONHA
ADVOGADO: RODRIGO BEVILAQUA DE MIRANDA VALVERDE
ADVOGADO: YAN DUTRA MOLINA
Originário: 0010958-22.2013.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. PIS E COFINS. IMPORTAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. VALOR ADUANEIRO. LEI 10.865/04. ACRÉSCIMO. ICMS - IMPORTAÇÃO. VALOR DA PRÓPRIA CONTRIBUIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. STF. REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DA PARTE AUTORA AFASTADA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDA. COMPENSAÇÃO COM CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVISTAS NAS ALÍNEAS "a", "b" e "c" DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 11 DA Lei no 8.212/91 AFASTADA EM RAZÃO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 26 DA Lei nº 11.457/07. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDAS.

1. A União (Fazenda Nacional) interpôs apelação na presente ação alegando a ausência de interesse de agir da parte autora. Sustenta que a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, alterou a redação do §4º e incluiu o §7º ao art. 19 da Lei 10.522/2002, passando a Receita Federal a não constituir os créditos tributários relativos às contribuições ao PIS/COFINS- importação, objeto da presente ação, bem como a proceder à revisão de lançamentos já realizados, estando evidenciada a perda de objeto da ação a ensejar a extinção do processo, sem o julgamento do mérito.

2. Ao contrário do alegado pela recorrente, ao tempo do ajuizamento da presente ação o art. 7º, da Lei n° 10.865/04, permanecia inalterado e plenamente vigente, exigindo das empresas a inclusão do ICMS e do PIS/COFINS-Importação na base de cálculo das citadas contribuições, restando nítida a necessidade de busca pela tutela jurisdicional que afastasse a exigência fiscal, mormente diante do fato de que a Administração Tributária atua de forma vinculada à lei, nos termos no art. 142, parágrafo único, do CTN, que dispõe ser a atividade administrativa de lançamento vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. Ademais, apesar do disposto na citada Lei nº 12.844/13, a própria União (Fazenda Nacional) apresentou contestação ao pedido formulado na presente ação, bem como agravo de instrumento contra a decisão de fls. 454/455, que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional em favor da recorrida. Impende ressaltar, ainda, que a pretensão da ora apelada inclui não só a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes, mas também a compensação dos valores recolhidos indevidamente nos 05 (cinco) anos anteriores ao seu ajuizamento, estando evidenciado seu interesse de agir.

3. Deve, portanto, ser mantida a r. sentença recorrida, que declarou a inexistência de relação jurídica entre as partes, no tocante ao recolhimento da contribuição ao PIS/COFINS - Importação, em razão da indevida inclusão do ICMS e das próprias contribuições sociais em suas bases de cálculo, estabelecida pelo art. 7º, inciso I, da Lei nº 10.865/2004, em sua redação originária.

4. Merece menção que a questão restou pacificada pelo STF quando do julgamento do RE nº 559.937/RS, com repercussão geral, tendo sido declarada a inconstitucionalidade da seguinte parte do art. 7º, inciso I, da Lei 10.865/04: ¿acrescido do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ¿ ICMS incidente no desembaraço aduaneiro e do valor das próprias contribuições", por violação do art. 149, § 2º, III, "a", da CF, acrescido pela EC 33/01.

5. Condenação da apelante ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, confirmada, eis que subsiste a sucumbência na presente ação, estando o valor - cerca de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) - em conformidade com o entendimento desta E. Quarta Turma Especializada, não sendo cabível redução.

6. No tocante à compensação do indébito deferida em favor da apelada, deve efetivar-se na forma do art. 74 da Lei nº 9.430/97, com a redação em vigor à época do ajuizamento da ação, após o trânsito em julgado, nos termos do art. 170-A do CTN, observando-se a impossibilidade de compensação com as contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212/91, diante do disposto no parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457/07, como vem decidindo este E. Tribunal Regional Federal, em consonância com entendimento do E. STJ (Precedente: TRF 2ª REGIÃO. AC nº 0135794-85.2014.4.02.5116; 2014.51.16.135794-2; 3ª Turma Especializada. decisão de 05/10/2016 publicada em 10/10/2016. Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA).

7. Apelação e remessa necessária parcialmente providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, após Voto-Vista da Desembargadora Federal Leticia Mello, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, DAR PARCIAL PROVIMENTO à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0019271-69.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.019271-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.041742-0
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 13/01/2015 15:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: KIRON PUBLICIDADE E SERVICOS LTDA
ADVOGADO: RENATA PASSOS BERFORD GUARANA VASCONCELLOS
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0019271-69.2013.4.02.5101 - 03ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO/CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INTIMAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE. ERRO MATERIAL CONHECIDO DE OFÍCIO. SEM EFEITO MODIFICATIVO.

Os embargos de declaração, nos termos do art. 535 do CPC (art. 1022, NCPC), têm efeito limitado, porquanto se destinam apenas à correção de omissão, obscuridade ou contradição no decisum, sendo, ainda, admitidos para a retificação de erro material.

Trata-se de instrumento processual que visa remediar pontos que não estejam devidamente claros, seja em razão da falta de análise de um determinado aspecto considerado fundamental, seja por haver contradição ou obscuridade nos pontos já decididos, de tal sorte que o antecedente do desfecho decisório não se harmoniza com a própria decisão, que, com efeito, torna-se ilógica.

Admite-se, ainda, a interposição dos embargos declaratórios para fins de prequestionamento da matéria impugnada, visando ao acesso às instâncias superiores. Entretanto, mesmo com esta finalidade, os embargos devem observância aos requisitos previstos no artigo 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão), não sendo recurso hábil ao reexame da causa, conforme pretende o embargante. Precedentes do STJ.

apelação não restou provida com fundamento no art. 267, IV do CPC, não havendo qualquer omissão/contradição no decisum.

julgado recorrido debateu e decidiu expressamente toda a matéria trazida pela recorrente, e o fez de forma clara e coerente, além de estar fundamentado em entendimento consolidado na e. Corte especial, segundo o qual a irregularidade de representação processual do advogado constitui vício sanável. Desse modo, ainda que intimado pela imprensa por duas vezes, o Juízo a quo não procedeu à intimação pessoal da embargante para suprir a irregularidade, hipótese em que não se cogita da extinção do processo.

Se a embargante pretende modificar a decisão, deve valer-se do recurso legalmente previsto para tanto.

O que se verifica, in casu, é a ocorrência de erro material na introdução do relatório e voto condutor, consistente na afirmativa de que a sentença extinguiu os embargos à execução fiscal nos termos do art. 267, IV do CPC, enquanto consta no dispositivo que a extinção se deu nos termos do art. 267, VI do CPC, fato esse que não altera o julgado.

Embargos acolhidos, para corrigir erro material, sem efeito modificativo.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeito modificativo, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível - Turma Espec. II - Tributário
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0000831-79.2014.4.02.5104 Número antigo: 2014.51.04.000831-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/05/2016 12:59
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: DISTRIMINAS ALIMENTOS LTDA
APELADO: VANUSA AFONSINA RIBEIRO
APELADO: SIMÃO PEDRO RIBEIRO
ADVOGADO: RAFAEL DE LACERDA CAMPOS
ADVOGADO: DENIZE DE CASTRO PERDIGAO
ADVOGADO: ANDRE LEMOS PAPINI
Originário: 0000831-79.2014.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL (LEI N° 6830). RÉUS CITADOS. OFERECIMENTO DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ABANDONO DE CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO ADOTADO NO RESP 1120097, JULGADO SOB O RITO DO ARTIGO 533-C).

1. A ação foi ajuizada em 26/03/2014 para cobrança dos tributos inscritos sob os n°s 70613007875-53 e 70713002506-46 (fls. 01). Ordenada a citação em 02/04/2014 (fls. 14), a tentativa foi frustrada. Intimada, a Fazenda Nacional pediu a inclusão dos sócios no polo passivo, que foram citados e ofereceram a exceção e pré-executividade de fls. 60. Informaram, na ocasião, que os créditos foram objeto de parcelamento em data anterior ao ajuizamento da execução fiscal. A Fazenda Nacional não se manifestou nas 2 (duas) ocasiões em que foi intimada (fls. 110/112), levando o MM. Juiz a quo a extinguir o processo em razão do abandono.

2. Ao contrário do que entende a Fazenda Nacional é possível sim o abandono de causa nas execuções fiscais em face da aplicação subsidiária do Código de Processo Civil ao executivo fiscal (artigo 1º da LEF). A inércia da Fazenda exequente e regularmente intimada para promover o prosseguimento do feito, impõe a extinção de ofício, afastando-se, inclusive, a aplicação da Súmula 240 do STJ. Isto ocorre porque o não aperfeiçoamento da relação processual impede a presunção de eventual interesse do réu na continuidade do feito. Vários são os julgados do Superior Tribunal de Justiça nesse sentido.

3. Ocorre que, na hipótese, houve citação e os réus apresentaram exceção de pré-executividade. Nesse caso, há que se exigir o requerimento de extinção do processo pela parte contrária. É o que se depreende do entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça quando julgou o RESp 112097, Dje de 26/10/2010, sob o rito dos repetitivos.

4. O valor da execução é R$ 28.252,62 (em 26/03/2014).

5. Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2a Região, à unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017(data do julgamento).

(assinado eletronicamente - art.1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
26 - 0006066-84.2010.4.02.5001 Número antigo: 2010.50.01.006066-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/11/2014 17:45
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: Hospital Santa Mônica Ltda.
ADVOGADO: LEONARDO CARVALHO DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Originário: 0006066-84.2010.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RE 566.621. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA, ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) DE FÉRIAS, AVISO PRÉVIO INDENIZADO, AUXÍLIO-CRECHE, FÉRIAS INDENIZADAS E AUXÍLIO-EDUCAÇÃO. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS. RECURSOS E REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Prescrição quinquenal. RE 566.621. Operou-se a prescrição quinquenal da pretensão à repetição e/ou direito à compensação dos valores recolhidos antes de 08.06.2005.

2. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume à hipótese de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

3. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

4. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.

5. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença, terço constitucional e aviso prévio indenizado.

6. O Colendo STJ, no julgamento do REsp nº 1.358.281, deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

7. Auxílio-creche. Há previsão expressa de exclusão da incidência da contribuição previdenciária, sobre tal verba, no art. 28, § 9º, "s", da Lei 8.212/91, até o limite máximo de seis anos.

8. As verbas recebidas a título de férias indenizadas, decorrentes de férias vencidas e não gozadas pelo empregado e pagas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho e aquelas pagas nos termos dos arts. 134 e 137 da CLT, isto é, quando pagas em dobro pelo empregador, após o período de 12 (doze)

meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, não se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, eis que, por lei, não integram o salário de contribuição, conforme disposição do art. 28, § 9º, alínea ¿d¿, da Lei nº 8.212/91.

9. Auxílio-educação. Não está sujeito à incidência da contribuição previdenciária porque o art. 28, § 9º, alínea ¿t¿ da Lei nº 8.212/91 prevê, expressamente, que se encontra excluído do salário-de-contribuição.

10. Recursos e remessa necessária parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e aos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
25 - 0002547-52.2011.4.02.5103 Número antigo: 2011.51.03.002547-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/02/2014 16:26
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: CONSTRUSAN SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE DE AZEVEDO CAMPOS
ADVOGADO: THIAGO FONTOURA SILVA
ADVOGADO: THIAGO JOSE SA FREITAS
ADVOGADO: FLAVIO QUITETE DE CAMPOS VIANNA
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
Originário: 0002547-52.2011.4.02.5103 - 01ª Vara Federal de Campos
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE, TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E AVISO PRÉVIO INDENIZADO. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS MANTIDOS. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DA UNIÃO PARCIALMENTE PROVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO.

1. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

2. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

3. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.

4. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença, terço constitucional e aviso prévio indenizado.

5. O Colendo STJ, no julgamento do REsp nº 1.358.281, deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

6. No que tange à compensação, a Lei nº 11.457/07 veda, em seu art. 26, parágrafo único, a compensação entre as contribuições previdenciárias previstas no art. 11, § único, ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿ da Lei nº 8.212/91 (contribuições patronais, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores) com outros tributos federais, por conseguinte, permaneceu a proibição de realizar compensação entre contribuições previdenciárias com outros tributos.

7. A sentença condenou a União/Fazenda Nacional em honorários advocatícios arbitrados em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). No caso concreto o valor fixado na condenação em honorários, não representa uma quantia irrisória, na medida em que a ação não exigiu trabalho extravagante ou estudo de questões complexas dos patronos da parte autora.

8. Remessa necessária e recurso da União parcialmente providos. Recurso da parte autora desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União e negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

28 - 0014046-48.2011.4.02.5001 Número antigo: 2011.50.01.014046-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 21/11/2014 12:41

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

APELADO: PRORIBEIRO ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE COMÉRCIO LTDA

ADVOGADO: DIONISIO BALARINE NETO

REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES

Originário: 0014046-48.2011.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RE 566.621. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA, ADICIONAL DE UM TERÇO (1/3) DE FÉRIAS, AVISO PRÉVIO INDENIZADO E VALE-TRANSPORTE, VALE-ALIMENTAÇÃO IN NATURA. INCIDÊNCIA: HORAS EXTRAS E SEU RESPECTIVO ADICIONAL. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. O reconhecimento judicial do direito à compensação é cabível em sede de mandado de segurança, conforme orientação da Súmula nº 213 do STJ, segundo a qual ¿o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária¿. A declaração eventualmente obtida no provimento mandamental possibilita, também, o aproveitamento de créditos anteriores ao ajuizamento da impetração, desde que não atingidos pela prescrição. A compensação deve ser efetivamente realizada na esfera administrativa. Cabe ao Poder Judiciário apenas reconhecer este direito ou não.

2. Prescrição quinquenal. RE 566.621.

3. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

4. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

5. A jurisprudência dos Tribunais Regionais corrobora o entendimento no sentido de que sobre o aviso prévio indenizado não incide contribuição previdenciária, eis que, além do caráter indenizatório, há ausência da habitualidade. Se o aviso prévio for cumprido pelo empregado em forma de trabalho, será considerado salário, ou seja, retribuição pelo serviço prestado. Entretanto, quando o aviso prévio for pago sem a respectiva prestação da atividade laboral, o pagamento terá inequívoca natureza indenizatória.

6. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária, a cargo da empresa, sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença, terço constitucional e aviso prévio indenizado.

7. Com a decisão tomada pela Excelsa Corte, no RE 478.410/SP, Rel.Min. Eros Grau, em que se concluiu ser inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o vale-transporte pago em pecúnia, houve revisão da jurisprudência do STJ, a fim de se adequar ao precedente citado. Assim, merece acolhida a pretensão autoral de não incidência da contribuição previdenciária sobre o benefício do vale-transporte pago em pecúnia ao empregado.

8. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o pagamento efetuado in natura do salário alimentação aos empregados, vale dizer, quando a própria alimentação é fornecida pela empresa, não sofre a incidência da contribuição previdenciária, sendo irrelevante estar a empresa inscrita ou não no Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT. Ao revés, pago habitualmente e em pecúnia, há a incidência da referida exação.

9. O Colendo STJ, no julgamento do REsp nº 1.358.281, deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

10. Remessa necessária e recursos parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e aos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
24 - 0001271-12.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.001271-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/04/2014 15:52
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: J.C. HENRIQUES LABORATORIO DE ANALISE CLINICAS LTDA
ADVOGADO: JOAO ALBERTO WHEHAIBE JUNIOR
ADVOGADO: CRISTINE AZEVEDO WHEHAIBE
ADVOGADO: VIVIANE JACOB DE OLIVEIRA MISSAGGIA
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA/ RJ
Originário: 0001271-12.2013.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: VALE TRANSPORTE PAGO EM PECÚNIA. INCIDÊNCIA: DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA), ADICIONAL DE HORA EXTRA, ADICIONAL NOTURNO, ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, ADICIONAL DE PERICULOSIDADE E ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DA IMPETRANTE DESPROVIDOS.

1. Com a decisão tomada pela Excelsa Corte, no RE 478.410/SP, Rel.Min. Eros Grau, em que se concluiu ser inconstitucional a incidência da contribuição previdenciária sobre o vale-transporte pago em pecúnia, houve revisão da jurisprudência do STJ, a fim de se adequar ao precedente citado.

2. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, pela Primeira Seção, no julgamento do REsp nº 1.066.682, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73 e da Resolução STJ 08/2008, firmou orientação no sentido da incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário

3. A Egrégia Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.066.682, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/73 e da Resolução STJ 08/2008, firmou orientação no sentido da incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo terceiro salário.

4. Quanto ao adicional de horas extras, no julgamento do REsp nº 1.358.281, o STJ deliberou pela aplicação do art. 543-C, do Código de Processo Civil, e firmou orientação no sentido de que as horas extras e seu respectivo adicional constituem verbas remuneratórias, razão pela qual se sujeitam à incidência de contribuição previdenciária.

5. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.358.281/SP, deliberou pela aplicação do art. 543-C do CPC, e firmou orientação no sentido de que incide contribuição previdenciária sobre os adicionais noturno e de periculosidade, por possuir natureza remuneratória.

6. Em relação ao adicional de periculosidade a jurisprudência do STJ é firme no sentido de que se sujeita à incidência de contribuição previdenciária, em razão de sua natureza remuneratória.

7. Quanto ao adicional de transferência, há previsão no art. 469, §3º da CLT. Tal valor não é eventual. É pago com periodicidade. Somente se esta rubrica fosse paga eventualmente e desvinculada do salário é que estaria excluída da base de cálculo da contribuição previdenciária. Em face de sua natureza salarial, deve incidir a contribuição previdenciária.

8. No que tange à atualização monetária e aos juros, aplica-se, tão somente, a taxa SELIC, nos termos do art. 89, § 4º da Lei nº 8.212/91.

9. Remessa necessária e recurso da impetrante desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso da impetrante, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

29 - 0018746-87.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.018746-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 22/08/2014 19:44
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: TAMOIO MINERACAO S/A
ADVOGADO: FABIANO ARYDES GOMES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 8ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0018746-87.2013.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA: SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DA UNIÃO PARCIALMENTE PROVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO.

1. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, tendo em vista que a

verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

2. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

3. As verbas salariais pagas a título de férias e salário maternidade, sem dúvida integram o salário-de-contribuição, seja pela habitualidade de seu recebimento, seja pelo fato de existir exatamente em função da relação trabalhista, como uma contraprestação pelos serviços prestados pelo trabalhador, não podendo ser classificadas como verbas de natureza indenizatória, por não se confundirem com a indenização, que, de acordo com as regras do Direito Civil, se prestam a reparar um dano.

4. Há que se atentar para o fato de que a Egrégia Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.322.945/DF, entendeu que sobre o salário maternidade e férias gozadas não incidiam contribuição previdenciária; todavia, após a interposição de embargos de declaração, a parte autora requereu desistência do pedido referente ao salário-maternidade. Assim, restou prejudicado tal entendimento em relação a esta verba. Já em relação às férias usufruídas, os embargos de declaração foram acolhidos, com efeito infringente, para adequar o julgamento ao que restou decidido no REsp 1.230.957/CE, julgado sob o regime dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C).

5. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e terço constitucional bem como da incidência sobre o salário-maternidade.

7. No que tange à compensação, a Lei nº 11.457/07 veda, em seu art. 26, parágrafo único, a compensação entre as contribuições previdenciárias previstas no art. 11, § único, ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿ da Lei nº 8.212/91 (contribuições patronais, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores) com outros tributos federais, por conseguinte, permaneceu a proibição de realizar compensação entre contribuições previdenciárias com outros tributos.

8. Em razão da sucumbência recíproca, considerando-se a globalidade dos pedidos formulados, cada parte responderá pelos honorários advocatícios de seus respectivos patronos (art. 21, caput, do CPC/1973).

9. Remessa necessária e recurso da União parcialmente providos. Recurso da parte autora desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União e negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

30 - 0019542-78.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.019542-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 22/05/2014 18:39
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: SCMM SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
APELADO: SAFETY ASSOCIADOS LTDA
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
REMETENTE: JUÍZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0019542-78.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA.. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE

E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA: SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO PARCIALMENTE PROVIDOS.

1. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

2. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

3. As verbas salariais pagas a título de férias e salário maternidade, sem dúvida integram o salário-de-contribuição, seja pela habitualidade de seu recebimento, seja pelo fato de existir exatamente em função da relação trabalhista, como uma contraprestação pelos serviços prestados pelo trabalhador, não podendo ser classificadas como verbas de natureza indenizatória, por não se confundirem com a indenização, que, de acordo com as regras do Direito Civil, se prestam a reparar um dano.

4. Há que se atentar para o fato de que a Egrégia Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.322.945/DF, entendeu que sobre o salário maternidade e férias gozadas não incidiam contribuição previdenciária; todavia, após a interposição de embargos de declaração, a parte autora requereu desistência do pedido referente ao salário-maternidade. Assim, restou prejudicado tal entendimento em relação a esta verba. Já em relação às férias usufruídas, os embargos de declaração foram acolhidos, com efeito infringente, para adequar o julgamento ao que restou decidido no REsp 1.230.957/CE, julgado sob o regime dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C).

5. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e terço constitucional bem como da incidência sobre o salário-maternidade.

6. A Lei nº 11.457/07 veda, em seu art. 26, parágrafo único, a compensação entre as contribuições previdenciárias previstas no art. 11, § único, ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿ da Lei nº 8.212/91 (contribuições patronais, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores) com outros tributos federais, por conseguinte, permaneceu a proibição de realizar compensação entre contribuições previdenciárias com outros tributos.

7. Em relação à necessidade do trânsito em julgado da decisão que declarar o direito à compensação, o Colendo STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que o art. 170-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar 104/2001, tem aplicação apenas quanto aos pedidos de compensação formulados a partir de sua vigência (10 de janeiro de 2001), caso dos autos.

8. No que tange à atualização monetária e aos juros, aplica-se, tão somente, a taxa SELIC, nos termos do art. 89, § 4º da Lei nº 8.212/91.

9. Remessa necessária e recurso da União/Fazenda Nacional parcialmente providos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e ao recurso da União, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

31 - 0019543-63.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.019543-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 23/09/2014 17:08

Gabinete 12

Magistrado(a) FERREIRA NEVES

APELANTE: MENY BARROS LOCACAO DE VEICULOS LTDA

APELANTE: LOC DE CAXIAS COM/ LTDA ME

ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

REMETENTE: JUIZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

Originário: 0019543-63.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. ADEQUAÇÃO DA SENTENÇA AOS TEMOS DO PEDIDO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. INCIDÊNCIA: SALÁRIO-MATERNIDADE E FÉRIAS. REMESSA NECESSÁRIA PARCIALMENTE PROVIDA. RECURSOS DESPROVIDOS.

1. A sentença deve ser reduzida aos termos do pedido, excluindo-se a parte referente às férias indenizadas.

2. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.

3. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.

4. As verbas salariais pagas a título de férias e salário maternidade, sem dúvida integram o salário-de-contribuição, seja pela habitualidade de seu recebimento, seja pelo fato de existir exatamente em função da relação trabalhista, como uma contraprestação pelos serviços prestados pelo trabalhador, não podendo ser classificadas como verbas de natureza indenizatória, por não se confundirem com a indenização, que, de acordo com as regras do Direito Civil, se prestam a reparar um dano.

5. Há que se atentar para o fato de que a Egrégia Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp 1.322.945/DF, entendeu que sobre o salário maternidade e férias gozadas não incidiam contribuição previdenciária; todavia, após a interposição de embargos de declaração, a parte autora requereu desistência do pedido referente ao salário-maternidade. Assim, restou prejudicado tal entendimento em relação a esta verba. Já em relação às férias usufruídas, os embargos de declaração foram acolhidos, com efeito infringente, para adequar o julgamento ao que restou decidido no REsp 1.230.957/CE, julgado sob o regime dos recursos repetitivos (CPC, art. 543-C).

6. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e terço constitucional bem como da incidência sobre o salário-maternidade.

7. A Lei nº 11.457/07 veda, em seu art. 26, parágrafo único, a compensação entre as contribuições previdenciárias previstas no art. 11, § único, ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿ da Lei nº 8.212/91 (contribuições patronais, dos empregadores domésticos e dos trabalhadores) com outros tributos federais, por conseguinte, permaneceu a proibição de realizar compensação entre contribuições previdenciárias com outros tributos.

8. Em relação à necessidade do trânsito em julgado da decisão que declarar o direito à compensação, o Colendo STJ tem reiteradamente decidido no sentido de que o art. 170-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar 104/2001, tem aplicação apenas quanto aos pedidos de compensação formulados a partir de sua vigência (10 de janeiro de 2001), caso dos autos.

9. No que tange à atualização monetária e aos juros, aplica-se, tão somente, a taxa SELIC, nos termos do art. 89, § 4º da Lei nº 8.212/91.

10. Remessa necessária parcialmente provida. Recursos da União e da parte autora desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, dar parcial provimento à remessa necessária e negar provimento aos recursos da União e da parte autora, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

27 - 0007772-63.2014.4.02.5001 Número antigo: 2014.50.01.007772-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2015 10:52

Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ÁGUIA BRANCA PARTICIPAÇÕES S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
ADVOGADO: GUILHERME DALMONECHI THOMPSON DE PAULA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA/ES
Originário: 0007772-63.2014.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível
EMENTA

TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL. NÃO INCIDÊNCIA: NOS QUINZE PRIMEIROS DIAS DE AFASTAMENTO DO EMPREGADO POR MOTIVO DE DOENÇA OU ACIDENTE E TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DA UNIÃO DESPROVIDOS.

1. Não incide contribuição previdenciária sobre a verba paga pelo empregador, durante os primeiros 15 (quinze) dias de afastamento do empregado por motivo de doença ou acidente, tendo em vista que a verba paga pelo empregador não se amolda ao pagamento de salário e se subsume às hipóteses de interrupção do trabalho, não se tratando, pois, de pagamento de salário.
2. A questão sobre o adicional de um terço de férias a que se refere o art. 7º, XVII, da CRFB, o entendimento do C. STJ é no sentido de que não está sujeita à incidência da contribuição previdenciária, em razão de sua natureza indenizatória, o que inviabiliza o desconto sobre esta rubrica.
3. O Colendo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o REsp 1.230.957/RS, sob a égide do art. 543-C, do CPC, pacificou a matéria no sentido da inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre a importância paga nos quinze primeiros dias que antecedem o auxílio-doença e terço constitucional.
4. Remessa necessária e recurso da União desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).
(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0061945-91.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.061945-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 26/01/2016 12:46
Gabinete 10
Magistrado(a) LETÍCIA DE SANTIS MENDES DE FARIAS MELLO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: INFOTECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA-EPP
ADVOGADO: CAROLYNE ALBERNARD GOMES
REMETENTE: JUÍZO DA 21ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0061945-91.2015.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. ISS. INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. SÚMULAS 68 E 94 DO STJ. APELAÇÃO DA UNIÃO E REMESSA NECESSÁRIA PROVIDAS.
1. O Plenário do E. STF, no julgamento do RE nº 240.785/MG, se posicionou no sentido de que o valor do ICMS não pode integrar a base de cálculo da COFINS. Entretanto, como o julgamento deste tema não foi concluído em sede de repercussão geral (RE 574.706/PR) e na ADC nº 18, não pode ser descartada a hipótese de alteração futura deste entendimento, mormente diante do fato de que a composição da Corte Suprema foi substancialmente alterada, com a aposentadoria e posse de novos Ministros. Necessário mencionar, ademais, que a decisão no RE 240.785/MG não possui eficácia erga omnes, não impedindo sejam proferidas decisões em sentido contrário.

2. A matéria em questão encontra-se pacificada no âmbito do E. STJ (Súmulas nºs 68 e 94), que reconheceu a inclusão do ICMS e do ISS na base de cálculo da COFINS e do PIS. Encontrando-se a ADC nº 18/DF pendente de julgamento, e não havendo decisão definitiva do C. STF, prevalece o entendimento pacificado pelo E. STJ, manifestado em recentes julgados.

3. A Lei nº 9.718/98 não autoriza a exclusão do ICMS referente às operações da própria empresa. As Leis nºs 10.637/2003 e 10.833/2003, que atualmente regulam o PIS e a COFINS, previram de forma expressa que tais contribuições incidiriam sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação contábil. Considerando que o faturamento integra a receita, tal como definida hoje na legislação de regência, que ampliou os limites da antiga receita bruta das vendas de mercadorias e serviços, que correspondia aos contornos do faturamento, nenhuma modificação, no que tange à necessidade de inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS (receita), pode ser atribuída à superveniência das referidas leis.

4. Não há ofensa aos artigos 145, §1º, e 195, I, da CF/88, posto que o ICMS e o ISS são repassados no preço final do produto ao consumidor, de modo que a empresa tem, efetivamente, capacidade contributiva para o pagamento do PIS e da COFINS sobre aquele valor, que acaba integrando o seu faturamento.

5. Merece amparo a pretensão recursal da União (Fazenda Nacional) e a remessa necessária, tendo em vista que, consoante entendimento consolidado no âmbito do E. STJ, o ICMS e o ISS integram a base de cálculo da COFINS, bem como do PIS.

6. Apelação da União e remessa necessária providas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas.

Prosseguindo no julgamento, após o voto dos Desembargadores Federais Lana Regueira e Marcos Abraham, a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em quorum ampliado, decide, por maioria, DAR PROVIMENTO à apelação da UNIÃO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL e à REMESSA NECESSÁRIA, nos termos do voto do Desembargador Federal Ferreira Neves. Vencido o Relator.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2016 (data do julgamento).

(assinado eletronicamente ¿ art. 1º, §2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator para Acórdão

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. II - Tributário
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0083452-11.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.083452-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/04/2016 14:13
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: ELZA MARIA CUNHA DE ALMEIDA
ADVOGADO: PEDRO HENRIQUE DE ALMEIDA ALVES
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0083452-11.2015.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. NEOPLASIA MALIGNA. ART. 6º, XIV, LEI Nº. 7.713/88. PEDIDO DE ISENÇÃO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. PROVA. DESNECESSIDADE DE LAUDO OFICIAL. DEMONSTRAÇÃO DA CONTEMPORANEIDADE DOS SINTOMAS DA DOENÇA. PRESCINDIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDAS.

1. No caso dos autos, a apelada foi diagnosticada como portadora de neoplasia maligna (câncer de cólon) - CID 10 C18 - e obteve, naquela ocasião, a concessão do benefício fiscal de isenção do imposto de renda em 24/05/2012. No entanto, em 30/06/2015, foi restabelecido o desconto do imposto de renda, em razão do decurso do prazo de validade do laudo médico oficial emitido em 11/06/2012.

2. A União/Fazenda Nacional, baseada no supracitado laudo, requer o provimento da apelação e a reforma da sentença recorrida para que sejam restabelecidos os descontos do Imposto de Renda nos proventos do autor.

3. Consoante a jurisprudência pacífica do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a disposição contida no art. 30, caput, da Lei 9.250/95, está voltada para a Administração Pública e não para o magistrado, que pode formar a sua convicção com base no acervo probatório dos autos, por força do princípio da persuasão racional, insculpido nos arts. 371 e 479 do CPC/15 (correspondente aos arts. 131 e 436 do CPC/73). Na hipótese dos autos, os documentos acostados comprovam a situação do impetrante como portador de neoplasia maligna em junho de 2010.

4. Não obstante, é assente o entendimento junto ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, que no caso da neoplasia maligna, para que o contribuinte faça jus à isenção de imposto de renda prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/19988, não é necessário que apresente sinais de persistência ou recidiva da doença, pois a finalidade do benefício é diminuir os sacrifícios físicos e psicológicos decorrentes da enfermidade, aliviando os encargos financeiros relativos ao acompanhamento médico e medicações ministradas.

5. Assim, faz jus a apelada à isenção tributária em questão, eis que, conforme jurisprudência do E. STJ, o intuito é de também desonerar a renda dos portadores assintomáticos da doença, alcançando-se, assim, o princípio da dignidade humana, tendo em vista a gravidade da moléstia de que foram acometidos.

6. No que tange aos honorários advocatícios, estou em que o valor fixado se afigura compatível com o trabalho realizado pelo advogado e com a orientação adotada por esta Egrégia Quarta Turma, razão pela qual, em consonância com o disposto no art. 20, §4º, do CPC/73, vigente por ocasião da prolação da sentença, os honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devem ser mantidos

7. Apelação e remessa necessária desprovidas.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indica-das, decide a Egrégia Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, NEGAR PROVIMENTO à apelação e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
33 - 0003436-47.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.003436-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.056497-0
Distribuição-Sorteio Automático - 07/04/2015 15:58
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: ERFEN JOSE RIBEIRO SANTOS
ADVOGADO: VICTOR TEIXEIRA NEPOMUCENO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0007308-83.2007.4.02.5001 - 2ª Vara Federal de Execução Fiscal
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. BACEN JUD E RENAJUD. DESNECESSIDADE DA LAVRATURA DE AUTO DE PENHORA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE FUNDAMENTAÇÃO VINCULADA (NCPC, ART. 1022). AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE E ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS.

1. O embargante alega, em resumo, que o acórdão embargado incorreu em omissão ao deixar de se manifestar sobre o art. 11, da Lei nº 11.941/09, artigos 7º a 12º, da LEF, art. 655-A, do CPC/73 e art. 185-A, do CTN. Aduz, ainda, que o acórdão silenciou quanto ao fato de que, muito embora tenha havido atos de constrição (Bacen Jud e Renajud), não ocorreu a efetiva realização das penhoras, com a sua devida intimação; e que, por ser a penhora um ato executório, é necessário observar os atos a ela inerentes, sob pena de sua não efetivação. Afirma, outrossim, que não houve a conversão dos ativos indisponibilizados via Bacen Jud em penhora, o que ocorreria mediante a transferência dos valores para uma conta judicial do

Juízo, e não houve a lavratura de auto de penhora dos seus veículos, antes do deferimento do pedido de parcelamento, de modo que não há óbice para o levantamento das constrições.

2. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se sua utilização também para correção de inexatidões materiais, bem como, segundo alguns precedentes do E. STJ, para o fim de obter-se reconsideração, ou reforma, de decisão manifestamente equivocada.

3. À luz desse entendimento, não há, no acórdão recorrido, nenhum dos vícios a cuja correção servem os embargos declaratórios, tendo sido apreciada e decidida a questão em foco de forma clara e fundamentada, em observância ao artigo 489 do CPC, concluindo-se que é desnecessária a lavratura de auto de penhora nesses casos, pois os documentos gerados pelos próprios sistemas Bacen Jud e Renajud são suficientes à formalização das penhoras, produzindo os mesmos efeitos.

4. É pacífica a jurisprudência no sentido de que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STF e do STJ.

5. Lembre-se, ainda, que de acordo com o Novo Código de Processo Civil, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade" (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

6. Efeitos modificativos aos embargos de declaração ¿ como se sabe - são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o error in judicando, o que, evidentemente, não é o caso dos autos. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.

7. Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. (Data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
34 - 0004485-26.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.004485-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/05/2015 09:48
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: CMS LABORAR COOPERATIVA MULTIDISCIPLINAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA
AGRAVADO: RUBEM DE ANDRADE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
AGRAVADO: ALCEMAR DE OLIVEIRA LIMA FILHO
ADVOGADO: JULIANA MOREIRA DA SILVA BAULY
Originário: 0059428-21.2012.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EMISSÃO DO DCG BATCH. DOCUMENTO QUE NÃO CONSTITUI O CRÉDITO TRIBUTÁRIO PREVIAMENTE DECLARADO EM GFIP. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO OU ENVIO DA DECLARAÇÃO. AÇÃO AJUIZADA APÓS 05 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. CTN, ART. 156, INC. V, C/C ART. 174. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

1. A questão cinge-se ao crédito tributário referente ao período de apuração ano base/exercício 12/2006 a 04/2008, sob o nº 40.256.589-4, constituídos por meio de declaração do contribuinte (GFIP) enviadas nesse mesmo período. A ação foi ajuizada em 27/11/2012 e o despacho citatório, proferido em 05/12/2012.

2. Trata-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, portanto, aplicável o enunciado da súmula nº 436 do STJ: ¿A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo o débito fiscal, constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco¿.

3. Diferentemente do alegado pela Fazenda Pública, o prazo prescricional não se interrompe quando a autoridade fazendária apura a diferença dos valores lançados na GFIP e os efetivamente pagos com a emissão da DCGB-DCG. A emissão da DCGB-DCG apenas confirma o lançamento realizado por meio da GFIP, não havendo modificação da obrigação já constituída pelo sujeito passivo ou alteração do fato gerador (artigo 142 do CTN). Jurisprudência do STJ.

4. Entre a data de constituição dos créditos por meio de GFIP, enviadas no período de 12/2006 e 04/2008, e a data do ajuizamento da execução em 27/11/2012, transcorreram mais de 5 anos ininterruptos para os créditos constituídos entre 12/2006 a 10/2007. Por conseguinte, quando foi proposta a ação esses créditos já estavam extintos pela prescrição (CTN, art. 156, inc. V, c/c art. 174).

5. A matéria dispensa maiores considerações, porquanto essa é a orientação firmada pela egrégia Primeira Seção do STJ, no julgamento do Resp. 1.120.295/SP, Relator Ministro Luiz Fux, DJe de 21/05/2010, sob o regime do artigo 543-C (recursos repetitivos).

6. Agravo de Instrumento desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

Agravo de Instrumento - Turma Espec. II - Tributário
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
32 - 0000140-80.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.000140-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.070165-9
Distribuição-Sorteio Automático - 08/01/2016 17:38
Gabinete 12
Magistrado(a) FERREIRA NEVES
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
AGRAVADO: H S PORTAVALES ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA ME
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DOS ANJOS
Originário: 0519811-07.2006.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. TRANSCORRIDOS MAIS DE CINCO ANOS ININTERRUPTOS DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO

TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO CONSUMADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OMISSÃO, OBSCURIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

1. A embargante aduz, em resumo, que a questão suscitada no agravo de instrumento refere-se à ocorrência ou não da prescrição dos créditos inscritos sob os nºs 70405000702-26 e 70406000309-78, omitindo-se o acórdão sobre o fato de que (i) a matéria trazida pelo executado (prescrição) foi indevidamente arguida em sede de exceção, segundo Súmula nº 393 do STJ, (ii) tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, a contagem do prazo se faz da data da entrega do documento fiscal que declara e confessa os débitos ou da data em que o contribuinte é notificado do lançamento, sendo, ademais, proibida a presunção de fatos desfavoráveis aos interesses do Erário, de acordo com o artigo 345, II, do NCPC, (iii) da análise dos documentos adunados à execução, as declarações de rendimentos que embasaram a cobrança foram apresentadas em 01/10/99, 05/09/2002, 27/06/2002 e 05/09/2002, o que, por si só, é suficiente para afastar a prescrição, conforme dicção do artigo 174 do CTN..

2. Como cediço, os aclaratórios, segundo o artigo 1022 do CPC, são um recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que é manifesta a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão, admitindo-se sua utilização também para correção de inexatidões materiais, bem como, segundo alguns precedentes do E. STJ, para o fim de obter-se reconsideração, ou reforma, de decisão manifestamente equivocada.

3. À luz desse entendimento, não há, no acórdão recorrido, nenhum dos vícios a cuja correção servem os embargos declaratórios, tendo sido apreciada e decidida a questão em foco de forma clara e fundamentada, em observância ao artigo 489 do CPC, concluindo-se, na linha da jurisprudência consolidada do E.STJ, no sentido de que: ¿O prazo prescricional quinquenal para o Fisco exercer a pretensão de cobrança judicial do crédito tributário conta-se da data estipulada como vencimento para o pagamento da obrigação tributária declarada (mediante DCTF, GIA, entre outros), nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que, não obstante cumprido o dever instrumental de declaração da exação devida, não restou adimplida a obrigação principal (pagamento antecipado), nem sobreveio quaisquer das causas suspensivas da exigibilidade do crédito ou interruptivas do prazo prescricional¿ (REsp 1.120.295/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010).

4. Constou do voto condutor (fl. 202), assim como na ementa do acórdão (item 6), verbis: "o documento juntado às fls. 158-159 pela Fazenda Pública relaciona Declarações de Rendimentos diferentes dos números das declarações descritas nas CDA's anexadas aos autos".

5. Eis o teor do aludido documento de fls. 158-159, na parte em que informa as datas das transmissões das CDA¿s:¿Dessa forma, conclui-se, serem indevidas ¿ por violarem o regime de tributação a que estava submetido o contribuinte ¿ as Declarações de Rendimentos nºs 0649300 e 1242866 (ano-calendário de 1998) e 0867596 e 1122439 (ano-calendário de 2001), transmitidas à RFB em 01.10.1999, 05.09.2002, 27.06.2002 e 05.09.2002, respectivamente como, aliás, está consignado nos extratos do CNPJ/CONSULTA às fls. 109/110. Em consequência, os pagamentos alegados (fls. 66 a 97) seguem a mesma sorte e, portanto, não extinguiram débito algum.¿ (Destaques no original). Jà as declarações de rendimentos informadas nas CDA's em cobrança são as de nºs. 980769033024 (fls. 11-12 e 38-43), 10764407037 (fls. 13-23) e 990769512386 (fls. 25-36). Logo, trata-se de créditos tributários distintos.

6. Como sabido e ressabido, em sede recurso representativo de controvérsia, (art. 543-C do CPC/1973 e Res. n. 8/2008-STJ) o E. STJ reiterou a possibilidade de arguição de prescrição em sede de exceção de pré-executividade. Precedente citado: REsp 1.136.144/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2009, DJe 01/02/2010.

7. É pacífica a jurisprudência no sentido de que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pelas partes, se os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes do STF e do STJ.

8. Lembre-se, ainda, que de acordo com o Novo Código de Processo Civil, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade" (art. 1.025 do NCPC), razão pela qual, a rigor, revela-se desnecessário o enfrentamento de todos os dispositivos legais ventilados pelas partes para fins de acesso aos Tribunais Superiores.

9. Efeitos modificativos aos embargos de declaração ¿ como se sabe - são admissíveis, excepcionalmente, quando manifesto o error in judicando, o que, evidentemente, não é o caso dos autos. Persistindo o inconformismo, deverá o recorrente fazer uso do recurso próprio.

10. Embargos de declaração desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados os presentes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017. (Data do julgamento).

(Assinado eletronicamente ¿ art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
FERREIRA NEVES
Desembargador Federal
Relator

SUBSECRETARIA DA 5a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000211

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

5a.TURMA ESPECIALIZADA

ADITAMENTO DE PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 29 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos eletrônicos abaixo relacionados no Aditamento a Pauta de Julgamentos Extraordinária do dia 29 de MARÇO de 2017, QUARTA-FEIRA, às 15:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

072 - Processo: 0021478-41.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LUZIA HELENA PACHECO BEZERRA
APTE: ROSANGELA DE ASSUMPÇÂO SANTOS
ADVOGADO: ROSANGELA DE OLIVEIRA KLING
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

073 - Processo: 0124375-88.2015.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.03 - Ensino Fundamental e Médio - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: GUSTAVO DE SOUZA BRITO

DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUIZO DA 3ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITORIA - ES
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

074 - Processo: 0134364-75.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.12 - Anistia Administrativa - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RAIMUNDA CATARINA ALMEIDA
ADVOGADO: LUANA MARIA PORCIUNCULA RAMOS
ADVOGADO: HUMBERTO JANSEN MACHADO
ADVOGADO: ADRIANA MATTOS MAGALHAES DA CUNHA
ADVOGADO: RODRIGO LOPES MAGALHAES
ADVOGADO: FERNANDA PEREIRA SILVA DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/03/2017 14:00 Pedido de Vistas

075 - Processo: 0000305-98.2003.4.02.5104 AC
02.20 - Responsabilidade civil - Civil
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ANA MARIA DE OLIVEIRA INGUINA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

076 - Processo: 0017119-31.2016.4.02.5105 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SONIA REGINA DA PAIXAO MOURA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

077 - Processo: 0027559-35.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LUCIANO DUTRA NEVES
ADVOGADO: FLAVIO FERNANDES TAVARES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

078 - Processo: 0105536-06.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MARCIO JOSE PEREIRA DE REZENDE
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RÉU: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
RÉU: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

079 - Processo: 0045536-06.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARIA DA CONCEICAO DE SOUZA
ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE SANTOS DA SILVA
ADVOGADO: WELLINGTON MATOS DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

080 - Processo: 0088455-10.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.11.02.07 - Quintos/Décimos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CELINIA PIMENTEL CHAGAS
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

081 - Processo: 0004418-30.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: VALERIA RODRIGUES DA LUZ
ADVOGADO: ADRIANO NERI DO AMARAL
ADVOGADO: LUCIANO AZEVEDO SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: DILMA SOUZA ANDRADE
APDO: LUIZA SOUZA MARCONDES
APDO: RITA DE CASSIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
ADVOGADO: CLAUDIO DOMINGOS PEREIRA
APDO: MARILUCE SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO: RODRIGO BARCELLOS POUBEL
ADVOGADO: MARILZA REIS DE FREITAS CAIADO
Observação da DIDRA: INCLUSÃO DE LITISCONSORTES - FLS. 84.
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores

08/11/2016 14:00 Retirado de Pauta
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

082 - Processo: 0000325-92.2013.4.02.5119 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ANIBAL MANHÃES PRATES
ADVOGADO: LEONARDO RIBEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO: HELIZANGELA LEONCIO DA SILVA
APDO: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

083 - Processo: 0000001-28.2014.4.02.5003 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARIA LUCIA CEZANO MAGEWSKI - ME
APTE: MARIA LUCIA CEZANO MAGEWSKI
ADVOGADO: EDGARD VALLE DE SOUZA
APDO: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

084 - Processo: 0000205-67.2013.4.02.5113 AC (Processo Eletrônico)
01.05.12.03 - Reintegração de Posse- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JORGE LUIS MOTO PEÇAS E ACESSÓROS AUTOMOTIVOS - ME
ADVOGADO: RICARDO DOS SANTOS COSTA
APDO: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
ASS.LITIS.: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
29/04/2014 13:00 Julgado
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

085 - Processo: 0121618-15.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.05.02 - Responsabilidade Civil / Indenização ao Erário - Processo Administrativo Disciplinar - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARINEIDE MARTINS TEIXEIRA
ADVOGADO: PEDRO PAULO PEREIRA DE BARROS
ADVOGADO: CAMILA FERNANDES DOS SANTOS
APDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PEDRO PAULO PEREIRA DE BARROS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

086 - Processo: 0003736-44.2011.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
02.19.07.03 - Sustação de protesto - Títulos de crédito - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES

APTE: JALOUL COM/ DE ROUPAS LTDA ME REPRESENTADA POR GAMA KHODR JALOUL
ADVOGADO: MARCOS CESAR DA SILVA MARRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

087 - Processo: 0130969-46.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LILIA LOURENCO LOPES
ADVOGADO: MARIANA MELLO AFFONSO DE ANDRADE
APDO: INSS -iNSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

088 - Processo: 0149697-04.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: PEDRO DE FATIMA BITENCOURT FERREIRA
APTE: IRANY DE SANTANA CABRAL
ADVOGADO: ROGERIO RUFINO SIMOES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SERGIO RICARDO DE OLIVEIRA ANDRADA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
08/11/2016 14:00 Retirado de Pauta
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

089 - Processo: 0009679-70.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
AGVTE: MÁRCIA FONSECA PINHEL SILVA
ADVOGADO: PAOLA ROJAS PEREIRA
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

090 - Processo: 0124827-28.2016.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: WALDINEA DE ANDRADE NOCCIOLI
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

091 - Processo: 0081784-05.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: HORTENCIA AGUIAR VERCOSA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

092 - Processo: 0501292-81.2006.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.17 - Contratos Administrativos - Administrativo
02.19.03 - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ASSOCIACAO RURAL SUL FLUMINENSE
ADVOGADO: JOSE CARLOS BARROS AMADO
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
Observação da DIDRA: ORIUNDO DO JD DA 2A VARA DA COMARCA DE BARRA DO PIRAI - RJ/DECLÍNIO FL 101
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas
31/01/2017 14:00 Retirado de Pauta

093 - Processo: 0023583-83.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.13.11 - Classificação - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CAMILA OLIVEIRA BORGES FRAZÃO
ADVOGADO: MANO FORNACIARI ALENCAR
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

094 - Processo: 0005157-96.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: AMILZA GUILHERME COELHO
ADVOGADO: MURY-JARA DA SILVA MONTEIRO
REMETENTE: JUIZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
18/10/2016 14:00 Pedido de Vistas
13/12/2016 13:00 Adiado
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

095 - Processo: 0017521-32.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FLAVIA CLINQUART DOS SANTOS
APTE: LEONARDO CLINQUART DOS SANTOS
ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE FIGUEIREDO
ADVOGADO: RICARDO FLORENTINO MIGUEZ DE MELLO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

096 - Processo: 0008874-20.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
AGVTE: ELIANA CARNEIRO CARDOSO E CARDOSO
ADVOGADO: DANIELLE DE FREITAS MARINHO
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA DR ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
18/10/2016 14:00 Pedido de Vistas
13/12/2016 13:00 Adiado
24/01/2017 14:00 Retirado de Pauta

097 - Processo: 0021480-84.2008.4.02.5101 AC
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ELIANE SALGUEIRO DA SILVA
APTE: LUCIENE DE LEMOS NEVES
APTE: MARIO JORGE FERNANDES DA SILVA
APTE: MÁRCIA SALGUEIRO DA SILVA
APTE: NURIMAR DE LEMOS NEVES
APTE: LIBERSON DE LEMOS NEVES
ADVOGADO: MAURO DANTAS PINTO GUIMARAES
ADVOGADO: MARCIA CATAO FERREIRA GUIMARAES
APDO: OS MESMOS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

098 - Processo: 0008977-35.2011.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.05.02.02 - Taxa de Ocupação - Terras Públicas - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO - COMDUSA
ADVOGADO: VITOR DE PAULA FRANÇA
Observação da DIDRA: Redistribuição livre - decisão fl.44. -
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

099 - Processo: 0016020-47.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.05.02.01 - Terreno de Marinha - Terras Públicas - Domínio Público - Administrativo
01.05.02.02 - Taxa de Ocupação - Terras Públicas - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JOÃO CARLOS FIENI
ADVOGADO: CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

100 - Processo: 0015548-56.2010.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.08.13 - Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LITIELY CHAVES DA SILVA
ADVOGADO: NELSON TAVARES DOS SANTOS FILHO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GILMAR ZUMAK PASSOS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

101 - Processo: 0111882-79.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.05.01.04 - Foro/Laudêmio - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: BYANCA ROCHA VIEIRA MACHADO
ADVOGADO: RONALDSON DE SOUZA FERREIRA FILHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

102 - Processo: 0018908-14.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RENATO BORSOI MARQUES DOS SANTOS
ADVOGADO: LEANDRO LUIZ FARIAS DE SOUZA
ADVOGADO: FERNANDA DOS SANTOS AMARAL
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
Observação da DIDRA: ALTERAÇÃO DA CLASSE DE 5013 PARA 12007 CONF. DESPACHO FLS. 54

ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

103 - Processo: 0015430-71.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CARLOS PEREIRA DO AMARAL
ADVOGADO: CARLOS PEREIRA DO AMARAL
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

104 - Processo: 0000898-49.2011.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: EDINA ROSALIA FERREIRA BOCKORNI
ADVOGADO: MARGARETH DE LENA COSTA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

105 - Processo: 0024953-05.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FRANCISCA NILZA GONÇALVES DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

106 - Processo: 0014510-58.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LOURENCA FRANCISCA DA SILVA
ADVOGADO: DAYANE PALMIERI WAJNBERG
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PAULA BREZINSCKI TORRAO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

107 - Processo: 0014041-17.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JOAQUIM GOMES DE LIMA
ADVOGADO: JOAQUIM GOMES DE LIMA
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUSTAVO NOGUEIRA SOBREIRA DE MOURA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

108 - Processo: 0025442-81.2009.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.12 - Anistia Administrativa - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LUIZ CARLOS FERREIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO- VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

109 - Processo: 0002848-02.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.04 - Exigência de Estágio Profissionalizante - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUSTAVO NOGUEIRA SOBREIRA DE MOURA
APDO: VALFRAN DE AGUIAR MOREIRA
ADVOGADO: FELIPE FERNANDES
ANOTAÇÃO: VOTO- VISTA Dr ANDRÉ FONTES

Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

110 - Processo: 0012403-80.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARIA DO CARMO DE SOUZA LEAO ANTUNES
ADVOGADO: GISELA DE LIMA PINHEIRO DOS SANTOS ESTEVES
ADVOGADO: JOSE INACIO DOS SANTOS ESTEVES
APDO: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: CONCEICAO DE MARIA FREIRE LEITE
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

111 - Processo: 0000914-03.2011.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: PAULO HENRIQUE DE OLIVEIRA CARVALHO
APTE: RISOLETA SENGER CARVALHO
ADVOGADO: MARIO CUNHA FERREIRA DIAS
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIANA SILVA BASTOS
ANOTAÇÃO: VOTO- VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

112 - Processo: 0020674-49.2008.4.02.5101 APELREEX
01.11.04.08 - Tempo de Serviço /Averbação - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUIZ FERNANDO ALVES GONCALVES
ADVOGADO: MARCIO CAVALCANTI
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

113 - Processo: 0040125-21.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16.02 - Concessão - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: GERONICE PINTO DO AMARAL
REPRES.: DALVA POLICASTRO BARROS
ADVOGADO: CESAR JOSE MELLO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

114 - Processo: 0102180-23.2013.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.16.02 - Concessão - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: REGINA CELIA CALDAS
ADVOGADO: ANTONIO NELSON NORONHA DA CRUZ

ADVOGADO: CARLOS RENATO BRANDAO NUNES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

115 - Processo: 0002672-48.2012.4.02.5050 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LUIZ FERNANDO DE ABREU VALENCA
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: alteração cadastramento/redistribuição, conf. decisão fl. 49.>Alteração classe e valor da causa para redistribuição-decisão fl.112.>
Retificação polo passivo-despacho fl. 143.Reinclusão polo passivo a pedido da vara-mov. 07/02/2014.>Exclusão do INSS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

116 - Processo: 0000737-14.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: GERALDO VIEIRA DE MORAES, REPRESENTADO POR LEILA ASSUMP
ADVOGADO: FATIMA MARIA ARAUJO DA SILVA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

117 - Processo: 0005276-23.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: NANCI BARROSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: PAULO SERGIO JOSE DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

118 - Processo: 0003862-87.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CRISTIANE TORRES DA PAZ
ADVOGADO: MARCOS CESAR DE ASSIS ABRAO JUNIOR
APDO: AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

119 - Processo: 0017026-56.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo

01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: RAIMUNDA DA CONCEICAO CARVALHO SOUSA
ADVOGADO: MARCIA MARILIA DOERING
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 22A VARA-RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

120 - Processo: 0103328-58.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FRANCELINO ALVES HENRIQUES
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

121 - Processo: 0023928-54.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RONALDO DA SILVA
APTE: REGINA LUCIA DE PAIVA SCORZA DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

122 - Processo: 0008068-81.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: IRACY SAMPAIO CUNHA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANTONIO EMILIO CAPORALI
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

123 - Processo: 0033479-58.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARILENE DE ALMEIDA DIAS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

124 - Processo: 0014534-91.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.03 - Juros - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APDO: SIDNEY DA COSTA LOPES
ADVOGADO: LUCIANA DA CRUZ PIRES
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

125 - Processo: 0012017-74.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.03 - Convênio Médico - Saúde - Serviços - Administrativo
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ARLETE PAES NABORFAZAN
APTE: PAULO SERGIO NABORZAFAN
ADVOGADO: MELISSA AREAL PIRES
APTE: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADO: JULIANA LIVIA ANTUNES DA ROCHA
APDO: OS MESMOS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

126 - Processo: 0126427-82.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: VICTOR MAURÍCIO LEAL ACCIOLY
ADVOGADO: CLICIA ESTEVES RIBEIRO VITA SANTOS
ADVOGADO: NAZARENO DE FREITAS RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

127 - Processo: 0130610-96.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.05 - Inclusão de Dependente - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.12.02.15 - Assistência Médico-Hospitalar - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CELIA REGINA BISPO DOS SANTOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

128 - Processo: 0106299-41.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: Stivem Eduardo da Graça Levino

ADVOGADO: PIERRE LOURENCO DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

129 - Processo: 0152405-04.2014.4.02.5120 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.02.15 - Assistência Médico-Hospitalar - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: GUSTAVO DO CARMO DE CARVALHO
ADVOGADO: JOSE HENRIQUE DE BARROS NETO
REMETENTE: Juízo da 02ª Vara Federal de Nova Iguaçu - 02VF-IG/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

130 - Processo: 0041393-13.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.10 - Promoção / Quadro de acesso - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CLEITO CONCEIÇAO PENCO
ADVOGADO: FERNANDO ALVES PEREIRA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
REMETENTE: JUIZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

131 - Processo: 0166329-15.2014.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.02 - Adicionais - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CLEIDE SUELY RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

132 - Processo: 0000567-64.2011.4.02.5105 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: HENAUER PEREIRA DA COSTA
ADVOGADO: ANDRE LUIZ PENA FURTADO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
APDO: ELIANA PEREIRA DA COSTA
APDO: RENATO PEREIRA DA COSTA JUNIOR

ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

133 - Processo: 0001693-39.2012.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
P.AUTORA: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: GLAUCIA RODRIGUES DE ABREU
ADVOGADO: EVANDRO DE CASTRO BASTOS
REMETENTE: JUIZO DA 2A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

134 - Processo: 0022074-30.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.12 - Anistia Administrativa - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.04.08 - Tempo de Serviço /Averbação - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: DJALMA SANTOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ROGERIO JOSE PEREIRA DERBLY
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

135 - Processo: 0003835-50.2011.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: NIVALDO JOSE FASSARELLA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APTE: SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ADVOGADO: TIAGO VIEIRA ANDRADE
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: OS MESMOS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

136 - Processo: 0007339-55.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: HELIO LUIZ QUENTAL
ADVOGADO: DEBORA FANTESIA DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

137 - Processo: 0102755-79.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.12 - Anistia Administrativa - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo

RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: WANDERLEY DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DEBORA FANTESIA DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

138 - Processo: 0017735-28.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.12 - Anistia Administrativa - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: REINALDO CORREA
ADVOGADO: DEBORA FANTESIA DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

139 - Processo: 0015983-98.2008.4.02.5001 APELREEX
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ELETROMIL COMERCIAL LTDA
APDO: AVANTI ILUMINAÇÃO LTDA
ADVOGADO: SUELI DE PAULA FRANÇA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA - ES
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

140 - Processo: 0101137-11.2013.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.05.01.02 - Terreno de Marinha - Bens Públicos - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ORION ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: GISELLE CUNHA LOUVEM
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 5A VARA-ES
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

141 - Processo: 0000797-81.2012.4.02.5005 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
APTE: JOÃO CARLINS WON DOELINGER - ME
APTE: JOÃO CARLINS WON DOELINGER
ADVOGADO: DIOGO MASSUCATTI RODRIGUES ALVES

ADVOGADO: PEDRO PAULO PESSI
ADVOGADO: KEILA TÓFANO SOARES WOLFGRAMM
APDO: OS MESMOS
Observação da DIDRA: Alterado conf. det. na r. Decisão de fls. 39/41 dos autos.
Alterado conf. det. na r. Despacho de fls. 79.
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

142 - Processo: 0010243-49.2016.4.02.0000 MS (Processo Eletrônico)
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
IMPETRANTE: DALVANI DE OLIVEIRA MORAIS
IMPETRANTE: FRANCISCO RICARDO DE OLIVEIRA DE LIMA
IMPETRANTE: FRANCISCA DE OLIVEIRA DE SOUSA
ADVOGADO: ROGERIO VINHAES ASSUMPCAO
ADVOGADO: GUILHERME NILO MIRANDA DE VASCONCELLOS CHAVES
ADVOGADO: VICTOR OLIVEIRA RAPOZO
IMPETRADO: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

143 - Processo: 0016976-94.2016.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.03.01 - Reajuste de 28,86% - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FRANCISCA RIBEIRO DE MENEZES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

144 - Processo: 0046380-53.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: HELIO MENDES DA CRUZ
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

145 - Processo: 0012276-79.2009.4.02.5101 APELREEX
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: LUIZ VICENTE FERNANDES DE SANTIS

ADVOGADO: MARIA ANGELA MOURA ITUASSU
REMETENTE: JUIZO FEDERAL DA 1A VARA-RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

146 - Processo: 0000019-27.2006.4.02.5101 AC
01.11.02.37 - Isonomia/Equivalência Salarial - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: CARLOS AUGUSTO RODRIGUES
ADVOGADO: VALDECI RAMOS SILVA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

147 - Processo: 0000850-50.2008.4.02.5119 AC
01.11.02.25 - Auxílio-Reclusão - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: CLAUDIA MARCIA DE SOUZA FRUGULHETT
APDO: JULIANA FRUGULHETTI BIANCHI
APDO: ANA BEATRIZ FRUGULHETTI BIANCHI
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
APDO: VINICIUS FRUGULHETTI BIANCHI
REPRES.: CLAUDIA MARCIA DE SOUZA FRUGULHETT
ADVOGADO: LEONARDO DE CARVALHO BARBOZA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

148 - Processo: 0001970-56.2006.4.02.5101 AC
01.11.04.02 - Aposentadoria - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: IVONE COELHO MENDES
ADVOGADO: JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

149 - Processo: 0142738-82.2013.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: LEIR PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADO: MARIANO DA SILVA JUNIOR
APTE: MARCIA VILMA FELICIO
ADVOGADO: CYNTHIA DAFLON PEREIRA
APDO: OS MESMOS

REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE NITERÓI/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

150 - Processo: 0107895-60.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.04 - Estabilidade - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ÉRIKA DA COSTA AMORIM
ADVOGADO: PEDRO DE LIMA BANDEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

151 - Processo: 0145789-07.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.01 - Reforma - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ANTONIO NEIDIR MEDINA
ADVOGADO: MARIA LIBERATA BARBOSA
ADVOGADO: PEDRO DE LIMA BANDEIRA
ADVOGADO: RICARDO DOS SANTOS FREITAS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

152 - Processo: 0031788-19.2007.4.02.5101 AC
01.12.04.01 - Reforma - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: BRUNO CHAGAS DE BRITO DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

153 - Processo: 0027382-52.2007.4.02.5101 AC
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FERNANDO GIRAO LOUREIRO
APTE: MARIO REZENDE TEIXEIRA
APTE: ANTONIO GLADY BRETAS
APTE: JOSE ANDRADE DE QUEIROZ
APTE: JOSE VENANCIO DA SILVA
APTE: ADAUTO AUGUSTO GOMES
APTE: ARIGAN RODRIGUES DE MELLO
APTE: GERALDO DOS SANTOS
APTE: MESSIAS BRESCHINIK RIBEIRO LIMA
APTE: EZIO SILVA CAMPOS
APTE: JOAO MACEDO PIMENTEL
APTE: NERILSON TUPIRACA FIGUEIRA MARTIN

APTE: ROBERTO SOBRAL
APTE: FERNANDO LESSA PINHEIRO
ADVOGADO: LUIZ BERNARDO ROCHA GOMIDE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: despacho de fls.113
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

154 - Processo: 0030924-25.2000.4.02.5101 AC
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: DAVID SANTANA ROSA
ADVOGADO: CARLUCIO LEITE DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

155 - Processo: 0015673-30.2015.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.08 - Reforma - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: NICOLAS MESSIAS DA SILVA FERNANDES
ADVOGADO: ALFREDO FRANCISCO DOS SANTOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: INICIAL RECEBIDA PELA WEB
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

156 - Processo: 0004843-60.2010.4.02.5110 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.03 - Reintegração - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.06 - Acidente em Serviço - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.04.01 - Reforma - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOEL DE OLIVEIRA RODRIGUES JUNIOR
ADVOGADO: OTTO GUILHERME DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

157 - Processo: 0022129-68.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.17 - Gratificações de Atividade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: NEUZA PACHECO SOARES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Retirado de Pauta
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

158 - Processo: 0029911-02.2016.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.02 - Adicionais - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RITA DA SILVA PERES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Retirado de Pauta
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

159 - Processo: 0044437-98.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UBIRAJARA PEREIRA ROSETTE
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Retirado de Pauta
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

160 - Processo: 0009174-79.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: JOÃO RIBEIRO MELO
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Retirado de Pauta
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

161 - Processo: 0076455-75.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JUREMA LEANDRO TEIXEIRA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores

13/12/2016 13:00 Retirado de Pauta
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

162 - Processo: 0003411-97.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
AGVTE: SÉRGIO FOUTUNATO CALDAS
ADVOGADO: DENNIS CINCINATUS
ADVOGADO: HERBERT KLIMGER AFONSO ALENCAR
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ESTADO DE SÃO PAULO
AGVDO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO - USP
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
12/04/2016 14:00 Julgado
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

163 - Processo: 0041230-33.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARIA ANGELA COSTA DE VASCONCELOS
APTE: LUIZ GUILHERME GOMES DE VASCONCELOS
ADVOGADO: JOSE DE RIBAMAR PEREIRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

164 - Processo: 0003424-66.2009.4.02.5101 APELREEX
01.11.01.09 - Remoção - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: TIAGO DORIGO
ADVOGADO: MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 22ª VARA FEDERAL CÍVEL DO RIO DE JANEIRO / RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas

165 - Processo: 0001619-10.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: ELIONE ALVES DE MEDEIROS
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
APDO: UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

166 - Processo: 0138093-17.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: LUIZ CLÁUDIO ALVES DOS SANTOS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

167 - Processo: 0013022-34.2015.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
P.AUTORA: MARIA DAS GRAÇAS DE MESQUITA
ADVOGADO: JOSEMAR FIGUEIREDO ARAUJO
ADVOGADO: DAIANA ALVES DOS SANTOS
P.RÉ: INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

168 - Processo: 0000717-43.2010.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JORGE BRAGA DA SILVA
APTE: MARIA LUIZA DA TRINDADE SILVA
ADVOGADO: SOLANGE ESPINDOLA DE ABREU
APTE: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: RENATO JOSE LAGUN
APDO: OS MESMOS
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

169 - Processo: 0127727-79.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16.03 - Restabelecimento - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: RITA DE CASSIA MONTEIRO BARBOSA
ADVOGADO: ALBERTO CASONATO ZANETTE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARILDA MONTEIRO BARBOSA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
17/12/2014 13:00 Julgado
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

170 - Processo: 0005489-07.2014.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: PATRICIA TULER SILVA PEREIRA
ADVOGADO: MARCO ANTONIO LINTZ LEITE
ADVOGADO: BERNARDO CERVINO RIVERO GOMEZ LINTZ
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ROBERTO PAULO OLIVEIRA AZEVEDO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

171 - Processo: 0140958-13.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: OCTAVIO CAIO MORA Y ARAUJO DE COUTO E SILVA
APDO: ANTÔNIO RICARDO DE SOUZA
APDO: VERA LUCIA MATTOSO DE SOUZA
ADVOGADO: FERNANDA MACIEL DA ROCHA LINS
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

172 - Processo: 0000787-71.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MERITO DINIZ MONTEIRO
ADVOGADO: AIR AIRES MOREIRA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE RODRIGUES DE SOUSA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

173 - Processo: 0160057-11.2014.4.02.5108 AC (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: MARIA TEREZA DA SILVA PACHECO
ADVOGADO: LEANDRO CABRAL DE SOUZA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

174 - Processo: 0056348-44.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.03.01 - Reajuste de 28,86% - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JURACY DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

175 - Processo: 0009313-25.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: LYSIANE BANDEIRA DE MELLO
APTE: TEREZA CRISTINA PACHECO DE SOUZA
APTE: AMELIA PACHECO DE SOUZA
APTE: JEANNE CARLA DE MENDONCA LIMA
APTE: GLADSTONE DOS SANTOS
APTE: ANITA BERNADETE CARVALHO PERES
APTE: MANOEL FORTUNATO RIBEIRO DE AZEVEDO
APTE: LUCIA MARIA DA SILVA BRITO
APTE: DOROTHY GESZIKTER
APTE: JOSE HAROLDO MENDES PEREIRA
APTE: MANOEL LUIZ LEAO DE ANDRADE
ADVOGADO: DINAH FERNANDES RODRIGUES
ADVOGADO: TEREZA CRISTINA PACHECO DE SOUZA
APDO: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

176 - Processo: 0073575-47.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: JORGE DE SA BELLEZA
ADVOGADO: JOSE ROBERTO SOARES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
13/12/2016 13:00 Pedido de Vistas

177 - Processo: 0143252-38.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.10.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade Civil - Civil
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: WILLIAN RODRIGUES LIMA
ADVOGADO: LEDA LUIZA GUSMAO MARINS
ADVOGADO: MARLY DE FREITAS BARBOSA
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
24/01/2017 14:00 Pedido de Vistas
31/01/2017 14:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)
21/02/2017 14:00 Adiado

178 - Processo: 0019294-30.2004.4.02.5101 AC
01.12.04.03 - Licenças - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FABIO LUIZ RAIMUNDO
ADVOGADO: JOSE DE RIBAMAR SALES DE CARVALHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

179 - Processo: 0024595-50.2007.4.02.5101 AC
01.12.02.11 - Reserva Remunerada - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. RICARDO PERLINGEIRO
PAUTA: DES.FED. ANDRÉ FONTES
APTE: FELIPPE DA SILVA BELLOTTI
ADVOGADO: SYDNEY JOSE PONCE LEON
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
ANOTAÇÃO: VOTO-VISTA Dr ANDRÉ FONTES
Resultados de Julgamentos Anteriores
31/01/2017 14:00 Adiado
07/02/2017 14:00 Pedido de Vistas

RIO DE JANEIRO, 16 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000212

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0006271-07.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.006271-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 17:59
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
ADVOGADO: MARCELO DUARTE MARTINS
APELANTE: GETULIO FERRAZ CARLOS DE SOUSA
ADVOGADO: JOSE CARLOS PEREIRA
APELADO: OS MESMOS
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
Originário: 0006271-07.2010.4.02.5101 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES
APELANTE
:
ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A E OUTRO
ADVOGADO
:
MARCELO DUARTE MARTINS, JOSE CARLOS PEREIRA
APELADO
:
OS MESMOS E OUTRO
ADVOGADO
:
Procurador da Fazenda Nacional
ORIGEM
:
08ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00062710720104025101)
DECISÃO

Trata-se de apelações interposta pela ELETROBRÁS - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A e por GETULIO FERRAZ CARLOS DE SOUSA (parte autora) contra a sentença proferida pela MM. Juíza da 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, que julgou parcialmente procedente a pretensão autoral, a qual objetivava a declaração de validade e eficácia das cessões de crédito realizadas pela Companhia Siderúrgica Pitangui, Produtos Erlan Ltda. e Fundição Batista, Indústria, Comércio e Transportes Ltda., relativas ao chamado "Empréstimo Compulsório Eletrobrás", bem como seja efetivado o lançamento escritural de transferência, e a condenação da primeira ré ao pagamento de todas as diferenças alegadamente devidas ao autor, relativas ao cômputo a menor da correção monetária incidente sobre o recolhimento do empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

Em suas razões de recorrer, às fls. 409/442, sustenta a ELETROBRÁS, em síntese, que as cessões de crédito não poderiam ser validadas pelo Poder Judiciário, por ausência de comprovação de poderes dos supostos representantes legais das empresas envolvidas para a realização dos negócios jurídicos, ressaltando que uma das supostas cedentes não existe mais desde 1995; que em 2010 não existiam mais créditos a serem pleiteados, mas ações (participação acionária) que poderiam ser pleiteadas e recebidas pelas cedentes e transferidas imediatamente para o autor, pois estas ações seriam livremente negociadas na bolsa de valores; que haveria impossibilidade de se pleitear direito alheio em nome próprio; que, em relação aos créditos oriundos do empréstimo compulsório em comento, sustenta que o próprio Superior Tribunal de Justiça já teria decidido que o Empréstimo Compulsório possui, quer sob o ângulo de sua arrecadação, quer sob o ângulo de sua devolução, natureza única de direito tributário, devendo ser observadas todas as garantias próprias dos créditos dessa natureza, incluindo-se aí, evidentemente, a vedação à livre cessão; que os supostos créditos em discussão estariam prescritos.

Getúlio Ferraz Carlos de Souza, em suas razões recursais, às fls. 446/453, pugna, em síntese, pela reforma parcial da sentença, para afastar a sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios e, ao mesmo tempo, reconhecer a sucumbência exclusiva por parte das apeladas, condenando-as ao pagamento integral das custas processuais e honorários advocatícios dos seus patronos.

A ELETROBRÁS apresentou contrarrazões, às fls. 461/464, pugnando, em síntese, pelo desprovimento do recurso, argumentando que teria decaído em parte menor do pedido autoral.

A parte autora não apresentou contrarrazões, conforme certidão de fl. 466.

O Ministério Público Federal, em seu parecer de fl. 472, deixou de se manifestar quanto ao mérito do recurso, por não vislumbrar a existência de interesse público que justifique a sua intervenção no feito.

É o relato do necessário. DECIDO

Da detida análise dos autos, depreende-se que a questão de fundo, a ser apreciada no presente processo, diz respeito ao suposto direito do cessionário de crédito ao recebimento dos valores referentes as diferenças de correção monetária e juros não computados pela Eletrobrás quando da devolução do empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica, envolvendo, pois, matéria de natureza tributária.

Com a edição da Resolução nº 36, de 25 de novembro de 2004, que dispõe sobre a implantação de Turmas Especializadas no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, foram extintas, a partir de 1º de fevereiro de 2005, data de seus efeitos (art. 18), as antigas Seis Turmas com competência plena, à vista de toda a nova sistemática implementada pela especialização, que alterou a composição das Turmas em parte, todas as suas competências e também o seu total, que passou a ser de oito.

A especialização por matérias, que acarretou, inclusive, a redistribuição dos processos para as novas Turmas Especializadas, implicou o estabelecimento de competência em razão da matéria para cada uma das novas Turmas, o que representa uma competência superveniente absoluta e excepciona a regra da perpetuatio jurisdictionis.

Em função disso, é imperioso o entendimento de que caberá aos novos órgãos jurisdicionais, constituídos pela Resolução nº 36, de 25/11/2004, o julgamento dos processos de sua competência, ainda que distribuídos anteriormente a outro órgão já extinto, ou mesmo a Relator que não mais esteja atuando na antiga Turma.

A questão em análise, de fato, vem sendo, reiteradamente, decidida pelas Turmas Especializadas em matéria tributária, consonante ratificam os recentes precedentes desta Corte, in verbis:

"TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE O PRINCIPAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. JUROS. (142ª AGE), HOMOLOGADA PELA 143ª AGE DE 30/06/2005. PRESCRIÇÃO. I NOCORRÊNCIA. 1. O tema foi analisado em julgamento realizado na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, onde foram apreciados o REsp. nº 1.003.955/RS e o REsp nº 1.028.592/RS, ambos da relatoria da Ministra Eliana Calmon. No que concerne à prescrição, chegou-se às seguintes conclusões: a) o termo inicial da prescrição quinquenal para pleitear diferenças relativas aos juros anuais de 6% se dá em julho de cada ano vencido, no momento em que a Eletrobrás realizou o pagamento, mediante a compensação dos valores nas contas de energia elétrica; b) a prescrição quinquenal para requerer diferenças referentes à correção monetária sobre o principal conta-se a partir da conversão em ações (20.4.1988 - 1ª conversão; 26.4.1990 - 2ª conversão; e 30.6.2005 - 3ª conversão). Estabeleceu-se, também, que o marco inicial para a contagem desse prazo é sempre a data do efetivo pagamento da d ívida pela estatal. 2. No que concerne à conversão

em ações, conclui-se que a mesma se considera ocorrida na data da AGE que a homologou, adotando-se o valor patrimonial da Eletrobrás, na forma do a rt. 4º da Lei nº 7.181/83. 3. Tendo sido a presente ação ajuizada em 30/06/2010, estão prescritas as parcelas relativas à conversão em ações deliberada pela 72.ª AGE da Eletrobrás, de 20/04/1988 (prescritas em 2 0/04/1993), e pela 82.ª AGE, de 26/04/1990 (prescritas em 26/04/1995). 4. In casu, a prescrição não alcançou os créditos constituídos no período de 1988 a 1993 que foram convertidos em ações pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 8/04/2005 (142ª AGE), homologada pela 143ª AGE de 30/06/2005. 5. A correção monetária incide sobre o empréstimo compulsório entre a data do recolhimento pela parte autora e 1º de janeiro do ano seguinte (data de consolidação do crédito), sendo ilegítima a pretensão de aplicar correção monetária do dia 31 de dezembro a té a data da assembleia de conversão. 6. O contribuinte tem direito à correção monetária plena de seus créditos, adotando-se os índices constantes do Manual de Cálculos da Justiça Federal e os expurgos inflacionários, devendo incidir, juros de mora a partir da citação, pela taxa SELIC (art. 406 do CC atual). 1 A partir da incidência da aludida taxa, não pode haver cumulação com qualquer outro í ndice de correção monetária. 7. A responsabilidade solidária da União, no caso do empréstimo compulsório sobre energia elétrica, não se restringe ao valor nominal dos débitos, estende-se, também, aos j uros e à correção monetária. 8. O STJ consolidou o entendimento segundo o qual a verba honorária poderá ser excepcionalmente revista, quando for fixada em patamar exagerado ou irrisório, o que não ocorre, in casu. Honorários mantidos em 5 % (cinco por cento) sobre o valor da causa (R$ 2 00.000,00). 9. Precedentes: STJ, AgRg no Ag 1103523/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Segunda Turma, julgado em 17/08/2010, DJe 26/08/2010; EDcl no AgRg no REsp 572.497/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, julgado em 15/09/2009, DJe 30/09/2009; AgRg no REsp 813.232/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, julgado em 27/05/2008, DJe 23/06/2008); STJ, 1ª Seção, REsp 1003955/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, julgado em 12/08/2009, DJe de 27/11/2009; TRF2, AC nº 2006.51.01.024537-6, Relatora Desembargadora Federal CLAUDIA NEIVA, DJE: 1 8/05/2015, Terceira Turma Especializada. 1 0. Apelação e remessa necessária desprovidas."

(APELREEX 00110353620104025101, MARCUS ABRAHAM, TRF2 - 3ª TURMA ESPECIALIZADA.)

"TRIBUTÁRIO. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO INCIDENTE SOBRE O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM FAVOR DA ELETROBRÁS. PRESCRIÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. CONVERSÃO EM DINHEIRO OU AÇÕES. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO. 1-A Lei 4.156, de 28 de novembro de 1962, instituiu o empréstimo compulsório incidente sobre o consumo de energia elétrica, em favor da ELETROBRÁS, estabelecendo que, a partir de 1964 até 1968, os consumidores de energia elétrica passariam a tomar obrigações da ELETROBRÁS. 2-Em relação às obrigações convertidas em participação acionária - ações preferenciais nominativas do capital social da Eletrobrás, o prazo é de 5 anos, contados da data da Assembléia Geral da Eletrobrás que deliberou pela conversão. 3-Como a ação foi ajuizada a ação em 2005, estão prescritos os valores referentes aos créditos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica convertidos em ações em 20 de abril de 1988 (recolhidos entre 1977 e 1984) e 26 de abril de 1990 (recolhidos entre 1985 e 1986), restando à parte autora apenas o direito de questionar a forma de atualização dos valores por ela recolhidos entre 1987 e 1993 (convertidos em ações em 30 de junho de 2005). 4-No que se refere à correção monetária dos juros remuneratórios de 6% a.a. (art. 2º do DL n. 1.512/76; art. 3º da Lei n. 7.181/83) pagos mediante compensação nas contas de energia elétrica, a lesão ao direito do consumidor se deu em julho de cada ano vencido. Como o pagamento era feito a menor, pois o valor dos juros era apurado em 31/12 de cada ano, para serem compensados apenas seis meses depois, sem nenhuma correção, seria devida a correção monetária dos pagamento feitos em julho de cada ano, sem atualização entre a data da constituição do crédito em 31/12 do ano anterior e o efetivo pagamento. O marco inicial para a contagem do prazo prescricional qüinqüenal, in casu, é o mês de julho de cada ano. 5-A devolução do empréstimo compulsório deve ser feita pelo valor integral ou pleno, com a incidência de correção monetária, expurgos e juros de mora. A atualização deve se dar desde o recolhimento do empréstimo compulsório e não a partir do primeiro dia do exercício seguinte, sob pena de confisco. 6-Sobre a diferença de correção monetária (incluindo-se os expurgos inflacionários) incidente sobre o principal (apurada da data do recolhimento até 31/12 do mesmo ano) devem incidir juros remuneratórios legais de 6% ao ano, devendo essa diferença ser restituída à parte autora em dinheiro ou na forma de participação acionária (ações preferenciais nominativas), a critério da ELETROBRÁS, tal qual foi feito com o principal, nos termos do Decreto-lei 1.512/76; e 2º) sobre a diferença a ser paga em dinheiro do saldo não convertido em número inteiro de ação deverá incidir correção monetária plena (incluindo-se os expurgos inflacionários) e juros remuneratórios de 31 de dezembro do ano anterior à conversão até o seu efetivo pagamento. 1 7-Logo, é cabível a sistemática de conversão dos créditos em ações pelo valor patrimonial e não pelo valor de mercado (art. 4º da Lei nº 7.181/83 e Decreto-Lei nº 1.512/76), independentemente da concordância dos credores. 8-Destaque-se, também, que o STJ firmou entendimento de que as sentenças proferidas nas ações em que se pleiteia a restituição de empréstimo compulsório de energia elétrica se submetem à necessidade de liquidação, porquanto complexos os cálculos nelas envolvidos. (REsp 1.147.191/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, julgado em 4/3/2015, DJe 24/4/2015, submetido ao regime dos recurso repetitivos). 9-Remessa necessária e apelações parcialmente providas."

(APELREEX 00219849520054025101, LUIZ ANTONIO SOARES, TRF2 - 4ª TURMA ESPECIALIZADA.)

Acredita-se que a distribuição equivocada decorreu do assunto lançado no termo de autuação "02.19.05.03 Correção monetária - Inadimplemento - Obrigações - Civil", que certamente não é a hipótese dos autos, o que deverá ser retificado pela DIDRA.

Destarte, não há como prosseguir com o provimento jurisdicional nestes autos, face à incompetência absoluta deste Relator e da 5ª Turma Especializada em matéria administrativa (art. 2º da Resolução nº 36, de 25/11/2004, da Presidência do TRF da 2ª Região).

Ante o exposto, remetam-se os autos à DIDRA para redistribuição para uma das Turmas Especializadas em matéria tributária, de acordo com o estabelecido no artigo 13, inciso II, c/c artigo 16, III, todos do Regimento Interno deste Tribunal.

Publique-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0004054-81.2016.4.02.5003 Número antigo: 2016.50.03.004054-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 28/11/2016 17:11

Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

APELANTE: COMERCIAL TONDELA LTDA – ME

APELANTE: UDSON CHANDLER DIAS COELHO

APELANTE: ANDRE DIAS COELHO

APELANTE: SARA DIAS COELHO NOBRE

APELANTE: SAYONARA EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME

ADVOGADO: CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO

APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0004054-81.2016.4.02.5003 - 3ª Vara Federal Cível

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES

APELANTE

:

COMERCIAL TONDELA LTDA – ME E OUTROS

ADVOGADO

:

CARLOS LUIZ ZAGANELLI FILHO

APELADO

:

UNIAO FEDERAL

ADVOGADO

:

ADVOGADO DA UNIÃO

ORIGEM

:

3ª Vara Federal Cível (00040548120164025003)

DESPACHO

Por meio da petição de fl. 288, a parte Autora requer a extinção do feito, por perda de objeto da demanda.

Nada a prover, na medida em que já houve o esgotamento da atividade jurisdicional desta Quinta Turma Especializada, com o julgamento do recurso de apelação na sessão de 31/01/2017 (fl. 277), tendo sido determinado o retorno dos autos ao juízo da vara de origem, a quem caberá a apreciação do pedido ora formulado.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0002293-79.2011.4.02.5006 Número antigo: 2011.50.06.002293-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 07/01/2015 13:18
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: EROMAQ REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO: LORENZO MIRANDA PEREIRA
APELADO: JOSE GERALDO DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE SERRA-ES
ADVOGADO: ANDRE LUIZ FARDIN FERRANDI MAIA
Originário: 0002293-79.2011.4.02.5006 - 1ª VF Serra
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0002293-79.2011.4.02.5006 (2011.50.06.002293-5)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0139534-79.2013.4.02.5118 Número antigo: 2013.51.18.139534-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/08/2015 15:01
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MAURO CABRAL TEIXEIRA
ADVOGADO: JAQUELINE DE SOUZA RODRIGUES
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE DUQUE DE CAXIAS/RJ
Originário: 0139534-79.2013.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0139534-79.2013.4.02.5118 (2013.51.18.139534-8)
ATO ORDINATÓRIO
Ao(s) embargado(s) para, querendo, apresentar(em) CONTRARRAZÕES aos embargos de declaração.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
ALEXANDRE OLORTEGUI MOSSÉ
Matrícula: 11001

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0012798-39.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012798-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/12/2016 17:06
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
AGRAVANTE: WAGNER RANGEL LOUREIRO
ADVOGADO: GUSTAVO ALBANI PEREIRA
ADVOGADO: ANA CAROLINA ALBANI EMERY CADE
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/ES
ADVOGADO: ELLEN OCTAVIA FABEM DO NASCIMENTO
Originário: 0137699-48.2015.4.02.5001 - 5ª Vara Federal Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES
AGRAVANTE

:
WAGNER RANGEL LOUREIRO
ADVOGADO
:
GUSTAVO ALBANI PEREIRA, ANA CAROLINA ALBANI EMERY CADE
AGRAVADO
:
UNIAO FEDERAL E OUTRO
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO, ELLEN OCTAVIA FABEM DO NASCIMENTO
ORIGEM
:
5ª Vara Federal Cível (01376994820154025001)
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por WAGNER RANGEL LOUREIRO contra decisão proferida pela MM. Juíza da 5ª Vara Federal do Espírito Santo/ES, nos autos do processo nº 0137699-48.2015.4.02.5001, através do qual reconheceu o direito da União ao recebimento dos honorários advocatícios fixados na sentença.

A decisão agravada encontra-se nos seguintes termos:

"Sentença de improcedência de fls. 119/130 mantida pelo Juízo ad quem (fls. 213/214), tendo sido deferida a gratuidade de justiça ao Autor, "devendo produzir efeitos a partir do deferimento, não havendo que se falar em restituição de valores já recolhidos, conforme pretendido pelo apelante" (fls. 204/212).

Nesse contexto, com razão a UNIÃO (fls. 222/223), pelo que são devidos os honorários fixados às fls. 119/130. Por outro lado, devem ser retificados os cálculos apresentados pela Ré, ora Exequente, porquanto não houve, à fl. 224, divisão do montante com o outro Exequente (DETRAN). Desse modo, devida à UNIÃO a verba sucumbencial de R$ 1.289,631.

Intime-se o Autor, ora Executado, por seu advogado constituído nos autos, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetue o pagamento da quantia devida, no montante de R$ 1.289,63, conforme memória discriminada de cálculo apresentada pelo Exequente, à(s) fl(s). 224, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o montante da condenação e, também, de honorários advocatícios de 10%, conforme preceitua o art. 523 do Novo Código de Processo Civil.

Transcorrido o prazo e não comprovado o pagamento voluntário da dívida ora cobrada, certifique a Secretaria o seu decurso.

Ato contínuo, independentemente de penhora ou nova intimação, inicie-se em cartório o cômputo do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação (art. 525, NCPC).

Ao cabo do último lapso (conferido à impugnação), quedando-se inerte o(a)(s) Executado(a)(s), voltem os autos conclusos para apreciação do requerimento remanescente de fl. 223.

Cumpra-se. Abra-se vista à UNIÃO para ciência."

Sustenta o agravante, em síntese, "que mesmo com o deferimento pelo E. TRT2 da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por reconhecer a impossibilidade do autor no pagamento dos honorários advocatícios arbitrados em vultuosa quantia (R$2.500,00), a União Federal peticionou (fls. 222/224 dos autos virtuais) requerendo a execução dos honorários advocatícios", tendo a MM Juíza "após analisar o referido petitório entendeu ser devida a verba honorária sucumbencial mesmo estando o autor sob o manto da gratuidade da justiça."

A União apresentou contrarrazões, às fls. 41/43, pugnando, em síntese, pelo desprovimento do agravo de instrumento sob argumento de que "considerando que o pedido de gratuidade somente ocorreu após ser o mesmo conhecedor do ônus de sucumbência que lhe foi imposto. Atitudes como a do agravante fazem do Poder Judiciário um verdadeiro local de aventuras jurídicas, onde os demandantes, sabedores da gratuidade de todos os atos que pratica, se utilizam de processos com a finalidade de obter ganhos e direitos ilícitos."

Às fls. 44, requer o agravante "com urgência a apreciação do pedido de antecipação da tutela, tendo em vista que já foram procedidos os atos executórios em face do agravante, sendo procedido com êxito o BacenJud em suas contas bancárias."

É o relatório. DECIDO.

Presentes, os pressupostos de admissibilidade, deve ser conhecido o presente agravo de instrumento.

Procedendo-se à análise dos autos, verifica-se que em face da sentença prolatada no feito principal, o ora agravante interpôs recurso de apelação pleiteando, preliminarmente, a concessão do benefício da gratuidade de justiça, com a consequente restituição dos valores despendidos a título de custas judiciais.

Em acórdão prolatado em 26/06/2016, esta Quinta Turma Especializada decidiu, quanto à referida preliminar, no sentido de que "considerando que os documentos constantes dos autos comprovam que o autor exercia a atividade de motorista, sendo que o mesmo teve o seu direito de dirigir suspenso por decisão do DETRAN/ES, não havendo comprovação de rendimentos que possibilitem o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, merece

ser deferida a gratuidade de justiça, devendo produzir efeitos a partir do deferimento, não havendo que se falar em restituição de valores já recolhidos, conforme pretendido pelo apelante."

Assim sendo, resta evidente que a ressalva no sentido de que a produção dos efeitos da gratuidade de justiça deveriam ocorrer a partir do deferimento diz respeito ao pedido de restituição de valores já recolhidos, conforme pretendido pelo então apelante, e não quanto aos honorários advocatícios fixados na sentença, eis que restou decidido por esta Corte que não teria havido comprovação de rendimentos que possibilitassem o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

Ante o exposto, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela recursal, nos termos da fundamentação supra, para suspender o cumprimento da sentença até ulterior decisão desta Corte no presente agravo de instrumento.

Comunique-se o Juízo da 5ª Vara Federal do Espírito Santo/ES.

Após, ao Ministério Público Federal, nos termos do artigo 1.019, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015.

Ao fim, voltem-me conclusos, para julgamento.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0001221-30.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001221-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição para Órgão Julgador - 20/02/2017 18:46

Gabinete 14

Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO: S/A RADIO TUPI

ADVOGADO: JOAO GUSMAO BASTOS

Originário: 0529794-40.2000.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO MENDES

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

ADVOGADO

:

Procurador da Fazenda Nacional

AGRAVADO

:

S/A RADIO TUPI

ADVOGADO

:

JOAO GUSMAO BASTOS

ORIGEM

:

07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (05297944020004025101)

DESPACHO

Comunique-se, inicialmente, ao MM. Juízo que o processo deverá seguir o seu trâmite normal. Portanto, não deverá ser suspenso durante o processamento do presente agravo de instrumento.

À parte agravada, para que se manifeste, nos termos do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil/2015.

Após, ao Ministério Público Federal, para parecer, nos termos do inciso III, do referido artigo.

Ao final, voltem-me conclusos, para julgamento.

Publique-se. Intimem-se. Comunique-se.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000213

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0004215-95.2010.4.02.5102 Número antigo: 2010.51.02.004215-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 07/03/2016 15:09
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: MILTON MOREIRA NECO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELANTE: DJALMA CORREA DE SA
ADVOGADO: LIA REGINA SOUTO VIANA PEREIRA
APELADO: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0004215-95.2010.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0004215-95.2010.4.02.5102 (2010.51.02.004215-5)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELO ROCHA REMIZ
Matrícula: 11452

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0131014-50.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.131014-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/06/2016 19:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: ISAAC CHALON CAGY
ADVOGADO: NARCISO CARVALHO DE AZEVEDO
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0131014-50.2014.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0131014-50.2014.4.02.5101 (2014.51.01.131014-2)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)
Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0047069-34.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.047069-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/06/2016 17:32
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: ROSALI FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO: CELIA CRISTINA DE JESUS FALCAO
REMETENTE: JUÍZO DA 30ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0047069-34.2015.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0047069-34.2015.4.02.5101 (2015.51.01.047069-5)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0082041-30.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.082041-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 14/06/2016 14:53
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APELADO: marcelo rodrigues
ADVOGADO: ILAN FRAJHOF LEVACOV
ADVOGADO: RAFAEL RIBEIRO SANTORO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0082041-30.2015.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0082041-30.2015.4.02.5101 (2015.51.01.082041-4)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0103399-60.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.103399-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 28/08/2015 14:11
Gabinete 14
Magistrado(a) ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES
APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: Antonio Lorenzon
ADVOGADO: ADRIANO DE QUEIROZ MORAES
ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU
REMETENTE: JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA / ES
Originário: 0103399-60.2015.4.02.5001 - 6ª Vara Federal Cível
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0103399-60.2015.4.02.5001 (2015.50.01.103399-9)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
LUCIANE MORETTI DE MATTOS
Matrícula: 11223

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0013212-12.2016.4.02.5117 Número antigo: 2016.51.17.013212-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 25/05/2016 13:03
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES
APELADO: AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.
ADVOGADO: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO
APELADO: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
REMETENTE: Juízo da 03ª Vara Federal de São Gonçalo - 03VF-SG/RJ
Originário: 0013212-12.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
SUBSECRETARIA DA 5ª TURMA ESPECIALIZADA
PROCESSO: 0013212-12.2016.4.02.5117 (2016.51.17.013212-7)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 1.030, CPC)

Por ordem verbal do Relator, ao(s) recorrido(s) para CONTRARRAZÕES ao(s) recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s), conforme a Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013 – e-DJF2R DE 06/06/2013.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente)
MARCELO ROCHA REMIZ
Matrícula: 11452

BOLETIM: 2017000214

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0047164-36.1993.4.02.5101 Número antigo: 1993.51.01.047164-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 26/04/2015 13:16
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: IND/ COM/ PROD/ ALIMENTO VIANINHA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0047164-36.1993.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO E ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. PEQUENO VALOR. LEI 10.522/2002. PRAZO QUINQUENAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRECEDENTES.

1. Execução fiscal arquivada, sem baixa na distribuição, a partir de requerimento da Fazenda Nacional, em razão do pequeno valor. Prescrição intercorrente reconhecida em sentença. Apelação da exequente.

2. O art. 20, da Lei 10.522/2002, regula o arquivamento sem baixa na distribuição das execuções fiscais de pequeno valor, que não ocasiona suspensão do prazo prescricional para a cobrança do crédito tributário, pois inexiste previsão legal para tanto. O transcurso de mais de 5 anos do arquivamento da execução fiscal caracteriza a prescrição intercorrente. A 1ª Seção do STJ, em sede de recurso repetitivo, consolidou o entendimento segundo o qual se aplica a exegese do art. 40, § 4º, da LEF, às execuções fiscais de pequeno valor, arquivadas com base no art. 10.522/2002 (STJ, 1ª Seção, REsp 1.102.554, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 8.6.2009). No mesmo sentido: STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 1.343.059, Rel. Min.

SÉRGIO KUKINA, DJe 1.10.2014; STJ, 1ª Turma, AgRg no Ag 1.306.200, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 26.10.2010.

3. É ônus do credor informar a localização dos bens do executado a fim de efetivar a penhora, sob pena de eternização das ações executivas fiscais. Configurada a inércia da Fazenda Nacional entre os anos de 2001 e 2013, quando, intimada, não apresentou nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescrição, correta a sentença prolatada em fevereiro de 2014 que reconheceu a prescrição intercorrente.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0069979-56.1995.4.02.5101 Número antigo: 1995.51.01.069979-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 26/04/2015 13:14
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: O REINO DOS CALCADOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0069979-56.1995.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. APLICABILIDADE. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. DÉBITO DE PEQUENO VALOR. LEI 10.522/2002

1. Apelação interposta pela União Federal/Fazenda Nacional contra sentença que pronunciou a prescrição intercorrente de execução fiscal.

2. Aplicabilidade da prescrição intercorrente (art. 40, §4º da Lei 6.830/80) aos créditos de pequeno valor, cujas respectivas execuções fiscais tenham sido arquivadas sem baixa de distribuição com fulcro na Lei 10.522/2002. Na esteira de entendimento consagrado pela Superior Tribunal de Justiça (STJ) quando da análise do tema em incidente de recurso repetitivo, "ainda que a execução fiscal tenha sido arquivada em razão do pequeno valor do débito executado, sem baixa na distribuição, nos termos do art. 20 da Lei 10.522/2002, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de cinco anos a contar da decisão que determina o arquivamento, pois essa norma não constitui causa de suspensão do prazo prescricional" (STJ, 1ª Seção, REsp 1102554, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJE 08.06.2009).

3. Decurso de mais de cinco anos desde a decisão de arquivamento do feito sem baixa de distribuição. Ausência de movimentação processual. Não apresentação de elementos suficientes à retomada da cobrança do débito.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0043159-63.1996.4.02.5101 Número antigo: 1996.51.01.043159-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 11/04/2015 17:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: EDITORA LUA NOVA LTDA
APELADO: LAELSON LUIZ DOS SANTOS RIOS
APELADO: TANIA MARIA DOS SANTOS RIOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0043159-63.1996.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA
APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. SUSPENSÃO E ARQUIVAMENTO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS NA LOCALIZAÇÃO DE BENS. PRECEDENTES.

1. Execução fiscal suspensa em setembro de 2001, dos termos do art. 40, da Lei 6.830/80, diante da ausência de localização de bens penhoráveis. Sentença prolatada em setembro de 2013 que extingue o feito e reconhece a prescrição intercorrente. Apelação interposta pelo exequente.

2. O requerimento de diligências infrutíferas realizado enquanto não consumado o prazo prescricional não tem o condão de interrompê-lo ou suspendê-lo. É ônus do exequente informar a localização dos bens do executado, a fim de se efetivar a penhora, sob pena de eternização das ações executivas fiscais. Precedentes do STJ: 2ª Turma, AgRg nos EDcl no AREsp 775.087, Rel. Min. ASSUSSETE MAGALHÃES, DJe 21.6.2016; 2ª Turma, EDcl no AgRg no AREsp 594.062, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 25.3.2015; 1ª Turma, AgRg no AREsp 383.507, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 7.11.2013.

3. Na redação original do art. 40, da Lei 6.830/80, anterior à edição da Lei 11.051/2004, havia previsão de suspensão da execução fiscal nas hipóteses em que não fossem encontrados o devedor ou bens passíveis de penhora, casos em que não transcorria o prazo prescricional. Decorrido 1 ano sem que fossem encontrados, o juiz deveria determinar o arquivamento dos autos - com a possibilidade de posterior desarquivamento -, sem previsão de reconhecimento ex officio da prescrição intercorrente. Com o advento da Lei 11.051, de 29.12.2004, o § 4º, do referido art. 40 da LEF, dispôs expressamente sobre a prescrição intercorrente, que poderá ser declarada de ofício, se decorrido prazo superior a 5 anos do arquivamento.

4. Como já consignado pelo STJ, o arquivamento sem baixa na distribuição decorre automaticamente do decurso do prazo de suspensão, sem necessidade de intimação da Fazenda Pública. Precedente: 1ª Turma, AgRg no AREsp 164.713, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 30.4.2015.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0028255-67.1998.4.02.5101 Número antigo: 1998.51.01.028255-6 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 09/07/2015 14:42
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ANGELA PEREIRA PONTES
APELANTE: JOÃO BATISTA GONÇALVES
APELANTE: ALMIR CARLOS GONÇALVES
ADVOGADO: MARCUS ALEXANDRE SIQUEIRA MELO
ADVOGADO: ANDRE LUIZ SIQUEIRA MELO
ADVOGADO: EDUARDO FERNANDO CHAVES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LUIZ ANTONIO AZAMOR RODRIGUES
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
Originário: 0028255-67.1998.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO COM BASE NO ART. 794, I, DO CPC/73. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGO INFLACIONÁRIO DE JANEIRO/89. CÁLCULO DO CONTADOR QUE NÃO CONTEMPLA DIFERENÇA DE DEPÓSITO EFETUADA PELA CEF E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DA EXECUÇÃO.

1. Apelação em face de sentença que julgou extinta a execução, com base no art. 794, I, do CPC/73, visando a aplicação de expurgo inflacionário a incidir em saldo de caderneta de poupança.

2. Ocorreu a preclusão no que diz respeito ao valor apresentado para execução em janeiro/2005, ou seja, R$ 42.462,45 (que inclui os honorários advocatícios de 10% majorados por esta Corte após apreciação de recurso). Contudo, esse valor só foi colocado à disposição do Juízo em setembro/2005, após expedição de mandado de penhora.

3. Em razão do que restou julgado no agravo de instrumento 2006.02.01.011013-4, entre janeiro e setembro/2005 deve ser aplicada tão-somente a correção monetária. Sob esse enfoque, os cálculos do contador que embasaram a sentença de extinção da execução, encontram-se em consonância com o determinado por este Tribunal. Contudo, esses mesmos cálculos não levaram em consideração a complementação do depósito judicial efetuado em agosto/2007, de R$ 4.147,22, motivo pelo qual merecem ser elaborados novos cálculos para poder se aferir se, de fato, existe crédito da CEF a ser restituído.

4. Por outro lado, os mesmos cálculos também deixaram de levar em conta os honorários de execução, fixados em 10% sobre o valor da condenação, decisão que não foi impugnada pela CEF.

5. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0522630-87.2001.4.02.5101 Número antigo: 2001.51.01.522630-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 11/04/2015 18:19
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
APELADO: P. P. DE S. L. E R. L.
APELADO: M. DE L. P. A.
APELADO: J. L. DE A.
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0522630-87.2001.4.02.5101 - 05ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. LEI 11.051/2004. APLICABILIDADE AOS PROCESSOS EM CURSO. INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. DESNECESSIDADE.

1. Apelação interposta pela União Federal/Fazenda Nacional contra sentença que pronunciou a prescrição intercorrente de execução fiscal.

2. A prescrição intercorrente, instituto de caráter processual, é aplicável a todas as execuções fiscais, inclusive aquelas que já se encontravam em curso quando da inclusão do referido instituto no art. 40,§4º da Lei 6.830/80 pela Lei 11.051/2004. (STJ, 1ª Turma, REsp 911637, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ 30.04.2007)

3. Na esteira do entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), é desnecessária a intimação da Fazenda Pública da suspensão da execução, bem como do ato de arquivamento, o qual decorre do transcurso do prazo de um ano de suspensão e é automático (STJ, 1ª Turma, AgRg no AREsp 192552, Rel. Min. BENEDITO GOLNÇALVES, DJE 05.30.2013, STJ, 2ª Turma,

AgRg no REsp 1479712, Rel.Min. HUMBERTO MARTINS, DJE 11.03.2015; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 201402010085422, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 25.11.2014).

4. Decisão de arquivamento da ação, sem baixa de distribuição, proferida em 15.10.2003. Decurso de mais de cinco anos sem qualquer movimentação processual. Não apresentação de elementos suficientes à retomada da cobrança do débito. Prescrição intercorrente reconhecida por sentença exarada em 20.09.2013, na forma do art. 40,§4º da Lei 6.830/80.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001102-35.2007.4.02.5104 Número antigo: 2007.51.04.001102-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 12:29
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: ALEXANDRE DE ALMEIDA RAMOS
ADVOGADO: SUELLEN DE ALMEIDA RAMOS VIANA
APELADO: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0001102-35.2007.4.02.5104 - 03ª Vara Federal de Volta Redonda
EMENTA

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE OCORRIDO EM RODOVIA FEDERAL. OMISSÃO DO ESTADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA NÃO CONFIGURADA. ART. 333, I DO CPC/73. DANO MATERIAL E MORAL NÃO CARACTERIZADOS. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. Recurso de apelação interposto contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido formulado em face do DNIT, que objetivava o pagamento de indenização por danos materiais e morais que seriam decorrentes de acidente automobilístico ocorrido na Rodovia Federal BR 393.

2. Alegou o demandante, em síntese, que trafegava na Rodovia Federal BR 393 conduzindo o seu veículo quando foi surpreendido por obstáculos, que estavam no local por falta de manutenção e fiscalização do DNIT. Sustentou que, temendo tratar-se de assalto, avançou sobre os objetos, e isso acarretou no veículo, que o impossibilitaram de prosseguir viagem.

3. A questão versa sobre responsabilidade civil do Estado decorrente de omissão, seara na qual não se pode deixar de levar em conta que existe divergência doutrinária sobre a sua natureza, se esta seria objetiva ou subjetiva.Diante de tal indefinição, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal vem se orientando no sentido de que a responsabilidade civil do Estado por omissão também está fundamentada no artigo 37, § 6º, da Constituição da República (CRFB), ou seja, configurado o nexo de causalidade entre o dano sofrido pelo particular e a omissão do Poder Público em impedir a sua ocorrência - quando tinha a obrigação legal específica de fazê-lo - surge a obrigação de indenizar, independentemente de prova da culpa na conduta administrativa, consoante os seguintes precedentes: STF, Tribunal Pleno, RE 841.526, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 1.8.2016; STF, 2ª Turma, RE 677.283 AgR, Rel. Min. GILMAR MENDES, DJe 8.5.2012; STF, 1ª Turma, ARE 754.778 AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 19.12.2013.

4. No que tange ao pedido de indenização por danos materiais e morais, a questão objeto da controvérsia foi corretamente solucionada pelo Juízo a quo, eis que, da análise dos autos, não se verifica a comprovação do prejuízo alegado. O dano material não se presume, deve ser provado para que exsurja o direito à indenização. Cabendo ao demandante demonstrar os fatos constitutivos do seu direito, nos termos do art. 333, I do Código de Processo Civil/73, quando ausentes quaisquer das hipóteses legais para sua inversão ou distribuição diversa.

5. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte do presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0002404-11.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.002404-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 13:32
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: GRACA MARIA MARTINS CAMARA
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002404-11.2007.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE. ANISTIADO POLÍTICO PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. LEI N.º 10.559/02. PAGAMENTO DE VALORES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCABÍVEL. BIS IN IDEM.

1. Apelação cível interposta contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido para condenar a UNIÃO FEDERAL ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 200.000,00, pelas torturas físicas que lhe foram infligidas durante o Regime Militar.

2. Na demanda, ajuizada em 13.2.2007, alegou a demandante, em síntese, que em razão de sua atuação política em defesa das instituições democráticas e contra o golpe militar de 1964, foi presa por agentes do DOPS/RJ e conduzida para o presídio feminino. Sustentou que sofreu torturas na prisão e apresenta sequelas psicológicas irreversíveis.

3. Segundo entendimento consolidado no E. Superior Tribunal de Justiça, a indenização a que se refere a Lei n° 10.559/02 visa a reparar apenas os danos materiais sofridos pelos anistiados políticos, não sendo óbice à concessão de indenização por danos morais que tenham sofrido em decorrência da mesma perseguição política geradora da prefalada reparação administrativa (art. 5º, V e X, da CF), pois distintos se revelam os fundamentos que amparam a cada uma dessas situações. Precedentes: STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp 680900, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJE 21.6.2016; STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1563216, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 14.12.2015.

4. Os danos morais configuram-se em razão do abalo psíquico sofrido pela recorrente, haja vista ter tido sua integridade física e mental ameaçadas durante o período de cárcere ilegítimo.

5. No caso dos autos, sopesando o evento danoso ¿¿ perseguição e prisão indevida ¿ e a sua repercussão na esfera dos ofendidos, entendo que o quantum indenizatório deva ser fixado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), eis que tal valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa.

6. Aplicação dos critérios de juros e correção monetária previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a contar da data de seu arbitramento em segunda instância (STF, RE 870.947, Rel. min. LUIZ FUX, DJE 27.4.2015; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0102693-52.2014.4.02.5053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016).

7. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0007476-51.2008.4.02.5001 Número antigo: 2008.50.01.007476-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 07/08/2015 17:58
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: AMINTAS NUNES REINHOLZ
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0007476-51.2008.4.02.5001 - 1ª Vara Federal de Execução Fiscal
EMENTA

APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PAGAMENTO INDEVIDO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MATÉRIA OBJETO DE RECURSO REPETITIVO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo (art. 543-C, do CPC/73), firmou o entendimento no sentido do não cabimento de execução fiscal para o ressarcimento ao erário de valores relativos a benefícios previdenciários pagos indevidamente (REsp 1.350.804, 1ª Seção, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 28.6.2013).

2. A inscrição em dívida ativa pressupõe a existência de certeza e liquidez do crédito, da qual, à evidência, não se revestem os valores supostamente oriundos de fraude contra a Previdência Social, cuja apuração depende de instrução probatória em processo de conhecimento, com as garantias do contraditório e da ampla defesa.

3. O ressarcimento das verbas em questão deve ser precedido de ação ordinária destinada à declaração do direito à repetição do indébito. Nesse sentido: TRF2, AC 0000311-51.2012.4.02.5117, 5ª Turma Especializada, E-DJF2R 03.8.2015; TRF2, AC 2009.50.05.000202-7, 5ª Turma Especializada, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 03.2.2015.

4. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0021701-67.2008.4.02.5101 Número antigo: 2008.51.01.021701-8 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 10:02
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
APELANTE: ANA LUCIA SOBRINHO TRINDADE
ADVOGADO: ELTON CACELLA VIEIRA

APELADO: MARCELA CARVALHO TRINDADE
ADVOGADO: TEREZINHA CELINA CANEDO ASSUMPCAO
Originário: 0021701-67.2008.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. SAQUES INDEVIDOS FGTS EM CONTA VINCULADA DE FALECIDO. LEI 6.858/80. DEPENDENTES. QUOTAS IGUAIS. DEVOLUÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA MANTIDA.

1. Apelações cíveis interpostas contra decisão que julgou procedente o pedido para condenar a CEF e outra ao pagamento de indenização por danos morais e materiais referente a valores de FGTS e Planos Econômicos pagos indevidamente a terceiros, bem como custas e honorários em 10% da condenação.

2. Na origem, a demandante ingressou com ação ordinária objetivando a condenação das apelantes ao pagamento de indenização por danos morais, bem como a pagar-lhe a quantia de R$ 5.398,68, referente aos valores do FGTS e dos Planos Econômicos pagos indevidamente a terceiros.

3. Ocorreram três saques na conta vinculada do falecido. Considerando que a demandante era dependente do falecido, não restam dúvidas que os saques foram realizados de maneira irregular, violando o art. 1º, da Lei 6.858/80, que dispõe que o rateio em de saldo em contas de FGTS deve ser feitos em quotas iguais aos dependentes habilitados. Quem recebeu indevidamente os valores, portanto, tem o dever de restituir o que recebeu em desacordo com a lei.

4. No que tange à responsabilidade civil da CEF, registre-se que o art. 3º, § 2º do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que consagra a responsabilidade objetiva, incluiu expressamente a atividade bancária no conceito de serviço (Súmula nº 297/STJ). Restaram suficientemente provados nos autos, de forma inconteste, os elementos ensejadores da responsabilidade civil objetiva, a saber: a ocorrência de dano (saque indevido), a conduta da CEF (permissão do saque indevidamente) e a demonstração do nexo de causalidade.

5. No que diz respeito à condenação em honorários advocatícios nas ações envolvendo FGTS, tal questão restou superada, eis que, na ADI 2736, o STF declarou a inconstitucionalidade do art. 29-C, da Lei 8.036/90.

6. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
19 - 0002145-18.2009.4.02.5110 Número antigo: 2009.51.10.002145-2 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 21/04/2015 17:40
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: FERNANDA VICENTE DA SILVA CRUZ HENRIQUE
APELADO: CAROLINE VICENTE DA SILVA CRUZ
APELADO: CRISTINA MARIA VICENTE DA SILVA CRUZ
ADVOGADO: KARINA MAGALHAES BRAGA
Originário: 0002145-18.2009.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA. LICENÇAS-PRÊMIO NÃO GOZADAS. ÓBITO DO SERVIDOR. DEPENDENTES. CONVERSÃO EM PECÚNIA.

1. Ação ordinária. Exordial narra que as demandantes são pensionistas de policial rodoviário federal, falecido em 27.11.2002. Pretende-se a condenação da União ao pagamento do valor devido referente a licenças-prêmio não gozadas, em pecúnia, acrescido de juros e correção monetária, além das custas e honorários advocatícios. Sentença que julga procedente o pedido. Apelação da União e apelação adesiva das demandantes.

2. Conforme expressamente previsto pelo art. 87, da Lei 8.112/90 e art. 7°, da Lei 9.527/97, a intenção do legislador foi resguardar o direito do servidor público que não usufruiu dos períodos de licenças-prêmio quando em atividade e, em caso de falecimento do servidor cujos períodos não foram usufruídos para contagem em dobro, deve-se converter em pecúnia, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito da União Federal. Nesse sentido já se manifestou o STF, ao dispor que "as licenças-prêmio, bem como outros direitos de natureza remuneratória, não gozadas por aqueles que não mais podem delas usufruir, seja por conta do rompimento do vínculo com a Administração, seja pela inatividade, deverão ser convertidas em indenização pecuniária, tendo em vista a vedação do enriquecimento sem causa pela Administração" (STF, 1ª Turma, ARE 833.590, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 10.11.2014).

3. Alegação do ente público de que o pagamento das parcelas reconhecidamente devidas na via administrativa deve aguardar a devida dotação orçamentária. Transcurso de tempo suficiente para que tomasse as providências necessárias para o pagamento da dívida. Quitação do débito por meio da expedição de precatório, observados os preceitos inerentes ao art. 100, da Constituição Federal, que garante à Administração Pública a disponibilidade orçamentária para pagamento.

4. Em Recurso Especial representativo de controvérsia, a 1ª Seção do STJ consignou que nas demandas em que restar vencida a Fazenda Pública, "a fixação dos honorários não está adstrita aos limites percentuais de 10% e 20%, podendo ser adotada como base de cálculo o valor dado à causa ou à condenação, nos termos do art. 20, §4º, do CPC/73, ou mesmo um valor fixo, segundo critério de equidade" (STJ, REsp 1.155.125, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 6.4.2010). No entanto, tratando-se de causa de pouca complexidade, deve ser mantido o percentual de 5% sobre o valor da condenação, fixado monocraticamente.

5. Em relação à relação à correção monetária, a partir de 30.6.2009, aplicam-se os percentuais dos índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, em virtude da decisão do STF no RE 870.947, de relatoria do Ministro Luiz Fux, que, ao reconhecer a existência de repercussão geral sobre o tema, embora pendente de julgamento final, consignou que na parte em que rege a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, o art. 1º -F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, continua em pleno vigor.

6. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0002222-54.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.002222-4 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: MARCIO LACS
APELANTE: DEBORA LACS SICHEL
ADVOGADO: DEBORA LACS SICHEL
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0002222-54.2009.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade e erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 05.3.2013.

3. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos declaratórios, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

4 - 0002581-74.2009.4.02.5110 Número antigo: 2009.51.10.002581-0 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2016.7404.006825-0

Distribuição por Prevenção - 10/08/2015 17:55

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LIANE ARAUJO GARCIA

APELADO: PUBLIC SOUND PECAS E ACESSORIOS

APELADO: ALEXANDRE PEREIRA GODOY

APELADO: CRISTIANE PAULA DE SOUZA

ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0002581-74.2009.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS ENUMERADOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. AÇÃO MONITÓRIA . AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. ART. 267, I E IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (CPC/73).

1. Embargos de declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. Nesse sentido, precedentes desta E. Corte: 4ª Turma Especializada, AC 201251010456326, Rel. Des. Fed. GUILHERME COUTO, E-DJF2R 13.6.2014; 3ª Turma Especializada, AC 2002.5110.006549-7, Rel. Des. Fed. SALETE MACCALÓZ, E-DJF2R 5.3.2013.

3. A simples afirmação do recorrente de se tratar de aclaratórios com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a inconformidade integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não à mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos ou dispositivos legais outros. Nesse sentido: STJ, 2ª Turma, EDcl no REsp 1.404.624, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJE 7.3.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 200951010151097, Rel. Des. Fed. MARCUS ABRAHAM, E-DJF2R 10.4.2014.

4. Embargos de declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos

declaratórios, na forma do relatório e voto do Relator, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0013194-83.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.013194-3 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 03/05/2015 13:33
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: LINDA TAYAH DE MELO
ADVOGADO: JOSE PERICLES COUTO ALVES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0013194-83.2009.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. PERSEGUIÇÃO POLÍTICA E TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR. IMPRESCRITIBILIDADE. ANISTIADO POLÍTICO PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. LEI N.º 10.559/02. PAGAMENTO DE VALORES. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INCABÍVEL. BIS IN IDEM.

1. Apelação cível interposta contra sentença proferida em ação ordinária, que julgou improcedente o pedido para condenar a UNIÃO FEDERAL ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 100.000,00, pelas torturas físicas que lhe foram infligidas nas prisões da Ditadura Militar.

2. Na demanda, ajuizada em 12.6.2009, alegou a demandante, em síntese, que em razão de sua atuação política em defesa das instituições democráticas e contra o golpe militar de 1964, veio a ser presa em três ocasiões: em 20/12/1969, no Batalhão de Guardas da Vila Militar; em março de 1970, no Quartel Militar da Rua Barão de Mesquita, e em 05/12/1971, pela então OBAN ¿ Operação Bandeirantes, em São Paulo.

3. No que tange à prescrição, é pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é imprescritível a ação em que se pleiteia indenização por danos ocorridos durante o Regime Militar." (STJ, AgRg no REsp 1479984/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 11/05/2016).

4. Segundo entendimento consolidado no E. Superior Tribunal de Justiça, a indenização a que se refere a Lei n° 10.559/02 visa a reparar apenas os danos materiais sofridos pelos anistiados políticos, não sendo óbice à concessão de indenização por danos morais que tenham sofrido em decorrência da mesma perseguição política geradora da prefalada reparação administrativa (art. 5º, V e X, da CF), pois distintos se revelam os fundamentos que amparam a cada uma dessas situações. Precedentes: STJ, 1ª Turma, AgInt no AREsp 680900, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJE 21.6.2016; STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1563216, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 14.12.2015.

5. Os danos morais configuram-se em razão do abalo psíquico sofrido pela recorrente, haja vista ter tido sua integridade física e mental ameaçadas durante o período de cárcere ilegítimo.

6. No caso dos autos, sopesando o evento danoso ¿¿ perseguição e prisão indevida ¿ e a sua repercussão na esfera dos ofendidos, entendo que o quantum indenizatório deva ser fixado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), eis que tal valor efetivamente concilia a pretensão compensatória, com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa.

7. Aplicação dos critérios de juros e correção monetária previstos no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, a contar da data de seu arbitramento em segunda instância (STF, RE 870.947, Rel. min. LUIZ FUX, DJE 27.4.2015; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 0102693-52.2014.4.02.5053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016).

8. Apelação provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto, constantes dos autos, que passam a integrar o julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0013196-53.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.013196-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 25/05/2015 11:03
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LETICIA MARQUES DO NASCIMENTO
APELADO: LOUBA ZARNOUVIECKI
APELADO: DVORA BRODSKI TRAJMAN
APELADO: DAVID BROCKY
ADVOGADO: BRUNO BROCKY
Originário: 0013196-53.2009.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AÇÃO RENOVATÓRIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO. CEF. LAUDO PERICIAL QUE DEVE SER PRESTIGIADO. MÉTODO COMPARATIVO DE PREÇOS DE MERCADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

1. Ação renovatória de contrato de locação pelo prazo de 60 (sessenta) meses ajuizada pela CEF. Pleiteia a fixação do aluguel mensal no importe de R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais) e reajuste anual pela variação do IGP-M/FGV, mantidas as demais cláusulas contratuais. Sentença julga parcialmente procedente o pedido para declarar renovado o contrato de locação e fixar o aluguel em R$ 98.667,00 (noventa e oito mil seiscentos e sessenta e sete reais), com reajuste anual pelo IGP-M/FGV, com base no laudo pericial. Apelação da CEF visando à redução do valor.

2. O laudo pericial foi elaborado por expert capacitado (engenheiro) e teve por fim determinar o valor de mercado do imóvel objeto da demanda e, por conseguinte, o justo valor a título de locação. O perito avaliou o imóvel por meio do método comparativo de preços de mercado, "com base em pesquisa de preços de alugueis de imóveis similares em Ipanema ou locais de mesmas características socioeconômicas". Todos os quesitos formulados pelos demandantes foram respondidos a contento, sendo tardia a insatisfação da CEF com o resultado da perícia, eis que sequer apontou assistente técnico para acompanhar os trabalhos periciais e, instada a se manifestar sobre as conclusões do perito, quedou-se inerte. Precedentes desta Corte: TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00020588920094025101, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, E-DJF2R 14.10.2014; TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 00005195220094025113, Rel. Juiz Fed. Conv. ANTÔNIO HENRIQUE CORRÊA DA SILVA, E-DJF2R 17.12.2013.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0004248-88.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.004248-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:37
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: JEFFERSON CARLOS DA SILVA
ADVOGADO: PAULO CESAR DE SOUZA SOARES
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ADRIANA MARIA DE ALMEIDA MEIRELLES
APELADO: JORGE PECANHA DE AZEVEDO FILHO
ADVOGADO: PAULO AFONSO ALVES DA SILVA

Originário: 0004248-88.2010.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

RESPONSABILIDADE CIVIL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). IMÓVEL NEGOCIADO COM TERCEIRO DE BOA-FÉ. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO.

1. Apelação em face de sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro que, ao julgar parcialmente procedente o pedido, condenou a CEF ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00, corrigidos monetariamente desde a data da sentença até o efetivo pagamento, acrescidos de juros de 1% também a partir da data de sentença. Na origem, a demanda foi proposta objetivando: (a) o reconhecimento da relação jurídica entre o demandante e a CEF, com a finalidade de cumprimento do contrato de financiamento celebrado para a aquisição do imóvel objeto da lide; (b) a declaração de nulidade do contrato de compra e venda entre a CEF e o segundo réu que adquiriu o imóvel no 2º leilão e (c) indenização por danos morais.

2. Em razões de recurso, o apelante insurge-se contra o valor fixado a título de danos morais.

3. Na espécie, configurado o evento danoso, qual seja, a demora excessiva na movimentação e encaminhamento do processo de financiamento, que culminou na perda da aquisição do imóvel objeto da lide por parte do demandante, fato que caracteriza falha da prestação do serviço por parte da CEF, o quantum indenizatório deve ser equivalente ao valor da operação que deixou de ser efetivada, ou seja, R$ 23.000,00, valor este capaz de conciliar a pretensão compensatória, pedagógica e punitiva da indenização do dano moral com o princípio da vedação do enriquecimento sem causa, motivo pelo qual deve a sentença ser reformada, nesse ponto.

4. Em recente julgamento, a 5ª Turma Especializada, com o propósito de observar a proporcionalidade entre o valor da condenação principal e da acessória, reconheceu que os danos morais terão a fixação do valor de indenização, da correção monetária, assim como dos juros de mora, a contar da data do arbitramento (cf. TRF2, 5ª Turma Especializada, AC 01026935220144025053, Rel. Juiz Fed. Conv. JULIO EMILIO ABRANCHES MANSUR, E-DJF2R 2.12.2016).

5. Apelação parcialmente provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0005174-98.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.005174-0 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 17/05/2015 12:10
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA
ADVOGADO: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA
APELANTE: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: ROBERTO CARDOSO PONTES DE MIRANDA FILHO
APELADO: OS MESMOS
APELADO: NADIA FERNANDES FORTE
ADVOGADO: JANE POSSIMOZER SANDRE
Originário: 0005174-98.2012.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA À SAÚDE. CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A CAARJ E A UNIMED-RIO. LEGITIMIDADE PASSIVA DE AMBAS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.

1. Apelações cíveis interpostas contra a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a CAARJ e a Unimed-Rio à procederem ao reembolso das despesas médicas, bem como ao pagamento de indenização por danos morais.

2. Relação de consumo entre a demandante e a CAARJ e Unimed-Rio, diante do convênio firmado para a ampliação do atendimento de assistência à saúde. Reconhecimento da responsabilidade solidária entre

CAARJ e Unimed-Rio. Nesse sentido: TRF2, 8ª Turma Especializada, AC 200451010191723, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, E-DJF2R 7.10.2010.

3. A jurisprudência do STJ vem reconhecendo o direito ao ressarcimento dos danos morais advindos da injusta recusa de cobertura de seguro saúde, pois tal fato agrava a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado, uma vez que, ao pedir a autorização da seguradora, já se encontra em condição de dor, de abalo psicológico e com a saúde debilitada. (STJ, 3ª Turma, REsp 1.411.293, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJE 12.12.2013; STJ, 3ª Turma, AgRg no AREsp 148.113, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJE 29.6.2012).

4. Embora a indenização não possa reparar, de fato, todos os danos causados à vítima, e não haja critérios objetivos para fixação dos valores, é possível estipular certos parâmetros, devendo ser fixada de modo proporcional, considerando a extensão do dano, a situação econômica das partes, e a fim de que cumpra a função pedagógica e de reprovabilidade da conduta do agente, não se demonstrando inexpressiva, ou que resulte em enriquecimento sem causa. O valor da condenação fixada pelo Juízo a quo em face da Unimed-Rio e da CAARJ deve ser mantida, porquanto é capaz de cumprir a função pedagógica da reparação e encontra-se em conformidade com situações equânimes submetidas a julgamento. (TJRJ, 1ª Turma Recursal, RI 00453031020118190014, Rel. Juiz de Direito ANTONIO AURELIO ABI-RAMIA DUARTE, DJE 2.8.2013).

5. Apelações não providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento às apelações, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0004121-68.2008.4.02.5151 Número antigo: 2008.51.51.004121-5 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 14/04/2015 17:08
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
APELANTE: FNC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO
APELADO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR: Procurador da Fazenda Nacional
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO
Originário: 0004121-68.2008.4.02.5151 - 02ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TAXA DE OCUPAÇÃO DE TERRENO DE MARINHA. PRESCRIÇÃO/DECADÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Trata-se de apelação interposta em face de sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado nos embargos à execução, para (1) declarar prescrita a pretensão da União no tocante à taxa de ocupação dos anos de 1995 a 1998 (fls. 4/7 da execução); (2) declarar extintos, por pagamento efetuado após o ajuizamento da ação executiva, os créditos referentes às competências de 2001 a 2004 (fls. 10/13 da execução); e (3) determinar o prosseguimento execução quanto aos créditos referente a 1999 e 2000 (fls. 8/9 da execução).

2. Decadência não se consumou e somente ocorreria em 30.7.2009 e 30.6.2010. Tempestivo o lançamento dos créditos referentes a 1999 e 2000, em setembro de 2005. Execução fiscal ajuizada em março de 2007. Crédito exigível. Conforme asseverado na sentença recorrida ¿A decadência em questão refere-se ao direito da Fazenda Pública de lançar o credito, mas antes do advento da Lei nº 9.821/99 sequer existia tal direito ¿ que no caso também é um dever -, isto é, não havia previsão legal de lançamento dessa modalidade de crédito. È claro que se a Fazenda já tivesse, antes disso, o direito de laçar a taxa de ocupação, a instituição de um prazo decadencial até então inexistente implicaria, para fatos já ocorridos, a contagem desse prazo somente a parir de nova lei. No caso, contudo, a Lei nº 9.821/99, dando nova redação ao art. 47 da Lei nº 9.636/98, instituiu não só o prazo decadencial, mas também o próprio direito potestativo, qual seja, o direito-dever de efetuar o lançamento. Assim, a decadência só se aplica a

competências posteriores a 24/8/1999. Antes dessa data, só pode haver prescrição, com prazo quinquenal, tal como decidido no já examinado REsp 847099 (rel. Min. Denise Arruda), proferido pela mesma 1ª Turma do STJ, em 21/10/2008, mas de um ano depois do julgado invocado pela embargante, inclusive com o voto favorável do Min. Albino Zavascki, relator do acórdão anterior. No caso concreto, portanto, foram fulminados pela prescrição, atualmente passível de declaração judicial de ofício (CPC, art. 219, 5º), os créditos referentes aos anos de 1995 a 1998, tendo em vista que o quinquídio fluiu a partir das datas de vencimento, e o ajuizamento da execução fiscal ocorreu apenas em março de 2007. Quanto às taxas de ocupação de 1999 e 2000, a Administração dispunha de cinco anos para constituir o crédito, a partir do ¿conhecimento por iniciativa da União ou por solicitação do interessado das circunstâncias e fatos que caracterizam a hipótese de incidência da receita patrimonial¿ (art. 47, §1º, da Lei nº 9.636/98), isto é, a partir do vencimento, à ausência de registro de conhecimento tardio dos fatos caracterizadores da hipótese de incidência (cf. proc. Adm. ¿ fls. 77/100). Ora, tendo em vista as datas de vencimento, 30/6/1999 e 30/6/2000 (fls. 71/72), a Administração decairia do direito de constituir esses créditos, respectivamente, em 30/7/2004 e 30/6/2005. Ocorre que, antes desses prazos expirarem, foram eles ampliados para dez anos pela Lei nº 10.852/04, publicada em 30/3/2004, que deu nova redação ao art. 47 da Lei nº 9.636/98, com vigência a partir da publicação. Segundo as regras de direito intertemporal aplicáveis à decadência ¿ e aqui se pode aplicá-las perfeitamente, porque o direito potestativo (de efetuar o lançamento) é pré-existente ¿ se a lei prevê um prazo maior que o anterior, aplica-se a lei nova aos prazos em curso na data da sua entrada em vigor, sem desprezar o prazo transcorrido (cf., nesse sentido, TRF2, AC 200551050010720, Rel. Des. Fed. Paulo Barata, julg. 4/11/2008, DJ 14/11/2008, p. 141)¿. Precedentes: STJ, 1ª Turma, REsp 1133696, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe 17.12.2010; TRF5, 1ª Turma, AC 200383000204883, Rel. Des. Fed. FRANCISCO CAVALCANTI, DJe 23.5.2013.

3. Apelação não provida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à Apelação, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA

Juíza Federal Convocada

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0005523-79.2009.4.02.5110 Número antigo: 2009.51.10.005523-1 (PROCESSO FÍSICO)(Embargos de declaração) 2015.7404.001288-3

Distribuição por Migração de Sistema - 23/04/2015 13:43

Gabinete 15

Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO

APELANTE: FERNANDO EPHRAIM DE MARINS

ADVOGADO: RAFAEL RIBEIRO BRAGA

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: OS MESMOS

REMETENTE: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL DE SAO JOAO DE MERITI-RJ

Originário: 0005523-79.2009.4.02.5110 - 03ª Vara Federal de São João de Meriti

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. ERRO MATERIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES.

1. Embargos de Declaração. Recurso cabível nos casos de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, tendo como finalidade esclarecer, completar e aperfeiçoar as decisões judiciais, prestando-se a corrigir distorções do ato judicial que podem comprometer sua utilidade.

2. A divergência subjetiva da parte, resultante de sua própria interpretação jurídica, não justifica a utilização dos embargos declaratórios. Se assim o entender, a parte deve manejar o remédio jurídico próprio de impugnação. (STF, 1ª Turma, ACO 2477 AgR-ED-ED-ED, Rel. Min. LUIZ FUX, DJE 15.04.2016).

3. Embargos de Declaração não providos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do relatório e do voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada
,

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0020930-27.2012.4.02.0000 Número antigo: 2012.00.00.020930-7 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição por Migração de Sistema - 01/06/2015 17:20
Gabinete 15
Magistrado(a) RICARDO PERLINGEIRO
AGRAVANTE: ALFONSO SPADACCINO
ADVOGADO: EDUARDO FERNANDO CHAVES
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES
Originário: 0077977-41.1996.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. CADERNETA DE POUPANÇA. EXPURGOS REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO/89 (42,72%). CÁLCULO DA CONTADORIA EM CONSONÂNCIA COM O TÍTULO EXECUTIVO.

1. Agravo de Instrumento em face da decisão que: (a) determinou a expedição de alvará dos valores depositados; (b) fixou julho/2009 como a data-base do cálculo (data de realização do depósito pela CEF, de modo a verificar a existência de resíduo pendente de pagamento) e (c) quanto aos expurgos, determinou como critério de atualização do FGTS aquele vigente à época dos fatos, qual seja, a TR, ao fundamento de que a inclusão de novos expurgos que não o de janeiro/1989 dependeria de título judicial nesse sentido, o que inexiste nos autos.

2. Embora tenha mencionado que devem ser observados os critérios de atualização do FGTS, e não da caderneta de poupança, fato é que a decisão agravada considerou corretos os cálculos elaborados pela contadoria que obedeceu os critérios utilizados para aferição das diferenças devidas a título de expurgos de caderneta de poupança, com atualização do saldo base até a data em que a CEF depositou em juízo os valores que considerou devidos. Cumpre consignar que os juros moratórios devem ser aplicados até a data do efetivo pagamento que, no caso em apreço, ocorreu em julho/2009, motivo pelo qual a partir dessa data deve incidir apenas a correção monetária. Correto, portanto, o critério utilizado pela contadoria.

3. Quanto à irresignação do agravante no que tange aos índices utilizados para se aferir a correção monetária, nesse ponto, se pode aferir pela memória dos cálculos elaborados pela contadoria que para coeficiente de atualização (índice de correção monetária) foram levados em consideração o índice de correção de poupança para o dia 1º acrescido dos juros remuneratórios de 0,5% ao mês, sendo critério compatível com o que fora decidido nos autos. Contudo, em relação à correção monetária das diferenças apuradas entre o período em que realizado o depósito (julho/2009) até a data de elaboração dos cálculos (agosto/2011), também encontram-se compatíveis os índices aplicados pela contadoria.

4. A decisão agravada também se encontra adequada no que diz respeito ao indeferimento da pretensão de inclusão de expurgos inflacionários referentes aos Planos Collor I e II, porquanto na demanda originária a pretensão deduzida limitava-se ao expurgo relativo ao mês de janeiro/89.

5. Agravo de instrumento não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que passam a integrar o presente julgado.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA
Juíza Federal Convocada

SUBSECRETARIA DA 6a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000208

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0005255-82.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.005255-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 20/05/2016 12:50
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: SYLVIA DE SIQUEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: ISAIAS ALVES DE MENEZES
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0004365-84.2007.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: SYLVIA DE SIQUEIRA DOS SANTOS
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
D E C I S Ã O

SYLVIA DE SIQUEIRA DOS SANTOS agrava_ da decisão_ que, à vista do pagamento, indeferiu a remessa dos autos ao contador e extinguiu a execução de parcelas em atraso de pensão por morte.

Alega que, ao apresentar o valor exequendo, deixou de aplicar juros e correção monetária, e o pagamento foi feito sem a devida atualização. Daí deverem os autos ser remetidos à Contadoria do Juízo, para proceder à correção do débito. A Administração Pública detém os dados necessários à elaboração dos cálculos, impondo-se a inversão da regra geral do CPC, que atribuiu ao credor o ônus da apresentação da planilha de cálculos, evitando o prolongamento da lide.

Apresentadas as contrarrazões_, o Procurador Regional André Barbeitas não quis opinar_.

DECIDO.

Não conheço do agravo da sentença de 27/4/2016, do Juiz Federal Theophilo Antonio Miguel Filho que, à vista do pagamento, extinguiu a execução de parcelas em atraso de pensão por morte, nos seguintes termos:

Fl. 288: Indefiro o pedido de remessa dos autos ao Contador Judicial para apuração de eventuais diferenças não abrangidas pela primeira execução, diante da decisão já proferida à fl. 266, confirmada pelo TRF da 2ª Região em sede de agravo de instrumento.

De um lado, é certo que o Poder Judiciário deve zelar pelo fiel cumprimento de suas decisões, evitando o enriquecimento sem causa do credor ou do devedor.

Por outro lado, na forma dos artigos 475-B e 614, II, do CPC de 1973, é ônus do credor apresentar a memória discriminada e atualizada dos cálculos com os valores que entende devidos, mesmo que sua elaboração dependa de informações a serem previamente prestadas pela Administração Pública.

O momento oportuno para a fixação do quantum debeatur é a liquidação do julgado. No caso concreto, ultrapassada a fase de liquidação, teve início o cumprimento da sentença, tendo sido citada a União na forma do art. 730 do CPC de 1973 e expedidos os requisitórios correspondentes - que, como afirmado à fl. 288, já foram pagos.

Operou-se, pois, a preclusão consumativa, sendo vedado à autora, no presente momento, promover nova liquidação do julgado, sob o argumento da existência de diferenças previstas no título executivo e não incluídas, por equívoco, na primeira conta de liquidação. Do contrário, há o risco de se eternizar a fase de cumprimento de sentença, com evidente prejuízo à segurança jurídica.

Nesse sentido, destaco os seguintes julgados, aplicáveis à hipótese, mutatis mutandis:[...]_

Considerando que já houve o pagamento, exauriu-se a fase de cumprimento de sentença. Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

O decisum agravado não tem natureza de decisão interlocutória que, a teor do art. 203, §§ 1º e 2º, do CPC/1973_, é todo pronunciamento judicial que não ponha fim à fase cognitiva, ou não extinga a execução; do contrário, estaremos diante de sentença, sendo este o caso dos autos. O ato jurisdicional em questão, independente da forma de que se revestiu, pôs termo à marcha processual e, por conseguinte, é sentença atacável pelo recurso de apelação (art. 1.009, do CPC/2015_).

É bem verdade que o CPC/2015, no art. 924, inciso II_, preconiza, expressamente, a extinção da execução quando o devedor satisfaz a obrigação. O artigo 925_, a sua vez, estabelece que a extinção só

produz efeito quando declarada por sentença. A despeito de a "decisão" não fazer menção a qualquer dos artigos, não resta dúvida de que a natureza processual desse ato é sentença, diante da consequência jurídica advinda do seu comando, qual seja, a extinção do processo, com baixa na distribuição e arquivamento dos autos. Portanto, o recurso cabível para atacá-lo é a apelação, e não o agravo de instrumento.

Este Tribunal já havia pacificado o entendimento de que a determinação para arquivamento dos autos com baixa na distribuição equivale à extinção e devia ser atacada por recurso de apelação_e_, mas impõe afastar-se o juízo negativo de admissibilidade de recurso erroneamente interposto, à luz dos princípios da fungibilidade, e da primazia da resolução do mérito, consagrados no art. 4º do CPC/2015_, que dá preferência à solução de mérito (e à produção do resultado satisfativo do direito) sobrepondo-se ao reconhecimento de nulidades ou outros obstáculos à produção do resultado esperado no processo civil_.

No caso, porém, a coisa julgada impede a resolução do mérito do recurso, tornando inócua sua admissão, o que obsta, de todo modo, a aplicação daqueles princípios, e impõe o não conhecimento deste agravo. Vejamos.

Em retrospecto, na execução de parcelas em atraso de pensão por morte, a exequente apresentou seus cálculos, baseados na planilha fornecida pelo Comando da Aeronáutica_, e, diante da anuência da União, foram expedidos os requisitórios, no valor de R$ 180 mil, referente ao principal, e de R$ 9 mil_, referente aos honorários.

Em seguida, aberta vista para conferência, a exequente sinalizou que os valores por ela apresentados - e que deram início à execução - não haviam sido atualizados; assim, pediu nova citação da União, juntando planilha com incidência de juros e correção, no valor total de R$ 204 mil_. O Juízo indeferiu o pedido e, interposto agravo nº 2013.02.01.006908-4, o Des. Fed. Guilherme Couto negou seguimento, com esses principais fundamentos:

[...]O MM. Juiz indeferiu o pedido de nova citação da União Federal, sob o fundamento de que a ré já havia sido citada para pagar a quantia de R$ 180.460,88 (cento e oitenta mil, quatrocentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos), a qual foi apurada pelo órgão pagador e teve a concordância de ambas as partes.

A perspectiva está correta. De fato, a exeqüente/agravante deflagrou o processo de execução com base nos valores apurados pelo órgão pagador, tendo havido concordância da União, com a conseqüente expedição dos requisitórios (cf. fls. 24/29). Destarte, não cabe mudar o pleito executório com nova citação, sem a concordância do réu.

Em tese, até se poderia - no máximo - admitir novo processo de execução, apenas para executar diferenças claras e resultantes do título, não abrangidas claramente na primeira execução.[...]

Noticiado o depósito dos valores_, a exequente pediu a remessa dos autos ao Contador, para fazer incidir juros e correção no montante já pago, o que foi obstado pela decisão agravada que, à vista do pagamento, extinguiu a execução, em 27/4/2016.

Neste cenário, não se justifica ultrapassar o juízo de admissibilidade do recurso, diante da impossibilidade de resolução do mérito, pois a pretensão de proceder à atualização dos valores encontra óbice na coisa julgada, vez que a decisão proferida no AG nº 2013.02.01.006908-4, transitada em julgado em 16/7/2013_, determinou que as diferenças relativas a juros e correção fossem pleiteadas em nova execução, o que impede, nestes autos, a renovação do pedido.

Pelo exposto, não conheço do agravo de instrumento.

Preclusa esta decisão, dê-se baixa na distribuição e remetam-se os autos à vara de origem.

RETIRE-SE DA PAUTA DE JULGAMENTO DE 8/3/2017.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0006958-48.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006958-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 04/07/2016 18:25

Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO

AGRAVANTE: RAFAELA FINTELMAN RODRIGUES

ADVOGADO: BERNARDO BRANDAO COSTA

ADVOGADO: LUCIANA PEIXOTO FREITAS VELLOSO BAHIA

AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0017576-75.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: RAFAELA FINTELMAN RODRIGUES

AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

D E C I S Ã O

Retire-se o processo da pauta de julgamentos de 8/3/2017.

RAFAELA FINTELMAN, 16ª colocada no concurso público da UFRJ para o cargo de Fisioterapeuta, fora das 3 vagas oferecidas pelo Edital nº 70, de 31/3/2014, agrava_ da decisão_ que, em 7/6/2016, lhe negou compelir a Universidade a apresentar documento oficial com o quantitativo total de cargos de fisioterapeuta, vagos e preenchidos, e outro com o número de aposentadorias e exonerações no último ano_.

Esclarece que, preterida em ocupar a vaga, possui direito à nomeação, pois a instituição de ensino, violando art. 37, IX, da Constituição_, insiste em contratar fisioterapeutas temporários, em número que ultrapassa a sua classificação. Também trabalha como funcionária extraquadro da UFRJ, desde 1/3/2013, tendo sido preceptora dos alunos da universidade na UTI Neonatal da Maternidade Escola. "Ou seja, [...] serve como contratada, mas não para ser servidora". O TCU auditou o Hospital Universitário Clementino Fraga da UFRJ, constando "um total de 3250 funcionários, dos quais 2.378 são estatutários, 710 são extra quadros e 161 terceirizados". O MPF ajuizou a ACP nº 0022686-60.2013.4.02.5101_, objetivando eliminar a contratação de temporários e a redução na qualidade dos serviços prestados à população. Está privada do exercício do cargo, do recebimento de remuneração e da contagem do tempo de serviço.

Alega fazer jus à exibição do quantitativo de cargos de Fisioterapeuta, vagos e preenchidos, e de aposentadorias e exonerações no último ano, pois um dos fundamentos utilizados pelo Juízo para indeferir a antecipação tutelar foi, justamente, a não comprovação da existência de vagas para provimento efetivo.

Houve cerceamento de defesa, pois, como não possui o quantitativo de vagas para provimento efetivo, não poderia tal informação com a petição inicial. O ônus da prova deve ser atribuído à parte com maior aptidão para produzi-la, a teor do art. 373, § 1º, do CPC/2015_, que deve ser interpretado em conjunto com o art. 434 do CPC/2015_. Todos os sujeitos processuais devem cooperar entre si, a fim de que seja obtida uma decisão de mérito justa, nos termos do art. 373, § 3º, do CPC/2015_.

Em 25/5/2016, esta Turma, sob a relatoria do Juiz Federal Convocado Antônio Henrique Corrêa, desproveu o AG 2016.00.00.002777-6, negando à candidata a nomeação e posse antecipada da candidata no cargo Fisioterapeuta da UFRJ.

A UFRJ ofereceu contrarrazões, às fls. 185/188.

O Procurador Regional João Ricardo Ferrari não opinou_.

DECIDO.

O Juiz Federal Guilherme Corrêa, em 26/10/2015, convertendo o julgamento em diligências, reconsiderou a decisão agravada, com estes fundamentos:

Objetiva a parte autora, através da presente demanda, que lhe seja assegurada a nomeação e posse no cargo de Fisioterapeuta da UFRJ, ao argumento de ter restado aprovada no certame realizado nos termos do Edital nº 70 de 31 de março de 2014, na 16ª posição.

Para tanto, salienta que, não obstante tenha logrado colocação fora do número de vagas previstas no Edital, a Administração Pública vem se valendo de mão de obra terceirizada para o exercício do cargo efetivo almejado, gerando o seu direito subjetivo à nomeação.

Conforme sabido, a mera contratação de terceirizados não é suficiente para caracterizar a situação de preterição em virtude de contratações temporárias, sendo necessário, dentre outros, a demonstração da existência de cargos efetivos vagos.

Sendo assim, DEFIRO o pedido formulado a fls. 307/308, para determinar a intimação da parte ré (UFRJ), para que traga aos autos documento oficial apto a indicar o quantitativo total de cargos vagos de Fisioterapeuta na referida autarquia, assim como o quantitativo de aposentadorias e exonerações no período de validade do concurso, referente ao mesmo cargo. Prazo: 30 (trinta) dias.

Com a vinda da documentação, dê-se vista à parte autora, por 10 (dez) dias. Nada sendo requerido, voltem os autos conclusos para sentença.

À ausência de interesse de agir no julgamento deste recurso, pela superveniente perda de objeto, declaro prejudicado o agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, e do art. 44, § 1º, I, do RI desta Corte.

Preclusa esta decisão, dê-se baixa na distribuição (art. 6º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00006, de 14/3/2014_).

P.I.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0007817-64.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007817-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 25/07/2016 16:17
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: ANTONIO MARTINS DA SILVA
AGRAVANTE: EDGARD DE TOLEDO SIQUEIRA CAMPOS
AGRAVANTE: IRAD DE MORAES
AGRAVANTE: SALMITO DE ALMEIDA ALVES
AGRAVANTE: SILVIO CARLOS DE ARAUJO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
RÉU: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0081721-43.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: ANTONIO MARTINS DA SILVA E OUTROS
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
D E C I S Ã O

Antonio Martins da Silva e Outros agravam_ da decisão_ que, em execução de título formado no Mandado de Segurança Coletivo 2009.51.01.002254-6, impetrado pela Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAPIBGE, determinou a eles, exequentes associados, comprovar filiação à entidade de classe à época da impetração e do acórdão que transitou em julgado, determinando o pagamento aos substituídos da gratificação pleiteada - GDIBGE – na mesma proporção que é paga aos servidores em atividade.

Alegam que em Mandado de Segurança Coletivo a associação age como substituta processual, sendo inaplicável o precedente invocado pelo decisão agravada (RE nº 573.232). Ademais, Juízo da 24ª Vara Federal – no qual tramita a execução coletiva da obrigação de fazer (nº 0000870-56.2012.4.02.5101) – determinou, inclusive, que o Presidente do IBGE cumprisse a obrigação de incorporar a GDIBGE - Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infra-Estrutura de Informações Geográficas e Estatísticas – aos proventos dos associados da Exequente, independente da data da vinculação destes à Associação, e concluem que "Não se concebe que o associado venha a ter incorporada a GDIBGE em execução da obrigação de fazer, reconhecida portanto a sua legitimação segundo o título judicial, e depois tenha negado o recebimento das parcelas em atraso".

A decisão agravada ainda afronta a coisa julgada, que determinou a extensão da gratificação a todos os inativos filiados à associação autora, sem condicioná-la à data em que se filiaram à associação. Afirma, ao ensejo, que "o mandado de segurança coletivo, que não continha lista anexa de associados, foi impetrado sob regime de substituição processual, com fulcro no art. 5º, LXX, "b" da Constituição Federal, e súmula 629/STF. A eficácia da sentença mandamental estende-se, portanto, a todo o universo de substituídos", conforme orientação tranquila do STJ, no sentido de que "a coisa julgada advinda da ação coletiva deverá alcançar todas as pessoas da categoria, legitimando-os para a propositura individual da execução de sentença, ainda que não comprovada sua associação à época do ajuizamento do processo de conhecimento" (REsp 1.326.601/RJ, Rel. Min. Mauro Campbell Marques).

Por fim, sinaliza que este Tribunal, em casos análogos envolvendo o mesmo título, tem afastado a exigência de prova de filiação na data da impetração do writ coletivo.

Contrarrazões às fls. 209/214.

Não houve manifestação do Ministério Público Federal_.

DECIDO.

A Juíza Federal Carla Teresa Bonfadini, em 4/11/2016, reconsiderou_ a decisão agravada com estes fundamentos:

À vista dos recentes pronunciamentos liminares do TRF2 em sede de agravo de instrumento, com foco na ratio da nova sistemática processual, deixo de exigir comprovação de associação da parte exequente à entidade associativa que figurou como autora na demanda coletiva cujo título, individualmente, ora se executa nestes autos.

Cite-se a parte executada para, querendo, impugnar a execução, através de petição a ser apresentada nos próprios autos, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do que determina o artigo 535, do CPC/2015.

Oficie-se a associação que figurou com substituta processual na demanda coletiva para que informe a este Juízo, com a maior brevidade, se ANTONIO MARTINS DA SILVA,EDGARD DE TOLEDO SIQUEIRA CAMPOS,IRAD DE MORAES,SALMITO DE ALMEIDA ALVES,SILVIO CARLOS DE ARAUJO está(ao) ou esteve/estiveram associado(s) a essa entidade, bem como a data de ingresso e a de retirada.

Apresentada impugnação, abra-se vista à parte exequente para oferecer resposta à impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, em nada mais sendo requerido, venham os autos conclusos para decisão acerca da impugnação.

Outrossim, fixo os honorários advocatícios da presente execução em 10% do valor executado, nos termos da Súmula 345, do STJ.

Não havendo impugnação, venham os autos conclusos para expedição dos requisitórios, sem a inclusão de honorários, nos termos do art. 85, § 7º, do CPC/2015. [...]

À ausência de interesse de agir no julgamento deste recurso, pela superveniente perda de objeto, declaro prejudicado o agravo de instrumento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, e do art. 44, § 1º, I, do RI desta Corte.

Preclusa esta decisão, dê-se baixa na distribuição (art. 6º da Resolução nº TRF2-RSP-2014/00006, de 14/3/2014_).

P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0011307-94.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.011307-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/11/2016 13:11

Gabinete 18

Magistrado(a) GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

AGRAVANTE: UFRRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: LUIZA PEREIRA MARTINS

ADVOGADO: ANA PAULA DA SILVA LIMA MARTINS

Originário: 0098449-62.2016.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ -, objetivando a reforma da decisão proferida pelo Juiz da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

É o relato do necessário. Decido.

2. O recurso não deve prosseguir, pois, conforme comunicação do Juízo de origem através do ofício de fls. 100/101, foi proferida sentença concedendo a segurança. Desta forma, o agravo de instrumento fica prejudicado, por perda de objeto, após a prolação da sentença no processo principal.

3. Assim, superada a decisão impugnada, não conheço do presente agravo de instrumento por perda de objeto.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA

Desembargador Federal

RELATOR

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0000863-65.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000863-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/02/2017 10:00

Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO

AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES GOMES

ADVOGADO: FERNANDO LOPES ORIENTE GENU

AGRAVADO: PRAINHA SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL S/A

ADVOGADO: JULIANA CESARIO DE MELLO NOVAIS SALLES

PARTE RÉ: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

PARTE RÉ: FRANCISCO ANGELO SATURNINO DE BRITO - ESPOLIO

PARTE RÉ: GEORGES JOSEPH BARBEY

PARTE RÉ: ROBERTO ZIPOLI DE SOUSA - ESPOLIO

PARTE RÉ: MARIO RODRIGUES - ESPOLIO

ADVOGADO: FERNANDO LOPES ORIENTE GENU

Originário: 0145766-31.2013.4.02.5111 - 01ª Vara Federal de Angra dos Reis

AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES GOMES

AGRAVADA: PRAINHA SOCIEDADE AGRO INDUSTRIAL S/A E OUTROS

D E S P A C H O

Agravo de instrumento interposto em 07/02/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.

Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

2 - 0001627-51.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001627-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 17:28

Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO

AGRAVANTE: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: OGX PETRÓLEO E GÁS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

ADVOGADO: SERGIO BERMUDES

Originário: 0100780-17.2016.4.02.5101 - 08ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

AGRAVANTES: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP

AGRAVADO: OGX PETRÓLEO E GÁS S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

D E S P A C H O

Agravo de instrumento interposto em 01/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.

Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0001704-60.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001704-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 20:02

Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA

ADVOGADO: YASMIN ARBEX RIBEIRO

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA

ADVOGADO: ARLEUSE SALOTTO ALVES

PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0175904-94.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

AGRAVADOS: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA E OUTRO

D E S P A C H O

Agravo de instrumento interposto em 03/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.

Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).

Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001736-65.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001736-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 12:08
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: CTIS TECNOLOGIA S/A
ADVOGADO: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA
AGRAVADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0019316-34.2017.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: CTIS TECNOLOGIA S/A
AGRAVADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
D E C I S Ã O

A CTIS TECNOLOGIA agrava da decisão da Juíza Federal Maria do Carmo Ribeiro, que negou liminar em mandado de segurança_ em face da FIOCRUZ, convencida da ausência de periculum in mora que justifique a tutela sem oitiva do impetrado, e das empresas vencedoras do Pregão nº 082/2016, LIFE TECONOLOGIA E CONSULTORIA e STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA._

Esclarece que a FIOCRUZ promoveu procedimento licitatório para contratar empresas prestadoras de serviços técnicos de suporte aos usuários, suporte à infraestrutura de TI, suporte ao desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação, suporte à segurança da informação e comunicação e suporte à gestão e inovação em TI, dividido esse objeto em dois itens: serviços de suporte às atividades institucionais de TI e serviços de suporte de TI ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

O Edital, item 8.7.1.6, exigiu capacitação técnica específica – experiência em serviços de desenvolvimento de programas e websites utilizando a tecnologia Genexus –, que a agravante reputa ilegal, por direcionar o certame, embora existam no mercado outras ferramentas similares à Genexus, adequando-se à hipótese do art. 30, §§ 3º e 5º, da Lei nº 8.666/1993_.

Alega que se sagrou vencedora, com lance de R$ 16,5milhões, menos da metade do valor estimado para a contratação do "item 1" – serviços de suporte às atividades institucionais de TI, R$ 35,2milhões, configurando-se inequivocamente a proposta mais vantajosa. Foi, contudo, desclassificada, por falta de experiência prévia específica com a tecnologia Genexus, e atribuído o objeto licitado à segunda colocada, LIFE TECNOLOGIA, com preço de R$ 16,9milhões.

Quanto ao "item 2" do Pregão, serviços de suporte de TI ao Programa Farmácia Popular do Brasil, a primeira colocada, CLINICA DO MICRO TI, foi desclassificada pelo não atendimento de diversas exigências do edital, e ela, agravante, obteve a segunda colocação. Mas acabou novamente inabilitada, pela mesma exigência ilegal, e convocada a terceira colocada, STEFANINI CONSULTORIA.

Insiste no risco de perecimento do direito, pois, uma vez contratadas, a LIFE TECNOLOGIA e a STEFANINI farão os investimentos e mobilizações necessários à execução do contrato. A tecnologia Genexus é apenas uma dentre as diversas ferramentas de desenvolvimento de software, baseada em conhecimento, existentes no mercado, como a Coldfusion, utilizada por ela agravante. Ademais, o próprio Edital, no Anexo I – Termo de Referência, ao descrever as especificações técnicas inerentes à execução dos serviços licitados, reconhece que a ferramenta Genexus possui similaridade com a Coldfusion, mas, para fins de habilitação no certame, exigiu-se dos licitantes experiência restritiva do caráter competitivo.

Esclarece, ainda, que a FRIOCRUZ vem desenvolvendo seu Sistema de Gestão Administrativa desde 1996, com base na tecnologia Genexus, mas, ainda assim, ao promover o Pregão nº 128/2010 para contratar empresa de Prestação de serviços de execução e atividade de Tecnologia da Informação – TI, não exigiu, para fins de qualificação técnica, a anterior experiência nessa plataforma. Ademais, é mínima a representatividade dessa tecnologia nos serviços contratados, menor até que a de serviços que utilizam a Coldfusion. A empresa STEFANINI tampouco atendeu às exigências editalícias, mas foi habilitada, violando a isonomia.

Pede a antecipação da tutela recursal para: (i) suspender as decisões de sua inabilitação, e de habilitação da LIFE TECNOLOGIA e da STEFANINI CONSULTORIA, bem assim os atos subsequentes, sobrestando o Pregão eletrônico nº 82/2016; (ii) Na hipótese de os contratos já terem sido celebrados, pede sejam suspensos até o julgamento da ação mandamental._

DECIDO.

A concessão ou denegação de providências liminares é prerrogativa inerente ao poder geral de cautela do juízo de primeiro grau, e o Tribunal só deve sobrepor-se a ele na avaliação das circunstâncias fáticas que ensejaram o deferimento ou não da medida, em cognição não exauriente, se a decisão agravada for teratológica, ressentir-se da falta de razoabilidade jurídica, ou, ainda, em casos de flagrante ilegalidade ou abuso de poder_, que no caso não ocorreu. Leia-se:

[...]

No tocante ao pedido de concessão de liminar, tenho que não restou configurado o periculum in mora a justificar a sua concessão sem a oitiva da autoridade impetrada, bem como das empresas vencedoras do certame, quais sejam, Life Tecnologia e Consultoria Ltda – ME e Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S.A.

Com efeito, em sendo o pedido final a nulidade das decisões que inabilitaram a impetrante no Pregão Eletrônico nº 82/2016 e dos atos subsequentes, ainda que, por ocasião da sentença, este já tenha sido concluído e a contratação das licitantes consideradas vencedoras já tenha sido efetivada, em caso de procedência, todos os atos posteriores ao ato impugnado serão tornados sem efeitos.

Ressalte-se, ainda, o rito célere do mandado de segurança.

Portanto, indefiro o pedido de liminar.

A análise do pedido, no âmbito liminar, demanda a observância dos requisitos autorizadores para a concessão da medida, quais sejam, o fumus bonis juris e o periculum in mora (STJ, AROMS 49441, Segunda Turma, DJE 1/3/2016). Entendeu o juízo a quo ausente o risco de perecimento do direito, o que basta à negativa da tutela de urgência, visto que os requisitos são cumulativos.

Tampouco me convenci da urgência ou do risco de periculum in mora. Decerto não é hipótese de adjudicar o objeto de contrato milionário por liminar. Tal qual as empresas vencedoras – LIFE TECNOLOGIA que, pelo que pude compreender, já presta serviços à FIOCRUZ, e STEFANINI – a CTIS também necessitaria fazer investimentos e mobilizações para dar início ao cumprimento do contrato.

Tampouco cogito de sustar o pregão e seus desdobramentos. Diante da necessidade da administração pública dotar-se de sistemas de informática, acaso constatada, efetivamente, a nulidade da exigência de prévia experiência na tecnologia Genexus, o certame será anulado e tudo se resolverá, quanto às contratadas, em perdas e danos, quanto aos investimentos que porventura tiverem promovido. Conforme observou a decisão agravada, em sendo o pedido final a nulidade das decisões que inabilitaram a impetrante no Pregão Eletrônico nº 82/2016 e dos atos subsequentes, ainda que, por ocasião da sentença, este já tenha sido concluído e a contratação das licitantes consideradas vencedoras já tenha sido efetivada, em caso de procedência, todos os atos posteriores ao ato impugnado serão tornados sem efeitos.

De todo modo, o requisito da plausibilidade do direito tampouco está presente.

É evidente que o juízo não tem meios de aferir a pretendida semelhança entre as tecnologias Genexus e Coldfusion sem apoio pericial, descabido na via mandamental, ou, ao menos, prova documental pré-constituída, não bastando a afirmação da agravante de haver similitude de plataformas e a possibilidade de utilizar uma no lugar da outra, sem prejuízos – financeiros ou operacionais – à Administração. E essa prova, que não veio aos autos, deve ser analisada à luz da legislação e do Edital.

O Edital_, quanto à qualificação técnica, prevê o seguinte:

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Conforme subitem 11.2.3 do Projeto Básico (Anexo I) deverão ser apresentados ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA que comprovem a execução de:

8.7.1.1. Serviços de TI em pelo menos 03 (três) unidades federativas do Brasil. Este quantitativo representa menos de 30% do número de Unidades da FIOCRUZ no Brasil. O objetivo é demonstrar disponibilidade de infraestrutura técnica e administrativa, e capacidade logística para prestar serviço de qualidade à Fiocruz, uma organização distribuída atualmente em pelo menos 10 estados, além da sede, em todo o território nacional, incluindo as unidades federativas da Bahia, Distrito Federal, Ceará, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Piauí, Pernambuco Paraná, Amazonas e Minas Gerais. Os serviços serão realizados, a princípio, nas Unidade Fiocruz localizadas no estado do Rio de Janeiro (bairros Manguinhos, Flamengo e Jacarepaguá) e futuramente poderão ser prestados em quaisquer dessas Unidades, ou em futuras Unidades a serem constituídas, conforme figura abaixo:

UF
Unidade
Endereço
RJ – Campus Manguinhos
CGTI
...
MS
Fiocruz Mato Grosso do Sul
...
PE
IAM
...
AM
ILMD
...
BA

IGM
...
RJ – Campus Manguinhos
Bio-Manguinhos
...
DF
DIREB
...
RJ – Campus Manguinhos
Canal Saúde
...
RJ – Campus ManguinhosEx
CDTS
...
RJ – Campus Manguinhos
CECAÇ
...
RJ – Campus Manguinhos
COC
...
RJ – Campus Manguinhos
ENSP
...
RJ
Farmanguinhos
...
RJ – Campus Manguinhos
ICICT
...
RJ
IFF
...
RJ – Campus Manguinhos
INCQS
...
RJ – Campus Manguinhos
INI
...
RJ – Campus Manguinhos
IOC
...
MG
CPqRR
...
PR
ICC
...
RJ – Campus Manguinhos
EPSJV
...
RO
Fiocruz Rondônia
...
CE
Fiocruz Ceará
...
PI
Fiocruz Piauí
...

8.7.1.2. Serviços de gerenciamento e suporte a servidores operando em ambiente computacional virtualizado, com no mínimo 20 (vinte) servidores de rede físicos e 200 (duzentos) virtuais;

8.7.1.3. Serviços de administração, configuração e gerenciamento de tecnologia de armazenamento e proteção de dados das soluções relacionadas ao que foi conhecido durante a vistoria técnica no ambiente da CONTRATANTE;

8.7.1.4. Serviços de suporte técnico a infraestrutura em regime de oito horas por dia, cinco dias por semana (8x5) e doze horas por dia, sete dias por semana (12x7) em regime de plantão, incluindo: monitoramento e procedimento de operação em rede padrão Ethernet/FastEthernet, topologia e protocolos de rede LAN, WAN e SAN, serviços de protocolo TCP/IP, tecnologia Microsoft, Linux e ativos/passivos de rede e implantação;

8.7.1.5. Serviços de instalação, administração, configuração e manutenção de software (criação, gerenciamento e manutenção de políticas de grupo para máquinas e usuários, configuração, criação de VLANs, configuração de rotas, redundância, ACL, atualização de firmware – Verificação do serviço Firewall);

8.7.1.6. Serviço de desenvolvimento de programas e websites utilizando a tecnologia Genexus;

8.7.1.7. Serviços de (configuração de zonas integradas com AD; instalação, configuração, otimização e documentação de servidores DNS);

8.7.1.8. Serviços de atendimento a usuários com suporte especializado em ambiente de TI com estações de trabalho conectadas em rede LAN e WAN utilizando nível mínimo de serviço;

8.7.1.9. Serviços de administração do servidor de correio eletrônico Microsoft Exchange na plataforma Windows, com quantidade mínima de 1.000 caixas postais;

8.7.1.10. Serviços de Suporte técnico e operacional à infraestrutura de serviços web, sites ou portais web para ambiente com no mínimo 1.000 usuários; e

8.7.1.11. Prestação de serviços de apoio em tecnologia da informação – TI na área de suporte técnico ao usuário (service desk), em conformidade com as melhores práticas do ITIL V3 ou superior, comprobatório de executar o total de 2.700 (dois mil e setecentas) horas mensais, perfazendo um total de 32.400 (trinta e dois mil e quatrocentas) horas anuais, sendo esta a parcela de maior relevância.

[...]

8.7.1.13. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão, obrigatoriamente, ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE executa ou executou os serviços, considerado como pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste edital, informando, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de execução e a qualidade dos serviços.

8.7.1.14. O Atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado e conter:

? Razão Social, CNPJ e Endereço Completo da Empresa Emitente;

? Razão Social da LICITANTE;

? Número e vigência do contrato;

? Objeto do contrato;

? Descrição do trabalho realizado;

? Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;

? Local e Data de Emissão;

? Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);

? Assinatura do responsável pela emissão do atestado;

? Devem ser originais ou cópias autenticadas legíveis.

8.7.1.15. Poderá ser realizado diligenciamento para aferição da compatibilidade dos serviços nas instalações dos expedidores dos atestados, a ser realizado no local, ou por contato telefônico/e-mail com o responsável pela emissão do citado documento, a critério da FIOCRUZ.

[...]

A CTIS solicitou esclarecimentos no processo licitatório_, acerca da experiência em Coldfusion em detrimento da exigência quanto à tecnologia Genexus. Leia-se a indagação e a resposta:

Esclarecimento 27/12/2016 15:57:12

Quanto a experiência exigida para a qualificação técnica contida no subitem 8.7.1.6 do edital e o ANEXO I que define como serão demandadas as atividades: "Serviço de desenvolvimento de programas e websites utilizando a tecnologia Genexus". Entendemos que para feitos de atendimento da experiência contida no subitem 8.7.1.6 do edital, será aceita a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica comprovando a prestação de serviço de desenvolvimento de programas e websites utilizando outra tecnologia compatível/similar as funcionalidades executadas pela tecnologia Genexus ou experiência em desenvolvimento da plataforma COLDFUSION. Está correto nosso entendimento?

Resposta 27/12/2016 15:57:12

Após as devidas consultas, segue resposta da área requisitante conforme o solicitado: O entendimento apresentado no questionamento está incorreto. A plataforma ColdFusion é de propriedade da empresa Adobe Systems e utiliza a linguagem CFML, baseada em tags, para o desenvolvimento direto de aplicações WEB. Por outro lado, o GeneXus é uma ferramenta de desenvolvimento baseada em conhecimento, onde a programação é feita de maneira indireta, através de especificações declarativas abstratas. O código final é

gerado automaticamente a partir deste arcabouço de conhecimentos estruturados no GeneXus. Desta feita, nota-se que não há qualquer relação entre o GeneXus e o ColdFusion, nem no aspecto conceitual, nem no aspecto arquitetural, ou mesmo no objetivo primário destas duas plataformas. A Fiocruz baseia seus diversos projetos e operações em um complexo ecossistema de software, totalmente construído e mantido em GeneXus. Estes sistemas suportam todas as operações de Gestão, através de um Sistema Integrado de Gestão totalmente construído em GeneXus, com módulos tais como Sistema de Gestão de Documentos, Sistema de Controle Orçamentário e Financeiro, Sistema de Logística (Gestão de Almoxarifado), Sistema de Gestão de Eventos, Sistema de Importação e Exportação, Sistema de Patrimônio, Sistema de Compras, Sistema de Pedido e Acompanhamento de Materiais, Sistema de Gestão de Recursos Humanos, Sistema de Gestão de Cursos, Sistema de Gestão de Convênios, Sistema de Gestão de Contratos, Sistema de Gestão da Farmácia Popular do Brasil, entre diversos outros. Há ainda sistemas de apoio à Pesquisa e ao Ensino também construídos através da plataforma GeneXus, como o Sistema de Apoio à Pesquisas em Saúde. Todo este ecossistema é utilizado por mais de 15.000 usuários e qualquer interrupção, por menor que seja, tem impacto imediato em toda a Instituição, paralisando serviços e gerando enorme prejuízo, tanto financeiro quanto de imagem, além de impedir a prestação de serviços à Sociedade. Sendo assim, considerando o interesse público, pilar fundamental da democracia de nosso País, e considerando que o interesse público não pode ser sacrificado ou transigido, é fundamental que os candidatos a prestarem os serviços de Tecnologia da Informação na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) estejam na mais plena condição técnica de prestar os serviços de manutenção deste inteiro ecossistema sem representar qualquer risco de descontinuidade ou mesmo de operação com menor nível de eficiência, de modo que nem a Fiocruz e nem o Cidadão sejam prejudicados. Na verdade, caso não fosse exigida tal garantia de continuidade e eficiência dos serviços institucionais, que afetam a milhares de colaboradores da Fiocruz e também ao Cidadão, poderia este ser considerado um ato de negligência, de desrespeito ao princípio constitucional da economicidade. O objetivo de tal requisito é tão somente o de preservar os elevadíssimos investimentos já realizados pela Fiocruz no atual ecossistema de software totalmente construído em GeneXus, bem como garantir os interesses do Estado e da Sociedade.

Repito que não há, no caderno documental, nenhuma prova técnica que autorize concluir favoravelmente à CTIS, para desqualificar os fundamentos da FIOCRUZ e dispensar a experiência com a tecnologia Genexus.

É crível que, dentro de um ambiente institucional com mais de 15mil usuários, os sistemas criados a partir da plataforma Genexus tenham que ser nela baseados também para manutenção corretiva e evolutiva. A escolha de outra ferramenta – é intuitivo – necessitará da conversão de códigos-fonte e adaptação de rotinas e processos, justificando, a princípio, a restrição editalícia.

A isonomia, que o agravante invoca, não autorizaria a sua habilitação e adjudicação do objeto, mas, caso violada por direcionamento do certame, justificaria a anulação de todo o procedimento licitatório, para viabilizar os lances de outras empresas com experiência na tecnologia Coldfusion ou até outras semelhantes acaso existentes. Pela tese mandamental, apenas a CTIS, impetrante, teria assegurado o direito de desrespeitar a exigência editalícia, após o pregão, quando, na verdade, se ilegal, o requisito deveria ser previamente alterado, para todos, aí sim assegurando a isonomia.

O art. 30 da Lei nº 8.666/1993, que trata da qualificação técnica, não proíbe a particularização da experiência com determinada plataforma, apenas reprime as exigências desnecessárias ou meramente formais.

Nem mesmo o Decreto nº 7.174/2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática, proíbe a especificação de determinada plataforma-base. Leia-se:

Art. 2o. A aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e automação deverá ser precedida da elaboração de planejamento da contratação, incluindo projeto básico ou termo de referência contendo as especificações do objeto a ser contratado, vedando-se as especificações que:

I - direcionem ou favoreçam a contratação de um fornecedor específico;

II - não representem a real demanda de desempenho do órgão ou entidade; e

[...]

Não se flagra, neste momento, direcionamento a um fornecedor específico, mas sim a qualquer um que esteja habilitado ao desenvolvimento de software com a tecnologia Genexus, que, ao que tudo indica, representa a real demanda de desempenho da FIOCRUZ, visto seu ecossistema de informática desenvolvido nessa plataforma, desde 1996.

Confira-se, em reforço, os fundamentos decisórios do Pregoeiro, ao negar a impugnação administrativa da CTIS_:

O SGA teve início no ano de 1996 com o desenvolvimento do módulo de recursos humanos que posteriormente foram sendo acoplados a outros módulos que foram se integrando gradativamente através do tempo.

O estabelecimento dos novos formatos gerenciais implantados na Fiocruz tornou imprescindível o redesenho e integração entre os módulos para que se adequassem com o planejamento, execução das atividades. Desta forma, o banco de dados integrado à utilização da ferramenta Genexus cresceu exponencialmente ao longo destes últimos anos, auferindo-lhe a condição de plataforma estratégica, não

deixando espaço para rupturas abruptas de conversões para outras ferramentas ou linguagens, sob pena de paralisar serviços essenciais à instituição. Desta forma, a alegação de que ferramentas similares seriam suficientes para demonstração de capacidade técnica ou que a tecnologia adotada não apresenta nenhum diferencial que outra ferramenta não possa desempenhar e que supostamente a parcela de representação do Genexus seria irrelevante, não se mostra arrazoada conforme mencionado acima.

Ademais, o SGA concretizou-se como um instrumento importante de apoio aos programas de gestão administrativos adotados pela Fiocruz e está disponibilizado na maioria dos setores administrativos internos subdividindo-se, atualmente, em vários módulos atendendo inclusive ao programa Farmácia Popular do Brasil e áreas de pesquisa.

A construção do SGA foi realizada ao longo dos anos por uma equipe de desenvolvedores internos engajados com as estratégias institucionais a qual foi criando um ambiente com alto grau de conhecimento tácito sobre o contexto em questão. Desta feita, o que o pretendeu a área técnica ao solicitar tal requisito de habilitação foi garantir a manutenção e continuidade destes sistemas-legados aliado a demonstração de conhecimento de desenvolvimento na ferramenta classificada na categoria front-end, ou seja, obter comprovação de conhecimentos sobre a filosofia envolvida neste tipo de ambiente de desenvolvimento, e não somente sobre a forma de operação.

Sendo assim, não se mostra razoável a alegação da Recorrente de que a tecnologia Genexus representa uma parcela ínfima ou mesmo inexistente em comparação à totalidade dos serviços que são/serão prestados à FIOCRUZ.

No tocante à alegação da recorrente quanto à não exigência desta tecnologia no Pregão Eletrônico nº 128/2010, não cabe a este Pregoeiro fazer a análise de tal disposição, uma vez que o objeto deste certame não se mostra similar ao licitado naquela oportunidade. Trata-se de um novo modelo de projeto amplamente estudado e organizado pelo setor técnico requisitante da contratação, baseado nas exigências da Instrução Normativa/MPOG nº 04/2010. Importante ainda destacar a diligência realizada junto à empresa CNH LATINO AMERICANA LTDA, emissora de um dos atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA LTDA. Realizar diligenciamento durante o procedimento licitatório está previsto na Lei nº 8.666/1993, em seu art. 43, §3º, com o objetivo de esclarecer, quando resta dúvida ao Pregoeiro sobre tal documento. Não é cabível que, nas hipóteses em que haja desconformidades meramente formais da documentação apresentada pelo licitante, a Administração deixe de produzir as diligências necessárias para esclarecer eventuais dúvidas. A veracidade do atestado em questão foi comprovada pelo Gerente Executivo Luis Abreu, conforme documentos anexados aos autos do processo. Concluído o diligenciamento, e por ter a Recorrida cumprido todas exigências do item 08 do edital, a declaramos habilitada.

Importante ressaltar que não houve tratamento diferenciado no tocante ao atestado de capacidade técnica da primeira Recorrente, conforme já citado, uma vez que não restou qualquer dúvida ao Pregoeiro quanto à veracidade e credibilidade em relação ao documento da mesma, não indo de encontro, desta forma, aos pilares que baseiam o Princípio da Isonomia.

Por tudo isso, INDEFIRO O EFEITO SUSPENSIVO.

À FIOCRUZ para contrarrazões, em 30 dias (art. 1.019, II, c/c art. 183 do CPC/2015)_.

Após, ao MPF para parecer, em 15 dias (art. 1.019, III, e art. 179, I, do CPC/2015)_ e ciência dos fatos narrados, para as providências que entender desde já cabíveis.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)

NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO

Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

5 - 0001763-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001763-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 16:15

Gabinete 17

Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO

AGRAVANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA

AGRAVADO: CINTILOG DIAGNÓSTICOS LTDA ME

ADVOGADO: ALESSIO REZENDE BOLELLI

Originário: 0011153-65.2017.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro

AGRAVANTE: CRF-CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVADO: CINTILOG DIAGNÓSTICOS LTDA ME

D E S P A C H O

Agravo de instrumento interposto em 06/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.

Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0001771-25.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001771-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 17:14
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
ADVOGADO: RICARDO AMITAY KUTWAK
AGRAVADO: K. F. A. - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
ADVOGADO: CÉSAR ANTÔNIO TUOTO SILVEIRA MELLO
Originário: 0006381-59.2017.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A
AGRAVADO: K. F. A. - INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP
D E S P A C H O
Agravo de instrumento interposto em 06/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.
Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0001919-36.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001919-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 14:13
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: GILCELIA TORRES DA SILVA
ADVOGADO: MAURO DE ALMEIDA FELIX
Originário: 0002525-87.2017.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
AGRAVADA: GILCELIA TORRES DA SILVA
D E S P A C H O
Agravo de instrumento interposto em 08/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.
Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0001924-58.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001924-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 13:56
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: HELIO BRANDAO SENRA
AGRAVADO: MANOEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ARAO DA PROVIDENCIA ARAUJO FILHO
Originário: 0094102-83.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
AGRAVADOS: HELIO BRANDAO SENRA E OUTRO
D E S P A C H O
Agravo de instrumento interposto em 08/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.
Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0001958-33.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001958-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 18:20
Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: MARIA CELIA AZEREDO SOUZA FALCON
AGRAVADO: RUTH SICSU GRILLO
AGRAVADO: NILZA FERNANDES FREITAS YOUYOUTE
AGRAVADO: MARIA YVONE SILVA AGUIAR
AGRAVADO: MARIA LUCIA DE MAGALHAES
AGRAVADO: MANOEL DA COSTA GRILLO
AGRAVADO: LUIZ FERREIRA DA SILVA
AGRAVADO: JOSE CARLOS ALBUQUERQUE DO PRADO CARVALHO
AGRAVADO: FRANCISCO JOSE CALAZANS FALCON
AGRAVADO: DAGMAR VASCONCELLOS DOS SANTOS
ADVOGADO: LUIZ FERNANDO FARIA MACEDO
ADVOGADO: CARLA CRISTINA PASCHE
Originário: 0001170-25.2006.4.02.5102 - 03ª Vara Federal de Niterói
AGRAVANTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
AGRAVADA: MARIA CELIA AZEREDO SOUZA FALCON E OUTROS
D E S P A C H O
Agravo de instrumento interposto em 09/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.
Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0001960-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001960-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 10:51

Gabinete 17
Magistrado(a) NIZETE LOBATO CARMO
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: PROCURADOR DA REPÚBLICA
AGRAVADO: COMPANHIA PETROPOLITANA S/A
AGRAVADO: JOÃO VICTÓRIO PARETO MACIEL
ADVOGADO: PRICCYLA MARA FERREIRA NEVES
AGRAVADO: IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000173-93.2014.4.02.5156 - 02ª Vara Federal de Petrópolis
AGRAVANTE: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
AGRAVADA: COMPANHIA PETROPOLITANA S/A E OUTROS
D E S P A C H O
Agravo de instrumento interposto em 09/03/2017, aplicando-se, à hipótese, as diretrizes dos arts. 14 e 1.046, do CPC/2015, e orientação dos Enunciados administrativos 3 e 4 do STJ_.
Ao(s) Agravado(s) para resposta, nos termos do art. 1.019, inciso II, do CPC/2015_, por 15 (quinze) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem contraminuta, abra-se vista ao MPF, por igual período (inciso III_).
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
assinado eletronicamente (lei nº 11.419/2006)
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO
Desembargadora Federal

BOLETIM: 2017000209

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000761-43.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.000761-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/02/2017 11:17
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO
AGRAVADO: CECILIA MARCIOLINA DA CUNHA NETA
ADVOGADO: CRISTIANE DE PAULA GUERRA
PARTE RÉ: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
PARTE RÉ: CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO: RENATO JOSE LAGUN
PARTE RÉ: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
ADVOGADO: ROBERTA NOVELLI DOMINGUES VIEIRA LIMA
Originário: 0176878-92.2016.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001937-57.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001937-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/03/2017 15:35
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOSE FRANKLIN DOS SANTOS
AGRAVADO: BERNARDO CRISTOVÃO COLOMBO DA CUNHA
AGRAVADO: LUIZA MARIA FERNANDES DE MORAES

AGRAVADO: ELEUSA BRITO MONTARDO
AGRAVADO: ANTONIO HORVATICH
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
ADVOGADO: LEONARDO CAMANHO CAMARGO
ADVOGADO: PAULO GUSTAVO LOUREIRO OURICURI
Originário: 0160411-23.2015.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001939-27.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001939-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 15:39
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: FRANCISCO MONTEIRO DE ARAÚJO
ADVOGADO: MARCIA MARILIA DOERING
Originário: 0084089-25.2016.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001966-10.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001966-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 14:27
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ANA IRACEMA MACIEL HORTA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
Originário: 0075138-42.2016.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001989-53.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001989-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 13/03/2017 12:52
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: POSTO DE GASOLINA MÃE GREICE LTDA.
ADVOGADO: AFFONSO HENRIQUE COSTA DE CARVALHO

Originário: 0081260-68.2016.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0002038-94.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002038-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/03/2017 18:42
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ERIKA SEIBEL PINTO
ADVOGADO: Priscilla Souza de Almeida Wanick
AGRAVADO: SONIA MARIA DE PAULA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA
Originário: 0500021-79.2016.4.02.5006 - 1ª VF Serra
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0002057-03.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002057-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/03/2017 10:51
Gabinete 16
Magistrado(a) SALETE MACCALÓZ
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: MARCIO LUÍS SOARES BEZERRA
ADVOGADO: ELDER ALVES DA SILVA
Originário: 0007556-88.2017.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO
Ao agravado para contrarrazões no prazo legal.
Após, voltem os autos conclusos para julgamento.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
ALCIDES MARTINS RIBEIRO FILHO
Juiz Federal Convocado

SUBSECRETARIA DA 7a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM:

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
7ª TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na **PAUTA DE JULGAMENTOS ORDINÁRIA FÍSICA do dia 05 de ABRIL de 2017 (quarta-feira)**, os quais serão julgados a partir das 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

00001 2007.51.01.029543-8 APELREEX RJ 585216
CNJ: 0029543-35.2007.4.02.5101
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE : MAVILDE DO NASCIMENTO DIAS
ADV : CARLOS EDUARDO P B CHAGAS
APDO : UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
Anotações: JUST.GRAT.

00002 2009.51.01.027395-6 AC RJ 482261
CNJ: 0027395-80.2009.4.02.5101
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE : EROTILDE REBELLO DE MELLO AMORIM
ADV : MARCOS LEANDRO GONCALVES NOVAES
APDO : UNIAO FEDERAL
Anotações: JUST.GRAT.

RIO DE JANEIRO, 16 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL SERGIO SCHWAITZER
PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000128

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

7a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS
Dia 05 de ABRIL de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Ordinária Eletrônica do dia 05 de ABRIL de 2017 (Quarta-Feira), os quais serão julgados a partir das 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0001193-62.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: JOSE SEBASTIÃO DE VASCONCELLOS GUERRA NETTO
ADVOGADO: GIULIANO AUGUSTO DINI
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RAQUEL BRAGANCA DE OLIVEIRA

002 - Processo: 0008283-58.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO - FHE
ADVOGADO: DANIEL AYRES KALUME REIS
AGVDO: LEVI JOSÉ BARROS VIANA
ADVOGADO: CARLOS DE ALMEIDA FELIX

003 - Processo: 0012873-78.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
AGVDO: FARMACIA CIMAFARMA LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

004 - Processo: 0000750-14.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
AGVDO: VERATRUM LTDA ME
ADVOGADO: GUSTAVO REGIS NUNES SEMBLANO

005 - Processo: 0000071-14.2017.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.28 - Prestação de serviços - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: CLÍNICA DR. RICARDO TEIXEIRA LTDA
ADVOGADO: MARCUS MOREIRA MALAQUIAS
ADVOGADO: FABIANO CARNEVALI
AGVDO: CAARJ - CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO
ADVOGADO: MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL

006 - Processo: 0013235-17.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE
ADVOGADO: SEBASTIAO ZIMERMAN
AGVDO: ERISVANDA VILAS BOAS DA SILVA FAGUNDES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2016.6000.104340-0 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: FUNDACAO HABITACIONAL DO EXERCITO-FHE

007 - Processo: 0008397-94.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: MARIA JOSE DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INCID: 2017.6000.008102-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: MARIA JOSE DA SILVA
EMBARGADO : UNIAO FEDERAL

008 - Processo: 0000657-07.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.16.03 - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
ASS.LITIS.: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: EVANDRO ANTONIO DA CUNHA INACIO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

009 - Processo: 0000512-48.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
02.16.03 - Posse - Coisas - Civil
02.16.03.02 - Esbulho/turbação/ameaça - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
LITIS.AT.: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: REGINA DE FATIMA DA SILVA
ADVOGADO: JULIO CESAR AMBROSIO

010 - Processo: 0000522-92.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.05.12.03 - Reintegração de Posse- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APDO: ROSELINA MARIA DO NASCIMENTO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ASS.LITIS.: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

011 - Processo: 0000541-98.2013.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.05.12.03 - Reintegração de Posse- imóvel fucional - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S/A
ADVOGADO: MARIO DE CASTRO REIS NETO
APDO: MARIA CELIA DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ASS.LITIS.: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

012 - Processo: 0124244-56.2015.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: VERA LUCIA DA SILVA CABRAL
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
23/11/2016 13:00 Retirado de Pauta

013 - Processo: 0014965-92.2016.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CREUZA SIMÕES LEITÃO
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

014 - Processo: 0116380-70.2015.4.02.5115 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02.01 - Gratificações - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: WALDA DE SOUZA GASPAR
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

015 - Processo: 0092814-49.2016.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.12.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER

APTE: SILVIA HELENA SANTOS ALVES
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

016 - Processo: 0142005-22.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
03.04.05.13 - FUSEX/FUNSA/FUSMA/Fundo de Saúde das Forças Armadas - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário - Contribuições Especiais - Contribuições - Tributário
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SELMA DE ANDRADE ALMEIDA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

017 - Processo: 0051104-37.2015.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.11.16 - Pensão - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: JOÃO BATISTA ZARANZA JACOBS
ADVOGADO: ADRIANA CORTES MUNIZ DA MOTA
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

018 - Processo: 0115059-76.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: MARCELO MENDES JORGE AIDAR
ADVOGADO: MARCELO MENDES JORGE AIDAR
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI

019 - Processo: 0023789-05.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
ADVOGADO: ANTHONY ABREU POLASEK
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APDO: NORBERTO DE PAULA MALVEIRA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

020 - Processo: 0004476-46.2004.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MARIZA CASSIA DE SOUZA TAVARES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

021 - Processo: 0018600-46.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.03 - Juros - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: OBERDAN SANTOS CUNHA
ADVOGADO: ALEXANDRE DE CASTRO E SILVA VELOSO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARCIA PEREIRA DIAS DE AZEVEDO

022 - Processo: 0030975-70.1999.4.02.5101 AC
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo

RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: EURICO MEDEIROS CAVALCANTI
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
ADVOGADO: CARLOS ALEXANDRE FIAUX RAMOS
APDO: VERA LUCIA GUIMARÃES LOPES SOBRINHO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

023 - Processo: 0045389-14.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.05 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ARY TEIXEIRA DE CASTRO
APTE: VASSIL NOGUEIRA RAMOS
ADVOGADO: ROSIMERI ALVES TRINTIN
APDO: CBTU-CIA/ BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

024 - Processo: 0051427-42.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ANA BEATRIZ BORGES CARLOS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANA CECILIA MONTEIRO CHAVES DE AZEVEDO
APDO: FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: ANTARES EDUCACIONAL S/A (UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA)
ADVOGADO: GILBERTO DA GRACA COUTO FILHO

025 - Processo: 0532638-26.2001.4.02.5101 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: EMPÓRIO DE BATERIAS PNEUS LTDA
APDO: SÉRGIO FIGUEIREDO DUARTE
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: NILTON DE OLIVEIRA DUARTE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

026 - Processo: 0012392-12.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: MAURO SANTOS CARVALHO
ADVOGADO: HELOISA MASCARENHAS GALAXE RODRIGUES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: KATIA CAMPANELLI DA NOBREGA

027 - Processo: 0014465-83.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.05 - Complementação de Benefício/Ferroviário - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: JORGE DE SIQUEIRA GAMA
ADVOGADO: ENEAS FERREIRA DA SILVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS

028 - Processo: 0002292-36.2016.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.01 - Matrícula - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ISABELA DIAS CORREA
ADVOGADO: SARA SILVERIO BRITO
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

029 - Processo: 0021871-58.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: LUIS ANTONIO NABUCO DE ALMEIDA BRAGA
ADVOGADO: ADRIANA DE OLIVEIRA TEIXEIRA
REMETENTE: JUÍZO DA 26 ª VARA FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO/RJ

030 - Processo: 0010627-79.2009.4.02.5101 APELREEX
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: BERNADINO AUGUSTO DE ALEGRIA FILHO
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO SAVELLI GOULART DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 28ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

031 - Processo: 0016490-78.2016.4.02.5001 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.05.05 - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: DNPM-DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUCAO MINERAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: JULIO CARLOS FACHIN
ADVOGADO: LUZIANE PERIM DADALTO
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DE VITÓRIA/ES
Observação da DIDRA: Modificação fl. 69.

032 - Processo: 0020023-07.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
ADVOGADO: SIMONE MAIATO GOMES
APTE: MUNICIPIO DE NITEROI
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE NITERÓI - RJ
APDO: SIMONE DOS SANTOS
T.INTER.: ANA CLAUDIA DOS SANTOS OLIVEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

033 - Processo: 0014790-29.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ELOIZA CARMEN CELESTINO
ADVOGADO: JOSE CARLOS PAIVA FERNANDES
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

034 - Processo: 0008286-50.2013.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.14.11 - Edital - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: JOELMA DE RIZ
ADVOGADO: FILIPE PIM NOGUEIRA
ADVOGADO: André Pim Nogueira
ADVOGADO: RAYNALDO MARCOS DE OLIVEIRA
APDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

035 - Processo: 0114914-92.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: EDILEUZA ALMEIDA DE OLIVEIRA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: MUNICÍPIO DE VITÓRIA
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA - ES
APDO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCDOR: PROCURADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

036 - Processo: 0001475-80.2014.4.02.5117 AC (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: FLÁVIO PEREIRA DE CARVALHO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ

037 - Processo: 0137534-98.2015.4.02.5001 REOAC (Processo Eletrônico)
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
P.AUTORA: INTEGRASYS COMÉRICO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA EPP
ADVOGADO: RODRIGO FRANCISCO DE PAULA
ADVOGADO: LUCIANA MARQUES DE ABREU JÚDICE DESSAUNE
ADVOGADO: DIEGO GOMES DUMMER
ADVOGADO: LEONARDO GONORING GONÇALVES SIMON
ADVOGADO: RODRIGO GOMES DOS ANJOS LIMA
ADVOGADO: MARIANA ALBORGUETI MARTINS
ADVOGADO: LAIS CAMPAGNARO CRUZEIRO
ADVOGADO: MARIANNE DE PAULA MATTOS
P.RÉ: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
REMETENTE: Juízo da 4ª Vara Federal Cível - 4VFCI-VIT/ES

038 - Processo: 0002334-91.2007.4.02.5101 AC
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CARLOS ELTON DE SOUZA SILVA
ADVOGADO: ANA PAULA VASCONCELLOS VAZ
ADVOGADO: ANDRE LUIZ DE PAIVA VAZ
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: VINICIUS PEREIRA MARQUES

039 - Processo: 0029184-27.2003.4.02.5101 AC
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
APTE: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
APDO: MARIO LUIS RIOS
APDO: SILVIA PEREIRA DA SILVA RIOS
ADVOGADO: CHRISTIANE MARIA DE AZEVEDO MARTINS
ADVOGADO: CAMILA VIVIANE DA SILVA SANTOS
Magistrados Impedidos
DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA

040 - Processo: 0004702-34.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: KATIA REGINA DOS SANTOS
APTE: WILLIAM FONTINHA COSTA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA
APDO: OS MESMOS

041 - Processo: 0047244-33.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: SIBEL DUARTE SOARES
ADVOGADO: SANDRO TIUBA SOUZA CRUZ

042 - Processo: 0503233-17.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: NILCILENE LOUREDO DAS CHAGAS
ADVOGADO: REGINA MARCELO FRANCISCO ALVES
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: PEDRO FRANCISCO DE MELLO AMARANTE

043 - Processo: 0500326-94.2015.4.02.5104 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: ANDERSON DE CERQUEIRA AVELAR
ADVOGADO: ANDERSON DE CERQUEIRA AVELAR
APDO: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: GUILHERME COSTA MARQUES
Observação da DIDRA: INICIAL

044 - Processo: 0003461-90.2014.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
02.08.12 - Empréstimo - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
02.08.13 - Linha de Crédito - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APDO: JGM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA - EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Resultados de Julgamentos Anteriores
22/02/2017 13:00 Julgado

045 - Processo: 0143480-13.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: ODETTE BATISTA AZEVEDO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 4º VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
INCID: 2017.6000.006925-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL

046 - Processo: 0513011-94.2005.4.02.5101 AC
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: AVIARIO MANDALA LTDA
APDO: MAURO MATTOS AUGUSTO
APDO: IZABEL MATTOS AUGUSTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.7404.001232-6 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA

047 - Processo: 0503023-10.2009.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: NELSON BONIFACIO DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.019087-4 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL

048 - Processo: 0140242-15.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.20 - Nomeação - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
01.13.10 - Escolaridade - Concurso Público/Edital - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A
ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES
APDO: BRUNO TESTAHY CARDOSO
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO SOUZA
ADVOGADO: BERNARDO QUEIROZ JUNGER
INCID: 2017.6000.016287-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: PETROBRAS-PETROLEO BRASILEIRO S/A

049 - Processo: 0000958-36.2008.4.02.5101 AC
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
APTE: VICENTE MEDEIROS FERNANDES
APTE: ADEMIR GOMES DA SILVA
APTE: DILSON OTAVIANO DIAS
APTE: ALOYSIO DE SOUZA MADUREIRA
APTE: EVANDRO JOSÉ PACHECO DOS SANTOS
ADVOGADO: RICARDO VIANA RAMOS FERNANDEZ
ADVOGADO: TANIA PACHECO FERNANDEZ
ADVOGADO: CAROLINE PACHECO RAMOS FERNANDEZ
APDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2017.7404.001531-7 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: EVANDRO JOSÉ PACHECO DOS SANTOS

050 - Processo: 0005131-02.2016.4.02.0000 Pet (Processo Eletrônico)
01.07.03.01 - Desembaraço Aduaneiro - Importações - Intervenção no Domínio Econômico - Administrativo
RELATOR: DES.FED. SERGIO SCHWAITZER
REQUERENTE: MASSY DO BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR LTDA
ADVOGADO: LEONARDO PIETRO ANTONELLI
REQUERIDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

051 - Processo: 0013068-63.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

052 - Processo: 0013193-31.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

053 - Processo: 0013085-02.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: OI S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

054 - Processo: 0013233-13.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: OI S.A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

055 - Processo: 0012618-23.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO

056 - Processo: 0107387-91.2014.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.01.01 - Atualização de Conta - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: ANTONIO JOSÉ CRUZZUOL
AGVTE: DANIEL BALBINO
AGVTE: MANOEL FERREIRA
AGVTE: MARINALVA ALVES DA SILVA
AGVTE: LEONISIO DA ROSA RIBEIRO
AGVTE: JOAO BATISTA DOS REIS
AGVTE: GILSON MUTIZ

AGVTE: GERALDO FRANCISCO GUERRA
AGVTE: ESPOLIO DE ERALDO LUIZ BRINGER
REPRES.: ZELIA FACCINI BRINGER
AGVTE: ESPOLIO DE MAURICIO GOMES SILVA
REPRES.: GLEISON GOMES SILVA
ADVOGADO: GUILHERME CIPRIANO DAL PIAZ
ADVOGADO: JOSE HENRIQUE DAL PIAZ
ADVOGADO: LIVIA CIPRIANO DAL PIAZ
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RODRIGO SALES DOS SANTOS
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
ADVOGADO: LEONARDO MARTUSCELLI KURY
ADVOGADO: TUTECIO GOMES DE MELLO

057 - Processo: 0008465-44.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: CÁSSIO FARIAS DE SÁ
ADVOGADO: THAIS DE SOUSA LIMA
AGVDO: WANDERSON SANTA CLARA SERRANA
AGVDO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO

058 - Processo: 0007885-14.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: MUNICIPIO DE BELFORD ROXO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO - RJ
AGVDO: SIDMAR DE SOUZA
REPRES.: ANA CAROLINA CARDOSO DE SOUZA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
INCID: 2016.6000.117242-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: SIDMAR DE SOUZA

059 - Processo: 0013183-84.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: MONICA MENDONÇA DA SILVA
ADVOGADO: WELINGTON DUTRA SANTOS
AGVDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

060 - Processo: 0012412-09.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES A/B EDUCARR LTDA-ME
ADVOGADO: GUSTAVO ALBANI PEREIRA
ADVOGADO: ANA CAROLINA ALBANI EMERY CADE
P.RÉ: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/ES
ADVOGADO: NATHALIA MERLO PIZZIOLO

061 - Processo: 0005104-22.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo

RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: LUIZ ANTONIO CAO SANTANA
ADVOGADO: ALINE RUDIO SOARES FRACALOSSI
APDO: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

062 - Processo: 0000235-75.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
APDO: KATIA MALENA GRAUDO PESSOA
APDO: ANTONIO CARLOS PESSOA
ADVOGADO: TATIANA OTONI PEREIRA

063 - Processo: 0102887-05.2014.4.02.5004 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.02 - Indenização por dano material - Responsabilidade civil - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
APDO: CLAUDIO SERGIO MARINATO
APDO: ALESSANDRA GIACOMIN MARINATO
ADVOGADO: RODRIGO DADALTO

064 - Processo: 0102553-68.2014.4.02.5004 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
APDO: MARCO AURÉLIO COSTA ALMEIDA
APDO: LUCIANA DE OLIVEIRA DIAS ALMEIDA
ADVOGADO: RODRIGO DADALTO

065 - Processo: 0003161-67.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
02.16.03.03 - Imissão - Posse - Coisas - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: LUIZ ANTONIO CAO SANTANA
ADVOGADO: PEDRO ALVES DA SILVA
APDO: INCRA-INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

066 - Processo: 0001549-68.2013.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: BRUNO VAZ DE CARVALHO
APDO: ADRIANA CORREA DE SOUZA
ADVOGADO: AILTON MARCELO THOMAZ DO NASCIMENTO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
P.RÉ: ENGEPASSOS CONSTRUTORA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: JULIO KAHAN MANDEL
ADVOGADO: PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS

067 - Processo: 0001336-62.2013.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA

APTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
APDO: PATRÍCIA RIGUEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: AILTON MARCELO THOMAZ DO NASCIMENTO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
P.RÉ: ENGEPASSOS CONSTRUTORA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: JULIO KAHAN MANDEL

068 - Processo: 0000947-43.2014.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE ALEXANDRE LOURENCO
APDO: SIMONE ALVES DA SILVA
ADVOGADO: AILTON MARCELO THOMAZ DO NASCIMENTO
APDO: MUNICIPIO DE DUQUE DE CAXIAS
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: ENGEPASSOS CONSTRUTORA LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADO: JULIO KAHAN MANDEL

069 - Processo: 0003826-74.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.02.02 - Crédito Educativo - Ensino Superior - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: RAFAEL FABIANO RIBEIRO BARBOSA DA MOTTA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS LIMA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

070 - Processo: 0500244-69.2015.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: ALBENIZ TIBIRICA
ADVOGADO: ALBERTO LUIS SILVA DE SOUZA
APDO: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

071 - Processo: 0048258-52.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APTE: JOSE MAURO GUEDES PINTO
APTE: GILDA MACHADO CERQUEIRA
APTE: ADYLSON ARAUJO
APTE: LUIZ PORFIRIO DA SILVA
APTE: LEILA DE OLIVEIRA GRIVET
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ
APDO: OS MESMOS

072 - Processo: 0015661-98.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.03.01 - Proteção Possessória - Posse - Civil
02.08.21 - Arrendamento Residencial - Contratos/Civil/Comercial/Econômico e Financeiro - Civil
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA

APTE: RAFAELA COUTO DA SILVA
ADVOGADO: Thor Lincoln Nunes Grünewald
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SANDRA REGINA VERSIANI CHIEZA
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ

073 - Processo: 0000135-23.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.02 - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
01.04.08.07 - Telefonia - Serviços Delegados a Terceiros: Concessão/Permissão/Autorização - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: OI MÓVEL S.A
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

074 - Processo: 0000092-95.2012.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.02.03 - Indenização por Dano Ambiental - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.05.05 - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: GRANITOS POR DO SOL LTDA - EPP
APTE: GRANITOS LARANJEIRA LTDA
ADVOGADO: LIDIANE BAHIENSE GUIO
ADVOGADO: FERNANDA MAIA BRAVO PINHEIRO
ADVOGADO: JANINA BAHIENSE
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Observação da DIDRA: Rejeição dependência - livre redistribuição- decisão fl. 46.
Resultados de Julgamentos Anteriores
30/11/2016 13:00 Retirado de Pauta
08/03/2017 13:00 Retirado de Pauta

075 - Processo: 0100711-56.2014.4.02.5003 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: JOAQUIM BIGOSSI SANT ANA
ADVOGADO: RODRIGO BARCELLOS POUBEL
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

076 - Processo: 0018089-19.2011.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.04.08.07 - Telefonia - Serviços Delegados a Terceiros: Concessão/Permissão/Autorização - Serviços - Administrativo
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
03.11.01.02 - Depósito - Suspensão da Exigibilidade - Crédito Tributário - Tributário
03.11.13.02 - Expedição de Certidão Positiva de Débito com Efeito de Negativa - Certidão Negativa de Débito (CND) - Crédito Tributário - Tributário
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: OI MÓVEL S.A
ADVOGADO: EURICO DE JESUS TELES NETO
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
ADVOGADO: LUCIANO AZEVEDO CALDAS
ADVOGADO: JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO
APDO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

077 - Processo: 0084274-97.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01 - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: DAVIDSON TONY SILVA MESQUITA
ADVOGADO: ATILA GOMES FERREIRA
ADVOGADO: CIRO DAHER DE FREITAS MENDES
APDO: UNIAO FEDERAL

PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

078 - Processo: 0056814-38.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: ELAINE BATISTA PEÇANHA
ADVOGADO: WILSON SIMOES FILHO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

079 - Processo: 0008766-87.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.02 - Curso de Formação - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: FABIANE DOS ANJOS SANTOS
ADVOGADO: CRISTHIANE DINIZ DE OLIVEIRA
REMETENTE: Juízo da 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro - 08VF/RJ

080 - Processo: 0121940-35.2015.4.02.5101 REOAC (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
P.AUTORA: LIS MACHADO DE PAIVA
P.AUTORA: ANALUIZA MACHADO DE PAIVA
P.AUTORA: ISABELA MACHADO DE PAIVA
ADVOGADO: UMILE GARDI JUNIOR
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 20ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

081 - Processo: 0012527-53.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: DEJAIR JOSE DELALIBERA
APTE: MARGARIDA FERNANDES DOS SANTOS
APTE: JANETE ROSARIA DA SILVA
APTE: EDNEI GENTIL FERREIRA
APTE: ROGERIO MACHADO RIBEIRO
ADVOGADO: PAULO VINICIUS NASCIMENTO FIGUEIREDO
APDO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

082 - Processo: 0000715-47.2012.4.02.5103 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: JOSE CLAUDIO RIBEIRO BARRETO
APDO: MAURICIO JOSE VIANA AMORIM
APDO: JANE LIMA BAUER DE ALMEIDA
APDO: JORGE AUGUSTO LEITE DE BARROS
APDO: MARIA DA CONCEICAO GONCALVES AZEVEDO
ADVOGADO: PAULO GUILHERME LUNA VENANCIO

083 - Processo: 0126771-63.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.05 - URV (Lei 8.880/94) - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCACAO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - SINTUFRJ
APDO: MARIA DE LOURDES DE JESUS
APDO: SUELY ALVES ANO BOM

APDO: VALERIA MENDONCA WANDERLEY
APDO: MERCIA ROSELI PESSOA E SILVA
APDO: VALCILENE RIBEIRO COSTA
ADVOGADO: ANDRE ANDRADE VIZ

084 - Processo: 0007275-42.2011.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03.04 - Reajuste de 28,86%/ Lei 8.622/93 e 8.627/93 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: RITA DE CASSIA MARTINS MORAES
ADVOGADO: JORGE BULCAO COELHO
APDO: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

085 - Processo: 0001868-82.2007.4.02.5106 AC (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: LS PEREIRA COM E CONF DE ROUPAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: Conforme despacho de 28/08/2014

086 - Processo: 0529913-54.2007.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - 1a REGIAO
ADVOGADO: CAROLINA RAMOS BARBALHO PINTO
APDO: WILSON MORAES DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA:

087 - Processo: 0108700-85.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: IRIS MORAES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ESMERALDO AUGUSTO LUCCHESI RAMACCIOTTI
APDO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - UFES
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

088 - Processo: 0037913-22.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.03.08.01 - Dano ao Erário - Improbidade Administrativa - Atos Administrativos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: JURANDIR HERMES
ADVOGADO: CARLOS LENO DE MORAES SARMENTO
ADVOGADO: CARLOS VARGAS FARIAS
ADVOGADO: ROBERTO ABREU DA COSTA
ADVOGADO: SAMUEL GOMES FILHO
ADVOGADO: CECILIA PEREIRA PAIVA
APDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

089 - Processo: 0042484-07.2013.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.03 - Adicional de Insalubridade - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APDO: RENATO LUIZ MARQUES DE OLIVEIRA PASSOS
ADVOGADO: JOSE LEANDRO DA SILVA COSTA PASSOS CALDAS

090 - Processo: 0110312-83.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.20.01 - Quebra de Sigilo Bancário/Fiscal/Telefônico - Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: BOB PICOTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICO LTDA EPP
ADVOGADO: LUIZ GUILHERME OUROFINO IRINEU RODRIGUES
APDO: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional

091 - Processo: 0123845-84.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: RONAN NUNES MOULIN DE MORAES
ADVOGADO: EZUS RENATO SILVA CARDOSO
APDO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CREA/ES
ADVOGADO: MARLUCIA OLIVEIRA SANTOS

092 - Processo: 0057584-77.2015.4.02.5118 AC (Processo Eletrônico)
01.08.01.03 - Juros - FGTS/Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: BERENILDO COSTA
ADVOGADO: TATIANA DA SILVA E SILVA
APDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DELMAR REINALDO BOTH

093 - Processo: 0030213-97.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.15.02 - Taxa de ocupação/laudêmios/foros - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UNIAO FEDERAL/FAZENDA NACIONAL
PROCDOR: Procurador da Fazenda Nacional
APDO: ROBERTO TARDIN JUNIOR
ADVOGADO: ISABELLA DALLA BERNARDINA
ADVOGADO: NELSON SIMIS SCHVER
ADVOGADO: ALBA LUCINIA DE OLIVEIRA CASTRO
ADVOGADO: ANDREIA SILVEIRA MARINHO

094 - Processo: 0001968-73.2012.4.02.5102 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06 - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07 - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.11.01.03 - Enquadramento - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UFF-UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: VICTOR ANTONIO DA COSTA CAMPOS
ADVOGADO: CARLOS ALBERTO BOECHAT RANGEL
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Observação da DIDRA: 17/11/14 - INCLUSAO POLO PASSIVO CONF FL 137.

095 - Processo: 0104228-75.2014.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
01.11.02 - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.02 - Gratificação de incentivo - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
01.11.02.08 - Descontos Indevidos - Sistema Remuneratório - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: JOSÉ FURTADO DE SOUZA
APTE: JOSE TASSO AIRES DE ALENCAR

APTE: LENIZE MARIA PRETTI DE OLIVEIRA
APTE: MARCOS BATISTA RESENDE
APTE: MARIA AUGUSTA ZIVIANI ZURLO
ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO
APTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: OS MESMOS
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Resultados de Julgamentos Anteriores
15/02/2017 13:00 Adiado

096 - Processo: 0130633-76.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.03.02 - Fiscalização - Atos Administrativos - Administrativo
01.05.05 - Recursos Minerais - Domínio Público - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: MUNICIPIO DE COQUEIRO SECO-AL
ADVOGADO: FLÁVIO ALMEIDA DA SILVA JÚNIOR
ADVOGADO: MARCILENE MELO DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 24ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

097 - Processo: 0000868-76.2014.4.02.5114 AC (Processo Eletrônico)
01.11.03 - Reajuste de Vencimentos - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MAURA DE CARVALHO ROCHA
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
ADVOGADO: FRANCISCO ROUSSOULIERES GONCALVES DA FONTE

098 - Processo: 0083822-53.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.14.05.08 - Pregão - Licitações - Licitações e Contratos - Administrativo
01.14.06.05 - Anulação - Contratos - Licitações e Contratos - Administrativo
01.14.11 - Edital - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: W. ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE CASTRO DA FONSECA ZAIDAN
ADVOGADO: JULIANA PADRAO DE FIGUEIREDO
APDO: MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO: PAULO SERGIO DE ARAUJO E SILVA FABIAO
ADVOGADO: JOSE HENRIQUE BARBOSA MOREIRA LIMA NETO
P.RÉ: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

099 - Processo: 0000241-98.2002.4.02.5112 AC
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: JAILTON DUARTE SANTOS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

100 - Processo: 0000949-06.2010.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.02.06.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
01.02.07.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: ENILCE DA COSTA LEMOS
ADVOGADO: CYNTHIA VITORIANO SOUTO BISPO
ADVOGADO: DEIA CORREA DOS SANTOS

APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

101 - Processo: 0077720-22.2015.4.02.5110 AC (Processo Eletrônico)
01.03.01 - Revogação e Anulação de Ato Administrativo - Atos Administrativos - Administrativo
01.11.01.09 - Remoção - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: CLAUDIO AUGUSTO DO CARMO
ADVOGADO: JULIANO BIZZO NETTO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

102 - Processo: 0153476-98.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.11.01.05 - Acumulação de Cargos - Regime Estatutário - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
APTE: MARIA DE LOURDES SILVA
ADVOGADO: CORINA ELOISA DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

103 - Processo: 0009740-28.2016.4.02.0000 Pet (Processo Eletrônico)
01.14.11 - Edital - Licitações e Contratos - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
REQUERENTE: W. ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO: LUIZ HENRIQUE CASTRO DA FONSECA ZAIDAN
REQUERIDO: MPE ENGENHARIA E SERVIÇOS S/A
ADVOGADO: JOSE HENRIQUE BARBOSA MOREIRA LIMA NETO
ADVOGADO: PAULO S DE A E S FABIAO
REQUERIDO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.091559-4 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: W. ENGENHARIA LTDA

104 - Processo: 0009206-84.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: JOSE ANTONIO MELLO DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INCID: 2016.6000.117260-9 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: JOSE ANTONIO MELLO DA SILVA

105 - Processo: 0009822-59.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: ALDA LUCIA RANGEL DA CONCEIÇÃO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

106 - Processo: 0012819-15.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil

RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: FABIO MARTINS DE CAMPOS
AGVTE: RITA DE CÁSSIA RAMOS DE CAMPOS
ADVOGADO: LUIZ SERGIO CHAME
ADVOGADO: ANDRE ALVES DE ALMEIDA CHAME
AGVDO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FERNANDA VALADARES DE OLIVEIRA

107 - Processo: 0011042-92.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: UNIMED TERESOPOLIS COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: JOSE LUIZ MATTHES
ADVOGADO: PATRICIA DOTTO DE OLIVEIRA
AGVDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL

108 - Processo: 0001955-15.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
AGVDO: MARCIO JORGE DE OLIVEIRA PEDROSA
ADVOGADO: LOREN DA PENHA DE FIGUEIREDO
ADVOGADO: MARCIO JORGE DE OLIVEIRA PEDROSA

109 - Processo: 0009484-85.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CARLA BORBA DE OLIVEIRA DOS SANTOS
AGVDO: ROMA AUTOMOVEIS E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO: CLOVIS SAHIONE ARAUJO
ADVOGADO: DANILO SARAMAGO SAHIONE DE ARAUJO
ADVOGADO: LEANDRO GONZAGA AMARAL CARVALHO

110 - Processo: 0013195-98.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RJ
ADVOGADO: SHEILA SOUZA DE SA
ADVOGADO: ANDRE PEREIRA DE ASSIS
AGVDO: EXPEDITO DA CRUZ CATALÃO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

111 - Processo: 0000588-53.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
08.05.17.01 - Busca e Apreensão - Obrigação de Entregar - Liquidação/Cumprimento/Execução - Direito Processual
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MARIO AUGUSTO MURIAS DE MENEZES JUNIOR
AGVDO: LUZIA FELISBERTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

112 - Processo: 0007926-78.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.12 - Contratos bancários - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES
AGVDO: KARINA SCOPEL FERREIRA DE JESUS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

113 - Processo: 0013074-07.2015.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.04.04.06 - Ressarcimento ao SUS - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: AMERICAN CARE SISTEMA DE SAÚDE S/C LTDA
ADVOGADO: DAGOBERTO JOSE STEINMEYER LIMA
AGVDO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
INCID: 2016.6000.000329-3 - AGRAVO INTERNO
AGRAVANTE: AMERICAN CARE SISTEMA DE SAÚDE S/C LTDA

114 - Processo: 0003487-24.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
AGVDO: FARMACIA ALLAN DE REALENGO LTDA ME
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

115 - Processo: 0002307-70.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.15.01 - Fiscalização/ Multas e Sanções - Dívida Ativa não-tributária - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: POSTO IRMAOS THURLER LTDA
ADVOGADO: ERICK JOSE GUIMARAES DE ANDRADE

116 - Processo: 0006246-58.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CAIXA DE CONSTRUCOES DE CASAS P/ PESSOAL DO MINISTERIO DA MARINHA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: ROSITA NABARRO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
ADVOGADO: RICARDO DA SILVA RODRIGUES

117 - Processo: 0005780-64.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
02.19.03.26 - Mútuo - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CCCPMM - CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
AGVDO: MIRIAN DE ALMEIDA SOUZA
ADV.DAT.: JANAINA VALENTE BORGES BRAGA PIRES

118 - Processo: 0009070-87.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.08.03 - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: RENATA TAVARES CUNHA ABIRAUDE
AGVDO: FARMÁCIA LUCAS DE NILOPOLIS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

119 - Processo: 0004736-10.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGVTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: DANIELLE GARRAO AUGUSTO
AGVDO: VIVA RIO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

120 - Processo: 0167914-81.2014.4.02.5117 APELREEX (Processo Eletrônico)

01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APTE: MUNICIPIO DE SAO GONCALO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ
APDO: CARLOS HENRIQUE DA SILVA
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AUTOR: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DE SÃO GONÇALO - RJ

121 - Processo: 0107359-83.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: JUSSARA DE SOUZA CHAGAS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APDO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 5ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ

122 - Processo: 0118438-25.2014.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
APTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
APDO: CLEA MARIA CHAGAS
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 18ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

123 - Processo: 0017822-47.2011.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.02.06.01 - Erro Médico - Indenização por Dano Moral - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: DENIZARD GOUVEIA BALDAN
ADVOGADO: NOEMY DA COSTA FERREIRA
REMETENTE: JUIZO DA 29ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

124 - Processo: 0007684-84.2012.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
02.19.03.32 - Sistema Financeiro de Habitação - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ELUZAI RODRIGUES DA SILVA
ADVOGADO: VALERIA CRISTINA MEDEIROS GUERRA
APTE: BMRL ENGENHARIA E EPREENDIMENTOS S/A
APTE: MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S/A
ADVOGADO: ANDRE JACQUES LUCIANO UCHOA COSTA
ADVOGADO: LEONARDO FIALHO PINTO
APTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
P.RÉ: ESTRUTURA CONSULTORIA E ASSESSORIA E FINANCIAMENTOS LTDA

ADVOGADO: ANDRE VICENTE CARVALHO ARRUZZO
APDO: OS MESMOS

125 - Processo: 0140189-11.2014.4.02.5120 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APTE: MIRIAN DE SOUZA JARDIM
ADVOGADO: JOSE PEREIRA LOPES
APDO: GUILHERME SAN'TANNA DA SILVA
REPRES.: JOAQUINA DE SANT'ANNA DA SILVA
ADVOGADO: JORGE LUIZ DE FARIA
REMETENTE: JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL DE NOVA IGUAÇU/RJ

126 - Processo: 0141844-12.2013.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.12.01.05 - Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
01.12.02.04 - Soldo - Sistema Remuneratório - Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: ACLAIR BRAZ DE ALMEIDA
ADVOGADO: CATIA CRISTINA SANTOS BRAZ DE ALMEIDA
REMETENTE: JUÍZO DA 11ªVARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

127 - Processo: 0000509-11.2014.4.02.5120 AC (Processo Eletrônico)
01.12.14 - Pensão - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ALEX SANDRO SILVA DE MAGALHAES - ESPOLIO
ADVOGADO: JOSE MANOEL FERNANDES VENTURA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

128 - Processo: 0001191-23.2014.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.12.01.05 - Anistia Política - Regime - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: GERSON PIRES
ADVOGADO: JOSE BEZERRA DA SILVA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

129 - Processo: 0075884-07.2016.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.08.03.01 - Registro/Exercício Profissional - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
01.08.03.02 - Multas/Sanções - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRACAO - RJ
ADVOGADO: MARCELO OLIVEIRA DE ALMEIDA
APDO: MRC CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA-ME
ADVOGADO: RAPHAEL AGUIAR MIHALIUC
ADVOGADO: VINICIUS GOMES PEREIRA DOS SANTOS
REMETENTE: JUÍZO DA 26ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

130 - Processo: 0000260-15.2013.4.02.5114 AC (Processo Eletrônico)
01.11.04.01 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Civil - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA FERREIRA AGOSTINHO
ADVOGADO: SANDRA CRISTINA BAZONI
ADVOGADO: MAYCK BEZERRA LIMA

131 - Processo: 0036901-36.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS - CRA/MG
ADVOGADO: ABEL CHAVES JUNIOR
APDO: SARA DA SILVA PINTO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

132 - Processo: 0111261-82.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: AVANCE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

133 - Processo: 0155197-06.2015.4.02.5116 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS - 1a REGIAO
ADVOGADO: MAGNA KARINE DE SA OLIVEIRA E OLIVEIRA
ADVOGADO: FELIPE BIANCARDI JUSTO
APDO: MARCO ANTONIO RODRIGUES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

134 - Processo: 0137596-41.2015.4.02.5001 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRA/ES
ADVOGADO: ROSANGELA GUEDES GONCALVES
APDO: JAMES RAMOS ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

135 - Processo: 0033500-05.2016.4.02.5109 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: BRAULIO VINICIUS MARQUES CEPAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: PETIÇÃO INICIAL RECEBIDA PELA INTERNET
INCID: 2017.6000.019957-0 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

136 - Processo: 0161296-37.2015.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
01.08.03.06 - Anuidades OAB - Conselhos Regionais e Afins - Entidades Administrativas/Administração Pública - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECAO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: THIAGO GOMES MORANI
ADVOGADO: RAFAEL RODRIGUES VELLOSO
APDO: CREUSA DOS ANJOS REBELO
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

137 - Processo: 0033114-72.2016.4.02.5109 AC (Processo Eletrônico)

03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APDO: AGROTERRA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA EPP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Observação da DIDRA: PETIÇÃO INICIAL RECEBIDA PELA INTERNET
INCID: 2017.6000.019955-3 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

138 - Processo: 0033327-05.2016.4.02.5101 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
APDO: MUNDIAL AGRICOLAS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
INCID: 2017.6000.019956-1 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
EMBARGANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ

139 - Processo: 0006534-26.2016.4.02.5102 AC (Processo Eletrônico)
03.04.03.02 - Conselhos Regionais e afins (Anuidade) - Contribuições Corporativas - Contribuição de Melhoria - Tributário
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5a REGIAO
ADVOGADO: FLAVIA ALESSANDRA DE FREITAS
ADVOGADO: ALESSANDRA DA SILVA LOPES
APDO: HELOISA HELENA VIEIRA DA SILVA SALES
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

140 - Processo: 0030188-60.2007.4.02.5101 AC
01.02.04 - Erro Médico - Responsabilidade Objetiva - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: ANDRESSA DA SILVA NASCIMENTO
ADVOGADO: ALEXANDRE WANDERLEY DA SILVA COSTA
APDO: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO

141 - Processo: 0013145-08.2010.4.02.5101 AC
01.02.01 - Dano Moral e/ou Material - Responsabilidade da Administração - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: AVS SEGURADORA S/A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
ADVOGADO: JOSE CARLOS DE ALVARENGA MATTOS
P.RÉ: SUSEP-SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS
PROCDOR: PROCURADOR FEDERAL
APDO: TRANSPORTES AMIGOS UNIDOS S/A
ADVOGADO: MARIO GOMES FILHO

142 - Processo: 0008711-73.2010.4.02.5101 AC
02.19.03.28 - Prestação de serviços - Espécies de contrato - Obrigações - Civil
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ
ADVOGADO: CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO
ADVOGADO: JULIANA PEREIRA FARO
APDO: SUPRILAINE 2002 COM/ HOSPITALAR LTDA
ADVOGADO: CLAUDIO THURLER DE LIMA JUNIOR
INCID: 2016.7404.007580-9 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ

RIO DE JANEIRO, 16 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL SERGIO SCHWAITZER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000129

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0001409-23.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001409-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/02/2017 15:34
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
ADVOGADO: MOZART COSTA GUIMARAES
AGRAVADO: GREEN TRANSPORTE DE CARGAS E LOCAÇÕES LTDA
ADVOGADO: GABRIELA DUNCAN MOREIRA LIMA
Originário: 0161412-09.2016.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT, com requerimento de atribuição de efeito suspensivo, visando à reforma da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos da ação indenizatória - processo nº 0161412-09.2016.4.02.5101, com o seguinte teor (fls. 147/150 dos autos originários):

"(...)

A concessão de tutela provisória de urgência incidental cautelar depende da comprovação de seus requisitos, quais sejam, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como a reversibilidade da decisão (art. 300, CPC/2015).

Entendo presentes os requisitos.

Primeiramente, trata-se de contrato administrativo, e não consumerista. Assim, a responsabilidade, princípio, segue o regime jurídico administrativo.

A cláusula que prevê o desconto em razão de crimes encontra amparo no contrato administrativo, contrato adesivo que manifesta a supremacia do ente público ao outorgar a Autora a responsabilidade pelas consequências criminosas ocorridas durante o serviço de transporte oferecido.

Ocorre que tais atividades criminosas classificam-se como fortuitos externos, e sob a ótica do STJ, tem-se entendido como fato excludente de responsabilidade, como abaixo se traz a colação:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS. ROUBO DE CARGAS. FORTUITO EXTERNO. CULPA DA CONTRATADA. NÃO OCORRÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1. O roubo de carga constitui fortuito externo ao contrato de transporte, de modo que a transportadora, independentemente de ter tomado ou não providências suplementares quanto à segurança do serviço, não responde pelo ato ilícito praticado por terceiros.

2. No caso em apreço, o acórdão recorrido - que manteve a sentença de procedência - não apontou nenhuma peculiaridade objetiva que pudesse sugerir culpa por parte da transportadora.

O único fundamento para imputar-lhe responsabilidade foi a frequência com que ocorriam os roubos e de não ter a transportadora contratado escolta armada ou seguro, fatores esses que não induzem a responsabilidade civil, a qual é afastada pela ocorrência de fortuito externo, conforme sólida jurisprudência.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1241124/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 27/08/2015)

Portanto, em um juízo de cognição sumária, entendo presente a probabilidade do direito alegado, vez que o fato romperia o nexo causal entre a inexecução contratual e a conduta da Autora.

Ademais, resta evidente o perigo da demora tendo em vista que, em tempos de crise econômica, resta evidente que tais glosas, aparentemente incabíveis, afetam qualquer empresa, ainda mais se tratando de empresa de pequeno capital social, conforme indicado.

Diante do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA suspendendo a retenção (glosa) contratual nos contratos da Autora (a contar da intimação desta tutela), que tenham como causa unicamente ressarcimento por crimes/contravenções ocasionados por terceiros (estranhos ao contrato) na prestação dos serviços prestados pela demandante.

(...)"

Sustenta que "a empresa contratada, ora agravada, sempre soube que poderia sofrer os referidos descontos nos casos em que a carga postal fosse roubada, haja vista que tinha conhecimento da cláusula contratual que a obrigava a ressarcir a empresa contratante, quando houvesse roubo da carga" (fl. 10).

Assevera que, assim, "tinha o dever de saber evitar as consequências do fortuito, em razão de ter anuído, voluntariamente, com as cláusulas contratuais que previam sua completa assunção de responsabilidade nos casos de danos causados à contratante decorrentes de roubo de carga" (fl. 12).

Aduz que, "cabia ao juízo dar prioridade à clausula contratual e não, inversamente, anulá-la para beneficiar a agravada, sem que esta houvesse feito qualquer prova de que todos os mecanismos previstos no contrato não serviram para impedir os roubos, ou mesmo sem comprovar que o contrato gerou grave desequilíbrio econômico-financeiro em decorrência dos sinistros advindos" (fl. 13).

Afirma que, ao contrário, "a contratada-agravada não comprovou estes fatos, mas simplesmente pleiteou suspensão das glosas com fundamento no fato geral de que a força maior exclui sua responsabilidade, desconsiderando o fato de que nos casos de assunção de risco, a exceção de força maior cede espaço para a demonstração da inevitabilidade do fato ou desequilíbrio econômico-financeiro, circunstâncias estas não comprovadas pela agravada" (fl. 14).

Requer, desse modo, a reforma da decisão recorrida, com atribuição de efeito suspensivo ao agravo para "autorizar a recorrente a aplicar glosas no faturamento da agravada nos termos do contrato e na forma da que já vinha fazendo" (fl. 16).

É o relatório. Decido.

Deve ser atribuído o excepcional efeito suspensivo requerido.

Ab initio,porque, em exame perfunctório próprio deste momento processual, verifico que a pretensão acolhida pelo juízo de primeiro grau foi deduzida de forma genérica, sem comprovação dos fatos alegados.

Depreende-se da inicial dos autos originários que a autora, GREEN TRANSPORTE DE CARGAS E LOCAÇÕES LTDA, ora agravada, participou de concorrência pública para a contratação de serviço terceirizado de transporte de cargas dos correios, celebrando contratos com a ECT, ora agravante, de agosto de 2009 a maio de 2015, objetivando o serviço de transporte rodoviário de cargas no Estado do Rio de Janeiro, com a previsão contratual de que o descumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos seriam penalizados através de retenção dos créditos decorrentes do referido contrato (fls. 4/5 dos autos originários).

Ademais, a tutela de urgência requerida nos autos principais visa a suspensão "das glosas realizadas no pagamento da autora sob o argumento de ressarcimento de roubo de carga" (fls. 21/22 dos autos originários), sob o alegação de que a situação de violência no Estado do Rio de Janeiro transforma a atividade de transporte de encomendas numa operação de risco e de que os Correios vêm imputando a responsabilidade pelos roubos ocorridos, com base na premissa estipulada por ele mesmo, através da cláusula descrita abaixo:

"Responder, diretamente, por furto, roubo e por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução desta contratação desta contratação, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita." (fl. 5).

Entretanto, a agravada, GREEN TRANSPORTE DE CARGAS E LOCAÇÕES LTDA, apresenta planilha, enumerando diversos valores de descontos, no período de 25/01/11 a 29/02/16, em que nem sequer indica os supostos roubos de cargas a que correspondem os descontos questionados (fls. 30/31), e pleiteia, de forma genérica e inespecífica, a suspensão das glosas, sob a alegação de que a força maior exclui sua responsabilidade sem, ademais, comprovar a ocorrência de quaisquer dos alegados roubos.

Por outro lado, o pedido da ECT, nessa seara recursal, de autorização para aplicar glosas no faturamento da agravada, nos termos do contrato, deve ser objeto de análise pelo Juízo a quo, sob pena de supressão de instância.

Isto posto,

Concedo o efeito suspensivo requerido para afastar a decisão agravada. Comunique-se com urgência.

Intime-se a agravada, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.

Após, ao MPF.

Enfim, retornem os autos conclusos.

P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T210233)

BOLETIM: 2017000130

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0013768-73.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.013768-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 11/12/2015 18:23
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ALEX WERNER ROLKE
AGRAVADO: ANTONIO ALVES DE SOUZA
AGRAVADO: CATELINO DE JESUS RANGEL FILHO
AGRAVADO: CELMA DA SILVA VEIGA
AGRAVADO: CLAUDIO CLEBER GONÇALVES
AGRAVADO: DORCELO FERNANDES BATISTA
AGRAVADO: FRANCISCO PAULO RANEPAZZO GUIMARÃES
AGRAVADO: IDAIR GONÇALVES DA SILVA
AGRAVADO: ILDOMAR PINTO
AGRAVADO: JEDIAEL VIEIRA DE SOUZA
AGRAVADO: JOAO ADAQUIZ CEZARIO
AGRAVADO: JOSE LUIZ BUSAN
AGRAVADO: JOSE MARIA RODRIGUES
AGRAVADO: LUCIA GONÇALVES DE MELO
AGRAVADO: LUIZ CLAUDIO CONCEIÇÃO DA SILVA
AGRAVADO: MICHELLI BELARMINO LUNA
AGRAVADO: NILDETE APARECIDA NUNES SILVA
AGRAVADO: ONICIA NUNES RODRIGUES
AGRAVADO: PAULO SERGIO SILVA DE FREITAS
AGRAVADO: ROSA LIMA RIBEIRO
AGRAVADO: WALDI AMORIM DOS ANJOS
ADVOGADO: MARIO MARCONDES NASCIMENTO
ADVOGADO: ALBA SOARES DE AGUIAR
PARTE RÉ: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS S/A
ADVOGADO: ROSANGELA DIAS GUERREIRO
ADVOGADO: JOSE VIEIRA DOS SANTOS JUNIOR
Originário: 0000120-43.2015.4.02.5006 - 1ª VF Serra
ATO ORDINATÓRIO - VISTA

Com o presente, nos termos da Resolução n.º TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, disponibilizada no e-DFF2R de 06/06/2013, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) para oferecimento de contrarrazões ao(s) Recurso(s) Especial e/ou Extraordinário interposto(s) no prazo legal.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
EDILENE MARIA DE OLIVEIRA MOREIRA
Matr. 10310

BOLETIM: 2017000131

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001616-81.2013.4.02.5102 Número antigo: 2013.51.02.001616-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.111010-7
Distribuição-Sorteio Automático - 02/05/2016 12:59
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: MARCIA NAZARETH DE MELLO

ADVOGADO: MARCILIA MELLO DA SILVA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0001616-81.2013.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA APELADA CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA APELANTE. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, §11 DO NOVO CPC. INAPLICABILIDADE. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC ANTIGO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA FIM DE ACESSO ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES. DESNECESSIDADE. ART. 1.025 DO NOVO CPC.

- Nos termos do Enunciado Administrativo nº 7 do STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".
- A iterativa jurisprudência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e do Pleno do Supremo Tribunal Federal, órgãos de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange, respectivamente, às questões de interpretação e aplicação do direito constitucional e do direito federal infraconstitucional, firma-se no sentido de que desnecessária é a menção expressa aos dispositivos incidentes e aplicados na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de aferir-se a pertinência de percurso das vias recursais extraordinária e/ou especial.
- Além disso, cumpre pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DCS

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0010197-93.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.010197-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.108859-4
Distribuição para Órgão Julgador - 25/05/2015 14:25
Gabinete 21
Magistrado(a) SERGIO SCHWAITZER
APELANTE: ALTIVA RODRIGUES
ADVOGADO: TARCISIO DE OLIVEIRA MIRANDA
ADVOGADO: REBECA DE OLIVEIRA MIRANDA FARIA
ADVOGADO: WANESSA LUIZA DE SOUZA SEABRA CORDEIRO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0010197-93.2010.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA APELADA CONTRA ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AOS EMBARGOS DA APELANTE. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, §11 DO NOVO CPC. INAPLICABILIDADE. SENTENÇA PROFERIDA NA VIGÊNCIA DO CPC ANTIGO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA FIM DE ACESSO ÀS INSTÂNCIAS SUPERIORES. DESNECESSIDADE. ART. 1.025 DO NOVO CPC.

- Nos termos do Enunciado Administrativo nº 7 do STJ, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

- A iterativa jurisprudência da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e do Pleno do Supremo Tribunal Federal, órgãos de cúpula do Poder Judiciário do Estado Brasileiro no que tange, respectivamente, às questões de interpretação e aplicação do direito constitucional e do direito federal infraconstitucional, firma-se no sentido de que desnecessária é a menção expressa aos dispositivos incidentes e aplicados na decisão proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais para o fim de aferir-se a pertinência de percurso das vias recursais extraordinária e/ou especial.
- Além disso, cumpre pontuar que, por força do art. 1.025 do novo CPC, "consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".
- Recurso não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, à unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos, e das notas taquigráficas ou registros fonográficos do julgamento, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

[Assinado eletronicamente]
SERGIO SCHWAITZER
RELATOR
DCS

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0103354-54.2014.4.02.5110 Número antigo: 2014.51.10.103354-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Questão de Ordem)
Distribuição-Sorteio Automático - 21/11/2014 15:24
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELANTE: SILVIA ALEXANDRINO PINTO
ADVOGADO: ALEXANDRE MARTIRE LOPES
ADVOGADO: ALEXANDRE HENRIQUE MENDONCA LEAO
ADVOGADO: MARCILIO MARTINS REGO
APELADO: OS MESMOS
REMETENTE: JUÍZO DA 4ª VARA FEDERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI / RJ
Originário: 0103354-54.2014.4.02.5110 - 04ª Vara Federal de São João de Meriti
EMENTA

ADMINISTRATIVO. EX-COMBATENTE. PENSÃO. TRANSFERÊNCIA DE COTA-PARTE E REVERSÃO. PRESCRIÇÃO. ATRASADOS. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS.

1. A autora recebia pensão de ex-combatente falecido em 1986, com fundamento no art. 30 da Lei nº 4.242/1963, na cota-parte de 1/4, juntamente com seu irmão, que era menor, e com a madrasta. Com o falecimento de ambos, ajuizou ação pretendendo a integralização do seu benefício, o que foi concedido. A autora recorreu para que os atrasados fossem deferidos a partir do óbito de cada pensionista e, a União, para que fosse reconhecida a prescrição ou alterados os critérios de juros e correção monetária, bem como reduzidos os honorários.

2. O art. 28 da Lei nº 3.765/1960, segundo o qual ¿a pensão militar pode ser requerida a qualquer tempo, condicionada, porém, a percepção das prestações mensais à prescrição de 5 (cinco) anos¿, aplica-se também na hipótese de reversão, de acordo com tranquilo entendimento do STF (1ª T, AgRg nos EDcl no AREsp nº 102366/PE; 5ª T., AgRg no REsp nº1000813/SC; 6ª T., AgRg no AgRg no REsp 971.008/SC). Logo, não há prescrição do fundo do direito, mas apenas das parcelas anteriores 31/01/2009, tendo em vista o ajuizamento da ação em 31/01/2014.

3. Consoante entendimento do STF e do STJ, o direito à pensão deve observar a legislação em vigor na data do óbito deste instituidor e, portanto, às pensões deferidas com fundamento na Lei nº 4.242/1963, como no caso, aplicava-se subsidiariamente a Lei nº 3.765/1960 em sua redação original, que, no art. 24, admitia a transferência e a reversão entre pensionistas. Assim a autora, que já é pensionista, faz jus à transferência da cota que era recebida pela irmão e à reversão da cota recebida pela madrasta.

Precedentes deste Eg. TRF 2ª Região: 7ª T. Espc., AC proc. nº 2010.51.01.011372-4; 6ª T. Esp., AC proc. nº 201051100056304; 5ª T. Esp., AC nº 564715/R)

4. Os atrasados foram concedidos a partir da citação, o que deve ser mantido. A autora pleiteou atrasados, mas de forma genérica, sem especificar no pedido, ou na causa de pedir, a partir de quando entendia ser os mesmos devidos, sendo aplicável, neste caso, o art. 219, caput, do CPC-73, então em vigor, segundo o qual a citação válida constitui em mora o devedor.

5. A sentença determinou a correção de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal e juros da mora de 1% ao mês. Contudo, uma vez que foram deferidos atrasados a partir de março de 2014, a correção monetária, desde quando devida cada parcela, e os juros da mora, a partir da citação, deverão observar os índices de juros e remuneração aplicados às cadernetas de poupança, de acordo com o artigo 1º-F da Lei n° 9.494/1997, com a redação dada pelo art. 5º da Lei nº 11.960, de 29/06/2009, em vigor (RE 870.947/SE).

6. Afiguram-se razoáveis, no caso, os honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação, nos termos art. 20, § 4º, do CPC-73, em vigor na data em que proferida a sentença.

7. Apelação da autora desprovida, apelação da União e remessa parcialmente providas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os Membros da Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, acolher a questão de ordem para retificar a certidão de julgamento da sessão de 19/10/2016 e fazer constar: "Decide a Sétima Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, negar provimento ao recurso da autora, nos termos do voto do Relator, vencido o Des. Fed. José Antonio Neiva e, igualmente por maioria, dar parcial provimento ao recurso da União Federal e à remessa necessária, nos termos do voto do Relator, vencido o Des. Fed. Sergio Schwaitzer".

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2016 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0006194-62.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006194-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 15/06/2016 13:00
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: FELIPE ARTIMOS DE OLIVEIRA
AGRAVADO: TATIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: ANDERSON DE SOUZA FERREIRA
ADVOGADO: SERGIO COUTO LOPES
ADVOGADO: FABIO QUEIROZ FIUZA
PARTE RÉ: EVENTUAL OCUPANTE DO IMOVEL DA ESTRADA DO CAMPINHO 2321 BLOCO 03 APT 303 - RESIDENCIAL VIVENDAS ESTRADA DO CAMPINHO - CAMPO GRANDE
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0075334-12.2016.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO NA POSSE. PAR. NOTIFICAÇÃO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ESBULHO.

1. O artigo 9º da Lei nº 10.188/2001 não exige que a notificação seja feita via cartório de títulos e documentos, e, consoante jurisprudência, válida a notificação feita no endereço do imóvel arrendado, mesmo que recebida por terceiro, como no presente caso, em que o AR foi recebido por agente da portaria do imóvel objeto da lide. Precedentes (TRF2: AG 00041301620154020000 e AC 01398541520154025101).

2. As ações de consignação em pagamento propostas pela agravada, uma para taxa condominial e outra para as prestações do arrendamento, não têm o condão de afastar o esbulho decorrente do inadimplemento não regularizado após o prazo concedido na notificação, pois, apesar de anteriores à ação de reintegração na posse, não foram efetuados os depósitos do valor integral da dívida, razão pela qual, nos termos do artigo 336 do Código Civil, não têm força de pagamento. Precedente (TRF2: AC 00018140220124025152).

3. O mero inadimplemento da taxa de condomínio, por si só, é suficiente para a configuração do esbulho previsto no artigo 9º da Lei nº 10.188/2001, consoante cláusula décima terceira do contrato de arrendamento que prevê que o não pagamento da taxa condominial pode ensejar a rescisão antecipada do contrato.

4. Agravo de instrumento provido e embargos de declaração prejudicados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas: decidem os membros da 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao agravo de instrumento e julgar prejudicados os embargos de declaração, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2017 (data do julgamento).

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Desembargador Federal

BOLETIM: 2017000132

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0005364-37.2007.4.02.5101 Número antigo: 2007.51.01.005364-9 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/07/2015 10:50
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
APELADO: ARGUMENTO LEGALIZAÇOES E ASSESORIA CONTABIL LTDA
APELADO: LUIZ CLAUDIO DA SILVA
APELADO: MARIA INEZ FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: MARIA INEZ FERREIRA DOS SANTOS
Originário: 0005364-37.2007.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Fls. 282 e 284: Tendo em vista o julgamento da apelação às fls. 278/279, decorrido o prazo recursal, certifique a secretaria o Trânsito em Julgado. Após, dê-se baixa.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211992/rla)

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0028468-87.2009.4.02.5101 Número antigo: 2009.51.01.028468-1 (PROCESSO FÍSICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 07/05/2015 15:17
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA
APELADO: EVENTUAL OCUPANTE DO IMOVEL NA ESTRADA DO MAZOMBA, 290, CASA 73, ITAGUAI, RJ, CEP 23830-250
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0028468-87.2009.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
DESPACHO

Fl. 230. Tendo em vista que "É desnecessária a autenticação de cópia de procuração e/ou substabelecimento, pois se presumem verdadeiros os documentos juntados aos autos quando a falsidade não foi arguida oportunamente pela parte adversa", conforme entendimento do eg. STJ (Agravo Regimental nos embargos de declaração no Agravo em Recurso Especial - 725.505, publicado em 28/03/2016, Relator:

Ministro João Otávio de Noronha), retifique a Secretaria a autuação para que passe a constar o advogado indicado pela apelante CEF à fl. 230.

Após, certifique a Secretaria o trânsito em julgado do acórdão de fls. 221/226, publicado em 09/12/2016 (fl. 227) e, em seguida, dê-se vista dos autos, como requerido, pelo prazo de 5 dias.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(GRC/T215620)

BOLETIM: 2017000134

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0024451-52.2002.4.02.5101 Número antigo: 2002.51.01.024451-2 (PROCESSO FÍSICO)

Redistribuição Dirigida - 14/06/2016 18:01

Gabinete 19

Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA

APELANTE: AMAURY FERREIRA LOPES

APELANTE: SANDRA MARIA PEREIRA LOPES

ADVOGADO: EVANDRO SAMPAIO VIEIRA DUARTE

ADVOGADO: CRISTIANA DA CONCEICAO GOMES

APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LEONARDO GONCALVES ALMEIDA

Originário: 0024451-52.2002.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro

DECISÃO

Indefiro o pedido de extinção do feito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "c", do Código de Processo Civil, requerido às fls. 709, tendo em vista que o instrumento de mandato constante aos autos não deu poderes de renunciar ao outorgado e aos posteriores advogados substabelecidos (fls. 30, 224, 386 e 435).

Cumpre ressaltar, inclusive, que os apelantes foram intimados para regularizar a procuração, para fins de renúncia (fl. 714). No entanto, deixaram de se manifestar no prazo legal (fl. 716).

Por outro lado, deve ser reconhecida a desistência tácita no prosseguimento do feito, já que os próprios recorrentes noticiaram que "efetuaram o pagamento para fins de liquidação da dívida (dívida, custas e honorários)" através de acordo realizado em mutirão administrativo na GIREC/RJ (fl. 709), restando, portanto, prejudicado o julgamento dos embargos de declaração, por falta de interesse.

Isto posto,

Deixo de conhecer dos embargos de declaração de fls. 691/702, com fulcro no inciso III do artigo 932 do Código de Processo Civil.

Decorrido o prazo in albis, remetam-se os autos à vara de origem, com as providências necessárias.

P.I.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA

Desembargador Federal

Relator

(T215533)

BOLETIM: 2017000135

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

7a.TURMA ESPECIALIZADA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Dia 30 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Extraordinária Eletrônica do dia 30 de MARÇO de 2017, (Quinta-Feira), a partir das 13:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - Processo: 0010059-93.2016.4.02.0000 AG (Processo Eletrônico)
01.12.04.02 - Pensão - Benefícios - Servidor Público Militar - Administrativo
RELATOR: DES.FED. JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGVTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGVDO: SILVANA DA CONCEIÇÃO ALMEIDA FONSECA
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
Resultados de Julgamentos Anteriores
30/11/2016 13:00 Pedido de Vistas
07/12/2016 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

002 - Processo: 0009340-76.2012.4.02.5101 APELREEX (Processo Eletrônico)
01.04.04.05 - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos - Saúde - Serviços - Administrativo
RELATOR: DES.FED. LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
APTE: UNIAO FEDERAL
PROCDOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APDO: MARIA SCALERCIO
DEF.PUB.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
P.RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
P.RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCDOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
REMETENTE: JUÍZO DA 10ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Resultados de Julgamentos Anteriores
14/09/2016 13:00 Retirado de Pauta
14/12/2016 13:01 Pedido de Vistas
08/02/2017 13:00 Sobrestado (Res. Não Unânime)

RIO DE JANEIRO, 16 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL SERGIO SCHWAITZER

PRESIDENTE

BOLETIM: 2017000136

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0011186-03.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.011186-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/10/2015 11:42
Gabinete 20
Magistrado(a) LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE: GISELE CRISTINA ROCHA LIMA
ADVOGADO: HENRIQUE DE MELO ISCARDINO

AGRAVADO: UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0062168-44.2015.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
AGRAVANTE
:
GISELE CRISTINA ROCHA LIMA
ADVOGADO
:
HENRIQUE DE MELO ISCARDINO
AGRAVADO
:
UFRJ-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E OUTRO
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL, ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
06ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00621684420154025101)
Decisão

Converto o julgamento em diligência para que seja intimada a agravante a trazer cópia integral de sua CTPS e do contrato de trabalho objeto de discussão.

Retire-se o presente recurso da pauta de julgamento.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO
Desembargador Federal
(bvr)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0001587-69.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001587-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:08
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LEONARDO DOS SANTOS
AGRAVADO: ANDERSON PATRICIO DE FREITAS
AGRAVADO: SALADA MIXTA COMERCIO DE ROUPAS LTDA-ME
ADVOGADO: CATIELE SANTOS DE OLIVEIRA AQUINO
AGRAVADO: DANIELE DE SÁ FREITAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
PARTE RÉ: D DE S FREITAS COMÉRCIO DE ROUPAS
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0001059-83.2016.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
DESPACHO

Intimem-se os agravados, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001608-45.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001608-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 02/03/2017 15:41
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: ANGELO RICARDO ALVES DA ROCHA
AGRAVADO: DROGARIA PIRACICABA LTDA ME
AGRAVADO: MAYCON GUIMARÃES GAZZOLI
AGRAVADO: ITAMAR JOSE DA ROCHA
AGRAVADO: JACKSON JOSE DA ROCHA
ADVOGADO: NIELSON GERALDO ROCHA
AGRAVADO: DAVI RODRIGUES DE SOUZA
ADVOGADO: deivid pires novais
ADVOGADO: ALEXSANDRO CAMARGO SILVARES
Originário: 0106939-87.2013.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
DESPACHO

Intimem-se os agravados, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T212000)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001691-61.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001691-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 15:49
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: PAULO VICTOR DA COSTA AGUIAR
ADVOGADO: ELISANGELA NASCIMENTO CAMPOS DIAS
Originário: 0161375-79.2016.4.02.5101 - 04ª Vara Federal de Niterói
DECISÃO

Não visualizo que a decisão agravada seja apta a causar lesão grave e de difícil reparação que possa ensejar a atribuição de efeito suspensivo inaudita altera parte. A apreciação do presente recurso em momento futuro e apropriado em nada abalará as pretensões da parte agravante, devendo-se, por ora, prestigiar o contraditório.
Isto posto,
Indefiro o requerimento de atribuição de efeito suspensivo ao recurso. Intime-se o agravado, para fins do disposto no art. 1.019, II, do CPC.
Após, ao MPF.
Enfim, retornem os autos conclusos.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T210233)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001988-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001988-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 09:52
Gabinete 19
Magistrado(a) JOSÉ ANTONIO NEIVA
AGRAVANTE: ROCHA STEEL INSTALAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA
ADVOGADO: MAURO HENRIQUE N LOBATO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0017157-70.2017.4.02.5117 - 03ª Vara Federal de São Gonçalo
DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento interposto por ROCHA STEEL INSTALAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA., visando à reforma do decisum (fl. 82) proferido pelo MM. Juiz da 3ª Vara Federal de São Gonçalo, nos autos da processo nº 0017157-70.2017.4.02.5117, que indeferiu o pedido de gratuidade de justiça, tendo em vista que "os documentos anexados aos autos não evidenciam a impossibilidade de recolhimento das custas, em que pesem as dificuldades financeiras alegadas. Ademais, a declaração de imposto de renda de um dos seus sócios, Jonatas Matos da Rocha, juntada às fls. 109, aponta que o mesmo possui condições de arcar com as custas judiciais".

Sustenta, em síntese, que, "A Autora, verdadeiramente, não tem condições de arcar com as despesas do processo, uma vez que são insuficientes seus recursos financeiros para pagar todas as despesas processuais, inclusive o recolhimento das custas iniciais, tendo em vista que vem de todas as formas buscando se reestruturar, através de renegociações juntos as instituições financeiras" (fl. 6).

Alega que, "com o propósito de demonstrar sua total incapacidade financeira de arcar com as despesas processuais, a parte Agravante acosta DOCUMENTAÇAO COMPROBATORIA DE DEBITO NO SIMPLES E DEMAIS IMPOSTOS AOS QUAIS SEQUER ESTA PODENDO PAGAR. Outrossim, o balancete do último trimestre também demonstra que houve um prejuízo de mais de R$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais). (doc). Ademais, os extratos bancários ora acostados, também demonstra saldo negativo há mais de 06 (seis) meses" (fl. 7).

Afirma que "a decisão do MM. Juiz é arbitrária, uma vez que a própria legislação atinente à matéria bem como o pensamento uníssono da jurisprudência pátria convergem para a orientação de que para o deferimento do benefício da Assistência Judiciária Gratuita basta a simples afirmação da parte requerente. Desse Modo, A PARTE AGRAVANTE JUNTOU OS DOCUMENTOS NECESSARIOS A COMPROVAÇAO DE SUA NECESSIDADE DO DEFERIMENTO, TENDO EM VISTA TRATAR-SE DE EMPRESARIO, BUSCANDO FOMENTAR A ECONOMIA, ONDE ATUALMENTE, DIANTE DA CRISE INSTAURADA NO PAÍS, SE MANTÉM COM GRANDE DIFCULDADE, O QUAL POR FORÇA DESTA CRISE TEVE QUE RENEGOCIAR UMA DÍVIDA NO VALOR DE R$158.000,00(cento e cinquenta e oito mil reais). (doc). Tendo os extratos bancários ora acostados que também demonstram saldo negativo há mais de 06 (seis) meses. (documentos anexos). DE MODO QUE A PARTA AGRAVANTE VEM TENTANDO TRILHAR O CAMIMHO DO SUCESSO, CABENDO, DIANTE DOS FATOS E DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, A CONCESSAO DA GRATUIDADE PARA AS PESSOAS JURIDICAS" (fl. 19).

É o breve relatório. Decido.

O benefício da gratuidade da justiça pode ser postulado a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição. Para seu deferimento, no caso de pessoa jurídica, não basta a simples declaração feita pela interessado, mas sim de verdadeira prova da dificuldade econômica que o incapacita de arcar com as despesas do processo. Sobre o tema, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 481, STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FIM LUCRATIVO. ENTIDADE FILANTRÓPICA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA.

1. O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades. Nesse sentido: EREsp 1.015.372/SP, Corte Especial, Relator o Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 01/07/2009; AgRg nos EREsp 949.511/MG, Corte Especial, Relator o Ministro ARI PARGENDLER, DJe de 09/02/2009; EREsp 321.997/MG, Corte Especial, Relator o Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 16/08/2004.

2. O Egrégio Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que "o benefício da gratuidade pode ser concedido à pessoa jurídica apenas se esta comprovar que dele necessita, independentemente de ser ou não de fins lucrativos", não bastando, para tanto, a simples declaração de pobreza (AgRg no RE 192.715/SP, 2ª Turma, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 09/02/2007).

3. É plenamente cabível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita às pessoas jurídicas, em observância ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional (CF/88, art. 5º, XXXV), desde que comprovem insuficiência de recursos (CF/88, art. 5º, LXXIV). É que a elas não se estende a presunção juris tantum prevista no art. 4º da Lei 1.060/1950.

4. Recurso especial a que se nega provimento" (grifou-se)

(STJ, REsp 1064269, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJE 22/09/2010).

"PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO ESTADUAL. NULIDADE INEXISTENTE. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA COM FINS LUCRATIVOS. IRRELEVÂNCIA. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE SER BENEFICIÁRIA DA GRATUIDADE. LEI N. 1.060/50, ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO. EXEGESE.

I. Não há omissão se o acórdão contém fundamentação suficiente ao embasamento da conclusão que tomou.

II. A pessoa jurídica, independentemente de ter fins lucrativos, pode ser beneficiária da gratuidade prevista na Lei n. 1.060/50, art. 2o, parágrafo único, desde que comprove, concretamente, achar-se em estado de necessidade impeditivo de arcar com as custas e despesas do processo.

III. Acórdão estadual anulado, para que, ultrapassado o fundamento oposto pelo Tribunal estadual, este se manifeste sobre o mérito do pedido de assistência judiciária, em face da prova dos autos.

IV. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido."(grifou-se)

(REsp 554.840/MG, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 16/09/2004, DJ 11/10/2004)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. USO INDEVIDO DE VERBAS PÚBLICAS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. PESSOA NATURAL. HIPOSSUFICIÊNCIA DEMONSTRADA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. CONTA CORRENTE. ORIGEM DE RECURSOS NÃO DEMONSTRADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 - Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão, em ação civil pública de improbidade por uso indevido de verbas públicas, da 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro somente quanto às partes em que indeferiu o pedido de gratuidade de justiça dos réus pessoa jurídica e pessoa natural e o desbloqueio de conta corrente da pessoa natural. 2 - Quanto à pessoa jurídica, o E. STJ consolidou entendimento de que esta faz jus ao benefício da gratuidade de justiça desde que demonstre sua hipossuficiência, demonstração esta que deve ser feita pela própria pessoa jurídica, independentemente de se tratar de entidade com ou sem fins lucrativos, não bastando o mero requerimento, por não lhe assistir a presunção de miserabilidade. Precedentes STJ: Súmula 481, STJ ; AgRg no REsp 1377367/PE; REsp 1137945/RS ; AgRg no AREsp 153.249/RJ. Precedentes TRF-2: REEX 200950010095055 ; AC 200651015289941. 3 - Não se vislumbra nos autos deste Agravo qualquer prova de hipossuficiência do Agravante que é pessoa jurídica, nem mesmo existe prova nos autos de que a referida entidade não tenha fins lucrativos. (...). 7 - Recurso parcialmente provido, somente para reconhecer o direito do 2º Agravante (pessoa natural) ao benefício da gratuidade de justiça, nos termos da Lei nº 1.060/50."

(TRF2, AG 201302010187925, Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 13/05/2014.)

"ADMINISTRATIVO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. SINDICATO. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. VPNI. BOA-FÉ. ERRÔNEA INTERPRETAÇÃO DA LEI. AUSÊNCIA. 1. Conforme pacífico entendimento do STJ, consolidado no verbete nº 481 da Súmula da sua Jurisprudência, é admissível a concessão da gratuidade de justiça à pessoa jurídica de direito privado com ou sem fins lucrativos, desde que seja comprovado o estado de miserabilidade, o que não ocorreu no caso. (...) 6. Apelação da UFES e remessa providas; recurso adesivo dos Autores desprovido."

(TRF2, APELRE 200950010095055, Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO, TRF2 - SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R 14/03/2014.)

Conforme entendimento dominante do Eg. Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, a pessoa jurídica pode ser destinatária de assistência judiciária se restar demonstrado que não possui condições de pagar os encargos do processo, sendo, pois, inequívoca a situação de hipossuficiência.

In Casu, entendeu o MM. Juiz a quo que, "Diferentemente da pessoa física, presume-se que a pessoa jurídica em plena atividade tenha condições financeiras de arcar com as despesas de um processo, cabendo às empresas a comprovação da efetiva impossibilidade de pagamento. No caso concreto, porém, os documentos anexados aos autos não evidenciam a impossibilidade de recolhimento das custas, em que pesem as dificuldades financeiras alegadas. Ademais, a declaração de imposto de renda de um dos seus sócios, Jonatas Matos da Rocha, juntada às fls. 109, aponta que o mesmo possui condições de arcar com as custas judiciais." (fl. 82).

Cumpre destacar que o art. 99, § 2o, do CPC dispõe que o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Caberia, portanto, ao magistrado de primeiro grau, antes de indeferir o requerimento, intimar o demandante para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para a concessão da gratuidade de justiça.

Presente, pois, a relevância da fundamentação recursal. O periculum in mora, por sua vez, reside na possibilidade de cancelamento da distribuição em caso de não recolhimento das custas.
Isto posto,
Concedo o efeito suspensivo requerido. Comunique-se com urgência.
P.I.
Rio de Janeiro, 16 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
JOSÉ ANTONIO LISBÔA NEIVA
Desembargador Federal
Relator
(T211992/rla)

SUBSECRETARIA DA 8a.TURMA ESPECIALIZADA

BOLETIM: 2017000196

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0000454-88.2012.4.02.5101 Número antigo: 2012.51.01.000454-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 21/10/2014 19:38
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - CAPESESP
ADVOGADO: VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA
APELADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
PARTE RÉ: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0000454-88.2012.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0000454-88.2012.4.02.5101 (2012.51.01.000454-3)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 542 CPC)
Ao recorrido para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s), nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013).
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
NILVETE MARIA NOGUEIRA SILVA
MATRÍCULA 11321
Diretora da Subsecretaria da 8ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0005130-51.2015.4.02.0000 Número antigo: 2015.00.00.005130-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 20/05/2015 13:43
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: CONCER - CIA/ DE CONCESSAO RODOVIARIA JUIZ DE FORA - RIO
ADVOGADO: CLAUDIA MARIA FERRARI BARBOSA
ADVOGADO: MAURICIO DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0032657-83.2015.4.02.5106 - 01ª Vara Federal de Petrópolis
Processo nº 0005130-51.2015.4.02.0000 (2015.00.00.005130-0)
ATO ORDINATÓRIO (Art. 542 CPC)

Ao recorrido para oferecimento de CONTRARRAZÕES ao(s) Recurso(s) Especial / Extraordinário(s) interposto(s), nos termos da Resolução TRF2-RSP-2013/00030 de 31/05/2013, (disp. e-DJF2R de 06/06/2013).

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
NILVETE MARIA NOGUEIRA SILVA
MATRÍCULA 11321
Diretora da Subsecretaria da 8ª Turma Especializada
(assinado eletronicamente – alínea 'a', inciso III, § 2º, art. 1º da Lei 11.419/2006)

BOLETIM: 2017000197

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0017531-76.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.017531-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2016 16:03
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: MARCUS ANTONIO NAGEM ASSAD - ESPOLIO
REPRESENTANTE: MARCUS ANTONIO NAGEM ASSAD JUNIOR
ADVOGADO: ROBERTO FERREIRA CORDEIRO DE MELO
Originário: 0017531-76.2013.4.02.5101 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia
Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : UNIAO FEDERAL
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO : MARCUS ANTONIO NAGEM ASSAD - ESPOLIO
REPRESENTANTE: MARCUS ANTONIO NAGEM ASSAD JUNIOR
ADVOGADO : ROBERTO FERREIRA CORDEIRO DE MELO
Despacho
Considerando as informações de fl. 294, abra-se novo prazo para apresentação de contrarrazões de Embargos Declaratórios por MARCUS ANTONIO NAGEM ASSAD - ESPÓLIO.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0014008-22.2014.4.02.5101 Número antigo: 2014.51.01.014008-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 05/07/2016 12:41
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ALEXANDRE FREITAS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: KARINE CYRICO DE CARVALHO
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0014008-22.2014.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
APELANTE: ALEXANDRE FREITAS DE OLIVEIRA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUÍZO ORIGEM: 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00140082220144025101) - Juíza Federal REGINA COELI FORMISANO
D E C I S Ã O
Trata-se de requerimento de Medida Cautelar Incidental, inaudita altera pars, com base no art. 804 do CPC/73, nos autos da Apelação Cível interposta por ALEXANDRE FREITAS DE OLIVEIRA, para que suspenda a execução do imóvel objeto da lide, não somente durante a tratativa de negociação, mas durante o curso

do processo, bem como que se impossibilite a alienação a terceiros, enquanto não for decidida definitivamente a demanda, a fim de evitar prejuízo de cunho irreparável ao Apelante e à sua família.

Alegou, em apertada síntese, às fls. 72/76, ratificado à fl. 91, que busca a negociação de suas prestações mensais em atraso, em razão do contrato de mútuo celebrado. No entanto, por ter se equivocado na redação do texto da proposta de acordo, não concretizou o acordo proposto. Afirmou que apresentou contraproposta, não tendo sido esta aceita. Aduziu que está configurada sua boa-fé em negociar o referido contrato, que a medida visa resguardar os Princípios da Economia e Celeridade Processual e se trata da única residência que possui.

É o relatório. Decido.

Com base nos Princípios da Economia Processual e da Instrumentalidade do Processo, passo a analisá-lo como tutela provisória, à luz dos artigos art. 294 e seguintes do CPC/15 – os quais estabelecem os requisitos: probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo ou independente da demonstração desses requisitos, nos casos elencados no art. 311 do CPC/15.

No caso em exame, todavia, com base na cognição sumária realizada neste momento processual, não vislumbro a presença dos requisitos necessários para concessão da tutela provisória, sendo que o Apelante não se desincumbiu em demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, nos moldes do art. 373, I do CPC/15, tampouco demonstrou a probabilidade do seu direito.

A mera prática de atos unilaterais que objetivam a celebração de um eventual acordo é fator insuficiente para caracterizar a probabilidade do direito e o perigo de dano no caso concreto.

Diante do exposto, INDEFIRO o pedido requerido.

Publique-se. Intime-se.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

HELENA ELIAS PINTO,

Desembargador Federal - Relator.

(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)

/mee

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0006390-64.2016.4.02.5001 Número antigo: 2016.50.01.006390-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 23/09/2016 15:10

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO: ELKE STREIT DE OLIVEIRA

ADVOGADO: THIAGO SOARES CALHAU

Originário: 0006390-64.2016.4.02.5001 - 1ª Vara Federal Cível

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

APELADO : ELKE STREIT DE OLIVEIRA

ADVOGADO : THIAGO SOARES CALHAU

Despacho

Verificando que, às fls. 290/298 a parte apelada opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fls. 281/282, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).

Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2017

(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA

Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

1 - 0145858-39.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.145858-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 05/06/2014 13:42

Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: SIMONE RECKER SOUSA DE SA
ADVOGADO: LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 4ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0145858-39.2013.4.02.5101 - 04ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
UNIAO FEDERAL
ADVOGADO
:
ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO
:
SIMONE RECKER SOUSA DE SA
ADVOGADO
:
LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
ORIGEM
:
04ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01458583920134025101)
DESPACHO
Intime-se a parte embargada para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre os embargos de declaração de fls. 177/192.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0033798-21.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.033798-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/07/2016 14:30
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO: ROBSON DAMIAO DA ROCHA RAIMUNDO
ADVOGADO: ELIAS BRAGA
REMETENTE: JUIZO DA 2ª VARA FEDERAL - RJ
Originário: 0033798-21.2016.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO - IFRJ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
APELADO : ROBSON DAMIAO DA ROCHA RAIMUNDO
ADVOGADO : ELIAS BRAGA
Despacho
Verificando que, às fls. 102/109 a parte apelante opõe embargos declaratórios contra o acórdão de fl. 96, e que o eventual provimento do recurso levaria, por corolário lógico, à atribuição de efeitos infringentes ao julgado, determino seja, em homenagem ao princípio do contraditório, intimada a parte embargada para contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis (§2° do art. 1.023 c/c art. 219 do CPC/2015, vigente a partir de 18.03.2016).
Atendido, voltem conclusos para julgamento do recurso.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0101443-31.2014.4.02.5102 Número antigo: 2014.51.02.101443-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 06/09/2016 17:53
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
PARTE AUTORA: LUIZ CLAUDIO DE LEMOS TAVARES
PARTE AUTORA: CRISTIANO BARRETTO FIGUEIREDO
ADVOGADO: IVO DE LEMOS TAVARES
PARTE RÉ: INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE
ADVOGADO: PAULO ROBERTO GOMES
PARTE RÉ: INSTITUTO DA SAGRADA FAMÍLIA-ISAFA
ADVOGADO: OLMIR ANTÔNIO DECARLI
PARTE RÉ: ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E BENEFICÊNCIA SANTA CATARINA DE SENA
ADVOGADO: CARLOS HENRIQUE BRAGA
PARTE RÉ: CENTRO EDUCACIONAL DA LAGOA
ADVOGADO: GEORGEANA LEAL DE MACEDO REZENDE
PARTE RÉ: ASSOCIAÇÃO CARPE DIEM
ADVOGADO: JOSE REINALDO N DE O JUNIOR
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DE NITERÓI / RJ
Originário: 0101443-31.2014.4.02.5102 - 01ª Vara Federal de Niterói
RELATORA
:
DESEMBARGADORA FEDERAL VERA LÚCIA LIMA
APELANTE
:
LUIZ CLAUDIO DE LEMOS TAVARES E OUTRO
ADVOGADO
:
IVO DE LEMOS TAVARES
APELADO
:
INSTITUIÇÃO ADVENTISTA ESTE BRASILEIRA DE PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA À SAÚDE E OUTROS
ADVOGADO
:
PAULO ROBERTO GOMES, OLMIR ANTÔNIO DECARLI, CARLOS HENRIQUE BRAGA, GEORGEANA LEAL DE MACEDO REZENDE, JOSE REINALDO N DE O JUNIOR, ADVOGADO DA UNIÃO
ORIGEM
:
01ª Vara Federal de Niterói (01014433120144025102)
DESPACHO
Intimem-se os embargados para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se sobre os embargos de declaração de fls. 1824/1827 e 1828/1843.
Após, voltem-me conclusos.
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
RELATORA

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0007602-88.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.007602-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/07/2016 18:22
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
AGRAVADO: MARIA LUCIA FERNANDES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Originário: 0086177-80.2016.4.02.5151 - 03º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
AGRAVADO: MARIA LUCIA FERNANDES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ORIGEM: 03º JUIZADO ESPECIAL FEDERAL/RIO DE JANEIRO (2016.51.51.086177-0)
D E C I S Ã O

Cuida-se de embargos de declaração opostos por MARIA LUCIA FERNANDES, às fls. 15/19, com base no artigo 1.022, inciso III, do CPC/2015, em face de decisão desta Relatora, proferida às fls. 11/12, que, declarando a incompetência "deste Tribunal para o conhecimento e julgamento do presente recurso", determinou "a remessa dos autos à Turma Recursal/RJ", para processamento e julgamento.

A parte embargante, ora agravada, em síntese, sustenta que a "Lei nº 10.259/01, que instituiu os Juizados Especiais Federais prevê, expressamente, em seu artigo 3º, §3º a competência absoluta do Juizado Especial Federal para processar e julgar as causas de competência da Justiça Federal até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos", e que "nos termos do art. 4º, 5º e 21 da Lei nº 10.259/01 c/ o art. 41, §º da Lei nº 9.099/95, compete às Turmas Recursais processar e julgar recursos interpostos contra decisão proferida no âmbito dos Juizados Especiais Federais", defendendo, neste cenário, que "haja vista tratar-se de competência absoluta, ao invés de remeter os autos do processo ao Juizado Especial Federal, deveria o nobre Relator negar seguimento ao recurso, haja vista a ausência de um dos pressupostos processuais de validade do mesmo".

Foram concedidas duas oportunidades para que o ora agravante apresentasse resposta ao recurso de embargos de declaração, em cumprimento ao artigo 1.023, §2º, do CPC/2015, em atenção ao princípio constitucional do contraditório, consoante se constata dos despachos proferidos às fls. 25 e 28, tendo sido atestado que, apesar da confirmação da intimação eletrônica do Município do Rio de Janeiro, (fl. 26) e da intimação pessoal de tal ente político (fl. 31), "não houve manifestação da(s) parte(s) agravante à/ao r. decisão/despacho", então proferido, conforme verificado nas certidões de fls. 27 e 32.

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Diante do quadro que se apresenta, tenho que os presentes embargos declaratórios merecem provimento, uma vez que, melhor analisando os presentes autos processuais eletrônicos, a Carta Magna de 1988, ao dispor sobre a criação dos Juizados Especiais, especificamente no inciso I, do artigo 98, estabelece que os julgamentos referentes aos recursos dirigidos aos Juizados Especiais serão realizados pelas Turmas Recursais.

Nesta esteira, e à luz da estrutura prevista na Lei n.º 10.259/2001 e na Lei n.º 9.099/95, assim como na Resolução n.º 30, da Presidência deste Eg. TRF-2ª Região, as decisões proferidas pelos Magistrados dos Juizados Especiais Federais somente poderão ser revistas no âmbito de suas respectivas Turmas Recursais, órgão que é revestido de competência para apreciar as questões que lhe forem devolvidas pelas partes.

Neste sentido, cumpre destacar o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL E TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA POR MAGISTRADA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DA TURMA RECURSAL.

1. Compete às respectiva Turma Recursal o processamento e julgamento de recurso interposto contra decisão de magistrada do juizado especial federal, independentemente de o rito da ação em que proferido o decisum ser o ordinário.

2. Conflito conhecido para declarar a competência da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Estado do Rio Grande do Sul, ora suscitante."

(CC 49586/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/08/2008, DJe 26/08/2008)

Confira-se, ainda, os seguintes julgados desta Colenda Oitava Turma Especializada, é ler:

"Processual Civil – Agravo Regimental – Agravo de Instrumento – Decisão Proferida por Magistrado de Juizado Especial Federal - Competência da Turma Recursal.

1. Agravo Regimental interposto em face de decisão que negou seguimento a recurso de agravo de instrumento, ante sua inadmissibilidade.

2. A Constituição Federal estabelece, ao dispor sobre a criação dos Juizados Especiais, no inciso I do art. 98, que os julgamentos de seus recursos serão realizados por Turmas de Juízes de primeiro grau.

3. De acordo com a estrutura formal prevista nas Leis ns. 10.259/2001 e 9.099/95, bem como na Resolução nº 30, da Presidência desta Eg. Corte, as decisões proferidas pelos Juízes dos Juizados Especiais somente podem ser revistas no âmbito de suas respectivas Turmas Recursais, competentes que são para reapreciar as questões que lhes forem devolvidas pelas partes.

4. Precedente do C. STJ (CC49586).

5. Agravo Regimental a que se nega provimento.”

(Agravo de Instrumento n.º 200802010131638, Oitava Turma Especializada, Relator Desembargador Federal RALDÊNIO BONIFACIO COSTA, DJU de 23/01/2009, à unanimidade de votos)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO DE NOME EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA POR MAGISTRADO COM ATUAÇÃO EM JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA DE TURMA RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

-Cuida-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Caixa Econômica Federal - CEF, contra decisão que, em sede de ação objetivando indenização por dano moral, deferiu o provimento antecipatório postulado para determinar 'a intimação da CEF para que retire a restrição no nome da autora (...) do cadastro de inadimplentes conforme narrado na inicial, no prazo de 72 (setenta e duas)horas, bem como para que se abstenha de efetuar futuras inscrições relacionadas à dívida ora questionada (contrato 5187670923637569, vencimento em 14/11/2010), sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais)'.

- Na hipótese, verifica-se da cópia da decisão agravada que a mesma foi proferida por Magistrado em atuação no 2º Juizado Especial Federal Cível de Vitória. Esta circunstância subtrai a competência desta Egrégia Corte para o exame do presente agravo de instrumento, tendo em vista que compete à respectiva Turma Recursal o processamento e julgamento de recurso interposto contra decisão prolatada por Julgador de Juizado Especial Federal.

- O STJ já se manifestou no sentido de que 'compete às respectiva Turma Recursal o processamento e julgamento de recurso interposto contra decisão de magistrada do juizado especial federal, independentemente de o rito da ação em que proferido o decisum ser o ordinário'.

- Não conhecimento do recurso ante a incompetência desta Egrégia Corte para apreciação do presente agravo de instrumento, determinando-se a revogação da decisão que apreciou pedido de efeito suspensivo."

(Agravo de Instrumento n.º 201102010034220, Oitava Turma Especializada, Relatora Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA DA SILVA, E-DJF2R de 14/12/2011, à unanimidade de votos)

Logo, diante de tal constatação, impõe-se a revogação do decisum que determinou a remessa dos autos à Turma Recursal, com a declaração de não conhecimento do presente recurso de agravo de instrumento.

Por tais fundamentos, DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração para, determinando a revogação da decisão de fls. 11/12, e diante da incompetência desta Eg. Corte Regional Federal para o exame deste recurso, NÃO CONHECER do presente agravo de instrumento.

Publique-se. Intimem-se

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0013184-69.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.013184-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Redistribuição por Prevenção - 09/03/2017 16:43

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

AGRAVADO: MARISE DE OLIVEIRA

REPRESENTANTE: ELANE SOARES DE CARVALHO

ADVOGADO: JOSÉ MOACIR RIBEIRO NETO

Originário: 0105835-89.2015.4.02.5001 - 2ª Vara Federal Cível

RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA

AGRAVADO: MARISE DE OLIVEIRA

JUÍZO ORIGEM: 2ª Vara Federal Cível (01058358920154025001) - Juíza Federal ENARA DE OLIVEIRA OLIMPIO RAMOS PINTO

D E S P A C H O

Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0001119-08.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001119-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/02/2017 12:56
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MAGALUF FOOD COMPANY COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME
AGRAVANTE: POLENSA COMÉRCIO DE UTLIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI
AGRAVANTE: MARIVENT FOOD COMPANY – COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI
AGRAVANTE: MARCELO ARNECKE DI GIORGIO
AGRAVANTE: ALCUDIA COMÉRCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
AGRAVANTE: CALVIA PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA
AGRAVANTE: EKOPRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLÍMEROS LTDA
AGRAVANTE: MANACOR COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI
AGRAVANTE: SANTANI INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
AGRAVANTE: VALLDEMOSA AGENTES DO COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO: LUIS FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO: EDGAR STUELP JUNIOR
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0180283-87.2016.4.02.5101 - 11ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MAGALUF FOOD COMPANY COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME
AGRAVANTE: POLENSA COMÉRCIO DE UTLIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI
AGRAVANTE: MARIVENT FOOD COMPANY – COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI
AGRAVANTE: MARCELO ARNECKE DI GIORGIO
AGRAVANTE: ALCUDIA COMÉRCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
AGRAVANTE: CALVIA PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA
AGRAVANTE: EKOPRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLÍMEROS LTDA
AGRAVANTE: MANACOR COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI
AGRAVANTE: SANTANI INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA
AGRAVANTE: VALLDEMOSA AGENTES DO COMÉRCIO LTDA
ADVOGADO : LUIS FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : EDGAR STUELP JUNIOR
AGRAVADO : CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
Decisão

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, interposto por MAGALUF FOOD COMPANY COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI - ME, POLENSA COMÉRCIO DE UTLIDADES

DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI, MARIVENT FOOD COMPANY – COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI, MARCELO ARNECKE DI GIORGIO, ALCUDIA COMÉRCIO DE BENS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, CALVIA PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA,

EKOPRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLÍMEROS LTDA, MANACOR COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI, SANTANI INCORPORAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA e VALLDEMOSA AGENTES DO COMÉRCIO LTDA contra a decisão proferida pelo MM. Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da Ação Ordinária n.º 0180283-87.2016.4.02.5101, que indeferiu o pedido de tutela antecipada pelo qual objetivam os ora Agravantes que a Caixa Econômica Federal "se abstenha de efetuar descontos referentes aos contratos questionados na demanda e de inscrever os autores nos órgãos restritivos de crédito, ante a caução oferecida, correspondente a imóvel de propriedade da primeira postulante, Alcudia".

Sustentaram os Agravantes o cabimento da tutela pretendida, eis que "as AGRAVANTES sustentam teses verossímeis, nas quais demonstraram, a todo o tempo, que a AGRAVADA, se aproveitando de sua posição, e através de seus prepostos, prestou orientações equivocadas que levaram as AGRAVANTES a tomarem empréstimos desnecessários e, num segundo momento, a repactuarem sistematicamente as dívidas, fazendo com que o saldo devedor das mesmas crescesse exponencialmente" e que "as arguições aventadas pelas AGRAVANTES possuem amplo respaldo jurisprudencial, não se tratando de teses desprovidas de base jurídica, uma vez que todas as explanações decorrem de entendimento da jurisprudência que já foi aplicado em casos análogos, o que evidencia a probabilidade do direito das AGRAVANTES"; além disso "atualmente as empresas AGRAVANTES se encontram em sérias dificuldades financeiras e com restrições por conta de não estarem conseguindo honrar com todas as parcelas dos financiamentos existentes, sendo imperiosa a concessão da tutela recursal para afastar as inserções em cadastros de inadimplentes". Por fim, argumentaram que "o imóvel oferecido como caução contempla 134 (cento e trinta e quatro) lotes com valor médio de R$40.000,00 (quarenta mil reais) cada um, totalizando uma garantia de aproximadamente R$ 5.360.000,00 (cinco milhões e trezentos e sessenta mil reais), e não o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mencionado na decisão ora atacada".

Tendo sido verificado que o recurso não havia sido instruído com a cópia da procuração outorgada ao advogado pelos Agravantes MAGALUF FOOD COMPANY COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI – ME, POLENSA COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS E DECORAÇÃO EIRELI e MARCELO ARNECKE DI GIORGIO, foi assinalado prazo para a regularização (fls. 21), o que foi atendido às fls. 25/27.

É o relatório. Passo a decidir.

A decisão ora agravada indeferiu o pedido de tutela antecipada com os seguintes fundamentos:

"No que concerne ao pedido de tutela provisória de urgência, de natureza antecipada, urge ressaltar que, de acordo com a previsão contida no artigo 300 do NCPC, há de se observar, para sua concessão, pressupostos que necessariamente devem estar conjugados na questão posta para apreciação, verbis:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Em análise perfunctória, característica deste momento processual, não vislumbro a presença de fundamento relevante para a concessão da tutela requerida. Senão vejamos.

Alegam os demandantes que, como o capital de giro das empresas autoras estava aplicado em linhas de investimentos de longo prazo, foram orientados pela ré a manter os referimentos investimentos e lhes foi oferecido uma linha de empréstimo tipo capital de giro de curto prazo, mas que, a tomada de empréstimos e a não utilização do capital próprio de que dispunham, acabou por levá-los à situação pré-falimentar, já que as parcelas dos empréstimos eram descontadas no débito automático das contas correntes, inclusive o limite do cheque especial.

Aduzem que a CEF passou a aumentar os limites das contas correntes, para que mais parcelas dos financiamentos fossem debitadas, e que foram pressionados para firmarem um único contrato de financiamento, cujo número desconhecem, no qual foram agrupadas as parcelas em aberto de todas as empresas autoras.

Sustentam a onerosidade excessiva dos contratos entabulados com a CEF, pugnando pela revisão das avenças, relativamente às cláusulas de juros capitalizados, juros remuneratórios, juros moratórios, comissão de permanência, e pela repetição em dobro dos valores cobrados indevidamente.

Os autores questionam os contratos abaixo listados (total de 38):

(...)

Dos 38 contratos acima mencionados, apenas 3 constam dos autos:

- Alcudia Comércio de Bens e Participações Societárias Ltda: Contrato nº 19.0218.653.0000004/50 (fls. 417/440 - repetido às fls. 482/505)

-Valldemosa Agentes do Comércio Ltda: Contrato nº 19.0218.605.0000179/64 (fls. 441/447)

-Valldemosa Agentes do Comércio Ltda: Contrato nº 19.0218.734.0000024/14 (fls. 448/454).

No tocante ao Contrato nº 19.0218.606.0000288/32, de Alcudia Comércio de Bens e Participações Societárias Ltda, foi acostado apenas o respectivo Termo de Constituição de Garantia (fls. 465/470).

Os demais contratos apresentados (fls. 375/396, fls. 397/405, 406/416, 455/464 e 471/481) são estranhos ao feito.

Não obstante os argumentos ofertados, reputo que a questão, tal como posta nos presentes autos, demanda a necessária dilação probatória a ocorrer em momento oportuno, sobretudo por ser necessária a análise dos contratos em que se fundam a presente contenda.

Além disso, vale dizer, que não se vislumbra, em sede de cognição sumária, evidência de que as avenças tenham sido firmadas com vícios ou quaisquer outras vicissitudes aptas a maculá-las, e que não é possível concluir, apenas por se tratarem de contratos de adesão, que suas cláusulas sejam leoninas.

Não se mostra viável, por conseguinte, a suspensão dos descontos referentes aos contratos.

Não há na documentação carreada aos autos a comprovação de que os autores estejam com seus nomes inscritos em cadastros de inadimplentes, ou ainda, que estejam em vias de ter seus nomes negativados.

O entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, para a concessão de tutela antecipada para impedir ou cancelar registro de inadimplentes nos cadastros de proteção ao crédito, não basta a simples propositura de ação, tendo o devedor que demonstrar que a contestação do débito se funda em bom direito, bem como depositar o valor correspondente à parte reconhecida do débito ou prestar caução idônea. Neste sentido:

"EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SUMULA N. 211/STJ. INSCRIÇÃO DO DEVEDOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. SÚMULA N.7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211/STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 2. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Para a abstenção da inscrição/manutenção do nome em cadastro de inadimplentes, é indispensável que o devedor demonstre o cumprimento concomitante dos seguintes requisitos: (a) propositura de ação para contestar a existência integral ou parcial do débito; (b) efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida funda-se na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou do STJ; e (c) realização de depósito do valor referente à parte incontroversa ou prestação de caução idônea a critério do julgador (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. Agravo regimental desprovido."

(STJ; AGARESP nº 364851; 3ª T.; DJE 28/03/2016; Rel. Min. João Otávio de Noronha).

Os autores ofereceram em caução, imóvel de propriedade de Alcudia Comércio de Bens e Participações Societárias Ltda, consistente em área remanescente denominada terreno B2 do Sítio Gramado, em Limoeiro/PE (fls. 372/374), cujo valor de avaliação é de R$ 200.000,00, bastante inferior ao valor do débito cobrado pela CEF, segundo cálculos apresentados pelos postulantes (fl. 115).

Indefiro, pois, o pedido de não inclusão dos nomes dos autores em cadastros de restrição ao crédito pela Caixa.

Ante o exposto, INDEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA requerida." (g. n.)

Em que pesem as irresignadas alegações da parte agravante, não vislumbro, num juízo de cognição sumária, elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado, considerando que, como bem frisou o Magistrado a quo, dos 38 (trinta e oito) contratos impugnados na exordial da demanda originária, foram colacionados àqueles autos apenas 03 (três) contratos, o que, somado à inexistência de indícios que denotem a ocorrência de quaisquer vícios que os inquinem de nulidade, não autoriza sejam cessadas as cobranças respectivas. Não bastasse, embora os próprios Autores estimem que o valor da dívida seria de R$658.133,52 (fls. 115 dos autos principais), ofereceram como caução um imóvel que, embora declarado como valendo R$650.000,00, foi oficialmente avaliado em menos de um terço do valor declarado - R$200.000,00 (fls. 372/374 dos autos principais).

Nestas circunstâncias, por ora e sem prejuízo do exame mais detido da matéria quando do julgamento de mérito deste recurso, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal.

Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC), bem como o Ministério Público Federal para manifestação como custos legis (art. 1.019, III, do NCPC).

P. I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0001248-13.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001248-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/02/2017 18:06
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: POSTO ANDES LTDA
ADVOGADO: VANUZA VIDAL SAMPAIO
AGRAVADO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0018754-30.2014.4.02.5101 - 10ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: POSTO ANDES LTDA
ADVOGADO: VANUZA VIDAL SAMPAIO
AGRAVADO: ANP - AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO, GAS NATURAL E BIOCOMBUSTIVEIS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
ORIGINÁRIO: 10ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL/RJ (2014.51.01.018754-3)
D E S P A C H O

Nos termos do artigo 1.021, §2º, do Novo CPC, intime-se a parte agravada para manifestar-se sobre o agravo interno apresentado às fls. 83/86, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, voltem-me conclusos para julgamento.

Publique-se.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0001503-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001503-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Redistribuição Livre - 02/03/2017 18:08
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ASSISTENTE LITISCONSORCIAL: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DULCÍNIO ANHOLETTI
AGRAVADO: MÔNICA RABELO ANHOLETI
ADVOGADO: FRANCISCO A CARDOSO FERREIRA
Originário: 0024173-66.2016.4.02.5002 - 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal
AGRAVANTE: ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A
ADVOGADO: MARCELO PACHECO MACHADO
ASSIST. LITIS: AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: DULCÍNIO ANHOLETI
AGRAVADO: MÔNICA RABELO ANHOLETI
ADVOGADO: FRANCISCO A CARDOSO FERREIRA
ORIGINÁRIO: 2A VF - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES (2016.50.02.024173-5)
D E C I S Ã O

Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., com pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo, alvejando decisão que, nos autos de ação de reintegração de posse, indeferiu a liminar requerida na petição inicial.

Do que se afere, a hipótese é de ação de reintegração de posse com pedido de liminar ajuizada pela ora agravante em face de DULCINIO ANHOLETI e de MONICA RABELO ANHOLETI, objetivando, em síntese, a concessão de medida liminar "inaudita altera parte, a fim de reintegrar a Requerente na posse dos imóveis em que se encontram os Requeridos, autorizando demolição das obras irregulares nos termos da lei, a ser cumprido pelo Oficial de Justiça e, caso necessário, com auxílio de força policial", bem como que "no mérito, seja confirmada a medida liminar pleiteada, julgando-se procedente o pedido de tutela possessória e demolitória em favor da Requerente para proceder à sua reintegração definitiva na posse da área delimitada e determinar a demolição dos edifícios e construções em situação irregular", nos termos ventilados na peça inicial (cópia às fls. 40/61).

Por meio do presente recurso, aduz a agravante, em suma, que "ingressou com ação reintegratória c/c demolitória em face de DULCÍNIO ANHOLETTI e outro, visando a imediata reintegração na posse da área localizada em faixa de domínio da União, na BR-101, entre os km 380+400m, no Município de Iconha, no Estado do Espírito Santo", e que "a construção irregular que se objetiva retirar impede a existência de área de escape na rodovia, aumentando consideravelmente o risco de acidentes naquele trecho. A despeito da urgência e importância social da desocupação do imóvel de propriedade da União, o MM. Juízo da Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim inferiu o pedido liminar, o que ensejou a interposição do presente

recurso", discorrendo sobre o fumus boni iuris, carreando o tópico sobre a alegaçãode que "a expropriação é inegável, e decorre da própria construção da BR-101: as Portarias são prova histórica da extensão do domínio da União", argumentando que "a expropriação aqui deve ser reconhecida como fato absolutamente inquestionável, decorrente da própria construção e existência da chamada 'Rodovia BR-101' no trecho que fundamenta a presente causa", e que "a BR-101 não é feita apenas da faixa de rodagem (onde andam os carros e caminhões). Desde sempre, quando construída, o imóvel público incluía toda a extensão da chamada faixa de domínio, de valor variável no ES entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) metros para cada lado. Esta área foi necessariamente ocupada pela União, para a construção da rodovia e formação do canteiro de obras na década de 1970. Prova disso as Portarias n.º 175 e 165, que tratam especificamente do trecho em análise, incontestáveis de que naquele período, quando construído o trecho, a rodovia – em si expropriada pela União – tinha exatamente aquelas larguras lá mencionadas", defendendo, também, que "toda e qualquer ocupação privada sobre o bem é ilegal, não importando quando tenha ocorrido", e que "entende de forma uníssona o Tribunal Regional Federal da 2ª Região que as referidas portarias são prova da efetiva extensão do domínio da União na BR 101, independentemente de ter havido ou não processo de desapropriação no período", fazendo ponderações sobre o periculum in mora, discorrendo, ainda, a respeito de 'risco à segurança dos que trafegam pela rodovia - ausência de periculum in mora inverso", sustentando que "a medida visa à retirada de mera cerca, o que acarretaria em baixíssimo risco de dano contra os Agravados, assim, o periculum in mora inverso no caso é nulo, já que não há qualquer tipo de construção apta a moradia no imóvel", requerendo, ao final, a concessão de efeito suspensivo ativo, "de modo que seja concedida medida liminar para a desocupação e demolição do imóvel objeto desta causa", bem como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, 'para que seja reformada a r. decisão para deferir a tutela de urgência requerida a fim de reintegrar a requerente na posse dos imóveis em que se encontram os Requeridos, localizados dentro da faixa de domínio".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, a Douta Magistrada de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próxima da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar a presença, ou não, dos requisitos autorizadores da antecipação de tutela. Em outros termos, a concessão de medidas liminares ou de índole antecipatória deve, em princípio, ser deixada ao prudente arbítrio do juiz, não cabendo a esta Corte, por isso mesmo, se imiscuir em tal seara, salvo em hipóteses excepcionais, que se revelarem muito peculiares (cf. AG n.º 164742, Quinta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. VERA LÚCIA LIMA, DJ de 02.12.2008; AG n.º 135487, Oitava Turma Especializada, Rel. Des. Fed. POUL ERIK DYRLUND, DJ de 07.06.2005 e AG 146766, Primeira Turma Especializada, Rel. Des. Fed. ABEL GOMES, DJ de 03.02.2009).

In casu, verifico que a decisão agravada, de fls. 401/407, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas seguintes, in verbis:

"Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido liminar, manejada pela ECO101 Concessionária de Rodovias SA em face de DULCÍNIO ANHOLETI e MÔNICA RABELO ANHOLETI.

Afirma que os requeridos invadiram uma área de 5.983,19m² da faixa de domínio da Rodovia BR-101 (fl. 10), no Km 380+400m, ali instalando construções irregulares, conforme comprovam as fotografias que instruem a inicial, já tendo sido esgotados os meios administrativos para desocupação amigável.

Aduz que naquele trecho da indigitada Rodovia a faixa de domínio é de 40 (quarenta) metros de cada lado do eixo, totalizando 80 (oitenta) metros de largura, conforme Portaria nº 185.

Pugna, inclusive liminarmente, pela sua reintegração na posse da área aqui em discussão, com a consequente demolição das obras irregulares, que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio da Rodovia.

Instruiu a petição inicial com os documentos de fls. 23/237.

À fl. 295 consta o comprovante do recolhimento integral das custas processuais.

Às fls. 286/287, este Juízo determinou a intimação da parte autora para que instruísse a inicial com documentos aptos a comprovar a sua imissão na posse da área em contenda, bem como determinou a abertura de vista à ANTT para fins de manifestação acerca do interesse no feito, além da citação dos réus.

Às fls. 299/318 consta a contestação apresentada pelos réus, tendo-a instruído com os documentos de fls. 319/333, ocasião em que pugnou pela improcedência dos pedidos aqui formulados.

Às fls. 291/294 a parte autora, em atendimento à determinação de fls. 286/287, peticionou reiterando os pedidos contidos na petição inicial.

Às fls. 296/297 a ANTT manifesta interesse no feito, na qualidade de assistente simples.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relato do necessário. Decido.

Inicialmente, observo que o NCPC estatui, em seu art. 558, que o procedimento da ação de reintegração de posse será o comum, quando intentado após o prazo de ano e dia, contados do esbulho. Confira:

"Art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial.

Parágrafo único. Passado o prazo referido no caput, será comum o procedimento, não perdendo, contudo, o caráter possessório."

Compulsando estes autos, observo que o próprio autor concorda que tal prazo, em muito, já se escoou, motivo pelo qual deve o feito seguir o procedimento comum, sem perder, contudo, o seu caráter possessório.

Dito isso, passo a apreciar o pedido liminar, na forma do art. 300, do NCPC, que assim dispõe:

"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo."

Pois bem, a tutela antecipada, nos termos em que delineada pelo citado artigo, é instituto processual que possui, para sua concessão, um requisito genérico obrigatório e dois requisitos específicos, sendo que, quanto a estes últimos, basta a presença de um deles para que o juiz possa atender ao pleito da parte requerente. O genérico consiste na existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito buscado pela parte. Os requisitos específicos consistem: a) no perigo de dano; b) no risco ao resultado útil do processo.

No caso em comento, atenho-me à análise do genérico requisito, sem o qual a medida liminar não comporta deferimento.

A pretensão reintegratória da concessionária autora tem como causa de pedir o fato de haver construções tidas como irregulares, dentro da faixa de domínio da Rodovia BR-101, no Km 380+400m, sendo tal faixa reconhecida como bem público, nos termos do art. 99, I, CC/02, não podendo ser alienada, nos termos do art. 100, do mesmo Código.

E sobre ser tal área um bem público é que me ponho a pensar, pois a Portaria nº 183(5?), da Diretoria de Planejamento do DNER, em que se apega a Concessionária ECO101 para justificar o seu pleito, teve sua publicação em 01/12/1976 (fl. 213), ao passo que a Certidão colacionada às fls. 325/326 e 327/330, expedida pelo Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Iconha/ES, indica que, no mínimo, desde 1966 tais terras pertencem aos particulares, ali não existindo referências à eventual desapropriação para a construção da Rodovia aqui em discussão, sendo certo que, desde a vigência da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73), tal medida é obrigatória na respectiva matrícula imobiliária, conforme estabelece o seu art. 167, I, "34".

A bem da verdade, preciso esclarecer que pairam dúvidas sobre se tal Portaria contemplou o trecho aqui discutido, pois, como se vê pelas publicações feitas, ela aprovou a delimitação da faixa de domínio em 80m de largura, somente no subtrecho do entroncamento da BR101/262 até amarelos, ou seja, contempla um subtrecho bem distante do discutido nestes autos, o que depõe contra a probabilidade do direito buscado pela parte autora.

Não obstante, na busca por melhor entender como se deu a delimitação da faixa de domínio do trecho em contenda, consultei as Portarias nºs 166/DES (08/09/1972), 225/DES (19/11/1975) e 342/DES (03/12/1982) – juntadas às fls. 210/212 destes autos –, ao que parece todas tratando da faixa de domínio de tal subtrecho.

Ora, não obstante tais Portarias declararem os imóveis ali compreendidos como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação – seja amigavelmente ou judicialmente –, não houve a aquisição de tais áreas pelo Poder Público para os fins lá tratados, de modo que, seja pelo que estabelece o art. 10, do Decreto-lei nº 3365/41, seja porque, não obstante ter sido intimada a tanto, não houve a juntada pela autora de provas de que as indigitadas Portarias tenham efetivamente produzido os efeitos desapropriatórios por elas buscados, bem como que os documentos que o réu colacionou recentemente aos autos são suficientes para lançar dúvidas capazes de desconfigurar a verossimilhança das alegações autorais, entendo que, nesta fase inicial de análise, o pedido liminar não comporta deferimento.

Frise-se que a posse somente teria sido transferida para o Poder Público se, e somente se, tivesse havido a sua imissão na posse quando da desapropriação, com o indispensável pagamento da indenização prévia e justa do valor do imóvel, seja porque a Constituição atual assim determina, ou seja porque o Decreto-lei nº 512/69, em seus arts. 18 e 19, também dela não se afasta.

Para que não haja qualquer dúvida sobre o meu entendimento, esclareço que não nego a importância de se estabelecer uma faixa de domínio para a destinação buscada pela Concessionária, ou seja, não nego vigência ao art. 4º, III, da Lei nº 6.766/79, com a redação que lhe dada pela Lei nº 10.932/2007, tampouco tenho dúvidas sobre não ser o bem público suscetível à usucapião, todavia, o direito de propriedade é garantia constitucional da qual não posso me afastar e, considerando que toda a argumentação possessória levantada pela autora alicerça-se na transferência da propriedade do imóvel para a União, o que não se verifica, seu pleito liminar não comporta deferimento.

Nesse sentido, destaco os seguintes excertos de ementas de julgado:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL PRELIMINAR. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL. DESNECESSIDADE. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AÇÃO MOVIDA COM FUNDAMENTO EM PORTARIA DE DECLARAÇÃO DE EXPROPRIAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO QUE NÃO TRANSFERE A POSSE. NÃO COMPROVADA A POSSE. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA NÃO É CONCEDIDA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELO DO PARTICULAR CONHECIDO E PROVIDO. 1. Cinge-se a controvérsia recursal à insurgência de particular contra decisão judicial singular que julgou procedente ação de reintegração de posse interposta

pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes para reintegrá-lo em definitivo na posse do imóvel descrito na inicial, fixando multa diária de um salário mínimo para o caso de nova turbação ou esbulho e determinar o desfazimento de qualquer construção ou plantação em detrimento da posse autoral, bem como autorizar a indenização do Poder Público em face de qualquer prejuízo que tenha havido no referido bem. 2. O caso discutido nos autos se referia à possibilidade de verificação de ocorrência de esbulho ou turbação em bem imóvel de domínio da União, sendo questão eminentemente de direito, não havendo qualquer dilação probatória a ser levada em consideração para o deslinde da causa, muito menos através dos esclarecimentos pessoais das partes diretamente envolvidas ou de testemunhos. Resta forçoso reconhecer que resta despicienda a produção de prova testemunhal, tendo a decisão judicial sido proveniente do desenvolvimento processual que decorreu da mera análise das argumentações e provas apresentadas à luz do direito vigente. 3. Dentre as exigências elencadas no artigo 927 do CPC, consta a necessidade de comprovação pelo autor da sua posse. como forma de fazer prova desta condição o DNIT acosta as portarias n.º 78 de15 de setembro de 1977 e 185 de 25 de outubro de 1978, que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação a fins rodoviários, área de terras abrangidas pela faixa de domínio de pouco mais de 3 km da rodovia br 230 do trecho de pombal (entroncamento com a br 116, subtrecho contorno da cidade de cajazeiras). 4. Também não há que se confundir o direito que tem a administração de adentrar no imóvel, após a declaração de expropriação, com a posse, mesmo que provisória, conforme ensina a ilustre Maria Sylvia Zanella di Pietro, em seu curso direito administrativo, p. 136, quando afirma que "ao direito de penetrar no imóvel, não se confunde com a posse". 5. Diante do exposto, tenho que a posse somente se transfere ao poder público com o pagamento da indenização prévia e justa do valor do imóvel desapropriado. outra não poderia ser a conclusão, diante do disposto na Constituição Federal de 1988. 6. Afirma o eminente professor Ernane Fidélis dos Santos, em sua obra Manual de Direito Processual Civil, p. 43, "Ao autor incumbe provar, integralmente, o que alega, isto é, a posse e o molestamento da posse. Não o fazendo, a proteção possessória não lhe será concedida". 7. Não tendo ocorrido o pagamento de indenização ao proprietário do imóvel situado à margem da BR - 230, nem tendo sido ajuizada ação de desapropriação, não há que se acolher o pleito de reintegração de posse movido pelo DNIT, que alega sua posse com fundamento nas portarias acima destacadas, pelo simples fato deste ato administrativo não lhe outorgar o apossamento da faixa de terra perseguida nesta demanda. ao contrário, tem o proprietário o pleno exercício do seu direito de propriedade. 8. Afiguraria-se um pleito muito mais justo e digno de acato, ao invés do ajuizamento da presente demanda por parte do DNIT, que a citada autarquia tivesse promovido, com fundamento na portaria referida acima, a ação desapropriatória, onde obteria a imissão provisória, com o depósito prévio e justo do valor do imóvel, deixando o particular com uma compensação pela perda de parte de seu imóvel. 9. Em sendo assim, não há fundamentos para o acatamento das pretensões da administração pública de reintegração de posse e demolição da construção edificada. Responsabilizado o DNIT no pagamento de custas e honorários sucumbenciais desde já fixados em 10% sobre o valor da causa. 10. Apelação do particular conhecida e provida. (AC 200482010016019, Desembargador Federal Francisco Barros Dias, TRF5 - Segunda Turma, DJE - Data::19/11/2009 - Página::653.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. DNIT. IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA NON AEDIFICANDI. COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE COM DATA ANTERIOR À LEI N.º 6.766/79. 1.Sentença que julgou improcedente a pretensão autoral, que objetivava a demolição, às expensas do Réu, de imóvel localizado na BR 262/ES, Km 3.7, em Alto Lage, Cariacica, ao argumento de que o mesmo encontra-se a menos de 15 metros da referida Rodovia, em inobservância a limitação administrativa instituída pelo art. 4º, inciso II da Lei nº 6.766/79, que estabeleceu reserva de faixa não edificável. 2. A Lei n.º 6.766/79, conhecida como Lei do Parcelamento do Solo Urbano, em seu art. 4º, III, estabeleceu que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, seria obrigatória a reserva de uma faixa non aedificandi de quinze metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica. 3. Tendo o terreno sido ocupado e edificado antes da publicação da Lei n.º 6.766/79, ou seja, antes da existência da limitação administrativa, restou comprovada a boa-fé dos proprietários. 4. Não é possível configurar como irregular a edificação do Demandante, por inobservância a limitação administrativa imposta pelo Poder Público, se à época de sua construção não havia sido implementada tal restrição ou, ainda, se não havia sido construída a rodovia margeante. A presunção, in causa, deve militar em favor do Apelado. 5. Precedentes: STJ -AR 2.075/PR, Rel. Ministra Denise Arruda, Rel. p/ Acórdão Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, julgado em 27/05/2009, DJe 23/09/2009; TRF5 -, AC500313/RN, Relator: Desembargador Federal Marcelo Navarro, Terceira Turma, DJE 11/10/2012; TRF5 - AC502057/RN, Relatora Desembargadora Federal Cíntia Menezes Brunetta (Convocada), Terceira Turma, DJE 23/08/2012. 6. Apelação e remessa necessária improvidas. (AC 199550010062360, Desembargador Federal MARCUS ABRAHAM, TRF2 - QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::07/05/2013.)

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. RESSARCIMENTO DE INDENIZAÇÃO PAGA EM DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. DNIT. IMÓVEL LOCALIZADO EM ÁREA NON AEDIFICANDI. COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE COM DATA ANTERIOR À LEI N.º 6.766/79. BOA-FÉ. 1. Apelação do DNIT para reformar a sentença que julgou improcedente o pedido de ressarcimento de valores pagos a título de

indenização pela desapropriação de imóvel situado às margens da BR 101/RN, por entender que o pagamento teria sido indevido, tendo em vista a natureza do bem expropriado como faixa de domínio de rodovia (uso comum do povo). 2. A Lei n.º 6.766/79, conhecida como Lei do Parcelamento do Solo Urbano, em seu art. 4º, III, estabeleceu que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, seria obrigatória a reserva de uma faixa non aedificandi de quinze metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica. 3. Tendo o terreno sido ocupado e edificado pelos apelados antes da publicação da Lei n.º 6.766/79, ou seja, antes da existência da limitação administrativa, restou comprovada a boa-fé dos proprietários, fazendo-se jus à indenização que receberam pela desapropriação por utilidade pública. Precedentes do STJ e desta Corte. 4. Apelação a que se nega provimento. (AC 200984000076988, Desembargador Federal Marcelo Navarro, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data::11/10/2012 - Página::305.)

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. FAIXA DE DOMÍNIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE ANTERIOR À LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA. 1. Trata-se de apelação cível interposta pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT contra sentença prolatada pelo juízo da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, o qual julgou improcedente o pedido inicial, que visava a condenação do réu, ELVIS CARDOSO ANTUNES, ao pagamento do valor indenizatório que lhe foi repassado por ocasião de procedimento de desapropriação por utilidade pública, uma vez que a área de terras contemplada pelo laudo de avaliação respectivo está posicionada na faixa de domínio da rodovia federal BR-101/RN. 2. Como bem observou o magistrado sentenciante, "a certidão trintenária, presente à fl. 52, assim como os demais documentos constantes dos autos, em especial o Despacho nº 137/2009 - PFE/DNIT/RN, atestam que o imóvel em questão foi ocupado e construído anteriormente à publicação da Lei nº 6.766/79, que estabeleceu que, ao longo das faixas de domínio público das rodovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação". 3. Ou seja, o réu era proprietário do imóvel em questão antes da existência da limitação administrativa, razão pela qual, em face de sua boa-fé, faz jus à indenização que recebeu, em virtude da desapropriação da área (Precedentes). 4. Apelação e remessa oficial improvidas. (AC 200984000080359, Desembargadora Federal Cíntia Menezes Brunetta, TRF5 - Terceira Turma, DJE - Data::23/08/2012 - Página::463.)

Destaco, em especial, a seguinte ementa, que muito recentemente manteve o entendimento ora defendido:

"Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível Nº CNJ : 0003104-46.2016.4.02.0000 (2016.00.00.003104-4) RELATOR: Desembargador (a) Federal MARCELLO FERREIRA DE SOUZA GRANADO

AGRAVANTE : ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S/A

ADVOGADO : Luiz Mauricio F Machado E OUTROS

AGRAVADO : HENRIQUE SISTON HEMERLY

ADVOGADO : CÉSAR DE AZEVEDO LOPES

ORIGEM : 2ª VF Cachoeiro - Cível / Execução Fiscal (01376474920154025002)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO. CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA. LIMINAR INDEFERIDA. DIREITO DE PROPRIEDADE. RECURSO DESPROVIDO.

I – Não estão presentes os requisitos para o deferimento da liminar de reintegração de posse em desfavor de suposto proprietário de área tida por concessionária de rodovia como de domínio público, sejam aqueles previstos no art. 273, I e II, do CPC/1973 ou no art. 300 do CPC/2015, pois, além de haver fundada dúvida se a Portaria nº 185, que delimita a faixa de domínio com oitenta metros de largura somente no subtrecho do entroncamento da BR101/262 até Amarelos, teria de fato contemplado a área objeto de litígio, por ora não resta comprovada a alegada posse irregular ou esbulho praticado pelo Agravado.

II – Se não há notícia de imissão na posse pelo Poder Público por força da desapropriação mediante o pagamento de indenização prévia, questiona-se o direito à reintegração liminar de posse da área por empresa concessionária de rodovia, cujo domínio público deverá ser comprovado ao longo da instrução processual.

III - Agravo de Instrumento desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quinta Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao Recurso, nos termos do Voto do Relator

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2016 (data do julgamento).

MARCELLO GRANADO

Desembargador Federal"

Ante o exposto, INDEFIRO o pleito liminar.

Intimem-se, devendo a parte autora manifestar-se acerca da contestação de fls. 299/318, oportunidade em que deverá dizer, motivadamente, quais as provas que pretende produzir ou requerer o julgamento antecipado da lide.

Após, à parte ré para especificar provas, justificando-as.

Por oportuno, diante da petição de fls. 296/297, remetam-se os presentes autos ao Setor de distribuição para inclusão da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na qualidade de assistente simples da parte autora.

Por fim, retornem-me conclusos."

Neste cenário, o Juízo de primeiro grau de jurisdição, debruçando-se sobre a questão em testilha, em sede de liminar, destacou que "pairam dúvidas sobre se tal Portaria contemplou o trecho aqui discutido, pois, como se vê pelas publicações feitas, ela aprovou a delimitação da faixa de domínio em 80m de largura, somente no subtrecho do entroncamento da BR101/262 até amarelos, ou seja, contempla um subtrecho bem distante do discutido nestes autos, o que depõe contra a probabilidade do direito buscado pela parte autora", tendo destacado, também, que "a posse somente teria sido transferida para o Poder Público se e somente se, tivesse havido a sua imissão na posse quando da desapropriação, com o indispensável pagamento da indenização prévia e justa do valor do imóvel", baseando-se no texto da Carta Magna de 1988, bem como nos artigos 18 e 19, do Decreto-Lei n.º 512/69.

Ademais, convém salientar que a Egrégia Quinta Turma Especializada deste Colendo TRF-2ª Região, ao apreciar tal tema, nos autos do agravo de instrumento n.º 0003104-46.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal MARCELLO GRANADO, em sessão realizada no dia 06 de setembro de 2016, à unanimidade de votos, externou posicionamento no sentido de que "se não há notícia de imissão na posse pelo Poder Público por força da desapropriação mediante o pagamento de indenização prévia, questiona-se o direito à reintegração liminar de posse da área em favor da concessionária de rodovia, cujo domínio público deverá ser comprovado ao longo da instrução processual".

Logo, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, inobstante as considerações tecidas pela recorrente, e diante da estreita via cognitiva característica do recurso de agravo de instrumento, não verifico, ao menos por ora, a existência de elementos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte recorrente. Desta forma, em princípio, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, diante dos elementos apresentados no presente agravo de instrumento, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, ad cautelam, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO ATIVO, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC/2015.

Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

11 - 0001681-17.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001681-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 03/03/2017 14:37

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: JACYDALVA DE ASSIS

ADVOGADO: REGINA ELIZABETH LIMA DA SILVA

Originário: 0530747-52.2010.4.02.5101 - 14ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

RELATOR

:

DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE

:

UNIAO FEDERAL

ADVOGADO

:

ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO
:
JACYDALVA DE ASSIS
ADVOGADO
:
REGINA ELIZABETH LIMA DA SILVA
ORIGEM
14ª Vara Federal do Rio de Janeiro (05307475220104025101)
Decisão
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
12 - 0001689-91.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001689-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 16:17
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MIX RIO COMÉRCIO DE CONCRETOS E ARTEFATOS - EIRELI
AGRAVANTE: RICARDO SALES BARBOSA LEITE
ADVOGADO: GLADSTONE MIRANDA JUNIOR
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: LARISSA MARIA SILVA TAVARES
Originário: 0184583-92.2016.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
MIX RIO COMÉRCIO DE CONCRETOS E ARTEFATOS - EIRELI E OUTRO
ADVOGADO
:
GLADSTONE MIRANDA JUNIOR
AGRAVADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO
:
LARISSA MARIA SILVA TAVARES
ORIGEM
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01845839220164025101)
Despacho
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0001715-89.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001715-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 03/03/2017 17:59
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: OI S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0064625-15.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
OI S. A.
ADVOGADO
:
ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO
:
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00646251520164025101)
Despacho
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0001748-79.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001748-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 06/03/2017 14:53
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO: ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0057407-33.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
TELEMAR NORTE LESTE S. A.
ADVOGADO
:
ANA TEREZA BASILIO
AGRAVADO

:
AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - ANATEL
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro (00574073320164025101)
Despacho
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0001814-59.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001814-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/03/2017 14:39
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA.
AGRAVANTE: ANDRÉ MARIANO CORDEIRO DE FREITAS
AGRAVANTE: CARLOS ALBERTO AGUIAR GOMES DE MENDONÇA MOTA
AGRAVANTE: KLEBER MARRUAZ DA SILVA
ADVOGADO: LUIS FELIPE BAPTISTA LUZ
ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS GALERA SCHLICKMANN
AGRAVADO: COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0011573-70.2017.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS DA AMAZÔNIA LTDA. E OUTROS
ADVOGADO
:
LUIS FELIPE BAPTISTA LUZ, RAFAEL DOS SANTOS GALERA SCHLICKMANN
AGRAVADO
:
COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS
ADVOGADO
:
PROCURADOR FEDERAL
ORIGEM
22ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00115737020174025101)
Despacho
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 13 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
16 - 0001891-68.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001891-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição para Órgão Julgador - 08/03/2017 18:06
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: MARIA DE LOURDES DA SILVA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGRAVADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
Originário: 0005859-76.2010.4.02.5101 - 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE
:
MARIA DE LOURDES DA SILVA
ADVOGADO
:
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
ADVOGADO
:
GERSON DE CARVALHO FRAGOZO
ORIGEM
28ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00058597620104025101)
Decisão
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0001906-37.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001906-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/03/2017 11:41
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
AGRAVANTE: GEORGETE CONCEIÇÃO DE ARAÚJO MARTINS
ADVOGADO: ALDO SILAS DE BARCELLOS RIBEIRO
ADVOGADO: SERGIO RODRIGO CAMPOS MONTEIRO
ADVOGADO: CARLOS JOSE MARIANO DA SILVA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
AGRAVADO: EMGEA-EMPRESA GESTORA DE ATIVOS
ADVOGADO: ANDRE PIRES GODINHO
Originário: 0011412-60.2017.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
RELATOR
:
DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO PEREIRA DA SILVA

AGRAVANTE
:
GEORGETE CONCEIÇÃO DE ARAÚJO MARTINS
ADVOGADO
:
ALDO SILAS DE BARCELLOS RIBEIRO, SERGIO RODRIGO CAMPOS MONTEIRO, CARLOS JOSE MARIANO DA SILVA
AGRAVADO
:
CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL E OUTRO
ADVOGADO
:
ANDRE PIRES GODINHO
ORIGEM
10ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00114126020174025101)
Decisão
Intime-se a parte agravada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.019, II, do NCPC) e, independentemente do resultado da intimação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação (art. 1.019, III, do NCPC).
Após, voltem os autos conclusos.
Rio de Janeiro, 15 de março de 2017
(assinado eletronicamente – art. 1º, § 2º, inc. III, alínea a, da Lei nº 11.419/2006)
MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0001957-48.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001957-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 09/03/2017 18:24
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOSE ANTONIO SAMPAIO FINS
AGRAVADO: CEC COM/ E IND/ DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0516261-09.2003.4.02.5101 - 09ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA-INMETRO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
AGRAVADO: JOSE ANTONIO SAMPAIO FINS
AGRAVADO: CEC COM/ E IND/ DE ALIMENTOS LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
ORIGEM: 9A VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL/RJ (2003.51.01.516261-7)
D E C I S Ã O
Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de execução fiscal, indeferiu o pedido de "utilização do convênio de cooperação técnica INFOJUD, para que sejam trazidas aos autos informações patrimoniais do executado", ora primeiro agravado.
A hipótese é de execução fiscal ajuizada pelo ora agravante em face de CEC COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA, com posterior redirecionamento a JOSE ANTONIO SAMPAIO FINS, objetivando, em síntese, o pagamento da quantia equivalente a R$ 374,83 (apurada até outubro de 1998), com base na certidão inscrita em dívida ativa sob o n.º 3, Série A, no Livro n.º 17, à fl. 3, em 01/10/2001, consoante se infere da peça exordial (cópia às fls. 15/16).
Por meio do presente recurso, aduz a parte recorrente, em sucintas linhas, que "insurge-se o agravante contra a r. decisão do MM. Juiz a quo, exarada nos autos da execução fiscal em epígrafe, que indeferiu o pedido de utilização do convênio de cooperação técnica INFOJUD", argumentando que "a diligência de citação feita por meio de Oficial de Justiça resultou negativa como informa a certidão de fl.94 do processo originário. Uma vez feita a citação por meio de Edital (fls.99), a penhora por meio do Sistema Bacen-Jud resultou negativa como informa o extrato de fl.106/106 verso do processo originário. As pesquisas de bens feitas pela entidade exequente, ora agravante, também resultaram negativas, como indica do documento de fl.112 do processo originário. Esgotados os meios disponíveis para localização de

bens, o exequente, ora agravante, pediu a utilização do convênio de cooperação técnica INFOJUD ao MM. Juiz a quo para viabilizar o prosseguimento da execução e a entrega da prestação jurisdicional", carreando considerações a respeito do Sistema INFOJUD, mencionando o artigo 797, do CPC, defendendo que "a pesquisa do Sistema INFOJUD em nada se diferencia das pesquisas feitas por meio dos Sistemas RENAJUD e BACEN-JUD, salvo no aspecto do sigilo fiscal das informações consultadas, o que se resolve por meio do segredo de justiça, sendo certo que a jurisprudência está consolidada no sentido de garantir ao exequente as consultas feitas por meio dos Sistemas RENAJUD ou BACEN-JUD", sustentando, também, que 'não se busca transferir ao Poder Judiciário um encargo do credor-agravante", requerendo, ao final, a concessão de efeito suspensivo, assim como o provimento do presente recurso de agravo de instrumento, com "a reforma da respeitável decisão proferida na execução fiscal, para viabilizar a consulta de bens por meio do Sistema INFOJUD".

Eis o relato do necessário. Passo a decidir.

Neste plano de cognição superficial, à luz do posicionamento que a jurisprudência desta Egrégia Corte Regional vem adotando a respeito do sistema INFOJUD, no sentido de que "a utilização do sistema INFOJUD deve ser permitida apenas em caráter excepcional, quando esgotados os meios disponíveis para localização de bens do devedor" (vide, por exemplo, julgado proferido nos autos do Agravo de Instrumento n.º 2013.02.01.003371-5, relatoria dessa Desembargadora, à unanimidade de votos, publicado no E-DJF2R de 09/07/2013), entendo que não merece acolhida a argumentação apresentada pela parte agravante, ao menos a ponto de legitimar a concessão do efeito pleiteado.

Sem embargo dos fundamentos esposados ao longo das razões recursais, o Douto Magistrado de primeiro grau, enquanto presidente do processo, e por estar mais próximo da realidade versada nos autos, detém melhores condições para avaliar o conjunto fático e probatório que lastreiam a presente demanda, neste momento processual.

Ressalte-se, ainda, consoante entendimento desta Egrégia Corte, que somente em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a Lei ou com orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal, seria justificável sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento (AG 2010.02.01.017607-0, Sexta Turma Especializada, Rel. Des. Fed. Guilherme Couto, E-DJF2R 14/02/2011; AG 2010.02.01.007779-1, Sétima Turma Especializada, Rel. Des. Fed. José Antônio Lisboa Neiva, E-DJF2R 01/02/2011).

In casu, verifico que a decisão agravada, acostada à fl. 145, em que pese sucinta, encontra-se fundamentada, merecendo transcrição nas linhas abaixo, in verbis:

"Indefiro o requerimento de INFOJUD. A localização do executado bem como de patrimônio penhorável é encargo do exequente, que não pode ser transferido ao Poder Judiciário"

Ademais, analisando-se a documentação acostada ao presente feito, ao que tudo indica, a situação concreta não parece sinalizar para a ocorrência de esgotamento das diligências no sentido da busca de bens a serem executados no processo originário.

Diante do explanado, em consonância com o exame superficial compatível com este momento processual, e à luz dos elementos que permeiam os autos, não verifico, ao menos neste primeiro instante, a existência de argumentos suficientes a formar convencimento que enseje a concessão do efeito pretendido pela parte agravante. Desta forma, em princípio, não vislumbro razões a recomendar a modificação do entendimento externado pelo Douto Juízo de primeiro grau.

Assim, por ora, e sem prejuízo de exame mais detido da matéria quando do julgamento do recurso pelo colegiado, INDEFIRO O PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO, até ulterior apreciação do agravo pela colenda Oitava Turma Especializada deste Tribunal.

Intime-se a parte agravada para responder, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do CPC.

Após, ao MPF, retornando-me em seguida conclusos para julgamento.

P.I.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2017.

Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA

Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0001979-09.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.001979-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 10/03/2017 17:28

Gabinete 24

Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: JOSÉ GERALDO SANTOS VIEIRA

ADVOGADO: IGOR PAIVA SILVA PIMENTA

AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: MARCELO PUPO RIBEIRO

ADVOGADO: DANIELA SALGADO JUNQUEIRA
Originário: 0017887-08.2017.4.02.5109 - 01ª Vara Federal de Resende
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: JOSÉ GERALDO SANTOS VIEIRA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUÍZO ORIGEM: 01ª Vara Federal de Resende (00178870820174025109) - Juiz Federal PAULO PEREIRA LEITE FILHO
D E S P A C H O
Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0002028-50.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002028-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 13/03/2017 15:37
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: ANA JÚLIA PACHECO GRANJA BUENO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0172567-09.2016.4.02.5101 - 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO: ANA JÚLIA PACHECO GRANJA BUENO E OUTROS
JUÍZO ORIGEM: 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro (01725670920164025101) - Juiz Federal Substituto ADRIANO DE OLIVEIRA FRANCA
D E S P A C H O
Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
21 - 0002076-09.2017.4.02.0000 Número antigo: 2017.00.00.002076-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/03/2017 19:06
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: AMGB MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA. ME
ADVOGADO: MILED ELIAS NOGUEIRA JOSE
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RENATA COSTA SILVA BRANDAO
Originário: 0504139-07.2016.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER

AGRAVANTE: AMGB MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO LTDA. ME
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
JUÍZO ORIGEM: 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro (05041390720164025101) - Juíza Federal MARIA AMELIA ALMEIDA SENOS DE CARVALHO
D E S P A C H O
Intime-se a parte agravada nos termos do art. 1.019, II do CPC/2015.
Decorrido o prazo para manifestação, ao Ministério Público Federal.
Intime-se.
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.
HELENA ELIAS PINTO,
Juíza Federal Convocada – em subst. ao Relator.
(assinado eletronicamente - art. 1º, § 2°, inc. III, alínea a, da Lei 11.419/2006)
/mee

BOLETIM: 2017000198

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0008319-02.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.008319-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 29/12/2014 17:49
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: HALPH ALEXANDRE DE PAULA
ADVOGADO: CRISTHIANE DINIZ DE OLIVEIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0008319-02.2011.4.02.5101 - 03ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE TAIFEIROS. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. POSSIBILIDADE. MATÉRIA COM DECISÃO DE MÉRITO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. RE Nº 600.885. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO.

-Cinge-se a controvérsia à verificação do suposto direito do autor de ter garantida a sua matrícula no Curso de Formação de Taifeiros e de sua promoção a Taifeiro de Primeira Classe, do qual foi eliminado em razão de sua idade ultrapassar o limite estipulado na Portaria 341-T/DE-2 de 25 de novembro de 2009.

-A matéria já foi apreciada pelo STF, sob o rito da repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 600.885, que substituiu o RE nº 572.499, tendo a Suprema Corte declarado a não receptação do art. 10 da Lei nº 6.880/80 no tange à fixação de requisitos para ingresso nas Forças Armadas através de editais e regulamentos, haja vista que o art. 142, § 3º, inciso X da Constituição da Repúbica dispõe sobre a necessidade de Lei específica para regular a matéria, inclusive no que tange aos limites de idade. No entanto, tendo em vista o longo período de tempo em que tais requisitos vinham sendo estabelecidos através de Editais e regulamentos, a Suprema Corte optou por modular os efeitos da decisão estipulando que seria mantida a validade dos limites de idade fixados em editais e regulamentos, fundados no art. 10 da lei 6880/80, até 31/12/2011, a partir de quando tais requisitos só seriam admitidos se houvesse previsão legal (RE 600885 / RS - RIO GRANDE DO SUL. Relatora: Min. Carmem Lúcia. Julgamento: 09/02/2011. Repercussão Geral ¿ Mérito. Dje ¿ 125. Divulg. 30/06/2011. Public. 01/07/2011).

-Quanto o ensino na Aeronáutica, no que se refere aos requisitos para ingresso em suas Carreiras, entrou em vigor a Lei nº 12.464 de 2011, de 04 de agosto de 2011, assim dispondo sobre os limites de idade: ¿Art. 20. Para o ingresso na Aeronáutica e habilitação à matrícula em um dos cursos ou estágios da Aeronáutica destinados à formação ou adaptação de oficiais e de praças, da ativa e da reserva, o candidato deverá atender aos seguintes requisitos: (...) V - atender aos requisitos de limites de idade decorrentes do estabelecido no inciso X do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, no que concerne ao tempo de serviço e às idades-limite de permanência no serviço ativo para os diversos corpos e quadros, devendo estar dentro dos seguintes limites etários, até 31 de dezembro do ano da matrícula, para ingresso no: (...) j) Curso de Formação de Taifeiros - não ter menos de 17 (dezessete) anos nem completar 25 (vinte e cinco) anos de idade; e (...).

-O limite etário foi fixado através de lei específica, tal como apontado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, não havendo que se falar em inconstitucionalidade nesse aspecto, para os editais de concursos publicados após a sua edição (04 de agosto de 2011).

-O Edital do concurso em tela (Portaria DEPENS nº 343-T/DE-2, de 25 de novembro de 2009, fls. 47/50), tendo sido publicado em 2009, é anterior à entrada em vigor da referida Lei e é anterior, também,

ao termo final da modulação dos efeitos da decisão no RE 600885, caso em que, segundo a Suprema Corte, considera-se legítima a limitação de idade para ingresso, por concurso, nos quadros da Aeronáutica através do Edital do certame.

-A supracitada Portaria dispõe, no item 3.1.2, item ¿b¿ (fl. 50), que: 3.1 ¿ CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO: 3.1.1 ¿ São condições para a inscrição e para a realização do processo seletivo do EA CFT-B 2010: (...) c) não possuir menos de dezoito anos, nem completar 24 anos de idade até 31 de dezembro do ano da matrícula; (...)

-O autor, nascido em 15/12/1986 (fl. 23), teria, em 31 de dezembro de 2010 (ano da matrícula), 24 anos de idade, completados em 15/12/2010, de modo que estaria acima da idade fixada no Edital na data estipulada no seu item 3.1.1.c.

-O ora apelante já possuía 24 anos de idade em 31/12/2010, não podendo, portanto, prosseguir no certame, sob pena de afronta ao princípio da isonomia entre os candidatos e ao princípio da vinculação ao Edital.

-Não prospera a alegação do autor de que ¿foi assegurado na mesma (na modulação dos efeitos no RE 600855) o direito daqueles que vierem a pleitear judicialmente¿. A ressalva refere-se apenas a eventuais direitos judicialmente reconhecidos, não sendo esse o caso dos autos, tendo em vista que liminar parcialmente deferida às fls. 68/70 perdeu o efeito com a prolação da sentença de improcedência.

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0022408-59.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.022408-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 29/04/2014 15:02
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: JULIA PANCINI DE OLIVEIRA
ADVOGADO: RAQUEL BELLINI DE OLIVEIRA SALLES
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0022408-59.2013.4.02.5101 - 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA CURSO DE FORMAÇÃO E GRADUAÇÃO DO QUADRO DE ENGENHEIROS MILITARES DO EXÉRCITO. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. POSSIBILIDADE. LEI Nº 12.705/2012. MATÉRIA COM DECISÃO DE MÉRITO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. RE Nº 600.885.

-Cinge-se a controvérsia à verificação do suposto direito da impetrante continuar participando do vestibular para o Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares, do qual teria sido excluída por ter ultrapassado o limite de idade máxima previsto no Edital.

-A matéria já foi apreciada pelo STF, sob o rito da repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 600.885, que substituiu o RE nº 572.499, tendo a Suprema Corte declarado a não receptação do art. 10 da Lei nº 6.880/80 no tange à fixação de requisitos para ingresso nas Forças Armadas através de Editais e regulamentos, haja vista que o art. 142, § 3º, inciso X da Constituição da Repúbica dispõe sobre a necessidade de Lei específica para regular a matéria, inclusive no que tange aos limites de idade. No entanto, tendo em vista o longo período de tempo em que tais requisitos vinham sendo estabelecidos através de Editais e regulamentos, a Suprema Corte optou por modular os efeitos da decisão estipulando que seria mantida a validade dos limites de idade fixados em editais e regulamentos, fundados no art. 10 da lei 6880/80, até 31/12/2011, a partir de quando tais requisitos só seriam admitidos se houvesse previsão legal.

-Jurisprudência: RE 600885 / RS - RIO GRANDE DO SUL. Relatora: Min. Carmem Lúcia. Julgamento: 09/02/2011. Repercussão Geral ¿ Mérito. Dje ¿ 125. Divulg. 30/06/2011. Public. 01/07/2011.

-Em 08 de agosto de 2012, entrou em vigor a Lei nº 12.705/2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. No que tange à limitação de idade a Lei 12.705 passou a dispor, no art. 3º, inciso III, alínea ¿c¿, que: Art. 3o São requisitos específicos para o candidato ao ingresso nos cursos de formação de oficiais e sargentos de carreira do Exército, nas formas definidas na legislação e regulamentação vigentes e nos editais dos concursos públicos: III - atender aos seguintes requisitos de idade em 31 de dezembro do ano de sua matrícula: c) no Curso de Formação e Graduação do Quadro de Engenheiros Militares: possuir no mínimo 16 (dezesseis) e no máximo 22 (vinte e dois) anos de idade.

-Tendo sido, na espécie, o limite etário fixado através de lei específica, tal como apontado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, não há que se falar em inconstitucionalidade nesse aspecto.

-No caso em tela, verifica-se que o Edital do concurso é posterior à entrada em vigor da referida Lei, eis que foi publicado em 11/07/2013 (fl. 30), estando, portanto, de acordo com a Constituição. Quanto à habilitação e os requisitos para a matrícula (fl. 31), o Edital remete os interessados ao IRCAM/IME (fl. 33 e seguintes), no qual se verifica que a fixação do limite máximo de idade em 21 anos, completados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, está de acordo com a Lei nº 12.705/2012 (fl. 35). Por seu turno, a impetrante, que nasceu em 26/11/1991 (fl. 22), completou 22 anos de idade em 26/11/2013, ano do concurso, e 23 anos de idade no ano da matrícula, estando, portanto, com idade acima da fixada na no Edital e na Lei 12.705/2012.

-Em que pese a apelante ainda estar com 22 anos na data da matrícula (07/02/2014), conforme alega, o fato é que a mesma completou 22 anos no ano de 2013, não podendo, portanto, prosseguir no certame, sob pena de afronta ao princípio da isonomia entre os candidatos e ao princípio da vinculação ao Edital.

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0105338-83.2013.4.02.5118 Número antigo: 2013.51.18.105338-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 10/10/2014 16:35
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: SHEILLA FERNANDA DOS SANTOS MARQUI LEAL
ADVOGADO: MELAINE CHANTAL MEDEIROS ROUGE
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0105338-83.2013.4.02.5118 - 01ª Vara Federal de Duque de Caxias
E M E N T A

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORA PÚBLICA FEDERAL. ASSISTENTE SOCIAL. JORNADA DE TRABALHO DE TRINTA HORAS SEMANAIS. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DA LEI 12.317/2010 AOS VÍNCULOS ESTATUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE. REGRAMENTO RESTRITO AOS EMPREGADOS SUBMETIDOS À CLT.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade de que seja mantida a jornada de trabalho de 30 horas semanais da demandante, ora apelante, sem prejuízo da sua remuneração.

- A relação jurídica estabelecida entre os entes públicos e os titulares de cargos públicos possui natureza estatutária, razão pela qual é plenamente cabível eventual modificação unilateral, por parte da Administração, do regime jurídico de seus servidores.

- O Eg. Superior Tribunal de Justiça, em, diversos precedentes, já se manifestou no sentido de que "a fixação da jornada de trabalho do servidor público está sujeita ao interesse da Administração Pública, tendo em conta critérios de conveniência e oportunidade no exercício de seu poder discricionário, voltado para o interesse público e o bem comum da coletividade" (cf. AgRg no REsp 1529146 / RS, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 14/09/2015).

- A Lei 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, foi alterada pela Lei 12.317/2010, passando a estabelecer que a duração da jornada de trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.

- Entretanto, evidencia-se que tal diploma legal disciplina tão somente a jornada de trabalho dos empregados celetistas, não se aplicando, destarte, à autora, ora apelante, regida que é pelo Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90), sob pena de afronta à Constituição Federal, que atribui ao Presidente da República a competência privativa para os projetos de lei que disponham sobre o Regime Jurídico de Servidores Púbicos da União (art. 61, § 1º).

- Precedentes do Eg. STJ.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0117705-25.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.117705-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 25/10/2016 16:42
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ALVARO JOSE MANUEL NETO FERREIRA
ADVOGADO: ALVARO JOSE MANUEL NETO FERREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0117705-25.2015.4.02.5101 - 04? Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. ÓBITO DO AUTOR. HABILITAÇÃO DE SUCESSORES. NECESSIDADE. EXECUÇÃO AUTÔNOMA DE HONORÁRIOS CONTRATUAS. NÃO CABIMENTO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. PREVALÊNCIA DO PERCENTUAL NOMINALMENTE DESCRITO NO DISPOSITIVO EM DETRIMENTO DO PERCENTUAL DO ARTIGO DO CPC INDICADO.

1. Trata-se de embargos à execução iniciada pelo patrono do falecido Autor com o objetivo de executar honorários contratuais e de sucumbência.

2. O disposto no §4º do art. 22 da Lei nº 8.906/94, que faculta ao advogado requerer a dedução do valor relativo aos honorários contratuais do montante a ser pago ao exeqüente, não importa, necessariamente, na criação de um processo contencioso incidental no curso da execução ou na necessidade de se inaugurar uma nova demanda, o que somente existirá no caso de surgimento de eventual lide entre os contratantes.

3. Se o contratante não opõe resistência à pretensão do advogado de reserva do valor correspondente aos seus honorários, a intervenção judicial limitar-se-á à ordem de dedução da importância acordada, o que pode ser feito na Justiça Federal sem ofensa ao inciso I do art. 109 da Constituição Federal e em prol da efetivação dos princípios da celeridade e economia processual.

4. O falecimento do autor não obsta o direito do patrono ao pagamento dos honorários contratados, desde que habilitados os sucessores no feito e não havendo resistência dos mesmos, sendo certo que o fato do falecido Autor Originario não ter deixado filhos e nem testamento, não significa que não existam herdeiros legítimos a se habilitarem para o recebimento do crédito em questão e que, ainda que os mesmos não sejam notoriamente conhecidos, cabível a instauração do procedimento de herança jacente, que pode ser promovido pelo Ministério Público, pela Fazenda Pública ou por qualquer interessado.

5. Esta Corte já manifestou entendimento de que ¿O pagamento dos honorários contratuais está condicionado à expedição de ofício requisitório de pagamento em nome do autor ou, acaso comprovado seu falecimento, em nome de seus sucessores legais, depois de devidamente regularizada a representação processual, com habilitação nos autos. Não é possível, como pretende a advogada da parte autora, expedição autônoma dos honorários contratuais¿. (AC 199751010128850, Desembargadora Federal CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, TRF2 - SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data:15/07/2014.).

6. Como já decidido na sentença recorrida ¿Ainda, que tenha sido mencionado o art. 20, § 3º do CPC/73, deve prevalecer a base de cálculo que foi nominalmente descrita no dispositivo da sentença, ou seja, os honorários devem ser calculados aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa. Se havia incorreção na aplicação do percentual, deveria o interessado ter interposto o recurso adequado para a reforma do julgado. Se não o fez, deve prevalecer o parâmetro textualmente fixado, não havendo como alterá-lo neste momento. Assim, atribuído à causa o valor de R$34.000,00 em fevereiro de 2011 (fls. 09 dos autos do processo originário - 0001934-38.2011.4.02.5101), e, fazendo-se incidir o percentual de 5%, o valor dos honorários de sucumbência perfaz o montante de R$1.700,00 (um mil e setecentos reais) em fevereiro de 2011¿

7. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de Março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
DESEMBARGADOR FEDERAL

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0159713-14.2015.4.02.5102 Número antigo: 2015.51.02.159713-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/10/2016 14:31
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CESAR AUGUSTO FREITAS DA SILVA
ADVOGADO: RENATA CRISTINA PEREIRA LIMA EGITO
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0159713-14.2015.4.02.5102 - 08ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. AUSÊNCIA AO SERVIÇO. DESERÇÃO. ALEGAÇÃO DE TRATAMENTOS MÉDICOS. IMPEDIMENTO DE EXECÍCIO DE ATIVIDADES. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE PERÍCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A SER TUTELADO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.

I. Pretende a apelante nulidade do ato administrativo que decretou sua deserção, em virtude de ausência ao serviço, afirmando que esta foram devidamente justificadas, por encontrar-se o impetrante em tratamento de saúde.

II. O impetrante apenas junta aos autos atestado médico relativo ao dia 02.06.2015, no qual é sugerido que o impetrante seja dispensado de suas atividades por 4 (quatro) dias ¿para repouso domiciliar e para recuperação clínica¿ , bem como receituários médicos.

III. Todavia, nenhum desses documentos é capaz de justificar as faltas que ensejaram a deserção, as quais ocorreram a partir do dia 13.10.2015. Note-se que o encaminhamento do impetrante à Unidade Integrada de Saúde Mental para tratamento médico no dia 20.10.2015 é insuficiente para justificar as ausências no serviço, vez que, além de não ter havido a concessão de licença médica, a unidade apenas prescreveu medicação, sem promover a internação do impetrante.

III. Por fim, alega o impetrante que as ausências decorreram de suposta síndrome do pânico. Entretanto, não há nos autos documentos que permitam inferir a efetiva existência da patologia, sendo necessária sua comprovação mediante perícia médica, não comportada no procedimento célere de mandado de segurança. Desse modo, mantém-se irreparável a sentença, que afirmou a ausência de direito líquido e certo, denegando a segurança pretendida.

V. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0503132-77.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.503132-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 14/11/2016 12:21
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: LUAN LOPES SILVEIRA
ADVOGADO: JOSE WILSON FERREIRA
APELADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0503132-77.2016.4.02.5101 - 10ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

PROCESSUAL CIVIL.APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIÇO MILITAR. PROFISSIONAL DA ÁREA DA SAÚDE. ART. 4º, §2º DA LEI Nº 5.292/67. DISPENSA POR EXCESSO DE CONTINGENTE. LEI Nº 12.336/2010. CONVOCAÇÃO POSTERIOR.
I. Em julgamento de recurso repetitivo, complementado por decisão em embargos de declaração, o STJ entendeu que as alterações trazidas pela Lei 12.336 passaram a viger a partir de 26 de outubro de 2010 e se aplicam aos concluintes dos cursos nos IEs destinados à formação de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, ou seja, àqueles que foram dispensados de incorporação antes da referida lei, mas convocados após sua vigência, devem prestar o serviço militar. (EDcl no REsp 1185613).
III. Na hipótese em que a parte apelante foi convocada para incorporação ao quadro do Exército em 02/06/2015, após a vigência da Lei n° 12.336/2010, não há como afastar a aplicação da legislação precitada.
III. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:
Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0042203-51.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.042203-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 26/11/2014 11:41
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
APELADO: HEROS VALERIANO MOYSES

ADVOGADO: SHAIANE MONIQUE DE OLIVEIRA FERREIRA
ADVOGADO: ALEXANDRO DE OLIVEIRA
REMETENTE: JUIZO DA 17ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / RJ
Originário: 0042203-51.2013.4.02.5101 - 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. PRAZO RAZOÁVEL PARA APRECIAÇÃO. ART. 5º, INCISO LXXVIII DA CF/88. ART. 49 E 59 DA LEI 9.784/99. ART. 152 DA Lei 8.112/90.

-Cinge-se a controvérsia ao restabelecimento da tramitação do processo de aposentadoria voluntária com proventos integrais do autor, bem como à concessão do beneficio, se preenchidos os requisitos necessários, ante a alegada demora na tramitação de processo administrativo disciplinar em que arrolado, dentre outros, o autor, o qual ocasionou a sustação do seu processo de aposentadoria.

-Aduz o autor que deu entrada no requerimento de aposentadoria em 08/03/2013, cujo processo administrativo foi tombado sob o nº 33374.003593/2013-08, tendo o mesmo sido sustado ante o recebimento, pela Coordenação de Aposentadorias e Pensões do Hospital Geral de Bonsucesso, do Ofício CPAD nº 038/2013/CPAD/CRG/CGU-PR, datado de 08/07/2013, informando que o autor estaria impedido de requerer aposentadoria voluntária ou exoneração a pedido por encontrar-se arrolado como acusado em processo administrativo disciplinar.

-A Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, introduziu no artigo 37 da Constituição Federal o princípio da eficiência entre os princípios norteadores das ações da Administração Pública. Tal modificação teve como objetivo proporcionar um novo paradigma de gestão administrativa, visando a racionalização dos gastos com a maximização da qualidade na atuação administrativa.

-No que se refere à tramitação dos processos, tal questão ganhou força, com a introdução, pela Reforma do Judiciário, através da Emenda Constitucional nº 45 de 08 de dezembro de 2004, da garantia à duração razoável do processo administrativo e dos meios que assegurem a celeridade de sua tramitação, conforme artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição.

-O art. 49 da Lei 9.784, de 1999, trata do dever de decidir no âmbito do processo administrativo federal, estabelecendo prazo de 30 dias para contados da conclusão da instrução.

-No que tange aos processos administrativos disciplinares, o art. 152 da Lei 8.112/90 dispõe que ¿O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.¿

-No caso dos autos, verifica-se que o autor protocolou o requerimento de aposentadoria em 08/03/2013, tendo o mesmo sido sustado 4 (quatro) meses depois, por força de comunicado de processo disciplinar envolvendo o autor, este iniciado em 2012, sendo certo que até a data da propositura da presente demanda (17/12/2013 ¿ fl. 81), ambos os processos ¿ o de aposentadoria e o PAD ¿ ainda não haviam sido resolvidos.

-Como bem ressaltou o Juízo a quo: ¿Não pode o servidor ter a apreciação do requerimento de aposentadoria voluntária indefinidamente postergada, na dependência do prosseguimento e conclusão dos trabalhos do PAD, havendo que se conciliarem os preceitos que regem os dois institutos na Lei 8112/90, assente, ainda, nos termos do art. 134, que se o servidor for julgado culpado pelo cometimento, na atividade, de falta punível com demissão, a aposentadoria será cassada, sem prejuízo para a administração. Tal situação, indefinidamente tolerada, vulneraria os princípios constitucionais de legalidade, moralidade, eficiência e razoável duração do processo, posto que o trâmite e decisão de processo administrativo disciplinar submete-se a prazos fixados na Lei 8112/90. Nessa conformidade, já excedido o prazo para a Comissão processante do PAD concluir a apuração dos fatos quando oficiou ao Diretor do HFB, em 21/06/13, no sentido de impedir que os servidores ali arrolados, dentre eles, o autor, requeressem e obtivessem aposentadoria voluntaria antes de encerrado o procedimento, não há respaldo legal para que se perpetue a sustação da apreciação do requerimento de jubilação do suplicante, o qual deve ser restabelecido e apreciado¿.

-Assim, deve ser prestigiada a decisão singular, pois, ultrapassado o prazo para a conclusão do julgamento do processo administrativo disciplinar que envolve o autor, não mais subsiste justificativa para o sobrestamento de seu pedido de aposentadoria, configurando-se, destarte, a violação do direito do autor de ter seu requerimento analisado em tempo razoável, consoante dispõem os artigos 5º, inciso LXXVIII, da Constituição, arts. 49 e 59, da Lei 9.784/99.

-Remessa necessária e recurso da União desprovidos.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0131026-98.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.131026-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.005568-3

Redistribuição por Prevenção - 08/06/2016 20:35

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELADO: THIAGO TOSTES PADILHA MOREIRA PINTO

ADVOGADO: ALEXANDRE MENEZES MELLO

ADVOGADO: FABIO LUCIANO DE ALMEIDA E SILVA

ADVOGADO: BERNARDO PIRES FERREIRA

REMETENTE: JUIZO DA 32ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ

Originário: 0131026-98.2013.4.02.5101 - 32ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 1.022, DO NOVO CPC.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade ou contradição (inciso I), omissão (inciso II), ou, ainda, para sanar erro material (inciso III).

-Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

- Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

7 - 0034610-97.2015.4.02.5101 Número antigo: 2015.51.01.034610-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição por Prevenção - 14/11/2016 10:58

Gabinete 22

Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA

APELANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

APELANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

APELADO: KELLY VENÂNCIO DO AMARAL

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PARTE RÉ: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

REMETENTE: JUÍZO DA 1ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0034610-97.2015.4.02.5101 - 01ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. tratamento de saúde. LUPUS. ARTRITE REUMATÓIDE. MEDICAMENTO NECESSÁRIO. Gravidade do quadro. LEGITIMIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RAZOABILIDADE.

1- Afastada a alegação de ilegitimidade passiva ad causam , uma vez que, sendo solidária a responsabilidade dos entes federados no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população, os mesmos detêm competência e legitimidade para integrarem o polo passivo das demandas de fornecimento de medicamentos, bem como dos tratamentos devidos. Além disso, a questão referente a reembolso dos custos para aquisição do fármaco requerido é medida a ser solvida administrativamente, sem necessidade de qualquer intervenção ou determinação judicial.

2- Diante do grave quadro de saúde da parte autora que sofre de lupus eritematoso sistêmico e osteoporose grave com fraturas osteoporóticas necessitando fazer uso do medicamento TERIPARATIDA, registrado na ANVISA, em seu tratamento realizado no Hospital Federal dos Servidores do Estado, conforme expressa determinação médica feita pelo próprio médico integrante do SUS, como necessário ao tratamento médico ao qual vem sendo submetida, o não fornecimento do medicamento necessário, ainda que não previsto nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas instituídos pelo Ministério da Saúde, viola direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal, conforme amplo entendimento jurisprudencial, mormente diante do fato de que, apesar de já ter feito uso de alternativas terapêuticas disponibilizadas pelo SUS, por dois anos, não teve melhora do quadro clínico, de forma que sua doença vem evoluindo, provocando fraturas no carpo, côndilos femorais esquerdo e direito, tíbias proximais e fêmur distais, além de colabamento de T12 e L1 causado por fratura osteoporótica.

3- Honorários advocatícios fixados em valor razoável (10% sobre o valor da causa, sendo atribuído na exordial em R$ 45.564,84), "na proporção de 1/3 para cada um dos entes", excluída, porém a condenação da União (Súmula 421 do STJ).

4- Remessa e apelação do Estado do Rio de Janeiro conhecidas e desprovidas. Apelo da União parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à remessa e ao recurso de apelação do Estado, bem como conhecer parcialmente e, nesta parte, negar provimento ao apelo da União, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Remessa Ex Offício - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0049454-18.2016.4.02.5101 Número antigo: 2016.51.01.049454-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 14:29
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
PARTE AUTORA: LEONARDO RIBEIRO SARMENTO
ADVOGADO: ANDREA CRISTINA BARRETO DE LIMA
PARTE RÉ: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
REMETENTE: JUÍZO DA 27ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ
Originário: 0049454-18.2016.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
EMENTA

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA. CURSO ESPECIAL DE HABILITAÇÃO PARA PROMOÇÃO A SARGENTO. EXCLUSÃO. NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. COMPROVADA CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO NO MOMENTO DA MATRÍCULA.

I. Pretende o impetrante a declaração da nulidade do ato administrativo que determinou sua exclusão do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento, sob a assertiva de que não teria apresentado documentos necessários à comprovação de sua conclusão do curso de Ensino Médio.

II. O atual Plano de Carreira de Praças da Marinha estabelece que a matrícula Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento (C-Esp-HabSG), curso de carreira, requer a conclusão de curso de ensino Médio.

III. No momento da matrícula, o impetrante somente foi capaz de apresentar à Administração Militar Declaração de Conclusão de Curso e Histórico Escolar do Ensino Médio, concluído no ano de 2004. No entanto, não pôde apresentar Certificado de Conclusão de Curso, o qual não havia sido providenciado pela instituição de ensino.

III. No período de matrícula para o Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento, o impetrante LEONARDO RIBEIRO SARMENTO já havia concluído o Ensino Médio, conforme Declaração de Conclusão de Curso e Histórico Escolar apresentados, sendo plenamente atendido o item 2.11.7 do Plano de Carreira de Praças da Marinha. O diploma de conclusão somente não foi apresentado por circunstâncias alheias à vontade do impetrante, o qual não pode ser punido pela incúria da instituição de ensino na adoção de procedimentos céleres para expedição de diplomas.

IV. A sentença proferida atuou de forma irreparável ao determinar a nulidade do ato administrativo que ensejou a exclusão do impetrante do Curso Especial de Habilitação para Promoção a Sargento, reconhecendo a possibilidade de sua promoção ao posto de Terceiro-Sargento, caso não exista outro óbice para a ascensão funcional.

V. Remessa Necessária a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento à remessa necessária, nos termos do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017.

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0100085-11.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.100085-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 02/04/2014 12:42

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

AGRAVADO: JACI PAFECE MOREIRA

DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro

AGRAVADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ

Originário: 0146458-60.2013.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado pela parte autora.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual

incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

13 - 0103531-22.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103531-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 08/08/2014 13:50
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: CARLOS FELIPE MOREIRA PINTO
ADVOGADO: TANIA MARA BORGES PEREIRA
Originário: 0009052-60.2014.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, determinando "o retorno do autor aos quadros do Exército devendo ser colocado em situação de adido, sob tratamento médico, até completa recuperação".
- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".
- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

14 - 0103704-46.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103704-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 13/08/2014 17:22
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: BARBARA CRISTINA CORREIA DA SILVA ZUIM
ADVOGADO: BARBARA CRISTINA CORREIA DA SILVA ZUIM
Originário: 0009398-11.2014.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de mandado de segurança, deferiu pedido liminar postulado.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.

- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0104871-98.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104871-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/09/2014 18:12
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: FLAVIA CRISTINA SILVA PEIXOTO
ADVOGADO: GUSTAVO AFONSO MELLO BERNER
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
Originário: 0003902-98.2014.4.02.5101 - 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por FLAVIA CRISTINA SILVA PEIXOTO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado na inicial.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual

incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0105272-97.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105272-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 24/09/2014 15:14
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: LUCIANA DOS SANTOS CRUZ REIS
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0148407-85.2014.4.02.5101 - 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto pela UNIÃO FEDERAL, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, "determinando a imediata intimação da União para que providencie, no prazo máximo de 48 horas, atendimento emergencial à autora, para tratamento de câncer, com realização de radioterapia, a partir da sua inclusão no cadastro junto a uma das unidades CACON/UNACON (Enunciado 7, I Jornada da Saúde, CNJ) que possuam aparelhos capazes de suportar seu peso, conforme indicado pelo Núcleo de Assessoria Técnica (Hospital Universitário Pedro Ernesto ou Hospital Universitário Clementino Fraga Filho) ou outro que tenha o mesmo recurso", fixando multa diária no valor de R$ 1.000,00, "limitada ao teto de R$ 10.000,00 (dez mil reais)".

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0010159-48.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.010159-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2016.6000.115593-3
Distribuição por Prevenção - 04/10/2016 19:48
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: GERALDO LOURENÇO MAFRA - ESPÓLIO
AGRAVADO: ISABEL MARQUES DA SILVA
AGRAVADO: HELIO FIGUEIRA REIS
AGRAVADO: ELZA LIMA VAZ
ADVOGADO: JORGE JESUINO DE SOUZA E SILVA
PARTE RÉ: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0492273-66.1900.4.02.5101 - 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE INDEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO. CONCORDÂNCIA ANTERIOR DOS EXECUTADOS QUANTO AO VALOR DEVIDO. EXPEDIÇÃO DE REQUISITÓRIO. JUÍZO A QUO AFASTOU A ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. INDÍCIOS DE AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE. CÁLCULOS COMPLEXOS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

-Cuida-se de agravo interno interposto pela UNIÃO FEDERAL, alvejando decisão monocrática proferida por esta relatora, que indeferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo formulado pelo agravante.

-O decisum atacado no presente agravo de instrumento "não abordou o aspecto a respeito de eventual inexistência de título executivo, ora ventilado perante este Egrégio Tribunal Regional Federal sem sede de agravo de instrumento", tendo sido externado pela Julgadora de primeiro grau de jurisdição que "já há concordância da União e do INSS (fls. 964/965 e 969/980) com os valores efetivamente devidos".

-Ademais, analisando a vasta documentação adunada ao presente recurso, ao que tudo indica, não parece ter havido inércia da parte exequente, ora agravada, cabendo destacar, na linha do que restou constatado pela Magistrada de piso, que a elaboração dos cálculos em questão exige possui certa complexidade.

-Agravo interno não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000199

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0016842-37.2010.4.02.5101 Número antigo: 2010.51.01.016842-7 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.005464-4
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 29/12/2014 13:33
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

APELANTE: CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA - CONTER
ADVOGADO: EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
APELADO: FIOCRUZ - FUNDACAO OSWALDO CRUZ
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0016842-37.2010.4.02.5101 - 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ARTIGO 1.022, DO NOVO CPC.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade ou contradição (inciso I), omissão (inciso II), ou, ainda, para sanar erro material (inciso III).

-Todos os fundamentos que se apresentaram nucleares para decisão da causa foram devidamente apreciados, inexistindo omissões capazes de comprometer a integridade do julgado.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

- Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0002228-13.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.002228-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/12/2014 15:03
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: APARECIDA DE SOUSA CARVALHO
ADVOGADO: MARIO CUNHA FERREIRA DIAS
APELADO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0002228-13.2013.4.02.5104 - 01ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AUXÍLIO-TRANSPORTE. APRESENTAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM. PRINCÍPIO DA MORALIDADE E LEGALIDADE. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DESPROVIDO.

- Cinge-se a controvérsia ao reconhecimento do alegado direito da parte autora de ver cancelada a exigência administrativa que condicionou o pagamento do Auxílio-Transporte à apresentação dos bilhetes de passagens intermunicipais, bem como que seja reconhecido o seu direito à aludida verba indenizatória, ainda que utilize veículo próprio.

- O benefício do auxílio transporte, instituído pela MP 2165-36/2011, consiste em uma indenização paga ao servidor pelas despesas realizadas com o transporte coletivo para o deslocamento ao trabalho e sua concessão dar-se-á conforme disposto em regramento.

- Não há previsão, na aludida MP, para indenização com despesas realizadas com veículo próprio. Ao contrário, há expressa restrição aos transportes seletivos ou especiais.

- Uma vez que se trata de norma que institui benefício, deve ser interpretada restritivamente, não cabendo à Administração estendê-lo a hipóteses não previstas na norma, pois equivale a criar vantagem não prevista em lei.

- Assim, não há qualquer ilegalidade na Orientação Normativa nº 4, de abril de 2011, ao condicionar o pagamento do benefício de auxílio-transporte à apresentação dos bilhetes de transportes pelo servidor, uma vez que, no caso, há a prevalência do interesse público, em atendimento ao princípio da moralidade, previsto no artigo 37 da CRFB/88.

-Ademais, tal exigência não traz qualquer prejuízo para o servidor, tampouco obstaculiza a concessão do pagamento do auxílio-transporte, propiciando, ao revés, à Administração um controle do benefício indenizatório, revelando transparência à referida concessão, fazendo jus o servidor somente àquilo que efetivamente foi gasto quando do seu deslocamento.
- Precedentes desta Corte.
-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0101347-93.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101347-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/05/2014 18:10
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: UNIMED ALFENAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADO: MARIA INES MURGEL
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0119111-18.2014.4.02.5101 - 02ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por UNIMED ALFENAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de ação anulatória, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado.
- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".
- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0103081-79.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103081-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 31/07/2014 20:01

Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: VALDIR LEITE SCOGNAMIGLIO
AGRAVANTE: LUCIANO NOGUEIRA FILHO
AGRAVANTE: JOSE ABDO CHUEIRE - ESPOLIO
REPRESENTANTE: SURAIA BAHDUR CHUEIRE
AGRAVANTE: SANDRA MARIA APARECIDA PEDRO CINTRA
ADVOGADO: RICARDO CESAR DOSSO
AGRAVADO: AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0109700-48.2014.4.02.5101 - 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por VALDIR LEITE SCOGNAMIGLIO, LUCIANO NOGUEIRA FILHO, ESPÓLIO DE JOSÉ ABDO CHUEIRE, representado por SURAIA BAHDUR CHUEIRE e SANDRA MARIA APARECIDA PEDRO CINTRA, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado na inicial.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.

- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0104876-23.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.104876-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 11/09/2014 18:16
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: POSTO 10 PARK LTDA
ADVOGADO: OSWALDO BATISTA JUNIOR
AGRAVADO: AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0009308-03.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por POSTO 10 PARK LTDA, com pedido de atribuição de efeito suspensivo ativo, alvejando decisão que, nos autos de mandado de segurança, indeferiu a liminar vindicada na peça inicial.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu

in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

9 - 0106652-58.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.106652-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 29/10/2014 12:05

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: ELIESER VIEIRA DA SILVA

ADVOGADO: RONNIE PEREIRA

ADVOGADO: RAFAELLA DO CAMARA ROCHA

AGRAVADO: CNEN-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL

Originário: 0151486-72.2014.4.02.5101 - 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por ELIESER VIEIRA DA SILVA alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

3 - 0008286-13.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008286-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.005743-0

Distribuição-Sorteio Automático - 08/08/2016 16:34
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: MANOEL BARBOSA FILHO
ADVOGADO: ALINE DE SOUZA HALLAIS DA SILVA
ADVOGADO: CARLOS EMANUEL DO NASCIMENTO VIANA
AGRAVADO: FUNAI - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0076812-55.2016.4.02.5101 - 07ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 1.022, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para sanar erro material.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-Com efeito, adotando-se as mesmas razões de decidir do Juízo a quo, à luz dos documentos adunados e da jurisprudência que vem se formando no âmbito do Eg. STJ e dessa Corte Regional Federal da Segunda Região, o julgado proferido por essa C. Oitava Turma Especializada foi claro no sentido de que "'a declaração de pobreza que tenha por fim o benefício da assistência judiciária gratuita tem presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada fundamentadamente' (AgRg no AREsp 372.220/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 15/04/2014)", não tendo sido comprovado, ao que tudo indica, diante dos documentos adunados, situação caracterizadora do deferimento do benefício pretendido.

- Consoante destacado por esta C. Turma Especializada, "as custas judiciais a serem recolhidas na propositura da demanda, equivalente a 0,5 % (meio por cento) do valor da causa, correspondem ao montante de R$ 690,50", tendo sido salientado que, in casu, "a parte autora recebe valor líquido acima de R$ 7.000,00", e que os comprovantes de despesas com plano de saúde, com a prestação do financiamento imobiliário, e com contas de luz, de água e de telefone, não totalizam um gasto de R$ 3.000,00 (três mil reais).

-Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0012073-50.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012073-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.115916-5
Distribuição-Sorteio Automático - 18/11/2016 14:58
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: LUCÍLIA DE FÁTIMA ROCHA VALADÃO
AGRAVANTE: MARIA LUCIMAR BATISTA LEMES
AGRAVANTE: MARIA MADALENA DO NASCIMENTO
AGRAVANTE: VERA CRISTINA RABELLO DE MENDONÇA

ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE AUTORA: ANA ELIZABETH RUCHIGA
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0096572-87.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE DEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 98, §2º, II C/C ART. 101, I, LEI N.º 8.078/90. OPÇÃO DO EXEQUENTE ENTRE O JUÍZO QUE TRAMITOU A AÇÃO COLETIVA E O JUÍZO DO FORO DE SEU DOMICÍLIO. PRECEDENTES DESTE EG. TRF-2ª REGIÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

-Cuida-se de agravo interno interposto pelo IBGE, alvejando decisão monocrática proferida por esta relatora, que deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo formulado pelo agravante, tendo determinado que o "juízo a quo dê prosseguimento à demanda principal, mantendo o litisconsórcio ativo como constituído originalmente".

-A jurisprudência desta Colenda Corte Regional Federal, ao tratar sobre o tema de interpretação do artigo 98, §2º, II c/c o artigo 101, I, ambos da Lei n.º 8.078/90, vem se formando no sentido de que "cabe à parte exequente, ao promover a execução individual de julgado proferido em sede de ação coletiva, escolher entre o foro no qual tramitou a ação coletiva e o foro de seu domicílio" (Agravo de Instrumento n.º 0009821-11.2015.4.02.0000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, 5ª T. Esp., disponibilizado no E-DJF2R de 02/02/2017).

-Agravo interno não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0012483-11.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.012483-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Agravo interno) 2016.6000.121231-7
Distribuição-Sorteio Automático - 30/11/2016 12:33
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: MARIA APARECIDA MIRANDA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE: MARIA VIEIRA DE OLIVEIRA
AGRAVANTE: SHEILA REJANE DE SOUZA BARRETO
AGRAVANTE: SONIA PEREIRA AMORIM
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
AGRAVADO: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
PARTE RÉ: ANA KAROLINA SOUZA COSTA POLIDORO
ADVOGADO: CLAUDIO MARCIO DE BRITO MOREIRA
Originário: 0107700-07.2016.4.02.5101 - 06ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA DE DEFERIMENTO DE EFEITO SUSPENSIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO COLETIVA. INTERPRETAÇÃO DOS ARTS. 98, §2º, II C/C ART. 101, I, LEI N.º 8.078/90. OPÇÃO DO EXEQUENTE ENTRE O JUÍZO QUE TRAMITOU A AÇÃO

COLETIVA E O JUÍZO DO FORO DE SEU DOMICÍLIO. PRECEDENTES DESTE EG. TRF-2ª REGIÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

-Cuida-se de agravo interno interposto pelo IBGE, alvejando decisão monocrática proferida por esta relatora, que deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo formulado pelo agravante, tendo determinado que o "juízo a quo dê prosseguimento à demanda principal, mantendo o litisconsórcio ativo como constituído originalmente".

-A jurisprudência desta Colenda Corte Regional Federal, ao tratar sobre o tema de interpretação do artigo 98, §2º, II c/c o artigo 101, I, ambos da Lei n.º 8.078/90, vem se formando no sentido de que "cabe à parte exequente, ao promover a execução individual de julgado proferido em sede de ação coletiva, escolher entre o foro no qual tramitou a ação coletiva e o foro de seu domicílio" (Agravo de Instrumento n.º 0009821-11.2015.4.02.0000, Rel. Des. Fed. ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, 5ª T. Esp., disponibilizado no E-DJF2R de 02/02/2017).

-Agravo interno não provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

BOLETIM: 2017000200

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
3 - 0004972-65.2010.4.02.5110 Número antigo: 2010.51.10.004972-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 24/11/2014 12:48
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: VINICIUS GARRIDO GUIMARAES
ADVOGADO: JOSE LUIZ ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO: JOSELIO FERREIRA DA SILVA
APELADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: DANIELLE DE CARVALHO POVOAS DA SILVA
ADVOGADO: CINTIA DE FREITAS GOUVEA
Originário: 0004972-65.2010.4.02.5110 - 01ª Vara Federal de Execução Fiscal de São João de Meriti
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. FIES. TAXA EFETIVA DE JUROS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. VEDAÇÃO. TABELA PRICE. PENA CONVENCIONAL. POSSIBILIDADE. CLÁUSULA MANDATO. NÃO ABUSIVIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE COBRANÇA.

-Quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor à hipótese dos autos, o entendimento que vem prevalecendo é o de que ¿na relação travada com o estudante que adere ao programa do crédito educativo, não se identifica relação de consumo, porque o objeto do contrato é um programa de governo, em benefício do estudante, sem conotação de serviço bancário, nos termos do art. 3o, § 2o, do CDC¿ (STJ, REsp 793977/RS, Min. Eliana Calmon, DJ 20.04.2007). Destarte, não que se falar, na espécie, em aplicação das regras estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor.

-No tocante aos juros pactuados, aplica-se, no caso, o entendimento firmado no âmbito desta Egrégia Oitava Turma Especializada, no sentido de que "Embora formalizado anteriormente à edição da Lei n.º 12.202/2010, bem como da Resolução BACEN n.º 3.842/2010, considerando a cogência dessas normas, o contrato em discussão admite a redução dos juros remuneratórios pactuados na hipótese vertente de 9% para 3,4% ao ano, a partir de 10/3/2010. Ou seja, até essa data, sobre as prestações vencidas, pagas ou não, incidem juros remuneratórios anuais de 9%; daí em diante, porém, só poderão ser exigidos, sobre o saldo devedor, juros de 3,4% ao ano" (AC 20095115000092-4, Rel. p/ Acórdão Juíza Federal Convocada MARIA AMELIA SENOS DE CARVALHO, DJ de 07/01/2015).

-No que tange à vedação da capitalização de juros, assiste razão à apelante, na medida em que essa prática somente passou a ser admissível nos contratos de financiamento estudantil (FIES) com o advento da Medida Provisória 517, de 30 de dezembro de 2010, convertida na Lei 12.431/2011, que alterou a redação do art. 5º, II, da Lei 10.260/2001. Na espécie, tendo sido o contrato celebrado em 20/11/2001, ou seja, antes da medida provisória, não deve haver capitalização de juros, circunstância que impõe o acolhimento do recurso, neste aspecto.

-O Sistema de Amortização Francês, também conhecido como Tabela Price, consiste no método de calcular as prestações devidas em um financiamento, dividindo-as em duas parcelas: uma de amortização e outra de juros. Isto não significa, por si só que, a aplicação de juros sobre juros ou a prática de anatocismo seja uma decorrência lógica da incidência da referida Tabela.

-A Tabela Price somente caracteriza incidência de juros sobre juros em hipótese de amortização negativa, circunstância que, ao que tudo indica, não ocorreu na hipótese dos autos.

- Não é abusiva a cláusula mandato (18º, §8º) prevista no contrato de FIES, a qual autoriza a CEF utilizar o saldo existente em qualquer conta, aplicação financeira ou crédito de titularidade do estudante ou de seu fiador, para liquidação ou amortização das obrigações assumidas. Precedente citado: AC 200751040005256, Desembargador Federal GUILHERME DIEFENTHAELER, TRF2 - QUINTA TURMA ESPECIALIZADA, E-DJF2R - Data::24/02/2014.

-A multa moratória de 2% (cláusula 19ª §2º) e a pena convencional de 10% (cláusula 19ª §3º) não guardam a mesma natureza, razão pela qual a aplicação das duas não configura bis in idem. Precedente citado: Processo nº 0503216-15.2015.4.02.5101. Rel. Des. Fed. MARCELO PEREIRA DA SILVA. Data da Decisão: 26/07/2016. Disponibilizado em: 29/07/2016.

- A insurgência do apelante, contra a cobrança de comissão de permanência, não merece prosperar, na medida em que não há previsão expressa no contrato de Financiamento Estudantil, nem a efetiva cobrança de tal encargo (fl. 42).

- Recurso de apelação parcialmente provido para determinar que a CEF recalcule a dívida, com a redução da taxa de juros para 3,4% (três vírgula quatro por cento) ao ano, a partir de 10 de março de 2010, sem a capitalização de juros. Despesas processuais e honorários advocatícios, conforme determinado na sentença.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
2 - 0004181-89.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.004181-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 12:58
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: UNIMED - PETROPOLIS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADO: ANTONIO SALVADOR BORGES DOS REIS MONIZ DE ARAGAO
APELADO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRF/RJ
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
Originário: 0004181-89.2011.4.02.5101 - 05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. LEI 5.991/73 VIGENTE À ÉPOCA DA AUTUAÇÃO.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica para fins de obterção de certificado de regularidade.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, da análise dos documentos de fls. 41/42 e 318/320, verifica-se que a autora é considerada como pequena unidade hospitalar, prestadora de serviços médicos, cuja capacidade é de até 84 leitos, possuindo dispensário de medicamentos, nos termos do art. 4º, XIV da Lei 5.991/73, circunstância que impõe a reforma da sentença, reconhecendo não ser necessária, na espécie, a exigência de contratação de responsável técnico farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar, uma vez que a parte autora, pelo Termo de Visita de fls. 100/101, foi autuada em 2008, isto é , antes da edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010 que revogou a Portaria Ministerial n° 316/77, restando aplicável, in casu, o entendimento segundo o qual " as unidades hospitalares, com até 200 (duzentos) leitos, que possuam dispensário de medicamentos, não estão sujeitas à exigência de manter farmacêutico."(verbete da Súmula 140 do TFR sem sua atualização de conteúdo).

- No mesmo sentido é o parecer do MPF.

-Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, a aludida unidade de saúde foi autuada em 2008, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso provido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
5 - 0012931-80.2011.4.02.5101 Número antigo: 2011.51.01.012931-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 29/12/2014 15:02
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: GABRIELA DIAS MORAES
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
APELADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: PROCURADOR FEDERAL
Originário: 0012931-80.2011.4.02.5101 - 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

ADMINISTRATIVO. PROCESSO SELETIVO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NO CORPO AUXILIAR DE PRAÇAS DA MARINHA (PSA-CAP) EM 2011. LIMITE MÁXIMO DE IDADE. POSSIBILIDADE. MATÉRIA COM DECISÃO DE MÉRITO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. RE Nº 600.885. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO.

-Cinge-se a controvérsia à verificação do suposto direito da autora de ter garantida a sua inscrição no processo seletivo de admissão ao curso de formação para Ingresso no Corpo Auxiliar de Praças da Marinha (PSA-CAP) em 2011, possibilitando a sua participação no referido curso.

-A matéria já foi apreciada pelo STF, sob o rito da repercussão geral, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 600.885, que substituiu o RE nº 572.499, tendo a Suprema Corte declarado a não receptação do art. 10 da Lei nº 6.880/80 no tange à fixação de requisitos para ingresso nas Forças Armadas através de editais e regulamentos, haja vista que o art. 142, § 3º, inciso X da Constituição da Repúbica dispõe sobre a necessidade de Lei específica para regular a matéria, inclusive no que tange aos limites de idade. No entanto, tendo em vista o longo período de tempo em que tais requisitos vinham sendo estabelecidos através de Editais e regulamentos, a Suprema Corte optou por modular os efeitos da decisão estipulando que seria mantida a validade dos limites de idade fixados em editais e regulamentos, fundados no art. 10 da lei 6880/80, até 31/12/2011, a partir de quando tais requisitos só seriam admitidos se houvesse previsão legal (RE 600885 / RS - RIO GRANDE DO SUL. Relatora: Min. Carmem Lúcia. Julgamento: 09/02/2011. Repercussão Geral ¿ Mérito. Dje ¿ 125. Divulg. 30/06/2011. Public. 01/07/2011).

-Quanto o ensino na Marinha, no que se refere aos requisitos para ingresso em suas Carreiras, entrou em vigor a Lei nº 12.704, de 08 de agosto de 2012, assim dispondo sobre os limites de idade: Art. 11-A. A matrícula nos cursos que permitem o ingresso nas Carreiras da Marinha depende de aprovação prévia em concurso público, atendidos os seguintes requisitos, dentre outros estabelecidos, decorrentes da estrutura e dos princípios próprios dos militares: (...) XIV - atender os seguintes limites de idade, referenciados a 1o de janeiro do ano correspondente ao início do respectivo curso de formação militar: (...) h) Concurso para ingresso no Corpo Praças da Armada e no Corpo Auxiliar de Praças: ter 18 (dezoito) anos completos e menos de 25 (vinte e cinco) anos de idade; (...).

-Verifica-se que o limite etário foi fixado através de lei específica, tal como apontado pelo Colendo Supremo Tribunal Federal, não havendo que se falar em inconstitucionalidade nesse aspecto, para os editais de concursos publicados após a sua edição (08 de agosto de 2012).

-O Edital do concurso em tela, tendo sido publicado em 18/07/2011, é anterior à entrada em vigor da referida Lei e é anterior, também, ao termo final da modulação dos efeitos da decisão no RE 600885, caso em que, segundo a Suprema Corte, considera-se legítima a limitação de idade para ingresso, por concurso, nos quadros da Marinha do Brasil através do Edital do certame.

-Compulsando os autos, vê-se que o Edital dispõe, no item 3.1.2, item ¿b¿ (fl. 20), que: 3.1 ¿ DAS CONDIÇÕES PRA A INSCRIÇÃO: 3.1.2 ¿ São condições necessárias à inscrição: (...) b) ter 18 (dezoito) anos completos e menos de 25 (vinte e cinco) anos de idade no primeiro dia do mês de janeiro de 2012; (...).

-A autora, nascida em 30/12/1985 (fl. 16), teria, em 1º de janeiro de 2012, 27 anos de idade, de modo que estaria acima da idade fixada no Edital na data estipulada no seu item 3.1.2.b.

-O fato é que a autora estava com 27 anos de idade em 1º/01/2012, não podendo, portanto, prosseguir no certame, sob pena de afronta ao princípio da isonomia entre os candidatos e ao princípio da vinculação ao Edital.

-Não prospera a alegação de que ¿foi assegurado na mesma (na modulação) o direito daqueles que vierem a pleitear judicialmente¿. A ressalva refere-se apenas a eventuais direitos judicialmente reconhecidos, não sendo esse o caso dos autos, sendo certo que a mera propositura de ação não configura, até seu trânsito em julgado, um direito judicialmente reconhecido: ¿13. Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso extraordinário, declarar a não recepção da expressão ¿nos regulamentos da Marinha, do Exército e da aeronáutica¿ do art. 10 da lei 6.880/1980 e modular os efeitos desta decisão para preservar a validade dos certames realizados pelas Forças armadas e em cujos editais e regulamentos se tenha fixado limites de idade com base no art. 10 da Lei n° 6.880/1980, até 31 de dezembro de 2011, ressalvados eventuais direitos judicialmente reconhecidos.¿ (Grifou-se.)

-Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
1 - 0003245-93.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.003245-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 28/08/2014 16:48
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
ADVOGADO: PATRICIA MARIA DOS SANTOS SILVA
APELADO: SERV-BABY HOSPITAL INFANTIL LTDA
ADVOGADO: PRISCILLA BRAGANCA D AGUIAR
Originário: 0003245-93.2013.4.02.5101 - 07ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. PORTARIA MINISTERIAL 316/77. SÚMULA 140 TFR.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, o fundamento da autuação foi a infringência ao parágrafo único do artigo 24 da Lei 3.820/60, tendo a mesma ocorrido no Serv-Baby Hospital Materno Infantil Ltda, no ano de 2003 (fls. 25/26 e 397), quando vigente a Portaria Ministerial n° 316/77, que considerava de pequeno porte os hospitais com até 200 (duzentos leitos).

- Assim, deve ser prestigiada a sentença que julgou procedentes os embargos, reconhecendo não ser necessária, na espécie, a exigência de contratação de responsável técnico farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidades hospitalares, uma vez que a embargante foi autuada em 2003, restando comprovado, ainda, que a referida unidade hospitalar possuía, à época em que foi efetivada a autuação pelo Conselho Regional, 54 leitos e, hoje, conta com 118 leitos.

- Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, a unidade de saúde em questão foi autuada em 2003, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
4 - 0008924-74.2013.4.02.5101 Número antigo: 2013.51.01.008924-3 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 22/10/2014 13:04
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: RACHEL ORMOND CORDEIRO REGO
APELADO: CARLOS FERNANDO LOURENCO DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0008924-74.2013.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONDENAÇÃO DA PARTE RÉ EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. CABIMENTO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

-Cinge-se a controvérsia à condenação da parte ré em honorários sucumbenciais, ante a sentença de procedência do pedido.

-A imposição dos ônus processuais, no Direito Brasileiro, pauta-se pelo princípio da sucumbência, norteado pelo princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes. Precedentes do STJ: AgRg no Ag 798.313/PE, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 15/03/2007, DJ 12/04/2007 EREsp 490605/SC, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, Corte Especial, julgado em 04/08/2004, DJ20/09/2004.

-Verifica-se que o Magistrado de piso, embora tenha julgado procedente o pedido, deixou de condenar a parte sucumbente em honorários, conforme o dispositivo da sentença, in verbis: ¿Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, confirmando a liminar deferida às fls. 32, razão pela qual extingo o feito, nos termos do art. 269, I do CPC. Oportunamente, oficie-se ao DETRAN para efetivar a transferência da propriedade do veículo FIAT/ IDEA ELX FLEX, MODELO 2007, PLACA RJ/KZT8000, RENAVAN 900489758, CHASSI 9BD13561372037271, COR PRETA, em favor da CEF, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69. Deixo de proceder à condenação em verba honorária, por não vislumbrar sucumbência apta e suficiente para tanto. Transcorrido in albis o prazo recursal, dê-se baixa e arquivem-se.¿

-Cabível, na espécie, a condenação do réu ao pagamento de honorários advocatícios, por observância do princípio da causalidade, segundo o qual quem deu causa à propositura da ação deve arcar com o pagamento dos honorários advocatícios (RN e AC 0133178-85.2014.4.02.5101, TRF2, Rel.: Desemb. José Antonio Neiva. Data da decisão: 14/10/2015).

-Recurso provido para condenar o réu ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa (R$ 20.114,42), devidamente atualizado, na forma do art. 85, §3º, inc. I e §4º, inc. III do novo CPC.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento).

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
10 - 0132394-36.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.132394-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2014 12:26
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APELADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR SMS - FARMÁCIA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
Originário: 0132394-36.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. REVISÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 140 DO EXTINTO TFR.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- Não acolhimento da alegação de inadequação do manejo da exceção de pré-executividade, na medida em que a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade, em sede de execução fiscal, em situações como a dos presentes autos, em que não se faz necessária dilação probatória, e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, o fundamento da autuação foi a infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60, combinado com o artigo 15, §1º, da Lei 5.991/1973, tendo a mesma ocorrido na Farmácia ambulatorial mantida pelo Município de Volta Redonda (Fundo Municipal de Saúde de Volta Redonda), no ano de 2012 (fls. 23/27 e 204), quando vigente a atualização da Súmula 140 do TFR (Portaria Ministerial n° 4.283/2010), circunstância que impõe a manutenção da sentença, na medida em que a referida unidade de saúde, por sua própria natureza, não possui leitos, sendo considerada apenas um dispensário de medicamentos.

- Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, o Município de Volta Redonda foi autuado em 2012, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
11 - 0135369-31.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.135369-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2014 15:56
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APELADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
Originário: 0135369-31.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. REVISÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 140 DO EXTINTO TFR.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- Não acolhimento da alegação de inadequação do manejo da exceção de pré-executividade, na medida em que a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade, em sede de execução fiscal, em situações como a dos presentes autos, em que não se faz necessária dilação probatória, e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, o fundamento da autuação foi a infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60, combinado com o artigo 15, §1º, da Lei 5.991/1973, tendo a mesma ocorrido na Farmácia ambulatorial

mantida pelo Município de Volta Redonda (Fundo Municipal de Saúde de Volta Redonda), no ano de 2012 (fls. 26/27), quando vigente a atualização da Súmula 140 do TFR (Portaria Ministerial n° 4.283/2010), circunstância que impõe a manutenção da sentença, na medida em que a referida unidade de saúde, por sua própria natureza, não possui leitos, sendo considerada apenas um dispensário de medicamentos.

- Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, o Município de Volta Redonda foi autuado em 2012, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

12 - 0139004-20.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.139004-4 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2014 12:40

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

APELANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA

ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE

APELADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PMVR

PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ

Originário: 0139004-20.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. REVISÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 140 DO EXTINTO TFR.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- Não acolhimento da alegação de inadequação do manejo da exceção de pré-executividade, na medida em que a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade, em sede de execução fiscal, em situações como a dos presentes autos, em que não se faz necessária dilação probatória, e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de

responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, o fundamento da autuação foi a infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60, combinado com o artigo 15, §1º, da Lei 5.991/1973, tendo a mesma ocorrido na Farmácia ambulatorial mantida pelo Município de Volta Redonda (Fundo Municipal de Saúde de Volta Redonda), no ano de 2012 (fls. 96), quando vigente a atualização da Súmula 140 do TFR (Portaria Ministerial n° 4.283/2010), circunstância que impõe a manutenção da sentença, na medida em que a referida unidade de saúde, por sua própria natureza, não possui leitos, sendo considerada apenas um dispensário de medicamentos.

- Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, o Município de Volta Redonda foi autuado em 2012, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
13 - 0139146-24.2013.4.02.5104 Número antigo: 2013.51.04.139146-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 19/12/2014 12:41
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CRF - CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA
ADVOGADO: MARIA DE FATIMA BESERRA DUARTE
APELADO: MUNICIPIO DE VOLTA REDONDA – SMS PMVR UBS DA FAMILIA FERNANDO M NETTO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA - RJ
Originário: 0139146-24.2013.4.02.5104 - 02ª Vara Federal de Volta Redonda
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. REVISÃO DO ENUNCIADO DA SÚMULA 140 DO EXTINTO TFR.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- Não acolhimento da alegação de inadequação do manejo da exceção de pré-executividade, na medida em que a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça se firmou no sentido de admitir a exceção de pré-executividade, em sede de execução fiscal, em situações como a dos presentes autos, em que não se faz necessária dilação probatória, e que as questões possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, o fundamento da autuação foi a infringência ao artigo 24 da Lei 3.820/60, combinado com o artigo 15, §1º, da Lei 5.991/1973, tendo a mesma ocorrido na Farmácia ambulatorial mantida pelo Município de Volta Redonda (Fundo Municipal de Saúde de Volta Redonda), no ano de 2012 (fls. 26/27), quando vigente a atualização da Súmula 140 do TFR (Portaria Ministerial n° 4.283/2010), circunstância que impõe a manutenção da sentença, na medida em que a referida unidade de saúde, por sua própria natureza, não possui leitos, sendo apenas um dispensário de medicamentos.

- Conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, o Município de Volta Redonda - SMS - FMS CAPS Infantil Viva a Vida foi autuado em 2012, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
8 - 0113716-88.2014.4.02.5119 Número antigo: 2014.51.19.113716-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 09/11/2016 14:44
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CRMV/RJ
ADVOGADO: BRUNO DE SOUZA GUERRA
ADVOGADO: DANIEL DA SILVA BRILHANTE
APELADO: JOSÉ JOÃO ROCHA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0113716-88.2014.4.02.5119 - 01ª Vara Federal de Barra do Piraí
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. VEDAÇÃO À FIXAÇÃO OU MAJORAÇÃO DE ANUIDADES POR ATOS INFRALEGAIS. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. PATAMAR MÍNIMO PARA AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL INOBSERVADO. SENTENÇA MANTIDA.

I. As anuidades devidas aos conselhos profissionais, por constituírem contribuição de interesse das categorias profissionais, detém natureza tributária, à luz do art. 149 da CRFB/88, de sorte que se sujeitam ao princípio da legalidade, conforme prescreve o art. 150, I, também da CRFB/88.

II. Por permitir aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária a fixação do valor da anuidade, o art. 31, da Lei 5.517/68, editado sob a égide da Constituição de 1967, não deve ser considerado como recepcionado pela atual Constituição.

III. Por não ser permitido aos conselhos profissionais, em substituição ao legislador, estabelecer critérios de fixação ou atualização do valor das anuidades por meio de atos infralegais, as Leis 9.649/98 e 11.000/2004, que atribuiriam às referidas entidades competência para a instituição de anuidades, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal (ADIN 1.717/DF) e por este Tribunal (Súmula 57).

IV. Com a edição da Lei nº 12.514, de 28-10-2011, que definiu o fato gerador e fixou os valores máximos das anuidades, foi atendido o princípio da legalidade tributária. Todavia, em observância aos princípios tributários da irretroatividade e da anterioridade, o referido regramento não atinge os fatos gerados ocorridos antes de sua entrada em vigor, razão por que a sentença deve ser mantida em relação à anuidade de 2011.

V. O art. 8º da Lei 12.541/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

VI. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

VII. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CRMV/RJ em 01-04-2014, quando o menor valor da anuidade devida por pessoas físicas era de R$ 400,00, conforme a Resolução CFMV nº 1.035/2013, resta claro não ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor remanescente a ser cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 445,92 (CDA às fls. 02), inferior, portanto, ao limite mínimo equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$400,00 = R$ 1.600,00), devendo, em razão disso, ser mantida a sentença recorrida.

VIII. A pendência (i) de ação em que se discute a constitucionalidade de lei e/ou (ii) de repercussão geral sobre a matéria objeto do recurso de apelação em análise não se presta a justificar a suspensão da tramitação do referido recurso.

IX. Apelação desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
9 - 0120513-12.2015.4.02.5001 Número antigo: 2015.50.01.120513-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 04/11/2016 12:13
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO: MICHEL ANGELO DE JESUS GOMES
ADVOGADO: Raphaela Dias Miguel
ADVOGADO: FRANCISCO CARLOS PIO DE OLIVEIRA
APELADO: HERACLITO COSTA MOTTA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO

Originário: 0120513-12.2015.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ANUIDADE. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. EXTINÇÃO. ART. 8º, DA LEI 12.514/2011. SENTENÇA REFORMADA.

I. Trata-se de execução por título extrajudicial ajuizada pela OAB/ES para fins de cobrança de anuidades, a qual foi extinta, à vista do limite disposto no art. 8º da Lei nº 12.514/2011.

II. O art. 8º da Lei 12.514/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução.

III. A Ordem dos Advogados do Brasil, e mais especificamente seu Conselho Federal e cada um de seus Conselhos Seccionais, possui natureza jurídica de entidade pública sui generis, conforme disposto nos artigos 44, caput, e 45, §§1º e 2º da Lei nº 8.906/1994, sendo, assim, completamente distinta de todo conselho (regional ou federal) de fiscalização do exercício de profissão liberal. Assim, o regime jurídico processual que é próprio àquela entidade acaba lhe sendo aplicável, em detrimento, especificamente, do art. 8º, caput, da Lei 12.514/2011, a qual a partir de uma interpretação literal e sistemática, se aplica, exclusivamente a conselho de fiscalização do exercício de profissão liberal, com o qual não se confunde a OAB.

IV. Apelação provida. Sentença reformada, determinando o retorno dos autos à Vara de origem para prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em dar provimento ao recurso de apelação, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
6 - 0066644-88.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.066644-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 16/11/2016 12:12
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: KATIA DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0066644-88.2016.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. VEDAÇÃO À FIXAÇÃO OU MAJORAÇÃO DE ANUIDADES POR ATOS INFRALEGAIS. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. PATAMAR MÍNIMO PARA AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL NÃO OBSERVADO. EXTINÇÃO DO FEITO.

I. As anuidades devidas aos conselhos profissionais, por constituírem contribuição de interesse das categorias profissionais, detém natureza tributária, à luz do art. 149 da CRFB/88, de sorte que se sujeitam ao princípio da legalidade, conforme prescreve o art. 150, I, também da CRFB/88.

II. Por permitir aos Conselhos Regionais de Medicina a fixação do valor da anuidade, a alínea "j" do art. 5º, da Lei 3.268/57 ("Art 5º. São atribuições do Conselho Federal: (...) j) fixar e alterar o valor da anuidade única, cobrada aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina "), incluída pelo art. 1º, da Lei 11.000/2004, deve ter sua aplicabilidade afastada, por não se coadunar com os ditames constitucionais.

III. Por não ser permitido aos conselhos profissionais, em substituição ao legislador, estabelecer critérios de fixação ou atualização do valor das anuidades por meio de atos infralegais, as Leis 9.649/98 e 11.000/2004, que atribuiriam às referidas entidades competência para a instituição de anuidades, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal (ADIN 1.717/DF) e por este Tribunal (Súmula 57).

IV. Com a edição da Lei nº 12.514, de 28-10-2011, que definiu o fato gerador e fixou os valores máximos das anuidades, foi atendido o princípio da legalidade tributária. Todavia, em observância aos princípios tributários da irretroatividade e da anterioridade, o referido regramento não atinge os fatos gerados ocorridos antes de sua entrada em vigor.

V. O art. 8º da Lei 12.514/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

VI. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

VII. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CREMERJ em 23-05-2016, quando o valor da anuidade devida por pessoas físicas soma R$ 650,00, conforme a Resolução CFM nº 2.125/2015, resta claro não ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor remanescente a ser cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 2.406,37 (CDA às fls. 08), inferior, portanto, ao limite mínimo equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$650,00 = R$ 2.600,00), devendo, em razão disso, ser mantida a sentença recorrida.

VIII. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
7 - 0069625-90.2016.4.02.5102 Número antigo: 2016.51.02.069625-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 07/11/2016 14:57
Gabinete 22
Magistrado(a) MARCELO PEREIRA DA SILVA
APELANTE: CREMERJ - CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO: PAULO SERGIO DA COSTA MARTINS
APELADO: SYMBIOS CIRURGIA CARDIOVASCULAR LTDA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0069625-90.2016.4.02.5102 - 05ª Vara Federal de Niterói
EMENTA

EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. VEDAÇÃO À FIXAÇÃO OU MAJORAÇÃO DE ANUIDADES POR ATOS INFRALEGAIS. ART. 8º DA LEI 12.514/2011. PATAMAR MÍNIMO PARA AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL NÃO OBSERVADO. EXTINÇÃO DO FEITO.

I. As anuidades devidas aos conselhos profissionais, por constituírem contribuição de interesse das categorias profissionais, detém natureza tributária, à luz do art. 149 da CRFB/88, de sorte que se sujeitam ao princípio da legalidade, conforme prescreve o art. 150, I, também da CRFB/88.

II. Por permitir aos Conselhos Regionais de Medicina a fixação do valor da anuidade, a alínea "j" do art. 5º, da Lei 3.268/57 ("Art 5º. São atribuições do Conselho Federal: (...) j) fixar e alterar o valor da anuidade única, cobrada aos inscritos nos Conselhos Regionais de Medicina "), incluída pelo art. 1º, da Lei 11.000/2004, deve ter sua aplicabilidade afastada, por não se coadunar com os ditames constitucionais.

III. Por não ser permitido aos conselhos profissionais, em substituição ao legislador, estabelecer critérios de fixação ou atualização do valor das anuidades por meio de atos infralegais, as Leis 9.649/98 e 11.000/2004, que atribuiriam às referidas entidades competência para a instituição de anuidades, tiveram os dispositivos que tratavam da matéria declarados inconstitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal (ADIN 1.717/DF) e por este Tribunal (Súmula 57).

IV. Com a edição da Lei nº 12.514, de 28-10-2011, que definiu o fato gerador e fixou os valores máximos das anuidades, foi atendido o princípio da legalidade tributária. Todavia, em observância aos princípios tributários da irretroatividade e da anterioridade, o referido regramento não atinge os fatos gerados ocorridos antes de sua entrada em vigor.

V. O art. 8º da Lei 12.514/2011, ao estabelecer um limite mínimo para a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais através de execução judicial, instituiu condição de procedibilidade específica que, uma vez inobservada, enseja a extinção da execução fiscal.

VI. De acordo com a jurisprudência do C. STJ, para se verificar a observância do limite estabelecido pelo art. 8º da Lei 12.514/2011, o valor executado não poderá ser inferior ao montante equivalente ao somatório de quatro anuidades vigentes à época do ajuizamento da execução.

VII. Na hipótese dos autos, em se tratando de execução fiscal interposta pelo CREMERJ em 30-05-2016, quando o valor da anuidade básica devida por pessoas jurídicas soma R$ 650,00, conforme a Resolução CFM nº 2.125/2015, resta claro não ter sido cumprida a condição de procedibilidade em questão, na medida em que o valor remanescente a ser cobrado na presente execução perfaz o total de R$ 2.438,13 (CDA às fls. 08), inferior, portanto, ao limite mínimo equivalente ao valor da soma de 4 (quatro) anuidades (4x R$650,00 = R$ 2.600,00), devendo, em razão disso, ser mantida a sentença recorrida.

VIII. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas:

Acordam os membros da 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017

MARCELO PEREIRA DA SILVA
Desembargador Federal

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
14 - 0008891-30.2012.4.02.5001 Número antigo: 2012.50.01.008891-8 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição Dirigida por Virtualização de Autos - 06/01/2015 20:08
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
APELANTE: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO
ADVOGADO: THIAGO COELHO SARAIVA
APELADO: MUNICÍPIO DA SERRA
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE SERRA - ES
REMETENTE: JUIZO DA 3A VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA-ES
Originário: 0008891-30.2012.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE. DISPENSÁRIO DE MEDICAMENTOS. PRESENÇA DE PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO. DESCENESSIDADE. REGISTRO NO CRF. NÃO OBRIGATÓRIO. HONORÁRIOS. MANUTENÇÃO.

- Cinge-se a controvérsia ao exame da possibilidade da exigência de se manter profissional farmacêutico em dispensário de medicamentos de unidade hospitalar ou clínica.

- No mérito, consoante iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os dispensários de medicamentos localizados em clínicas e hospitais não se sujeitam à exigência legal da presença de farmacêutico para funcionamento.

- A Súmula 140, do extinto TFR, prestigiada pela jurisprudência do Eg. STJ, considerava como dispensário de medicamento a unidade hospitalar com até duzentos (200) leitos, tendo como base para definir tal parâmetro a Portaria Ministerial 316 de 26/08/1977, do Ministério da Saúde.

- Com a edição da Portaria do Ministério da Saúde de nº 4.283/2010, que revogou a Portaria Ministerial nº 316/77, passou a ser considerada pequena unidade hospitalar aquela com até 50 leitos.

- Sobre a matéria em questão, o eg. STJ, quando do julgamento do REsp 1110906/SP, rel. Min. Humberto Martins, DJe 07/08/2012, sob a sistemática dos recursos repetitivos, reiterou entendimento pacífico, no âmbito daquela Corte, no sentido de que inexiste obrigatoriedade de manutenção de responsável técnico farmacêutico, em período integral, nos dispensários de medicamentos situados em pequena unidade hospitalar. Consignou a Corte Superior que não é cabível interpretação sistemática para autorizar a criação da obrigação em contratar e manter farmacêutico responsável para dispensários de medicamentos, quando a Lei n. 5.991/73 não previu tal hipótese.

- Nesse passo, adotando o entendimento firmado pela Corte Uniformizadora do Direito Federal, verifica-se que, na vigência da Portaria Ministerial n° 316/77, deve ser considerado unidade hospitalar de

pequeno porte àquela com capacidade de até 200 leitos e, somente com a edição da Portaria do Ministério da Saúde n° 4.283, ocorrida em 30/12/2010, que revogou a aludida Portaria Ministerial n° 316/77, é que os hospitais de pequeno porte passaram a ser considerados com até 50 (cinquenta) leitos.

- No caso dos autos, da análise dos documentos acostados à inicial, verifica-se que a autora foi autuada pelo aludido Conselho, ao fundamento da inexistência de responsável técnico no dispensário de medicamento da rede pública de saúde, bem como da realização, em algumas unidades de saúde, do fracionamento de medicamento e da dispensação de medicamentos de controle especial.

- Sobre o tema, como bem salientado pelo Magistrado de piso, "é possível concluir que a necessidade de supervisão de farmacêutico para a realização de fracionamento de medicamentos encontra-se prevista na Resolução 20/2006 da ANVISA, enquanto a previsão relacionada aos medicamentos de controle especial está no art. 67 da Portaria 344/98. Ambas as normas, além de não exigirem expressamente a contratação de farmacêutico para as unidades de saúde, são dispositivos infralegais. Portanto, elaborar raciocínio que permita depreender de tais normas infralegais obrigação a ser suportada pela autora amesquinha o princípio da legalidade".

- Ademais, ainda que superado tal óbice, impende consignar que, a exigência da presença privativa do profissional farmacêutico deve se ater aos fracionamentos de medicamentos realizados em farmácias e drogarias, principalmente considerando o aspecto comercial, o que não é o caso dos autos que, na realizade, trata-se de Unidades Básicas de Saúde, situadas no Município de Serra/Espírito Santo, inserindo-se na espécie de dispensário de medicamentos, constantes das pequenas unidades hospitalares. Portanto, como exposto acima, na linha do precedente consolidado no Eg. STJ, não resta dúvida quando à desnecessidade de se manter tal profissional no referido estabelecimento, circunstância que impõe a manutenção da sentença.

- Quanto à obrigatoriedade de registro no CRF, melhor sorte não assite ao apelante, visto que para se exigir de qualquer empresa o registro no Conselho profissional correspondente, deve-se ter em conta a atividade básica da mesma ou a atividade pela qual aquela empresa presta serviço a terceiros.

- In casu, resta evidenciado, como bem fundamentou o juiz sentenciante que "a atividade preponderante exercida pelas unidades de sáude é a prestação de serviços atinentes à área de medicina", não sendo possível imputar-lhes a obrigação de requerer o seu registro junto ao CRF. Assim, conforme dito acima, por se tratar de Unidades Básicas de Saúde da rede municipal, que possui setor de fornecimento de medicamentos industrializados (de controle especial), a serem ministrados aos pacientes sob prescrição médica, não estão obrigados a ter assistência de profissional responsável inscrito no CRF.

- Manutenção dos honorários advocatícios fixados pelo Magistrado a quo, considerando-se a natureza, o valor e a complexidade da causa, bem como entendimento consolidado no Egrégio STJ, inclusive submetido à sistemática dos recursos repetitivos, quando vencida a Fazenda Pública. (REsp 1155125/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 06/04/2010).

- Por fim, conforme já decidiu esta Oitava Turma Especializada, nos autos do processo 0008464-59.2016.4.02.0000, de Relatoria do Desembargador Federal Marcelo Pereira, "a Lei 13.021 de 8 de agosto de 2014 não alterou o tratamento conferido aos dispensários de medicamentos, apesar da leitura de seu art. 8º dar impressão de ter estendido a eles tratamento equivalente aos de farmácia em geral".

- No entanto, ainda que entendesse de forma diversa, a aludida unidade de saúde foi autuada em 2012, isto é, antes da vigência da referida lei, de modo que, pelo princípio do tempus regit actum, esta não se aplica ao presente caso.

- Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

19 - 0101626-79.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.101626-1 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 09/06/2014 13:04

Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: INDUSTRIA DE PLASTICO E VIDRO BRACO LTDA
ADVOGADO: MONICA PEREIRA LUCAS DE SOUZA
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CESAR EDUARDO FUETA DE OLIVEIRA
Originário: 0000686-78.2014.4.02.5118 - 02ª Vara Federal de Duque de Caxias
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por INDÚSTRIA DE PLÁSTICO E VIDRO BRAÇO LTDA, alvejando decisão que, nos autos de ação de consignação em pagamento, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicado.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.

- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
20 - 0103317-31.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.103317-9 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição por Prevenção - 05/08/2014 00:51
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: DELZIO GOMES DE CAMPO JUNIOR
REPRESENTANTE: DANIELA CAMPOS SGARBI
ADVOGADO: VIVIANE CARDOSO DE CARVALHO
AGRAVADO: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CLAUDIO ROCHA DE MORAES
Originário: 0006799-02.2014.4.02.5101 - 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por DELZIO GOMES DE CAMPO JUNIOR, representado por DANIELA CAMPOS SGARBI, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, no sentido de que o ora agravante seja "internado junto à Clínica Clinic Care", arcando "com todas as despesas decorrentes do tratamento".

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual

incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

21 - 0105277-22.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105277-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)

Distribuição-Sorteio Automático - 24/09/2014 14:40
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: REGINA MARIA NAZARETH
ADVOGADO: ALESSANDRO DANTAS COUTINHO
ADVOGADO: JOAO PAULO BARBOSA LYRA
AGRAVADO: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVICOS HOSPITALARES - EBSERH
AGRAVADO: INSTITUTO AOCP
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0004351-65.2014.4.02.5001 - 3ª Vara Federal Cível

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por REGINA MARIA NAZARETH, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela vindicada na petição inicial.

- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".

- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

22 - 0105778-73.2014.4.02.0000 Número antigo: 2014.00.00.105778-0 (PROCESSO ELETRÔNICO)
Distribuição-Sorteio Automático - 08/10/2014 11:10
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: Procurador do Estado do Rio de Janeiro
AGRAVADO: MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR: PROCURADOR DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ
Originário: 0136920-21.2014.4.02.5101 - 22ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. ARTIGO 932, III, DO CPC/2015. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.

- Cuida-se de agravo de instrumento, interposto por JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela recursal, alvejando decisão que, nos autos de ação de rito ordinário, indeferiu o pedido de antecipação de tutela requerido na inicial.
- A jurisprudência vem adotando orientação no sentido de que o agravo de instrumento deve ser julgado prejudicado, por perda de objeto, após a prolação de sentença no processo principal, como ocorreu in casu, ensejando a aplicação do disposto no inciso III, do artigo 932, do CPC/2015, segundo o qual incumbe ao Relator "não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".
- Precedentes citados.
- Recurso não conhecido.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:
Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.
Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
15 - 0006523-74.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.006523-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.010877-9
Distribuição-Sorteio Automático - 22/06/2016 14:55
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ
ADVOGADO: INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA
ADVOGADO: LUCILIA ANTUNES DE ARAUJO SOLANO
AGRAVADO: JANAINA CARLA KUWATA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0005508-35.2012.4.02.5101 - 24ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES DOS INCISOS I, II E III, DO ART. 1.022, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. LOCALIZAÇÃO DE BENS. INFOJUD. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para sanar erro material.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-Com efeito, adotando-se as mesmas razões de decidir do Juízo a quo, o julgado proferido por essa Colenda Oitava Turma Especializada foi claro ao adotar posicionamento externado por este Eg. TRF-2ª Região, quando instado a se pronunciar a respeito da matéria em voga, no sentido de que "a solicitação de informações junto à Receita Federal deve ser permitida apenas em caráter excepcional, quando esgotados os meios disponíveis para localização de bens do devedor", com a citação de precedentes oriundos do Eg. STJ e desta Corte Regional Federal, cabendo destacar que a decisão agravada, no caso concreto, não restou teratológica muito menos em confronto com orientação jurisprudencial.

-Compete asseverar que esta C. 8ª Turma Especializada, in casu, ratificando o pronunciamento do Juízo de primeira instância, e analisando os documentos que instruem o feito, asseverou que a recorrente não demonstrou o esgotamento de medidas empreendidas, visando alcançar bens por ventura de propriedade do executado, ou mesmo eventual dificuldade na obtenção de informações requeridas extrajudicialmente.

-Esta Eg. Corte Regional Federal já asseverou que as decisões monocráticas oriundas do C. Superior Tribunal de Justiça que são favoráveis à pretensão da parte recorrente "não se debruçam sobre a quebra de sigilo fiscal empreendido com a utilização do Sistema INFOJUD", tendo sido ressaltado, também, que "o Supremo Tribunal Federal, por sua vez, já se posicionou acerca da excepcionalidade da medida que implique, em sede de execução, em quebra de sigilo fiscal com o objetivo de localização de bens passíveis de penhora".

-Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível

Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho

16 - 0008978-12.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.008978-2 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.001943-1

Distribuição-Sorteio Automático - 31/08/2016 17:54

Gabinete 23

Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA

AGRAVANTE: HÉLIO FREIRE DE MATOS

ADVOGADO: LORESTIM PEREIRA CARDOSO BISNETO

AGRAVADO: UNIAO FEDERAL

PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO

Originário: 0063166-54.2016.4.02.5108 - 02ª Vara Federal de São Pedro da Aldeia

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 1.022, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. DECISÃO NÃO TERATOLÓGICA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para sanar erro material.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-Com efeito, adotando-se as mesmas razões de decidir do Juízo a quo, à luz dos documentos adunados e da jurisprudência que vem se formando no âmbito do Eg. STJ e dessa Corte Regional Federal da Segunda Região, o julgado proferido por essa C. Oitava Turma Especializada foi claro no sentido de que "'a declaração de pobreza que tenha por fim o benefício da assistência judiciária gratuita tem presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada fundamentadamente' (AgRg no AREsp 372.220/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/04/2014, DJe 15/04/2014)", não tendo sido comprovado, ao que tudo indica, diante dos documentos adunados, situação caracterizadora do deferimento do benefício pretendido.

- Consoante destacado por esta C. Turma Especializada, "as custas judiciais a serem recolhidas na propositura da demanda, equivalente a 0,5 % (meio por cento) do valor da causa, correspondem ao montante de R$ 574,50", tendo sido salientado que, in casu, "a parte autora recebe remuneração acima de R$ 2.800,00".

-Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
17 - 0009017-09.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009017-6 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2017.6000.011911-8
Distribuição-Sorteio Automático - 02/09/2016 13:29
Gabinete 23
Magistrado(a) VERA LÚCIA LIMA
AGRAVANTE: CEF-CAIXA ECONOMICA FEDERAL
ADVOGADO: CRISTINA CIDADE DA SILVA GUIMARAES WANIS
AGRAVADO: MARTINS XAVIER LOCACAO VEICULOS E EQUIPAMENTOS LTDA ME
AGRAVADO: MONIQUE ROSA FROES
AGRAVADO: PAULO LUIZ ROSA
ADVOGADO: SEM ADVOGADO
Originário: 0025543-56.2016.4.02.5107 - 02ª Vara Federal de Itaboraí
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 1.022, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DA PARTE RÉ. BACENJUD, INFOJUD E EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no artigo 1.022, incisos I, II e III, do Código de Processo Civil, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para sanar erro material.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-Com efeito, adotando-se as mesmas razões de decidir do Juízo a quo, o julgado proferido por essa Colenda Oitava Turma Especializada foi claro ao externar que este Eg. TRF-2ª Região, seguindo orientação do Colendo Superior Tribunal de Justiça, vem adotando entendimento no sentido de que "a solicitação de informações junto à Receita Federal deve ser permitida apenas em caráter excepcional, quando esgotados os meios disponíveis para localização de bens do devedor", tendo sido salientado, também, o entendimento desta Egrégia Corte Regional Federal, no sentido de que "a realização de consultas ou expedição de ofícios a órgãos da Administração pública ou entidades privadas para obter endereço e informações de suposto devedor é medida excepcional, cabível quando devidamente comprovado que as diligências extrajudiciais

empreendidas pelo interessado restaram frustradas", sendo ressaltado que a decisão agravada, no caso concreto, não restou teratológica muito menos em confronto com orientação jurisprudencial.

-Compete asseverar que esta C. Oitava Turma Especializada, in casu, analisando os documentos que instruem o feito, asseverou que a recorrente não demonstrou o esgotamento das diligências cabíveis na busca do endereço da parte devedora, ou mesmo eventual dificuldade na obtenção do dado requerido extrajudicialmente, para tal fim.

- o Sistema BACENJUD é ¿um instrumento de comunicação eletrônica entre o Poder Judiciário e instituições financeiras bancárias, com intermediação, gestão técnica e serviço de suporte a cargo do Banco Central", sendo que, através do mesmo, "os magistrados protocolizam ordens judiciais de requisição de informações, bloqueio, desbloqueio e transferência de valores bloqueados, que serão transmitidas às instituições bancárias para cumprimento e resposta¿, não se prestando para o fim desejado pela ora recorrente.

-Esse Colegiado destacou ainda que o Juízo a quo, no bojo da decisão agravada, autorizou "a expedição de ofícios aos órgãos de telefonia fixa e móvel, bem como às concessionárias de serviço público, sendo certo que não há comprovação nos autos de tal expedição no prazo dado".

-Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Agravo de Instrumento - Turma Espec. III - Administrativo e Cível
Agravo de Instrumento - Agravos - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
18 - 0009512-53.2016.4.02.0000 Número antigo: 2016.00.00.009512-5 (PROCESSO ELETRÔNICO)(Embargos de declaração) 2016.6000.122428-5
Distribuição-Sorteio Automático - 19/09/2016 14:48
Gabinete 24
Magistrado(a) GUILHERME DIEFENTHAELER
AGRAVANTE: UNIAO FEDERAL
PROCURADOR: ADVOGADO DA UNIÃO
AGRAVADO: ERLY DE ASSIS ALMEIDA
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
Originário: 0121661-15.2016.4.02.5101 - 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro
E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NOS INCISOS I, II E III, DO ARTIGO 1.022, DO CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIREITO À SAÚDE. ARTIGO 196/CRFB/88. NECESSIDADE DO MEDICAMENTO PLEITEADO. LAUDO MÉDICO COMPROVANDO A URGÊNCIA DO CASO CONCRETO. DIREITO À VIDA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS.

-Os embargos de declaração possuem o seu alcance precisamente definido no art. 1.022, incisos I, II e III, do CPC, sendo necessária, para seu acolhimento, a presença dos vícios ali elencados, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão, ou, ainda, para sanar erro material.

-Na hipótese, inocorrem os mencionados vícios, valendo ressaltar que, na realidade, ao alegar a existência de omissão, pretende a parte embargante, inconformada, o reexame em substância da matéria já julgada, o que é incompatível com a via estreita do presente recurso.

-Em relação à responsabilidade do Poder Público no tocante à prestação dos serviços públicos de saúde a serem prestados à população, o artigo 23, inciso II, da Carta Política atribui a todos os entes federativos, indistintamente, a competência para ¿cuidar da saúde e da assistência pública...¿.

-Precedentes do Eg. STF e do C. STJ.

-Adotando-se as mesmas razões de decidir do Juízo a quo, à luz dos documentos adunados e da jurisprudência que vem se formando no âmbito do Eg. STF e do C. STJ, bem como dessa Corte Regional Federal da Segunda Região, o julgado proferido por essa C. Oitava Turma Especializada foi claro no sentido

de que as provas documentais, formadas pelos atestados médicos adunados às fls. 26/36, diante do regramento constitucional e infraconstitucional aplicados à matéria vertente, concedem, ao menos por ora, a plausibilidade necessária à alegação autoral, tanto em relação ao direito da parte agravada, como no tocante ao perigo das lesões irreversíveis que poderão ser causadas pela gravíssima doença que acomete o embargado, caso não lhe seja assegurado o

-Ademais, conforme vislumbrado pelo Representante do Parquet Federal, com base em laudo médico juntado pelo agravado, "há sim, o risco de vida ou de agravamento clínico caso a agravada não faça uso do medicamento, já que teria a possibilidade de progressão da doença".

-Embargos declaratórios rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2017 (data do julgamento)

Desembargadora Federal VERA LUCIA LIMA
Relatora

Subsecretaria das Seções - 1a Seção Especializada

BOLETIM: 175932

XXXVII - EMBARGOS INFRIGENTES E DE NUL. 2012.50.01.009286-7

Nº CNJ	:	0009286-22.2012.4.02.5001
RELATOR	:	DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO IVAN ATHIÉ
EMBARGANTE	:	FABIO LINHARES FERREIRA
ADVOGADO	:	DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
EMBARGADO	:	MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
ORIGEM	:	2ª VARA FEDERAL CRIMINAL DE VITÓRIA/ES (201250010092867)

DECISÃO

Trata-se de pedido formulado pelo Ministério Público Federal para decretação da prisão preventiva de Fábio Linhares Ferreira (fls. 299/304) com fundamento na necessidade de manutenção da ordem pública, ante a notícia de que este tem reiterado na prática de estelionatos em prejuízo de várias pessoas (fls. 290/293).

Fábio Linhares Ferreira foi condenado na sentença pela prática do crime do art. 312, *caput,* do Código Penal, por ter, na condição de empregado da CEF, por 44 vezes, no período de 28/06/2011 a 19/10/2011, subtraído e desviado valores das contas de clientes da Caixa, causando à empresa pública prejuízo no valor de R$28.338,90.

A sentença, mantida integralmente pela 2a. Turma Especializada no julgamento das apelações criminais interpostas pela defesa e pelo Ministério Público Federal, fixou a pena privativa de liberdade em 3 anos e 4 meses de reclusão, no regime inicial aberto, deferindo ao acusado sua substituição por duas penas restritivas de direitos, eis que presentes os requisitos objetivos e subjetivos, nos termos do art. 44, incisos I, II, III e §2º, parte final, do Código Penal.

Pendentes de julgamento embargos infringentes interpostos pela defesa, a Delegacia de Defraudações e Falsificações - DEFA/ES - onde se apura suposta prática de estelionato por Fábio Linhares Ferreira -, encaminha a este Tribunal cópia do Termo de Declaração prestado pela Sra. Adriana Silva Rui, ex-esposa do réu, em que informa seu atual endereço e noticia a suposta prática de diversos estelionatos em seu próprio prejuízo e de várias pessoas (fls. 290/293).

É o relatório. Decido.

Alega o Ministério Público que o réu, apesar de condenado, estaria cometendo golpes, tais como a venda de carros não existentes a pessoas residentes no Estado de São Paulo, e que a sua liberdade representa perigo à ordem pública.

Acrescenta que nem o comparecimento periódico em Juízo, a proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, a proibição de ausentar-se da Comarca quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou o recolhimento domiciliar, previstas nos incisos I, II, IV e V do art. 319 do CPP, tem o condão de inibir a prática dos estelionatos pelo réu, sendo o isolamento a única medida suficiente para evitar a reiteração criminosa.
Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.
Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, inquéritos e ações penais em curso constituem, sim, elementos capazes de demonstrar o efetivo risco de reiteração delituosa, justificando a decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.
No entanto, há nos autos apenas a informação quanto à existência de um estelionato sendo apurado na Delegacia de Defraudações e Falsificações - DEFA/ES, perante a qual prestou declarações a ex-esposa do réu, atribuindo-lhe a autoria de diversos golpes, sem indicar nenhuma circunstância concreta que teria permeado supostos delitos.
Uma mera declaração, por si só, sem nenhum outro elemento que demonstre que a ordem pública está em risco pela reiteração da conduta delituosa, não pode servir de fundamento para a prisão preventiva do réu, nos termos do que dispõe o art. 312 do Código Penal.
Pelo exposto, não restando preenchidos, ao menos por ora, os pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, indefiro o requerimento de decretação da prisão preventiva do réu.
P. I.
Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

ANTONIO IVAN ATHIÉ
Desembargador Federal - Relator

BOLETIM: 175934

XI - INQUÉRITO POLICIAL 692 2013.02.01.000001-1
Nº CNJ : 0000001-36.2013.4.02.0000
RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
AUTOR : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
REU : APURAR RESPONSABILIDADE
ORIGEM : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (201302010000011)

D E C I S Ã O
(...)
DIANTE DO EXPOSTO, declino da competência desta C. Corte para a Vara Federal de Nova Friburgo/RJ, tendo em vista a jurisdição sobre a cidade de Trajano de Morais/RJ, acompanhando o parecer do i. órgão do Ministério Público Federal .
Rio de Janeiro, 14 de março de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO ESPIRITO SANTO
Relator

BOLETIM: 2017000044

Embargos de Infringentes e de Nulidade - Seção Espec. I - Penal, Previdenciário e Prop. Industrial
Embargos Infringentes e de Nulidade - Recursos - Processo Criminal
1 - 0000588-04.2011.4.02.5117 Número antigo: 2011.51.17.000588-0 (PROCESSO FÍSICO)
Redistribuição Livre - 01/08/2016 17:55
Gabinete 03
Magistrado(a) ABEL GOMES
EMBARGANTE: JORGE DO COUTO NABARRO
DEFENSOR PUBLICO: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
PROCURADOR: Procurador Regional da República

Originário: 0000588-04.2011.4.02.5117 - 02ª Vara Federal de São Gonçalo
EMENTA

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS INFRINGENTES. CONTRABANDO DE MÁQUINAS ELETRÔNICAS PROGRAMADAS. ORIGEM DAS MÁQUINAS. COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA.

I - Materialidade embasada em prova documental e pericial. Laudo de Exame Material atesta que as MEP¿s possuem componentes de procedência estrangeira.

II - Inexistência de elementos que permitam concluir pelo desconhecimento da origem estrangeira. Eventuais alegações de erro de tipo ou de proibição devem estar demonstradas no curso do processo, a cargo de quem a alega como excludente ou desculpa para o crime. Ao contrário, o acusado já havia sofrido apreensão de máquinas caça-níqueis no seu estabelecimento comercial anteriormente aos fatos ora analisados.

III- Embargos infringentes não providos.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os membros da Primeira Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017.

ABEL GOMES
Desembargador Federal
Relator

Subsecretaria das Seções - 2a Seção Especializada

BOLETIM: 175935

II - AÇÃO RESCISÓRIA 2001.02.01.018145-3

Nº CNJ	:	0018145-78.2001.4.02.0000
RELATOR	:	DESEMBARGADORA FEDERAL LETICIA MELLO
AUTOR	:	UNIAO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL
REU	:	TRANSPORTADORA DALLARI LTDA E OUTROS
ADVOGADO	:	JOSE OSWALDO CORREA E OUTROS
ORIGEM	:	DÉCIMA PRIMEIRA VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (9200748694)

D E S P A C H O
Intimem as Partes para, querendo, requererem o que for de direito.
Nada sendo requerido, arquivem.
P.I.
Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2017.

LETICIA DE SANTIS MELLO
Desembargadora Federal
Relatora

Subsecretaria do Tribunal Pleno e Seções Especializadas

BOLETIM:

SUBSECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

ÓRGÃO ESPECIAL
PAUTA DE JULGAMENTOS

Dia 27 de MARÇO de 2017

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos Extraordinária do dia 27 de MARÇO de 2017, SEGUNDA-FEIRA, às 15:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma Sessão ou Sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de Pautas já publicadas.

001 - PROCESSO: 0010924-19.2016.4.02.0000 PET **(PROCESSO ELETRÔNICO)**

01.11.01.09 - REMOÇÃO - REGIME ESTATUTÁRIO - SERVIDOR PÚBLICO CIVIL – ADMINISTRATIVO

RELATOR	:	DES.FED. POUL ERIK DYRLUND
REQUERENTE	:	UNIAO FEDERAL
PROCDOR	:	ADVOGADO DA UNIÃO
REQUERIDO	:	JUÍZO DA 2ª VARA FEDERAL CIVEL DE VITORIA - ES
P.RÉ	:	CAROLINA DE PRÁ CAMPOREZ BUARQUE
ADVOGADO	:	ANA PAULA WOLKERS MEINICKE
ADVOGADO	:	ELLEN SCHNIDER EWALD
ADVOGADO	:	VINICIUS BROCCO SARCINELLI
ADVOGADO	:	BRICIO ALVES SANTOS NETO
INCID.	:	2016.6000.107332-5-AGRAVO INTERNO

RIO DE JANEIRO, 17 DE MARÇO DE 2017.

DESEMBARGADOR(A) FEDERAL **POUL ERIK DYRLUND**
PRESIDENTE